

SISTEMAS DE PROTEÇÃO



do **Brasil**

BIBLIOGRAFIA (1985 - 2008)

Editora filiada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias (Abeu)
Av. Fernando Ferrari - 514 - Campus de Goiabeiras
CEP 29 075 910 - Vitória – Espírito Santo, Brasil
Tel.: +55 (27) 4009-7852 - E-mail: edufes@ufes.br
www.edufes.ufes.br

Reitor | Reinaldo Centoducatte
Vice-Reitora | Ethel Leonor Noia Maciel
Superintendente de Cultura e Comunicação | Ruth de Cássia dos Reis
Secretário de Cultura | Rogério Borges de Oliveira
Coordenador da Edufes | Washington Romão dos Santos

Conselho Editorial

Agda Felipe Silva Gonçalves, Cleonara Maria Schwartz, Eneida Maria Souza Mendonça, Giancarlo Guizzardi, Gilvan Ventura da Silva, Glicia Vieira dos Santos, José Arminio Ferreira, Julio César Bentivoglio, Maria Helena Costa Amorim, Ruth de Cássia dos Reis, Sandra Soares Della Fonte.

Secretário do Conselho Editorial | Douglas Salomão

Revisão de Texto | Maria Lúcia Teixeira Garcia

Projeto Gráfico e Miolo e Capa | Anaise Perrone

Normalização Bibliográfica | Lucileide Andrade de Lima do Nascimento (CRB12/ES-309) <lucileidelima@gmail.com> | Francisco Felipe Coelho (CRB6/MG-700) | Geisibel Augusta Pires (graduanda em Biblioteconomia) | Karla Matos Curto (graduanda em Biblioteconomia) | Karine Demuner (graduanda em Biblioteconomia)

Esta publicação é resultado de pesquisas desenvolvidas no âmbito do Projeto Sistemas de proteção social brasileiro e cubano, sob registro CNPq nº 620006/2008-0 nos termos do Edital MCT/CNPq/CT-Infra/CT-Petro/Ação transversal IV nº16/2008 – “Casadinho”, Faixa B, sob a coordenação da prof.^a Maria Lúcia Teixeira Garcia (PPGPS/UFES).

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

S623 Sistemas de proteção social do Brasil : bibliografia (1985-2008) / organizadoras, Maria Lúcia Teixeira Garcia, Rosa Maria Marques, Lucileide Andrade de Lima do Nascimento. - 2. ed. - Vitória : EDUFES, 2013.

487 p. ; 21 cm

Co-publicação: PUCSP, PPGPS/UFES, PUCRS.
Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7772180-1

1. Saúde – Bibliografia. 2. Assistência social – Brasil – Bibliografia. 3. Previdência social – Brasil – Bibliografia. 5. Seguro-desemprego - Brasil – Bibliografia. 6. Brasil – Política social – Bibliografia. I. Garcia, Maria Lúcia Teixeira, 1961-. II. Marques, Rosa Maria, 1951-. III. Nascimento, Lucileide Andrade de Lima do, 1967-.

CDU: 36(81)(01)

ORGANIZADORAS

Maria Lúcia Teixeira Garcia
Rosa Maria Marques
Lucileide Andrade de Lima do Nascimento

Sistemas de Proteção Social do Brasil: BIBLIOGRAFIA (1985 - 2008)

Compiladores

RAMO 1: ASSISTÊNCIA SOCIAL

Eixo: Controle Social

Maria Beatriz Lima Herkenhoff

Docente do Programa de Pós-Graduação em Política Social/UFES

Desirée Cipriano Rabelo

Docente do Programa de Pós-Graduação em Política Social/UFES

Ana Targina Rodrigues Ferraz

Docente do Programa de Pós-Graduação em Política Social/UFES

Charles T. Jesus

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Política Social/UFES

Alessandra Eugênio S. F. Ferreira

Graduando em Serviço Social/UFES

Kelly R. Martins Martins

Graduando em Serviço Social/UFES

Letícia Maria Borlini

Graduando em Serviço Social/UFES

Eixo: Gestão da política

Maria Helena Elpídio Abreu

Docente do Departamento de Serviço Social/UFES

Maria das Graças Cunha Gomes

Docente do Programa de Pós-Graduação em Política Social/UFES

Letícia Maria Borlini

Graduanda em Serviço Social/UFES

Alessandra Eugenio de S. Ferreira

Graduanda em Serviço Social/UFES

Kelly Reis Martins

Graduanda em Serviço Social/UFES

Aniele Zanardo Pinholato

Graduanda em Serviço Social/UFES

Camila Falçoni Specimille

Graduanda em Serviço Social/UFES

Uyara Ribeiro Bessa

Graduanda em Serviço Social/UFES

Juliana Mello de Sousa

Graduanda em Serviço Social/UFES

Raysa Marques Claudiano

Graduanda em Serviço Social/UFES

Karina Dal'col Vieira

Graduanda em Serviço Social/UFES

Bruna Brunoro

Graduanda em Serviço Social/UFES

Rovena Amorim Julião

Graduanda em Serviço Social/UFES

Flaviane Neves Siqueira

Graduanda em Serviço Social/UFES

Sirlene Cristina Cravo

Graduanda em Serviço Social/UFES

Gabrielly Nascimento Pereira

Graduanda em Serviço Social/UFES

Marilene Vieira Barcelos

Graduanda em Serviço Social/UFES

Natália de Paula Couto

Graduanda em Serviço Social/UFES

Suellen de Jesus Reis

Graduanda em Serviço Social/UFES

Eixo: Financiamento

Jeane Andrea Ferraz Silva
Docente do Departamento de Serviço Social/UFES

Maria das Graças Cunha Gomes
Docente do Programa de Pós-Graduação em Política Social/UFES

Aniele Zanardo Pinholato
Graduanda em Serviço Social/UFES

Camila Falçoni Specimille
Graduanda em Serviço Social/UFES

Juliana Mello de Souza
Graduanda em Serviço Social/UFES

Raysa Marques Claudiano
Graduanda em Serviço Social/UFES

Uyara Ribeiro Bessa
Graduanda em Serviço Social/UFES

Legislação da Assistência Social

Vanda de Aguiar Valadão
Docente do Programa de Pós-Graduação em Política Social/UFES

RAMO 2: SAÚDE

Eixo: Controle Social

Maria Lúcia Teixeira Garcia
Docente do Programa de Pós-Graduação em Política Social/UFES

Ana Lúcia Pansini
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social/UFES

Eixo: Gestão da política

Jussara Maria Mendes
Docente do PPGPSI/UFRRGS

Andréia Mendes dos Santos
Bolsista recém-doutora PPGSS/PUCRS

Ana Lúcia Suarez Maciel
PPGSS/PUCRS

Rosa Maria Castilhos Fernandes
Pesquisadora - NEST

Martha Helena Weizenmann
Pesquisadora - NEST

Eixo: Financiamento

Rosa Maria Marques
Docente do PPGEOPOL/PUCSP

Áquilas Mendes
Docente do PPGEOPOL/PUCSP

Patrick Rodrigues Andrade
Mestrando do PPGEOPOL/PUCSP

RAMO 3: PREVIDÊNCIA SOCIAL

Rosa Maria Marques
Docente do PPGEOPOL/PUCSP

Camila Kimie Ugino
Mestrando do PPGEOPOL/PUCSP

Patrick Rodrigues Andrade
Mestrando do PPGEOPOL/PUCSP

Mariana Batich
Pesquisadora SEADE



Os sistemas de proteção social em Cuba e no Brasil têm como fundamento realidades bastante distintas decorrentes em grande parte de sua história recente.

Após a revolução de 1959, Cuba integrou-se aos países que procuravam construir uma sociedade socialista e sofreu, logo depois, um feroz bloqueio econômico comandado pelos Estados Unidos. O colapso da União Soviética, em 1991, e sua reconversão ao capitalismo – bem como dos demais países europeus sob sua influência – geraram uma profunda crise econômica e social em Cuba, cujas soluções foram buscadas mediante várias reformas sem, no entanto, mudar o sentido da revolução. A abertura da economia ao turismo, o ingresso de investimentos estrangeiros diretos, a liberação da posse e utilização do dólar (dolarização), a permissão para trabalhos por conta própria e a reabertura de mercados privados, entre outras medidas, foram realizadas tendo sempre como objetivo manter o bem estar geral da população conquistado pela revolução. Por esta razão, mesmo nos períodos mais graves da crise, os indicadores sociais cubanos não só não regrediram como continuaram melhorando, estando entre os melhores do mundo e em níveis semelhantes aos dos países capitalistas mais avançados.

O Brasil, por seu lado, ao sair da ditadura militar, aprovou a Constituição de 1988, na qual claramente estava indicado um avanço em matéria de políticas sociais. Tratava-se da introdução

de princípios universais na cobertura dos diferentes riscos sociais, numa tentativa de se aproximar dos sistemas de proteção social europeus construídos nas três primeiras décadas depois de finda a II Guerra Mundial. Mas a progressiva adoção de medidas neoliberais no país, preconizadas pelo *Consenso de Washington*, não só impediu a continuidade desse processo, como promoveu a realização de reformas, mais ou menos explícitas, com um acentuado incremento das políticas focalizadas.

Um estudo comparado dos sistemas de proteção social cubano e brasileiro, do qual faz parte este livro eletrônico, deve considerar, desde o princípio, as diferenças existentes entre esses dois países. Diferenças que abrangem tanto suas formações históricas, como os constrangimentos e os contextos econômicos, sociais e políticos em que se desenvolveram. Apesar disso, entende-se que o conhecimento dos processos que levaram aos avanços sociais obtidos por Cuba será de grande valia para nós, brasileiros, auxiliando na formulação de políticas mais universais.

Da formulação inicial do projeto de cooperação científica participaram docentes do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES, do Programa de Pós-Graduação em Economia Política da PUCSP e do Instituto de Investigação Econômica de Cuba (INIE). Entre sua formulação inicial, em 2005, e a obtenção de recursos financeiros para sua viabilização transcorreram longos três anos.

Em 2008, foi lançado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) o Edital Casadinho (Edital MCT/CNPq/CT-Infra/CT-Petro/Ação Transversal IV Nº 16/2008 – “Casadinho”). Seu objetivo era “Promover o fortalecimento de grupos de pesquisa e a consolidação de Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, por meio do apoio à cooperação inter-e/ou intra-regional entre grupos de pesquisa vinculados a Programas de Pós-Graduação não consolidados de instituições públicas nacionais de ensino superior e de pesquisa das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, incluído o estado do Espírito Santo, e grupos de pesquisa vinculados a Programas consolidados de qualquer região do país, visando à implantação e recuperação da infra-estrutura de pesquisa, ao aumento na formação e capacitação de recursos humanos qualificados, à melhoria dos Programas de Pós-Graduação e a uma melhor distribuição regional dos núcleos de excelência em pesquisa no país”.

A oportunidade estava dada e o casamento proposto: aos parceiros presentes na proposta inicial (UFES, PUCSP e INIE) somou-se a PUCRS.

Aprovada a proposta pelo CNPq, os trabalhos tiveram início com uma primeira reunião dos parceiros brasileiros, em Vitória (ES), em março de 2009. Nela se começou a definir conceitos e participações: O que se entendia por proteção social? Qual o papel que cada parceiro e cada pesquisador iria desempenhar durante a pesquisa? E isso tudo acontecendo em um ambiente de crise e precarização das condições de trabalho nas universidades, que resultava em sobrecarga de atividades.

Inicialmente foi definido que a Seguridade Social seria composta basicamente por 3 ramos, a saber: Saúde, Assistência Social e Previdência. Cada ramo foi dividido nos seguintes eixos: **Saúde** (Gestão da Política, Controle Social e Financiamento); **Assistência Social** (Gestão Política, Controle Social, Financiamento) e **Previdência**.

O levantamento da bibliografia e da legislação foi realizado considerando o período de 1985 a 2008. Quanto às fontes, estas envolveram: Leis, Normas e Resoluções relevantes; Teses e dissertações; Artigos de periódicos; Livro e Capítulo de Livros; Ministérios (e instituições vinculadas) – publicações (ex. Livros, Revistas, documentos, Manuais, Guias relevantes...); Institutos de Pesquisa – Vinculados a Universidades e Governo do Estado com Produções Relevantes sobre o tema pesquisado (Publicações, Relatórios de Pesquisa, textos para discussão...); Sindicatos, centrais sindicais, associações e congêneres; ONGs e; Anais de eventos.

Cada pesquisador-grupo – formado por professores e discentes de pós-graduação e da graduação das unidades de ensino participantes –, antes de iniciar a pesquisa, definiu as palavras-chave que orientaram o processo de busca e organização das referências. Uma vez localizados os materiais, os pesquisadores leram o resumo e consideraram a pertinência ou não do tema ao estudo. Os materiais foram então organizados por ordem cronológica da sua publicação.

Esse conjunto de informações foi organizado nesta bibliografia que contém uma listagem com ano da publicação-legislação; referência completa; resumos e palavras-chave. Esta bibliografia contempla mais de mil e trezentas referências (1.300). Propicia uma visão panorâmica da produção científica e legislativa sobre o tema, tanto para consulta específica, quanto para definição de novas linhas de investigação. Sua disponibilização tem como objetivo oferecer uma fonte nacional de referências bibliográficas e documentais às pessoas que estudam, pesquisam ou se interessam pelo tema da proteção social.

As organizadoras

SUMÁRIO

RAMO 1 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

1.1	Eixo Controle Social	17
1.1.1	Livros e Coletâneas	17
1.1.2	Periódicos	21
1.2	Eixo Financiamento	31
1.2.1.	Anais de eventos	31
1.2.2	Dissertações e Teses	41
1.2.3	Livros e Coletâneas	49
1.2.4	Periódicos	58
1.3	Eixo Gestão da política	63
1.3.1	Anais de eventos	63
1.3.2	Dissertações e Teses	122
1.3.3	Legislação	149
	a) Constituição	149
	b) Decretos	149
	c) Instruções normativas	155
	d) Leis	157
	e) Medida provisória	162
	f) Portaria	162
	g) Resoluções	173
1.3.4	Livros e coletâneas	175
1.3.5	Periódicos	195

RAMO 2 – SAÚDE

2.1	Eixo Controle Social	241
2.1.1	Anais de eventos	241
2.1.2	Dissertações e Teses	245
2.1.3	Legislação	266
	a) Constituição	266
	b) Decreto	266
	c) Leis	266
	d) Portarias	266
	e) Resoluções	267
2.1.4	Livros e Coletâneas	269
2.1.5	Periódicos	278
2.2	Eixo Financiamento	299
2.2.1	Anais de eventos	299
2.2.2	Dissertações e teses	309
2.2.3	Livros e coletâneas	340
2.2.4	Periódicos	354
2.3	Eixo Gestão da Política	363
2.3.1	Periódicos	363

RAMO 3 – PREVIDENCIA SOCIAL

3.1	Anais de eventos	371
3.2	Dissertações e teses	387
3.3	Livros e Coletâneas	417
3.4	Periódicos	457

Ramo 1

ASSISTÊNCIA
SOCIAL

1.1 EIXO CONTROLE SOCIAL

1.1.1 Livros e Coletâneas

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo; **TEIXEIRA**, Ana Cláudia C. Conselhos Gestores de Políticas Públicas. **Revista Pólis**, São Paulo, n. 37, 2000. Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=68>. Acesso em: 4 set. 2009.

Resumo: Com base nas reivindicações de participação da sociedade na gestão das políticas sociais, foram criados, após a Constituição de 1988, inúmeros Conselhos co-gestores de políticas públicas, desde o âmbito municipal até o federal. Os Conselhos são canais efetivos de participação da sociedade civil, formas inovadoras de gestão pública que permitem o exercício de uma cidadania ativa, incorporando as forças vivas de uma comunidade à gestão de seus problemas e à implementação de políticas públicas que possam solucioná-los. No entanto, tem sido muito difícil implementar os Conselhos e garantir que desempenhem um papel eficaz na democratização das políticas. Esta publicação procura avaliar os avanços, as dificuldades e o potencial dos Conselhos como instrumento de democratização da gestão pública.

A PARTICIPAÇÃO popular nos conselhos de gestão. São Paulo: ABONG, jul. 1996. (Série As Ong's e a realidade brasileira, caderno n.15). Disponível em: <http://www.abong.org.br/final/cadernos_abong_antigos.php>. Acesso: 15 set. 2009.

Resumo: Este número do Cadernos ABONG pretende focalizar os avanços, percalços e perspectivas dos conselhos de gestão. Para isso, três especialistas foram convidados a analisar sua trajetória, a partir de um determinado campo de interesse. Elenaldo Celso Teixeira, professor adjunto da Universidade Federal da Bahia, enfoca a relação dos conselhos com os movimentos sociais. Médico e ex-secretário municipal de saúde de São Paulo, Carlos Alberyo Pletz Neder aborda essa questão dentro da área de saúde. Finalmente, os conselhos que tratam dos problemas de crianças e adolescentes são o tema de estudo de Alexandre Fortes, consultor do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua(MNMMR).

ARREGUI, Carola Carbajal et al. **Assistência social:** controle social e política pública. São Paulo: Instituto Pólis, 2007. 120 p. – (Série Observatório dos direitos do cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo; o). Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=262>. Acesso em: 7 ago. 2009.

Resumo: Essa sexta série de Cadernos tem como foco as políticas sociais nos dois primeiros anos da Gestão José Serra/Gilberto Kassab e a atuação dos conselhos municipais. O presente caderno, que faz considerações sobre programas destinados a assistência às famílias nos últimos anos, discute a co-relação entre a produção da política e ação do conselho de direitos, aportando elementos para a reflexão crítica sobre a participação cidadã nos espaços de deliberação das políticas públicas.

PAZ, Rosângela. **Balanco das eleições da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social.** São Paulo: Instituto Pólis, maio 2006. Disponível em: <http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=137>. Acesso em: 6 ago. 2009.

Resumo: Nessas eleições muitas coisas estavam em jogo: mudança na presidência do CNAS, eleições gerais e transição para um novo governo, o aprofundamento e consolidação do Sistema Único de Assistência Social.

POLÍTICA de Assistência Social: uma trajetória de avanços e desafios. . São Paulo: ABONG, 2001. (Cadernos ABONG, n.30). Disponível em: <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em: 6 ago. 2009.

Resumo: Os textos publicados neste Cadernos Abong refletem o conjunto do temário da III Conferência Nacional de Assistência Social, que tratará os avanços e desafios da política de Assistência Social. O principal desafio posto para a conferência é o de pensar essa política enquanto um projeto estratégico de inclusão social, fundado na participação popular, na construção da cidadania e na universalização dos direitos para o conjunto da população.

RAICHELIS, Raquel. **Assistencia e esfera pública:** os Conselhos no Exercício do Controle Social. São Paulo: ABONG, out. 1997. (Série Subsídios às Conferências de Assistência Social. Caderno n. 21).Disponível em <<http://www.abong.org.br/>>. Acesso em: 6 ago. 2009.

Resumo: Os objetivos deste texto centram-se na análise das possibilidades de construção da esfera pública no âmbito da Assistência Social, destacando-se o significado e o papel que os Conselhos de Assistência Social, especialmente o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - , vêm desempenhando como um dos condutos indutores desse processo. O controle social da Política de Assistência Social realizado pelos Conselhos de Assistência Social é exercido na e através da esfera pública, sendo fundamental o aprofundamento das possibilidades de constituição do público no âmbito da Assistência Social. Esta abordagem parte do reconhecimento de que o exame das transformações que vêm se processando no universo da Assistência Social decorre de dupla exigência: uma exigência teórica relacionada ao desvendamento das questões que essas mudanças desencadeiam; e uma exigência política, direcionada à instituição de uma nova cultura capaz de conferir dimensão pública às práticas desenvolvidas naquele campo.

Palavras-chave: Assistencia Social. Controle Social. Conselhos.

SILVA, Márcia Santos da. **O Conselho Municipal de Assistência Social na Cidade de São Paulo.** São Paulo: Instituto Pólis / PUC-SP, 2002. 64p. (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 11). Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=126>. Acesso em: 7 agosto 2009.

Resumo: A obra trata basicamente da luta pela implementação da política de assistência social no município de São Paulo, protagonizada pelo Fórum da

Assistência Social da Cidade de São Paulo e, posteriormente, pelo Conselho Municipal de Assistência Social. No texto são destacados ainda os muitos desafios na área política da assistência social.

TATAGIBA, Luciana; **TEIXEIRA**, Ana Cláudia Chaves. **O papel do COMAS na Política de Assistência Social em São Paulo**. São Paulo: Instituto Pólis, 2007. (Observatório dos direitos do cidadão: acompanhamento e análise de políticas públicas da cidade de São Paulo, caderno n. 30). Disponível em <http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=262> . Acesso em: 9 set. 2009.

III ORÇAMENTO, financiamento e controle social. São Paulo: ABONG, 1997. (Série subsídios às conferências de assistência social. Caderno 21). Disponível em: <http://www.abong.org.br/final/cadernos_abong_antigos.php>. Acesso: 15 set. 2009.

Resumo: O Conselho Federal de Serviço Social - CEFESS; a CUT, através da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social - CNTSS; e a Associação Brasileira de ONGs - ABONG resolveram somar esforços para produzir conjuntamente este Caderno como forma de subsidiar o debate com informações e reflexões que problematizam a pauta da II Conferência Nacional de Assistência Social.

1.1.2 Periódicos

ABREU, Marina Maciel. O controle social e a mediação da política de assistência social na sociedade brasileira na atualidade. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís (MA), v. 6, n.1, p. 126, jan./jun. 2002. Disponível em: <http://www.pgpp.ufma.br/revistas/rpp/rpp_sumario.php?id=10&revista_id=10>. Acesso em: 14 ago. 2009.

Resumo: Aborda questões pertinentes ao exercício do controle social na mediação da Política de Assistência Social na sociedade brasileira, na atualidade, destacando elementos histórico-conceituais a partir da consideração de sistemas distintos de controle social vinculados a projetos diferenciados de sociedade; e uma discussão sobre mecanismos e instrumentos constitutivos do *Sistema Descentralizado e Participativo de Assistência Social*, em implementação a partir da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), integrado ao processo de descentralização político-administrativa da gestão estatal que se intensifica, no país, nos anos de 1990, sob a orientação neoliberal.

BARBOSA, Carmem Ferreira; **BITTAR** Mariluce. Processo de participação e de controle social dos usuários do SUS. **Revista Ser Social**, Brasília, n.17, p.219, jul./dez. 2005.

BATISTA, Alfredo. Reforma do Estado: uma prática histórica de controle social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 61, p. 63, nov. 1999.

Resumo: “[...] O que está em causa não é se produzimos ou não sob alguma forma de controle, mas sob que tipo de controle; dado que as condições atuais foram produzidas sob o ‘fêrreo controle’ do capital que nossos políticos pretendem perpetuar como força reguladora fundamental de nossas vidas” (MÉSZÁROS, 1987, p.23).

BATTINI, Odária; **COLIN**, Denise Ratmann A; **FOWLER**, Marcos. Assistência Social, Controle e Financiamento. **Revista Ser Social**, Brasília, n. 7, p.117, jun./dez. 2000.

BIDARRA, Zelimar Soares. Conselho gestores de políticas públicas: uma reflexão sobre os desafios para a construção dos espaços públicos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 88, p. 41, nov. 2006.

Resumo: Estabelece um debate sobre a relação de interpenetração e de distanciamento entre a categoria teórica do espaço público e as experiências de participação sócio-política empreendidas no âmbito dos conselhos gestores de políticas públicas. A intenção é refletir sobre as condições que possibilitam pensar tais conselhos como espaços públicos, bem como as dificuldades e a qualificação política das questões nele tematizadas, e de que forma esse processo é significativo para a construção da democracia participativa no Brasil.

Palavras-chave: Conselhos gestores. Políticas públicas. Estado e espaços públicos.

THEODORO, M. Participação pública na gestão das políticas sociais: os marcos referenciais para o estudo os conselhos federais. **Boletim políticas sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 2, 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/o82/o82o1002.jsp?ttCD_CHAVE=1663>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Estuda os conselhos federais de políticas sociais. Considera o marco histórico e teórico dos conselhos. O ponto de partida histórico dos estudos sobre os Conselhos é a Constituição de 1988, e o ponto de partida teórico é a própria contextualização do social como área de ação do Estado no Brasil.

Palavras chave: Assistência Social. Controle.

SATO, A. K. et al. Os conselhos de política social: algumas conclusões e resultados. **Boletim políticas sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 6, 2003. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/o82/o82o1002.jsp?ttCD_CHAVE=1930>.

Resumo: Enfoca estudo realizado pela Diretoria de Estudos Sociais (Disoc) do IPEA sobre os conselhos, o Conselho Nacional de Saúde (CNS), o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPES), o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e o Conselho de Gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). Objetiva proporcionar um arcabouço de informações quantitativas e qualitativas sobre a participação da sociedade no desenho, na concepção e na gestão das políticas sociais.

BULLA, Leonia Capaverde; **LEAL**, Maria Laci Moura. A participação da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social: o desafio de uma representação democrática. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre (RS), v. 3, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fzva/ojs/index.php/fass/article/viewFile/973/753>>. Acesso em: 13 ago. 2009.

Resumo: Aborda a participação da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social. Destaca o protagonismo e o papel da sociedade civil no processo de democratização da sociedade brasileira e na luta pela ampliação dos direitos sociais consagrados na Constituição Federal de 1988. Sendo os conselhos um dos principais instrumentos de participação democrática. Defende que, para que a sociedade civil construa uma representação realmente democrática e participativa, é necessário que os representantes criem canais de interlocução permanente com os segmentos representados e as suas intervenções sejam pautadas na defesa de interesses coletivos e não de interesses particulares.

Palavras-chave: Participação. Sociedade civil. Assistência social. Conselhos.

CABRAL, Eloisa Helena de Souza. Espaço Público e Controle para a gestão social no terceiro setor. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 86, p. 30, jul. 2006.

Resumo: Analisa a concepção de A. Evers, que apresenta o Terceiro Setor como um campo misto de racionalidades, e os aplica atributos do conceito de espaço público não-estatal, introduzidos por L. E. Wanderley, à análise do Terceiro Setor brasileiro com o objetivo de abordar os desafios à das suas organizações. Considera os desenvolvimentos do sistema de bem-estar e localiza as raízes do Terceiro Setor. Os modos informais neste campo são considerados por meio do conceito de cordialidade devido a S. B. de Holanda, como um elemento para a construção de um particular espaço público. Por intermédio de uma pesquisa de campo investiga o processo de gestão e é possível estabelecer dualidades devidas principalmente à relação entre missão e o controle. Propõe um conjunto de atributos para a avaliação da gestão social.

Palavras-chave: Espaço público. Terceiro Setor. Controle social. Gestão social - Avaliação - Missão.

CAMPOS, Edval Bernardino. Assistência Social: do descontrole ao controle social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.88, p. 101, nov. 2006.

Resumo: O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) incorpora entre os seus desafios, em primeiro lugar constituir-se enquanto sistema público de Assistência Social e, em segundo lugar, assegurar o envolvimento da sociedade nos processos de formulação e gestão de políticas sócio-assistenciais. Transformar o campo assistência, tradicionalmente hegemônico por práticas filantrópicas e confessionais, em política pública construída sobre os signos da universalização de acesso e participação democrática significa oferecer à sociedade brasileira um novo modelo de proteção social, ampliando, com tal iniciativa, os significados e o conteúdo da seguridade social brasileira. Este artigo apresenta, de forma introdutória, uma reflexão sobre estes desafios próprios das dinâmicas de gestão participativa. Seu escopo, com tudo, ficará limitado ao controle social compreendido como o envolvimento da sociedade civil na formulação da agenda pública e na fiscalização e avaliação das ações governamentais na área.

Palavras-chave: Controle social. Assistência social. Participação.

CAMPOS, Eliane Christine Santos de. O Conselho Municipal de Assistência Social de Rolândia - CMAS: os desafios para a consolidação de uma gestão pública democrática. **Serviço Social em Revista**, Londrina(SC), v. 8, n. 2, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.ssrevista.uel.br/>>. Acesso em: 12 ago. 2009.

Resumo: Analisa os fatores que limitam ou possibilitam a consolidação de uma gestão pública participativa no município de Rolândia (PR), tomando como estudo de caso o Conselho Municipal de Assistência Social. Esse mecanismo inovador de controle social e participação popular vêm sendo instituído em inúmeros municípios brasileiros, desde o início da década de 90, de maneira distinta. Os Conselhos Gestores são espaços de ampliação e conquista dos direitos sociais, apresentando-se, assim, como novas possibilidades que necessitam ser compreendidas por diversos profissionais que lidam com a garantia dos direitos, dentre eles o Assistente Social. O conhecimento, portanto crítico, sobre a dinâmica da sociedade requer ir além das rotinas das instituições e apreender as tendências e possibilidades presentes no cotidiano profissional vivenciado.

Palavras-chave: Democracia. Poder local. Conselhos - participação.

CORREIA, Maria Valéria Costa. Que Controle Social na política de Assistência Social? **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.72, p. 119-144, nov. 2002.

Resumo: Este texto foi elaborado para subsidiar a capacitação do Conselho Estadual de Assistência Social de Alagoas, no final do ano de 2001, preparatória para a III Conferência Nacional de Assistência Social. Objetiva debater as possibilidades e limites do controle social na atual conjuntura de restrição das políticas sociais e, em especial, na política de assistência social.

CORREIA, Maria Valéria Costa. A relação Estado/ sociedade e o controle social: fundamentos para o debate. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 77, p. 148, mar. 2004.

Resumo: Fundamenta teoricamente a discussão atual sobre o controle social fazendo um estudo da relação entre Estado e sociedade, lugar em que este se situa, desde dos contratualistas modernos - Hobbes-Locke e Rousseau, aos expoentes da doutrina classista Marx e Gramsci e das correntes liberais contemporâneas que tem implicações no debate nas práticas sociais em torno do controle social.

Palavras-chave: Controle social. Estado. Sociedade civil.

FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. Cenário da participação política no Brasil: os conselhos gestores de políticas públicas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 88, p. 59, nov. 2006.

Resumo: Com a inscrição na constituição federal de 1988 da participação da sociedade como diretriz para a formulação de políticas públicas, os conselhos gestores modelam os espaços participativos e se multiplicam por todo o país. Estas experiências tem sido objeto de avaliações e críticas de militantes de movimentos sociais, ONGS e estudantes de cursos de pós-graduação. Este trabalho analisa as recentes produções acadêmicas sobre o tema para verificar os principais problemas nos processos de participação estudados e com qual modelo de participação estas experiências têm sido avaliadas.

Palavras-chave: Participação popular. Movimentos sociais. Conselhos gestores de políticas públicas.

GOHN, Maria da Glória. Conselhos populares e participação popular. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.34, p. 65-89, dez.1990.

Resumo: Analisa uma questão polêmica e ponto de divergência entre intelectuais

e estrategistas políticos: os conselhos de cidadãos, populares ou de trabalhadores, participantes na gestão de bens, equipamentos e serviços públicos.

Palavras-chave: Lei Orgânica da Assistência Social.

JOVCHELOVITCH, Marlova; **NOGUEIRA**, Vandevaldo. O Conselho Nacional de Assistência Social em questão: entrevista com Marlova Jovchelovitch e Vandevaldo Nogueira. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 51, p. 75, ago. 1996. Entrevista concedida a Rosângela O. Dias da Paz.

Resumo: Objetiva através desta entrevista recuperar o processo de eleição dos membros da sociedade civil, ocorrido em março de 1996, bem como da eleição para presidente e vice-presidente, ocorrida em junho de 1996. Esperamos, ao socializar essas informações, tornar público e transparente o processo de consolidação da gestão do CNAS contribuindo, assim, para o acompanhamento dos diversos setores da sociedade civil que atuam na área da Assistência Social, e nos processos específicos de construção dos

Palavras-Chave: Conselhos Estaduais e Municipais.

MACHADO, Simone Cristina Vieira. O protagonismo da sociedade civil no CEAS/SC: perspectivas e desafios na consolidação da política pública de Assistência Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, n.4, p.101-111, set. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/issue/view/209>>. Acesso em: 10 ago. 2009.

Resumo: Descreve e analisa experiências vivenciadas durante a prática de Estágio Curricular no Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina (CEAS/SC), no período de Julho/1996 a Dezembro/1997, que foram sistematizadas no Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social: O protagonismo da sociedade civil no CEAS/SC: Perspectivas e Desafios na consolidação da Política Pública de Assistência Social. A primeira parte apresenta o cenário a que nos referimos quando falamos em Política Pública de Assistência Social, suas diferentes concepções antes e depois da Constituição Federal de 1988. A segunda parte apresenta a análise e avaliação do papel e atuação do segmento não governamental no CEAS/SC, suas principais conquistas, limites e possibilidades.

Palavras-chave: Assistência Social. Conselhos. Segmento não-governamental.

MAZZALI, Leonel; **CARA**, Eliane da Silva. O processo de participação no conselho municipal de Assistência social de São Paulo. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 354-374, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/ojs/index.php/fass/article/viewFile/2324/3252>>. Acesso em: 1 set. 2009.

Resumo: Identifica o perfil de atuação dos representantes eleitos para o Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo e avalia os seus condicionantes. A pesquisa foi desenvolvida em duas fases. A primeira fase centrou-se na identificação dos índices de presença e de manifestação dos conselheiros. Na segunda fase, foram efetuadas entrevistas com dois conselheiros de cada segmento representado (usuários dos serviços, trabalhadores do setor, entidades de assistência social e poder executivo). A pesquisa demonstra que o segmento mais frágil é o dos usuários dos serviços. Os representantes dos trabalhadores do setor e das entidades de assistência social são organizados e debatem seus interesses em fóruns próprios e em instâncias públicas, imprimindo e direcionando boa parte das pautas. A força dos conselheiros do poder executivo torna-se patente quando se observa que as pautas mais importantes foram levadas por eles e houve empenho na deliberação destas. Finalmente, a existência de uma assimetria entre o poder executivo e a sociedade civil, associada ao controle de informações estratégicas e do orçamento público, evidenciou que o COMAS ainda não se transformou em uma arena de intermediação entre o governo e a sociedade civil.

Palavras-chave: Participação. Sociedade Civil. Conselho de Políticas Públicas.

MEDEIROS, Mara Rosange Acosta; **SILVA**, Vini Rabassa. Fórum dos Conselhos Municipais de Pelotas: instrumentos de controle social. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas(RS), v. 6, n. 3, dez. 2000. Disponível em: <http://antares.ucpel.tche.br/revista_soc_debate/>. Acesso em: 14 ago. 2009.

Resumo: Relata o trabalho desenvolvido com o Fórum dos Conselhos Municipais de Pelotas, desde a sua constituição em 1997 e que, vem consolidando a luta pela democratização das políticas públicas e pela conquista da cidadania.

Palavras-chave: Conselhos municipais. Seguridade Social. Cidadania.

OLIVEIRA, Heloisa Maria José de. Controle Social e Assistência Social: o desafio (im)possível. **Revista Katálysis**, Florianópolis, n. 4, p. 37-50, set. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/issue/view/209>>. Acesso em: 10 ago. 2009.

Resumo: Discute o Controle Social da política pública de Assistência Social. De início, situa o debate contemporâneo acerca dessa política e, a seguir, problematiza o Controle Social no âmbito de três perspectivas distintas: a da “sociedade de controle”, no sentido que lhe é dado por Michel Foucault, a da Reforma do Estado brasileiro e a da política de Assistência Social. Ao final, procura pontuar os limites e desafios a serem vencidos pela sociedade, para exercer o Controle, no sentido de oferecer subsídios à efetivação da Assistência Social em bases democráticas e participativas.

Palavras-chave: Controle social. Assistência Social. Política pública.

PINHEIRO, Márcia Maria Biondi. CNAS: consolidando o direito do cidadão. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 88, p. 122, nov. 2006.

Resumo: Aborda a recente trajetória do CNAS, gestão 2004-2006. Essa gestão aprovou a Política Nacional de Assistência Social e a norma que a operacionaliza, bem como enfrentou dívidas históricas do movimento nessa área com a sociedade, regulamentando conceitos há muito desejado. Nesse sentido, pode-se dizer que a mesma ampliará a visão da assistência social como política pública de Estado, alicerçada de direitos.

Palavras-chave: Regulamentação. Assistência Social. Conselhos. Participação.

RIZOTTI, Maria Luiza Amaral. Conselhos Municipais de Assistência Social: um estudo de suas competências e composições. **Serviço Social em Revista**, Londrina (SC), v. 2, n. 2, 1999. Disponível em: <<http://www.ssrevista.uel.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2009.

Resumo: Analisa as trinta e duas Leis de Criação dos Conselhos Municipais de Assistência Social da região da AMEPAR e AMUVI - Pr, considerando as composições e competências destes conselhos.

Palavras-chave: Conselhos municipais - Co-gestão. Participação - Assistência social.

SILVA, Sheyla Suely de Souza; **DAVI**, Jordeana; **MARTINIANO**, Cláudia Santos. Entidades Beneficentes: desafios ao Controle Social no enfrentamento da privatização do público. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas(RS), v. 13,

n. 2, jul. 2007. Disponível em: <http://antares.ucpel.tche.br/revista_soc_debate/arq_html/revista/36_v13n3jul2007.htm>. Acesso em: 14 ago. 2009.

Resumo: Este artigo resulta das nossas reflexões, através do Grupo de Estudos, Pesquisa e Acessoria em Políticas Sociais (GEAPS), acerca do debate sobre as entidades beneficentes de assistência social, as insenções fiscais/ previdenciárias a elas destinadas e a persistência da cultura de deliberação privada sobre a execução desses recursos públicos. Nesta perspectiva, resgatamos o processo de construção da hegemonia da cultura privatista Neoliberal, no Brasil, com destaque para o plano diretor da reforma do aparelho do Estado e para regulamentação do Terceiro Setor, nos anos de 1990, como estratégias de (re)privatização do público e de refilantropização da questão social. Nossa evidência, neste contexto, a pertinência da discussão sobre as entidades beneficentes e as insenções fiscais em pauta urgente para o controle social, no enfrentamento da privatização do público, no Brasil.

Palavras-chave: Controle Social. Cultura pública. Entidades beneficentes. Financiamento público.

SILVA, Vini Rabassa. O Processo de institucionalização dos Conselhos de Assistência Social na zona Sul do Rio Grande do Sul. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas(RS), v. 10, n. 2, ago. 2004. Disponível em: <http://antares.ucpel.tche.br/revista_soc_debate/>. Acesso em: 14 ago. 2009.

Resumo: Descreve de forma analítica o surgimento e o início dos Conselhos Municipais de Assistência Social na zona sul do Estado do Rio Grande do Sul, partindo do processo de estruturação dos seus fundamentos legais, a fim de oportunizar uma reflexão sobre os seus limites e potencialidades na realidade atual.

Palavras-chave: Política de Assistência Social - LOAS. Conselho de Assistência Social.

SILVA, Vini Rabassa da et al. Controle Social no Sistema Único de Assistência Social: propostas concepções e desafios. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 250-265, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/ojs/index.php/fass/article/viewFile/4825/3630>>. Acesso em: 1 set. 2009.

Resumo: A Constituição Federal de 1988, ao propor a criação de espaços de

participação popular, buscou garantir a construção de políticas sociais públicas que atendam aos interesses da população e ao exercício do controle social. Este artigo apresenta reflexões acerca do controle social, na Política de Assistência Social, afirmando que este deve ser compreendido como um eixo que deve mover desde a sua construção, passando pela execução, e se expressando de forma mais objetiva na fiscalização e avaliação, que permanentemente devem acompanhar todas as ações, garantindo a participação da sociedade civil e, em especial, dos usuários da política, evitando, assim, que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) se materialize em um novo sistema que conserva a velha marca da subalternidade dos usuários dos serviços sócio-assistenciais.

Palavras-chave: Assistência social. Controle social. Participação popular.

SOUZA, Maria Inês Bravo; **SOUZA**, Rodriane de Oliveira. Conselhos de Saúde e Serviço Social: luta política e trabalho profissional. **Revista SER Social**, Brasília, n.10, p.57-92, jan./jun. 2002.

TAPAJÓS, Luziele Maria. Seguridade Social: aportes tecnológicos como um elemento de democratização e controle social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, n.4, p.51-63, set. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/issue/view/209>>. Acesso em: 10 ago. 2009.

Resumo: Versa sobre a importância da investigação e do deciframento de alguns dos aportes tecnológicos referentes à construção de sistemas informáticos e computrônicos, voltados para a operacionalidade da política social, seja em termos de concretização seja de informação da área da Seguridade Social no Brasil. Verifica como e se estes expressam algum grau de investimento na democratização do acesso ao direito, se facultam o controle social e se possibilitam níveis mais apropriados de resolutividade destas políticas públicas. Este atual desvendamento pode fornecer elementos contundentes para o conhecimento e análise sobre a Política de Seguridade Social, no que venha a embasar e analisar indícios, hipóteses e referências da realidade mesma, vitais para a construção deste conhecimento, ainda tão alheio às preocupações mais gerais dos trabalhadores sociais da área.

Palavras-chave: Seguridade Social. Política Social. Tecnologia. Controle Social. Informação e Democratização.

1.2 EIXO FINANCIAMENTO

1.2.1. Anais de eventos

ABREU, Aline Cavalcanti de. Política de Assistência social no município do Rio de Janeiro e o orçamento público municipal no período de 2004 a 2006. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008. **Anais...** Maranhão: ABEPSS, 2008.

Resumo: Estuda a participação das entidades assistenciais da sociedade civil e os repasses de recursos para a política, a partir da análise do Orçamento Público no Município do Rio de Janeiro. Oferece algumas indicações sobre a situação orçamentária da política de assistência social e sobre os desafios para a consolidação da assistência no município nos anos de 2004 a 2006, tendo como norteador a concepção Assistência Social como uma política não contributiva da Seguridade Social, de direito do cidadão e dever do Estado.

ANGIONI, Marilda. Orçamento e financiamento da assistência social em Blumenau (SC): considerações sobre o período 1993-2003. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 12., 2007. **Anais...** Rio de Janeiro, 2007.

Resumo: Reconstitui parte do processo de implantação e de implementação da Política Municipal de Assistência Social em Blumenau (SC) no que diz respeito aos processos de orçamento e financiamento do Fundo de Assistência Social, assim como ao acesso ao fundo público e à partilha de recursos. Constitui relato e análise sobre a Descentralização da Assistência Social no período de 1993 a 2003

BIASI, Léa Maria Ferraro et al. O Financiamento da Assistência Social em Municípios Gaúchos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11.; ENCONTRO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL, 3., 2004, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: [s. n.], 2004.

Resumo: Este artigo é fruto de uma pesquisa denominada “Implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Política de Assistência Social no Rio Grande do Sul”, realizada pelo Órgão Gestor Estadual da Política de Assistência Social do RS, com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul- FAPERGS, nos anos de 2000 a 2002. A execução do projeto de pesquisa passou pelas etapas de formulação das variáveis e indicadores, definição de padrões de atendimento das modalidades de atendimento da Rede de Assistência Social, elaboração de instrumentos de coleta individuais e consolidados, capacitação aos interlocutores, coleta de dados nos municípios, análise dos dados e elaboração do relatório final. Para a coleta dos dados referente à variável Financiamento foi questionado, em cada instrumento de modalidade de atendimento, as fontes de financiamento utilizadas pelo município para efetivar os programas e serviços de assistência social de atendimento à criança e ao adolescente, à família, à população de rua, aos idosos e à pessoas portadoras de deficiência. Aborda as fontes de financiamento: Fundo Nacional, Estadual e Municipal de Assistência Social, Eventos e Contribuição do Usuário - utilizadas por 78 municípios gaúchos. Os dados fornecidos pelos municípios revelam a necessidade de qualificar o debate do tema financiamento, tanto nos órgãos governamentais quanto nos Conselhos e Fóruns de Assistência Social visando efetivar os preceitos previstos na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Assistência Social.

BEHRING, Elaine Rossetti et al. A seguridade social no ciclo orçamentário de 2004: alguma novidade? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 12., 2007. **Anais...** Rio de Janeiro, 2007.

Resumo: Os estudos acerca do orçamento público e da efetiva alocação de recursos para as políticas sociais ainda são escassos no serviço social brasileiro e o presente trabalho pretende trazer elementos para este debate. Assim, tendo em vista apontar caminhos para pensar a questão do financiamento da seguridade social, socializamos os resultados parciais da pesquisa que vimos desenvolvendo, realizando aqui uma reconstrução do ciclo orçamentário do ano de 2004. Este foi o primeiro ano em que o ciclo foi inteiramente proposto pelo Governo Lula, considerando que o primeiro ano de governo foi regido pelo Plano Plurianual 1999-2003 e pelas legislações anuais produzidas em 2002. Entendemos como ciclo orçamentário o processo de planejamento/alocação de recursos, execução,

prestação de contas e fiscalização das contas, definido pela Constituição Federal de 1988, uma inovação democrática importante, ainda que nem sempre seja respeitada, e que envolve os três poderes da república. Nesse sentido, analisamos aqui as seguintes peças orçamentárias que orientam e sintetizam o exercício de 2004, tendo em vista apontar tendências quanto ao financiamento da seguridade social: o Plano Plurianual 2004/2007 (Brasil de Todos), a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual, o Balanço Geral da União e o Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República – Exercício 2004, do Tribunal de Contas da União. Este estudo faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo que acompanha o ciclo orçamentário em vários anos-chave e que tem como objetivo central subsidiar as lutas sociais e os profissionais vinculados às políticas de seguridade no seu processo de trabalho, bem como compreender a dinâmica da alocação do fundo público pelo Estado brasileiro e o papel estrutural do mesmo no processo de acumulação do capital, no contexto do capitalismo maduro e na particularidade brasileira (Behring, 2002 e Mandel, 1982). Entendemos o orçamento público em suas diversas fases não apenas como um conjunto de peças técnicas, mas como um processo político-econômico que revela grandes tendências e cujo conhecimento permite um maior controle democrático. Neste passo, enfatizamos os grandes níveis de agregação do orçamento – as funções e eventualmente algumas subfunções –, que permitem apontá-las, fazer correlações e ilações.

BOSCHETTI-FERREIRA, Ivanete; **DIAS**, Adriane Tomazelli; **ARANHA**, Tatyane de Camargo. Recursos marcados: as emendas parlamentares na política de assistência social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001. **Anais** Rio de Janeiro, [S.n], 2001.

Resumo: Embora a assistência social seja regulamentada como política pública e direito social desde a Constituição de 1988 e a Lei Orgânica de 1993, ainda permanece o exercício, pelos poderes legislativo e executivo, de uma prática conservadora: o repasse direto e já definido de recursos marcados via emendas parlamentares. A análise de 672 emendas aprovadas em 2001 revela: 1) aumento progressivo do recurso repassado via emendas parlamentares entre os anos de 1996 a 2001; 2) as emendas representam 11,84% do orçamento do FNAS; 3) deste percentual, 6% está direcionado para o BPC; 4) a maioria das emendas se destina para construção de creches e centros de convivência para idosos e pessoas com deficiência, ficando com 76,81% dos recursos, enquanto a manutenção das ações fica com apenas 27,5%; 5) os Estados mais populosos recebem a maior parte das emendas: SP (158), PR (96), RJ (55), MG (49) e RS (41); 6) as regiões com maior PIB ficam com a maior parcela de recursos: Sudeste (31,5%), Sul (29,5%), Norte (15,1%), Nordeste (12,1%) e Centro Oeste.

BOSCHETTI-FERREIRA, Ivanete; **NASCIMENTO**, Jucileide F. do; **TEIXEIRA**, Sandra O. A política de assistência social no primeiro governo de FHC: seletividade, centralização e pulverização. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001. **Anais ...** Rio de Janeiro, 2001.

Resumo: Analisa a Política de Assistência Social implementada pelo governo federal, no período de 1994 a 1998. Quanto aos direitos assistenciais os dados revelam que predominou a focalização em segmentos incapazes para o trabalho, como crianças, idosos e pessoas com deficiência. A descentralização não vem sendo efetivada, visto que a SEAS/MPAS define nacionalmente as ações assistenciais a serem financiadas e implementadas nos municípios, o que desconsidera o princípio de atendimento às necessidades sociais localmente identificadas. No financiamento predomina a escassez e falta de clareza na definição e efetivação dos recursos, como pulverização dos recursos da Seguridade Social em vários ministérios e reduzido percentual destinado à SEAS/MPAS.

BOSCHETTI-FERREIRA, Ivanete; **TEIXEIRA**, Sandra Oliveira. Natureza e abrangência do financiamento da assistência social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 7., 2000. **Anais ...** Brasília: Abepss, 2000.

BRAZ, Mariana Cavalcanti Sousa. Considerações acerca do financiamento da Assistência social no município de João Pessoa (PB) no período de 2005-2007. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008. **Anais...** Maranhão: ABEPSS, 2008.

Resumo: Aborda o financiamento da assistência social no município de João Pessoa (PB) no período de 2005 - 2007. Neste município, esta política vem representando, ao longo do período, menos de 2% da receita total da prefeitura, indicando uma incipiente participação nesta receita.

CRUZ, Fabiana F. da et al. O financiamento da assistência social no contexto do SUAS: um estudo dos municípios de pequeno porte II habilitados na gestão plena do estado da Paraíba. In: ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 3., 2009. **Anais...** Vitória: PPGPS/UFES, 2008.

Resumo: Examina o financiamento da assistência social nos municípios habilitados na gestão plena no Estado do Paraíba, a partir da implementação do

SUAS. Apresenta os resultados parciais da pesquisa inserida na linha de pesquisa: Gestão das Políticas Sociais: formulação, controle social e financiamento do Grupo de Estudo, Pesquisa e Assessoria em Políticas Sociais (GEAPS) do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, vinculado ao programa de iniciação científica (PROINCI).

CRUZ, Fabiana F. da et al. Uma análise sobre o orçamento da seguridade social. In: ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 3., 2009. **Anais...** Vitória: PPGPS/UFES, 2008.

Resumo: As reflexões contidas neste artigo são frutos dos resultados da Pesquisa: o financiamento da assistência social no contexto do SUAS: um estudo dos municípios de pequeno porte II habilitados na gestão plena do estado da Paraíba. As questões aqui levantadas inserem-se no debate da formação do exercício profissional do Serviço Social e pretendem contribuir para a discussão/desvelamento acerca do uso do fundo público, principalmente os gastos sociais destinados às políticas sociais, no contexto do ajuste fiscal.

CRUZ, Fabiana F. da et al. Expansão dos gastos na assistência social: a predominância dos programas de transferência de renda e o esvaziamento dos FMAS. In: ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 4., 2009. **Anais...** Vitória: Mestrado em Política Social/UFES, 2009.

Resumo: Analisa o financiamento da assistência social nos municípios de pequeno porte II, habilitados na gestão plena do SUAS no Estado da Paraíba. Os resultados revelam a tendência à focalização, seletividade e instabilidade dos recursos destinados à área, com destaque aos gastos nos programas de transferência de renda e esvaziamento dos Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS).

Palavras-chave: Financiamento da Assistência Social. Fundo Municipal de Assistência Social - Políticas focalizadas.

DANTAS, Maria Francisca Máximo. Execução orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) do município de Campina Grande no ano de 2006. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 12., 2007. **Anais...** Rio de Janeiro, 2007.

Resumo: Trata do financiamento da Assistência Social no município de Campina

Grande (PB). Enfatiza o orçamento do FMAS no ano de 2006, destacando o período de sua criação, fontes, receitas, previsão e execução. O FMAS vem sendo financiado majoritariamente por recursos do FNAS, havendo, portanto um desrespeito ao princípio do co-financiamento contido na LOAS e no SUAS.

DAVI, Jordeana et al. Estrutura tributária e política social: considerações sobre o financiamento da seguridade social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008. **Anais...** Maranhão: ABEPSS, 2008.

Resumo: Aborda algumas reflexões acerca do modelo tributário brasileiro, tanto no aspecto na repartição dos recursos entre os entes federados, como das bases de incidência econômica, que o caracteriza como progressivo ou regressivo, e a sua relação com a política social, particularmente com a seguridade social, que conquistou, a partir da Constituição Federal de 1988, um orçamento próprio, baseado na pluralidade de fontes, que vem sendo ameaçada pela Proposta de Reforma Tributária encaminhada ao Congresso Nacional, em 2008.

DAVI, Jordeana et al. O financiamento da Assistência social no contexto do SUAS: notas reflexivas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 12., 2007. **Anais...** Rio de Janeiro, 2007.

Resumo: Examina o financiamento da Assistência Social no contexto do SUAS no município de Campina Grande (PB). Neste município, esta política representou 1,64% dos recursos da Prefeitura em 2005. Curiosamente, no contexto do SUAS, observa-se uma redução de recursos, pois em 2005 a execução orçamentária da Assistência Social foi apenas 49% dos recursos orçados, uma das menores dos últimos anos.

DIAS, Adriane Tomazelli; BOSCHETTI, Ivanete; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. Reestruturação do financiamento da Assistência Social nos municípios cearenses após a implementação da LOAS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11.; In: ENCONTRO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL, 3., 2004, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: [S. n.], 2004.

Resumo: Analisa a reestruturação do financiamento no âmbito dos municípios cearenses, por meio da identificação de criação dos Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS), da origem dos recursos, da regularidade de seu repasse

para os FMAS, bem como a existência da previsão de fontes e de sua garantia em lei.

JUNGER, Elaine; **ESTEVES**, Gecilda. O (des)financiamento da Seguridade Social: escassez de recursos ou opção política? Um estudo do orçamento público nos anos de 1997 e 1999. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11.; ENCONTRO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL, 3., 2004, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: [S. n.], 2004.

Resumo: O presente trabalho é parte integrante da pesquisa “Seguridade Social Pública no Brasil: É Possível?: a contra-reforma do Estado e o (des)financiamento das políticas sociais”, que tem como objetivo traçar o perfil do financiamento da Seguridade Social pública no Brasil. Entendendo que a proposta orçamentária revela uma opção política e um projeto de governo, para tanto, foram analisados os exercícios de 1997 e 1999 do Governo Fernando Henrique Cardoso, período em que a contra-reforma do Estado inviabilizou o conceito constitucional de Seguridade Social por meio de uma política neoliberal que derruiu as bases de seu financiamento. Tal estudo vem no sentido de verificar se o discurso da escassez de recursos corresponde à realidade. Como resultados parciais destaca-se o fato das três políticas que compõem a Seguridade Social serem tratadas de forma desarticulada nas peças, desconsiderando o seu conceito constitucional. É possível verificar, também, que grande parte dos recursos é destinada para o pagamento de encargos financeiros União, que tem como maior expressão a dívida pública e a figura do superávit primário, a partir de 1999. O presente trabalho tem como finalidade traçar o perfil do financiamento da Seguridade Social pública, que no Brasil inclui as políticas de Assistência Social, Saúde e Previdência, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. Período em que a contra-reforma do Estado (Behring, 2003) inviabilizou o conceito constitucional de Seguridade Social por meio de uma política macroeconômica neoliberal que derruiu as bases de seu financiamento.

LADEIRA, Silvia Cristina Guimarães. Análise das peças orçamentárias do governo Lula no exercício de 2004: desvendando o lugar da seguridade social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11.; ENCONTRO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL, 3., 2004, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: [S. n.], 2004.

Resumo: Este trabalho é resultado parcial da pesquisa “Seguridade Social Pública: É Possível? A contra-reforma do Estado e o (des)financiamento das políticas sociais”, desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social (FSS/UERJ). Trata-se da análise da Lei de Diretrizes

Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2004, que oferecem os parâmetros para a alocação de recursos públicos pelo governo Lula. Esta legislação, que mostra a orientação político-econômica do governo, foi a primeira elaborada pela atual gestão federal. A pesquisa mostra o efeito deletério da macroeconomia do Plano Real sobre as contas públicas e particularmente sobre as políticas de seguridade social, com destaque para os parâmetros de superávit primário e do pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida pública. Constata-se que, pelos indicadores da LDO e da LOA 2004, não há nenhum salto de qualidade no financiamento da seguridade social brasileira, frustrando expectativas de mudança.

LANZETTI, Maria José Sousa; **MARTINS**, Valdete de Barros. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 12., 2007. **Anais...** Rio de Janeiro, 2007.

Resumo: Analisa aspectos da implantação do Sistema Único da Assistência Social, os desafios atuais do co-financiamento e resgata dificuldades históricas dessa Política, considerando a conjuntura adversa para ampliar recursos e aprovar Emenda Constitucional que assegure percentuais de aplicação nas esferas de governo. Reflete sobre os procedimentos técnicos e políticos que caracterizam a nova processualidade do financiamento da Política de Assistência Social.

NASCIMENTO, Juliana Maria do. O financiamento da Assistência social nos municípios de Cabedelo e Patos - PB: considerações sobre o período 2005-2007. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008. **Anais ...** Maranhão: ABEPSS, 2008.

Resumo: Trata do financiamento da Assistência Social, destacando a realidade dos municípios, a partir da implantação do SUAS. Enfatiza as fontes de receitas dos municípios, a natureza e os itens de gastos da Função Assistência Social e a sua participação nos orçamentos dos municípios analisados.

PELUSO, Tereza Maria Pauliqui. O financiamento da assistência social no município de Maringá. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 12., 2007. **Anais...** Rio de Janeiro, 2007.

Resumo: Volta para o financiamento da Política de Assistência Social do município de Maringá no período de 1997 a 2004, por entender ser o financiamento, entre os mecanismos de gestão, a base para a materialização da política. Compreende-se que, para construir a Assistência Social como política pública, é necessário efetivá-la em programas, projetos e serviços, e o financiamento é elemento essencial para sua concretização.

PEREIRA, Jordeana Davi. Financiamento da Seguridade Social no Brasil - a tensão entre o uso dos recursos fiscais e os recursos da Seguridade Social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11.; ENCONTRO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL, 3., 2004, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: [S. n.], 2004.

Resumo: Enfatiza a tensão existente entre o uso dos recursos fiscais e da seguridade social. Destaca as estratégias do Governo Federal no intuito de recentralizar os recursos na esfera federal através de mecanismos legais, como: Fundo de Estabilidade Fiscal (FEF), Fundo Social de Emergência (FSE) e a Desvinculação de recursos orçamentários (DRU). Através dos dados, mostra a viabilidade da seguridade social pública, caso todos os recursos originalmente criados para financiá-la fossem utilizados para este fim. O texto evidencia ainda o crescimento em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), das receitas de contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Federal, as quais tiveram sua participação de 4,6%, em 1995, para 7,7%, em 2002, o que equivale a uma elevação de sua carga fiscal em 69% em termos de participação no PIB, chegando a corresponder por volta de 46% do total das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal em 2002. Por fim, se os recursos da seguridade social não estivessem sendo utilizados para pagamento da dívida e manutenção do superávit primário, poderíamos avançar na garantia dos direitos sociais estabelecidos pela mesma.

SANTOS, Maria Aparecida Nunes dos. Fundo público e seguridade social: um convite à discussão. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008. **Anais...** Maranhão: ABEPSS, 2008.

Resumo: Este trabalho, fruto de uma pesquisa que encontra-se em andamento, condensa reflexões sobre alguns dos fundamentos da crítica do Estado articulado a discussão do financiamento das políticas sociais, sobretudo, daquelas que compõem a Seguridade Social. Face ao receituário neoliberal quanto o contingenciamento de gastos para reprodução social da força de trabalho, esta problemática é um instigante convite para o serviço social refletir acerca dos

limites do papel do Estado e, por conseguinte da estruturação do fundo público no enfrentamento das expressões concretas da questão social.

TEIXEIRA, Sandra Oliveira; **CONCEIÇÃO**, Tainá Souza. Política econômica e seguridade social: uma análise do Orçamento de 2007 In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008. **Anais...** Maranhão: ABEPSS, 2008.

Resumo: Tece análise crítica sobre o orçamento da seguridade social no ano de 2007, por se tratar do primeiro ano de gestão do segundo mandato do governo Lula. Inicialmente recupera o debate sobre o papel do fundo público no capitalismo contemporâneo e em seguida discute o desempenho da política econômica no governo Lula. Com base nesse percurso econômico político, investiga o orçamento da seguridade social.

1.2.2 Dissertações e Teses

CORDEIRO, J. Lucas. **Gasto federal com assistência social e suas fontes de financiamento: 1990 a 1996.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Estudos Pós-Graduados de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1998.

Resumo: O tema central desta dissertação é o gasto federal com assistência social e suas fontes de financiamento no período 1990 a 1996. Antes de entrar no mérito da discussão sobre o gasto federal com assistência social e suas fontes de financiamento, o estudo mostra os marcos jurídicos e institucionais referentes a este gasto e financiamento no período de 1988 a 1997.

FERREIRA, Ivanete S. B. **Assistência social pública e neoliberalismo: as falácias do governo Collor.** 1995. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, maio 1993.

MENDONÇA, Neusa Maria de Paula. **O financiamento da política de assistência social no município de Goiânia-Goiás - 2002-2006.** 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009.

Resumo: Reflete sobre os mecanismos de gestão utilizados no processo de composição orçamentária no contexto de constituição histórica das políticas sociais brasileiras, em especial da assistência social no município de Goiânia-Goiás (2002 a 2006). A análise privilegia os seguintes aspectos: instrumentos de transferência de recursos financeiros por esfera orçamentária, evolução dos gastos sociais, critérios de partilha, planejamento, análise e avaliação da assistência social como política pública de seguridade. Esta discussão sobre o financiamento ocorre em um cenário político, sob orientação neoliberal, de negação da dimensão pública (de todos, para todos) das políticas sociais e dos direitos sociais. Leva em conta a articulação entre financiamento e controle democrático, bem como a nova configuração da assistência no contexto de implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS/2005), com seus princípios, diretrizes, normatizações e prescrições legais. Este estudo, realizado em bases científicas, pretende identificar a natureza das fontes, a direção e o montante dos recursos financeiros orçados e executados no âmbito da assistência social, em Goiânia(GO), após a homologação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS/NON/1997 e

NOB/2005). A pesquisa revelou, não obstante os avanços preconizados pela Constituição Federal Brasileira de 1988 e pela LOAS/1993, que, em relação ao exercício da democracia direta e participativa, a gestão do financiamento no Estado de Goiás e em Goiânia, ainda é marcada por práticas conservadoras, com predominância de um perfil clientelista e tutelador. O executivo municipal tem declarado publicamente uma visão distorcida da assistência, contrária à que orienta esta dissertação, qual seja vinculada à concepção de cidadania ampliada e de democracia igualitária (fundamentada no conceito de liberdade positiva e de igualdade, com justiça social redistributiva). A interferência de critérios político-partidários identificados na estrutura dos gastos sociais e no modelo de gestão adotado no período analisado revela uma situação agravada pela ausência de planejamento no financiamento das ações dessa política no município, gerando graves distorções. Por fim, analisa as contradições e a dimensão política e técnico-financeiro do planejamento do município. Consta uma acentuada dependência em relação à transferência de recursos financeiros pela União, com prevalência do princípio da regressividade, o que revela ausência de uma cultura político que privilegie a dimensão ético-política e uma grande lacuna no campo do direito, em Goiânia (GO).

Palavras-chave: Políticas sociais. Assistência social. Gasto social. Financiamento.

PACHECO, Joselito da Silva. **Garantias sociais sob constante ameaça no Distrito Federal: entre o desequilíbrio fiscal e a pulverização de recursos na área de assistência social.** 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, 2006.

Resumo: Trata da assistência social no Distrito Federal, no início deste século, demonstrando as dificuldades financeiras, fiscais e político-administrativas que essa política enfrenta no seu reconhecimento como direito de cidadania. A redução ou cortes dos recursos para seu financiamento acarreta perdas para a extensão dos direitos sociais, pois coloca essa política em segundo plano perante as demais políticas públicas, além de não atender às necessidades básicas de seus destinatários. Esses danos tornam-se ainda maiores com a ineficiência dos governos em administrá-los, pois, o uso de práticas arcaicas de administrar o bem público persistem por meio de políticas clientelísticas e paternalistas junto com interesses privatistas. Há, no DF, relação direta entre desequilíbrio fiscal e pulverização de recursos no desenvolvimento da assistência social, desequilíbrio este encoberto pelo discurso da “crise fiscal” do Estado, veiculado pelo credo neoliberal, cuja hegemonia impôs uma contra-reforma conservadora às reformas constitucionais, apanhando o Estado e a sociedade brasileiros a meio caminho da criação de uma proteção social cidadã. A particularidade da assistência social no

Distrito Federal é marcada por uma dissonância mais forte do que acontece com as demais políticas públicas entre o previsto na legislação e o que é de fato executado. E todas as não ações assistenciais do Governo do Distrito Federal refletem-se na não resolutividade da questão da pobreza e do agravamento da concentração de renda na unidade da federação com maior índice de desenvolvimento humano (IDH) do país.

PAIVA, Beatriz Augusto. **A política de financiamento da assistência social: a imprecisa tradução da LOAS.** 2003. Dissertação (Mestrado) - Programa de Estudos Pós-Graduados de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

Resumo: Este trabalho tem por objeto de estudo a política de financiamento da assistência social no âmbito de implantação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), como expressão da dimensão universal do direito à Seguridade Social no Brasil. A análise se detém ao exame da particularidade histórica da política pública de assistência social no país, após a legalização de seu estatuto como direito social, na Constituição de 1988. Este estudo parte das determinações econômico-políticas, percebidas como fundamentais ao conhecimento da particularidade histórica da política pública da assistência social, privilegiando o recorte empírico e o enquadramento teórico tomados como centrais, ou seja, pelo deciframento da lógica política do financiamento público federal das políticas sociais em sua manifestação contemporânea, ditada pelo ordenamento capitalista, pela política econômica brasileira, e pelas novas e velhas regulações tecnonormativas do campo socioassistencial. Compõe, ainda, essa análise, a estruturação dos temas referentes ao escopo e abrangência da assistência social enquanto um direito universal, com as suas modulações teóricas e as inflexões e políticas decorrentes do cenário de direitos, levada a termo pela hegemônica orientação política neoliberal. O propósito maior desdobra-se, também, em cotejar as alterações substantivas trazidas pelas referências constitucionais da cidadania, diante do legado histórico da contraditória composição da responsabilidade estatal no provimento dos direitos sociais na sociedade brasileira, sempre com destaque dos aspectos mais candentes do ponto de vista da estrutura de financiamento e da organização do campo dos direitos socioassistenciais. A ênfase da investigação, encontra-se em assinalar potencialidades na perspectiva da democratização e universalização do acesso à proteção social, nos termos que as políticas públicas de Seguridade Social têm a exercer, a partir dos dizeres constitucionais com a especial distinção à política pública de assistência social. Trata-se de verificar não só a tradução concreta dos fundamentos ético-políticos presentes na modulação das ações a serem prestadas na condição de direitos socioassistenciais, mas os esforços a serem empregados na edificação da nova lógica de financiamento

necessária pra a realização destas políticas públicas. O trabalho tem como suporte três eixos que buscam atingir o objeto de estudo. O primeiro eixo aborda os parâmetros histórico-políticos das políticas sociais, mediante a ponderação sobre a hesitante proteção social exercida sob o ordenamento capitalista. O segundo eixo, enfoca os condicionantes político-econômicos da responsabilidade social do Estado brasileiro, com destaque para a questão do financiamento da Seguridade Social e a fragmentação da assistência social, em seu trânsito como direito social e política pública. O terceiro eixo complementa o investimento sobre o objeto com a análise sobre a estrutura de financiamento da Loas e a sua tradução imprecisa, revelada pelo exame dos dados quantitativos e qualitativos que compõem o sistema de direitos socioassistenciais.

PEREIRA, Jordena Davi. **O (des) financiamento da política de assistência social no município de Campina Grande - PB (1997-2002)**. 2004. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

Resumo: A Assistência Social alcançou status de política pública, a partir da Constituição de 1988, quando a reconhece como política de seguridade social, desmercadorizável, com gestão participativa e com fontes definidas de financiamento. Estas conquistas, portanto, foram implementadas em um contexto político e econômico de ajuste fiscal com implicações político-ideológicas que demarcam as atuais tendências de retorno da filantropia sob a égide do ideário neoliberal. Tal problematização faz-se necessária, dado as características focalizadas e seletivas que demarcam a Assistência Social no Brasil, em detrimento de políticas concretizadoras dos direitos sociais. Este trabalho pretende obter uma aproximação e compreensão da política de Assistência Social através da problemática do financiamento, elucidando os avanços e os impasses políticos e econômicos que a mesma vem enfrentando para o alcance deste estatuto de política pública previsto no plano jurídico. O financiamento das políticas sociais no Brasil e no município de Campina Grande-PB, nosso estudo de caso, e em específico, da Assistência Social, oferece, portanto, um campo vasto de análise, no sentido de elucidar a concepção política e econômica assumida pelos governos (nas três esferas de governo), bem como as disputas políticas em prol do fundo público. A pesquisa ora apresentada revelou que a definição e execução orçamentárias da Política de Assistência Social no município de Campina Grande-PB não vem contribuindo com mudanças significativas para o alcance da Assistência Social, enquanto política de inclusão social, evidenciando ainda a manutenção da tradição política no trato desta política. Esta constatação foi apresentada na exposição e análise dos dados e nas considerações finais, onde buscamos pontuar fatores presentes na realidade deste município, que vêm contribuindo para este desempenho. Os

resultados empíricos comprovam a importância de um maior aporte financeiro para o avanço nesta política para que ela possa cumprir o seu papel de política garantidora de direitos sociais.

Palavras-chave: Assistência Social. Financiamento. Ajuste fiscal. Reforma do Estado. Seguridade Social.

SALVADOR, Evilásio Salvador. **Fundo público no Brasil: financiamento e destino dos recursos da seguridade social**. 2008. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, 2008.

Resumo: Estuda o padrão de Estado Social determinado pela inter-relação entre orçamento fiscal e orçamento da seguridade social na conformação do fundo público no Brasil. Para tanto, investiga as características do financiamento da seguridade social brasileira do ponto de vista da avaliação dos recursos, da magnitude dos gastos e da natureza das fontes de financiamento, problematizando a relação do orçamento da seguridade social com as opções de políticas econômica e social adotadas. Descreve como os recursos destinados às políticas de previdência social, assistência social e saúde são apropriados pelo orçamento fiscal. Em particular, analisa o financiamento e o destino dos recursos aplicados pelos fundos sociais que integram a seguridade social brasileira: o Fundo do Regime Geral da Previdência Social (FRGPS), o Fundo Nacional de Saúde (FNS) e o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), no período de 2000 a 2007. A pesquisa também identifica as bases econômicas de incidência tributária (renda, consumo e patrimônio) no financiamento público no Brasil. O resultado da pesquisa demonstra que a estruturação do fundo público no Brasil configura um Estado Social que não reduz a desigualdade social porque se assenta no financiamento regressivo de suas receitas, com o predomínio de tributos indiretos, onerando os mais pobres e os trabalhadores e privilegiando a acumulação capitalista, especialmente o capital financeiro. As políticas sociais que integram a seguridade social têm padrão restritivo e básico, não universalizando direitos, pois metade da população economicamente ativa não tem proteção previdenciária. Na saúde, a estreita relação do FNS com o setor privado é ameaça constante de a universalização. O montante dos gastos públicos em saúde no Brasil é claramente insuficiente para estabelecer um sistema de saúde público, integral e gratuito. Na assistência social há uma relevância, acentuada nos últimos anos, de focalização dos gastos em detrimento da universalidade do direito. Os recursos que compõem as fontes de financiamento da seguridade social desempenham um papel relevante na política econômica e social, pois são retidos pelo orçamento fiscal, alocados no superávit primário e canalizados para a esfera financeira da economia na forma de pagamento de juros da dívida pública. As

despesas da seguridade social estão infladas com gastos da área fiscal, mas sem o devido aporte de recursos. Com isso, vem ocorrendo o enfraquecimento do sistema de seguridade social na sua totalidade e restringindo-se sua possibilidade de reduzir as desigualdades sociais.

SCATENA, Rosmeire. **A opacidade do financiamento da política de assistência social no ciclo orçamentário em governos locais:** algumas questões para o debate. 2006. Tese (Doutorado) - Programa de Estudos Pós-Graduados de Serviço Social, PUC, São Paulo 2006.

Resumo: Apoiado em marcos legais, que definem os conteúdos políticos da Assistência Social a partir da Constituição Federal de 1988, este trabalho tem como objeto de estudo identificar as condições pré-instaladas no campo do financiamento da Assistência Social em governos locais de uma mesma região para adesão ao SUAS, desenvolvendo o argumento de que os insuficientes recursos destinados ao financiamento da Política Pública de Assistência Social, não se reduzem apenas a incapacidade financeira dos municípios para atender ao aumento da demanda por serviços socioassistenciais. Um conjunto de elementos de natureza técnica, conceitual, cultural e política cercam o campo do financiamento público dessa política, obscurecendo os motivos concretos da minimização dos recursos destinados a ela. Centrado nessa análise, este estudo baseia-se no exame empírico dos principais instrumentos de planejamento de gestão fiscal pública, particularmente os da área da Assistência Social em municípios da Região Metropolitana de Campinas, a partir de um grande eixo investigativo: o comportamento e as preferências alocativas no ciclo orçamentário do financiamento da Assistência Social em governos locais. Os resultados dessa investigação apontam para vários elementos presentes no processo de financiamentos dessa política, que precisam ser enfrentados e superados para se alcançar sua consolidação no mesmo patamar de prioridade que outras políticas públicas de corte social, colocando como o maior desafio, a incorporação de uma nova cultura política capaz de conciliar capacitação teórica, conceitual e técnica e da natureza desses direitos.

Palavras-chave: Assistência Social. Finanças Públicas. Financiamento Público. Orçamentos. Cultura Política.

SILVA, Lucilia Carvalho da. **O uso do fundo público em organizações sem fins lucrativos:** a experiência de organizações da Zona Oeste conveniadas com a Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro. 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2006.

Resumo: Aborda a relação entre público e privado na implementação da política de assistência social no Rio de Janeiro, no tocante ao uso do fundo público em organizações sem fins lucrativos. Parte de dois pressupostos centrais: o reordenamento do papel do Estado contemporâneo traz novas funcionalidades e estatuto diferenciado para atuação das organizações privadas não-lucrativas no enfrentamento da questão social; e, a mudança do papel do Estado não representa simplesmente um enxugamento dos gastos na área social, mas uma nova racionalidade de uso do recurso público, onde as organizações sem fins lucrativos têm relevante função. A grande pergunta é se o financiamento é significativo para a manutenção das organizações sem fins lucrativos, sobretudo, para quê e como ele é utilizado. Para respondê-la, elegemos como universo da pesquisa as organizações sem fins lucrativos conveniadas com a Secretaria Municipal de Assistência Social, e como amostra, as três Coordenadorias Regionais de Assistência Social da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro - CRAS 5.1, 5.2 e 5.3. Nosso objetivo foi estabelecer uma relação entre a transferência de responsabilidades do público para o privado na política de assistência social, em uma região do município de baixos indicadores sociais. Mediante o trabalho de pesquisa teórico-empírica consideramos que não existe uma proposta única sobre o ser não-governamental, portanto, a idéia de ampliação do público, via maior participação das organizações sem fins lucrativos na operacionalização de políticas sociais não apresenta os mesmos discursos e práticas. No caso específico da relação Secretaria Municipal de Assistência Social e organizações sem fins lucrativos na Zona Oeste, observamos que o financiamento público tem sido utilizado para reproduzir programas e projetos descontinuados, onde as organizações privadas não lucrativas compõem como braços executivos da Prefeitura.

TAVARES, Gisele de Cássia. **O financiamento da política de assistência social no estado do Paraná.** 2004. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, Universidade Estadual de Londrina, 2004.

Resumo: A concepção da assistência social como direito, preconizada pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei 8.742/93 (LOAS), tem a correspondência da responsabilidade do Estado em sua provisão. Para tanto, o Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, prevê que, além da instância da gestão e do controle, respectivamente, o órgão responsável pela coordenação dessa política e o conselho, em cada esfera de governo - federal, estadual e municipal - deve instituir a instância do financiamento, representada pelos fundos de assistência social, em que devem ser alocados os recursos destinados ao cofinanciamento desta política pública. Assim, para que seja traduzida a efetiva "capacidade de existir" dessa política, atribuindo-lhe as condições e o respeito à cidadania de seus usuários, a assistência social e seus respectivos fundos, precisam

contar com a alocação de recursos próprios no âmbito das três esferas de governo mencionadas, o que ainda permite avaliar se essa política é considerada prioritária para determinado governo. Com tais elementos, portanto, o intuito deste estudo foi de analisar o investimento do Estado do Paraná na política de assistência social nos anos de 1996 a 2002, ou seja, desde o ano em que se instituiu legalmente no Estado a estrutura do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social até o último exercício financeiro encerrado quando do início da pesquisa, fazendo recortes analíticos acerca da magnitude, da direção e da natureza das fontes de financiamento. A partir do referencial bibliográfico, que enfatizou a busca das bases que levaram à atual caracterização da assistência social como política pública e dos conceitos e conteúdos relativos ao orçamento público como ferramenta para seu financiamento, e também a partir da pesquisa documental efetuada foi possível assinalar se a assistência social foi concebida como política prioritária na destinação de recursos no Estado nos anos em questão e como se configurou sua forma de gestão nessa esfera, a partir do conteúdo apresentado para seu financiamento nos instrumentos orçamentários e financeiros analisados.

Palavras-chave: Planejamento social. Assistência Social - Paraná.

1.2.3 Livros e Coletâneas

BEHRING, Elaine R. O financiamento da seguridade social e o ajuste fiscal. In: _____. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2003. p. 271-280.

Resumo: Mostra a correspondência entre os processos de perda e restrição dos direitos sociais, das privatizações e flexibilidades introduzidas nas relações de trabalho e o financiamento efetivo da seguridade social pública.

BEHRING, Elaine R. Acumulação capitalista, fundo público e política social. In: BOSHETTI, I. et al (Orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas.** São Paulo: Cortez, 2008. p. 44-63.

Resumo: Propõe uma reflexão acerca da condição da política social na dinâmica do capitalismo contemporâneo, destacando o lugar do fundo público e do financiamento da política social nesse contexto, a partir dos aportes da crítica marxista da economia política. Tal reflexão parte dos resultados parciais da pesquisa desenvolvida acerca do financiamento da seguridade social brasileira, a qual revela a lógica perversa da alocação do fundo público no país, do ponto de vista das demandas dos trabalhadores e das necessidades sociais reais.

BOSCHETTI, Ivanete. Financiamento e gasto da assistência social: pulverização e regressividade. In: BOSCHETTI, I. **Assistência social no Brasil: um direito entre a originalidade e conservadorismo.** 2. ed. Brasília: GESST/SER/UnB, 2003. p. 193-271.

Resumo: Analisa o financiamento da política de assistência social no período de 1994-2002, revelando seu caráter regressivo e pulverizado. Regressivo porque as fontes de receita ainda oneram predominantemente a população usuária. Pulverizado porque os recursos destinados à assistência social em âmbito federal são fragmentados em vários ministérios e programas que não se submetem às normas da Loas e reduzem os recursos do FNAS. Por outro lado, a análise da aplicação dos recursos do FNAS mostra claramente que o aumento dos recursos deve-se fundamentalmente ao benefícios de prestação continuada, ou seja ao único direito assegurado constitucionalmente.

BOSCCHETTI, Ivanete (Coord.). **Pesquisa LOAS + 10 anos**: avaliação dos dez anos de implementação da Lei Orgânica de Assistência Social: o olhar dos Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal. Brasília: GESST/UnB : CNAS, 2003. p. 81-125.

Resumo: Pesquisa desenvolvida junto aos Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal de Assistência Social com intuito de avaliar a implementação da Política de Assistência Social pelos sujeitos diretamente envolvidos nos espaços de participação e controle social estabelecidos na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), sancionada em dezembro de 1993. A pesquisa insere-se em projeto mais amplo do Conselho Nacional de Assistência Social denominado LOAS + 10, designado a divulgar e comemorar o aniversário de dez anos da aprovação e publicação da primeira lei orgânica que regulamentou a Constituição Federal de 1988 e reconheceu os princípios e diretrizes para reorganização desta área nas três esferas de governo. Nesse contexto, a pesquisa buscou verificar se as normas legais regulamentadoras da Política de Assistência Social vêm sendo cumpridas nos Estados, Municípios e Distrito Federal e em que medida sua implementação vem consolidando o sistema descentralizado e participativo previsto na legislação.

BOSCHETTI, I.; **TEIXEIRA**, Sandra O.; **DIAS**, Adriane T. A execução orçamentária da política de assistência social e dos programas para crianças e adolescentes.. In: A ABONG nas Conferências 2005 Criança e Adolescente - Assistência Social. Brasília: ABONG, nov. 2005. p. 12-30.

Resumo: Texto elaborado como subsídio ao debate para as conferências de assistência social e da criança e do adolescente em 2005. Analisa, do ponto de vista do orçamento, a política de assistência social em sua competência de garantir bens e serviços a todos os segmentos, bem como as ações de diversas políticas sociais voltadas para um segmento específico (criança e adolescente), que integram o chamado Orçamento Criança.

CARDOSO, Priscila. **Fundo Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo**. São Paulo: Instituto Pólis / PUC-SP, 2003. 64p. (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 16). Disponível em <http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=131>. Acesso em: 7 ago. 2009.

Resumo: O caderno é o resultado de estudo iniciado em março de 2003 sobre o fundo Municipal de Assistência Social do Município de São Paulo (FMAS). Discussões sobre orçamento, contas, financiamento, fluxo de recursos e gastos

da área social e o processo de regulamentação e funcionamento do FMAS fazem parte do texto de modo a aproximá-la da sociedade civil.

CASTRO, Jorge Abrahão de et al. **Análise da evolução e dinâmica do gasto social federal: 1995 - 2001**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003. (IPEA - Textos para discussão, n.988). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0988.pdf>. Acesso em ago. 2009.

Resumo: Os gastos realizados pelo governo federal em áreas sociais ao longo do período compreendido entre 1995 e 2001 foram dimensionados, analisados e apresentados a cada ano em valor global e desagregado por áreas de atuação, ou seja, o presente trabalho dá prosseguimento a trabalhorealizado anteriormente por técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Os atuais resultados mostram uma evolução do Gasto Social Federal (GSF) com pequena prioridade macroeconômica. A prioridade fiscal foi bastante irregular, tendo momentos de aumento e momentos em que a fração da despesa efetiva destinada à área social caiu. Além disso, o governo federal utilizou fontes de financiamento do gasto social a fim de enfrentar o desequilíbrio fiscal e financeiro.

CASTRO, Jorge Abrahão de et al. **Gasto social e política macroeconômica: trajetórias e tensões no período 1995-2005**. Rio de Janeiro: IPEA, 2008. (IPEA - Textos para discussão, n. 1324). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=2889>. Acesso em: ago.2009.

Resumo: Analisa a trajetória do Gasto Social Federal (GSF) de acordo com a metodologia de áreas de atuação, desenvolvida na Diretoria de Estudos Sociais (Disoc) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

CARVALHO JUNIOR, Pedro Humberto Bruno de. **Análise do gasto da União em ações assistenciais ou focalizado na população pobre e em benefícios previdenciários de fortes impactos sociais: 1995-2004**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. (IPEA - Textos para discussão, n.1236). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1236.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Analisa o gasto federal em ações orçamentárias assistenciais ou focalizadas na população pobre, além dos benefícios previdenciários de forte impacto social (até um salário mínimo), no período de 1995 a 2004. Na análise da evolução real do gasto, esse aumentou de 13,3% da Receita Líquida da União,

em 1999, para 15,4%, em 2004. Em relação ao grupo populacional beneficiado, houve aumento nas ações voltadas para a família pobre em geral de - 9% do gasto, em 2000, para 38% em 2004 - com os grupos de idosos, de deficientes e de menores de idade perdendo participação.

CUNHA, Rosani E. O financiamento das políticas sociais no Brasil. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social: Módulo 3. Brasília: UnB/CEAD, 2000. p. 89-102.

Resumo: Discute a organização do Estado brasileiro como uma federação e a partilha de recursos financeiros decorrente; o conceito de Seguridade Social e o orçamento específico que o acompanha; o financiamento das políticas componentes da seguridade social e a gestão financeira através de fundos especiais.

FAGNANI, Eduardo. Ajuste econômico e financiamento da política social brasileira: notas sobre o período 1993-1998. In: RICO, E.de M.; RAICHELIS, R. (Org.). **Gestão social:** uma questão em debate. São Paulo: EDUC/IEE, 1999. p. 141-171.

Resumo: O autor, ao abordar a temática do financiamento da política social brasileira, observa que a adoção do modelo de desenvolvimento, em especial a partir de 1993, ampliou a exclusão social destruindo as bases financeiras e institucionais do Estado, fragilizando sua ação no âmbito das políticas sociais. Desde o regime militar se observa uma regressividade dos mecanismos de financiamento, centralização do processo decisório, privatização do espaço público e redução do caráter redistributivo. Os investimentos em programas sociais devem ser compreendidos a partir do modelo que privilegiou uma abertura brusca e indiscriminada da economia, provocando graves desequilíbrios na balança de pagamentos, com o conseqüente aumento das taxas de juros internos (dívida interna), cuja maior conseqüência foi a redução do ritmo de crescimento econômico.

FAGNANI, Eduardo. Avaliação do ponto de vista do gasto e financiamento das políticas públicas. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de políticas sociais:** uma questão em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez: IEE, 2001. p.119-130.

Resumo: Analisa três questões do fundamentais na avaliação do financiamento e políticas públicas: 1) o que expressa o financiamento e o gasto na avaliação das

políticas sociais? 2) quais indicadores sobre financiamento e gasto são relevantes pra a avaliação de políticas sociais? 3) quais são as principais características do financiamento das políticas sociais no Brasil?

FERNANDES, Maria Alice da Cunha (Coord.). **Gasto Social das Três Esferas de Governo - 1995**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. (IPEA - Textos para discussão, n.598). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/td_0598.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Trata-se da consolidação do gasto público brasileiro com programas voltados para a melhoria, a curto e longo prazos, das condições de vida da população, e também para o atendimento mais amplo das demandas sociais colocadas pelo status de cidadania. A obtenção de uma primeira medida relativa do perfil, da estrutura e da responsabilidade de execução desses gastos pode vir a contribuir para confirmar ou desmistificar alguns conceitos que já fazem parte do imaginário presente no debate sobre a questão social.

FERREIRA, Maria de Fátima Azevedo. **Financiamento da Assistência Social:** desafios históricos. São Paulo: ABONG, 2001. (Série Política de Assistência Social: uma trajetória de avanços e desafios. Caderno n. 30). Disponível em: <http://www.abong.org.br/final/cadernos_abong.php>. Acesso em: 7 ago. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. Bolsa Família e Segurança Alimentar. Rio de Janeiro: IBASE, 2007.

Resumo: O Programa Bolsa Família é uma política elaborada para lidar com o problema da fome e beneficia aproximadamente 11,1 milhão de famílias pobres brasileiras. Pela trajetória do Ibase com o tema da segurança alimentar e nutricional, não poderíamos deixar de analisar essa política e em que medida influencia a capacidade de famílias, de se protegerem da fome. A pesquisa ajuda a compreender como as famílias mais pobres se alimentam e de onde vêm os produtos consumidos, o que nos dá condições para pensar quais políticas são mais relevantes para garantir o direito humano à alimentação, principalmente em um contexto de crise mundial de alimentos.

Palavras-chave: Assistência. Programa. Pesquisa.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Diretoria de Pesquisas, Gerência Técnica do Censo Demográfico. **As entidades de assistência social privadas sem fins lucrativos 2006.** Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 118 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/peas/2006/assistencia_social_privada2006.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: As informações sobre a oferta de serviços de assistência social no Brasil são escassas e dispersas, inexistindo, até o momento, levantamentos ou pesquisas regulares de âmbito nacional que permitam identificar as entidades privadas sem fins lucrativos prestadoras desses atendimentos e as condições em que os mesmos são realizados. Para conhecer os dados básicos sobre a rede de atendimento socioassistencial executado por tais instituições, visando a subsidiar a implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS com informações sobre os serviços prestados, possibilitando uma melhor orientação para os investimentos estratégicos, o IBGE, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, realizou a Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas sem Fins Lucrativos. Utilizou-se como base o Cadastro Central de Empresas – CEMPRES do IBGE, onde foram identificadas e quantificadas 33 076 entidades relacionadas ao grupo Assistência Social, das quais 16 089 se declararam como prestadoras de serviços de assistência social e abrangidas pela política pública sob responsabilidade do MDS. Com a presente publicação, o IBGE traz ao público os resultados dessa investigação pioneira, levada a campo em 2006 em todo o Território Nacional, para a caracterização formal desse importante segmento da sociedade civil. Nela, são focalizados o perfil das entidades relativamente à sua qualificação, títulos e credenciamento pelos órgãos competentes, identificação dos serviços prestados, modalidades socioassistenciais, âmbito de atuação, período de funcionamento, metodologia de atendimento, instalações e equipamentos disponíveis, capacitação e nível de formação dos colaboradores, financiamentos, parcerias e caracterização do público-alvo, para o total Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. A publicação inclui, ainda, notas técnicas com informações metodológicas sobre a pesquisa e um glossário com os termos e conceitos considerados relevantes para a compreensão dos resultados. O CD-ROM que a acompanha contém, além das informações do volume impresso, tabelas com outros níveis de desagregação dos resultados da pesquisa e o Manual do Entrevistador, que conceitua, detalhadamente, todas as características investigadas no levantamento. As estatísticas ora divulgadas fornecem valiosa contribuição aos órgãos governamentais e às próprias instituições da sociedade civil para maior conhecimento do perfil, dimensão e dinâmica da Assistência Social no País.

MENEZES, Francisco; **SANTARELLI,** Mariana. **Bolsa família:** vencendo a pobreza? Rio de Janeiro: IBASE, 2008. Disponível em <http://www.ibase.br/>

modules.php?name=Conteudo&pid=2450. Acesso em 7 ago de 2009.

Resumo: A pobreza no Brasil deve ser enfrentada sob a égide dos direitos, considerando que ela não tem uma única cara e exige respostas diversas e múltiplas. Não existem saídas milagrosas. O pagamento da imensa dívida social passa, inevitavelmente, pela redução da desigualdade, com a cobrança dos custos que as elites brasileiras tanto relutam assumir. Por fim, o desenvolvimento deve ser regido pelo esforço de inclusão de famílias como as de Maria da Penha, de Marta e de Janete e Odair, que não podem perder a esperança de uma vida digna. Se não para eles, ao menos para seus filhos.

Palavras chave: Assistência. Programa. Pesquisa.

OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. In: _____. **Os direitos do antivalor:** a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998. p. 19-48.

Resumo: Discute o padrão de financiamento público da economia capitalista. Este padrão de financiamento pode ser sintetizado na sistematização de uma esfera pública onde, a partir de regras universais e pactadas, o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital, de um lado, e, de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais. O fundo público é agora um ex-ante das condições de reprodução de cada capital particular e das condições de vida, em lugar de seu caráter ex-post, típico do capitalismo concorrência. Ele é referência pressuposta principal, que no jargão de hoje sinaliza as possibilidades da reprodução. Esta é a tese principal do autor que é desenvolvida em seu texto.

ROCHA, Paulo Eduardo. **Financiamento da Assistência Social.** São Paulo, outubro de 1997. (Série Subsídios às Conferências de Assistência Social. Caderno n.21). Disponível em: <http://www.abong.org.br/final/cadernos_abong_antigos.php>. Acesso em: 6 ago. 2009.

Resumo: O problema do financiamento da assistência social não se resume ao montante de recursos aplicados nesta política. Um outro aspecto relevante é a forma de gestão dos recursos. Os repasses entre os Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e os Fundos Estaduais e Municipais, e destes para as instituições prestadoras de serviço, não podem reproduzir os mecanismos e a cultura clientelista da Assistência social. Do contrário, o aumento de recursos poderá

significar um maior incentivo ao clientelismo e ao assistencialismo oficial. Por esta razão, o exame do financiamento deve ser considerado a partir do novo quadro conceitual e legal da assistência social, no âmbito da Seguridade Social e de seu orçamento, bem como dos mecanismos de controle da sociedade sobre a política assistencial. Estes aspectos serão vistos a seguir, nos itens 2 e 3. No item 4, será feita uma análise sobre a situação do Orçamento da Seguridade Social e do Fundo Nacional de Assistência Social.

Palavras-chave: Orçamentos. Contribuições sociais. Seguridade social.

ROCHA, Paulo. **Implicações da política econômica na Seguridade e na Assistência Social no governo FHC.** (Série Política de Assistência Social: uma trajetória de avanços e desafios. Caderno n. 30). Disponível em: <http://www.abong.org.br/final/cadernos_abong.php>. Acesso em: 7 ago. 2009.

SALVADOR, Evilásio. **O financiamento e o destino de recursos da Seguridade Social.** In: LANÇAMENTO do Observatório da Cidadania/Social Watch 2007. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <<http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=2130>>. Acesso em: 15 set. 2009.

Resumo: Para o autor, o orçamento da Seguridade Social no Brasil, previsto pela Constituição de 1988, transformou-se, no decorrer dos anos, em “letra morta”. Uma das origens da distorção dá-se em 1994 quando desvinculou-se recursos previstos para a Seguridade (via mecanismo da Desvinculação das Receitas da União, prorrogada por Lula e cuja nova prorrogação até 2011 está para ser votada no Congresso na mesma emenda constitucional que prorroga a CPMF). Segundo o autor, apenas em 2006 as receitas desviadas da Seguridade de suas finalidades constitucionais (Previdência, Saúde e Assistência Social) chegaram a R\$ 33,8 bilhões. Se não houvesse desvinculação (justificada pelos governos por conta do equilíbrio fiscal) a Seguridade não seria deficitária. “(...)ocorre uma perversa alquimia que transforma os recursos destinados ao financiamento da Seguridade Social em recursos fiscais para a composição do superávit primário e, por consequência, a sua utilização em pagamento de juros da dívida”, escreve.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. O financiamento dos abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. In: SILVA, Enid Rocha Andrade da (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária:** os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004. p.169-194. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=245>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Descreve e discute a estrutura do financiamento e do gasto dos abrigos pesquisados, segundo a sua vinculação pública ou privada. A ênfase recai sobre a composição das receitas, despesas e custos destas instituições, demarcando as principais fontes de recursos para o financiamento dos serviços, bem como seus principais itens.

SILVA, Fernando A. Rezenda da; **SILVA**, Beatriz Azeredo da. **Fundos Sociais.** Rio de Janeiro: IPEA, 1986. (IPEA - textos para discussão, n.85). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1986/td_0085.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Analisa as transformações no padrão de financiamento do gasto público e de suas consequências. Examina alternativas de reforma dos mecanismos de financiamento dos programas sociais.

SPOSATI, Aldaiza (Coord.). **Indicadores da gestão municipal da política de assistência social no Brasil - 2005/2006:** fotografia da assistência social no Brasil na perspectiva do SUAS. Brasília: CNAS ; São Paulo: PUC-SP, 2007. p. 107-124.

ZACKESKI, Nelson; **RODRIGUEZ**, Maria Lelia O. F. **Gastos públicos federais regionalizados: exercícios de comparação temporal 1995 - 1998 e 2002.** Rio de Janeiro: IPEA, 2007. (IPEA - Textos para discussão, n. 1265). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=1959>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Conhecer a estrutura regional e estadual da atuação do governo federal é básico para a formulação de políticas de desenvolvimento. Com base nesta premissa, a execução financeira da União foi estudada e reorganizada para obter comparações temporais entre os anos 1995-1998 e 2002. A metodologia desenvolvida para esse fim permitiu uma série de exercícios com base nas principais categorias da contabilidade pública: grupos de natureza da despesa, estrutura organizacional do governo e estrutura funcional-programática. Os resultados que ressaltam as comparabilidades e as inconsistências encontradas indicam um discreto direcionamento dos gastos para regiões e estados com menor PIB e maior população. O quadro de estabilidade encontrado, no entanto, também indica pouca capacidade transformadora do Estado no espaço econômico nacional.

1.2.4 Periódicos

BATINI, Odária; **COLIN**, Denise R. A.; **FOWLER**, Marcos. Assistência Social: controle e financiamento. **Ser Social**, Brasília, n. 1, p. 117-140, jul./dez. 2000.

Resumo: O estudo resultou de uma investigação-ação que teve dois desafios. O primeiro foi o de imprimir a atitude investigativa como elemento constitutivo do processo de implementação da política pública de assistência social no Estado do Paraná, numa dimensão teórico-crítica. O segundo foi o de dar concretude ao dever institucional do Ministério Público de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Considerou-se no estudo: a) intensidade dedados contidos no processo de habilitação à gestão municipal, demonstrando a conformação do sistema descentralizado e participativo da assistência social intuído em cada município; b) viabilidade da intervenção na realidade local; c) a precariedade de conhecimentos observada no material analisado, em relação ao financiamento da assistência social e do respectivo gerenciamento dos recursos.

BOSCHETTI, I.; **SALVADOR**, Evilásio. Orçamento da Seguridade Social e política econômica: perversa alquimia. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 87, p. 25-57, nov. 2006.

Resumo: Analisa o financiamento e investimento da Seguridade Social no Brasil, no período de 1999 a 2005, com o intuito de problematizar a relação entre o Orçamento da Seguridade Social e as opções de política econômica e social adotadas nesse período. Mostra, ainda, o sentido e a direção dos recursos aplicados. Em relação às fontes de financiamento, aponta seu caráter regressivo e a concentração das fontes que custearam a Seguridade Social. Quanto aos investimentos, aborda a distribuição dos recursos entre as políticas de previdência, saúde e assistência social.

BOSCHETTI; Ivanete; **TEIXEIRA**, Sandra Oliveira. Imprecisão conceitual e pulverização dos recursos federais na função assistência social. **Ser Social**, Brasília, n. 12, p. 115-143, jan./jun. 2003. Disponível: http://www.red.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/279/108

Resumo: Analisa o gasto federal brasileiro da Função Assistência Social, conforme a classificação do Orçamento Geral da União, no período de 1994-2001. Duas

situações foram constatadas: a pulverização dos recursos em diversas unidades orçamentárias, sem uma correspondente articulação com os mecanismos do sistema descentralizado e participativo da assistência social; e a outra, o equívoco na concepção de assistência social, o que ocasiona a dispersão do recurso em ações que não tem caráter assistencial. São situações que contribuem para descaracterizar a política de assistência social, transformando-a em território indefinido e passível de ser capturada por todo e qualquer interesse clientelista.

BOSCHETTI, I.; **TEIXEIRA**, Sandra O.; **DIAS**, Adriane T. A execução orçamentária da política de assistência social e dos programas para crianças e adolescentes. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 85, p. 71-97, mar. 2006.

Resumo: Revela tendências no processo histórico de aplicação de recursos realizada pelo governo federal no período de 1997 a 2005 no âmbito da política de assistência social e de programas voltados para a infância, adolescência e juventude. A apreensão dos dados possibilita sinalizar pequena pequena ampliação dos recursos no orçamento da seguridade social, fortemente influenciada pela continuidade da austeridade fiscal como orientação norteadora da política econômica brasileira. Constata ainda, o reduzido crescimento dos recursos ao longo dos anos dos governos FHC e Lula.

CORDEIRO, José Lucas. Gasto federal com assistência social e suas fontes de financiamento: 1990-1997. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 21, n.62, p. 113-14, mar. 2000.

Resumo: Objetiva oferecer elementos referentes ao gasto com assistência social do governo federal e suas fontes de financiamento.

CUNHA, Rosani E. da. O financiamento da assistência social na teoria e na prática. **Revista Inscrita**, Brasília, n. 2, p. 33-38, maio 1998.

Resumo: Discute as fontes de recursos e os gastos com assistência social, os mecanismos e critérios de repasse dos recursos e sobre os fundos especiais como instrumentos de gestão financeira.

FERREIRA, Maria de Fátima A. Financiamento da assistência social: desafios históricos. **Cadernos Abong**, São Paulo, n. 30, p 127-138, nov. 2001.

Resumo: O texto tem a intenção de buscar uma reflexão acerca do problema do financiamento da Assistência Social e, conseqüentemente, de seus dois outros eixos: gestão e controle social. A gestão descentralizada e participativa necessita de um controle social por parte da sociedade, desde a elaboração até a execução e avaliação da política e do orçamento, por meio dos Conselhos.

PAIVA, Beatriz A.; **ROCHA**, Paulo E. O financiamento da política de assistência social em perspectiva. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 22, n. 68, p. 83-110, nov. 2001.

Resumo: Discute a participação do governo federal no financiamento da assistência social nas gestões de Fernando Henrique Cardoso.

PEREIRA, Ana Maria W. do V. et al. A letra viva da lei: a descentralização em Santa Catarina e o processo de financiamento. **Cadernos Abong**, São Paulo, n. 21, p. 31-36, out. 1997.

Resumo: Intenciona ampliar a socialização do processo de descentralização da Assistência Social em Santa Catarina, considerando um dos mais relevantes acontecimentos nesta direção, que foi a construção da nova metodologia de aplicação financeira deste política pública.

PINHEIRO, Lessí Inês Farias. Fundo Nacional da Assistência Social: da teoria à prática social. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 4, n. 4, dez. 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/issue/view/89>>. Acesso em: 31 ago. 2009.

Resumo: Analisa o financiamento da assistência social no contexto dos ajustes fiscais realizados no Brasil no período 1990-2003. Para tanto, inicialmente, explicita o marco político-legal da política de Assistência Social. A seguir, analisa a execução orçamentária do Fundo Nacional de Assistência Social desde a sua criação até 2003.

Palavras-chave: Assistência Social. Execução Orçamentária.

RIZOTTI, Maria Luiza Amaral et al. Poder Público e Investimento para a assistência social no município de Londrina. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 4, n. 2, jan./jun. 2002.

Resumo: O presente artigo pretende demonstrar o desempenho do investimento público na Assistência Social através da análise do balanço geral da Prefeitura do Município de Londrina no período de 1994 a 1999.

ROCHA, Paulo Eduardo. Financiamento da assistência social. **Cadernos Abong**, São Paulo, n. 21, p. 16-30, out. 1997.

Resumo: Traça considerações acerca do novo quadro conceitual e legal da assistência social, no âmbito da seguridade social e de seu orçamento. Analisa também a situação do Orçamento da Seguridade Social e do Fundo Nacional de Assistência Social.

ROCHA, Paulo Eduardo. Implicações da política econômica na seguridade social e na assistência social no governo FHC. **Cadernos Abong**, São Paulo, n. 30, p. 139-170, nov. 2001.

Resumo: Discute a participação do governo federal no financiamento da Assistência Social na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso.

SILVA, Ademir A. da. Política de assistência social: o lócus institucional e a questão do financiamento. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 48, p. 69-83, ago. 1995.

1.3 EIXO GESTÃO DA POLÍTICA

1.3.1 Anais de eventos

ABREU, Maria Helena Elpidio. Assistência social no município de Serra, Espírito Santo: desafios da política no plano de desenvolvimento da cidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008, São Luis. **Anais...** Brasília: ABPCESS, 2008.

Resumo: Trata da elaboração de pesquisa na área da política de assistência social no município da Serra-ES, como parte dos estudos para atualização da Agenda 21 local. Apresenta uma análise quanti-qualitativa das particularidades e condições sócio-econômicas da população no contexto de precarização do trabalho e empobrecimento da classe trabalhadora, articulando tal avaliação à totalidade que envolve o processo de desenvolvimento econômico local/regional. Buscou-se apresentar diagnósticos, problematizar e evidenciar os aspectos gerais para o planejamento das políticas públicas para os próximos anos numa dimensão prospectiva, orientada pelos referenciais ético-políticos, teórico-metodológicos e técnico operativos que norteiam a profissão.

ALVES, Adriana Amaral Ferreira. O protagonismo sócio-político da população na condução dos processos de avaliação da política de assistência social no Brasil. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL, 19., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: FITS/CFESS, 2008.

ALVES, Gláucia Lelis; **SILVA**, Neimy Batista da. A política de assistência social em Goiânia, Góias, gestão e controle social: limites e possibilidades. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (11., 2004, Fortaleza); ENCONTRO

NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL (3., 2004, Fortaleza). **Anais...** [Fortaleza: s.n, 2004].

Resumo: O presente trabalho aborda o processo de implementação da política de assistência social no município de Goiânia entre 2001-2004, em um governo democrático popular. No contexto dessa gestão o Serviço Social conquista espaços importantes para redefinir os rumos da assistência social no município, que tem como órgão gestor a Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário (Fumdec). A política vinha sendo desenvolvida, desde a década de 1970, sob os moldes do primeiro-damismo, da benesse estatal (baseada no toma lá da cá), o que expressou, de imediato, a necessidade de reordenamento e reestruturação institucional para que a assistência social se constituísse como direito e política pública. A luta pela superação dos conflitos e contradições no âmbito dessa política é permeada não só por desafios, mas por importantes conquistas como, a implantação dos Centros Municipais de Assistência Social (Cemas); a regulamentação dos serviços complementares pela Lei de Parcerias; No que se refere ao controle social destaca-se a criação dos Conselhos Locais de Assistência Social (CLAS); o fortalecimento do setorial de assistência social, dentre outros. Estas mudanças vêm provocando a inquietação dos setores mais conservadores da sociedade que resistem em aceitar a Assistência Social como política pública, reduzindo-a ao campo da concessão de benefícios e prestação de serviços. Esta orientação também perpassa a política neoliberal que reforça programas focalistas e residuais pautados na pobreza absoluta reproduzindo, ao invés de combater, os efeitos da desigualdade social.

ARAÚJO, Cleonice Correia. Assistência social e clientelismo: favor ou direito social? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

Resumo: Nesse artigo são apresentadas algumas considerações sobre o processo de ruptura e continuidade das relações clientelistas na assistência social, no contexto de sua construção como política pública. Discute-se o clientelismo na formação social brasileira, procurando demonstrar sua consolidação numa estrutura social contraditória em que o público e o privado se encontram diluídos. Nessa estrutura, o clientelismo tem configurado ações que, historicamente, se constituíram em vias preferenciais para sua reprodução, como a assistência social, inscrita na matriz do favor, da benesse, da tutela. Sua construção como política pública, preconiza a ruptura com essas características. Tomando como referência empírica o Programa de Ação Continuada, coordenado pela Fundação da Criança e da Assistência Social em São Luís MA, a pesquisa prioriza agências e agentes sociais envolvidos na implementação do Programa em referência, para investigar as expressões de ruptura com o clientelismo, na perspectiva de afirmação do direito do cidadão, conforme prescreve a Lei Orgânica da Assistência Social.

ARAÚJO, Cleonice Correia de et al. A política de assistência social e o SUAS: uma visão dos sujeitos sociais envolvidos. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL, 19., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: FITS/CFESS, 2008.

Resumo: O presente artigo problematiza a Política de Assistência Social a partir da compreensão de sujeitos sociais envolvidos com a implementação do SUAS enquanto principal estratégia de sua operacionalização. Toma como referência dados coletados em três estados no contexto da pesquisa O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: um estudo avaliativo de sua implantação. Traz inicialmente uma reflexão crítica acerca da Política e, em seguida, faz uma análise da visão dos gestores, técnicos e conselheiros sobre o sistema, seu processo de implantação, além de apresentar o nível de conhecimento que estes detêm sobre os instrumentos normativos e seu papel no contexto da política. Conclui retomando aspectos centrais da percepção dos sujeitos acerca do SUAS e destacando limites oriundos do protagonismo dos mesmos, além daqueles decorrentes de fatores estruturais. Apontam-se ainda algumas estratégias desses sujeitos com vistas ao enfrentamento desses limites.

AZEVEDO, Maria Isabela Sarmet de. A que serve a assistência social? O significado da política social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

Resumo: A falta de clareza sobre o papel da assistência social, ou a que serve a política social, é um dos assuntos que mais tem despertado debate e discussões no meio acadêmico e profissional (principalmente quando pensamos o esforço da categoria dos assistentes sociais em se posicionarem criticamente em relação a essa questão). Essa indefinição é responsável pela dificuldade encontrada pelos assistentes sociais em compreender as respostas que a assistência social deve dar à sociedade. Sendo assim, a perspectiva desta reflexão é discutir as possibilidades da assistência social responder às necessidades de uma população vulnerabilizada e em risco social e posicionar-se, no sentido da elaboração de um projeto alternativo que corresponda aos objetivos dessa população.

BARILI, Heloisa; **GUIMARÃES**, Gleny T. D. Assistência social pública: quem faz? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

Resumo: Uma das deliberações das Conferências da Assistência Social era realizar um cadastro das entidades assistenciais, obtendo um mapeamento das mesmas. Por solicitação e convênio entre a FASC Fundação de Assistência Social

e Cidadania, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e a Faculdade de Serviço Social da PUCRS, foi realizado a presente pesquisa. O objetivo era identificar as características das entidades assistenciais, que estão presentes no cenário da Política Municipal de Assistência Social. A pesquisa foi do tipo exploratório, coletou dados durante o ano de 2000 e a análise foi do tipo quanti-qualitativa. Realizamos um cadastro que consta em torno de 2.400 entidades, sendo que destas 837 não realizam nenhuma atividade assistencial; 1087 não foram localizadas para informações (mudança de endereço; desativada,) e apenas 500 entidades foram identificadas como assistenciais. Foi elaborado um banco de dados que pode acessar o cadastro de diversas formas: através do nome da entidade, endereço, tipo de população que atende. As 500 entidades assistenciais foram caracterizadas e concluiu-se que a maioria: é particular, estão concentradas no centro da cidade, não possuem registros nos órgãos oficiais de assistência social, como no Conselho Municipal de Assistência Social, trabalham com a colaboração de profissionais de várias áreas, sendo que, muitos destes são voluntários e quando remunerados é por consequência de convênios com o poder público estatal, atende a um público diversificado e as atividades são educativas.

BATTINI, Odaria et al. Redes sócio-assistenciais e o sistema de informação da política de assistência social: inclusão e controle. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10., 2006, Recife. **Anais...** Recife: ABEPSS, 2006.

Resumo: Este trabalho apresenta a proposta de construção do SIPEAS (sistema de informação estadual da assistência social) com objetivo de georeferenciar a rede sócio-assistencial em conjunto com indicadores sociais dos municípios e regiões paranaenses.

BAURER, Egli Muniz. SUAS e os serviços sócio-assistenciais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10., 2006, Recife. **Anais...** Recife: ABEPSS, 2006.

Resumo: O estudo tem por objetivo refletir sobre os serviços sócio-assistenciais no bojo do SUAS, tendo como parâmetro a análise do tratamento que países da Europa vem dando a questão em razão a sua natureza, tipologia, determinações territoriais e papel do estado. Conclui que o Brasil que não possuía regulamentação a respeito, dá hoje a devida ênfase a essa importante forma de provisão da assistência social, embora alguns avanços sejam necessários para que se lhe imprima maior visibilidade e identidade dado o seu peso na provisão dessa política.

BEZERRA, Clara Angélica de A. S.; **SANTOS**, Josiane Soares. A ética profissional do assistente social na relação com as famílias beneficiárias do programa de transferência de renda Bolsa Família. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008, São Luis. **Anais...** Brasília: ABPSS, 2008.

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar a relação entre o profissional e usuário da assistência social, especificamente os usuários do programa de transferência de renda Bolsa família, abordando a postura ética-política do Assistente social a partir do enfrentamento de algumas problematizações do programa federal.

BIASE, Léa Maria Ferraro et al. A gestão da política de assistência social em municípios gaúchos: o desafio de efetivar a assistência social como dever do Estado. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (11., 2004, Fortaleza); ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL (3., 2004, Fortaleza). **Anais...** [Fortaleza: s.n, 2004].

Resumo: Este artigo é fruto de uma pesquisa denominada Implantação do Sistema de Monitoramento e Avaliação da Política de Assistência Social no Rio Grande do Sul, realizada pelo Departamento de Assistência Social da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social/STCAS/RS, com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS, nos anos de 2000 a 2002. A execução do projeto de pesquisa passou pelas etapas de formulação das variáveis e indicadores, definição de padrões de atendimento das modalidades de atendimento da Rede de Assistência Social, elaboração de instrumentos individuais e consolidados de coleta, capacitação aos interlocutores municipais, coleta de dados nos municípios, análise dos dados e elaboração do relatório final. Neste artigo abordam-se dados referentes à estrutura administrativa, aos recursos humanos, ao sistema de informações de 78 municípios gaúchos que compuseram uma série histórica, previamente definida através de critérios técnicos, para a realização da respectiva pesquisa. Pode-se inferir que a pesquisa indica a existência de um movimento positivo dos gestores municipais gaúchos no sentido de reordenar as ações, de criar as estruturas e as ferramentas de trabalho necessário à constituição da Assistência Social como dever do estado.

BONIFÁCIO, Jakeline Gonçalves. Os conselhos de política e de Direito na construção da esfera pública no Brasil: análise da realidade do Conselho Municipal de Assistência Social de Conceição de Ipanema, Minas Gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (11., 2004, Fortaleza); ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL (3., 2004, Fortaleza). **Anais...** [Fortaleza: s.n, 2004].

Resumo: O trabalho que ora apresentamos resulta da investigação da realidade histórica e política do Conselho Municipal de Assistência Social de Conceição de Ipanema/MG. Busca responder ao questionamento que tem por eixo, qual vêm sendo sua contribuição na efetivação da Política de Assistência Social enquanto direito e forma de enfrentamento das múltiplas refrações da questão social no marco de sua atuação nessa realidade política e institucional específica, a partir da participação popular neste espaço. Compreendendo os Conselhos como fruto das lutas dos movimentos sociais na década de 1980, na perspectiva da constituição da esfera pública no Brasil e reordenamento das relações entre o Estado e a sociedade, nossas argumentações procuram ir além do questionamento central, para alcançar a conformação dessas novas relações neste âmbito em particular. Considerando a realidade sócio-econômica e político-cultural brasileira, procuramos apanhar suas determinações sobre nosso objeto de estudo, e nesse movimento verificamos que a conjuntura forjada pelo projeto neoliberal também deixa suas marcas na condução do processo participativo no município em questão; contudo, fator decisivo é a cultura política ali gestada. Apesar de não se revelar inovador, o conteúdo deste trabalho se propõe ser parte da construção de respostas àquela realidade municipal, marcada pelo uso do patrimônio e poder público para interesses privados de uma minoria, demonstrando uma prática de teor clientelista e patrimonialista; realidade esta, carente dentre outras coisas, de uma prática reflexiva capaz de imprimir, ou pelo menos suscitar novos rumos à mesma.

BRANDÃO, Adalberto de Oliveira. Estilo de gestão na elaboração de política de assistência social: a visão do Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL, 19., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: FITS/CFESS, 2008.

Resumo: Esta pesquisa avalia o estilo de gestão do CMAS/POA na elaboração de política de assistência social do município, na visão dos seus próprios integrantes (Conselheiros). Baseia-se no modelo de Análise de estilo de gestão estruturado por Rensis Likert, aplicado às condições e contexto de um conselho de assistência social. Todos os 35 conselheiros municipais responderam a um questionário de levantamento de dados quantitativos, utilizando uma escala tipo Likert, com respostas no intervalo de 1 a 4, correspondendo aos estilos de gestão: autoritário-forte, autoritário-benévolo, participativo-consultivo e participativo-grupal. As questões abrangem aspectos relativos às dimensões ou temas: processos de liderança utilizados, natureza das forças motivacionais, do processo de comunicação, do processo de influência e interação, do processo decisório, do sistema de metas e diretrizes, do processo de controle e metas de desempenho e treinamento. Os resultados evidenciam que o estilo de gestão do CMAS/POA é o participativo-consultivo. A análise das variáveis causais permite sugerir diversas ações para tornar o estilo de gestão participativo-grupal.

BRAZ, Mariana Cavalcanti Sousa; **PEREIRA,** Jordeana Davi. A assistência social no contexto do SUAS: perfil dos trabalhadores que atuam nesta política na esfera municipal. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10., 2006, Recife. **Anais...** Recife: ABEPSS, 2006.

Resumo: Esta proposta de pesquisa tem como objetivo traçar o perfil dos trabalhadores da Assistência Social, no âmbito da Secretaria Municipal da Assistência Social de Campina Grande-PB. Vincula-se ao Programa de Iniciação Científica (PROINCI) da UEPB. Esta investigação se pautará numa análise bibliográfica e documental e na aplicação de um formulário aos trabalhadores dessa secretaria. Encontra-se em fase inicial de execução, prevista para ser concluída em 2007.

CAMPOS, Edval Bernardino; **MACIEL,** Carlos Alberto Batista. Descentralização e municipalização: refletindo a LOAS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 8., 1995. **Anais...** [Salvador?: s.n., 1995?].

Resumo: Este artigo faz um interessante debate acerca da trajetória da assistência social até sua concretização com a Constituição de 1988 com o artigo 203. E posteriormente à partir da ação política da sociedade civil, a Constituição da lei 8.742 de 07/12/1993 - Lei Orgânica Da Assistência Social (LOAS). E suas implicações no processo interventivo do assistente social como direito do cidadão brasileiro.

CAMPOS, Naara de Lima; **LOVATI,** Tatiana Benevides. Conhecendo os usuários do CRAS: traçando um perfil das famílias acompanhadas. In: ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 3., 2008, Vitória. **Anais...** Vitória: PPGPS/UFES, 2008.

Resumo: Este estudo é fruto de uma experiência de estágio e tem a intenção de identificar e analisar o perfil dos usuários da assistência social que são acompanhados pelo CRAS Região de Maruípe da cidade de Vitória. O perfil foi traçado a partir da seguinte metodologia: tabulação e análise de dados dos cadastros que identificam as famílias. A análise demonstrou claramente quem são os usuários dos serviços sócios assistências em suas situações sociais, bem como suas principais demandas.

CARDOSO, Luzia Magalhães et al. Perfil dos gestores do SUAS no Estado do Rio de Janeiro: análise das regiões Metropolitana, Serrana e Médio Paraíba. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008, São Luis. **Anais...** Brasília: ABPESS, 2008.

Resumo: Trata-se de um estudo acerca do perfil dos gestores das Secretarias Municipais de três regiões do estado do Rio de Janeiro, priorizando a relação de parentesco com os prefeitos e o nível de instrução dos secretários. Identificou-se uma forte influência de primeiras damas na condução da pasta da assistência social, reforçando o modelo de benemerência.

CARLITO, Cássia Maria. A política de assistência social e a centralidade na família: desafios e impasses no processo de operacionalização. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008, São Luis. **Anais...** Brasília: ABPESS, 2008.

Resumo: O SUAS tem por objetivo central a definição e a organização dos elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, na qualidade no atendimento, nos indicadores de avaliação e resultado, na nomenclatura dos serviços e da rede assistencial. A unificação da política de assistência social em todo o país, faz parte da luta das/os assistentes sociais na última década e é a última do tripé da Seguridade Social Brasileira, conforme a Constituição de 1988, a ser unificada. Essa é uma conquista importante e necessária reconhecida de forma unânime pela categoria profissional das/dos assistentes sociais. Mas há um elemento presente nos eixos estruturantes e de subsistemas, norteadores da gestão da política, que tem provocado um intenso debate e fortes críticas por parte das/dos profissionais preocupados com a perspectiva de gênero apontando para um possível retrocesso na visão teórico-metodológica que subsidia o processo de trabalho no Serviço Social. Esse elemento refere-se ao primeiro eixo da proposta que é o da Matricialidade Sociofamiliar.

CARVALHO, Anailza Perini de. Uma reflexão sobre a representação da pobreza, do pobre e do usuário da política social no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 3., 2008, Vitória. **Anais...** Vitória: PPGPS/UFES, 2008.

Resumo: Discutir a questão da pobreza nos remete a pensá-la como um fenômeno histórico e multifacetado que se apresenta em diversas dimensões da realidade social, as quais dizem respeito tanto às configurações materiais da pobreza quanto às representações dessa condição. Verifica-se que a pobreza só foi considerada

um problema a partir do capitalismo, passando a ser representada como um mal que atrapalha a ordem e o progresso. Levar em consideração como os usuários são representados significa refletir sobre o planejamento e a execução da política social se os usuários são entendidos como objetos da ação ou sujeitos de direitos (protagonistas).

CARVALHO, Annie Vieira. Programa de transferência de renda na América Latina, México e Brasil. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL, 19., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: FITS/CFESS, 2008.

Resumo: Considerou-se para esse trabalho o estudo aprofundado dos Programas de Transferência de Renda PTR Oportunidades, do México, e Bolsa-Família, do Brasil. Os dois são programas de repasse de renda com condicionalidades direcionados às famílias em situação de extrema pobreza. O objetivo da pesquisa foi conhecer os PTR do México e Brasil, a fim de realizar uma análise comparada entre eles, desde sua formulação até a execução dos mesmos. Detalhes levantados de cada programa, como por exemplos: objetivos, benefícios, critérios de acesso, controle social e obrigações, permitiram entender a relevância social e as relações que envolvem o Oportunidades e o Bolsa-Família.

CARVALHO, Lucilia. O uso do fundo público em organizações de fins lucrativos: a experiência de organizações da zona oeste conveniadas com a Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10., 2006, Recife. **Anais...** Recife: ABPESS, 2006.

Resumo: O presente trabalho é resultado da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da UERJ, e aborda a relação entre público e privado na política de assistência social do município do Rio de Janeiro, no tocante ao uso do fundo público em organizações sem fins lucrativos. Mediante pesquisa realizada observamos que nos convênios da Secretaria Municipal de Assistência Social com as organizações sem fins lucrativos da Zona Oeste, o financiamento público tem sido utilizado para reproduzir programas e projetos descontinuados, onde as organizações privadas não lucrativas comparecem como braços executivos da Prefeitura.

CARVALHO, Maria Angelina Baía de; **SPOSATI**, Aldaíza. A assistência social pública e a enigmática relação entre os entes federativos na regulação da rede

socioassistencial privada. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (12., 2007, Foz do Iguaçu); ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL (4., 2007, Foz do Iguaçu). **Anais...** Foz do Iguaçu: CFESS/ABEPSS/CRESS-PR/ENESSO, 2007.

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo apresentar de forma resumida a pesquisa realizada no curso de mestrado em Serviço Social, na PUC/SP, defendida em outubro de 2004. O estudo dedicou-se a investigar os mecanismos estatais de regulação da rede socioassistencial privada na área da assistência social, mediados pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e sua relação com o fortalecimento dessa política pública. A pesquisa realizou a constituição histórica das primeiras formas adotadas pelo Estado brasileiro para regular a sua relação com as denominadas “associações filantrópicas”, isto é, associações privadas sem fins econômicos, antes denominadas de sem fins lucrativos, que, na legislação brasileira, tradicionalmente esteve entre o campo da benemerência e o campo da filantropia sem receber qualquer especificação distintiva após a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, e a denominação constitucional de entidade beneficente de assistência social. O estudo identificou que os entes federativos, ao longo dos anos, foram criando mecanismos de regulação e reconhecimento dessas associações privadas, sem que exista, até hoje, uma norma que exerça a unificação, articulação e hierarquização dos processos estabelecidos entre as instâncias de gestão governamental no campo da Assistência Social pública. A análise se desenvolveu através do exame da coerência entre as certificações expedidas pelo CNAS, mediante a concessão e fornecimento do registro e do certificado de filantropia, que permitem às associações privadas sem fins econômicos acessar o fundo público através de imunidades, isenções de taxas, emolumentos, impostos municipais, estaduais e federais, cessão de áreas, obtenção de doações e subvenções entre outros benefícios.

CASTRO, Alba Tereza Barroso. A LOAS como determinação dos processos de democracia e modernização econômica do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 8., 1995. **Anais...** [Salvador?: s.n., 1995?].

Resumo: A análise sobre a contramão dos movimentos sociais, põe em destaque o espaço democrático posto em perspectiva com o processo de transição iniciado nos fins dos anos 1970, pois é na democracia que as contra-tendências sociais se explicitam e mostram os diversos aspectos sociais, políticos e econômicos de ordem estrutural. O artigo compreende a LOAS, enquanto instrumento de intervenção para o campo social, à partir do desvelamento da relação Estado/Sociedade Civil, mediatizada por tensões permanentes que se revelam com o fim da ditadura militar. Gestão da Assistência Social

CASTRO, Alba Tereza Barroso de. Assistência social: limites e possibilidades na construção da cidadania. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

Resumo: O artigo situa o papel histórico da Assistência Social no Brasil, apontando aspectos relativos à este modelo de proteção aos pobres, como a noção de pobreza absoluta e o estigma social que recai sobre a população alvo dos serviços assistenciais. O aspecto central, contudo, é reservado à clássica dissociação entre assistência e cidadania social, reproduzida no confronto de dois processos presentes no cenário político brasileiro a partir da década de 80: democracia e neoliberalismo. O impasse projetado por estes dois processos, acentua a já frágil estrutura da assistência social num contexto, no qual ela vinha tentando firmar-se como política pública, como garantia de direito social. Para tentar barrar esta tendência de retrocesso da assistência social, caracterizado por Yasbek como refilantropização da assistência, novos movimentos de organização e pressão da sociedade civil foram acionados. O esforço é reforçar a LOAS e o processo de construção da cidadania social. O estatuto legal por si só não é garantia de ruptura com o antigo quadro de assistencialismo e patrimonialismo. Apesar das conquistas sociais configuradas na Constituição de 1988, ainda não se efetivou, no Brasil, a transição do discurso para a prática. A descentralização do político como fenômeno decorrente, em parte, da política neoliberal, impulsiona, contraditoriamente, a assistência social como estratégia das classes subalternas na perspectiva destas pressionarem a transição da cidadania em suspensão para a cidadania substantiva. Isso tem se tentado com a articulação de mecanismos de organização e participação como Fóruns e Conselhos, evidenciando-se que a cidadania das classes subalternas é processo político, é ação coletiva. É um percurso que já começou a ser percorrido, mas necessita de novas disposições de luta, uma vez que não está dada por preceitos legais. Há ainda necessidade de novos embates para a efetivação, e ampliação do que está legalmente constituído, bem como a conquista de novos direitos.

CASTRO, Alba Tereza Barroso de. As políticas de transferência de renda como face atual da assistência social no Brasil: o bolsa família. In: ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 3., 2008, Vitória. **Anais...** Vitória: PPGPS/UFES, 2008.

Resumo: O Trabalho aborda as Políticas de Transferência de Renda com foco no Programa Bolsa Família, apresentando a sua complexa estrutura de montagem e funcionamento. Tendo como subsídio central, pesquisa realizada, em 2006, pela Secretaria do Estado de Família e Assistência Social do Rio de Janeiro para obter diagnóstico acerca da efetivação do PBF no estado, são apontados e discutidos os principais desafios e impasses desta efetivação.

CIRILO, Joziane Ferreira et al. Os desafios para implementação do SUAS: sistema único de assistência social em Curitiba. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL, 19., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: FITS/CFESS, 2008.

Resumo: Em Curitiba, a partir de 2005, a Política de Assistência Social vem sofrendo reformulações importantes, coordenadas pela Fundação de Ação Social - FAS, que é o órgão gestor da política de Assistência Social do município. Estava em curso a implantação de um Sistema Único de Assistência Social, que trouxe consigo a rediscussão das antigas práticas de intervenção e de gestão, trazendo à tona o debate acerca de novas formas de financiamento, controle, avaliação e participação popular. Neste momento, na FAS, sobressai a importância da revisão das antigas práticas segmentadas, substituindo-as por práticas potencializadoras, que concretizassem os princípios da defesa dos direitos, da distribuição da riqueza, da superação da miséria e da pobreza. As mudanças no marco legal e no paradigma de prestação de serviços no campo da assistência social demandaram da FAS a reorganização dos serviços socioassistenciais com centralidade na proteção dos direitos da família e nos princípios da territorialidade, da hierarquização e articulação da rede de serviços básicos e de média e alta complexidade; da descentralização político-administrativa com ampliação das estruturas físicas e de materiais. Como decorrência desse quadro de desafios, houve a reestruturação do organograma da FAS, e a criação de novas diretorias, que pudessem dar conta de todo o reordenamento exigido pela política. Foram implementadas as diretorias de proteção social básica com 3 coordenações e a diretoria de proteção social especial com 5 coordenações. A implantação do SUAS em Curitiba expressa um momento histórico importante, de grandes avanços na garantia de direitos e acesso, e muito foi conquistado de 2005 aos dias de hoje. Como resultados, podemos destacar a implantação de 25 CRAS em regiões prioritárias da cidade; a elaboração de um índice de vulnerabilidade social que nos permite ter em mãos um instrumento diagnóstico que prioriza a atenção a quem mais precisa; a efetivação dos CRAS como porta de entrada do sistema; a contratação, através de concurso público, de assistentes sociais e psicólogos; e a ampliação do acesso às famílias que mais necessitam da Assistência Social.

CONSTANTINO, José Albuquerque; **SANTOS**, Maria Letícia Amaral B. dos; **QUEIROZ**, Sinara de Fátima Rocha. Os centros de referência de assistência social CRAS: limites e possibilidades. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL, 19., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: FITS/CFESS, 2008.

Resumo: Este estudo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso TCC, apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco no primeiro semestre de 2007. A pesquisa de campo foi realizado

no CRAS da Região Política Administrativa IV na cidade do Recife.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins. Construindo um modelo avaliativo para a assistência social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

DAVI, Jordeana et al. Implantação do SUAS nos municípios em gestão plena no Estado da Paraíba: o desafio do financiamento. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL, 19., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: FITS/CFESS, 2008.

DUTRA, Daniele de Cássia Ferreira; **BONIFÁCIO**, Jakeline Gonçalves. A inclusão produtiva como estratégia de enfrentamento à pobreza no Brasil e enquanto meio de intervenção para o assistente social. In: ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 3., 2008, Vitória. **Anais...** Vitória: PPGPS/UFES, 2008.

Resumo: Num contexto de ajuste neoliberal e de políticas sociais precárias promovidas por um Estado em acelerado processo de desmonte, podemos situar as ações de inclusão produtiva como estratégia de intervenção no âmbito da Política Nacional de Assistência Social para o enfrentamento à condição de pobreza e vulnerabilidade social que assola uma significativa parcela da população brasileira. Pautadas pela perspectiva do trabalho profissional, podemos também refletir em que medida tais ações significam possibilidade de alteração desta realidade e, neste sentido, os desafios postos aos assistentes sociais inseridos em projetos desta natureza.

EIRAS, Alexandra Aparecida Seabra et al. Política de assistência social do governo Lula: desafios da implementação do SUAS. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008, São Luis. **Anais...** Brasília: ABPESS, 2008.

Resumo: A partir da análise crítica da política de assistência social do Governo Lula, a pesquisa estuda as condições político-culturais dos municípios e a configuração do exercício profissional para a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), indicando suas potencialidades e fragilidades na perspectiva da seguridade social. Esses elementos são fundamentais para, articulados à luta por uma política econômica voltada para o crescimento com distribuição de riqueza, fortalecer o processo de efetivação do SUAS como política pública democrática.

FALEIROS, Vicente de Paula; **FREITAS**, Raquel Lino de. Significado da assistência social para população usuária. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008, São Luis. **Anais...** Brasília: ABPSS, 2008.

Resumo: Este trabalho pretende-se discutir a percepção de usuárias da política de assistência social sobre o seu significado na perspectiva analítica das relações estruturantes da formação social brasileira. Foram realizados dez grupos focais em cinco municípios da região metropolitana de Belo Horizonte[2] no período de dezembro de 2007 a abril de 2008 em Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). A análise teórica da assistência social foi situada na relação contraditória entre clientelismo e cidadania articulados nas relações sociais historicamente determinadas. Compreende-se, hoje, a assistência social como uma política pública com características identificadas com o padrão de proteção social universal/distributivista mas num contexto de profunda desigualdade social vinculada ao processo de acumulação capitalista ao longo da história.

FERREIRA, Aline Silveira; **MORAIS**, Viviane Lopes de. Bolsa Família e controle social: uma análise sobre o processo de implementação e a lógica do controle social do Programa Bolsa família no município de Bom Jesus do Itabapoana, Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 3., 2008, Vitória. **Anais...** Vitória: PPGPS/UFES, 2008.

Resumo: O presente trabalho trata-se de uma discussão sobre o processo de implantação de Programas Sociais e sobre a lógica do controle social sobre os mesmos. Desta maneira, estaremos propondo como seu escopo a participação dos setores da sociedade civil no processo de implementação e gestão da primeira fase do Programa Bolsa Família no município de Bom Jesus do Itabapoana - RJ, que se deu através do Comitê Gestor do Programa Cartão Alimentação. Desse modo, os dados utilizados nesse estudo foram obtidos a partir de análises documentais, como também através de conversas informais e entrevistas com algumas pessoas responsáveis pelas ações do Programa desenvolvidas no município durante o período de julho a outubro de 2003, como uma Agente Local de Segurança Alimentar ALSA (entrevistado I), um membro do Comitê Gestor Local (entrevistado II) e a presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (entrevistado III); visando tornar todos dados mais completos possíveis. A ser desse modo, estaremos num primeiro momento apresentando uma discussão sobre a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Programa Bolsa Família, mais adiante sobre o controle social no Programa Bolsa Família, e por fim, trataremos sobre o processo de implementação e gestão da primeira fase deste.

FERREIRA, I. B.; **NASCIMENTO**, J.F.; **TEIXEIRA**, S.O. A política de assistência social no primeiro governo FHC: seletividade, centralização e pulverização. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de janeiro. **Anais...** Rio de janeiro: UERJ, 2001.

Resumo: Apresentamos neste texto os resultados de uma pesquisa que teve como intenção investigar se a implementação da assistência social como direito social pelo governo federal, no período entre 1994 e 1998, seguiu as orientações indicadas pela Lei Orgânica da Assistência Social LOAS (aprovada em dezembro de 1993) e se favoreceu a integração da assistência no âmbito da seguridade social, de modo a consolidar as proposições da Constituição de 1988.

FERREIRA, Ivanete Boschetti; **DIAS**, Adriane Tomazelli; **ARANHA**, Tatyane de Camargo. Recursos marcados: as emendas parlamentares na política de assistência social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de janeiro. **Anais...** Rio de janeiro: UERJ, 2001.

Resumo: A partir da Constituição Federal de 1988 a assistência passa a integrar formal e legalmente a Política de Seguridade Social, devendo, assim, constar do orçamento governamental, juntamente com a saúde e a previdência. É o momento em que ganha perfil de política social pública, direito do cidadão e dever do Estado, devendo seguir novas regras e parâmetros de formulação e execução (Ferreira, 1998). A promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social LOAS, em 1993, regulamentou as disposições constitucionais, assegurando a prestação de serviços e benefícios sistemáticos e continuados, e de programas e projetos que devem contar com recursos materiais e financeiros regulares e obrigatórios.

FERREIRA, Ivanete Boschetti. Seguridade social e trabalho: os paradoxos do complexo previdenciário assistencial brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 9., 1998, Goiânia. **Caderno de comunicações**. Goiânia: [s.n], 1998. v.1, p.32-37.

Resumo: O estudo visa analisar a promoção tardia da Assistência Social ao status de direito social reconhecida legalmente pela Constituição de 88, tendo como aparato a Lei Orgânica de Assistência Social-LOAS, bem como discutir a seguridade social e o trabalho em suas múltiplas interfaces.

FERREIRA, Joyce Pires. As políticas sociais no Estado neoliberal: o terceiro setor e o serviço social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 9., 1998, Goiânia. **Caderno de comunicações**. Goiânia: [s.n], 1998. v.1,p 64-67.

Resumo: O estudo tem por objetivo fazer uma análise histórica da passagem do Estado liberal para o Estado neoliberal e como seus avanços e retrocessos influenciam o social.

FERREIRA, Maria José Ferreira; **ABREU**, Marina Maciel. Considerações sobre a descentralização e municipalização da política de assistência social no Maranhão: indicações para pensar processo de interiorização da prática do assistente social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008, São Luis. **Anais...** Brasília: ABPESS, 2008.

Resumo: O presente trabalho discute o processo de descentralização/municipalização da política de Assistência Social no estado do Maranhão, considerando ser esta política a principal estratégia de interiorização da prática do assistente social no Maranhão. Essa discussão considera esse processo no contexto da Reforma do Estado nos âmbitos nacional e desta unidade da federação.

FONTENELE, Iolanda Carvalho. O controle da pobreza na ordem do capital: a centralidade da assistência social no Brasil do ajuste neoliberal. In: ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 3., 2008, Vitória. **Anais...** Vitória: PPGPS/UFES, 2008.

Resumo: O controle da pobreza na ordem do capital: a centralidade da assistência social no Brasil do ajuste neoliberal é uma tese de doutorado em Políticas Públicas, que teve como objeto de pesquisa o controle da pobreza no cenário do ajuste neoliberal, onde a pobreza ganha centralidade na reestruturação das políticas sociais. A pesquisa tem como referência empírica a política de Assistência Social, no âmbito do governo central, destacando, nesse quadro, o Programa Bolsa Família, enquanto uma ação emblemática do governo federal, voltada para a pobreza. O procedimento metodológico utilizado, por excelência, foi a análise documental, de forma a apreender os conteúdos de leis, sistematizações da política oficial e análises de dados estatísticos. Destaca-se o fato de que a Assistência Social, apesar dos avanços e conquistas da CF/1988 e da LOAS/1993, referentes à concepção de Seguridade Social, vem reafirmando seu conteúdo histórico de alívio da pobreza, portanto, de controle da pobreza e dos pobres.

FONTENELE, Iolanda Carvalho; **SILVA**, Carla Letícia Pinho Gomes Oliveira da; **CARVALHO**, Bruna Layanne Sousa. Família e proteção social primária em situação de pobreza: estratégias e desafios. In: ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 3., 2008, Vitória. **Anais...** Vitória: PPGPS/UFES, 2008.

Resumo: A relevância da pesquisa e da temática abordada é significativa, considerando as tendências presentes nas Políticas Sociais, dentre elas a centralidade da família na ação estatal, especificamente nos programas de intervenção na pobreza. Nesse sentido, apresenta-se como objetivo da pesquisa: identificar e analisar junto às famílias em situação de pobreza em Teresina sua dinâmica interna, sua composição e estrutura, suas estratégias, desafios e dificuldades nas experiências de proteção primária, de modo a explicitar a especificidade da proteção voltada para crianças, adolescentes, jovens, pessoas portadoras de necessidades especiais e idosos na tarefa de administração da pobreza. Pretende-se identificar o perfil socioeconômico das famílias; suas relações de solidariedade interna, os conflitos, os problemas e desafios enfrentados no cotidiano. A pesquisa tem como campo empírico a Pastoral do Menor (Ação Social Arquidiocesana-ASA), que desenvolve ações voltadas para crianças, adolescentes e suas famílias, desenvolvidas em Centros Educacionais da periferia de Teresina. Atualmente a Pastoral do Menor/Projeto Periferia tem 28 centros educacionais, atendendo a 2.604 crianças e adolescentes nas diversas zonas da capital. Dentre os Centros foi selecionado o Dom Miguel, considerando o fato de que as alunas estão fazendo Estágio Supervisionado nessa comunidade. As famílias são abordadas através de questionário semi-aberto, com perguntas abertas e fechadas, considerando seu perfil socioeconômico, bem como as questões relacionadas às formas de proteção social primária (nos seus aspectos materiais e no cuidado – afetivo, físico, acompanhamento, vínculos, relações familiares, formas de solidariedade na família, na vizinhança, etc). A pesquisa prevê a utilização de uma metodologia quanto-qualitativa, uma vez que os dados estatísticos constituem material importante, dando-se ênfase nos aspectos quantitativos, advindos da realidade das famílias pesquisadas, sem perder de vista a importância e o significado de dados qualitativos, considerados aqui como aquilo que emerge como relevante nos depoimentos dos sujeitos, que compõe elemento expressivo, conteúdo exprimível no contexto da análise. O trabalho encontra-se na fase de coleta de dados. A expectativa é de que em agosto, por ocasião da 19ª Conferência Mundial de Serviço Social possa-se apresentar um relatório parcial da pesquisa.

FREIRE, Sheyla Paiter. Questionando o conceito de risco social utilizado nos programas de transferência de renda direcionados as famílias pauperizadas: o caso do Programa Bolsa Família. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008, São Luis. **Anais...** Brasília: ABPESS, 2008.

Resumo: O trabalho questiona o conceito de risco na lógica instrumental pelo Programa Bolsa Família, considerando as condicionalidades e a contrapartida pelas famílias, no modelo de segmentação da pobreza e acesso ao Programa. Discute a naturalização do termo risco social na avaliação para o acesso, o reforço à focalização da assistência, o que reforça a discriminação e a exclusão social. Conclui então, que as estratégias gestadas, corroboram com o projeto neoliberal, que conjuga um discurso falseado da emancipação com as práticas reducionistas da esfera pública nos programas sociais, reforçando o padrão de reprodução da vida moderna e despolitização da Questão Social.

FREIRE, Therezinha Falcão; **ROCHA**, Janne Alves. Municipalização da assistência social em Alagoas: um desafio à Academia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 9., 1998, Goiânia. **Caderno de comunicações**. Goiânia:[s.n], 1998. v.1, p.101-104.

Resumo: Em decorrência da inclusão da Assistência Social como uma das componentes do tripé da Seguridade Social brasileira o estado de Alagoas por meio da sociedade civil organizada, entidades representativas dos trabalhadores e organizações governamentais e não governamentais empreendeu uma ampla ação coletiva para afirmação da Assistência Social como política pública, que era reconhecida até o momento como ação assistencialista de caráter emergencial e focalista.

FREITAS, L.O. A controvertida atuação das ONGS de assistência social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

Resumo: Entender as razões pelas quais tem-se, na sociedade contemporânea, superestimado a capacidade e eficiência da sociedade civil no enfrentamento das desigualdades sociais, numa época em que, gradativamente, vem assumindo o protagonismo na implementação de ações socioassistenciais é tarefa fundamental quando se pretende identificar e entender os obstáculos que a assistência social tem deparado no seu processo de efetivação como política pública, alicerçada dos direitos de cidadania, circunscrita no âmbito do dever estatal. Marco aqui, portanto, o objetivo deste texto.

FREITAS, Raquel Sabará de; **MACIEL**, Carlos Alberto Batista; **LIMA**, Maria Helena Aood. O BPC na política de assistência social: o atendimento e acompanhamento

dos usuários de BPC e seus familiares pelo CRAS. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL, 19., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: FITS/CFESS, 2008.

Resumo: Os serviços Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) são o locus da proteção social básica para o atendimento e acompanhamento dos usuários do BPC e seus familiares. Isso remete ao SUAS e aos municípios grandes desafios para a sua efetivação. Diante disto, este trabalho objetiva analisar os desafios no atendimento CRAS decorrentes da história da operacionalização do BPC pelo INSS. Em nossa reflexão, destacaremos a força vinculante e o ancoramento institucional decorrentes da operacionalização do BPC pela lógica da seguridade social contributiva. Em seguida, descreveremos a sociabilidade de status de assistido que tende a ser reproduzida no usuário no processo de habilitação e revisão do BPC. Depois, apresentaremos a política de inserção do BPC no SUAS a atribuição do serviço CRAS nesse processo. No final, apresentaremos nossas reflexões acerca dos desafios postos aos CRAS em relação ao acompanhamento e ao atendimento dos usuários do BPC e seus familiares decorrentes do modus operandi do direito ao BPC.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli. Concepção e alcance da proteção social: aproximações e divergências. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL, 19., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: FITS/CFESS, 2008.

Resumo: Admitindo-se que os termos seguridade social e proteção social não são sinônimos, considera-se que o exercício de construção do termo proteção social é fundamental para os governantes, profissionais, enfim, para os cidadãos envolvidos com a temática e que na atualidade, inclusive, vêm se dedicando à construção de um Sistema de Proteção Social no âmbito do Mercosul.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli. Programas de combate à pobreza: o poder das mulheres às avessas. In: ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 3., 2008, Vitória. **Anais...** Vitória: PPGPS/UFES, 2008.

Resumo: O objetivo do presente estudo é, a partir dos conceitos, dos pressupostos, das hipóteses e das intenções dos estudos sobre feminização da pobreza e gênero, a partir da realização de um estudo comparativo, refletir sobre a inserção das mulheres e o lugar que ocupam nos Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR): Bolsa Família (Brasil) e Programa Oportunidades (México), ambos considerados exemplos de good practices pelo Banco Mundial e pelo BID e que têm como público-alvo famílias em situação de pobreza.

GÓIS, João Bosco Hora et al. Beneficiários de prestação continuada: perfil, capital social e proteção social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10., 2006, Recife. **Anais...** Recife: ABEPSS, 2006.

Resumo: Este trabalho apresenta dados de uma avaliação sobre o Benefício de Prestação Continuada- BPC. Aborda dados relativos aos seus beneficiários: perfil, capital social e proteção social. Os dados para a sua preparação foram obtidos em uma amostra de 294 pessoas residentes nos 4 estados da região sudeste.

GOMES, A. L. A regulamentação e efetivação do benefício de prestação continuada no âmbito da assistência social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

Resumo: O presente trabalho insere-se em estudo mais amplo sobre o benefício de prestação continuada, previsto na Constituição brasileira de 1988 e no âmbito da Assistência Social, em sua Lei Orgânica, o qual consiste no repasse de um salário mínimo mensal, dirigido às pessoas idosas e às portadoras de deficiência que não tenham condições de sobrevivência, e que foi implementado a partir de 1996, sendo de responsabilidade do governo federal, através do Ministério da Previdência e Assistência social.

GOMES, Rigléia Ribeiro; **LOPES**, Paulo de Tarso; **SILVA**, Priscila de Pinto da. SUAS e CRAS: possibilidades de emancipação em tempos de globalização. In: ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 2., 2007, Vitória. Vitória: PPGPS/UFES, 2007.

Resumo: Pesquisa resultado de atividades desenvolvidas junto ao CRAS da região III em Vila Velha-ES, onde está sendo realizado vivências que servirão como fomentadoras de reflexões junto aos usuários atendidos. Além de buscar um arcabouço teórico que dê conta da assistência social enquanto política pública aplicável preventivamente. Este trabalho vai refletir as perspectivas legais que norteiam a concepção do SUAS, previsto na política nacional de assistência social, averiguando a possibilidade de emancipação individual e familiar dos sujeitos, frente a atuação dos CRAS no mundo globalizado.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. A política de assistência social: o desafio de tornar-se um direito. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (11., 2004, Fortaleza); ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

E SEGURIDADE SOCIAL, 3., 2004, Fortaleza. **Anais...** [Fortaleza: s.n, 2004].

Resumo: A Política de Assistência Social, enquanto um projeto estratégico de inclusão social de garantia de direitos, é um desafio enfrentado pelo poder público, e em específico pelos municípios que operacionalizam os programas, projetos e serviços voltados para os segmentos mais pobres. A desigualdade social está cada vez mais gritante em decorrência do padrão de acumulação do capital que tornou a economia globalizada. O aumento das distâncias sociais está expresso nas manifestações dramáticas de pobreza e exclusão social, no desemprego estrutural, no desmonte dos direitos sociais que nos defrontamos cotidianamente. É pretensão deste trabalho demarcar o desafio da política de assistência social em tornar-se um direito no contexto do capitalismo monopolista, onde o Estado, agente poderoso de intervenção social, passou com o neoliberalismo a reduzir os gastos sociais. Reconhecemos que a política de assistência social enquanto uma política pública emerge no seio do Estado como resultado de uma relação dialética que reflete tramas de relações sociais constituídas por interesses contraditórios que se confrontam e perpassam o aparato estatal em momentos conjunturais distintos. É no marco da Constituição de 1988 que assume o status de política pública que preconiza o direito do cidadão e o dever do Estado. Nesta perspectiva, ela veicula um conjunto de ações e medidas administrativas, sob a forma de programas, projetos e serviços, para responder às reivindicações, os anseios e as propostas dos segmentos organizados frente à questão social, expressão da contradição capital e trabalho. É neste contexto que vamos trazer à tona algumas reflexões sobre a política de assistência social enquanto instrumento de defesa de direitos sociais.

GONÇALVES, Natália Pereira. Deficiência em questão: critério de inclusão e exclusão do benefício de prestação continuada para deficientes. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL, 19., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: FITS/CFESS, 2008.

Resumo: Trabalho realizado como resultado da pesquisa Critérios de Inclusão e Exclusão do Benefício de prestação Continuada para Deficientes do grupo Ética Saúde e Igualdade do Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília PIC/UnB orientado pela Dr^a. Debora Diniz.

GUIMARÃES, Chistiane Passos. Política Nacional de assistência social e SUAS: As incidências em debate. In: ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 2., 2007, Vitória. **Anais...** Vitória: PPGPS/UFES, 2007.

Resumo: Trata-se de uma análise da política nacional de assistência social e

sua proposta de gestão do SUAS, no que diz respeito ao seu conteúdo teórico-metodológico e ideológico-político no sentido de apontar a relevante incidência de três elementos para sua formulação: racionalidade burguesa, o ideal neoliberal e os traços conservadores do assistente social e o trabalho profissional do assistente social.

GUSMÃO, Rute. A assistência social no contexto do governo neoliberal. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (8., 1995, Salvador). **Anais...** [Salvador?: s.n., 1995?].

Resumo: No presente artigo foi analisado a questão da assistência social e da estratégia apresentada pelo governo brasileiro para o enfrentamento da pobreza, chamado programa Comunidade Solidária, no contexto do neoliberalismo no Brasil de hoje. Considerando a área da assistência social como campo privilegiado de atuação dos assistentes sociais e portanto, plena em desafios para o serviço social.

HEIDEMANN, Andréa. A política de assistência social: o impacto da implantação do programa de renda mínima no município de Blumenau, Santa Catarina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

Resumo: Este trabalho trata de uma proposta de pesquisa, na qual pretendemos identificar os impactos decorrentes da implantação do Programa de Renda Mínima (PRM) no município de Blumenau/SC. O interesse pelo tema desta investigação, surgiu à partir da experiência profissional junto a Superintendência de Renda Mínima da Prefeitura Municipal de Blumenau (PMB), responsável pela implementação e implantação do programa e que muito contribuiu para reflexões sobre a área temática, tendo em vista que acompanhamos todo o processo que iniciou em 1997.

HEIN, Esther L. Lemos. O mix público e privado na execução dos serviços sociais: as entidades sociais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 9., 1998, Goiânia. **Caderno de comunicações**. Goiânia:[s.n.], 1998. v.1, p. 29-32.

Resumo: O estudo sobre as entidades sociais foi motivado a partir da implantação da LOAS no Estado do Paraná, especificamente no município de Toledo. Este

tem como objeto de estudo as quinze entidades que representam o segmento prestador de serviços no Conselho Municipal de Assistência Social de Toledo-PR na primeira gestão, 1995 a 1997.

JESUS, Andréa Cristina Santos de; **SILVA**, Maria Ozanira da Silva e. A trajetória da família na política social brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008, São Luis. **Anais...** Brasília: ABPESS, 2008.

Resumo: Este artigo objetiva desenhar uma trajetória da família na Política Social brasileira, para isso foi tomada como base uma leitura exploratória da bibliografia existente sobre família e da sua relação com a Política Social Brasileira, inserindo-a e contextualizando-a nos períodos históricos pertinentes, com o intuito de montar um mosaico de sua evolução dentro deste processo.

LEITE, Izildo Corrêa. Cidadanias desiguais: os pobres e os não-pobres, cidadania passiva e cidadania protagonista. In: ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 3., 2008, Vitória. **Anais...** Vitória: PPGPS/UFES, 2008.

Resumo: Este artigo resulta de uma reflexão desencadeada, sobretudo, pela leitura de dois trabalhos publicados neste século, abordando o tratamento da pobreza na contemporaneidade. Busca mostrar que se vêm constituindo representações sociais segundo as quais aos pobres encarados (tendencialmente) como não-sujeitos e, portanto, incapazes cabem formas de ajuda e auxílio movidas por um sentido específico de solidariedade. Assim, a cidadania estaria cindida: nos segmentos socioeconomicamente mais elevados, seria exercida, em grande parte, mediante ações (ou políticas) sociais tidas como em prol dos pobres; para estes, a cidadania constituir-se-ia, basicamente, no recebimento e no desfrute daquilo que lhes é concedido graças àquelas ações (ou políticas) sociais.

LIGABERE, Helena de Paiva. Uma reflexão do sistema de avaliação proposto pelo SUAS. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10., 2006, Recife. **Anais...** Recife: ABEPSS, 2006.

Resumo: A avaliação é um importante instrumento para as políticas sociais, uma vez que esta preocupada não somente com a maximização da eficácia das políticas, mas com a avaliação política dos princípios que norteiam as políticas sociais. No Brasil até a implantação da PNAS, não se observa uma prática efetiva

de avaliação sobre a assistência social brasileira. A partir de sua implementação a avaliação teve seu grau de importância considerado. Porém algumas questões importantes que devem fazer parte do processo de avaliação não foram levantadas como essenciais. Portanto uma reflexão se faz necessária, uma vez que o processo avaliativo precisa ser visto também como um meio de democratização participativa do país. Previdência Social: reforma, proteção e mercado de trabalho.

LIMA, Ângela Maria de Lourdes Dayrell de. Uma análise de legislação da assistência social sob a ótica da descentralização. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

Resumo: Este artigo pretende analisar o arcabouço legal da assistência social que ordenou a descentralização da política de assistência social. Num primeiro momento pretende-se situar as legislações da área da assistência social e, posteriormente, tecer algumas considerações tendo em vista o processo de descentralização da assistência social.

LIMA, Ângela Maria de Lourdes Dayrell de. A descentralização da política de assistência social em Minas Gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (11., 2004, Fortaleza); ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL, 3., 2004, Fortaleza. **Anais...** [Fortaleza: s.n, 2004].

Resumo: Esse trabalho é uma análise de como o gestor estadual, responsável pela política de assistência social do estado de Minas Gerais Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência Social, Criança e Adolescente SETASCAD recebeu e implementou as normas e orientações federais referentes à descentralização da política de assistência social, entre os anos de 1995-2000, data do início do processo de descentralização e período selecionado para a pesquisa. Através da pesquisa empírica realizada, buscou-se reconstruir o percurso histórico do processo de descentralização da assistência social em Minas Gerais, tendo como foco a estruturação do sistema descentralizado e participativo da assistência social. A descentralização no estado de Minas Gerais foi analisada sob duas dimensões. Uma pautada nas relações intergovernamentais, entendidas como os espaços de decisão e interlocução entre os níveis de governo e a outra dimensão analisada refere-se à preparação do ambiente organizacional, em particular o tempo que foi disponibilizado para a preparação e adaptação dos órgãos gestores para

assumir as novas funções decorrentes do processo de descentralização. Essas duas dimensões foram privilegiadas porque a estruturação do sistema descentralizado e participativo implica complementaridade entre os níveis de governo, regras estabelecidas para as arenas decisórias, canais de interlocução abertos e dinâmicos e capacidade de implementação da política em tela.

LIMA, Ângela Maria de Lourdes Dayrell de. A assistência social no município de Betim: balanço e perspectivas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11., 2004, Fortaleza; ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL, 3., 2004, Fortaleza. **Anais...** [Fortaleza: s.n, 2004].

Resumo: A Lei Orgânica da Assistência Social colocou o desafio de criar e desenvolver ações que permitam planejamento e avaliação da assistência social. A partir de demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Betim, de apoio ao desenvolvimento da sua capacidade gestora, estabeleceu-se uma parceria com a Prefeitura Municipal, objetivando o mapeamento e a avaliação dos diversos segmentos que constituem seu público atendido e potencial, assim como da rede efetiva e potencial. A pesquisa mobilizou diferentes instrumentos de coleta de dados: levantamento de fontes documentais, survey junto às entidades públicas e privadas, entrevistas em profundidade e grupos focais. A metodologia de análise combinada das informações obtidas através desses diferentes procedimentos metodológicos permitiu a realização de um estudo acurado do objeto em tela, o qual pode ser contemplado a partir de diferentes perspectivas e com diferentes graus de aprofundamento. Este trabalho possibilitou a ampliação da relação universidade e comunidade, o estabelecimento de mecanismos de fortalecimento da assistência social, indicou parâmetros e diretrizes para o órgão gestor da assistência social aperfeiçoar o funcionamento do seu sistema de inclusão dos segmentos sociais vulnerabilizados e interação, reconhecimento, tratamento e reflexão de questões sociais importantes.

LIMA, Cláudia Gonçalves. Poder local e descentralização: os desafios para a municipalização da LOAS: notas para o debate. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 8., 1995. **Anais...** [Salvador?: s.n., 1995?].

Resumo: À partir dos debates travados durante o processo de elaboração e posterior promulgação da Constituição Federal de 1988, o tema centralização/descentralização do Estado ganha novos contornos assumindo papel de destaque no panorama das grandes questões seja no campo da praxis política, seja como objeto da investigação teórica. Com este artigo, pretende-se levantar alguns

elementos para o debate acerca do processo de descentralização do poder no Estado brasileiro.

LOPES, Daniele Bens Lahorgue et al. Monitoramento e avaliação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

Resumo: A Política Pública de Assistência Social tem como marco legal a Lei Orgânica da Assistência Social LOAS. Esta lei, reconhece a Assistência Social como Política Pública, direito do cidadão e dever do estado. Para alcançar seus objetivos, a LOAS, através da Norma Operacional Básica, institui competências nas três esferas de governo, entre elas o monitoramento e avaliação das ações assistenciais buscando a transparência, conhecimento e a reordenação das ações da Assistência Social.

LUZ, Luziene Aparecida da. Programa de garantia de renda familiar mínima de Campinas: que política de assistência social é essa? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

Resumo: Este trabalho tem como objeto de estudo o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM) da cidade de Campinas- SP, como uma política de assistência social que traz em seu cerne as contradições e características inerentes às políticas sociais desenvolvidas no contexto de um país capitalista neoliberal: Brasil. Optamos por este tema por dizer respeito à nossa prática profissional dentro da área do Serviço Social bem como, por fazer parte dos nossos estudos do curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social (Especialização) CFESS, ABEPSS, CEEAD/ NED - Unb

MACHADO, Mariana de Sousa. Direitos, participação e controle social na política de assistência social: configuração e atuação do Conselho Nacional de Assistência Social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11., 2004, Fortaleza; ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL, 3., 2004, Fortaleza. **Anais...** [Fortaleza: s.n, 2004].

Resumo: O conteúdo deste trabalho surgiu a partir dos resultados do Plano de Trabalho Direitos, Participação e Controle Social na Política de Assistência Social: Configuração e Atuação do Conselho Nacional de Assistência Social, do PIBIC/

UnB, vinculado ao Projeto do CNPq A Seguridade Social Dilapidada: Elementos Determinantes de sua Fragmentação no Brasil. Historicamente caracterizada por ambigüidade, opacidade e inexistência de mecanismos de controle social que projetam ações ora pulverizadas, fragmentadas, seletivas e residuais, ora paralelas, a assistência social no Brasil esteve distante dos processos de universalização e de socialização do direito. Todavia, o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - é resultado de conquista da sociedade civil organizada de novos espaços de participação e exercício de cidadania. Concretizando um dos principais mecanismos democratizadores propostos na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, o CNAS, com caráter deliberativo, configura-se como um tenso espaço político de disputas em busca do consenso. As ações cartoriais de concessão de registro e certificado de entidades beneficentes de assistência social foram predominantes em todos os anos. Contudo, foi exatamente o que a princípio deu maior visibilidade ao Conselho. Apesar da primazia estatal na condução da política de assistência social, vem ocorrendo transferência de responsabilidades e duplo comando das ações por instituições filantrópicas. A correlação de forças entre sociedade civil e governo limitaram - e limitam - suas ações, reduzindo-o a espaços de críticas sem tomada de decisões. Atualmente, avança na democratização do espaço participativo.

MACIEL, Heloísa Maciel; **OLIVEIRA**, Hilda Corrêa de; **MARTINELLI**, Rosana. O papel estratégico do Fórum de Assistência Social no processo de construção da democracia participativa e da esfera da Política Pública de Assistência Social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 9., 1998, Goiânia. **Caderno de comunicações.** Goiânia: [s.n], 1998. v.1, p.90-95.

Resumo: O esforço desse trabalho é sistematizar a experiência do Fórum Popular de Defesa da Assistência Social do Estado do Rio de Janeiro e objetiva servir de referência àqueles que preocupados com esta temática careçam de material para tal análise de participação popular.

MAIA, Rosemere Santos. Do pão à proteção: assistência paralela, mandonismo local e sua incorporação pelos pobres urbanos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 8., 1995. **Anais...** [Salvador?: s.n., 1995?].

Resumo: O trabalho que se segue incorpora algumas reflexões realizadas durante os processos de pesquisa e sistematização que resultaram na dissertação de mestrado, apresentada em dezembro de 1993 ao programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFRJ, intitulada: Franjas do Estado - assistência nas escolas de samba do Rio de Janeiro.

MATOS, Maurílio Castro de. Seguridade social: seu financiamento e o serviço social: algumas considerações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 9., 1998, Goiânia. **Caderno de comunicações**. Goiânia:[s.n], 1998. v.1, p.37-41.

Resumo: O estudo pretende trazer ao debate duas questões que vem impactando a prática dos trabalhadores do social e essas são: a Seguridade Social e seu financiamento.

MEDEIROS, Quezia Arcoverde; **SOUZA**, Perci Coelho de. A rede SUAS e os municípios: o projeto: ético-político profissional e sua expressão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 12., 2007, Foz do Iguaçu; ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL, 4., 2007, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: CFESS/ABEPSS/CRESS-PR/ENESSO, 2007.

Resumo: Este trabalho tem como objeto de estudo o processo de formação, intervenção e pesquisa em Serviço Social no que se refere a estabelecer uma relação entre o projeto éticopolítico profissional e o pensar e agir do assistente social no uso das Novas Tecnologias de Informação e Comunicações. O interesse reside em examinar a construção da REDE SUAS com foco nos municípios, como um dos nós de conexão dessa rede, tendo em vista o processo de implantação do Sistema Único da Assistência Social.

MEDEIROS, Mara Rosange Acosta de et al. Limites, potencialidades e desafios no exercício do controle social nos Conselhos Municipais de assistência social no Estado do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10., 2006, Recife. **Anais...** Recife: ABEPSS, 2006.

Resumo: Este trabalho pretende apresentar um recorte da Pesquisa Políticas Públicas e Controle Social: O caso da Política da Assistência Social no Rio Grande do Sul. Ele contempla a reflexão sobre os limites, potencialidade e desafios do exercício do controle social nos CMASs dos municípios de Pelotas, Canguçu, Santa Maria, Restinga Seca, São Leopoldo e Santo Antônio da Patrulha, os quais foram selecionados para a pesquisa. Os dados apresentados permitem afirmar a necessidade de fortalecimento do usuário para o exercício efetivo do controle social.

MESQUITA, Heloisa. A política de assistência social: uma trajetória que nos desafia aos avanços. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS,

10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

Resumo: Análise pelo próprio título proposto para a Conferência de Assistência Social, ou seja, Assistência Social: Uma trajetória de Avanços e Desafios. Gosto da proposta porque a mesma revela processo, movimento, história e, ao mesmo tempo nos impõe a refletir sobre em que avançamos, se avançamos, e que estratégias estão colocadas para garantir o avanço. Para essa discussão, proponho introduzir um breve resgate histórico de como a Assistência Social tem sido vista para, então, chegar aos dias atuais e os desafios que estão postos. A Assistência Social, desde os primórdios, aos excluídos chegava pelas mãos das pessoas caridosas, sem necessariamente ter continuidade de atenção que pudesse viabilizar mudanças no quadro social configurado. Ao Estado essa preocupação não chegava a não ser para clientelisticamente manter a ordem e o poder.

MESQUITA, Heloisa. Rede de assistência social: futuro ou presente? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

MIRANDA, Fábila Jaqueline da Silva; **SOUZA**, Maria Cristina Rodrigues de. A prestação de serviços socioassistenciais pelas entidades integrantes da rede socioassistencial de Belém: entre a realidade e a legalidade. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL, 19., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: FITS/CFESS, 2008.

Resumo: O artigo objetiva apresentar dados da pesquisa realizada por técnicos da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Belém sobre a vinculação da prestação de serviços socioassistenciais das entidades integrantes da Rede Socioassistencial ao Plano Municipal de Assistência Social (PMAS). O estudo analisou a prestação de serviços das entidades, com vistas à identificação da integração destes aos objetivos propostos no Plano Municipal. As entidades integrantes da Rede constituíram o universo da pesquisa. Metodologicamente foi desenvolvido um estudo de caso com 20 entidades da Rede, destas 10 recebem e 10 não verbas do Fundo Nacional de Assistência Social para execução de serviços. Os dados da amostra analisada contribuíram para identificar a forma e o conteúdo dos serviços desenvolvidos pelas entidades. A obtenção de dados permitiu um estudo da execução de serviços socioassistenciais, por meio de técnicas de observação a partir da realização de visitas e entrevistas aos representantes legais das entidades e executores dos serviços. A pesquisa constatou que algumas entidades estão reordenando seus serviços e projetos de

acordo com o Plano Municipal. Outras ainda não tomaram iniciativa. Portanto, o que se constatou foi que a execução dos serviços socioassistenciais pelas entidades integrantes Rede, em parte, não estão em conformidade com o Plano Municipal de Assistência Social de Belém.

MONNRAT, Giselle Lavinias; **MAIA**, Mônica de Castro; **SCHOTTZ**, Vanessa Rodrigues. As condicionalidades do Programa Bolsa Família: questões para o debate. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10., 2006, Recife. **Anais...** Recife: ABEPSS, 2006.

Resumo: O Programa Bolsa Família (PBF) prevê a transferência de renda às famílias pobres mediante a manutenção de uma agenda de compromissos que inclui o acesso à escola e serviços de saúde. O debate sobre as condicionalidades do PBF se traduz, por um lado, no argumento de que tal exigência fere a noção de cidadania, por outro, a defesa da condicionalidade justifica-se em termos das possibilidades de ampliar o acesso aos serviços sociais e, com isso, promover inflexões no ciclo de reprodução da pobreza. É em torno desta polêmica que se situa o presente trabalho.

MORAES, Andréia; **SCHEFFER**, Silvanira Lisboa. A visão de cidadania das usuárias do projeto de assistência sócio-emergencial da Prefeitura Municipal de Florianópolis. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

Resumo: Este trabalho foi realizado na Prefeitura Municipal de Florianópolis no período de abril/1999 a julho de 2000 junto ao Projeto de Assistência Sócio-Emergencial da Divisão de Assistência Pública e Cidadania, que tem por objetivo atender a parcela populacional de baixa renda do município de Florianópolis, Santa Catarina, proporcionando-lhe assistência sócio-emergencial e orientações entre outras atividades, além de manter a população informada sobre seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

MOURA, Miriam P.; **SANTOS**, Georgina Q. Benefício de prestação continuada: desafio para o serviço social no atendimento a saúde integral. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

Resumo: A atividade de mapear os atendimentos, as identificações, os encaminhamentos de requerimento para o BPC Benefício de Prestação Continuada

e analisar quantitativamente e qualitativamente a inserção ao BPC - atividade desenvolvida no Programa de Residência na área de Serviço Social no Hospital Universitário Pedro Ernesto HUPE na cidade do Rio de Janeiro durante os anos de 1997, 1998 e 1999 - é uma tentativa orientada pelas formulações anteriores.

MUNIZ, Egli. Estado e sociedade civil na construção da assistência social no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

Resumo: O Estado neoliberal tem trazido a apologia da sociedade civil, valorizando a solidariedade e o voluntariado, buscando transferir-lhe as suas responsabilidades sociais. No entanto, a Lei Orgânica da Assistência Social coloca o Estado como o principal responsável pela condução da política de Assistência Social e a sociedade como co-responsável na formulação das políticas, controle e execução das ações, por meio de suas organizações representativas. Este estudo constitui-se parte dos resultados de pesquisa realizada junto a gestores da assistência social em Bauru, Estado de São Paulo, cujo relatório originou nossa dissertação de mestrado em Serviço Social. Seu objetivo é discutir o papel da sociedade civil na construção da assistência social no Brasil, como política de direitos. A pesquisa efetuou-se por intermédio de questionário e duas reuniões focais realizadas junto a uma amostra escolhida intencionalmente entre aqueles gestores considerados formadores de opinião, pelos cargos e posições que ocuparam nos órgãos e entidades representativas da assistência social da cidade. Constatou-se que a maior parte dos sujeitos da pesquisa se deixa enganar pela falácia da incompetência do Estado, aceitando este discurso acriticamente. No entanto, um grupo de 25% dos gestores reconhece a importância da mobilização da sociedade civil, posicionando-se pela exigência de seu protagonismo para a efetivação da Assistência Social como política pública de direitos, exercendo o seu papel de controle social sobre o Estado e garantindo a representação de seus interesses na esfera pública.

MUNIZ, Egli. Política de assistência social: o município como espaço para sua efetivação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 9., 1998, Goiânia. **Caderno de comunicações.** Goiânia: [s.n], 1998. v.1,p.41-44.

Resumo: O objetivo deste trabalho é debater a Assistência Social enquanto política de Seguridade Social, levantar alguns enfoques teóricos sobre as cidades como espaços de organização social e política que se vislumbra como uma possibilidade para a efetiva municipalização da Assistência Social, a partir do protagonismos seus sujeitos históricos, especialmente dos assistentes sociais.

NASCIMENTO, Jucileide Ferreira do. O significado do certificado de entidade beneficente de assistência social emitido pelo Conselho nacional de Assistência Social (CNAS). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11., 2004, Fortaleza; ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL, 3., 2004, Fortaleza. **Anais...** [Fortaleza: s.n, 2004].

Resumo: A definição de atribuições do Estado e da sociedade civil, no que se refere à assistência social, vem ocorrendo desde a Constituição de 1988, que incorporou essa política ao sistema de Seguridade Social. A fim de identificar as mudanças provocadas na relação público e privado no campo assistencial após a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social e enfocando a concessão do certificado emitido pelo CNAS para as entidades beneficentes de assistência social, elegemos como objetivos: a) identificar as entidades de assistência social detentoras do CEAS; b) verificar quais são os critérios utilizados pelo CNAS para conceder certificado; c) verificar se as entidades cumprem os princípios estabelecidos na LOAS; d) analisar os processos de concessão do certificado; e) constatar quanto o orçamento da Seguridade Social deixa de arrecadar com essas isenções; f) desvendar o processo cartorial desempenhado pelo CNAS. O trabalho estrutura-se na: Análise da relação público e privado no campo assistencial; Análise dos princípios e diretrizes da política de assistência social; Análise do significado do CEAS para as entidades de assistência social e para o orçamento da seguridade. **METODOLOGIA:** As técnicas foram a pesquisa documental e a entrevista semi-estruturada. **CONCLUSÃO:** O CNAS é imprescindível para a concretização de uma política de assistência social como prevista na LOAS; O CEAS significa a obtenção da isenção fiscal; Deve ser criado um novo estatuto que estabeleça critérios claros para o exercício do controle social sob a esfera pública e a privada no campo assistencial visando a lisura da gestão de recursos públicos por entidades privadas.

NASCIMENTO, Juliana Maria do. O financiamento da assistência social nos municípios de Cabedelo e Patos, Paraíba: considerações sobre o período 2005-2007. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008, São Luis. **Anais...** Brasília: ABPESS, 2008.

Resumo: Este texto trata do financiamento da Assistência Social, destacando a realidade dos municípios, a partir da implantação do SUAS. Enfatiza as fontes de receitas dos municípios, a natureza e os itens de gastos da Função Assistência Social e a sua participação nos orçamentos dos municípios analisados.

OLIVEIRA, Iris Maria de. A assistência social em Natal pós- LOAS: algumas anotações para o debate sobre a sua efetivação como política pública. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

OLIVEIRA, Janaine Voltolini de. Projeto social meninos do dedo verde: integrando políticas públicas de assistência social e meio ambiente. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL, 19., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: FITS/CFESS, 2008.

Resumo: O artigo trata dos processos de formulação e implementação do Projeto Social Meninos do Dedo Verde do município de Boa Vista/RR, voltado exclusivamente para adolescentes e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, realizando transferência de renda e trabalhos sócioeducativos, com foco principal na educação ambiental.

OLIVEIRA, Lívia Maria de. A materialização do projeto ético-político do serviço social no cotidiano profissional de assistentes sociais em ONGS de Mossoró, Rio Grande do Norte. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL, 19., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: FITS/CFESS, 2008.

Resumo: As transformações ocorridas no capital e por consequência no Estado nas últimas décadas, tem provocado implicações às políticas sociais e promovido seus efeitos no Serviço Social, dentre os quais se expressa o crescimento do denominado Terceiro Setor como espaço de ocupação do/a assistente social. Este fato traz como preocupação, as implicações, desafios e perspectivas que esta inserção proporciona ao cotidiano profissional no que se refere à materialização do projeto ético-político da profissão. Assim, por ocasião da realização de Trabalho de Conclusão de Curso-TCC da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN, em 2004, esse tema tornou-se de interesse para pesquisa monográfica, considerando as Organizações Não Governamentais ONGs, como um dos componentes desse campo de intervenção que tem presença na cidade de Mossoró RN. Como desdobramento, o presente artigo reúne algumas das reflexões trazidas por uma investigação realizada no referido município através da abordagem qualitativa sobre os dados coletados. A discussão será aqui apresentada na perspectiva de problematizar as implicações que as relações correntes entre Estado e sociedade civil e a configuração do terceiro setor como campo de trabalho para o Serviço Social, trazem a efetivação cotidiana do projeto ético-político da profissão, tendo como substrato para o debate, as experiências profissionais das

assistentes sociais que colaboraram com a pesquisa, bem como o diálogo com as idéias trazidas por autores/as que têm problematizado sobre o terceiro setor como campo de realização das políticas sociais. Os dados foram coletados através de entrevista semi-estruturada aplicada as assistentes sociais (por ocasião, todas eram mulheres) utilizando como critério para participação na entrevista o/a profissional que apresentasse maior tempo de atuação na organização, cujas instituições participantes foram: Centro Feminista 8 de Março, Centro de Apoio a Trabalhos e Iniciativas com Crianças e Adolescentes- CEATICA, Grupo Mulheres em Ação e Visão Mundial todas com atuação na cidade de Mossoró-RN.

OLIVEIRA, Livia Pinto de Oliveira; **SILVA**, Maria Isabel Dantas da; **ARAÚJO**, Ana Quercia Pereira de. Assistência social e o protagonismo da família: uma análise sobre a política de atenção a família à luz do PAIF. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008, São Luis. **Anais...** Brasília: ABPESS, 2008.

Resumo: Os traços da pobreza que persistem na realidade brasileira são expressões concretas de uma política omissa frente à criação de mecanismos capazes de mudar o quadro de desigualdade social que se manifesta no cotidiano das classes subalternas. Este trabalho configura-se como uma tentativa de analisar os limites e possibilidades de se fomentar o protagonismo familiar sob via de execução do Programa de Atenção Integral às Famílias. Deste modo, apresenta uma proposta de investigação realizada junto às famílias acompanhadas pelo CRAS/Cruz das Armas e Valentina de Figueiredo no Município de João Pessoa - PB, apreciada como trabalho de conclusão de curso.

OLIVEIRA, Luciana Batista de; **MELO**, Maria de Fátima do Nascimento. Implantação do sistema único de assistência social: um estudo de caso do processo habilitação na gestão básica do município de Junco do Seridó, Paraíba. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008, São Luis. **Anais...** Brasília: ABPESS, 2008.

Resumo: A partir da Constituição de 1988 a Política de Assistência Social torna-se um direito assegurado. A aprovação de Lei Orgânica da Assistência Social e a Criação do Sistema Único de Saúde são exemplos que compõem as bases desse modelo de gestão social. O SUAS opera de forma descentralizada e com transferência financeira do fundo nacional para o fundo municipal de Assistência Social. Ocorreu também a habilitação dos municípios nas Gestões básica ou plena. Este estudo tem por objetivo apresentar como se deu todo o processo de

implantação e implementação deste sistema no município de Junco do Seridó-PB, sendo este considerado de pequeno porte e habilitado na Gestão Básica, verificando todos os programas projetos e serviços que municípios com estas características podem executar e como se deu este processo.

OLIVEIRA, Maria Norma de. Controvérsias sobre o sistema de seguridade social: o caso brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 9., 1998, Goiânia. **Caderno de comunicações**. Goiânia:[s.n.], 1998. v.1, p.52-54.

Resumo: O estudo trata das razões pela quais a Seguridade Social e a Assistência Social não chegaram a se completar na sociedade brasileira.

PAIVA, Beatriz Augusto de. O social de FHC e o programa comunidade solidária: o atraso da modernidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 8., 1995. **Anais...** [Salvador?: s.n., 1995?].

Resumo: Este artigo tem como objetivo, discutir o programa comunidade solidária no governo FHC. Este Presidente se elegeu sustentando reiteradas vezes o compromisso de enfrentamento da fome e da miséria e combate ao clientelismo e à corrupção. A primeira e única iniciativa sobre essa matéria está concentrada em torno de um grande programa de ação denominado “Comunidade Solidária”, cujo objetivo maior é de: “coordenar as ações governamentais, visando o atendimento da parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas, em especial o combate à fome e à pobreza”.

PAIVA, Beatriz Augusto de; **OLIVEIRA**, Heloisa Maria José de; **TAPAJÓS**, Luziele Maria. O movimento pela assistência social em Santa Catarina: os desafios da participação e organização. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 8., 1995. **Anais...** [Salvador?: s.n., 1995?].

Resumo: Neste artigo serão adotados alguns princípios metodológicos inspirados nas categorias para análise de conjuntura, tais como: a reconstrução do cenário e dos principais acontecimentos e a apreciação do protagonismo de atores. Visamos, assim, iniciar uma avaliação política que nos permita conhecer melhor algumas contradições do processo de luta LOAS no estado de Santa Catarina, que nos ajude a superar positivamente os impasses e desafios atuais gerados pela nova conjuntura desenhada como posse dos governantes e parlamentares vitoriosos na última eleição.

PAIXÃO, A.L. et al. A experiência do programa de renda mínima de Blumenau, Santa Catarina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

PASTORINI Alejandra; **GALIZIA**, Silvina. Implicações do processo de assistencialização do sistema de proteção social brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 3., 2008, Vitória. **Anais...** Vitória: PPGPS/UFES, 2008.

Resumo: Neste artigo, a partir da descrição e análise do processo de assistencialização do sistema de proteção social brasileiro, buscamos aprofundar a importância que adquirem os programas assistenciais em detrimento dos programas permanentes (como saúde e previdência), assim como indicar algumas das implicações políticas, econômicas e sociais, que este processo tem para os beneficiários das políticas de seguridade sociais.

PAURA, Simone Gigilo. Uma visão dos programas assistenciais na Universidade Federal do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 9., 1998, Goiânia. **Caderno de comunicações**. Goiânia:[s.n], 1998. v.1, p.22-26.

Resumo: O presente estudo tem como referência a monografia de conclusão do Curso de Especialização em Políticas Sociais-UERJ, intitulada "Uma visão dos Programas Assistenciais na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro", onde objetivou-se problematizar a trajetória dos programas e ações assistenciais e a ausência de um planejamento que indicasse o grau de impacto na vida acadêmica dos alunos atendidos nestas universidades.

PEREIRA, Josenilde Oliveira; **LOPES**, Josefa Batista. Os impactos da política de assistência social na organização política da classe trabalhadora e as demandas impostas ao projeto ético-político profissional do serviço social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008, São Luis. **Anais...** Brasília: ABPESS, 2008.

Resumo: O presente artigo problematiza os fundamentos da política de assistência social e suas implicações na organização da classe trabalhadora e na configuração do projeto ético-político profissional do Serviço Social, enfatizando,

neste caso particular, as possíveis alternativas de materialização deste projeto, sob a mediação da política da assistência social.

PEREIRA, Marcelo Sitcovsky Santos. A expansão da assistência social brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 12., 2007, Foz do Iguaçu; ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL, 4., 2007, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: CFESS/ABEPSS/CRESS-PR/ENESSO, 2007.

Resumo: O presente texto discute a expansão da assistência social como parte das tendências contemporâneas da seguridade social brasileira. Nossa análise partiu das transformações ocorridas na assistência social em razão da criação do Sistema Único de Assistência Social. No nosso entendimento, a prevalência dos programas de transferência de renda sinaliza o lugar desta política, na proteção social brasileira.

Palavras-chave: Seguridade Social. Assistência Social. SUAS.

PEREIRA, Rosemary Medeiros et al. Revitalizar a efetivação da política de assistência social no município do Natal, Rio Grande do Norte: compromissos e desafios. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11., 2004, Fortaleza; ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL, 3., 2004, Fortaleza. **Anais...** [Fortaleza: s.n, 2004].

Resumo: O Artigo ora apresentado busca socializar de forma preliminar, a experiência vivenciada no âmbito da SEMTAS - Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social do Município do Natal-RN, na atual gestão, frente à (re) organização de seus serviços, programas e projetos de enfrentamento à pobreza, configurando uma nova agenda, expressando de forma concreta a adesão na implementação da política de assistência social, preconizada desde a constituição cidadã, à regulamentação da LOAS Lei Orgânica da Assistência Social e a recente discussão do SUAS Sistema Único de Assistência Social. Trazendo para à arena de debates e embates, uma proposta de ruptura com o Assistencialismo, prática culturalmente enraizada em nossa sociedade, visando à efetivação dos direitos e tendo como norte à emancipação dos usuários dos serviços, em particular, do cidadão natalense. Propondo o seguinte convite à reflexão: Estamos no século XXI, com um governo democrático-popular, inserido num contexto neoliberal, com acirrada questão social, com uma dívida social a tantos milhões de brasileiros excluídos do processo produtivo, dos movimentos sociais, os sem-terra, os sem-teto, os sem-trabalho, os sem-escola, sem-saúde, enfim os sem-sem... E como

efetivar uma política social, em particular de Assistência Social, na perspectiva de travessia?

PINHEIRO, Márcia Bionde; **ALBUQUERQUE**, Simone Aparecida. Limites e possibilidades na implantação da LOAS: a experiência de Belo Horizonte. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 8., 1995. **Anais...** [Salvador?: s.n., 1995?].

Resumo: Neste artigo é realizada uma discussão da maneira com a qual o direito à vida se inscreve no chamado tripé da seguridade social. Também a saúde, previdência e, no nosso caso específico, a assistência social. No sentido de universalização de direitos, na reiteração dos cidadãos, reconhecendo-os como usuários, com capacidade de planejar, executar, controlar e fiscalizar políticas públicas conjuntamente com o poder público. Na perspectiva de que a responsabilidade da promoção social é do Estado, ou seja do Governo federal, estadual e governo Municipal, ainda que para isso tenha que acionar a sociedade civil a colaborar nesse processo. Essa releção aponta os limites vivenciados no município para implantação da LOAS.

PIRES, Maria Izabel Scheidt. Terceiro setor: os nexos e desconexos laços da Igreja Católica com a assistência social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11., 2004, Fortaleza; ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL, 3., 2004, Fortaleza. **Anais...** [Fortaleza: s.n, 2004].

Resumo: O presente trabalho pretende (re) discutir as relações entre a Igreja Católica e a Assistência Social no espaço denominado de terceiro setor, destacando o movimento pela publicização das relações sócio-políticas e a consolidação da esfera pública como um espaço democrático de defesa e ampliação dos interesses coletivos. A partir do mapeamento da rede sócio-assistencial da Igreja Católica em Curitiba e região metropolitana, buscamos seus nexos e interfaces com a política de Assistência Social. Acabamos por clarificar e reconstruir, na particularidade estudada, a realidade da assistência social brasileira, criando uma taxionomia para a atual forma de institucionalização da rede sócio-assistencial católica, a partir da análise das categorias concepção, gestão, financiamento e controle social. O presente trabalho defende a incorporação de toda e qualquer ação de assistência social, incluindo-se as das igrejas, entre elas a católica, na política pública de Assistência Social, se realizadas pela rede institucionalizada sob a designação de filantrópica e/ou sem fins lucrativos, a qual deverá ser minuciosamente cadastrada, evitando a sobreposição institucional. Sob o rigor do controle social

público, além do jurídico-administrativo burocrático formal, pretende-se garantir não só a transparência, mas a discussão pública de necessidades, prioridades, formas de organização das estratégias de enfrentamento, alocação e gestão de recursos, além do trato político da questão da pobreza.

POMPEI, David Gustavo. Os significados da assistência social segundo seus gestores. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11., 2004, Fortaleza; ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL, 3., 2004, Fortaleza. **Anais...** [Fortaleza: s.n, 2004].

Resumo: Após dez anos da implementação da LOAS Lei Orgânica da Assistência Social, como política pública no campo dos direitos, fez-se necessário a identificação da concepção dos profissionais sobre a Assistência Social, tendo como objetivo norteador a concepção que os assistentes sociais que ocupam cargos de gestores de serviços assistenciais, organizações e entidades, assim como de outros profissionais atuantes na área, têm hoje sobre a Assistência Social. A pesquisa que caracterizou-se predominantemente qualitativa, foi realizada junto a gestores da Assistência Social de Bauru, através de entrevistas orientadas por formulários. A posse desses elementos propiciou a identificação de possíveis avanços e pontos de estrangulamento em sua efetivação na prática de seus gestores, identificando também os significados atribuídos ao papel do Estado e Sociedade Civil.

PORTO, Maria Célia da Silva; **SOARES**, Rita de Cássia Murta Rocha. A assistência na crise da seguridade social brasileira: o terceiro setor e as políticas de combate à pobreza. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

QUEIROZ, Imar Domingos; **MATSUBARA**, Marilda. Neoliberalismo, política social e serviço social: a questão da assistência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 8., 1995. **Anais...** [Salvador?: s.n., 1995?].

Resumo: Discute as políticas de assistência no neoliberalismo. As propostas de reformas no capítulo da ordem econômica, do Estado e da previdência social, encaminhadas ao Congresso Nacional no início desse ano pelo Presidente da República e a extinção de programas e instituições sociais, indicam uma forte tendência neoliberal por parte do atual governo e do deslocamento do eixo do Estado para sociedade civil na execução das políticas sociais em particular da assistência social que historicamente tem se constituído em locus privilegiado

do profissional de serviço social. O governo está passando para a sociedade civil a responsabilidade no trato da pobreza sob o discurso de que tal tarefa não cabe apenas ao Estado, mas na medida em que justifica a extinção dos órgãos públicos, responsáveis pela assistência e, conseqüentemente permite implementar a política de redução do Estado. Diante dessa perspectiva, a questão que nos impõe neste momento é discutir que significado e demanda nos são colocadas nessa nova ótica.

REIS, Kélem Roberta Rosário; **PEREIRA**, Viviane Mesquita; **SILVA**, Heloísa Helena Corrêa da. Assistência social à comunidade indígena Sateré Mawé, habitantes no bairro da Redenção zona oeste da cidade de Manaus, dentro do sistema único da assistência social SUAS. In: ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 3., 2008, Vitória. **Anais...** Vitória: PPGPS/UFES, 2008.

Resumo: O presente artigo é fruto de uma pesquisa ora efetuada do Programa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq que se propõe a problematizar a da Assistência Social, enquanto Política Pública, constituinte do tripé da Seguridade Social brasileira, a partir da criação dos Centros de referência da Assistência Social CRAS para a atenção integral à família indígena, no contexto urbano da cidade de Manaus. Sabe-se que questão social tem centralidade no Serviço Social, sendo a questão indígena, uma questão social dos países latino-americanos e caribenhos e que se revela no espaço da capital amazonense como um desafio a ser enfrentado pelos profissionais assistentes sociais que deverão imergir na cultura dessas populações que requer um olhar diferenciado na operacionalização das políticas sociais.

RIBEIRO, Alessandra Florido da Silva; **CUNHA**, Anna Luiza Lorenz. Reflexões para análise da política de assistência social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008, São Luis. **Anais...** Brasília: ABPESS, 2008.

Resumo: O descompasso entre gestão e financiamento pode ser compreendido como entrave a efetivação de qualquer política pública e não seria diferente no que tange a política de assistência social que têm sua trajetória marcada por inúmeras dificuldades de concepção, entendimento e operacionalização. Este artigo é resultado de um esforço para apreender, numa primeira aproximação com o tema, os elementos a partir dos quais deve ser analisado o processo de financiamento da Assistência Social, com vistas a identificar possibilidades técnicas de garantia de investimentos nesta política. Durante o artigo buscar-se-á identificar elementos para análise da ação estatal no que tange ao financiamento da política de Assistência Social a luz das contribuições de Pedro Luiz Barros Silva

e a discussão proposta pelo autor quanto aos perfis de intervenção governamental nas questões sociais no Brasil contemporâneo.

RIBEIRO, Carla Andréa. Um índice de assistência social para o município de Belo Horizonte. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

Resumo: Este artigo visa apresentar, mais detalhadamente, o índice de Assistência Social (IAS), componente do Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte. A pesquisa do Mapa da Exclusão Social produziu o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) que mensurou a vulnerabilidade social no município de Belo Horizonte. O IAS é um índice que avalia a presença a assistência social diante da vulnerabilidade social mensurada. Analisando brevemente os resultados do IAS e avaliando sua metodologia foi possível propor um modelo de análise de seus indicadores. Tal modelo também pode ser referência para a discussão da organização das informações da política pública de assistência social no município, que necessita de um Sistema de Informação voltado para o monitoramento e avaliação. Estas duas ferramentas de gestão da política, ou seja, o sistema de informação e o sistema de monitoramento e avaliação, deverão ser organizados e implantados dentro do contexto de um Sistema Municipal de Assistência Social, que deverá considerar todas as partes que compõe e integra assistência social. Um Sistema Municipal de Assistência Social é estruturante da política pública de assistência social e imprescindível para o planejamento da mesma.

ROCHA, C. B. Política de renda mínima no Brasil: um estudo preliminar sobre o benefício de prestação continuada. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

Resumo: O trabalho consiste de uma síntese das leituras prévias sobre o assunto, vale destacar que existe uma diferenciação entre a definição dos conceitos sobre mínimos e básicos, bem como sobre as questões relativas à intervenção da política pública no trato das garantias de subsistência dos indivíduos, que, em virtude do curto espaço de tempo, não serão traçadas em todas as suas dimensões e contradições neste trabalho.

ROCHA, Mirtes Andrade G. A. da. Políticas e práticas assistenciais em Pernambuco durante o Estado Novo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 8., 1995. **Anais...** [Salvador?: s.n., 1995?].

Resumo: O resgate da história do serviço social é de suma importância para a compreensão do significado social da profissão. Interessa-nos particularmente, o estudo das primórdios da profissão, em Pernambuco, os campos de ação, a prática do serviço social a época. Consideramos, entretanto, que para a compreensão desse período é necessário a análise de conjuntura, da dinâmica dos processos econômicos sociais e políticos, pois esta determina a prática profissional.

ROCHA, Sheila Nadfria Rodrigues. As perspectivas de operacionalização da assistência social no espaço universitário: limites e possibilidades para o acesso e permanência no ensino superior público. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 9., 1998, Goiânia. **Caderno de comunicações**. Goiânia:[s.n], 1998. v.1, p.18-22.

Resumo: O estudo visa inserir a discussão sobre as perspectivas de operacionalização da assistência social junto às universidades públicas federais no eixo temático de Seguridade Social do 9º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Este estudo pretendeu questionar as experiências de estágio vivenciada no ano de 1996 no Departamento de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Pernambuco.

RODRIGUES, Maria Aurenice Mendes Frazão. Família e proteção social: análise de intervenção pública na década de 1990. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL, 19., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: FITS/CFESS, 2008.

Resumo: Este estudo é parte da dissertação de mestrado defendida em 2004, cujos resultados submetidos às diretrizes e princípios da nova Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social apontam para a necessidade de reorientação da intervenção pública nas famílias atendidas nos projetos sociais, uma vez que um dos eixos estruturantes é a matricialidade sociofamiliar. A pesquisa teve como objetivo analisar a intervenção pública nas famílias atendidas nos projetos sociais da Prefeitura Municipal de Teresina. Para tanto, utilizou-se como metodologia a análise documental, priorizando-se os projetos implementados, os relatórios anuais de atividades, os Planos Municipais e os relatórios de conferências da área da criança e do adolescente e da assistência social. O estudo revelou que a despeito da relevância conquistada pela instituição família nas legislações, estudos e discussões, esta não foi priorizada pelo poder público. No entanto, verificou-se que a família continuou sendo secundarizada, responsabilizada pelos problemas que enfrenta e considerada despreparada, devendo, portanto, ser alvo de programas educativos. Observou-se que o poder público não conseguiu avançar numa reflexão mais ampla e nem muito menos

desenvolver um trabalho no qual a família fosse protagonista da ação e não mero alvo.

RUSSO, Gláucia Helena Araújo. Discursos e práticas: a experiência dos usuários(as) e profissionais do CREAS Mossoró. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008, São Luis. **Anais...** Brasília: ABPESS, 2008.

Resumo: Atualmente, a discussão da Assistência Social no Brasil remete a garantia de direitos negados no âmbito da sociedade e a instrumentalização para construção da autonomia de seus/as usuários/as. Diante disso, esse artigo busca realizar uma avaliação do CREAS em Mossoró, a partir das diretrizes explicitadas no PNAS/SUAS e do discurso de profissionais e usuários/as inseridos nesse programa. Tal discussão apontou a necessidade de garantir condições de trabalho, formação e qualificação profissional adequadas, o que possibilitaria a melhoria do atendimento e o oferecimento de serviços que venham a se desenvolver de forma a consolidar direitos sociais.

SANTOS, A.C.R. et al. A relação Estado terceiro setor: a experiência de Porto Alegre. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

Resumo: O Brasil vem sofrendo as conseqüências da globalização da economia, desencadeada pelo Neoliberalismo. Em decorrência disto assistimos o fundamento político da minimização do Estado, retratado através da expansão do chamado terceiro setor, das privatizações, das reformas previdenciárias e orçamentárias. Na perspectiva liberal ficam sob a responsabilidade do Estado apenas algumas áreas sociais e o restante passa à sociedade civil através de um terceiro setor não governamental e não lucrativo. Este quadro nacional e global vem modificando, conseqüentemente, as funções das instituições que prestam serviços de Assistência Social (privadas/estatais) assim como, e principalmente, as instituições responsáveis por gerir e executar a Política de Assistência Social nos municípios. Em Porto Alegre, a FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania, responsável desde 1994 por gerir a Política de Assistência no município, se constitui, hoje, num cenário de contradições diante do contexto apresentado. O presente trabalho visa apresentar algumas contradições na relação com o chamado terceiro setor através da parceria que a FASC desenvolve com a rede de entidades conveniadas.

SANTOS, Deusa Maria dos. Questão social: um desafio multifacetado para a assistência social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11., 2004, Fortaleza; ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL, 3., 2004, Fortaleza. **Anais...** [Fortaleza: s.n, 2004].

Resumo: O presente artigo visa explicitar as novas configurações da questão social, bem como o novo direcionamento que a Assistência Social tem tomado diante das múltiplas faces expressas por esta. Em decorrência de um novo contexto as políticas públicas de Assistência Social cada vez mais são direcionadas aos indivíduos que se encontram abaixo da linha de pobreza. O Brasil como os demais países do Terceiro Mundo enlaçados pela dívida externa, tem se submetido ao programa de ajuste imposto, principalmente aos países latino-americanos pelas instituições internacionais: FMI (Fundo Monetário Internacional), BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento), BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), etc. Tal ajuste dita o reordenamento das relações entre os países centrais e periféricos. Diante dessas determinações, observa-se a intensificação da retração do Estado na efetivação de políticas sociais, entendendo estas enquanto um conjunto de ações desenvolvidas pelo Estado nas áreas de saúde, educação, assistência social assim como programas sócio-assistenciais destinados a determinados segmentos da população como a mulher, a criança, o portador de deficiência, o idoso, o doente, etc. Sendo estes últimos desenvolvidos, sobretudo, em países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil, que apresenta políticas sociais focalistas de caráter não universal.

SANTOS, Lucinete Silva. Assistência social na atual conjuntura brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 8., 1995. **Anais...** [Salvador?: s.n., 1995?].

Resumo: Este trabalho tem por objetivo oferecer subsídios que possam contribuir para o debate que hoje atravessa a questão da assistência social em face da atual conjuntura brasileira. Importa neste momento enfatizar a importância do resgate da assistência enquanto uma das dimensões da política social, buscando romper definitivamente com a sua tradicional configuração histórica fundamentalmente assistencialista, fisiológica, autoritária e inócua, enquanto instrumento possível - certamente não o único - de enfrentamento de determinadas variantes da questão social, que serão discutidas.

SANTOS, Simone Maria dos; **FREITAS**, Rosana C. Martinelli. A implantação do centro de referência de assistência social (CRAS) no município de Florianópolis:

a efetivação do sistema único de assistência social (SUAS) no campo da proteção social brasileira? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008, São Luis. **Anais...** Brasília: ABPESS, 2008.

Resumo: O presente artigo sintetiza o Trabalho de Conclusão de Curso, que teve como objetivo analisar o processo de implantação dos Centros de Referência de Assistência Social no município de Florianópolis. Foi realizada uma pesquisa exploratória e, através de entrevistas com os profissionais e gestores, identificaram-se as aproximações e divergências do atual processo, em face do que preconizam o Sistema Único de Assistência Social e o Manual Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social.

SANTOS, Simone Ritta dos. A construção de um sistema de indicadores de avaliação de vulnerabilidade e cobertura. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL, 19., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: FITS/CFESS, 2008.

Resumo: O artigo pretende refletir sobre os usos da pesquisa quanti-qualitativa de caráter sócio-histórico e antropológico como uma das estratégias para a implantação de ações voltadas às populações vulneráveis e em risco social seja pela questão étnica, seja pela condição de moradia. A análise se baseia nos processos de trabalho que envolveu a Prefeitura Municipal de Porto Alegre através da Fundação de Assistência Social e Cidadania e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul durante a realização de quatro estudos quantitativos da população afro-brasileira, quilombola, indígena e em situação de rua durante o período de agosto de 2007 a março de 2008.

SCHMITT, Erica Lídia et al. É o renda trabalho um direito? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 12., 2007, Foz do Iguaçu; ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL, 4., 2007, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: CFESS/ABEPSS/CRESS-PR/ENESSO, 2007.

Resumo: Este artigo analisa o Programa de Inclusão e Geração Social de Renda face à Assistência Social como direito social. Descreve elementos centrais do programa para, em seguida, discorrer sobre algumas contradições presentes, posto que apresenta, no nosso ponto de vista, contrapartida ao usuário para acesso a um direito social, na contramão do que preconiza a Política Nacional de Assistência Social.

Palavras-chave: Direito Social. Assistência Social. Trabalho e contrapartida.

SCHONS, Selma Maria. Seguridade social: a assistência na perspectiva do neoliberalismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 8., 1995. **Anais...** [Salvador?: s.n., 1995?].

Resumo: É necessário observar que, embora o objeto central do texto pretende caracterizar a assistência social no neoliberalismo, não se quer neste artigo definir o que seja o neoliberalismo. Isto poderá ser buscado facilmente hoje, dada à variedade de debates e literatura abundante que se produz sobre o assunto. Como acreditamos ser o neoliberalismo uma retomada atualizada do liberalismo clássico, entendemos ser necessário para um melhor tratamento de nosso objeto, também uma retomada das características e significado da assistência no período do neoliberalismo.

SENNA, Mônica de Castro Maia et al. Programa de transferência de renda no Brasil: inflexões no padrão clássico da política de assistência social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10., 2006, Recife. **Anais...** Recife: ABEPSS, 2006.

Resumo: Este trabalho busca trazer elementos que subsidiem a discussão sobre possíveis inflexões que os programas de transferência de renda trazem no desenho das políticas públicas de combate à fome e à pobreza no país. Examina mudanças provocadas pelos três principais programas de transferência de renda - benefício de prestação Continuada, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e Programa Bolsa Família - no padrão clássico da política de assistência social no Brasil, tomando por base quatro dimensões principais: critérios e mecanismos de seleção dos beneficiários; relações entre instâncias governamentais; articulação com a rede de proteção social e controle social.

SILVA, Ademir Alves da. A política nacional de assistência social: o locus institucional e a questão do financiamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 8., 1995. **Anais...** [Salvador?: s.n., 1995?].

Resumo: Um dos aspectos controvertidos da política social brasileira refere-se ao locus institucional ou instância político-administrativa de gestão dos programas públicos de assistência social. No interior do movimento de afirmação-negação da assistência social, enquanto esfera de ação do poder público desenha-se um amplo espectro de posições das quais serão destacadas as mais importantes. De um lado, a discreta recusa em conferir às ações da área uma dimensão de política pública. Uma variante de tal posição é a que, em face do caráter "inevitável" dos programas assistenciais recolhe-lhes determinados "espaços", ressalvada sua condição secundária, subsidiária ou complementar em relação às políticas sociais

convencionais - educação, saúde, habitação, etc - estas sim, merecedoras de uma inequívoca inserção no elenco das políticas públicas. No outro extremo, há os que preconizam a aglutinação de todos os programas e ações de natureza assistencial em um mesmo locus institucional, sob comando único da mesma instância político-administrativa, reconhecendo-se o que equivale dizer, legitimando-se à assistência social o caráter e a dimensão de uma política pública. Para os propósitos do presente trabalho interessa analisar as consequências daquelas abordagens para o processo de reordenamento jurídico-institucional, na área, deflagrado à partir da Constituição Federal de 1988 e consolidado - mas ainda longe da implantação e funcionamento - com a LOAS em 1993.

SILVA, Claudia Neves da Silva; **GOMES**, Marli Da Silva. Igreja católica, assistência social e caridade: convergências e divergências. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

Resumo: Durante os anos de 1997 a 1999 desenvolvemos um estudo cujo objeto delimitado foi a assistência promovida pelo movimento leigo da Igreja Católica, a Sociedade de São Vicente de Paulo, e o poder público municipal junto à população carente de bens e serviços da cidade de Londrina (Paraná), no período compreendido entre 1964 a 1988. Buscávamos também compreender as possíveis consequências deste fato na implementação de uma política de assistência social, quando da regulamentação do Conselho Municipal de Assistência Social no município. Com o desenvolvimento da pesquisa, constatamos que é a partir da concepção cristã de caridade de voluntários da Igreja Católica, que se pratica a assistência, ou seja, uma assistência baseada na idéia do amor fraterno e filial aos pobres, mendigos, doentes, idosos, deficientes físicos e mentais; uma ação que não deve almejar interesses pessoais ou recompensas materiais. Para exercê-la, segundo esta concepção, o critério exigido é a vontade de servir ao próximo, por ser um dever moral para com os desfavorecidos, demonstrando assim, uma nobreza de caráter ou espírito nobre.

SILVA, Jacqueline Oliveira Silva; **HACKBART**, Patrícia da Silva. A atuação do assistente social e a implantação da LOAS: região do Vale do Rio Sinos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 9., 1998, Goiânia. **Caderno de comunicações.** Goiânia:[s.n.], 1998. v.1, p.83-87.

Resumo: O trabalho tem como objetivo estudar o locus da atuação do Assistente Social, a questão social, e sua múltiplas faces. Através de pesquisa

empírica descreve a experiência pós implantação da LOAS no Vale do Rio dos Sinos.

SILVA, Jeane Andréia Ferraz. A categoria pobreza no Sistema Único de Assistência Social: SUAS. In: ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 3., 2008, Vitória. **Anais...** Vitória: PPGPS/UFES, 2008.

Resumo: Este artigo objetiva problematizar os conceitos de pobreza e exclusão presentes no Sistema Único de Assistência Social SUAS, na perspectiva de contribuir com uma reflexão crítica desses termos e, a partir daí, apresentar algumas proposições para o avanço da Política de Assistência Social enquanto um direito de cidadania. O estudo foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica sobre a temática, utilizando-se principalmente da análise marxiana da lei geral da acumulação capitalista, que traz importantes elementos para a compreensão da pobreza.

SILVA, Jeane Andréia Ferraz. Os 10 anos da LOAS e a inserção do assistente social no trabalho público municipal. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11., 2004, Fortaleza; ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL, 3., 2004, Fortaleza. **Anais...** [Fortaleza: s.n, 2004].

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar, a partir dos 10 anos da LOAS, a inserção do assistente social no sistema descentralizado e participativo da assistência social. O estudo foi realizado por meio das pesquisas bibliográfica sobre a temática e documental (relatórios dos encontros regionais de assistentes sociais realizados em 2003, pela Comissão de Seguridade Social do CRESS-17ª Região; atas e documentos do Conselho Estadual de Assistência Social CONEAS-ES). Com a descentralização das políticas públicas e com a LOAS temos uma diversificação de demandas para o trabalho dos assistentes sociais: a) plantão social; b) levantamentos socioeconômicos, cadastramento de recursos e o parecer social; c) orientação e acompanhamento dos usuários atendidos pelos direitos assistenciais; d) gestão da política, elaboração de planos/programas/projetos, relatórios de gestão da política de assistência social; e) inserção nos espaços de controle democrático (conselhos de assistência social), na condição de gestor, de prestador de serviços, de trabalhador da área, de pesquisador/assessor, de usuário (raramente) e como apoio técnico e/ou técnico-administrativo, atuando como secretário executivo; f) no que se refere ao financiamento, é requisitado a atuação/conhecimento dos fundos especiais, que enquanto instrumentos de gestão financeira, podem possibilitar um maior controle dos recursos a serem

destinados à assistência social. Enfim, o assistente social é um trabalhador que na área da assistência social produz serviços que atendem necessidades sociais de seus usuários. E ao fazer isso, seu trabalho se inscreve no campo da realização de direitos assistenciais e na gestão da coisa pública.

SILVA, Maria Ozanira et al. O desafio da descentralização da política de assistência social: o caso do Maranhão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 9., 1998, Goiânia. **Caderno de comunicações.** Goiânia:[s.n], 1998. v.1, p.87-89.

Resumo: A LOAS define como uma de suas diretrizes a implantação do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, este trabalho objetiva contribuir para este debate a partir das experiências do Estado do Maranhão.

SILVA, Maria Ozanira da Silva et al. O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: um estudo avaliativo de sua implantação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008. **Anais...** Maranhão: ABEPSS, 2008.

Resumo: Analisa o Sistema Único de Assistência Social no Brasil considerando resultados de um estudo avaliativo sobre a implantação e a implementação desse Sistema. Procede uma análise preliminar do conteúdo e dos fundamentos da Política Nacional de Assistência Social. Aponta e analisa alguns aspectos gerais relevantes que vêm sendo identificados na pesquisa de campo, seguindo-se de algumas indicações em termos de conclusão.

SILVA, Maria Ozanira da Silva et al. SUAS no Brasil: um estudo avaliativo de sua implementação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10., 2006, Recife. **Anais...** Recife: ABEPSS, 2006.

Resumo: Estudo avaliativo de abrangência nacional sobre a implantação e implementação do SUAS. Contempla uma análise crítico do conteúdo e dos fundamentos da política de assistência social, da sua gestão nacional, estadual e local e um estudo empírico dos CRAS e dos CREAS. Objetiva-se acompanhar e avaliar esse processo e contribuir para o seu conhecimento e melhor efetivação.

SILVA, Nilson Euclides da; **CAMARGOS**, Priscila de Assis. Avaliação e diagnóstico do Programa Bolsa Família: os efeitos emancipatórios em famílias assistidas no município de Rio Branco, Acre. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL, 19., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: FITS/CFESS, 2008.

SILVA, Robson Roberto da. Federalismo e descentralização: implicações para política de assistência social no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 3., 2008, Vitória. **Anais...** Vitória: PPGPS/UFES, 2008.

Resumo: Este trabalho busca apresentar um estudo sobre federalismo, descentralização e política social no Brasil, mais especificamente sobre a política de assistência social no pós-1988. Procura identificar os distintos modelos federativos que foram sendo adotados ao longo da história no país e constatar os principais avanços e desafios que a descentralização, como uma diretriz política e constitucional, própria do último modelo federativo brasileiro, traz para formulação, implementação e gestão da política de assistência social.

SILVA, Robson Roberto da; **FONSECA**, Tatiana Maria Araújo da; **SENN**A, Mônica de Castro Maia. Um estudo comparado entre os programas de transferência de renda no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 3., 2008, Vitória. **Anais...** Vitória: PPGPS/UFES, 2008.

Resumo: Os programas de transferência de renda têm adquirido centralidade crescente na agenda governamental brasileira. Este trabalho se propõe a analisar a experiência brasileira recente de transferência de renda, a partir do estudo de três programas principais: o Benefício de Prestação Continuada, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Programa Bolsa Família. Busca-se examinar possíveis inflexões provocadas por estes programas no padrão clássico da política de assistência social no Brasil. O estudo contemplou quatro dimensões principais: critérios e mecanismos de seleção dos beneficiários; relações entre instâncias governamentais; articulação com a rede de proteção social e o controle social.

SILVA, Sheyla Suely de Souza et al. Avaliação e monitoramento da gestão descentralizada e participativa da política de assistência social na região metropolitana do Recife. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

Resumo: Apresentamos os resultados do Projeto de Extensão Avaliação e

Monitoramento da Gestão Descentralizada e Participativa da Política de Assistência Social na Região Metropolitana do Recife, realizado no período de novembro de 2000 a abril de 2001, abrangendo seus catorze municípios. Demandado pela Secretaria Estadual de Planejamento e Desenvolvimento Social de Pernambuco, contou com o apoio operacional e metodológico da Universidade Federal de Pernambuco, através de sua Pró-Reitoria de Extensão e dos Departamentos de Graduação e de Pós-Graduação em Serviço Social. Apesar das limitações, inevitáveis pelo pionerismo e pela escassez de recursos de tempo e financeiros, sua realização representa um marco na trajetória dos órgãos gestores da Política de Assistência Social e o produto ora apresentado deve, ser tomado como referência para todos aqueles que, usuários, gestores ou estudiosos, têm se empenhado no aperfeiçoamento das práticas de controle social e gestão participativa das políticas públicas.

SILVA, Sheyla Suely de Souza et al. Entre o direito e a caridade: o papel das entidades de assistência social na desproteção social brasileira. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL, 19., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: FITS/CFESS, 2008.

Resumo: Este artigo sistematiza discussões teóricas tecidas pelos membros do Grupo de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Políticas Sociais da Universidade Estadual da Paraíba (GEAPS/UEPB); inquietações e análises que consubstanciam o Projeto de Doutorado da Profa. Sheyla Suely e resultados da pesquisa monográfica de Jucilene Carvalho.

SILVA, Sonia; **GARCIA**, Joana. Proteção social no Brasil: contradições de um modelo híbrido. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., 2008, São Luis. **Anais...** Brasília: ABPESS, 2008.

Resumo: Este artigo é produto das reflexões teóricas no mestrado em Serviço Social em curso na ESS/UF RJ e experiência profissional junto a SMAS em Itaguaí/RJ. A complexidade que envolve a Proteção Social imprime na atual conjuntura diversas exigências: a) a garantia de intersetorialidade na gestão das políticas públicas; b) a matricialidade sócio-familiar enquanto estratégia para ampliação aos direitos sociais; e c) como materializar a assistência social enquanto uma política pública? Trata-se de um debate acerca das transformações sociais e de suas implicações na conformação da nova Política de Assistência Social com foco na família. Estamos diante de possíveis transformações ou do velho com nova roupagem?

SILVA, Vini Rabassa da et al. A participação da sociedade civil na política da Assistência Social no estado do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11., 2004, Fortaleza; ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL, 3., 2004, Fortaleza. **Anais...** [Fortaleza: s.n, 2004].

Resumo: Este trabalho apresenta uma pesquisa que objetiva analisar a trajetória da participação da sociedade civil na gestão do Sistema Descentralizado da Política da Assistência Social/SIDEPAS no Estado do RS, descobrir a trama de interesses que o constitui, compreender as suas mediações e contribuir para a efetivação dos objetivos constitucionais previstos para a política da assistência social. Os pesquisadores estão vinculados aos Cursos de Serviço Social da UCPel, UNIFRA, ULBRA E PUCRS. Seguindo uma metodologia quanti-qualitativa, esta pesquisa está sendo realizada em 115 municípios que se encontravam com gestão municipalizada da política de assistência social no ano de 2003. Estão sendo utilizados para a coleta dos dados, os seguintes instrumentos: questionários, estudo documental e entrevistas semi-estruturadas. Os resultados obtidos até o momento, permitem afirmar que o interesse em obter recursos financeiros para a manutenção das entidades assistenciais é o principal mobilizador da participação da sociedade civil, tendendo para a não influência no processo de ampliação da cidadania e não tendo nenhuma vinculação com o protagonismo dos usuários, nem com a melhoria dos serviços prestados. Desta forma, fica evidenciada a necessidade de articulação da participação da sociedade civil com uma mudança cultural capaz de romper com práticas consolidadas pelo sistema vigente e de garantir o caráter emancipatório da democracia.

SILVEIRA, Irma Martins Moroni da. Assistência social: uma reflexão sobre mudanças e permanências. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11., 2004, Fortaleza; ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL, 3., 2004, Fortaleza. **Anais...** [Fortaleza: s.n, 2004].

Resumo: A assistência social elevada à categoria de política pública na CF/88 e regulamentada na lei 8742/93-LOAS apresenta avanços e recuos; estes impedem a efetivação dos direitos. A CF ampliou e multiplicou direitos, porém os governos da última década optaram por abraçar o doutrinário neoliberal culminando com medidas de cortes nas políticas sociais. O estudo verifica rebatimentos da política no interior das instituições e na prática dos assistentes sociais. Elegemos 16 assistentes sociais que trabalham diretamente com o público alvo da assistência social no município de Fortaleza. O volume de informações nos levou à utilização do Soft Alceste. Os resultados aludem que os mecanismos das políticas sociais alimentam o sistema capitalista, não atingem o universo dos usuários em estado

de necessidade, reforçando as desigualdades. A assistência social, como proteção social, deve assegurar mínimos sociais, mas ainda permite que a população continue privada de benefícios e serviços. As mudanças mencionadas dizem respeito à criação dos Conselhos (participação social); a obrigatoriedade dos municípios se responsabilizarem pela implementação dos serviços; conhecimento das dotações orçamentárias. Para os assistentes sociais, a política permitiu a valorização da profissão, mas não dos salários. As dificuldades continuam: recursos irrisórios, exclusão de projetos e benefícios do cenário social sem explicações à sociedade, permitindo a desvalorização da política. Os resultados do estudo denotam conhecimento crítico do grupo acerca das permanências e mudanças na política de assistência social pós-Loas.

Palavras-chave: Assistência Social. LOAS. Direitos Sociais.

SOUBHIA, Ana Paula Cardia. Sistema único de assistência social suas: a construção e consolidação da política de assistência social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11., 2004, Fortaleza; ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL, 3., 2004, Fortaleza. **Anais...** [Fortaleza: s.n, 2004].

Resumo: Refletir a respeito da sistematização do Sistema Único de Assistência Social, estabelecendo a forma como se dará a sua gestão através do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, regulamentado pelo Decreto n.º 5.074 de 11 de maio de 2004, o qual aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos e as funções do referido Ministério, é um grande desafio no momento atual, seja pela sua recente aprovação ou pela necessidade da categoria de assistentes sociais ter claro esta nova perspectiva de gestão da política de assistência social, e conseqüentemente, intervir no sentido de efetivá-la. O Departamento de Gestão do SUAS, órgão subordinado à Secretaria Nacional de Assistência Social, tem a competência de coordenar, regular, acompanhar, apoiar, subsidiar instrumentos para a implementação da Política Nacional e do Sistema Único de Assistência Social. São grandes as possibilidades e desafios impostos a esta nova dinâmica de gestão da política de assistência social, através do SUAS, principalmente porque o poder público, nesta perspectiva, é impreterivelmente responsável pela regulação e portanto, cabe-lhe a fiscalização e execução de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social. Com o SUAS as instâncias deliberativas e fiscalizadoras do sistema democrático e participativo, quais sejam: conselhos (Nacional, Estaduais e Municipais) de Assistência Social, aprovados pela LOAS, recebem reconhecimento e permanecem em seu patamar enquanto mecanismo de controle social.

SOUSA, Alcinélia Moreira de. Questão indígena: um desafio para o sistema único da assistência social no Acre. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL, 19., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: FITS/CFESS, 2008.

Resumo: O Sistema Único de Assistência Social- SUAS traz como um de seus eixos estruturantes a questão da territorialização e amplia os conceitos de vulnerabilidade social, possibilitando a discussão das especificações presentes em cada território. Assim, o presente debate tem o objetivo de apresentar os fragmentos de ações e reflexões sobre o desafio posto ao SUAS no trabalho com a população indígena, na realidade do Acre, colocando o serviço social como protagonista desta causa, como conclama Joaquina Barata.

SOUZA, Ana Cláudia da Silva et al. A política de assistência no contexto neoliberal: focalização e seletividade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 12., 2007, Foz do Iguaçu; ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL, 4., 2007, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: CFESS/ABEPSS/CRESS-PR/ENESSO, 2007.

Resumo: A assistência social, reconhecida como direito do cidadão e dever do Estado na Constituição de 1988, tem sido direcionada de forma restritiva, deixando desprotegidos cidadãos que necessitam da mesma, o que contribui para reprodução da pobreza. O interesse por estudar a temática veio de aproximações bibliográficas e do estágio no Centro de Referência da Assistência Social de Campina Grande-PB.

SOUZA, Kátia Maria Araujo. Os conselhos municipais de assistência social e seu papel no controle social. In: ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 2., 2007, Vitória. Vitória: PPGPS/UFES, 2007.

Resumo: Os conselhos municipais de assistência social foram criados a partir das políticas públicas voltadas para a assistência e o exercício dos direitos, intensificados e exigidos para a gestão municipal, como forma de reduzir as desigualdades. Entretanto, observa-se ainda a presença forte das primeiras damas a frente das secretarias de assistência social, inibindo a participação sócio-política das comunidades, mantendo o assistencialismo-clientelismo com a manutenção da pobreza.

SOUZA, Maria de Fátima. Uma contribuição à concepção do sistema único de assistência social: princípios e diretrizes. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11., 2004, Fortaleza; ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL, 3., 2004, Fortaleza. **Anais...** [Fortaleza: s.n, 2004].

Resumo: A construção do sistema único de assistência social SUAS - está sendo colocada para o território nacional como um grande desafio. Foi oficializada pelo decreto presidencial Nº 5.074, 11 de maio de 2004. Trata-se de uma construção coletiva que visa dar normatização, organicidade, sistematização, racionalização e unificação à política de assistência social. O SUAS parte do aparato legal previsto no artigo 194 da constituição federal que preconiza o sistema de seguridade social no Brasil e nos artigos 203 e 204 da mesma constituição que colocou para a assistência social, uma nova dimensão e um novo paradigma, ou seja, a dimensão de política pública e o paradigma do direito. Nesta perspectiva assistência social passa ser direito do cidadão e dever do Estado, devendo romper com a benemerência, com o assistencialismo e com a cultura da tutela, inserindo-se no campo das políticas públicas com competências e status. A regulamentação da assistência social foi feita pela lei orgânica da assistência social LOAS Nº8.742/93. A LOAS trouxe muitos avanços para o campo da assistência social. No entanto reconhecemos que após 10 anos de LOAS, temos muito que avançar e caminhar para que de fato o direito sócioassistencial, através da responsabilidade estatal, se concretize na perspectiva de melhoria de qualidade de vida para o conjunto da população, trazendo a ampliação da proteção social. Colocamos-nos, como sujeitos sociais, na luta pela construção e consolidação do SUAS, discutindo sua concepção, que implica necessariamente na mudança de paradigmas, na definição de conteúdos e na universalização do direito, que passa por um amplo e caloroso debate.

TAVARES, Maria Augusta. Sobre a questão social: a unanimidade em debate. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL, 19., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: FITS/CFESS, 2008.

Resumo: Este artigo é resultado de uma pesquisa desenvolvida entre os anos 2005-2008, com apoio do CNPq e complementada pela Avaliação da Implementação das Diretrizes Curriculares, pesquisa realizada pela ABEPSS, entre 2006-2008, da qual participamos em todas as suas fases. A partir da hipótese que a concepção de trabalho é determinante na apreensão da questão social e no seu enfrentamento, buscamos conhecer o tratamento dado pelas unidades de ensino à questão social.

VASCONCELOS, Ana Claudia Targino de et al. Laboratório de estudos e pesquisa sobre a política de assistência social, socializando experiências. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

VASCONCELOS, Ângela Magalhães. A política pública de assistência social, o diagnóstico participativo de Niterói: dilemas e tendências para uma agenda política local. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11., 2004, Fortaleza; ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL, 3., 2004, Fortaleza. **Anais...** [Fortaleza: s.n, 2004].

Resumo: O trabalho trata das pré-conferências regionais e temáticas na área da assistência social, desenvolvidas ao longo de 2003, no município de Niterói-RJ, no governo petista. O objetivo foi mobilizar a população da cidade a uma participação ativa em torno da política de assistência social com vistas a proposições qualificadas, envolvendo os usuários, representantes institucionais governamentais e não-governamentais, gestores e representantes de movimentos sociais que analisadas norteassem as deliberações da IV Conferência Municipal de Assistência Social. As questões centrais: Como os atores sociais locais apreendem a política de assistência social na cidade de Niterói? Qual o padrão de proteção social do município? Qual o lugar da assistência social na política pública de seguridade social? Para tanto a equipe desenvolveu uma metodologia de trabalho, com base em dados oficiais divulgados aos participantes, considerando a gestão das políticas de saúde, educação, assistência social e do orçamento participativo. Foram identificadas ao longo das pré-conferências, demandas individuais e coletivas, através da aplicação de formulários. Ao final de cada evento os participantes tinham acesso e debatiam os dados obtidos. Foi organizado um banco de dados que permitiu analisar as tendências da cultura política local, dificuldades e caminhos da intersetorialidade, a territorialidade, a participação e controle social, os avanços e limites para a transparência da gestão local, a gestão dos conselhos de direitos e dos conselhos de políticas bem como o orçamento participativo da assistência social que permitiu a elaboração do DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO.

VELASCO, E.G. Um tema, um desafio: a interface assistência social, trabalho. Notas de estudo de uma experiência em Mato Grosso. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

Resumo: Ao longo deste trabalho foi desenvolvido um ensaio em torno da busca

de compreensão da interface assistência social-trabalho como um campo de possibilidades para estabelecimento de vínculos orgânicos, apreendida a partir do PADIC (Programa de Apoio às Iniciativas Comunitárias). Este foi o centro do presente estudo.

VENDRUSCOLO, T.S.; **ROSSETI**, M.B. Assistência social: onde encontrar? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

Resumo: Este trabalho é um relato de experiência sobre a agenda Assistência social: onde encontrar? Agenda de Instituições e Programas Sociais de Ribeirão Preto que teve como metas: Construir uma agenda social como instrumento de informação, para usuários e profissionais da área social, objetivando conhecer as instituições e/ou organizações existentes no município de Ribeirão Preto (SP), tanto no plano público como privado; a partir de sua elaboração, entrar em contato com as Políticas Públicas de Seguridade Social, em seu aspecto legal e histórico. Essa Agenda foi confeccionada pelas alunas do Curso de Serviço Social da UNAERP - Universidade de Ribeirão Preto, através de pesquisa de campo, contatos telefônicos, correspondências e pesquisa bibliográfica, sob a orientação da Professora Telma Sanchez Vendrusculo, dentro do programa curricular da disciplina - Serviço Social e Seguridade Social.

VIANA, Maria José de Faria. Direito e política social: o impacto da LOAS na concepção e na prática das agências de assistência social no município de Goiânia, Goiás [1988-1998]. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 10., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

Resumo: O objetivo básico deste estudo é identificar, no contexto da relação Estado e Sociedade a partir da Constituição Brasileira de 1988, as perspectivas colocadas para a Política de Assistência Social e a relação entre política social e direito social nos marcos da Lei Orgânica de Assistência Social LOAS. Constitui objeto deste estudo a inter-relação entre a efetividade de uma política social, a concepção de direito social e a sua aplicabilidade a partir da Lei LOAS.

VIEIRA, Maria do Socorro. Monitoramento e avaliação do SUAS no município de João Pessoa, Paraíba. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10., 2006, Recife. **Anais...** Recife: ABEPSS, 2006.

Resumo: O presente trabalho de extensão e pesquisa aplicada tem como proposta acompanhar e avaliar o processo de implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS em João Pessoa. O projeto é executado pelo Grupo de Pesquisa “Políticas Públicas, Risco e Cotidiano no Universo Infanto-juvenil”, vinculado ao Departamento de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB, sendo implementado em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES da Prefeitura Municipal, com a participação de oito alunos de graduação em Serviço Social, uma aluna de pós-graduação, uma docente e treze técnicos da Secretaria.

YAAKOUB, Melissa Cavalcanti. Controle democrático e intersetorialidade no conselho municipal de assistência social na cidade do Rio de Janeiro: construção de uma esfera pública e democrática? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10., 2006, Recife. **Anais...** Recife: ABEPSS, 2006.

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar, na política de assistência social, como o exercício do controle democrático e da intersetorialidade se processam na construção de uma esfera pública e democrática. Para isso, tomamos como pano de fundo o espaço do Conselho Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro (CMAS-RJ), apreendendo como as relações sociais ocorrem neste espaço. Neste sentido, verificou-se em que medida o exercício do controle democrático é materializado e de que forma a intersetorialidade se faz presente no CMAS-RJ e também na política municipal de assistência social.

YAAKOUB, Melissa Cavalcanti. Para além do controle social: o desafio da intersetorialidade no conselho municipal de assistência social do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (11., 2004, Fortaleza); ENCONTRO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL (3., 2004, Fortaleza). **Anais...** [Fortaleza: s.n, 2004].

Resumo: O presente trabalho visa realizar uma análise reflexiva sobre os mecanismos de constituição de uma esfera pública democrática, no que se refere à criação do Conselho Municipal de Assistência Social no município do Rio de Janeiro, localizado no estado do Rio de Janeiro. Este projeto de pesquisa possui como objeto de investigação analisar qual é o grau de participação dos conselheiros junto ao conselho municipal de assistência social (CMAS/RJ) e se este, se constitui como instrumento autônomo. Além disto, estou investigando em que medida se constitui enquanto instrumento político que possa viabilizar o exercício da

“participação cidadã”. Está sendo realizado um estudo de caso do município do Rio de Janeiro, no que concerne à gestão democrática, traçando um histórico da política assistência social e, desvelando essas questões no presente. Tendo como fundamental, a apreensão da totalidade através da abordagem qualitativa. Estão sendo utilizadas bibliografias, documentos e outros materiais, buscando entender o funcionamento do CMAS/RJ, sua gênese, sua implementação, além dos limites e dificuldades. Para fins desse trabalho será realizada uma análise da relação público/privado e, posteriormente, será abordada a intersetorialidade para além do controle social.

SILVA, R. R. Análise da implementação do Programa Bolsa Família no município do Rio de Janeiro no que tange a sua integração com a rede de proteção social. In: ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 3., 2008, Vitória. **Anais...** Vitória: PPGPS/UFES, 2008.

Resumo: Este trabalho se propõe a examinar o processo de implantação do Programa Bolsa Família no âmbito municipal, enfocando o esforço de articulação intersetorial exigido no cumprimento das condicionalidades do programa. A análise toma por referência a experiência do município do Rio de Janeiro, a partir da perspectiva de gestores municipais. As informações foram obtidas através de levantamento documental e de entrevistas realizadas durante o mês de junho de 2007 com gestores do programa. Foram destacados aspectos facilitadores e os limites de ordem político-institucional à consecução das ações intersetoriais no processo de implementação do programa.

1.3.2 Dissertações e Teses

ANGIONI, Marilda. **Assistência Social em Blumenau - SC**: reflexões sobre o processo de descentralização. 2004. Dissertação (Mestre em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC). Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/tedesimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1355>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: A descentralização abrange diversos aspectos: o arranjo institucional, o fiscal, o remanejamento de poder entre esferas de governo e entre governo e sociedade. Compete aos governos locais o desenvolvimento de capacidade decisória e administrativa e a alocação de recursos para o desenvolvimento de políticas. Dentre estas, a política de Assistência Social, cuja descentralização foi propugnada pela lei 8.742/93. Conhecer sobre a descentralização da Assistência Social em Blumenau foi o objeto deste estudo, que abrangeu o período de 1993 a 2003 e teve os seguintes eixos de análise: (1) o marco regulatório da Política Municipal de Assistência Social; (2) o orçamento e o financiamento da Assistência Social; e (3) o controle social, em especial por meio da agenda do Conselho Municipal de Assistência Social. A abordagem foi qualitativa, na modalidade estudo de caso, envolvendo o uso de diversas técnicas: levantamento, estudo e análise documental; revisão bibliográfica; observação direta e entrevista oral. Os sujeitos da pesquisa foram o gestor e conselheiros municipais representantes do segmento não governamental. Constituíram fontes de dados: processos legislativos e legislação municipal; documentos, não publicados, produzidos pelo órgão gestor da Assistência Social, Planos Municipais e relatórios de Conferências Municipais de Assistência Social; resoluções e atas do Conselho Municipal de Assistência Social. Com relação aos três eixos de análise anteriormente destacados, obtiveram-se os resultados apresentados a seguir. Em relação ao (1) marco regulatório, da descentralização da Assistência Social decorreu a positivação de direitos relativos à proteção social, bem como a organização institucional e de serviços no campo da Assistência Social. Em relação ao (2) orçamento e ao financiamento da Assistência Social, o município constituiu o Fundo Municipal como unidade orçamentária, alocou recursos próprios vinculados a um percentual da receita municipal efetivamente arrecadada na maior parte do período estudado, viabilizou meios de partilha de recursos do Fundo Municipal à rede assistencial e contou com o co-financiamento de serviços, majoritariamente pela União. Com respeito ao (3) Conselho Municipal de Assistência Social, estabeleceu-se sua agenda formal-legal a partir de suas competências, e evidenciou-se, a partir de suas resoluções, sua agenda formal-decisória. Na agenda formal-decisória foram identificadas as seguintes temáticas: administrativa, decisória, normativa,

controladora e articuladora, havendo o predomínio, dentre essas temáticas, daquelas relacionadas à regulação da rede privada de atendimento assistencial. Conclui-se que a descentralização da Assistência Social em Blumenau é pujante, embora restem inúmeros desafios, sejam estes relacionados ao aprofundamento da capacidade gerencial do município ou à ampliação de recursos para a viabilização da Política e, sobretudo, ao aprofundamento do controle social.

Palavras-chave: Assistência social. Descentralização. Controle social.

BARROS, Júlio da Costa. **Instituições de assistência social e entidades beneficentes de assistência social**: similaridade, conceito jurídico e algumas implicações. 2003. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo (SP).

Resumo: A Constituição brasileira atualmente em vigor trouxe uma novidade, ao limitar o poder da União em instituir contribuições para a seguridade social, tendo como sujeito passivo as entidades beneficentes de assistência social. Anteriormente à sua vigência, limitação semelhante já era prevista constitucionalmente, mas relativamente a impostos no tocante às instituições de assistência social sem fins lucrativos, no que foi seguida pela atual Carta Política. Em ambos os dispositivos, o legislador constituinte deixou clara a necessidade de que os requisitos para o gozo do benefício fossem instituídos por lei (não fazendo referência expressa a lei complementar), sendo ainda que, no primeiro ora referido, designou o benefício tributário expressamente de isenção. Em decorrência disto o legislador ordinário passou a disciplinar a matéria, no âmbito das contribuições para a seguridade social, como se de isenção se tratasse, e bem assim, a dispor sobre os requisitos de que deveriam se revestir as pessoas jurídicas, para serem consideradas entidades beneficentes de assistência social. A pesquisa cuida de examinar os grandes vetores axiológicos que determinam a compreensão do conteúdo das normas jurídicas em que se situam tais previsões, a partir da evolução dos contextos histórico, econômico, e sociológico, que influenciaram o desenvolvimento da cultura do povo brasileiro, levantando e analisando conceitos e conhecimentos provenientes de disciplinas afins que, de alguma forma, se relacionam com o Direito, visando a compreensão, nos planos semântico e pragmático, da expressão assistência social, suas relações com beneficência e benemerência, apresentando uma sistematização conceitual de assistência, de forma a diferenciar assistência pública de assistência privada, com o propósito de desvendar a essência contida na nomenclatura positivada na Constituição, para entidades ora referidas. Na interpretação dos dispositivos constitucionais, são levados em conta, sua integração a um sistema de linguagem, concentrando as observações nos planos sintático, semântico e pragmático. Conclui-se que a nomenclatura utilizada para instituições de

assistência social sem fins lucrativos e entidades beneficentes de assistência social, não contempla entes diversos, significando pessoas jurídicas de direito privado que atuam, em parceria com o Estado na persecução dos objetivos da assistência social. Finalmente ressalta-se que as instituições educacionais e de saúde, sem fins lucrativos, podem integrar essa espécie de entidade, para fins de imunidade tributária, ao contrário do que ocorre com as entidades fechadas de previdência privada, desde que cumpram as exigências previstas em Lei Complementar. Embora o texto constitucional tenha se referido ao benefício fiscal como sendo isenção, na verdade se trata de imunidade, uma vez que a Constituição não é a sede própria para cuidar de isenções tributárias.

Palavras-chave: Direito previdenciário. Constituição Brasileira (1988). Entidades beneficentes de assistência social. Imunidade tributária. Direito.

BELGINI, Paula. **Assistência social:** direito ou favor - um estudo sobre as famílias nos programas sociais da Prefeitura de Itatiba (SP). 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3994>. Acesso em: 23 set. 2009.

Resumo: Nesta dissertação é analisada e refletida, de maneira sistemática, a situação socioeconômica de 103 famílias desligadas, em 2005, dos programas sociais Renda-Cidadã e Apoio à Família, no município de Itatiba (SP), após completarem o período máximo de permanência. A abordagem enfatizou o ponto de vista dessas famílias quanto às suas necessidades e as expectativas que constroem em conjunto com as organizações promotoras dos programas. A fundamentação teórica baseou-se nas concepções de família, política social, assistência social, programas de combate à pobreza encontradas principalmente nos autores: Fonseca, A. M. M. da, Campos, M. S., Miotto, R. C. T., Yazbek, M. C. e Sposati, A., possibilitando a análise de uma perspectiva histórica, social e política. Os procedimentos de investigação incluíram: pesquisas bibliográficas e documentais; entrevistas semi-estruturadas com os técnicos que operam estes programas; grupos focais com as famílias, estes últimos tendo permitido uma aproximação maior do desenvolvimento dos programas sob a óptica de seus beneficiários. Foi detectada a ausência, no Município, de um desenho mais firme da política de assistência social, e de articulação nas intervenções em vários níveis, resultando em conseqüências diretas para as famílias beneficiárias. Desenvolve-se uma dependência dessas em relação aos programas, para além da questão da pobreza estrutural, perpassada pela cultura que historicamente permeia a área e os agentes da assistência social. O resultado é o que já foi denominado de famílias disciplinadas. Apesar dos limites existentes nos programas, e de

sua evidente ineficácia em proporcionar a emancipação das famílias, eles vêm proporcionando um mínimo de recursos para sua sobrevivência. Discutem-se as razões da preferência das famílias pela cesta básica ou pelo benefício financeiro. Como conclusão, é recomendado que as intervenções públicas na assistência social sejam articuladas a outras políticas públicas, tomando como referência as características dos municípios, principalmente de sua população, e, acima de tudo, buscando significar todo o atendimento na óptica dos direitos sociais.

Palavras-chave: Serviço Social. Família. Política social. Assistência social. Programas sociais. Direitos. Administração municipal - São Paulo (SP). Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - Programa Renda Cidadã. Assistência social - Itatiba (SP). Serviço social com a família - Itatiba (SP). Brasil - Política social.

BIDARRA, Zelimar Soares. **As disputas de projetos políticos na construção das políticas de assistência social:** as experiências dos conselhos municipais de assistência social de Cascavel e de Toledo (oeste paranaense). 2004. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP). Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000321209>>. Acesso em: 25 set. 2009.

Resumo: Esta tese versa sobre as disputas de projetos políticos na construção de Políticas Municipais de Assistência Social. A pesquisa resgata situações objetivas em que têm se dado alguns dos processos de implementação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei 8.742/93. O objetivo foi o de evidenciar os caminhos e analisar as contribuições dadas pelos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS's), de Cascavel e de Toledo (Paraná), para que se efetivasse uma nova forma de concepção, de estruturação e de gestão das Políticas de Assistência Social. Porém, para que as ações assistenciais que decorrem dessas Políticas correspondam às formas de satisfação dos direitos sociais pressupostos pelas LOAS e, para que esses direitos cheguem aos seus destinatários, é necessário investir-se em um efetivo funcionamento dessas Políticas. Para isso a investigação centrou-se na análise das experiências empreendidas pelo CMAS-Cascavel e pelo CMAS - Toledo que, por meio de alternativas políticas diferenciadas, buscaram direcionar suas respectivas Políticas Municipais de Assistência Social em conformidade com as expectativas de uma construção mais plural e democrática das ações relativas a essa área. Portanto, pode-se dizer que, a defesa da participação e da democratização dos processos decisórios é o ponto de contato crucial que influi nas condições em que se estabelecem as relações entre alguns dos representantes de segmentos da sociedade civil e do poder estatal, dentro desses Conselhos, nos processos de construção das políticas sociais.

Palavras-chave: Políticas públicas. Assistência social. Espaços públicos. Democracia.

BRITO, Maria Argenice de Sousa. **Plantão social:** de prática institucional para serviço público de direito: contribuições para a gestão do SUAS - Sistema Único de Assistência Social. 2005. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Resumo: O plantão social é um meio pelo qual historicamente tem ocorrido a triagem e seleção de demandas para inclusão de atendimentos sociais, aplicado tanto pela organização estatal quanto em ações sociais privadas. O Brasil vem, desde a Constituição Federal de 1988, sendo orientado por transformar ações sociais conhecidas como de assistência social em política pública de direção universalizante entre todos aqueles que dela necessitarem. O novo caráter de extensão da proteção social vem colocando em questão a persistência de processos seletivos que se pautem pela exclusão e não pela inclusão. A reorganização da gestão de assistência social no Brasil vem adquirindo feição descentralizadora e participativa por meio da implantação do SUAS Sistema Único de Assistência Social, o qual é constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social prestados diretamente ou através de convênios com organizações sem fins lucrativos, por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público. Para responder a essa questão nos municípios da Região Grande São Paulo Oeste, este estudo irá identificar as características dos serviços de plantão social, buscando dar transparência aos fatores institucionais e profissionais na operação do plantão social, principalmente quanto ao modelo de gestão adotado pelos órgãos de Assistência Social da Região Grande São Paulo Oeste, e os paradigmas que informam a ação do profissional Assistente Social nessa prática, que também foram analisados e comparados. Toda a análise é também iluminada pelas referências do Sistema de Proteção Social francês que opera pelo princípio da universalidade.

Palavras-chave: Serviço social aplicado. Provisão de assistência social. Políticas públicas.

CEZNE, Andrea Nárriman. **Instituições de assistência social e imunidade tributária.** Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4335/000500140.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 23 set. 2009.

Resumo: A problemática do presente trabalho é a análise da configuração atual da Assistência Social e suas instituições no Brasil, investigando o desenvolvimento do setor e a natureza da atividade assistencial, a partir da Constituição Federal de 1988. O objetivo principal desse trabalho é analisar as desonerações tributárias referentes à assistência social e sua regulação, especificamente a questão da imunidade tributária prevista pela Constituição Federal de 1988 (no artigo 150, VI, “c”). A metodologia utilizada foi a interpretativa, através de estudo de casos e análise teórica, buscando partir das decisões do Supremo Tribunal Federal para traçar o quadro histórico da questão em termos jurisprudenciais, para compreender a assistência social no contexto atual através da análise dos casos concretos e crítica das decisões. Justifica-se por ser um tema polêmico, tanto em termos regulatórios quanto em de análise das políticas públicas pertinentes ao setor. A Assistência Social e as relações do Estado com as entidades do setor tem sido objeto de discussões recentes, pela própria expansão do setor no país. Nesse contexto, a questão da imunidade tem sido o ponto mais sensível na relação Estado-entidades assistenciais, provocando conflitos quanto à regulação do instituto, agravado em razão de legislação inadequada criada para o setor. A determinação dos limites da aplicação das normas de imunidade tributária das entidades assistenciais se justificaria por trazer maior segurança jurídica à área, beneficiando não somente o Estado, mas as entidades sérias do setor. A relevância teórica das discussões sobre os limites da legislação reguladora apresenta-se pela falta de padrões normativos definidos a respeito da atuação das instituições, que devem ser analisadas a partir da Constituição Federal de 1988. A discussão do papel do Estado também se destaca aqui, através do estudo das relações entre este e os particulares, quando realizam atividades de interesse público. Também é relevante a análise do impacto das alterações constitucionais em matéria de regulação da assistência social, cujos conceitos ainda não se encontram adequadamente tratados nas formulações teóricas e nas decisões dos tribunais, sendo que progressivamente vão sendo incorporados, especialmente pelos tribunais. Pode-se apontar inicialmente que o Supremo Tribunal Federal historicamente oscilou em suas decisões, hora partindo de uma interpretação mais ampla e flexível, hora restringindo a aplicação da imunidade, apresentando recentemente a tendência à flexibilização e interpretação ampliativa em relação aos requisitos para sua configuração. Entretanto, o tratamento não é uniforme, observando-se a exemplo a restrição da aplicação da imunidade em relação às Entidades de Previdência Complementar Fechadas. Verifica-se também a necessidade de uma nova legislação adequada à modernização do setor, definindo de forma mais clara as restrições à aplicação da imunidade tributária em seus vários aspectos, e adequando essas restrições aos requisitos constitucionais.

Palavras-chave: Imunidade tributária. Assistência social. Regulação do terceiro setor.

CHIACHIO, Neiri Bruno. **O caráter público da gestão governamental com organizações sem fins lucrativos**: o caso da assistência social. 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2850>. Acesso em: 23 set. 2009.

Resumo: Este trabalho estuda os modos de relação que ocorrem entre a gestão governamental da assistência social e as iniciativas da sociedade, desenvolvidas pelas organizações privadas de fins não lucrativos. Identifica os instrumentos normativos utilizados pelo Estado para manter a relação de cooperação e integração entre o poder público e a sociedade - definida pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica de Assistência Social - para a realização do sistema público de assistência social. Examina a legislação pertinente ao tema e normas técnicas emanadas pelo órgão gestor da assistência social da cidade de São Paulo. Resgata em linhas gerais o debate que travam pesquisadores, executores e estudiosos da questão e que demonstra o campo complexo de valores e motivações sobre os quais se move essa relação. Busca situar os seus pontos críticos, inserindo a discussão no esforço de conferir dimensão pública à política de assistência social para garantia de direitos e extensão da cidadania no Brasil.

Palavras-chave: Serviço social. Assistência social. Organizações sem fins lucrativos. Assistência social - São Paulo (SP). Filantropia - São Paulo (SP).

CHIECHELSKI, Paulo Cesar Santos. **Sistemática de avaliação para aplicação em municípios que implantaram o Programa Bolsa Família**. 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=639>. Acesso em: 23 set. 2009.

Resumo: A presente tese tem como temática a avaliação de programas sociais, focalizando a análise na modalidade de intervenção caracterizada na literatura especializada como renda mínima. O propósito da investigação é oferecer contribuições para o aperfeiçoamento das etapas de monitoramento, acompanhamento e avaliação dos programas e projetos sociais, mediante a formulação de estrutura de avaliação para aplicação nas intervenções descentralizadas do Programa Bolsa Família, programa este instituído pelo Governo Federal, em 2003, e que consiste em uma transferência monetária ao público beneficiário com a exigência de determinadas condições. O estudo segue uma orientação caracterizada como pesquisa metodológica, e os procedimentos adotados para a sua condução foram desenvolvidos em três etapas. A primeira

etapa consistiu de análise dos principais modelos de avaliação de resultados e de funcionamento de programas sociais, objetivando identificar metodologias disponíveis para proceder ao exame de tais intervenções. A segunda compreendeu um exame dos programas de transferência direta de renda implementados no plano nacional, com especial destaque para o Programa Bolsa Família. A terceira envolveu a elaboração do modelo de avaliação e foi desenvolvida a partir dos resultados alcançados com o processo de análise aplicado na primeira e na segunda etapa da investigação. O resultado do estudo consiste na formalização da sistemática de avaliação que contempla um modelo padronizado e um conjunto de procedimentos complementares. O modelo é constituído por níveis de análise denominados dimensões, grupos de indicadores, indicadores e critérios de julgamento, os quais definem os diversos aspectos a serem observados, quando da efetivação do processo avaliativo junto aos municípios que implantaram o Programa Bolsa Família. Os procedimentos complementares, por sua vez, são formados por um conjunto de orientações metodológicas e operacionais necessárias à correta interpretação dos componentes do modelo de análise e dos critérios de julgamentos propostos.

Palavras-chave: Avaliação. Programas sociais. Renda mínima. Serviço social - Brasil. Assistência Social - Brasil. Projetos sociais - Avaliação. Políticas públicas.

DEGENSZAJN, Raquel Raichelis. **A construção da esfera pública no âmbito da política de assistência social**. 1997. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Resumo: Este estudo, concebido como investigação teórica e empírica, teve por objetivo a análise de uma área setorial das políticas sociais - a assistência social-, procurando captar os impasses e perspectivas para sua constituição como política pública, no contexto das recentes transformações do Estado brasileiro sob os influxos da crise e reorganização do capitalismo em escala mundial. Para abordagem do tema, priorizou-se a reflexão sobre os processos instituintes da esfera pública, em particular no âmbito da assistência social, a partir da sua definição constitucional como política que integra a seguridade social. Buscou-se destacar a importância da criação de novos fóruns de participação da sociedade civil na gestão das políticas sociais frente à crise dos condutos tradicionais de representação política. Nesta direção, o estudo concentrou-se no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), mecanismo constitucional operacionalizado pela Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), como espaço privilegiado de representação da sociedade política e da sociedade civil e um dos elementos indutores da publicização da política de assistência social. Para construir a base empírica da investigação, foram realizadas entrevistas com os membros que integram o CNAS, representantes

governamentais e representantes da sociedade civil, a partir das quais foi possível estabelecer nexos com as temáticas que orientam a análise. Reconhecendo a relevância do processo de multiplicação dos conselhos no âmbito das políticas sociais e, ao mesmo tempo, identificando as dificuldades para sua consolidação, esta investigação desenvolveu-se no sentido de indagar sobre o significado deste espaço institucional e sua possível contribuição para a construção da esfera pública no campo da política de assistência social. Embora direcionada para as reflexões sobre a assistência social, esta tese é de interesse de todos que estejam voltados para o estudo e para a prática no campo das políticas sociais, concebidas como espaços de afirmação e extensão dos direitos de cidadania às maiorias excluídas do seu acesso na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Políticas públicas. Serviço social. Política social. Assistência social. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

FERREIRA, Ana Maria. Política de assistência social e programas de transferência de renda: Particularidades da realidade de Juiz de Fora. 2007. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social, da Pontifícia Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <http://www.bdt.d.ufjf.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=123>.

Resumo: Este trabalho realiza uma análise preliminar da relação/articulação e ambigüidades entre a Política Nacional de Assistência Social e os Programas de Transferência de Renda prioritariamente o Bolsa-Família no âmbito da proteção social brasileira a partir da Constituição de 1988. Estes programas são analisados na perspectiva de enfrentamento da pobreza pela ação governamental. Este trabalho busca analisar a concretização dos Programas de Transferência de Renda em Juiz de Fora, explicitando a interface e fragmentação na gestão da Política de Assistência Social no município e o papel da Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC) na implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Para este estudo procedeu-se a revisão bibliográfica acerca dos temas e questões afins, pesquisa documental e recorrência a fontes secundárias, com análise de indicadores.

Palavras-chave: Serviço social. Transferência de renda. Programa Bolsa-Família. Pobreza. Assistência social.

FIALHO, Paula Juliana Foltran. O Programa Bolsa Família em São Luís (MA) e Belém (PA): um estudo sobre a relação entre a gestão local e os efeitos do Programa na condição de vida das mulheres. 2007. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília. Disponível em: <http://bdt.d.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1675>. Acesso em: 23 set. 2009.

Resumo: No contexto de crescimento da pobreza e acirramento das desigualdades, especialmente em relação às mulheres, os programas de transferência de renda podem ser apontados como alternativas inovadoras no combate aos fenômenos. O Programa Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda do país, implementado pelo Governo Federal como a principal estratégia de combate à fome e à miséria. Por uma cláusula específica que privilegia o acesso às mulheres, o Programa acaba por gerar efeitos positivos em suas vidas, que podem ser verificados nos resultados da pesquisa O Programa Bolsa Família e o Enfrentamento das Desigualdades de Gênero: o desafio de promover o reordenamento do espaço doméstico e o acesso das mulheres ao espaço público, executada pela AGENDE sob o encargo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e apoio do UK Department for International Development (DFID). Tais resultados estimulam o aprofundamento do debate, podendo ser questionado: seria a transferência de renda a responsável pelas mudanças na vida das mulheres beneficiárias? Haveria outras variáveis a influenciar os impactos sentidos pelas mulheres em suas vidas? Se a resposta à primeira pergunta for afirmativa, como se explica o fato de que os impactos tenham apresentado variações distintas em cada município? Teria a gestão local, em termos de incorporação tanto política e ideológica do programa quanto da perspectiva de gênero em si, alguma relação com tal variação? Para responder a tais questionamentos, procedeu-se à análise comparada da gestão local do PBF em dois municípios brasileiros, São Luís (MA) e Belém (PA), relacionando suas características aos efeitos do Programa. A hipótese que norteou a análise, e que foi parcialmente confirmada, é a de que dependendo do nível de comprometimento da gestão, de incorporação político-ideológica e da perspectiva de gênero na operacionalização do Programa, seus efeitos sofrerão certa variação.

Palavras-chave: Gestão local. Perspectiva de gênero. Transferência de renda. Assistência social. Empoderamento das mulheres. Sociologia.

JUSTO, Carolina Raquel Duarte de Mello. Assistência social e construção da cidadania democrático-participativa no Brasil: um estudo do impacto social e político do PGRFM de Campinas (1995-2000). 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política, Instituto de Filosofia e

Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas (SP). Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000249888>>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: o objetivo desta tese é o de fazer uma análise a respeito de um programa que, experimentado há mais tempo nos países europeus, tem sido visto, no Brasil, como alternativa às tradições de nossa assistência social, sendo capaz de atingir algumas das raízes da pobreza no Brasil: o programa de renda mínima. Nosso objetivo principal é o de avaliar as potencialidades deste programa para, por meio do estímulo ao exercício da “cidadania democrático-participativa”, ajudar a reverter a cultura autoritária que subjaz à reprodução das desigualdades sociais, especialmente à da pobreza, em nosso país. Para isso, além de uma discussão teórico-normativa em torno destas possibilidades, apresentamos os resultados de uma pesquisa empírica realizada com o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM) de Campinas, que demonstram quais foram os impactos sociais e políticos deste programa sobre a população beneficiada. Estes impactos traduzem-se em evidências de formação de identidades sociais, de elaboração de demandas, de organização coletiva, de mobilização e busca por direitos e de aumento da participação política por parte da população beneficiada, efeitos estes verificados tanto em termos abstratos, através de opiniões expressas, como em termos práticos, através de mudanças comportamentais dos beneficiários, e os quais são possivelmente relacionados ao PGRFM.

Palavras-chave: Assistência social (Brasil). Renda – distribuição. Programas de sustentação de renda. Pagamentos – Transferência. Cidadania (Brasil). Pobreza.

JUSTO, Carolina Raquel Duarte de Mello. **Política de transferência de renda e cidadania no Brasil:** implicações político-sociais dos Programas Municipais de Renda Mínima a partir do Estudo comparativo dos casos de Campinas, Jundiaí, Santo André e Santos (1995-2006). 2007. Tese (Doutorado) - Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da UNICAMP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000429038>>. Acesso em: 23 set. 2009.

Resumo: Esta tese procura mostrar que, a despeito de sua crescente expansão no Brasil, os programas de transferência de renda - aqui genericamente denominados programas de renda mínima - não apresentam um único modelo consolidado no país. A análise comparativa realizada a partir dos estudos de caso dos programas municipais de Campinas, Jundiaí, Santo André e Santos mostrou que os programas são diferentes não apenas em termos de seus desenhos institucionais, mas de maneira mais significativa em termos das idéias, concepções e valores segundo os quais eles vieram se constituindo. Com base nisso, foi possível identificar

diferentes noções de cidadania subjacentes aos programas, a partir de uma dupla abordagem: liberal e fortemente assentada no trabalho - em Jundiaí e Santos -, ou democrático-participativa, potencialmente prescindindo do trabalho como seu substrato - em Campinas e Santo André. Percebeu-se, assim- dos discursos dos gestores públicos aos das beneficiárias -, que as implicações dos programas de renda mínima vão muito além da dotação financeira: elas não só incidem sobre distintas concepções de cidadania, mas também sobre formas diferenciadas de enxergar e pensar a sociedade, bem como de agir sobre ela. Isso significa que estes programas - com base nos distintos projetos políticos sobre os quais se apóiam e dos quais fazem parte, quer como Renda Mínima, quer como Renda Básica - indicam diferentes caminhos: seja, por um lado, para a manutenção (ou apenas alívio) da pobreza e para a conservação da sociedade, seja, por outro lado, para a superação da pobreza e transformação da sociedade.

Palavras-chave: Assistência social – Brasil. Renda – distribuição. Programas de sustentação de renda. Pagamentos – transferência. Cidadania – Brasil. Pobreza. Políticas públicas - Campinas (SP). Políticas públicas - Jundiaí (SP). Políticas públicas - Santo André (SP). Políticas públicas - Santos (SP).

KRAEMER, Luciane. **A assistência social e a população rural na região da produção do RS:** a (in)visibilidade como condicionante da garantia de acesso. 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1989>. Acesso em: 23 set. 2009.

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar a (in)visibilidade do contexto rural na constituição da política de Assistência Social, garantida pela LOAS (1993) e recentemente pela instituição do SUAS. Parte-se da análise desta trajetória, na qual percebe-se que, além dos efeitos da dissociação existente na execução entre as políticas econômicas e as sociais, com maior ênfase para a área econômica, esta consequência surge também pela priorização do meio urbano como categoria central para o modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado Brasileiro pós 1930, reduzindo a importância de mais da metade da população do país naquele período à coadjuvante no processo de desenvolvimento que procurava se instalar no Brasil. A idéia do fim do rural e da relação entre rural e urbano como um *continuum*, onde o pólo privilegiado seria o urbano, tese defendida por teóricos de diversas áreas, orientou a forma como se deu a inserção do meio rural nos planejamentos governamentais. No cenário contemporâneo, existe uma retomada da discussão sobre a ruralidade não somente como território agrícola, mas como um espaço de vida onde as pessoas desenvolvem laços sociais, culturais, de trabalho e de pertencimento, sendo fundamental a inclusão deste

debate nas agendas governamentais orientando políticas públicas que rompam com a visão dicotômica presente até os dias atuais. Como política pública, a Assistência Social deve assumir o desafio da inclusão e a defesa da população rural na agenda política brasileira, ampliando e materializando direitos já garantidos em lei, trazendo para a discussão possibilidades de expressão das demandas rurais nas ações executadas, propondo medidas de proteção social a esta parcela da população e ajudando a mudar o rumo desta história de exclusão. Desta forma, pretende-se contribuir para a emergência da inclusão do rural nos debates que orientam as políticas sociais em todas as esferas de governo e em especial na construção do Sistema Único de Assistência Social, tornando visíveis os invisíveis do campo.

Palavras-chave: Políticas sociais. Ruralidade. Exclusão. (In)visibilidade. Política pública de assistência social. Trabalhadores rurais. Assistência social – rural. Serviço social.

MACHADO, Rebel Zambrano. **A área social em crise e a crise de gestão na área social no Rio Grande do Sul:** um estudo sobre a FGTAS. 1998. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS). Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2071/000225417.pdf?sequence=1>>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: O estudo trata da análise da gestão, pelo Estado, das políticas sociais nas áreas do trabalho e da assistência social, tendo como referência a FGTAS e as transformações ocorridas em seu processo histórico, com o propósito de conhecer as repercussões da redefinição do papel do Estado na área social para essa estrutura, enfatizando-se as mudanças ocorridas em função da Reforma de Estado que vem sendo implementada desde o início dos anos 90.

Palavras-chave: Gestão. Setor público. Política social - Assistência social. Estudo de caso - FGTAS (RS).

MARQUES, Carlos Gustavo Moimaz Marques. **O benefício assistencial de prestação continuada nos termos da lei:** reflexões sobre o trabalho do intérprete no campo do direito social. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Resumo: O objetivo deste trabalho é o estudo da aferição de miserabilidade para fins de obtenção do benefício assistencial de prestação continuada, dando-se ênfase

à análise da atuação do intérprete/aplicador no campo do direito de seguridade social, nas hipóteses em que a atividade legislativa ordinária fica aquém dos ditames constitucionais. O benefício assistencial de prestação continuada é a principal provisão da política de Assistência Social concretamente traduzida, regulamentada e materializada, consumindo atualmente cerca de três quartos de todo o orçamento destinado à Assistência Social. Diante dessa realidade, inicia-se o estudo com uma síntese do desenvolvimento histórico e jurídico da Assistência Social no Brasil, com destaque às mais importantes alterações ocorridas ao longo do tempo e às principais características que se firmaram na delimitação desta teia de proteção social. No capítulo seguinte, busca-se apresentar, à luz da legislação atual, a definição do benefício, ressaltando seus requisitos como, também, a principal celeuma relacionada à questão, qual seja o critério de aferição de miserabilidade trazido pelo parágrafo 3, artigo 20, da Lei 8.742/94. Colaciona-se, no final, o posicionamento apontado pelo Supremo Tribunal Federal a esse respeito. Com base na problemática da fixação da miserabilidade levantada, o capítulo seguinte estabelece uma diretriz para a melhor efetivação deste benefício e, de forma geral, dos próprios direitos sociais estampados na Constituição, ressaltando toda a celeuma que envolve as hipóteses onde a atividade legislativa regulamentadora possa ficar aquém do que determina o ordenamento constitucional. Finalmente, o último capítulo mostra onde está o vício do artigo 20, parágrafo 3, da Lei Orgânica da Previdência Social (LOAS), e qual o caminho que se entende correto para a solução.

Palavras-chave: Direito. Benefício assistencial de prestação continuada. Assistência social - Brasil. Seguridade social - Brasil. Lei Orgânica de Assistência Social (Brasil).

MONFREDINI, Maria Isabel. **A gestão descentralizada e participativa da política de assistência social.** 2003. Dissertação (Mestrado em Economia Social e do Trabalho) - Instituto de Economia da Unicamp, Campinas (SP). Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000315000>>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: este estudo está focado o caminho percorrido pela assistência social que se desenha juntamente com o movimento da emergência e da expansão do nosso sistema de proteção social, que por sua vez se condiciona aos cenários político e econômico e embora os avanços, ainda estamos a depender de um sistema de proteção social que garanta e assegure direitos e busque alterar a lógica de um sistema produtor de desigualdades. A pesada herança do assistencialismo e de relações clientelistas configuradas ao longo do tempo contribuiu para que tanto no senso comum como institucionalmente a assistência social se associasse a alguns desvios de interpretações que acabaram por nivelar suas propostas. Todavia, sua

delimitação como política pública, inserida no núcleo do sistema de políticas sociais, propicia um alargamento no escopo de sua atuação uma vez que passa a ser definida como política de seguridade social não contributiva, realizada por um conjunto integrado de ações visando garantir o atendimento às necessidades básicas, o enfrentamento da pobreza, o atendimento às contingências sociais e a universalização de direitos sociais. Assim, a evolução da assistência social no plano teórico migrou do modelo meritocrático para o modelo redistributivo, porém no plano prático ainda é processante a tentativa de se desvencilhar do mérito e do particularismo. O recorte programático deste estudo centrou-se no modelo de gestão dado pelo sistema descentralizado e participativo, onde novas competências de gestão são demandadas e trazem os desafios no alcance dos avanços atingidos no plano jurídico. O eixo de análise centrou-se no nível municipal de governo, cuja referência empírica se fez em três secretarias de assistência social dos municípios de Valinhos, Jundiaí e Mogi Guaçu, visto que a decisão da descentralização, pelos demais níveis de governo, ocorreu no momento em que os mesmos passaram a organizar o sistema de assistência social cumprindo os requisitos legais de instalação e formalização dos mecanismos de gestão - conselho, fundo e plano municipal, assumindo a responsabilidade pela gestão da política e consolidando os desafios na construção de um nível de articulação institucional, buscando validar os instrumentos estratégicos da gestão descentralizada e participativa. Apesar da inovação trazida pela LOAS e das dificuldades que não são poucas, nos encontramos fecundando o campo para que os efeitos sociais e institucionais se façam em elevados graus, principalmente pelo cenário que se desponta de encolhimento do Estado e da regressão de certos direitos, denunciando tendências que poderão incorrer em retrocessos na direção de se acentuar o perfil assistencialista e a primazia das organizações da sociedade.

Palavras-chave: Assistência social (Brasil). Política social (Brasil).

MOREIRA, Nadia Xavier. Assistência Social na Marinha: entre direito e concessão. 2003. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ).

Resumo: A dissertação ora apresentada tem como referência empírica uma experiência de assistência social realizada em órgão militar da Marinha do Brasil, a Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores (BFNIF). Tem como objetivo geral examinar o modo como a política de assistência social daquela instituição vem sendo percebida pelo usuário do serviço social e profissionais da área: um direito, ainda que compensatório, pelo fato de trabalhar na corporação, ou seja, uma prerrogativa que o servidor da Marinha possui para exigir da instituição determinados serviços; ou uma concessão, uma condescendência da instituição

em favor daqueles que atravessam por problemas sociais. As informações dos principais agentes envolvidos com a problemática, os assistentes sociais e o público atendido pelo serviço social da BFNIF, foram captados de entrevistas abertas, pautadas em roteiros orientadores, e da aplicação de questionários. Utilizou-se como referência para análise dos discursos dos profissionais a contribuição de Abreu (2002) acerca dos perfis pedagógicos da prática do assistente social. Os resultados da pesquisa revelam que é na perspectiva da concessão que vem se firmando a assistência social da corporação.

OLIVEIRA, Edna Alves de. O plantão social da PBH e o novo paradigma de assistência social no Brasil. 2002. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=97>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: Esta dissertação, intitulada O Plantão Social da PBH e o novo paradigma da assistência social no Brasil, tem como objetivo analisar as críticas e os desafios do Plantão Social da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, um serviço de atendimento emergencial para famílias com problemas de subsistência e/ou pessoas com risco pessoal ou social nas situações de emergência e urgência. Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa foram: levantamento dos dados estatísticos, entrevista semi-estruturada e documentos, analisados à luz de bibliografia referente às políticas sociais de uma maneira geral e à assistência social especificamente. Ficou evidente que os usuários procuram esse serviço por diferentes vulnerabilidades e, muitas vezes, exigem que ele tenha retaguardas para acolhê-los. O estudo demonstrou que, em certo sentido, o Plantão Social sintetiza as contradições das políticas sociais do município.

Palavras-chave: Assistência social. Plantão social. Seguridade social. Vulnerabilidade social.

OLIVERIA, Iris Maria de. Assistência social pós-LOAS em Natal: a trajetória de uma política social entre o direito e a cultura do atraso. 2005. Tese (Doutorado) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo (SP). Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tede_busca/arquivo.php?codArquivo=1556>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: O trabalho tem por objetivo analisar a política de assistência social em Natal, no período 1995-2004, procurando apreender, com base nos princípios

e diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, em que medida tem se efetivado a assistência social como direito e se as práticas conservadoras, que marcam a história desta política, vêm sendo rompidas. É freqüente, nos estudos sobre a assistência social, a referência a práticas políticas conservadoras. Contudo, a análise de tais práticas a partir da compreensão de que estas conformam e reproduzem uma certa cultura política, não tem sido comum. A pesquisa foi realizada buscando apreender o objeto de estudo em sua totalidade, em nível teórico e histórico. A coleta de dados ocorreu nos períodos de março a junho de 2003; e maio a dezembro de 2004. Privilegiou a busca de informações de natureza qualitativa por meio da pesquisa documental e da entrevista semi-estruturada com 49 sujeitos diretamente envolvidos com a política municipal de assistência social em Natal: usuários, gestores, técnicos, coordenadores de programa e conselheiros da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social. A partir de um conjunto de questões que guiaram a análise, a pesquisa foi desenvolvida tendo como referência algumas hipóteses: a primeira afirma o cumprimento legal dos princípios e diretrizes da LOAS pelo poder público municipal; a segunda ressalta que a LOAS, enquanto instrumento legal norteador da política de assistência social possui princípios, diretrizes e objetivos que, se efetivados podem contribuir na construção de uma cultura de direitos; a terceira consiste na observação de que em Natal, a Política de Assistência Social é formulada legalmente como direito e incorpora os princípios e diretrizes da LOAS, mas, em sua operacionalização o direito é substituído pelas velhas práticas do favor, do paternalismo e do assistencialismo. Quando este se efetiva é um direito de segunda classe, pela forte seletividade, focalização e baixa qualidade dos serviços oferecidos. A partir da análise das categorias teóricas centrais do objeto de estudo assistência social, cultura política e direitos da trajetória da assistência social em Natal historicamente, da análise das forças políticas que ocuparam o governo municipal no período analisado, da apreensão das práticas e das concepções dos sujeitos envolvidos com a política, o estudo permite concluir que as marcas de uma cultura do atraso persistem e são instrumentos para a hegemonia das classes dominantes. Confirmando as hipóteses levantadas anteriormente, a implementação da assistência social em Natal revela que ela ainda é predominantemente uma política inscrita no campo das possibilidades.

Palavras-chave: Serviço social aplicado. Assistência social – Natal (RN). Direitos sociais. Assistência social e cultura política. Gestão municipal.

OLIVEIRA, Maria Iolanda de. **Rede de serviços sócio-assistenciais:** possibilidades de operacionalização da política de assistência social no município de Ponta Grossa – PR. 2004. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo (SP).

Resumo: A presente dissertação trata da construção da rede de serviços sócio-assistenciais no município de Ponta Grossa - PR, a partir das entidades sociais sem fins lucrativos, como uma alternativa de operacionalização da política municipal de assistência social, com o propósito de refletir de que forma a questão da rede pode ser alternativa de gestão para esta operacionalização. Fundamentada em concepções teóricas sobre assistência social, gestão e rede, na apresentação e descrição do contexto e configuração da política de assistência social desenvolvida no Estado do Paraná e no município de Ponta Grossa, bem como na sistematização e reflexão dos dados coletados nas entrevistas realizadas com os atores envolvidos, buscou-se levantar as potencialidades de construção da rede de serviços sócio-assistenciais no município enfocado. Assim, esta pesquisa tem como suporte teórico as discussões e produções de diversos e expressivos autores sobre a assistência social enquanto política pública. Apóia-se na legislação vigente, Constituição Federal - CF e Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, que historicamente marcam o reconhecimento da assistência social como “direito do cidadão e dever do Estado”, realizada por um sistema descentralizado e participativo. Sem desconsiderar as contradições presentes na dinâmica atual em relação ao processo de implementação e efetivação desta política, nas diferentes esferas de governo, busca levantar no âmbito do município elementos que tornem viáveis a construção da rede de serviços sócio-assistenciais. A partir dos dados obtidos, constata-se que há potencialidades de efetivação da construção/ operacionalização da política municipal de assistência, via rede de serviços sócio-assistenciais, considerando-se a necessidade de se atentar para o aprofundamento e discussão de aspectos referentes à concepção de assistência social, gestão, controle social e financiamento.

Palavras-chave: Rede de serviços sócio-assistenciais. Gestão. Assistência social. Serviço social.

PAIVA, Beatriz Augusto de. **A política de financiamento da assistência social:** a imprecisa tradução da LOAS. 2003. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo (SP).

Resumo: Este trabalho tem como objeto de estudo a política de financiamento da assistência social, no âmbito do processo de implantação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, como expressão da dimensão universal do direito à Seguridade Social no Brasil. A análise se detém ao exame da particularidade histórica da política pública de assistência social no país, após a legalização de seu estatuto como direito social, na Constituição de 1988. Esse estudo parte da recuperação e análise das determinações econômico-políticas, percebidas como fundamentais ao conhecimento da particularidade histórica da política pública de assistência

social, privilegiando o recorte empírico e o enquadramento teórico tomados como centrais, ou seja, pelo deciframento da lógica política do financiamento público federal das políticas sociais em sua manifestação contemporânea, ditada pelo ordenamento capitalista, pela política econômica brasileira, e pelas novas e velhas regulações técnico-normativas do campo socioassistencial. Compõe, ainda, essa análise, a estruturação dos temas referentes ao escopo e abrangência da assistência social enquanto um direito universal, com as suas modulações teóricas e as inflexões e políticas decorrentes do cenário de retração de direitos, levada a termo pela hegemônica orientação política neoliberal. O propósito maior desdobra-se, também, em cotejar as alterações substantivas trazidas pelas referências constitucionais da cidadania, diante do legado histórico da contraditória composição da responsabilidade estatal no provimento dos direitos sociais na sociedade brasileira, sempre com destaque dos aspectos mais candentes do ponto de vista da estrutura de financiamento e da organização do campo dos direitos socioassistenciais. A ênfase da investigação, encontra-se em assinalar potencialidades na perspectiva da democratização e universalização do acesso à proteção social, nos termos que as políticas públicas de Seguridade Social têm a exercer, a partir dos dizeres constitucionais com a especial distinção à política pública de assistência social. Trata-se de verificar não só a tradução concreta dos fundamentos ético-políticos presentes na modulação das ações a serem prestadas na condição de direitos socioassistenciais, mas os esforços a serem empregados na edificação da nova lógica de financiamento necessária para a realização destas políticas públicas. O trabalho tem como suporte três eixos que buscam atingir o objeto de estudo. O primeiro eixo aborda os parâmetros histórico-políticos das políticas sociais, mediante a ponderação sobre a hesitante proteção social exercida sob o ordenamento capitalista. O segundo eixo, enfoca os condicionantes político-econômicos da responsabilidade social do Estado brasileiro, com destaque para a questão do financiamento da seguridade social e a fragmentação da assistência social, em seu trânsito como direito social e política pública. O terceiro eixo complementa o investimento sobre o objeto com a análise sobre a estrutura de financiamento da loas e a sua tradução imprecisa, revelada pelo exame dos dados quantitativos e qualitativos que compõem o sistema de direitos socioassistenciais.

Palavras-chave: Políticas de seguridade social. Financiamento público. Serviço social. Lei Orgânica de Assistência Social (Brasil). Assistência social – Leis e legislação.

PEREIRA, Cristiane de Barros. Assistência social em territórios estigmatizados: um estudo da atuação da Fundação Leão XIII em Vila Ipiranga, Niterói. 2007. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Resumo: Este trabalho consiste em uma reflexão sobre a atuação dos Assistentes Sociais na Fundação Leão XIII na Favela de Vila Ipiranga, localizada na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, com o objetivo de descrever os limites e possibilidades de uma instituição de assistência social a partir das percepções dos seus profissionais e usuários. O objetivo deste estudo é dar visibilidade à perspectiva dos Assistentes Sociais, que se encontram historicamente vinculados ao aparato de controle estatal e que, conseqüentemente, atuam em instituições cujas origens foram pautadas na assistência material e moral aos favelados. Em nossa sociedade o local de moradia se constitui como um dos critérios de discriminação social de acordo a uma hierarquia classificatória dos espaços urbanos. Nesta hierarquia, desde sua origem, as favelas constituem um espaço urbano que desqualifica os seus moradores sendo, por isso, entendidas neste trabalho como territórios estigmatizados. A identidade dos moradores de favelas é construída, para eles mesmos e para os outros, como um estigma social, que é vivido cotidianamente nas suas relações sociais, profissionais e com as instituições que constituem o aparato estatal, sejam elas de saúde, educação, segurança ou assistência. Este trabalho busca apreender da fala dos Assistentes Sociais, e dos seus usuários, qual a contribuição da Fundação Leão XIII no processo de construção, manutenção e atualização do estigma social vivenciado pelos moradores da Favela de Vila Ipiranga que utilizam os serviços e programas da Fundação.

Palavras-chave: Assistência social. Favela. Territórios estigmatizados. Fundação Leão XIII. Vila Ipiranga.

RIBEIRO, Lilian Teixeira. Tensão entre direito e filantropia na política de assistência social: um estudo sobre o Programa Cheque Cidadão. 2005. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Resumo: Este estudo pretendeu conhecer e analisar alguns aspectos do programa cheque cidadão, principalmente quanto ao seu formato, os atores envolvidos, as condicionalidades, contrapartidas e seus significados para a política de assistência social. Este programa de transferência de renda implementado pelo governo do estado do Rio de Janeiro destaca-se tanto pela sua significativa abrangência como pelo fato de instituições religiosas serem responsáveis pela seleção das famílias e distribuição do benefício. A pesquisa demonstrou que as ações desenvolvidas na execução do programa cheque cidadão reatualizam práticas clientelistas, populistas, de tutela e favor que reforçam a subalternidade dos beneficiários e nega sua condição de cidadania.

Palavras-chave: Direito. Populismo. Assistência social. Clientelismo. Programa Cheque Cidadão.

ROCHA, Edilene Xavier. **Potencialidades para o desenvolvimento local na comunidade espírita amor e caridade e nos postos de assistência do centro espírita Francisco Thiesen e Associação Espírita Anália Franco**. 2007. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local. Disponível em: <http://www.tede.ucdb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=304>. Acesso em: 23 set. 2009.

Resumo: A presente dissertação traz o diálogo entre Desenvolvimento Local, Política Pública de Assistência Social e Religião. Desenvolvimento Local é um tipo de desenvolvimento que prioriza, respeita e aproveita peculiaridades das comunidades. Cultura é essência da existência humana, expressa o estilo de vida dos grupos sociais. Religião, um traço humanamente universal que sintetiza o caráter de um povo, capaz de fortalecer e empoderar coletividades. Assistência Social salta de benesse para Política Pública, com aporte legal na Constituição Federal de 1988, posteriormente regulamentada por Leis e Políticas afins. Com o passar do tempo, percebe-se a necessidade de territorializar suas ações, considerando a cultura local. Os objetivos deste trabalho são: enfatizar a dimensão religiosa na análise cultural do território; observar como se dá a interação cotidiana entre o político e o religioso; verificar se os elementos religiosos, identificados no território estudado, são facilitadores ou dificultadores na territorialização das ações da Assistência Social. Este estudo tem por finalidade subsidiar o exercício da Política Pública de Assistência Social por território, delimitando a cultura religiosa como potencialidade do lugar. Os resultados demonstraram que as comunidades religiosas pesquisadas configuram espaços facilitadores de diálogo entre a comunidade e a Política Pública de Assistência Social e que a cultura religiosa fomenta o empoderamento individual e coletivo. Os dados aqui levantados apontam para a possibilidade de efetivação do Desenvolvimento Local.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Cultura. Religião e política pública de assistência social. Planejamento urbano.

RODRIGUES, Cássia Cristina. **Direito humano à assistência social e o benefício de prestação continuada**. 2007. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Resumo: Após um longo período em que nossos Governos foram praticamente inertes frente às necessidades dos grupos sociais menos favorecidos, filiou-se nosso país, a partir de 1988, a um sistema jurídico consagrador do bem-estar, da justiça social e da dignidade da pessoa humana. Possuindo como princípio norteador da República a prevalência dos direitos humanos, pela primeira vez nossa Constituição exaltou a Assistência Social como direito e não como mero

favor ou caridade. O presente trabalho procede a uma análise da Assistência Social e de seu principal benefício, o benefício de prestação continuada considerando-a direito elementar verdadeiro direito humano inerente à espécie humana, tendo em vista seu caráter fundamental para uma existência digna.

Palavras-chave: Direito. Direitos humanos. Dignidade da pessoa humana. Benefício de prestação continuada. Assistência social - Brasil. Dignidade. Seguridade social - Brasil.

SOUZA, Dileno Dustan Lucas de. **Organizações não governamentais: um estudo de caso da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)**. 2005. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS). Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6022/000479525.pdf?sequence=0>>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: O objetivo da pesquisa Organizações Não Governamentais: um estudo de caso da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) é analisar a intervenção social desta ONG, com destaque para a dimensão educativa das práticas e concepções através das quais se realiza sua intervenção. Para o alcance do objetivo acima enunciado foi necessário fazer uma pesquisa com o propósito de uma análise qualitativa da atuação histórica da FASE, procurando captar as prováveis mudanças por que passou e passa essa Organização, para, desse modo, compreender sua base conceitual. Assim, a pesquisa foi dirigida para o exame dessas transformações, levando-se em consideração as mudanças políticas, econômicas e sociais por que passa a sociedade brasileira nos anos de 1980 e 1990, principalmente. Essa pesquisa procura fazer uma análise qualitativa da atuação histórica da FASE, principalmente no campo educacional, compreendendo a educação no seu sentido amplo, ou seja, não-institucional, não-escolar e sim sócio educativo. Dessa forma, analiso a FASE como uma ONG paradigmática, ou seja, uma organização que serve de referência para a compreensão de outras organizações. Assim, a pesquisa procurará compreender como as ONGs vêm se comportando diante dos conflitos sociais a partir das parcerias e do uso de recursos diretos ou indiretos do Banco Mundial, bem como, se está fazendo algum tipo de disciplinamento e controle sobre os movimentos sociais, ou ainda, se estes interferem nas políticas sociais implementadas. Esta tese está organizada da forma que se segue. No primeiro Capítulo articulo a experiência de educador popular com as questões de pesquisa, considerando a minha trajetória de vida, a relevância desta pesquisa e as indicações metodológicas a partir da apresentação da FASE como sujeito histórico. No segundo Capítulo reflito sobre as metamorfoses por que passou e passa o Estado, as suas possíveis relações com os movimentos sociais

e as ONGs como espaços públicos e/ou privados. No terceiro Capítulo discuto a formação das ONGs e suas perspectivas política e educativa a partir do seu surgimento e consolidação no Brasil, o chamado terceiro setor e as suas possíveis diferenciações, a relação com o Banco Mundial e as relações e interferências nos projetos das ONGs e, por fim, projeto uma política educacional que tenha a emancipação humana como base para a transformação social. No quarto Capítulo analiso a FASE a partir de sua história, trajetória e concepção, seu projeto social e a sua intervenção educacional nos anos de 1980 e 1990, procurando desvendar as possíveis diferenciações nos seus encaminhamentos. Concluo tecendo algumas considerações sobre o caráter contraditório das ONGs.

Palavras-chave: Brasil - Política educacional. Organização não governamental. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Brasil). Educação popular. Movimentos sociais. Financiamento da educação. Banco Mundial. Assistência social.

SILVA, Cleide Cardoso da Silva. **A política de assistência social implantada em municípios emancipados na década de 1990:** a experiência dos municípios de pequeno porte associados à AMERP. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Juiz de Fora.

Resumo: Trata-se de uma pesquisa qualitativa que tomou como objeto a Implantação da Política Nacional de Assistência Social em municípios recém emancipados. Seu objetivo central foi entender como a Política Nacional de Assistência Social ao longo do anos de emancipação municipal vem sendo implantada nesses municípios e quais as perspectivas para a implantação do atual Sistema Único de Assistência Social vivenciadas por eles. Para isso buscamos identificar e caracterizar o perfil dos atores sociais partícipes deste processo; levantar quais os vínculos existentes entre os elementos políticos e administrativos que sustentam a implantação da política; verificar os mecanismos de participação popular para a implantação da política de Assistência Social e, caracterizar os tipos de interesses ideo-políticos que estiveram presentes durante todo o processo. Como conceituação teórica buscamos referenciar a construção do Estado brasileiro, enfocando sua trajetória de reformas políticas-administrativas, abordando desde a construção do federalismo brasileiro até as redefinições que nortearam as emancipações pós-Constituição de 1988. Além disso abordamos a discussão referente ao processo de descentralização e municipalização das políticas sociais, com destaque para a gestão pública destas políticas, até chegar na implantação do Sistema Único de Assistência Social nos municípios. A pesquisa foi realizada em dois municípios da Zona da Mata Mineira - Rosário da Limeira e São Sebastião da Vargem Alegre E como recurso metodológico utilizamos a entrevista semi-estruturada com quatro grupos de

atores sociais: conselheiros, vereadores, gestores e prefeitos, totalizando 34 (trinta e quatro) entrevistas. Além das entrevistas realizamos observação das reuniões dos conselhos municipais de assistência social de ambos, bem como a leitura das atas das mesmas. À luz da coleta de dados traçamos o perfil dos atores sociais envolvidos no processo de implantação da Assistência Social no município, a constituição dos instrumentos necessários à implantação da política e, a dinâmica de funcionamento e os processos da construção da política de Assistência Social, finalizando com as perspectivas para a implantação do Sistema Único de Assistência Social naquelas localidades. Caracterizar todos estes aspectos nos conduziu a entender a Assistência Social como uma política pública que ainda exige a superação de vários obstáculos para sua efetiva implantação e desvinculação de conceitos como clientelismo e assistencialismo.

Palavras-chave: Serviço social. Assistência social. Política pública. Gestão pública. Descentralização. Municipalização.

SILVA, Márcia Regina Turra da. **As implicações da nova configuração da assistência social para a intervenção dos assistentes sociais.** 2005. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Resumo: O presente estudo tem como objetivo central destacar as implicações da refuncionalização da política de assistência social na intervenção dos assistentes sociais, a partir da década de 90, tendo como parâmetros as definição de Seguridade Social pela Constituição de 1988 e o projeto ético-político forjado pela categoria nas últimas décadas. Partindo das determinações das mudanças no padrão de acumulação capitalista, da reforma do Estado brasileiro e suas inflexões nas políticas sociais, em especial, na política de assistência social, o estudo focaliza as expressões municipais da política centrada em programas sociais emergenciais, cuja tônica incide nas características de focalização, seletividade e descentralização. Como referência empírica, foram pesquisados os municípios de Magé e Itaboraí, na tentativa de compreender através da política de assistência e da intervenção dos assistentes sociais, os elementos gerais que caracterizam a reconfiguração da assistência no país.

Palavras-chave: Seletividade. Assistência social. Descentralização. Intervenção profissional.

SOUZA, Maria de Fátima. **Implementação municipal do SUAS - Sistema Único de Assistência Social:** balanço das condições de gestão da assistência social em municípios do Vale do Paraíba. 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de

Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. Disponível em: <http://www.sapiencia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2744>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: Este estudo realiza um balanço das condições das atuais gestões municipais de assistência social nos municípios do Vale do Paraíba-SP, com o objetivo de constatar a sua prontidão e/ou incorporação à proposta de implantação do Sistema Único de Assistência Social SUAS. Esse sistema, cuja implantação foi aprovado pela IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada em dezembro de 2003, foi regulado pela NOB/SUAS Norma Operacional Básica de 2005, e se encontra em processo de implementação. Trata-se de um estudo exploratório sobre o estágio em que se encontra a gestão da assistência social em 22 municípios do Vale do Paraíba, situado no Estado de São Paulo. Os resultados do estudo demonstram que a trajetória da assistência social, para se estabelecer, enquanto política pública, dever do Estado e direito do cidadão, foi e ainda é marcada por significativos constrangimentos, que se configuram pela sua tímida publicização, democratização e cobertura, evidenciando distâncias em face da proposta do SUAS. Destaca-se neste balanço entre distâncias e aproximações das condições hoje instaladas em tais municípios favorecedoras, ou não à implantação do SUAS, que a concepção e gestão da assistência social ainda se assenta, prioritariamente, no paradigma conservador caracterizado pela prevalência do caráter privado em detrimento do caráter público. Isto impossibilita tanto a implantação de um sistema de atenções alicerçado de direitos, como acaba impondo limites em sua perspectiva de política universal. Entretanto, salienta-se, que apesar das dificuldades, há também aproximações e potencial a ser desenvolvido e aprimorado, o que com certeza faz, desse tempo, um tempo de esperança. Quanto a esse potencial, destacam-se duas questões: a) existência de profissionais de nível superior em 20 municípios, exceto Silveiras, que não tem funcionários, e Taubaté, que não respondeu à questão; b) implantação de Conselhos, Planos e Fundos municipais em todos os municípios, exceto Taubaté.

Palavras-chave: Serviço social. Assistência social. Sistema Único de Assistência Social (Brasil). Assistência social – Vale do Paraíba (SP).

TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência:** a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas - RS: 1847-1922. 2007. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=613>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: Esta dissertação trata da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia da

cidade de Pelotas (Rio Grande do Sul, Brasil) entre 1847 e 1922. Associações típicas do mundo lusófono, as Misericórdias foram organizadas em diversos lugares, e eram responsáveis pelo auxílio aos pobres. A Misericórdia de Pelotas, fundada durante o Segundo Império, assumiu diversas atividades de assistência. Para isso, mantinha hospital (1848), onde eram recebidos os expostos (crianças abandonadas), e enfermos. A Santa Casa também monopolizava enterros e transporte para o cemitério (fundado em 1855). Mantinha ainda duas capelas para rezar missas pelas almas dos irmãos e dos benfeitores. Os irmãos, e principalmente os dirigentes, pertenciam às elites políticas, econômicas e sociais locais. Conseqüentemente, os mais ricos podiam controlar de perto o cuidado aos mais pobres. A receita da irmandade provinha principalmente dos doadores, dos rendimentos do cemitério, das subvenções e privilégios concedidos pelo Estado. O estudo revela que a mudança principal no modo como o auxílio foi pensado é contemporânea ao fim da escravidão e à queda da Monarquia, no final da década de 1880, quando também as elites locais tenderam a perder o poder político regional. A partir deste momento, houve mudanças na composição da irmandade (maior abertura ao ingresso) e na distribuição da assistência, que passou a ser organizada de acordo com a nova configuração política e social. As novas administrações concentraram esforços na redefinição das atividades do hospital, que deveria receber não apenas os pobres, mas também aqueles que podiam pagar.

Palavras-chave: Política social - Pelotas (RS). Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (RS) – História. Caridade. Assistência Social Católica. Política Social - História.

VIANA, Maria José de Faria. **Assistência social no contexto do pluralismo de bem-estar prevalência da proteção social plural ou mista, porém não pública.** 1999. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2811>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: Nesta tese objetiva-se compreender a lógica do pensamento liberal em relação à assistência social no contexto do chamado pluralismo de bem estar, defendendo como uma modalidade de proteção social plural ou mista, porém não pública, em substituição às políticas do Estado de Bem-Estar (Estado Social). Nela, há uma grande preocupação com as tendências em curso da assistência social por entender que a orientação neoliberal que rege essa política muda substancialmente o seu significado e conteúdo modernos, destituindo-a de sua dimensão pública e do seu status de cidadania. Apesar disso, a assistência social tornou-se uma questão central no debate sobre os Sistemas de Proteção Social contemporâneos, devido à grande visibilidade que vem apresentando como resposta à insegurança social causada pelo domínio neoliberal, a partir dos anos 1970. A revalorização

do voluntariado e do mercado, assim como a criação de Redes de Proteção Social e de Programas de Renda Mínima de Inserção (r) e de Transferência de Renda (Bolsa família), surgem como alternativas à liderança do Estado no efetivo combate à pobreza ampliada, presente em todo mundo, numa perspectiva focalizada e residual. Este estudo elegeu como unidade de análise empírica o Sul da Europa e o Brasil, como integrantes de um Modelo Latino de proteção social cujas peculiaridades favorecem a realização do pluralismo de bem-estar de feição neoliberal; e entende a pobreza e a desigualdade social como fenômenos estruturais, e de classe, que resultam de uma brutal concentração de renda e de riqueza que não é considerada pelo neoliberalismo. Nesse sentido, esta tese trata dos complexos processos de reestruturação das políticas sociais e de seus efeitos no contexto de expansão da ofensiva neoliberal, a saber: desmonte dos direitos de cidadania social, desestatização, desregulação econômica e social, mercantilização das políticas sociais, flexibilização das relações de trabalho, privatização do patrimônio público e de bens e serviços sociais. Isso, por entender que tais processos têm produzido uma grande fratura social, fragilizando, ainda mais, nos contextos estudados (Europa do Sul e Brasil), a democracia e a cidadania. Tais processos têm provocado, ainda, disparidades sociais em nome do crescimento econômico e do fortalecimento do grande capital. Por fim, tendo como horizonte os direitos sociais e a concepção de que a principal função das políticas sociais é a de concretizar esses direitos, para esta tese a assistência social vem sendo usada de forma deturpada. Isso porque, essa modalidade de política social possui conotação ética e cívica que contra-indica o seu uso como mera reparação de danos sociais criados pelo regime neoliberal, na medida em que incorpora o conceito de democracia igualitária e se fundamenta em princípios universais e redistributivos. Nesta tese objetiva-se compreender a lógica do pensamento liberal em relação à assistência social no contexto do chamado pluralismo de bem estar, defendendo como uma modalidade de proteção social plural ou mista, porém não pública, em substituição às políticas do Estado de Bem-Estar (Estado Social). Nela, há uma grande preocupação com as tendências em curso da assistência social por entender que a orientação neoliberal que rege essa política muda substancialmente o seu significado e conteúdo modernos, destituindo-a de sua dimensão pública e do seu status de cidadania. Apesar disso, a assistência social tornou-se uma questão central no debate sobre os Sistemas de Proteção Social contemporâneos, devido à grande visibilidade que vem apresentando como resposta à insegurança social causada pelo domínio neoliberal, a partir dos anos 1970. A revalorização do voluntariado e do mercado, assim como a criação de Redes de Proteção Social e de Programas de Renda Mínima de Inserção (r) e de Transferência de Renda (Bolsa família), surgem como alternativas à liderança do Estado no efetivo combate à pobreza ampliada, presente em todo mundo, numa perspectiva focalizada e residual.

Palavras-chave: Políticas públicas. Renda mínima de inserção. Direitos sociais. Ciências humanas. Pluralismo de bem-estar. Assistência social.

1.3.3 Legislação

a) Constituição

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil.** Brasília, 1988. Art. 203 e 204 e Anexo 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.ht>. Acesso em: ago. 2009.

b) Decretos

BRASIL. Decreto nº 50.517, de 02 de maio de 1961. Regulamenta a Lei nº 91, de 28/08/39, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D50517.htm>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Regulamenta a Lei nº 91, de 28/08/39, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública.

BRASIL. Decreto nº 74.254, de 4 de julho de 1974. Estabeleceu a estrutura básica do Ministério da Previdência e Assistência Social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D50517.htm>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Estabeleceu a estrutura básica do Ministério da Previdência e Assistência Social.

BRASIL. Decreto nº 75.508, de 18 de março de 1975. Regulamenta a Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, que criou o fundo. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/23/1975/75508.htm>>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Aprovou o regulamento do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social destinado a dar apoio financeiro a programas e projetos de caráter social que se enquadrem nas diretrizes e prioridades da estratégia de desenvolvimento social dos Planos Nacionais de Desenvolvimento.

BRASIL. Decreto nº 76.719, de 3 de dezembro de 1975. Dispõe sobre a Estrutura Básica do Ministério da Previdência e Assistência social e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=205924>>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Aprovou nova estrutura básica do Ministério da Previdência e Assistência Social.

BRASIL. Decreto nº 77.077, de 24 de janeiro de 1976. Expede a consolidação das Leis da Previdência Social (CLPS). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D77077.htm>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Expediu a Consolidação das Leis da Previdência Social.

BRASIL. Decreto nº 81.240, 15 de janeiro de 1978. Regulamenta as disposições da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, relativas às entidades fechadas de previdência privada. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D81240.htm>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Regulamentou a Lei nº 6.435/77, na parte referente à Secretaria de Previdência Complementar.

BRASIL. Decreto nº 1.330/94. Dispõe sobre a concessão do benefício de prestação continuada, previsto no art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1330.htm>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Dispõe sobre benefício de prestação continuada.

BRASIL. Decreto nº 1.605, de 24 de agosto de 1995. Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social, instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1605.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Decreto nº 1.744, de 8 de agosto de 1995. Regulamenta o benefício de prestação continuada devido à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1744.htm. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996. Regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1948.htm. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Decreto nº 2.298, de 12 de agosto de 1997. Acresce §2º ao art. 5º do Decreto nº 1.605, de 25 de agosto de 1995, que regulamenta o Fundo Nacional de assistência Social, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1997/D2298.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Decreto nº 2.529, de 25 de março de 1998. Dispõe sobre a transferência de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, para os fundos estaduais, do Distrito Federal e municipais, e sua respectiva prestação de contas, na forma estabelecida na Lei nº 9.604, de 5 de fevereiro de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2529.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Decreto nº 2.536, de 6 de março de 1998. Dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos a que se refere o inciso IV do art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2536.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Decreto nº 2.609, de 2 de junho de 1998. Regulamenta a concessão de apoio financeiro aos Municípios que instituírem programa de garantia de renda mínima, de que trata a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2609.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3048.htm>. Acesso em: 9 ago. de 2009.

BRASIL. Decreto nº 3.117, de 13 de julho de 1999. Regulamenta a concessão de apoio financeiro aos Municípios que instituírem programa de garantia de renda mínima de que trata a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3117.htm>. Acesso em: 9 ago. de 2009.

BRASIL. Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999. Regulamenta a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3100.htm>. Acesso em: 9 ago. de 2009.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm>. Acesso em: 9 ago. de 2009.

BRASIL. Decreto nº 3.578, de 30 de agosto de 2000. Dá nova redação ao caput do art. 50 do Decreto nº 3.117, de 13 de julho de 1999, que regulamenta a concessão de apoio financeiro aos municípios que instituírem programa de garantia de renda mínima de que trata a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3578.htm>.

BRASIL. Decreto nº 3.613, de 27 de setembro de 2000. Acrescenta dispositivo ao Decreto nº 1.605, de 25 de agosto de 1995, que regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3613.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Decreto nº 3.691, de 19 de dezembro de 2000. Regulamenta a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que dispõe sobre o transporte de pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3691.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001. Institui o Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal. Revogado pelo Decreto nº 6.135, de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3877.htm. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Decreto nº 4.582, de 30 de janeiro de 2003. Regulamenta o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), e dá outras providências (revogado pelo Decreto nº 5.079, de 11 de maio de 2004). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4582.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Decreto nº 4.675, de 16 de abril de 2003. Regulamenta o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – “Cartão Alimentação”, criado pela Medida Provisória nº 108, de 27 de fevereiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4675.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Decreto nº 4.699, de 19 de maio de 2003. Dispõe, em caráter excepcional, sobre a composição do Conselho Nacional de Saúde e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4699.htm>. Acesso em: 9 ago. 2009.

BRASIL. Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003. Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4772.htm>. Acesso em: 9 ago. 2009.

BRASIL. Decreto nº 5.003, de 4 de março de 2004. Dispõe sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2004/Decreto/D5003.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Decreto nº 5.007, 8 de março de 2004. Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2004/Decreto/D5007.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2004/Decreto/D5017.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Decreto nº 5.024, de 23 de março de 2004. Acresce parágrafo ao art. 3º do Decreto nº 4.582, de 30 de janeiro de 2003, que regulamenta o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2004/Decreto/D5024.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Decreto nº 5.074, de 11 de maio de 2004. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2004/Decreto/D5074.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Decreto nº 5.079, de 11 de maio de 2004. Dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2004/Decreto/D5079.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Decreto nº 5.085, 19 de maio de 2004. Define as ações continuadas de assistência social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2004/Decreto/D5085.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Decreto nº 5.109, de 17 de junho de 2004. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5109.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2004/Decreto/D5209.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Decreto sem número, 27 de dezembro de 2004. Cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 5.550, de 22 de setembro de 2005. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Decreto/D5550.htm>. Acesso em: ago. 2009.

c) Instruções normativas

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Instrução Normativa nº 1, de 20 de maio de 2005. Divulga orientações aos municípios, Estados e Distrito Federal para constituição de instância de controle social do Programa Bolsa Família (PBF) e para o desenvolvimento de suas atividades. In: ____ . **Instruções normativas.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/instrucoesnormativas/servicos/legislacao/instrucoes-normativas/instrucoes_normativas01.html>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Instrução Normativa nº 01, de 28 de julho de 2005. Estabelecer e tornar público os critérios de seleção das propostas enviadas para análise no âmbito da Coordenação Geral de Apoio a Agricultura Urbana – CGAAU, a exceção das propostas de Compra Direta Local da Agricultura Familiar – modalidade municipal. In: ____ . **Instruções normativas.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/instrucoesnormativas/servicos/legislacao/instrucoes-normativas/instrucoes_normativas01.html>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Instrução Normativa nº 02, de 10 de agosto de 2005. Estabelecer e tornar público os critérios de seleção das propostas enviadas para análise no âmbito da Coordenação Geral de Programas de Alimentação e Nutrição – CGPPAN, a exceção das propostas de Cozinhas Comunitárias – modalidade municipal. In: ____ . **Instruções normativas.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/instrucoes-normativas/servicos/legislacao/instrucoesnormativas/instrucoes_normativas01.html>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Instrução Normativa nº 03, 22 de setembro de 2005. Estabelece e torna público os critérios para o processo seletivo de Organizações Não Governamentais, sem fins lucrativos, interessados em estabelecer Convênios de Cooperação Financeira com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. In: ____ . **Instruções normativas.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/instrucoesnormativas/servicos/legislacao/instrucoes-normativas/instrucoes_normativas01.html>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Instrução Normativa nº 04, 06 outubro de 2005. Estabelece e torna público os critérios de seleção das propostas dos Estados Federativos, para análise no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN. In: ____ . **Instruções normativas.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/instrucoesnormativas/servicos/legislacao/instrucoes-normativas/instrucoes_normativas01.html>. Acesso em: ago. 2009.

d) Leis

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7853.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8842.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994. Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8899.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997. Autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro aos municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9533.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 9.604, de 5 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a prestação de contas de aplicação de recursos a que se refere a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9604.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 9.720/98, de 30 de novembro de 1998. Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9720.htm>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Introduziu alterações na LOAS (Lei nº 8.742).

BRASIL. Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998. Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9732.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998. Dispõe sobre a recuperação de haveres do Tesouro Nacional e do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a utilização de Títulos da Dívida Pública, de responsabilidade do Tesouro Nacional, na quitação de débitos com o INSS, altera dispositivos das Leis nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989, nº 8.036, de 11 de maio de 1990, nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e nº 9.639, de 25 de maio de 1998, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9711.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de

suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9637.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9608.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme especifica. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9867.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 10.050, de 14 de novembro de 2000. Altera o art. 1.611 da Lei nº 3.071, de 10 de janeiro de 1916 - Código Civil, estendendo o benefício do § 20 ao filho necessitado portador de deficiência. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10050.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10048.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp111.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001. Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – “Bolsa Escola”, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10219.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 10.697, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.697.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003. Cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.689.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003. Altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.684.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.683.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004. Institui, no âmbito do Programa de Resposta aos Desastres, o Auxílio Emergencial Financeiro para atendimento à população atingida por desastres, residentes nos Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência, dá nova redação ao § 2º do art. 26 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, ao art. 2º-A da Lei nº 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.954.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004. Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2004/Lei/L10.869.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004. Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2004/Lei/L10.845.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2004/Lei/L10.836.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 11.133, de 14 de julho de 2005. Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Lei/L11133.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 11.162, de 5 de agosto de 2005. Institui o Dia Nacional de Assistência Social. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Lei/L11162.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Lei/L11258.htm>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Lei/L11258.htm>. Acesso em: ago. 2009.

e) Medida provisória

BRASIL. Medida Provisória nº 190, de 31 de maio de 2004. Institui, no âmbito do Programa de Resposta aos Desastres, o Auxílio Emergencial Financeiro para atendimento à população atingida por desastres, incluída nos municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência. Dá nova redação ao § 2º do art. 26 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, ao art. 2º – A da Lei nº 9.604, de 5 de fevereiro de 1998 –, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2004/Mpv/190.htm>. Acesso em: ago. 2009.

f) Portarias

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social; **BRASIL.** Ministério da Saúde. Portaria Interministerial MS/MPAS nº 5.153, de 7 de abril de 1999. Institui o Programa Nacional de Cuidadores de Idosos a ser coordenado por Comissão Interministerial, constituída por representantes da Secretaria de Estado de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência e da Secretaria de Políticas de Saúde do Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/conleg/idoso/assunto/ServicosdeAssistencia.html>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Secretaria de Assistência Social. Portaria MPAS/SEAS nº 2.874, de 30 de agosto de 2000. Altera dispositivos da Portaria nº 2854, de 19 de julho de 2000. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/conleg/idoso/assunto/ServicosdeAssistencia.html>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Secretaria de Assistência Social. Portaria MPAS/SEAS nº 2.854, de 19 de julho de 2000. Institui modalidades de atendimento e fixa valores mensais de referência correspondentes ao apoio financeiro da União no co-financiamento dos serviços assistenciais. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/conleg/idoso/assunto/ServicosdeAssistencia.html>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Secretaria de Assistência Social. Portaria MPAS/SEAS nº 879, de 3 de dezembro de 2001. Estabelece normas e diretrizes do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano e do Projeto Centro da Juventude. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/63/MPASSEAS/2001/879.htm>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Secretaria de Assistência Social. Portaria MPAS/SEAS nº 878, de 3 de dezembro de 2001. Estabelece diretrizes e normas do Programa Sentinela e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/usr/File/2006/imprensa/portaria878.pdf>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Secretaria de Assistência Social. Portaria MPAS/SEAS nº 875, 3 de dezembro de 2001. Dispõe sobre a adequação de estruturas da rede de assistência social visando a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência (Republicada, no DOU de 4/4/2002, por ter saído com incorreções do original, no Diário Oficial da União de 19/12/2001, seção I, página 90). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/Portarias04.html>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Secretaria de Assistência Social. Portaria MPAS/SEAS nº 458, 4 de outubro de 2001. Estabelece diretrizes e normas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Disponível em: <http://www.promeninino.org.br/Portals/o/TrabalhoInfantil/Portaria_458.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Secretaria de Assistência Social. Portaria MPAS/SEAS nº 1.279, de 5 de setembro de 2002. Institui a obrigatoriedade dos gestores dos programas, serviços e projetos e benefícios que recebem recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), de cadastrar todos os seus usuários. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/Portarias03.html>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Portaria MESA/PR nº 228/2003, 16 de dezembro de 2003. Altera representantes do Ministério da Fazenda que compõem o Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/Portarias02.html>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Portaria MESA/PR nº 111/2003, de 7 de julho de 2003. Designa representantes para compor o Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/Portarias02.html>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 1, 31 de janeiro de 2003. Estabelecer o cronograma para pagamento, no exercício de 2003, dos seguintes benefícios: Bolsa Escola; Bolsa Alimentação; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano; Seguro-Safra; Auxílio-Gás e Bolsa-Renda e Ações Sociais de transferência direta de renda do Governo Federal. (Assinam os Ministros da Educação, da Saúde, do Desenvolvimento Agrário, da Integração Nacional e de Minas e Energia, como intervenientes anuentes, e a Ministra de Estado da Assistência e Promoção Social). Disponível em: <http://www.mds.gov.br/suas/menu_superior/legislacao1/portarias/2003/Portaria_MAPS_01%20de%2031%20de%20janeiro%20de%202003.doc/html2pdf>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria MDS/GM nº 737, de 15 de dezembro de 2004. Regulamenta o Benefício Variável de Caráter Extraordinário do Programa Bolsa-Família. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, 16 dez. 2004. Seção 1. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/legislacao_e_instrucos/portarias-1>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria MDS/GM nº 736, de 15 de dezembro de 2004. Estabelece procedimentos relativos à transferência de recursos financeiros do Fundo Nacional de Assistência Social. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/Portarias01.html>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria Interministerial MS/MDS nº 2.509, de 18 de novembro de 2004. Dispõe sobre as atribuições e normas para a oferta e o monitoramento das ações de saúde relativas às condicionalidades das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/legislacao_e_instrucoes/portarias-1>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria Interministerial MEC/MDS nº 3.789, de 17 de novembro de 2004. Estabelece atribuições e normas para o cumprimento da Condicionalidade da Frequência Escolar no Programa Bolsa Família. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/Portarias01.html>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria MDS/GM nº 660, de 11 de novembro de 2004. Autoriza, em caráter provisório, os Comitês Gestores do Cartão Alimentação e os Conselhos Municipais de Assistência Social a realizar o controle social do Programa Bolsa Família. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/legislacao_e_instrucoes/portarias-1>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria MDS/SENARC nº 1, de 3 de setembro de 2004. Disciplina as atividades de fiscalização, acompanhamento e controle da execução e gestão local do Programa Bolsa Família. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/legislacao_e_instrucoes/portarias-1>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria MDS/GM nº 99, de 23 de abril de 2004. Aprova o Manual de Orientações para Financiamento pelo Fundo Nacional de Assistência Social e apresentação de Prestação de Contas. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/menu_superior/legislacao_e_instrucoes/portarias-1>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria MDS/GM nº 98/2004, de 22 de abril de 2004. Designa representantes do MDS para compor o Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/Portarias01.html>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria MDS/GM nº 80, de 2 de abril de 2004. Estabelece os critérios e procedimentos relativos à transferência de recursos financeiros para os Fundos Estaduais, do Distrito Federal e Municipais, destinados à rede de Serviços Assistenciais de Ação Continuada. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/Portarias01.html>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria MDS/GM nº 78, 8 de abril de 2004. Estabelece diretrizes e normas para a implementação do “Programa de Atenção Integral à Família- PAIF” e dá outras providências. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/Portarias01.html>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria MDS/GM nº 71, de 30 de março de 2004. Dispõe sobre a contrapartida a ser exigida dos entes federados para as ações financiadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social que beneficiarem os municípios incluídos nos bolsões de pobreza, identificados como áreas prioritárias do Programa Fome Zero e constantes na Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/Portarias01.html>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 672, de 29 de dezembro de 2005. Altera prazos fixados nas portarias anteriores. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/Portarias07.html>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 666, de 28 de dezembro de 2005. Disciplina a integração entre o Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/Portarias07.html>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria Nº 566, de 14 de novembro de 2005. Estabelece regras complementares para financiamento de projetos de inclusão produtiva, destinados a população em situação de rua - Relação das prefeituras e organizações não governamentais habilitados, conforme o estabelecido pela PORTARIA MDS Nº 566120. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/Portarias07.html>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 555, de 11 de Novembro de 2005. Estabelece normas e procedimentos pra a gestão de benefícios do Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004121. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/Portarias07.html>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/SENARC nº 551, 09 de novembro de 2005. Regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/Portarias07.html>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria Nº 532, de 03 de novembro de 2005. Define regras de fixação do calendário de pagamento dos benefícios financeiros do Programa Bolsa-Família e dos Programas Remanescentes. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/Portarias07.html>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS 454, de 06 de setembro de 2005. Altera os arts. 6º, 7º e 8º, e modifica o Anexo I e cria os Anexos II e III da Portaria GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005 (Arquivo1) (Arquivo2). In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/Portarias07.html>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS Nº 246, de 20 de maio de 2005. Aprova os instrumentos necessários à formalização da adesão dos municípios ao Programa Bolsa Família, à designação dos gestores municipais do Programa e à informação sobre sua instância local de controle social, e define o procedimento de adesão dos entes locais ao referido Programa. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/Portarias07.html>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria nº 330, 23 de junho de 2005. Aprova o Manual de Orientações para “Celebração de Convênios e Apresentação de Prestação de contas” com o MDS por intermédio do FNAS. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/Portarias07.html>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria nº 360, de 12 de julho de 2005. Recursos financeiros e manutenção do CadÚnico. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/Portarias07.html>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria nº 385, de 26 de julho de 2005. Estabelece regras complementares de transição e expansão dos serviços socioassistenciais co-financiados pelo Governo Federal, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS para o exercício de 2005. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/Portarias07.html>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria nº 440, de 23 de agosto de 2005. Regulamenta os Pisos da Proteção Social Especial estabelecidos pela Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, sua composição e as ações que financiam. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/Portarias07.html>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria nº 442, de 26 de agosto de 2005. Regulamenta os Pisos da Proteção Social Básica estabelecidos pela Norma Operacional Básica - NOB/ SUAS, sua composição e as ações que financiam. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/Portarias07.html>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria nº 459, de 09 de setembro de 2005. Dispõe sobre a forma de repasse dos recursos do co-financiamento federal das ações continuadas da assistência social e sua prestação de contas, por meio do SUAS Web, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/Portarias07.html>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria nº 336/06. Define prazos para cadastramento de pré-projetos no Sistema de Gestão de Convênios (SISCON) junto ao Fundo Nacional de Assistência Social e dá outras providências. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/portarias-2006>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria nº 330/06. Aprovar o Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/portarias-2006>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria nº 329/06. Institui e regulamenta a Política de Monitoramento e Avaliação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/portarias-2006>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria nº 225/06. Estabelece regras para expansão dos serviços sócio-assistenciais co-financiados pelo FNAS no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no Exercício de 2006. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/portarias-2006>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria nº 236/06. Regras excepcionais sobre a prestação de contas do exercício de 2005 no SUAS Web. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/portarias-2006>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria nº 177/06. Define normas e procedimentos para a celebração de convênios e instrumentos congêneres nos casos em que especifica, a serem firmados pelo Fundo Nacional de Assistência Social; aprova a implantação do Sistema de Gestão de Convênios – SISCO e dá outras providências. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/portarias-2006>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria nº 199/06. Regulamenta, em termos percentuais, a contrapartida a ser exigida dos entes federados para as ações de Assistência social financiado pelo Fundo Nacional de Assistência Social, por meio de transferências voluntárias, no exercício de 2006. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/portarias-2006>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria nº 148/06. Estabelece normas, critérios e procedimentos para o apoio à gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal no âmbito dos municípios, e cria o Índice de Gestão Descentralizada do Programa. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/portarias-2006>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria nº 138/06. Estabelece normas para o co-financiamento de projetos de estruturação da Rede dos Serviços Socioassistenciais de Alta Complexidade da Proteção Social Especial do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/portarias-2006>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria nº 137/06. Estabelece normas de coopeção técnica e financeira de Projetos para Estruturação da Rede de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social, em 2006. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/portarias-2006>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria nº 136/06. Estabelece normas para cooperação técnica e financeira em Projetos de Promoção da Inclusão Produtiva, do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em 2006. In: ____ . **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/portarias-2006>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria nº 105/06. Prorroga os prazos estabelecidos nos artigos 23 e 24 de Portaria MDS nº 459, de 9 de setembro de 2005. In: _____. **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/portarias-2006>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria nº 56/06. Prorroga os prazos estabelecidos nos artigos 23 e 24 da Portaria MDS nº 459, de 9 de setembro de 2005. In: _____. **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/portarias-2006>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria nº 33/06. Altera o artigo 19 da Portaria nº 459, de 9 de setembro de 2005, e dá outras providências. In: _____. **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/portarias-2006>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria nº 18/2007. Cria Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas Portadoras de Deficiência beneficiárias do BPC. In: _____. **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/2007>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria nº 460/2007. Estabelece os critérios e procedimentos relativos ao repasse de recursos financeiros referentes ao Piso de Alta Complexidade I - PAC I, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. In: _____. **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/2007>>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria Interministerial 01/2008. Estabelece os procedimentos e aprova os instrumentos para a adesão ao Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e

Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC. In: _____. **Portarias.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/servicos/legislacao/portarias/servicos/legislacao/portarias/2008>>. Acesso em: ago. 2009.

g) Resoluções

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Brasil). Resolução nº 20, de 6 de fevereiro de 1997. Estabelece regras e critérios para a manifestação do Conselho Nacional de Assistência Social sobre a isenção de Imposto de Importação. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resoluções CNAS.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/legislacao/resolucoes/1997>>. Acesso em: ago. 2009.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Brasil). Resolução nº 207, de 16 de dezembro de 1998. Aprova a Política Nacional de Assistência Social e a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB2. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resoluções CNAS.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/legislacao/resolucoes/1998>>. Acesso em: ago. 2009.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Brasil). Resolução nº 31, de 24 de fevereiro de 1999. Estabelece regras e critérios para a concessão do Registro de Entidade no CNAS. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resoluções CNAS.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/legislacao/resolucoes/1999>>. Acesso em: ago. 2009.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Brasil). Resolução nº 32, de 26 de fevereiro de 1999. Estabelece regras e critérios para a concessão ou renovação do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resoluções CNAS.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/legislacao/resolucoes/1999>>. Acesso em: ago. 2009.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Brasil). Resolução nº 116, de 19 de maio de 1999. Estabelece regras para a consideração dos requisitos de gratuidade, exigido pelo inciso III do artigo 55 da Lei n.º 8.212/91, com a nova redação dada pelo artigo 1º da Lei n.º 9.732, de 11 de dezembro de 1998. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resoluções CNAS**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/legislacao/resolucoes/1999>>. Acesso em: ago. 2009.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Brasil). Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resoluções CNAS**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/legislacao/resolucoes/2004>>. Acesso em: ago. 2009.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Brasil). Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005. Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB SUAS. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resoluções CNAS**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/legislacao/resolucoes/2005>>. Acesso em: ago. 2009.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Brasil). Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006. Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resoluções CNAS**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/legislacao/resolucoes/2006>>. Acesso em: ago. 2009.

1.3.4 Livros e coletâneas

ALA ON, Norberto. **Assistência e assistencialismo: controle dos pobreza ou erradicação da pobreza?** São Paulo: Cortez, 1992.

ALVES, Adriana Amaral Ferreira. **Assistência social: história, análise crítica e avaliação.** Curitiba: Juruá, 2009.

BARROS, Ricardo Paes de; **CARVALHO**, Mirela de. **Desafios para a política social brasileira.** [Brasília?]: IPEA, [2006?].

Resumo: Neste artigo, é apresentada uma avaliação geral da política social brasileira no que diz respeito a sua efetividade no combate à extrema pobreza e à desigualdade de renda. A pequena atenção dispensada à focalização nos mais carentes, a quase inexistência de avaliações de impacto dos programas e a ausência de integração, entre outros aspectos, são identificados como potenciais causas da baixa efetividade.

BARROS, Ricardo Paes de; **CARVALHO**, Mirela de; **FRANCO**, Samuel. **O Índice de Desenvolvimento da Família.** Rio de Janeiro: IPEA, [2003?].

Resumo: O objetivo central deste estudo é demonstrar como é possível obter um indicador sintético, no mesmo espírito do IDH, calculável no nível de cada família e que possa ser facilmente agregado para qualquer grupo demográfico, tais como os negros ou as famílias chefiadas por mulheres, da mesma forma como tradicionalmente é feito com os indicadores de pobreza. Também se apresenta uma aplicação do índice proposto, a partir de informações da PNAD de 2001.

BARROS, Ricardo Paes de et al. **A importância da queda recente da desigualdade na redução da pobreza.** Rio de Janeiro: IPEA, [2006?].

Resumo: Neste estudo, buscamos documentar a contribuição da queda recente da desigualdade para o crescimento da renda dos mais pobres e, conseqüentemente, para a redução da pobreza e da extrema pobreza no país. Investigamos, em

primeiro lugar, o crescimento da renda dos mais pobres. Demonstramos que, ao contrário do que historicamente acontece no país, recentemente, a queda na pobreza resultou sobretudo da redução no grau de desigualdade. A porcentagem de pobres e também a de extremamente pobres caíram cerca de 4,5 pontos percentuais cada uma. A novidade desse período é que, ao contrário de outros episódios históricos em que a pobreza também se reduziu significativamente, dessa vez, a principal força propulsora foi a redução na desigualdade e não o crescimento. Por fim, investigamos o grau de substituição e complementaridade entre crescimento e reduções na desigualdade para o combate à pobreza, demonstrando que para alcançar a mesma queda na pobreza, contando apenas com o crescimento, seria necessário aumentar a renda de todas as famílias em 14,5% e para alcançar a mesma queda na extrema pobreza, seria necessário um crescimento de 22%.

BARROS, Ricardo Paes de et al. **A queda recente da desigualdade de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, [2007?].

Resumo: Neste trabalho documentamos a evolução recente da desigualdade de renda no Brasil, que, a partir de 2001, começou a declinar de forma acentuada e contínua. O coeficiente de Gini, uma das medidas de desigualdade mais utilizadas, declinou 4,6%, passando de 0,594, em 2001, para 0,566 em 2005. Mesmo no ritmo acelerado com que vem reduzindo a desigualdade, o país ultrapassou apenas 5% dos países no ranking de desigualdade. Além disso, ainda seriam necessários mais de 20 anos para que o Brasil atingisse um nível similar ao da média dos países com maior grau de desenvolvimento. A má notícia é que existem evidências, com base na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de que a queda da desigualdade pode ter se atenuado significativamente em 2006. Mostramos que as estimativas obtidas sobre a queda recente da desigualdade de renda independem da medida de desigualdade, da existência de economias de escala ou de necessidades diferenciadas de crianças, de adultos e de idosos, e são estatisticamente significativas.

BARROS, Ricardo Paes de et al. **Determinantes imediatos da queda da desigualdade de renda brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, [2006?].

Resumo: Entre 2001 e 2005, o grau de desigualdade de renda no Brasil declinou de forma acentuada e contínua, atingindo, em 2005, o nível mais baixo dos últimos 30 anos. A redução na desigualdade contribuiu para diminuir substancialmente a pobreza e melhorar as condições de vida da população mais pobre, mesmo em

um período de relativa estagnação da renda per capita. Apesar desse declínio, a desigualdade no país continua extremamente elevada. Portanto, é imprescindível que medidas que favoreçam a queda na desigualdade tenham continuidade. Para isso, é fundamental investigar os determinantes dessa atual queda e, assim, poder formular políticas e intervenções reforçadas, logo, mais efetivas. Neste trabalho, identificamos e quantificamos, com base em uma série de simulações contrafactuais, a contribuição dos determinantes mais próximos responsáveis pela recente queda da desigualdade no Brasil. Entre os resultados encontrados, devemos destacar que cerca de 50% do declínio da desigualdade resultou da evolução da renda não derivada do trabalho, apesar de ela representar menos de 1/4 da renda total. Mudanças na distribuição da renda do trabalho explicam cerca de 1/3 da queda observada na desigualdade, embora essa renda represente mais de 3/4 da renda total.

BEHRING, Elaine Rossetti; **ALMEIDA**, Maria Helena Tenório de. **Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas**. São Paulo: Cortez 2008. 252 p.

Resumo: Articula discussões no campo do trabalho e das políticas públicas de proteção social no contexto atual do processo de acumulação capitalista.

BELO HORIZONTE (MG). Secretaria municipal do desenvolvimento social. **A municipalização da Assistência Social: alguns dos dilemas atuais sob a ótica do município** (Série Subsídios às Conferências de Assistência Social. Caderno n.20). São Paulo: ABONG, out. 1997. Disponível em: <http://www.abong.org.br/final/cadernos_abong_antigos.php>. Acesso em: 6 ago. 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. [Brasília]: UnB, 2003, 297 p.

Resumo: Pesquisa sobre a assistência social como direito social no âmbito do governo federal a partir de 1994, analisa a natureza, a inserção no campo da seguridade social e a estrutura de financiamento da política.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social e trabalho: paradoxo na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil**. Brasília: Letras Livres, 2006. 322 p.

Resumo: Trata da mudança significativa no campo da assistência social a partir de 1988, a partir da inserção da política no campo da seguridade social. A análise de forma crítica a relação do trabalho e previdência social no contexto neoliberal.

BRAGA, Léa Lúcia Cecílio; **BRESSAN**, Carla Rosane. **Fórum Nacional de Assistência Social:** debatendo uma política para o Brasil. São Paulo: ABONG, 2001. (Série Política de Assistência Social: uma trajetória de avanços e desafios. Caderno n. 30). Disponível em: <http://www.abong.org.br/final/cadernos_abong.php>. Acesso em: 7 ago. 2009.

CAMARANO, Ana Amélia. **Mecanismos de proteção social para a população idosa brasileira.** Rio de Janeiro: IPEA, [2006?].

Resumo: Examina as oportunidades, problemas e desafios de uma proteção social efetiva para a população idosa. O artigo enfatiza as políticas públicas de renda e de cuidados de longa duração, bem como a família como principal fonte informal de apoio à população idosa. Assume-se que a falta de autonomia para lidar com as atividades da vida diária e a ausência de rendimentos são os principais determinantes da dependência dos idosos. As informações utilizadas no trabalho são provenientes dos vários censos demográficos e das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNADs). Uma das conclusões deste artigo é que, no nível micro, o grau de dependência dos indivíduos idosos é, em boa parte, determinado pela provisão de renda por parte do Estado. Isso sugere que quando se reduzem ou se aumentam os benefícios previdenciários, o Estado não está simplesmente atingindo indivíduos, mas uma fração considerável dos rendimentos das famílias. É importante notar isso porque, em consequência, o perfil do Sistema Previdenciário construído hoje influirá na distribuição futura da renda familiar.

CAMARANO, Ana Amélia; **PASINATO**, Maria Tereza. **Envelhecimento funcional e suas implicações para a oferta da força de trabalho brasileira.** Rio de Janeiro: IPEA, [2008?].

Resumo: O trabalho apresenta os resultados de uma análise exploratória, que busca medir possíveis impactos de uma redução precoce da capacidade funcional na oferta de força de trabalho brasileira. Essa tarefa foi dificultada pela falta de informações. A estratégia utilizada foi usar dados de registros administrativos sobre concessão de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) do

Ministério da Previdência Social e do Suplemento de Saúde da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 1998 e 2003. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), trabalhadores em envelhecimento são aqueles com mais de 45 anos de idade. Os resultados não apontam para uma tendência de aumento nas saídas precoces da força de trabalho devido à morbidade ocupacional. Sugerem mudanças no seu perfil. No entanto, as transformações no mercado de trabalho associadas às demográficas, tais como o envelhecimento populacional e a maior participação da mulher no mercado de trabalho, na ausência de avanços médicos e tecnológicos que permitam uma melhor adaptação do trabalhador ao processo produtivo, podem resultar em aposentadorias precoces.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso et al. **Políticas de emprego trabalho e renda no Brasil:** desafios à montagem de um sistema público integrado e participativo. Brasília: IPEA, [2006?].

Resumo: Realiza um esforço de compreensão acerca de temas centrais ao desenvolvimento do aqui chamado Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR) no Brasil. Para tanto, na seção 1, traz-se uma recuperação histórica não exaustiva da montagem das principais políticas federais brasileiras de emprego, trabalho e renda. Na seção 2, são revelados alguns aspectos importantes da criação e do estabelecimento do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) como principal - e quase exclusiva - fonte de financiamento daquelas políticas. Na seção 3, evidenciam-se algumas características distintivas do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) perante as demais políticas sociais brasileiras, com destaque para sua forma de funcionamento e para alguns aspectos concernentes ao gerenciamento dos programas sob sua alçada. Na seção 4, abordam-se aspectos da gestão pública das políticas de emprego, trabalho e renda, com ênfase para as principais características da descentralização e da participação não estatal na provisão de serviços do SPETR. Por fim, na seção 5, promove-se uma breve avaliação de desempenho (físico e financeiro) dos principais programas federais de emprego, trabalho e renda do país.

CHAGAS, Ana Maria de Resende; **VIOTTI**, Renato Baumgratz. **Retrato da pessoa com deficiência no Brasil segundo o censo de 1991.** Brasília: IPEA, [2003?].

Resumo: Este artigo visa a divulgar dados do Censo de 1991 relativos à pessoa com deficiência que possam ser comparados aos que serão brevemente disponibilizados pelo IBGE, correspondentes ao Censo 2000. Apresentando a

caracterização deste grupo populacional, no que se relaciona ao acometimento de deficiências mentais.

COLIN, Denise R. Arruda; **FOWLER**, Marcos B. **Lei Orgânica da Assistência Social anotada**. São Paulo: Veras Ed., 1999. (Série Núcleos de Pesquisa, 4).

COSTA, Joana Simões et al. **A face feminina da pobreza: sobre representação e feminização da pobreza no Brasil**. Brasília: IPEA, [2005?].

Resumo: O objetivo deste estudo é avaliar a hipótese de que houve feminização da pobreza no Brasil ao longo do período 1983-2003, bem como se há uma sobre-representação feminina na pobreza. A partir de testes baseados em seis definições de feminização da pobreza, não se encontrou, de um modo geral, qualquer indício consistente que pudesse caracterizar esse fenômeno. O mesmo se deu com os testes de sobre-representação, com exceção dos domicílios chefiados por mulheres com filhos. Por fim, sob a hipótese de distribuição intradomiciliar desigual dos recursos, permanece o resultado de inexistência de um processo de feminização, mas constata-se uma sobre-representação de mulheres entre os pobres.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 198 p.

Resumo: Apresenta as ambiguidades presentes na afirmação da assistência social como direito na sociedade brasileira, enfatiza os dilemas de uma política social inconclusa considerando a LOAS após 10 anos.

DELGADO, Guilherme C.; **CONCEIÇÃO**, Júnia Cristina P. R. da ; **OLIVEIRA**, Jader José de. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar**. Brasília: IPEA, [2005?].

Resumo: O objetivo deste trabalho é fazer uma avaliação de concepção e de implementação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). O PAA foi instituído pela Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, e, em conjunto com o Programa Bolsa Família, constitui iniciativa específica do governo Lula. A avaliação é feita a partir da confrontação dos objetivos do programa com as ações efetivamente implementadas desde sua implantação. Da análise,

verifica-se que os passos iniciais de concepção e implementação do PAA em 2003 convergiram para a construção da estratégia conjugada de fomento produtivo à agricultura familiar e de assistência alimentar às populações em situação de risco. No entanto, o processo de implementação do PAA, que se explicita em 2004, apresenta falhas. Essas falhas são detalhadas e discutidas no texto. Finalmente, o trabalho apresenta algumas pistas para a reconstrução do Programa.

DURÃO, Jorge Eduardo Saavedra. **Reformas do Estado, a ação das ONGS e a Assistência Social**. São Paulo: ABONG, 2001. (Série Política de Assistência Social: uma trajetória de avanços e desafios. Caderno n.30). Disponível em: <http://www.abong.org.br/final/cadernos_abong.php>. Acesso em: 7 ago. 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistências sociais**. São Paulo: Cortez, 1980.

FERREIRA, Maria de Fátima Azevedo. **Defender a Seguridade é princípio na defesa da Assistência Social**. São Paulo: ABONG, out. 1997. (Série Subsídios às Conferências de Assistência Social. Caderno n.19). Disponível em: <http://www.abong.org.br/final/cadernos_abong_antigos.php>. Acesso em: 6 ago. 2009.

Palavras-chave: Seguridade Social. Conselho Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional de Seguridade Social.

FLEURY, Sônia. Direito à Seguridade Social – por uma sociedade sem excluídos. In: LANÇAMENTO do Observatório da Cidadania/Social Watch 2007. Rio de Janeiro: IBASE, 2007. Disponível em: <<http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=2130>>. Acesso em: 15 set. 2009.

Resumo: O artigo retoma a história e o conceito da Seguridade Social (desde a Inglaterra, em 1942), avaliando suas mudanças no Brasil a partir da Constituição de 1988 e as reformas liberais. A autora destaca que sem os benefícios previdenciários e assistenciais o número de pobres no Brasil saltaria de 55,9 milhões para 79,9 milhões. Fleury defende o princípio da universalização do sistema, mas com “diferenciação” (capaz de atender a necessidades específicas, como trabalhadoras domésticas, em uma perspectiva de inclusão). A autora elenca propostas para a Seguridade Social, como políticas voltadas para mulheres.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Iniquidade social no Brasil**: uma aproximação e uma tentativa de dimensionamento. Brasília: IPEA, [2003?].

Resumo: O Plano Plurianual (PPA) 2000-2003 declara como um de seus mais importantes objetivos a redução da extrema desigualdade social existente no Brasil. Como ao Ipea cabe a responsabilidade de avaliar o desempenho global do plano e o alcance de seus macro objetivos, entendeu-se necessário e oportuno tentar elaborar um indicador sintético que captasse os aspectos mais relevantes da desigualdade social. As dificuldades e as limitações enfrentadas nessa tentativa foram muitas, mas foi possível chegar a uma proposta que se afigura operacional e útil. A discussão crítica deverá permitir verificar se as aparências enganam.

GIAMBIAGI, Fabio; **FRANCO**, Samuel. **O esgotamento do papel do salário mínimo como mecanismo de combate à pobreza extrema**. Rio de Janeiro: IPEA, [2007?].

Resumo: O artigo analisa a evolução do salário mínimo (SM) no Brasil depois da estabilização do Plano Real. Mostra-se que entre 1994 e 2007, a variável teve um aumento real acumulado de mais de 100%. Com isso, seu valor avançou na escala de rendimentos, estimando-se que em 2007 tenha alcançado 41% do rendimento médio. Mesmo em 2005, antes dos aumentos reais importantes observados em 2006 e 2007, o SM representava um valor correspondente a mais de duas vezes o rendimento médio dos 20% mais pobres e quase 20% superior ao rendimento médio dos 50% mais pobres em nível nacional e, no Nordeste, seu valor era inclusive maior do que o rendimento da média dos 90% mais pobres. O artigo aponta para o esgotamento da eficácia da política de aumentos reais do SM como instrumento de políticas de redução da pobreza extrema. Em função disso, sugere-se congelar o valor real do SM na próxima década e concentrar os recursos públicos, na margem, em políticas mais bem focalizadas e com maior retorno social.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Pesquisa de informações básicas municipais**: perfil dos municípios brasileiros: Assistência Social 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 275p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/assistencia_social2005/assistencia_social2005.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 261-318.

Resumo: Neste capítulo serão apresentadas informações relativas ao gasto social do governo federal no período compreendido entre a promulgação da Constituição Federal de 1988 e o término do segundo mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso, em 2002.

JACCOUD, Luciana. **Pobres, pobreza e cidadania**: os desafios recentes da proteção social. Rio de Janeiro: IPEA, [2009?].

Resumo: Neste ano em que se comemoram os 20 anos de promulgação da Constituição de 1988, o Ipea tem o prazer de disponibilizar ao público uma série de trabalhos voltados ao debate sobre a Seguridade Social no Brasil.

KASZNAR, Istvan Karoly; **OLIVEIRA**, Fátima Bayma de. **Saúde, previdência e assistência social**. [S.l.]: Pearson e Prentice Hall Brasil. 256 p.

Resumo: Com uma abordagem integrada e original, o livro evita um equívoco comum - o de tratar as políticas governamentais e privadas como esferas desconexas. Por seguir o caminho oposto e apresentá-las de modo a evidenciar seus elos, a análise de Saúde, previdência e assistência social permite avaliar a relação e os impactos em cadeia de cada uma dessas esferas. Tendo por base o IV Seminário de Saúde, Previdência e Assistência Social, realizado pela FGV, os textos são de autoria dos maiores especialistas brasileiros na área, que legitimam e enriquecem a obra. Uma contribuição fundamental para o entendimento dos desafios que o Brasil vive atualmente.

LAVINAS, Lena Lavinas. **Acessibilidade alimentar e estabilização econômica no Brasil nos anos 90**. Rio de Janeiro: IPEA, [1998?].

Resumo: Analisa as mudanças no grau de acessibilidade alimentar promovidas pela estabilização econômica após 1994, quando tem início o Plano Real. Para isso são utilizados cruzamentos dos preços mensais da cesta básica, instituída pelo Decreto-Lei 399/38, com o salário mínimo e com a renda individual medida pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, por região metropolitana. A fim de estudar o grau de acessibilidade nos estratos de renda socialmente mais vulneráveis, interpretam-se também suas variações nos quatro primeiros décimos da distribuição. A conclusão revela uma periodização, com nítida melhora na acessibilidade alimentar da população mais pobre no período 1995/97, decorrente

não da redução dos preços dos alimentos mas do aumento na renda com o Real. Do final de 1997 em diante, entretanto, há uma reversão dessa tendência. Cai o grau de acessibilidade em decorrência do efeito conjugado da queda da renda individual e do aumento do preço da cesta básica. Tais variações são analisadas regionalmente, assinalando padrões diferenciados entre áreas mais desenvolvidas e regiões periféricas.

MACHADO, Ana Flávia; **RIBAS**, Rafael Perez. **Mudanças no mercado de trabalho tiram famílias da pobreza?** Determinantes domiciliares e agregados para a saída da pobreza nas regiões metropolitanas do Brasil. Brasília: IPEA, [2008?].

Resumo: O objetivo do artigo é estimar a probabilidade de famílias saírem da pobreza, assim como os seus determinantes, considerando o tempo de permanência nesta situação. Interesse particular reside em avaliar se mudanças de curto prazo no mercado de trabalho afetam a probabilidade de famílias permanecerem na pobreza. Assumindo que as transições de pobreza ocorrem com mais frequência em intervalos de tempo menores, dados organizados em periodicidade mensal são melhores que aqueles organizados por intervalos anuais, e por isso utilizamos o painel da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), de março de 2002 a maio de 2007.

MARTINS, Valdete de Barros. **Implantação da Política Pública de Assistência Social:** desafios sob a ótica do gestor. São Paulo: ABONG, 2001. (Série Política de Assistência Social: uma trajetória de avanços e desafios. Caderno n. 30). Disponível em < http://www.abong.org.br/final/cadernos_abong.php >. Acesso em: 7 ago. 2009.

MEDEIROS, Marcelo; **DINIZ**, Debora. **A nova maneira de se entender a deficiência e o envelhecimento.** Brasília: IPEA, [2004?].

Resumo: Este texto mostra uma aproximação entre a discussão sobre envelhecimento e o tema da deficiência, pois, com o envelhecimento da população, o principal grupo de deficientes concentra-se entre os idosos. Revela também como a emergência da corrente conhecida como modelo social da deficiência muda a forma tradicional de compreensão da questão ao transferir do indivíduo para a sociedade a responsabilidade pelas desvantagens relacionadas à deficiência. O modelo social da deficiência é uma discussão extensa sobre políticas de bem-

estar e de justiça social, em que a explicação médica para a exclusão não é mais considerada suficiente.

MENEZES, Maria Thereza C, G. **Em busca da teoria:** políticas de assistência social. São Paulo: Cortez, 1993.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social.** São Paulo: Cortez, 2001.

MONTEIRO, Eni Maria. **O processo de regulamentação da assistência social:** avanços e retrocessos. Brasília: IPEA, [1991?].

Resumo: Aborda a questão da regulamentação da Assistência Social no Brasil. Recupera os pontos inovadores trazidos pela Constituição de 1988, e destaca a questão conceitual, a descentralização, a participação comunitária e o financiamento, levantando os pontos marcantes da trajetória da regulamentação da matéria.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e social:** um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 248 p.

Resumo: Voltado para compreender os novos processos hegemônicos na era neoliberal do capitalismo brasileiro.

MOTA, Ana Elizabete (Org). **O mito da assistência social:** ensaios sobre estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2008. 255 p.

Resumo: Coletânea trata de algumas das principais polêmicas que revestem o debate sobre o significado das políticas sociais no capitalismo contemporâneo, com destaque para a Assistência Social.

MUNIZ, Egli. **Os serviços de proteção social:** um estudo comparado entre Brasil e Portugal. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Heloisa Maria José de. **Assistência social:** do discurso Estado à prática do serviço social. 2. ed. [Florianópolis]: UFSC, 1996. 212 p.

Resumo: Situa a assistência social no contexto das políticas estatais e em sua relação com a profissão de Serviço Social, sendo o tema tratado em seus aspectos históricos e contemporâneos, teóricos e metodológicos e ético-políticos.

OLIVEIRA, Heloisa Maria José de. **Cultura política e assistência social:** uma análise das orientações de gestores estaduais. São Paulo: Cortez, 2003. 224 p.

Resumo: Heloisa Maria José de Oliveira é uma persistente desbravadora do estudo e da pesquisa sobre a assistência social. cedo identificou o arcaísmo patrimonial que compõe a pesada herança política que se interpõe na construção, para todos os brasileiros, de direitos sociais. Aqui damas, primeiras, segundas, isto é, hierarquizadas pelo poder/riqueza e não pelo poder/povo agem para ajudar os “pobres-coitados”. Democracia e assistência social são certamente aliadas sob o ideal republicano, mas, no Brasil, foram construídas historicamente como antíteses. afirma a autora: “o novo modelo de gestão para a assistência social envolve uma alteração profunda nos núcleos de poder de forma a provocar a sua distribuição em nível decisório”. desvendar, como faz, a cultura política da assistência social põe luz nos moralismos e tecnicismos ainda vigentes e nos obriga, como cidadãos, a discutir o republicanismo na assistência social e descobrir o quanto de vestígios monárquicos tem essa relação. não são necessários testes mais sofisticados - com microscópios, ultra-sons, lentes entre outros - para essa descoberta a acuidade científica da autora ilumina esta constatação.

PASINATO, Maria Tereza; **CAMARANO**, Ana Amélia; **MACHADO**, Laura. **Idosos vítimas de maus-tratos domésticos:** estudo exploratório das informações levantadas nos serviços de denúncia. Rio de Janeiro: IPEA, [2006?].

Resumo: O presente trabalho procura, em caráter exploratório, dar algumas respostas à questão da violência contra a Pessoa Idosa. Com esse objetivo, realizou-se um levantamento preliminar sobre os tipos de denúncias recebidas e os encaminhamentos prestados em serviços de ouvidoria do tipo Disque Idoso. O estudo também confirma a existência de várias formas de violência familiar

contra idosos. A forma mais freqüente de maus-tratos na família brasileira parece ser o abandono. Isso sugere a falta de informação e de capacitação adequada da família para o cuidado do idoso dependente. Por outro lado, não existem políticas públicas eficientes que auxiliem a família a cuidar de seus membros idosos.

PEREIRA, Potyara A. P. **A assistência social na perspectiva dos direitos:** crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1996.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

PEREIRA, Potyara A. P.; **BRAVO**, Maria Inês Souza. **Política Social e democracia.** São Paulo: Cortez, 2001.

PONTUAL, Pedro. **Desafios à construção da democracia participativa no Brasil:** a prática dos conselhos de gestão de políticas públicas. São Paulo: Instituto Pólis, jan. 2008. Disponível em: <http://www.polis.org.br/noticias_interna.asp?codigo=609>. Acesso em: 9 set.2009.

Resumo: Este texto busca dialogar com a produção anterior do Observatório dos Direitos do Cidadão, com outras produções sobre conselhos e com o acúmulo de discussão de diversas redes que se dedicam a temática da participação cidadã, procurando fazer um balanço e uma reflexão crítica sobre as práticas dos conselhos de gestão das políticas públicas acompanhadas pelo observatório e os desafios que elas evidenciam para o atual processo de construção da democracia participativa no Brasil.

PROGRAMAS focalizados de transferência de renda no Brasil: Contribuições para o debate. Brasília: IPEA, [2007?].

Resumo: O artigo apresenta diversas características dos dois principais programas focalizados de transferência de renda no Brasil, o Benefício de Prestação Continuada - BPC, e o Bolsa Família. Discute aspectos institucionais dos programas, sua sustentabilidade de longo prazo, seu público atendido e grau de focalização, a

necessidade de condicionalidades, os efeitos das transferências sobre a participação no mercado de trabalho, a contribuição para a previdência e as desigualdades intra-familiares, além da relevância das chamadas portas de saída. Conclui que os programas estão cumprindo a função a que se destinam, têm bom desempenho em comparações internacionais, geram impacto relevante sobre a pobreza e a desigualdade e apresentam custo compatível com a capacidade orçamentária brasileira, ao mesmo tempo em que se contrapõe às críticas relacionadas a seus aparentes efeitos negativos sobre os incentivos para o trabalho e a contribuição previdenciária. Argumenta, portanto, a favor da manutenção e, se possível, da expansão desses programas no futuro próximo.

REIS, Maurício Cortez; **CAMARGO**, José Márcio. **Rendimentos domiciliares com aposentadorias e pensões e as decisões dos jovens quanto à educação e à participação na força de trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA, [2007?].

Resumo: Os rendimentos com aposentadorias e pensões representam uma parcela importante da renda de muitos domicílios no Brasil. Argumentamos neste artigo que os elevados valores desses benefícios, ao aumentarem a renda domiciliar per capita, podem influenciar as decisões dos jovens moradores dos domicílios quanto a trabalhar e estudar. De acordo com os resultados encontrados, aumentos na renda domiciliar provenientes de aposentadorias e pensões reduzem a taxa de participação dos jovens na força de trabalho. Os resultados também indicam que essa redução na participação está associada a um aumento na proporção de jovens estudando. Entretanto, as evidências também indicam que rendimentos com aposentadorias e pensões aumentam a probabilidade de que os jovens não estejam estudando nem participando do mercado de trabalho.

RESENDE, Luis Fernando de Lara. **Comunidade solidária: uma alternativa aos fundos sociais**. Brasília: IPEA, [2000?].

Resumo: Definição de políticas e mecanismos institucionais que permitam erradicar a fome e a miséria do país tem implicado intensos debates, no Executivo, no Legislativo e, também, na imprensa e na sociedade brasileiras. O presente estudo procura demonstrar que o combate à pobreza, além da retomada do crescimento econômico e da implementação de políticas que induzam à uma distribuição da renda nacional, somente será alcançado se for (re)articulado um amplo movimento nacional que engaje o governo, em suas três esferas: União, Estados e Municípios e a sociedade civil. Possui como estratégia central a articulação em torno de quatro grandes princípios: parceria, solidariedade, descentralização e integração e convergência das ações.

RICO, Elizabeth de Melo; **RAICHELIS**, Raquel. **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: Educ, 1999.

RODRIGUES, Marlene Teixeira et al. **Equidade de gênero e transferência de renda: reflexões a partir do Programa Bolsa Família**. In: *POLÍTICA Social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 220-241.

SCHONS, Selma Maria. **Assistência Social entre a ordem e a “desordem”: mistificação dos direitos e da cidadania**. São Paulo: Cortez, 1999. 231p.

Resumo: A partir da explicitação da trajetória da Assistência Social na sociedade burguesa, aponta lacunas no debate conceitual sobre o tema e no conhecimento de suas determinações históricas, econômicas e políticas.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado**. São Paulo: Cortez, 2004. 255 p.

Resumo: A partir da discussão sobre as tendências da gestão social apresenta as tendências e tensionamentos entre estado e a transferência de responsabilidades para a sociedade civil. Analisa a reforma da previdência e a tensão em torno da garantia de proteção social universal e a consolidação de direitos no neoliberalismo.

SILVA, Enid Rocha Andrade da (Coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA, 2004, p. 71-98. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>> Acesso em: Ago. 2009.

Resumo: Neste capítulo, serão apresentadas as principais características dos abrigos pesquisados pelo Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC. Em abordagem descritiva, o capítulo tem o objetivo de destacar os aspectos que delineiam as principais características institucionais das entidades investigadas.

SILVA, Maria Ozanira da Silva (Coord.). **Bolsa Família no enfrentamento à pobreza no Maranhão**. São Paulo: Cortez, 2008.

Resumo: Os textos que compõem esta coletânea têm como foco de análise a caracterização e o desenvolvimento do Bolsa-Família. É atribuído destaque a um esforço de problematização sobre o processo de unificação dos Programas de Transferência de Renda, de modo a pontuar alguns aspectos fundamentais no campo das potencialidades e dos limites da política de transferência de renda no Brasil.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Comunidade Solidária: o não enfrentamento da pobreza no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVEIRA, Fernando Gaiger et al. **Dimensão, magnitude e localização das populações pobres no Brasil**. Brasília: IPEA, [2007?].

Resumo: Usando informações da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE, pesquisa que cobre regiões urbanas, metropolitanas e rurais do país, este artigo desenvolve e aplica nova metodologia para definir linhas de pobreza para diferentes regiões. Estas linhas são definidas a partir de requerimentos calóricos, de forma a evitar o problema da paridade do poder de compra. Além disso, a POF pesquisou a renda não-monetária e produção para o próprio consumo, aspectos que são de extrema importância principalmente na área rural. Por último, é feito um matching com dados do Censo, de modo a permitir efetuar a espacialização da pobreza nos municípios.

SOARES, Sergei et al. **Programas de transferência condicionada de renda no Brasil, Chile e México: impactos sobre a desigualdade**. Brasília: IPEA, [2007?].

Resumo: Neste trabalho, decompomos as mudanças no coeficiente de Gini para analisar os impactos de Programas de Transferência de Renda Condicionados (PTRCs) sobre a desigualdade de renda em três países latino-americanos: Brasil, Chile e México. A diferença nos impactos se deve ao fato de o programa chileno ser muito menor que os programas mexicano e brasileiro.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas e multidimensionais**. Rio de Janeiro: IPEA, [2009?].

Resumo: O objetivo deste texto é comparar várias abordagens para definir uma linha de pobreza. Apesar de o Método Calórico Indireto (ou Cost of Basic Needs) ser o mais usado no Brasil para o cálculo de linhas de pobreza, não é o único e há várias abordagens utilizadas em outros países e em outros tempos. O presente estudo resume, além da abordagem calórica indireta, a calórica direta e discute as abordagens multidimensionais, pouco comuns no Brasil, embora bastante usadas no restante da América Latina. Também analisa as linhas oficiais de pobreza, tais como meio salário mínimo ou um dólar por dia em termos de paridade de poder de compra (PPC). Finalmente, o texto trata de linhas relativas e subjetivas de pobreza, mais usadas nos países europeus da OCDE que em outros lugares.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **O ritmo de queda na desigualdade no Brasil é adequado? Evidências do contexto histórico e internacional**. Brasília: IPEA, [2008?].

Resumo: Este texto utiliza duas abordagens para responder se o ritmo de queda da desigualdade no Brasil está adequado ou não. A primeira é comparar o ritmo de queda no coeficiente de Gini no Brasil com a queda no mesmo indicador em alguns países hoje pertencentes à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – Espanha, Estados Unidos, França, Noruega, Países Baixos, Reino Unido e Suécia –, enquanto os mesmos construíam seus estados de bem-estar social durante o século passado. A segunda é calcular por quanto tempo o Brasil deverá manter o mesmo ritmo de queda para alcançar os níveis de desigualdade hoje observados em alguns países da OCDE que podem servir como referência: o Canadá, os Estados Unidos e o México. A conclusão geral do estudo é que o ritmo de queda na desigualdade é adequado, mas que o desafio será manter este ritmo por várias décadas para alcançar o nível de desigualdade, por exemplo, do Canadá.

SPOSATI, Aldaiza. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986. 112 p.

Resumo: São pontos marcantes desta pesquisa: o exame de várias formulações de política social, a presença da assistência social no conjunto de tal política, as singularidades da assistência e do assistencialismo e as relações com o serviço social. Gestão da Assistência social

SPOSATI, Aldaíza. **Assistência Social: desafios para uma política de Seguridade Social.** São Paulo: ABONG, out.1995. (Série As ONGS e a Realidade Brasileira. Caderno n. 11). Disponível em: <http://www.abong.org.br/final/cadernos_abong_antigos.php> . Acesso em: 6 ago. 2009.

Palavras-chave: Políticas Sociais. Assistência Social. Seguridade Social e Conselhos.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 84 p.

Resumo: Trata da trajetória da Assistência Social brasileira sob a iluminação da LOAS.

SPOSATI, Aldaíza. **Conjuntura da Assistência Social brasileira.** São Paulo: ABONG, out. 1997. (Série Subsídios às Conferências de Assistência Social. Caderno n.19). Disponível em: <http://www.abong.org.br/final/cadernos_abong_antigos.php>. Acesso em: 6 ago. 2009.

Resumo: A análise de conjuntura supõe o rearranjo da seqüência dos fatos, dos dados, concentração de poder, transições e transações que, numa nova totalidade, são capazes de elucidar um momento histórico e perspectivas de seu movimento na direção de um objetivo. No contexto deste final de século, ainda hegemônico pelo ajuste neoliberal econômico/social, examinar a conjuntura de uma política social como a de Seguridade Social, supõe identificar fraturas ou cunhas nessa hegemonia, já que esse ajuste é restritivo ao alcance da proteção social.

SPOSATI, Aldaíza. **A política de assistência social na cidade de São Paulo.** 2. ed. São Paulo: Pólis / PUC-SP, 2002. 112p. (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 1). Disponível em: http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=116. Acesso em: 7 ago. 2009.

Resumo: Esta publicação trata das políticas públicas de Assistência Social da cidade de São Paulo, focando-se nos esforços a serem feitos em sua concepção, redistribuição, gestão, qualificação e democratização. São discutidos o enfrentamento da crise no município, a exclusão social e a deterioração da máquina pública, o passado e as perspectivas futuras da assistência social na cidade, além de seu lugar no orçamento público municipal.

SPOSATI, Aldaíza. **Proteção social de cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal.** São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, Aldaíza. **Vida urbana e gestão da pobreza.** São Paulo: Cortez, 1998.

SPOSATI, Aldaíza; **FALCÃO**, Maria do Carmo; **TEXEIRA**, Sônia Maria Fleury. **Os direitos dos desassistidos sociais.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006. 126 p.

STEIN, Rosa Helena. **Descentralização e Assistência Social.** São Paulo: ABONG, out. 1997. (Série Subsídios às Conferências de Assistência Social. Caderno n.20). Disponível em: <http://www.abong.org.br/final/cadernos_abong_antigos.php>. Acesso em: 6 ago. 2009.

TORRES, Iranildes Caldas. **As primeiras damas e a assistência social: relações de gênero e poder.** São Paulo: Cortez, 2002. 206 p.

Resumo: A pesquisa mostra como atividades assistenciais desenvolvidas pelas primeiras-damas, com o apoio de instituições filantrópicas e do trabalho do voluntariado, acabam por produzir uma assistência social que confere legitimidade e poder estatal e em nada contribui para conferir a seus usuários qualquer protagonismo cidadão.

UCHÔA, Vigílio Leite. **Política Nacional de Assistência Social e Projeto Nacional: avanços e limites.** (Série Subsídios às Conferências de Assistência Social. Caderno n.19). São Paulo: ABONG, out. 1997. Disponível em: <http://www.abong.org.br/final/cadernos_abong_antigos.php>. Acesso em: 6 ago. 2009.

WERNECK, Maria Lúcia Teixeira. **Seguridade social e combate à pobreza no Brasil: o papel dos benefícios não contributivos.** In: PROTEÇÃO social: dilemas e desafios. São Paulo: Hucitec, 2005.

YASBEK, Maria Carmelita; **SILVA**, Maria Ozanira da Silva e; **GIOVANNI**, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004. 223 p.

Resumo: Problematiza o caráter da transferência de renda no Brasil no sentido de transformá-la numa renda de cidadania para inclusão de todos em condições de dignidade.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Assistencia Social brasileira**: limites e possibilidades na transição do milênio. São Paulo: ABONG, 2001. (Série Política de Assistência Social: uma trajetória de avanços e desafios. Caderno n.30). Disponível em: <http://www.abong.org.br/final/cadernos_abong_antigos.php>. Acesso em: 7 ago. 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Assistência social na cidade de São Paulo**: a (difícil) construção do direito. São Paulo: Instituto Pólis: PUC-SP, 2004. 72p. (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 22). Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=136>. Acesso em: 7 ago. 2009.

Resumo: O caderno procura analisar o processo de (re) construção da Assistência Social na administração municipal da cidade de São Paulo, na gestão da prefeita Marta Suplicy no período 2001-2002, na perspectiva de uma política pública de direitos.

YASBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 84 p.

Resumo: Trata do significado e efeito de uma determinada assistência social como possível para romper com a subalternização e coloca a discussão dessa política no campo do direito social.

1.3.5 Periódicos

ACOMPANHAMENTO de Políticas e Programas Governamentais. **Boletim de Políticas Sociais**, Rio de Janeiro, n.3, 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_03/acompanhamentos.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Trata assistência social sob o ângulo da perspectiva finalística, que é um conjunto de políticas reativas voltadas ao combate à pobreza. Detalha os seguintes tópicos referentes a gestão: Projeto Alvorada, Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (FCEP). Trata do controle dos Programas de Atenção às Pessoas Portadoras de Deficiência, da Erradicação do Trabalho Infantil e da Política de Apoio ao Jovem Carente, trazendo também a execução orçamentário-financeira dos principais programas da Assistência Social são eles: Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência, Valorização e Saúde do Idoso, Atenção à Criança, Erradicação do Trabalho Infantil, Centros da Juventude, Brasil Jovem, Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

ACOMPANHAMENTO de Políticas e Programas Governamentais. **Boletim de Políticas Sociais**, Rio de Janeiro, n.4, 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_04/acompanhamento1.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Apresenta as principais temáticas retiradas da III Conferência Nacional da Assistência Social (2001). Trata da Gestão Política Social desde o tempo de aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (1993), da Avaliação do Controle Social decorridos oito anos de LOAS retirado da III Conferência Nacional de Assistência Social e resume o Financiamento da Política de Assistência Social demandado pelas conferências estaduais e municipais ao longo do ano de 2001.

ACOMPANHAMENTO de Políticas e Programas Governamentais. **Boletim de Políticas Sociais**, Rio de Janeiro, n.5, 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_05/ASSISTENCIA_SOCIAL.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Este Boletim traz um panorama da III Conferência Nacional Da Assistência Social(2001) e a eleição de instituições representantes da sociedade civil para composição do Conselho Nacional de Assistência Social (Cnas) de 2002.

Mostra os valores alocados no FNAS no período de 2001 e 2002 e apresenta a comparação entre a dotação orçamentária para o biênio 2001/2002 de programas e ações da área de assistência social. E por fim Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal que se tornou obrigatório.

ACOMPANHAMENTO de Políticas e Programas Governamentais. **Boletim de Políticas Sociais**, Rio de Janeiro, n.6, 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_06/ASSISTENCIA_SOCIAL.pdf> Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Este Boletim traz um histórico das mudanças ocorridas na Assistência Social. Traz o número de beneficiários dos programas do âmbito da Seas/MPAS entre 1999 e 2002 e o gasto Federal com assistência segundo funções típicas. E por fim o detalhamento da execução orçamentária e financeira das fontes de recursos do FNAS entre 1996 e 2001

ACOMPANHAMENTO de Políticas e Programas Governamentais. **Boletim de Políticas Sociais**, Rio de Janeiro, n.7, 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_07/ASSISTENCIA_SOCIAL.pdf> Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Este Boletim traz como grande inovação da Assistência Social, como direito, a criação do MAS em 2003. E faz uma análise dez anos após a aprovação da Loas dos benefícios, serviços e programas de Assistência Social.

ACOMPANHAMENTO de Políticas e Programas Governamentais. **Boletim de Políticas Sociais**, Rio de Janeiro, n.8, 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_08/ASSISTENCIA_SOCIAL.pdf> Acesso em: ago. 2009.

Resumo: O Boletim trata dos importantes acontecimentos no campo da política de Assistência Social, destacando a formulação do Plano Plurianual (PPA) do Ministério da Assistência Social (MAS) para o período 2004-2007, a criação do programa unificado de transferências de renda, o Bolsa Família, a realização da IV Conferência Nacional de Assistência Social e a aprovação dos projetos de lei sobre o Estatuto do Idoso e a Renda Básica de Cidadania. Apresenta ainda, as inovações no que diz respeito ao andamento dos programas assistenciais no ano de 2003, a evolução da execução orçamentária de programas financiados pelo FNAS nos anos de 2002 e 2003 e o financiamento do FNAS em 2004.

ACOMPANHAMENTO de Políticas e Programas Governamentais. **Boletim de Políticas Sociais**, Rio de Janeiro, n.9, 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_09/ASSISTENCIA_SOCIAL.pdf> Acesso em: ago. 2009.

Resumo: A partir deste boletim o Ipea agrega e detalha à temática da Assistência Social a Segurança Alimentar e Nutricional. No primeiro semestre de 2004, o MDS assume o compromisso de dar andamento ao processo de construção do Suas. Fala também das isenções fiscais de entidades privadas diante da política de assistência social e do acompanhamento dos programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Detalha o financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) no fim do primeiro semestre de 2004, citando os cinco maiores programas de transferência de renda do MDS.

ACOMPANHAMENTO de Políticas e Programas Governamentais. **Boletim de Políticas Sociais**, Rio de Janeiro, n.10, 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_10/ASSIST_SOCIAL.pdf> Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Discorre sobre a aprovação da PNAS, concluída em setembro de 2004. Problematisa que a política de transferência de renda foi marcada, no ano de 2004 pela consolidação do Programa Bolsa Família; o cumprimento das condicionalidades associadas ao recebimento dos benefícios e pelas denúncias de irregularidades na concessão de benefícios. Trata da política de Segurança Alimentar e Nutricional, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Segurança Alimentar e Nutricional. No que diz respeito ao Controle, traz as alterações sofridas pelo BPC e o número de beneficiários em 2004 e dos programas federais de Assistência Social e Bolsa Família entre 1999 à 2004. Apresenta a distribuição do orçamento do MDS pelos principais programas executados em 2004 e os percentuais de execução financeira dos principais programas e ações de SAN, em 2004.

ACOMPANHAMENTO de Políticas e Programas Governamentais. **Boletim de Políticas Sociais**, Rio de Janeiro, n.11, 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_11/ASSOCIAL.pdf> Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Este boletim vai tratar das mudanças ocorridas em 2005 com a nova NOB, que acompanha a PNAS, no reafirmando a definição de Assistência Social e os meios de atingir as seguranças ali descritas.

ACOMPANHAMENTO de Políticas e Programas Governamentais. **Boletim de Políticas Sociais**, Rio de Janeiro, n.12, 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_12/05_assistencia%20social.pdf> Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Esse boletim vai tratar da 5ª Conferência Nacional de Assistência Social, da regulamentação do artigo 30 da Lei Orgânica da Assistência Social, e da integração do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e do Programa Bolsa Família, além de falar sobre a gestão e de financiamento e gastos dos principais programas e ações das políticas de Assistência Social, Transferência de Renda e Segurança Alimentar.

ACOMPANHAMENTO de Políticas e Programas Governamentais. **Boletim de Políticas Sociais**, Rio de Janeiro, n.13, 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_13/AssistenciaSocial.pdf> Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Nesta edição, serão apresentadas e analisadas as políticas de assistência social, transferências de renda e segurança alimentar e nutricional em sua evolução, organização e desafios, fazendo uma curta descrição do quadro histórico dessas políticas, do seu quadro institucional, onde serão destacados os aspectos relacionados à descentralização, à relação público-privado e à participação social. Trará também um balanço dos principais programas e ações nos campos da assistência social, transferências de renda e segurança alimentar e nutricional e por fim o financiamento e gastos sob a responsabilidade da esfera federal.

ACOMPANHAMENTO de Políticas e Programas Governamentais. **Boletim de Políticas Sociais**, Rio de Janeiro, n.14, 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_14/assistencia_socialsegurancaalimentar.pdf> Acesso em: ago. 2009.

Resumo: O boletim em questão apresenta os principais acontecimentos relacionados às políticas de assistência social, transferência de renda e segurança alimentar e nutricional durante o ano de 2006. Apresenta também a execução orçamentária dessas três políticas e o acompanhamento dos programas que compõem cada uma delas. E por fim fala sobre o tema do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas).

ACOMPANHAMENTO de Políticas e Programas Governamentais. **Boletim de Políticas Sociais**, Rio de Janeiro, n.15, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_15/04_assistenciaocial.pdf> Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Este Boletim trata do acompanhamento das políticas federais de assistência social, transferência de renda e segurança alimentar e nutricional, cuja gestão encontra-se atualmente sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Trata de “Fatos relevantes” que marcaram o primeiro semestre de 2007. Em seguida, é feita uma exposição sobre três questões cruciais que caracterizam as políticas mencionadas: i) o pacto federativo que pauta o Sistema Único de Assistência Social (Suas); ii) o aspecto da integração dos programas e da intersetorialidade da política de segurança alimentar e nutricional; e iii) o papel das condicionalidades no Programa Bolsa Família (PBF). Desenvolve também, o “Tema em destaque”, que trata da questão do jovem como usuário dos serviços de assistência social.

ACOMPANHAMENTO de Políticas e Programas Governamentais. **Boletim de Políticas Sociais**, Rio de Janeiro, n.16, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_16/05_Assistencia_Social_e_Seguranca.pdf> Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Este boletim vai tratar do acompanhamento das políticas federais de assistência social, transferência de renda e segurança alimentar e nutricional, cuja gestão se encontra a cargo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da realização da VI Conferência Nacional de Assistência Social, da criação e implementação do Programa BPC na Escola, e apresenta o Projeto de Lei (PL) no 3.021/2008. E por fim detalha o Programa BPC falando sobre sua trajetória no que diz respeito a regulamentação, abrangência, perfil dos beneficiários atendidos e evolução dos gastos.

ALAYÓN, Norberto. La resignificación de la asistencia. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 34, dez. 1990.

Resumo: La Asistencia Social há estado históricamente ligada a la problemática de la pobreza. Pero la pobreza (tanto em su generación como em la eventual erradicación de la misma) no pertence al campo de la beneficencia o de la asistencia social, sino al campo de la economía. La Asistencia Social opera como instrumento mediador entre la economía y los efectos y resultados del modelo económico en vigencia. Desde lo específico del Trabajo Social como profesión,

realizaremos algunos breves comentarios en la línea de contribuir a precisar con quién trabaja nuestra disciplina y cuáles son las problemáticas que aborda. Destacamos la necesidad de develar la función histórica asignada al Trabajo Social desde la perspectiva de las relaciones sociales, lo cual posibilita entender el significado político de la profesión.

ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo de. Avaliação dos atuais programas de proteção social: esgotamento da capacidade gestora. **Revista Temporalis**, ano 6, n. 12, 2000.

Resumo: Trata da avaliação dos programas sociais que ganham centralidade investigativa no Brasil diante do esvaziamento da capacidade gestora das políticas sociais. Estudo de caso na cidade de João Pessoa, Paraíba.

ALMEIDA, Patrícia Cristina P. de. Na contramão do neoliberalismo: o debate da assistência no Serviço Social dos anos 1980. **SER Social**, Brasília, n. 4, p. 263-305, jan./jun. 1999.

ALVES, Adriana Amaral Ferreira. Avaliação da política de assistência social no Brasil neoliberal: instrumento de controle exercido pela população ou sobre a população? **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 92, nov. 2007.

Resumo: O presente estudo voltou-se para os atuais processos de avaliação da Política de Assistência Social no Brasil, que reeditam os tradicionais procedimentos técnico-operativos de controle administrativo-contábil, não tomando como parâmetros os fundamentos constitucionais e a LOAS. Tendo por base o materialismo histórico, procurou-se construir algumas reflexões sobre a condução teórico-metodológica dessas avaliações, no sentido de reorientá-las no exame da realidade e transformá-las em meios capazes de subsidiar a luta coletiva pelo redirecionamento ético-político da assistência social.

AMARO, Sarita. A questão racial na assistência social: um debate emergente. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 81, p. 54, mar. 2005.

Resumo: No Brasil, a questão social e a racial se entrelaçam. Estudos revelam que a maioria pobre é, invariavelmente, negra e, por conseguinte, são negros os

usuários que majoritariamente freqüentam a política de assistência social. Diante disso, preocupa-nos observar, que na política assistencial, a questão racial não venha recebendo significativa atenção. Ocorre que, ao assim secundarizar sua atenção, agudiza-se a questão social do negro e obstaculiza-se seu, já acidentado, acesso à cidadania. Neste artigo, ao tematizarmos essa complexa teia que entrelaça preconceito racial, pobreza e assistência, apresentamos reflexões voltadas à organização de ações efetivamente inclusivas dos afro-descendentes na agenda da política de assistência social, e em última análise, à potencialização de sua cidadania.

ARREGUI, Carola Carbajal. A criação de graus de vulnerabilidade como instrumento de avaliação e monitoramento de programas de transferência de renda. **Revista Temporalis**, ano 6, n. 12, nov. 2006.

Resumo: Tem como objetivos: refletir sobre os desafios do monitoramento e avaliação de programas sociais e apresentar os graus de vulnerabilidade criados pela equipe do IEE da PUC-SP para auxiliar a gestão pública.

BATINI, Odária; **COLIN**, Denise Ratmann A.; **FOWLER**, Marcos. Assistência social, controle e financiamento. **SER Social**, Brasília, n. 7, jul./dez. 2000.

Resumo: A política de assistência social inclui-se ni sistema de proteção social, associada a uma padrão de organização político-intitucional, inserto nas mediações ganhando status de política pública.

BATISTA, Stephanie R. W. Schaefer. A articulação entre o Estado brasileiro e a política da assistência social- limites e possibilidades. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 1, n. 1, nov. 1995.

BEHRING, E.R. A. A ação dos trabalhadores na consolidação da assistência social como direito. **SER Social**, Brasília, n. 12, p. 37-58, 2003.

Resumo: O presente artigo tem como objetivo revelar tendencias no processo histórico de aplicação de recurso realizado pelo governo federal no período de 1997a 2005 no âmbito de política de assistência social e de programas voltados para a infância e juventude a aplicação dos dados possibilita sinalizar pequenas

ampliações de recursos no orçamento da seguridade social. Fortemente influenciada pela continuidade da austeridade fiscal como orientação norteadora da política econômica brasileira. constata-se, ainda, o reduzido crescimento dos recursos ao longo dos anos do governo FHC e Lula.

BELFORI, Mariangela et al. Prática assistencial no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 17, p. 73-89, abr. 1985.

Resumo: O artigo pauta-se no seguinte pressuposto: a assistência enquanto forma de enfrentamento da questão social e enquanto expressão da própria expansão da noção de cidadania. Além disso, o artigo pretende caracterizar a importância do tema face à atual crise brasileira e ao desafio dos Assistentes Sociais de encontrar saídas efetivas para a política assistencial - por ser este historicamente um de seus campos de trabalho; bem como explicitar o marco teórico de referência para o tratamento da questão, trabalhando conceitualmente Assistência, Questão Social e Cidadania. Assistência Social

GRUPO INTERMINISTERIAL DE PESQUISA. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 23, p. 138-156. abr. 1987.

O programa de pesquisa sobre as políticas públicas de assistência social, no contexto das políticas sociais brasileiras, apresentado através deste documento, resulta de um processo articulado a partir de maio de 1985 quando se formou o grupo interministerial de pesquisa.

BERETA, Regina Célia de Souza; **MARTINS**, Lilia C. O. Estado, municipalização e gestão municipal. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 77, p.63-67, mar. 2004.

Resumo: O estudo analisa o perfil das políticas sociais a partir da década de 1980, sob a ótica das reformas do Estado, em especial, com a aprovação da LOAS como marco significativo.

BOSCHETTI, Ivanete et al. A recomposição do campo assistencial: natureza do direito, descentralização e colaboração vigiada. **SER Social**, Brasília, v. 9, p. 217-242, 2001. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/58/92>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: O ponto de partida é o processo de construção da seguridade social instituída pela Constituição de 1988, enfocando, sobretudo, como se deu a inclusão da assistência social nesse sistema e revelando de que modo sua organização aponta para uma redefinição da proteção dos riscos sociais entre a previdência e a assistência social. A análise foi construída com base nas orientações legais contidas na atual Constituição e nas leis de regulamentação das três políticas que compõem a seguridade social (saúde, previdência e assistência), tendo avançado até a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em dezembro de 1993.

BOSCHETTI, Ivanete; **TEIXEIRA**, Sandra Oliveira; **DIAS**, Adriane Tomazelli. A execução orçamentária da política de assistência social e dos programas para crianças e adolescentes. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 85, mar. 2006.

Resumo: A apreensão dos dados possibilita sinalizar pequena ampliação dos recursos no orçamento da seguridade social, fortemente influenciada pela continuidade da austeridade fiscal como orientação norteadora da política econômica brasileira. Constata-se, ainda, o reduzido crescimento dos recursos ao longo dos anos dos governos FHC e Lula.

BRONZO, Carla; **VEIGA**, Laura da. Intersetorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para a prática. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 92, nov. 2007.

Resumo: Na primeira parte do texto é analisada a dimensão conceitual da pobreza e da exclusão e a relação com a perspectiva da transversalidade no desenho de estratégias de enfrentamento. Na segunda parte o foco reside nas dimensões nas quais a perspectiva da intersetorialidade se insere, que foram identificadas como três níveis de ação: nos âmbitos da decisão política, dos arranjos institucionais e da dimensão técnica- operacional das políticas. Na terceira parte a perspectiva da intersetorialidade é alcançada a partir do debate sobre novas formas de gestão local e pela concepção de governança, que amplia a discussão para envolver também uma dimensão mais ampla quanto ao seu significado no âmbito da gestão pública, relacionada com a gestão de redes horizontais e entre níveis de governo.

BUARQUE, Cristovam Buarque; **CASTRO**, Vanessa; **AGUIAR**, Marcelo. Um pouco da história do Bolsa-escola. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 22 n. 66, jul. 2001.

Resumo: O presente artigo conta a origem do programa Bolsa-escola desde 1986 em uma das reuniões do Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneo, da Universidade de Brasília, os impactos do Programa a curto, médio e longo prazos, a avaliação do mesmo no campo educacional, familiar, social e econômico. O artigo também faz referência a disseminação do Bolsa-escola no Brasil, no exterior e com recursos privados.

CAMPOS, Marta Silva. Assistência Social pública- a experiência da secretária municipal do bem-estar social de São Paulo durante o período de 1989 à 1992. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 45, p. 97, ago. 1994.

Resumo: Durante a realização da semana do Serviço Social do ano de 1993 na PUC-SP, a gestão petista frente ao órgão da assistência social do município de São paulo foi auvo de análise importante troca de informações. O evento estimulou e viabilizou a ousadia dessa tentativa de toma-lá como um estudo de caso da prática na assistência social na esfera governamental municipal, para melhor compreender seu significado na formulação e desenvolvimento de uma política assistencial no Brasil.

CAMPOS, Marta Silva; **MIOTO**, Regina Célia Tamasso. Política de assistência social e a posição da família na política social brasileira. **SER Social**, Brasília, n. 12, p. 165-190, 2003. Disponível: http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/281/111. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: O artigo discute o lugar que a família ocupa nos sistemas de proteção social. Considera três propostas analíticas relativas ao tema em pauta: a família do provedor masculino, o “familismo” e a família no Estado de Bem-Estar Social de orientação social-democrata. Analisa a posição da família em nossa política social, mediante exame de elementos legais e operacionais e destaca sua relevância na política de assistência da sociedade brasileira. Considerando as tendências de redução da “capacidade protetora” do grupo familiar, devido a transformações demográficas e culturais e ao empobrecimento da população, sugere regressividade da política social vigente já que a expectativa de solidariedade da sociedade passa a centrar-se irrealisticamente na *família*.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Assistência social no contexto de Estado brasileiro: limites e perspectivas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 46, p. 63-78, abr.1995.

Resumo: O tema remete a uma análise da Assistência Social Pública: Assistência Social como campo de ação estatal. Tal análise exige um esforço preliminar de reflexão para configurar o perfil histórico da Assistência Social no Estado brasileiro.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A política de assistência social no Brasil: dilemas na conquista de sua legitimidade. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 21 n. 62, mar. 2000.

Resumo: Este artigo fala sobre alguns dilemas, ambigüidades e equívocos da Política de Assistência Social, quanto à noção de mínimos e a sua abrangência, bem como sobre o público-alvo da Política. Dessa forma, há a discussão do que são os mínimos sociais, com a afirmação de que a garantia da provisão dos mesmos não é tarefa exclusiva da política de Assistência Social e que o público alvo dessa Política é uma população marcada por máxima desigualdade. Há também a discussão sobre as finalidades da Política de Assistência Social no contexto do reordenamento político institucional que ora ocorre, no conjunto da política social, bem como o apontamento de algumas tensões que se mantêm na pauta quando se aborda a questão da legitimação da política de Assistência Social.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Assistência social: reflexões sobre a política e sua regulação. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 87, 2006. Especial.

Resumo: O artigo destaca os avanços realizados por esta política em sua trajetória recente. Destaca as tensões que ainda mantêm diante das novas exigências de governância e governabilidade social: autonomias partilhadas requeridas entre os entes da federação; efetividade da ação social pública; equidade.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Assistência Social: uma política pública convocada e moldada para constituir-se em “governo paralelo da pobreza”. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 16, dez. 1994.

Resumo: A pobreza é hoje uma questão de preocupação mundial. É tema de discursos de políticos, governos, organismos internacionais. É objeto de

abundantes estudos quantitativos e qualitativos de organismos governamentais e não governamentais locais, regionais, nacionais e supranacionais.

COHN, Amélia; **DRAIBE**, Sônia; **KARSCH**, Úrsula. Desafios atuais para a assistência social: a busca de alternativas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 23, p. 91-111, abr. 1987.

Resumo: O Brasil avança para o ano 2000 carente de uma política social nacionalmente integrada, efetiva e eficaz, edificada sobre as bases e princípios da constituição plena da cidadania, da equidade e da justiça sociais. O país assistiu, a partir da segunda metade desse século, a construção de uma versão medíocre, assistencialista, clientelar e tutelar do Estado do bem-estar, incapaz de assegurar à maioria da população condições mínimas de vida, correspondentes a uma concepção democrática dos direitos básicos do cidadão.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Brasil). Política nacional de assistência social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 80. Encarte para assinante da Revista.

CORDEIRO, José Lucas Cordeiro. Gasto Federal com assistência social e suas fontes de financiamento. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 21 n. 62, mar. 2000.

Resumo: Este artigo tem por objetivo oferecer elementos referentes ao gasto com assistência social do governo federal e suas fontes de financiamento para subsidiar a discussão de gestores e pesquisadores que trabalhem com esse tema. O mesmo divide-se em cinco itens: nos dois primeiros constam-se os marcos jurídicos e institucionais que são considerados importantes para discussão do tema, e a metodologia adotada para obtenção dos dados relativos ao gasto e financiamento da assistência social, com ênfase na questão conceitual do termo; o terceiro apresenta os gastos com assistência social efetuados pela União; no quarto item são analisadas as fontes de financiamento dos gastos da União com assistência social; por fim no quinto são tecidas as considerações finais.

COSTA, Lúcia Cortes da. Reflexões sobre a assistência social em Ponta Grossa. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v.3, 2003.

Resumo: A Política Pública da Assistência Social busca superar a histórica prática da ajuda aos pobres através da efetivação dos direitos sociais. Como uma área de responsabilidade do Estado, configura-se como a política de seguridade social que busca a garantia dos mínimos sociais. A efetivação da política de assistência social deve se dar de forma articulada a rede de entidades beneficentes, sob a forma de parcerias, porém com a primazia da responsabilidade do Estado na condução desta política. Neste texto analisamos a relação entre a gestão pública e as entidades beneficentes na área da política da assistência social em Ponta Grossa.

COSTA, Selma Frossard. A política de assistência no contexto da educação infantil: possibilidades e desafios para um trabalho sócio-educativo. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 6, n. 2, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.ssrevista.uel.br/>> Acesso em: 1 maio 2010.

Resumo: Este texto discute as mudanças que têm ocorrido no âmbito das instituições que atuam com crianças de zero a seis anos, trazidas pelo ordenamento legal e pelas diretrizes atuais da Educação Infantil, no contexto brasileiro. Procura delimitar a sua interface com a Política de Assistência Social, frente às mudanças no atendimento social e educacional e às características peculiares das instituições que atendem crianças oriundas de famílias vulnerabilizadas pela pobreza. Explicita que houve um avanço sem precedentes na proposta para o atendimento às crianças de zero a seis anos, cujo enfoque é prioritariamente educativo. Porém, em se tratando das creches e pré-escolas que atuam na esfera da Assistência Social, há a necessidade de estabelecimento da interface dessas duas políticas setoriais para o cumprimento da função sócio-educativa dos centros de educação infantil.

DEMO, Pedro. Menoridade dos mínimos sociais: encruzilhadas da assistência social no mundo de hoje. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 55, p. 39, nov. 1997.

Resumo: Este trabalho tem como objetivo questionar a proposta assistencial de mover os mínimos sociais, conforme está contida na lei orgânica da assistência social (LOAS) e aparece como expectativa generalizadas em políticas públicas, decorrente da noção sub-reptícia de Welfare State que norteia a visão social da constituição de 1988.

DINIZ, Debora; **SQUINCA**, Flávia; **MEDEIROS**, Marcelo. Qual deficiência? Perícia médica e assistência social no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, nov. 2007.

Resumo: Este artigo analisa o conceito de deficiência adotado pela principal política de transferência de renda para a população portadora de deficiência no Brasil, o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O estudo contrasta os critérios de seleção regulamentados pelo programa aos critérios utilizados pelos médicos peritos encarregados de avaliar e selecionar os beneficiários do programa. Foi realizada uma pesquisa por amostra com 16% do total de médicos peritos no Brasil. O objetivo do questionário foi avaliar a qualidade das instruções, dos formulários e dos procedimentos relativos à elegibilidade das pessoas deficientes ao benefício. Os resultados mostram que há uma divergência entre os critérios formais que regulamentam o BPC e a prática pericial dos médicos que apontam para um alargamento do conceito de deficiência para a inclusão de beneficiários com doenças genéticas, crônicas e infecciosas graves.

ESTEVÃO, Ana Ramos; **NERY**, Cláudia M.; **GOUVEA**, M^a das Graças de. “O leite do Sarney”. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 41, abr. 1993.

Resumo: Este trabalho representa um esforço de reflexão sobre algumas contradições que permeiam a relação da questão da pobreza com a assistência social diante do programa Nacional do leite para crianças carentes e seu caráter causuístico e paternalista das ações governamentais do governo José Sarney.

FALEIROS, Vicente de Paula. A questão da assistência social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 30, p. 91-111, abr.1989.

Resumo: A questão da assistência social parece, à primeira vista, simples de ser tratada. É vista ou como um resíduo de uma forma arcaica de relação na moderna sociedade de mercado, ou como resultado de mal funcionamento do sistema e de outras políticas sociais.

FERNANDEZ, Cristiane Bonfim; **GUIMARÃES**, Jorge Francisco Oliveira. Redes de assistência social. **SER Social**, Brasília, n. 16, p. 103, jan./jul. 2005.

FERREIRA, Ivanete Salette Boschetti. A relação Estado e mercado no processo de constituição da assistência social no Brasil durante o Governo Collor. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 43, dez. 1993.

Resumo: Este estudo busca demonstrar a relação estabelecida entre o Estado e o mercado na estruturação da política de assistência social durante o Governo Collor, bem como identificar os desdobramentos mais específicos dessa relação na constituição e organização da assistência social pública brasileira.

FERREIRA, Ivanete Salette Boschetti. Assistência social: os limites à efetivação do direito. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 0, n. 4, p. 65-74, 1999. Disponível: <dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=2928324>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: A Assistência Social brasileira, reconhecida legalmente como direito social pela Constituição de 1988, enfrentou e enfrenta restrições e limites para ser consolidada como política social. Este texto problematiza e tenta apresentar algumas respostas a essa dificuldade, tendo como referencial a complexa e conflituosa relação entre assistência e trabalho nas sociedades capitalistas. Como impacto dessa relação opera-se um movimento de retrocesso nos direitos conquistados, com crescente focalização dos benefícios, programas, projetos e serviços e redução dos recursos destinados à área assistencial.

FONTENELE, Iolanda Carvalho. A política de assistência social no Brasil: o foco na família e a questão dos mínimos sociais. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 13, n. 2, jul. 2007.

FREITAS, Leana Oliveira. Ensaio inicial sobre pobreza e desigualdade social: indicações políticas para a política de assistência social. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 8, n. 2, p. 93, jul./dez. 2004.

Resumo: Este artigo discute a questão enfrentamento da pobreza e da desigualdade no escopo das Políticas Públicas de Assistência Social. De natureza teórica, realiza, em um primeiro momento, um exercício para compreensão das categorias pobreza e desigualdade, marcando-lhes as diferenças. Apresenta algumas abordagens sobre pobreza, destacando a tendência do pensamento econômico em associar a sua eliminação com o crescimento econômico. Discute também a prevalência do parâmetro da renda e do conceito absoluto de pobreza

na elaboração dos programas sociais que têm funcionado como mecanismos institucionais reiterativos do fenômeno. Reconhecendo o alcance limitado das Políticas Públicas de assistência social. Defende que as diferentes modalidades de atenção social, que compõem a proteção social brasileira, podem, desde que articuladas, assumir caráter preventivo se objetivam o enfrentamento da desigualdade social.

GOMES, Ana Lígia. Assistência social e benefício de prestação continuada (em tempos de revisão) – um direito garantido? **Revista Katálisis**, Florianópolis, n. 4, p.93-100, 1999. Disponível: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6260/5834>>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: O artigo analisa a relação e a articulação do Benefício de Prestação Continuada com a garantia do direito à Assistência Social, preconizadas na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social LOAS, promulgada em 1993. Discute a concepção do benefício, como um direito certo e regular, face ao conjunto de provisões que devem compor uma política de Assistência Social, capaz de propiciar o atendimento às necessidades básicas de quem dela demandar. Sumaria as marchas e contramarchas do processo de regulamentação do Benefício, demonstrando sua direção reducionista, culminando com o recente processo de revisão da concessão que atingirá quase 500 mil idosos e pessoas portadoras de deficiência.

GOMES, Ana Lígia. O benefício de prestação continuada: uma trajetória de retrocessos e limites. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 22 n. 68, p. 111-139, nov. 2001.

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar e oferecer para debate uma avaliação crítica da trajetória de efetivação do benefício de prestação continuada, na oportunidade da realização da III Conferência Nacional de Assistência Social – CNAS. Tem por referência uma pesquisa mais ampla acerca do benefício, em sua tradução e qualidade, de direito da assistência social, desde seu anúncio a sua efetivação para com os destinatários.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; **ROCHA**, Maria Aparecida Marques da. Transformações no mundo do trabalho: repercussões no mercado de trabalho do assistente social a partir da criação da LOAS. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 7, n.1, 2008.

Resumo: O objetivo deste artigo é demonstrar de que forma as transformações societárias produzidas pela forma de acumulação capitalista, estão refletindo hoje no mercado de trabalho do assistente social no Estado do Rio Grande do Sul. Para compor esta análise partimos do eixo de reflexão que trata das transformações societárias e a crise do capital no contexto internacional e como ocorrem tais repercussões na sociedade brasileira e conseqüentemente seus desdobramentos no mercado de trabalho do assistente social com a criação da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social. As conclusões avaliam que houve uma absorção do mercado pelo profissional de Serviço Social, no entanto isto não significa que houve redução das taxas de desemprego e tão pouco uma melhora nas condições de trabalho.

GUIMARÃES, Simone. Resenha do livro Classes subalternas e assistência social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 46 , p. 163, dez. 1994.

Resumo: O livro classes subalternas e assistência social oriinalmente tem suas raízes na tese de doutorado Maria carmelita Yazbek pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC. Publicado pela Cortez, em 1993, traz importantes e inovadoras discussões sobre a questão da assistência social na relação com as classes subalternizadas.

JONAS, Liz Clara de Campos. Sistemas de informação na assistência social e parâmetros ético-políticos. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 5, n. 1, jul./dez. 2002.

Resumo: O presente trabalho formula uma reflexão sobre os parâmetros ético-políticos na construção dos sistemas de informações, especificamente sobre a construção dos sistemas de informação na área da assistência social. Possibilita a análise das questões intencionais que estão subjacentes no momento de opção pela construção de um dado sistema e realiza a análise de alguns sistemas de informação. Nestes, pode-se constatar o quanto é urgente e necessária a incorporação, pelos profissionais da área social, destas novas ferramentas de trabalho. Torna-se evidente a necessidade de conhecer a lógica que preside o desenho dos sistemas informáticos e telemáticos de modo a redirecioná-los, abrindo novos caminhos. O conhecimento propiciado por este estudo permite apontar alguns parâmetros necessários para a construção, na área da assistência, de um sistema voltado não apenas para o gerenciamento de ações, mas que também ofereça a possibilidade de sustentar novos modos de criação de redes sociais e políticas e novas formas de participação democrática.

JUNCA, Denise Chrysóstomo de Moura. Nas fronteiras da subalternidade. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 89, mar. 2007.

Resumo: Ajuda ou direito? Esta é uma interrogação que se movimenta nessa análise, problematizando as implicações de tais programas, tendo em vista não apenas sua concepção, mas, sobretudo, as condições de sua operacionalização e os possíveis impactos provocados no cotidiano das famílias.

LANZETTI, Maria José Souza; **MARTINS**, Valdete de Barros. Os oito anos da política de assistência social no governo popular de Mato Grosso do Sul. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 91, 2007. Especial.

Resumo: Este texto apresenta a experiência vivenciada pelas autoras no processo de implantação do sistema descentralizado e participativo da assistência social em Mato Grosso do Sul, durante os oito anos do governo popular. Destaca a atuação dos diferentes atores, revisitando o papel desempenhado pela LBA, escritório da SAS e do Órgão Gestor Estadual, bem como dos municípios e das instâncias de controle social. Relata a trajetória iniciada antes da aprovação da LOAS, as dificuldades encontradas, os avanços e desafios, e traz um reflexo sobre o papel do Estado.

LIMA, Angela Maria de Lourdes Dayrell de. A descentralização, o ambiente e as mudanças organizacionais da política de assistência social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 73, p. 23-45, mar. 2003.

Resumo: Este artigo objetiva analisar a instância federal de governo, em que se definem as diretrizes, a proposta política e se estabelecem as condições organizacionais para efetivar o processo de descentralização da política de Assistência Social. Estudos recentes indicam que as ações das unidades de governo dependem em grande parte de uma ação indutiva do governo federal e que esse pode, por meio de programas concebidos para tal fim, induzir decisões e comportamentos nos primeiros. Portanto, o governo federal é o principal agente indutor, uma vez que as políticas deliberadas da União têm impacto sobre as decisões políticas das outras unidades de governo e que tais decisões são, em muitas vezes, uma reação às primeiras (PETERSON, apud ARRETCHE, 1998).

LIMA, Ângela Dayrell de. As regras legais e o processo de descentralização da assistência social. **SER Social**, Brasília, n. 12, p. 87-114, jan./jun. 2003.

Disponível: <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/issue/view/23>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Este artigo pretende sistematizar os traços mais marcantes da trajetória da descentralização da assistência social, a partir do período de implementação da LOAS (1995 a 2000) desencadeada pelo governo federal. O referencial analítico utilizado considerou o exame da descentralização, tendo como marco a reforma do Estado, e o exame da dimensão normativa, analisada por meio da variável institucional *regras legais*. O marco legal é que estabelece as diretrizes básicas, delineando definições, diretrizes e, principalmente, indicando por onde irão transitar os diversos atores, determinando os procedimentos que colaboram ou não para estruturação do formato institucional da assistência social.

LONARDONI, Eliana et al. O processo de afirmação da assistência social como política social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 8, n. 2, jan./jun. 2006.

Resumo: Este artigo busca responder as indagações iniciais de alunas-pesquisadoras, sobre a Política de Assistência Social. Surge no contexto de discussão teórico-crítica do grupo de iniciação científica que investiga a temática na 10ª região administrativa do Estado de São Paulo. Pretende apresentar, de modo sucinto, um quadro de análise do processo de afirmação da assistência social como política social, a partir do disposto na Constituição Federal de 1988 - CF/88 e na Lei Orgânica da Assistência Social de 1993 - LOAS/93. Busca compreender os elementos centrais que contribuíram para que a assistência social alcançasse o status de política social, de direito do cidadão e dever do Estado e os movimentos de mudanças, tensões e propostas decorrentes.

LOPES, José Rogério. Ética, mercado de trabalho e atuação profissional no campo da assistência social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 54, p. 63, jul. 1997.

Resumo: As discussões e publicações recentes que abordam a questão da ética, principalmente em análises sobre processos sociais que envolvem categorias profissionais no exercício de suas funções, têm buscado fundamentar argumentos e explicações na relação entre formação e atuação profissional, muitas vezes negligenciando a influência do mercado de trabalho sobre essa relação.

LOPES, José Rogério. Mínimos sociais, cidadania e assistência social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 58, nov. 1998.

Resumo: Esse artigo originou-se da conferência realizada pelo autor na abertura da III Conferência Municipal de Assistência Social de Porto Alegre, RS, em 12/09/1997. É abordado no texto o conceito de mínimos sociais que foi integrado à LOAS em 1993, sendo considerada um avanço nos textos de lei da época. De forma geral, o artigo faz um resgate histórico das lutas e perspectivas pelo reconhecimento da assistência.

LOPES, Márcia Helena Carvalho. O Tempo do SUAS. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 87, p.76, mar.2006. Especial.

Resumo: A história da política pública de assistência social é desenvolvida no centro de um projeto político que a garante no campo efetivo da seguridade social brasileira. O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, nesta perspectiva, é o novo modelo de gestão que dá efetividade a um planejamento nacionalmente pactuado. Tendo como parâmetro um projeto de desenvolvimento social em curso, a integração de políticas de proteção social já apresentam resultados incontestáveis para a alteração da vida de milhões de brasileiros.

MACIEL, Heloisa Helena Mesquita. Rede de assistência social: futuro ou presente? **Revista Katálys**, Florianópolis, n. 4, p. 89-92, set. 2008.

Resumo: A concepção de REDE como estratégia nos dias atuais para que nova visão e nova prática se dê nos serviços prestados à população usuária da assistência social é um desafio. Tal desafio, envolve os atores comprometidos com a efetivação de uma Política Pública de Assistência Social, entre os quais Fóruns Populares e Conselhos estão incluídos. A concepção de REDE requer mudança de conceito, onde o direito de cidadania passe a ser uma prioridade e a interface entre os serviços e com a própria dinâmica administrativa de cada município seja uma realidade. Requer um amplo debate com a sociedade onde a LOAS também entre na pauta, para que a REDE seja mais que o futuro, presente na vida de cada cidadão.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; **MAIA**, Rousiley Celi Moreira. Dimensões da autonomia no combate à pobreza: o Programa Bolsa-Família sob a perspectiva das beneficiárias. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 92, nov. 2007.

Resumo: A abordagem do artigo privilegia a relação das beneficiárias com o programa, valor conferido ao trabalho como principal forma de escapar da pobreza e a busca por reconhecimento, direitos e cidadania. Argumenta-se que a exclusão pública e a falta de autonomia política das beneficiárias não impedem que, por meio de suas conversações e práticas cotidianas, elas ofereçam importantes contribuições ao amplo debate público sobre as políticas sociais desenvolvidas no contexto brasileiro. A fim de captar a perspectiva das beneficiárias acerca de tal programam, foram realizados grupos de discussão em duas cidades da região sudeste: Belo Horizonte (MG) e Campinas (SP).

MARTINS, Valdete de Barros; **PAIVA**, Beatriz Augusto. A implantação da LOAS: uma nova agenda para a cidadania no governo Lula. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 73, p. 46-74, mar. 2003.

Resumo: Este documento contribui para subsidiar o diagnóstico de gestão e concretizar o compromisso com a implantação da política de assistência social na perspectiva democrático-popular pelo Governo Lula. O relatório condensa as discussões temáticas e as análises qualitativas referentes à implantação da LOAS nº 8.742/93, dispositivo regulamentador de direito à Seguridade Social. O documento contempla os seguintes itens, referidos à Política de Assistência Social: 1) O Sistema Descentralizado e Participativo; 2) Os programas e Ações Estruturantes; 3) As interfaces entre a LOAS e o Programa Fome Zero; 4) O Financiamento Federal; 5) As principais Deliberações das Conferências Nacionais.

MEDEIROS, Marcelo; **BRITTO**, Tatiana; **SOARES**, Fábio. Transferência de renda no Brasil. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n.79, nov. 2007.

Resumo: O artigo apresenta os dois principais programas focalizados de transferência de renda no Brasil, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF). Discute aspectos institucionais dos programas, sua sustentabilidade de longo prazo, o público atendido e o grau de focalização, a necessidade de condicionalidades, os efeitos das transferências sobre a participação no mercado de trabalho e sobre a contribuição para a previdência. Conclui que os programas estão cumprindo a função a que se destinam, têm bom desempenho em comparações internacionais e apresentam custo compatível com a capacidade orçamentária brasileira sem, aparentemente, ter efeitos negativos sobre os incentivos para o trabalho e a contribuição previdenciária.

MENDONÇA, Maria Helena Magalhães de. O desafio da política de atendimento à infância e à adolescência na construção de políticas públicas equitativas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.18, suplemento, 2002.

Resumo: O trabalho analisou a nova política social que se configurou pela assimilação da noção de proteção social integral com vistas à equidade. Os seus pressupostos marcaram a reforma social contida no texto constitucional de 1988 e nas leis regulamentadoras dos direitos assegurados assistência social, saúde e educação públicas nos anos 90. Mostrou-se que, no contexto precedente, a população jovem no Brasil apresentava situação de grande vulnerabilidade, em face da sua posição na estrutura social, reforçada pelo acesso diferenciado a bens e serviços públicos. A análise da política de atendimento para a infância e adolescência, que enfatizou a intersetorialidade e redefiniu os programas e ações sociais e de saúde, nos anos 90, não pretendeu ser conclusiva, mas apontou algumas tendências na reordenação da política de assistência pública para o população jovem pobre, compatíveis com alguns avanços dos indicadores sociais de vulnerabilidade na área da saúde, educação e trabalho na década.

MESQUITA, Marluce de Queiroz M. et al. Assistência Social na atual conjuntura. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 36, p. 136-143, ago. 1991.

Resumo: A reflexão a que nos propomos nessa tese é fruto das discussões que o sindicato dos Assistentes Sociais e outras entidades vêm realizando com a categoria, objetivando contribuir na formulação de uma proposta de Assistência, articulada com o processo de organização dos trabalhadores.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. A centralidade da família na política de assistência social: contribuições para o debate. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 8, n. 1, p. 133, jan./jun. 2004.

Resumo: Neste artigo discute-se a centralidade da família na política de Assistência Social, o que significa a superação da focalização da atenção em segmentos ou situações de risco. Considera-se a família, independente dos modelos que assume, como um espaço privilegiado na história da humanidade onde aprendemos a ser e a conviver, também que as transformações da família estão intrinsecamente e dialeticamente condicionadas as transformações societárias contemporâneas. Assim, o artigo está organizado em dois momentos: o primeiro trata da análise que a idéia de centralidade da família pode seguir no âmbito da política da Assistência Social, ancorada no reconhecimento da importância da família no contexto da vida social. A discussão da família no âmbito das políticas sociais

tem se encaminhado a partir de duas perspectivas distintas: uma que defende a centralidade da família, apostando na sua capacidade imanente de cuidado e proteção, portanto, vê a família como o centro de cuidado e da proteção por excelência; e a outra entende que, a capacidade de cuidado e proteção da família estão diretamente relacionadas ao cuidado e à proteção que lhes são garantidos através das políticas sociais, especialmente das políticas públicas. No segundo momento coloca-se em evidência alguns desafios que a operacionalização de uma política com centralidade na família impõe a seus formuladores e operadores.

MOTA, Ana Elizabete; **MARANHÃO**, César Henrique; **SITCOVSKY**, Marcelo. O sistema único de assistência social e a formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 87, 2006. Especial.

Resumo: Este texto trata sobre a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, seu novo mecanismo de gestão, que é o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e a formação profissional em Serviço Social. O ensaio está estruturado em quatro itens que abordam as tendências da seguridade social brasileira, nas quais se incluem a assistência social, o desenho da PNAS e do SUAS, seguindo-se de uma reflexão sobre as competências do Serviço Social e seus rebatimentos na formação profissional. O artigo enfatiza os requerimentos postos pela PNAS à ação dos Assistentes Sociais e à sua formação profissional, identificando as mediações que conectam as singularidades dessa política vis-a-vis o arcabouço das Diretrizes Curriculares e do Projeto Ético-Político Profissional.

MOTA, Ana Elizabete. O pacto da assistência: articulações entre empresas e estado. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 30, abr.1989.

Resumo: Historicamente, a prestação de serviços sociais está relacionada à luta das classes subalternas, tanto pelo consumo de bens e serviços que lhes assegure a sobrevivência, como pela institucionalização do acesso a esse consumo – o exercício dos direitos sociais e políticos, entretanto o perfil estrutural da assistência só se delinea a partir da direção imprimida pelos setores dominantes – aparelhos do Estado, Igrejas e empresariado – no bojo das ações políticas e econômicas utilizadas no enfrentamento da questão social.

MUNIZ, Egli. SUAS e os serviços socioassistenciais. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 88, p. 139-159, dez. 2006.

Resumo: Este artigo discute o papel do Estado na provisão dos serviços. Conclui que o Brasil, que a bem pouco tempo não possuía regulamentação a respeito, dá hoje a devida ênfase a essa importante forma de provisão da assistência social, embora alguns avanços sejam necessários para que se imprima maior visibilidade e identidade à assistência social em todo território nacional, dado seu peso na provisão dessa política.

NOGAROLI, Marisa Menezes Pinto. Dimensão da operacionalidade da LOAS no âmbito dos municípios. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 46, p. 55-62, abr. 1995.

Resumo: A promulgação da LOAS, mais do que trazer no seu bojo a criação de alguns benefícios básicos, constitui-se numa mudança na relação entre Estado e Sociedade no que concerne a novas formas políticas e administrativas de enfrentamento da pobreza e da exclusão social produzidas com base na contradição estrutural do capitalismo brasileiro.

OKABAYASHI, Rosa Yoko. Lei orgânica da assistência social (LOAS): uma reflexão preliminar sobre a descentralização da assistência e a universalização dos direitos sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v.1, n.1, jul./dez. 1998. Disponível em: <<http://www.sservista.uel.br/>>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: Uma reflexão preliminar sobre a descentralização da assistência e a universalização dos direitos sociais.

OLIVEIRA, Cláudia Hochheim; **PINTO**, Maira Meira. Política de assistência social e cidadania no Brasil hoje: alguns elementos para discussão. **Revista Katálýsys**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 46-58, 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/issue/view/217>>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: O tema deste artigo reveste-se de especial importância se for considerada a atual situação de pobreza e indigência em que se encontram parcelas expressivas da população brasileira. É evidente que o país necessita de efetivas políticas sociais sérias de combate à pobreza, sob o risco de deixar a população completamente fragilizada ante qualquer realidade internacional. A atual hegemonia do pensamento neoliberal contribui para agudizar este quadro e ainda reforça a progressiva retirada do Estado no que tange à efetivação de políticas sociais. É intenção deste artigo introduzir brevemente o processo histórico de constituição das políticas sociais, procurando vislumbrar sua conformação no quadro brasileiro. No prosseguimento, busca-se subsidiar com alguns elementos iniciais a discussão

acerca do atual momento das políticas sociais brasileiras, especificamente no que tange à política de assistência social, que se inscreve no tripé da seguridade social, juntamente com a saúde e a previdência. A municipalização da assistência é problematizada e refletida à luz de algumas de suas questões centrais.

OLIVEIRA, Heloisa Maria José de. Controle social e assistência social: o desafio impossível. **Revista Katálýsys**, Florianópolis, v. 0, n. 4, p. 37-50, 1999. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6251/5829>>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: O presente artigo discute o Controle Social da política pública de Assistência Social. De início, situa o debate contemporâneo acerca dessa política e, a seguir, problematiza o Controle Social no âmbito de três perspectivas distintas: a da sociedade de controle, no sentido que lhe é dado por Michel Foucault, a da Reforma do Estado brasileiro e a da política de Assistência Social. Ao final, procura pontuar os limites e desafios a serem vencidos pela sociedade, para exercer o Controle, no sentido de oferecer subsídios à efetivação da Assistência Social em bases democráticas e participativas.

OLIVEIRA, Íris Maria de. Direitos, cultura de direitos e assistência social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 89, p. 5-31, mar. 2007.

Resumo: Este artigo apresenta o debate sobre a questão historicamente, a crítica à concepção de direitos formulada por Marshall, os aspectos fundamentais da efetivação de direitos na sociedade brasileira e analisa as possibilidades para afirmação de uma cultura de direitos no âmbito da assistência social tendo como referência a efetivação dos princípios e diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

OLIVEIRA, Valéria Rezende de. Política de assistência social no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 31, p. 98-118, set./dez. 1989.

PAIVA, Beatriz Augusto de. Assistência social e políticas sociais no Brasil: configuração histórica, contradições e perspectivas. **Revista Katálýsys**, Florianópolis, v.0, n. 4, p. 11-34, 1999. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6250/5828>>. Acesso em: 23 set. 2009.

Resumo: Este trabalho objetiva analisar os processos econômico-sociais nos quais produziram-se as políticas sociais públicas no Brasil. Pretende ainda buscar e solidificar conhecimentos adequados acerca dos significados particulares de cada configuração sociopolítica das estratégias afetas ao campo da proteção social, utilizando-se de uma percepção crítica historiográfica sobre a formação social e econômica nacional. Ao mesmo tempo procura realizar também, aproveitando-se de uma grade conceitual comum, uma interpretação histórico cultural a respeito do país, decifrando suas contradições e reconstruindo suas determinações sociais e políticas.

PAIVA, Beatriz Augusto de. O SUAS e os direitos socioassistenciais: a universalização da seguridade social em debate. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 87, p. 5-24, mar. 2006. Especial.

Resumo: Este artigo tem como objetivo desenvolver uma problematização preliminar de categorias e de questões que compõe o universo temático da política pública de assistência social, notadamente no sentido de contribuir para a demarcação mais precisa do campo dos direitos socioassistenciais no âmbito da seguridade social. O desafio que se impõem, assim, é o de elaborar e depois enriquecer, com o debate teórico político formentado pelo espaço privilegiado da revista *Serviço Social e Sociedade*, uma cartografia de conceitos que subsidie os rumos da reorganização e prestação dos benefícios e serviços socioassistenciais a serem prestados pelo centro de referência da assistência social (nos níveis de proteção básica e especial) com maior sintonia com os pressupostos democratizadores que a área social requer.

PAIVA, Beatriz Augusto; **ROCHA**, Paulo Eduardo. O financiamento da política de assistência social em perspectiva. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 22 n. 68, p. 49-75, nov. 2001.

Resumo: Esse artigo apresenta alguns impactos da política econômica no financiamento da seguridade social, bem como faz uma discussão acerca do financiamento da assistência social e o orçamento da Seguridade Social. Concluiu que a amplitude das demandas, em confronto com a timidez dos recursos, revela a incongruência das emanações constitucionais afirmadas em 1988, a respeito do sistema público de proteção social em relação as intenções evidenciadas no exame da Política Orçamentária e Econômica em geral.

PALMA, Luiz A. S.; **STANISCI**, Sílvia A. Mínimos sociais: quê! **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 55, nov. 1997.

Resumo: Os mínimos sociais estão assegurados como um direito dos cidadãos brasileiros que devem ter atendidas suas necessidades básicas. Seu provimento cabe à assistência social, definida como política de seguridade social não contributiva, a ser prestada a quem dela precisar.

PASTOR, Márcia. A democratização da gestão da política de assistência social: fragmentos de um estudo. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/983/3875>>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Este artigo discute o acesso à informação como um dos aspectos constituintes da gestão democrática a partir da experiência da política de assistência social em Londrina, Paraná, no período compreendido entre 2001 e 2004. Traz apontamentos sobre democratização e gestão e examina as visões dos sujeitos envolvidos na efetivação desta política pública. Os dados coletados através de pesquisa documental e de entrevistas semi-estruturadas com gestores, conselheiros municipais, dirigentes de entidades sociais, assistentes sociais e usuários, que compuseram a tese de doutorado da autora, revelaram o entendimento da democratização como viabilização do acesso aos direitos sociais e à participação. O acesso às informações evidenciou-se como elemento qualificador da gestão democrática e como princípio incorporado na prática dos gestores e profissionais.

PASTOR, Márcia et al. A participação dos usuários nas Pré-Conferências e na VII Conferência Municipal de Assistência Social em Londrina, Paraná em 2007. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v.10, n.2, jan./jul. 1998.

Resumo: O presente artigo apresenta resultados parciais da Pesquisa. A participação dos usuários na formulação e avaliação da Política de Assistência Social em Londrina através dos Centros Regionais de Assistência Social, desenvolvida pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Discute a participação dos usuários nas pré-conferências municipais de Assistência Social de Londrina; bem como o processo eleitoral dos representantes dos usuários durante a VII Conferência Municipal de Assistência Social, realizada em 2007.

PAULA, Renato Francisco dos Santos. Informe-se: compromissos e responsabilidades para assegurar proteção social pelo SUAS: o marco histórico da VI Conferência Nacional de Assistência Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 93, mar. 2008.

Resumo: O presente texto objetiva trazer algumas notas informativas sobre a VI Conferência Nacional de Assistência Social e sua relação com a implementação do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

PAULILLO, Maria Ângela Silveira et al. O SUAS em Londrina: dados preliminares. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 8, n. 2, jan./jun. 2006.

Resumo: O presente artigo apresenta dados preliminares de uma pesquisa mais ampla que tem por objetivo central a analisar a correspondência entre propostas e resultados no processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social. Seu objeto tem como recorte a Proteção Social Básica. Sua matriz analítica tem como eixo a avaliação de processo e a metodologia de coleta inclui pesquisa documental e pesquisa de campo. Os dados aqui analisados fazem parte do projeto piloto que tem como amostra o município de Londrina. A pesquisa encontra-se em sua fase inicial e seus primeiros resultados foram extraídos de trabalho de campo realizado em quatro Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, localizados nas regiões Norte, Sul, Leste e Oeste. As conclusões apontam que as unidades de CRAS, como espaços viabilizadores da prestação de serviços relacionados à proteção social básica de forma descentralizada, constituem-se na porta de entrada para a garantia das seguranças previstas na NOB/2004. Neste momento da pesquisa, pode-se observar a fase de ordenamento na qual se encontram os CRASs no que concerne às suas demandas e atribuições.

PEREIRA, Maria Angela Rocha. Construindo um novo tempo: a experiência de Minas no campo de assistência como direito social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 46, p. 34-54, abr. 1995.

Resumo: Este documento constituiu-se num aprimoramento de textos anteriores, com o intuito de contribuir para a atualização de debate no campo da implementação da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS no Estado.

PEREIRA, Maria Eunice Ferreira Damasceno et al. Pobreza e justiça social: eixos articuladores dos programas de transferência de renda. **Revista Temporalis**, ano 6, n. 12, nov. 2006.

Resumo: Aborda os diferentes dilemas dos programas de transferência de renda no país, enquanto mecanismo de enfrentamento da exclusão social por meio de ações focalizadas, cuja definição subordina-se aos ditames da redução de gastos no contexto da reforma do estado.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. A assistência social prevista na Constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS. **SER Social**, Brasília, n. 20, p. 63-84, jun./jul. 2007. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/251/126>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Este artigo trata das transformações sofridas pela Assistência Social brasileira no curso da história, particularmente após a sua pioneira inserção na vigente Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988. Seu foco central é a Política Nacional de Assistência (PNAS), de 2004, e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que, a partir daquele ano, inauguraram um novo aparato normativo e institucional para essa área à semelhança do que já vinha sendo adotado na da Saúde. O artigo descreve e analisa os aspectos principais desse novo aparato para, ao final, tecer considerações críticas sobre a sua conveniência teórico-conceitual e possibilidades políticas.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. A política social no contexto da seguridade social e do Welfare State: a particularidade da assistência social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 56, 1998.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. As interfaces da assistência social: destaque à relação com a política de transporte. **SER Social**, Brasília, n. 12, p. 245-258, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/284/109>.

Resumo: Dois são os principais propósitos deste ensaio: a) ratificar a existência de interfaces entre a política de assistência social e as demais políticas públicas (econômicas e sociais), as quais podem ser trabalhadas em prol da extensão da cidadania; b) contradizer a tendência tecnocrática de separar as políticas públicas em setores para conferir-lhes conteúdo próprio. Para ilustrar os argumentos apresentados destaca-se a relação entre a política de assistência e a política de transporte, mostrando que elas podem manter vínculos orgânicos entre si sem perder as suas identidades.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Assistência social: centralização e exclusão social: duplo entrave à política de assistência social. **SER Social**, Brasília, n. 3, p. 119-133, jul./dez.1998. Disponível: <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/201/99>.

Resumo: Tomando como referência os conceitos de descentralização político-administrativa (por oposição à centralização) e inclusão social (por oposição à exclusão), farei uma breve análise do significado e do alcance histórico-social desses dois conceitos, para, depois, inseri-los na discussão sobre os impasses atuais da política de assistência social na realidade brasileira.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Como conjugar especificidade e intersetorialidade na concepção e implementação da política de assistência social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 77, p. 54-62, mar. 2004.

Resumo: O presente artigo trata da questão intersetorialidade e da interdisciplinaridade da política de assistência social, a partir de sua conceituação como política pública nos marcos da cidadania e da democracia ampliada. Parte da crítica do estreito legado histórico da assistência, que a segrega e marginaliza, e da sua secular vinculação com o conceito de pobreza absoluta, para reconceituá-la como processo complexo indissociável das demais políticas públicas (sociais e econômicas) embora dotada de características próprias. Por isso, recomenda considerar a assistência social como uma política pública particular, e não como política setorial.

OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. Cultura política e assistência social: desafios à consolidação de uma singular política pública no âmbito da proteção social. **SER Social**, Brasília, n. 12, p. 9-36, 2003. Disponível: <http://www.red.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/275/112>.

Resumo: O presente artigo discute a Política de Assistência Social no contexto dos sistemas de proteção social, sob a ótica da Cultura Política. Estudos nesse campo têm revelado sua pertinência no sentido de apontar alguns dos limites que se impõem à consolidação da Assistência Social em uma perspectiva democrática e cidadã. Diferentes atitudes e orientações, marcadas pela lógica do clientelismo e do favor e estimuladoras do atendimento residual e focalista às demandas sociais, minam o reconhecimento dessa política como pública, inviabilizando suas prerrogativas legais inscritas na Constituição e na Lei Orgânica da Assistência Social. O objetivo deste ensaio, portanto, é indicar algumas tendências presentes na Cultura Política da Assistência Social, de modo a contribuir para o desvelamento de seus dilemas e perspectivas no âmbito da proteção social.

PINHEIRO, Márcia Maria Biondi. CNAS: Consolidando o direito do cidadão. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 88, dez. 2006.

Resumo: O artigo aborda a recente trajetória do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), gestão 2004-06. Essa gestão aprovou a Política Nacional de Assistência Social e a norma que a operacionaliza, bem como enfrentou dívidas históricas do movimento nessa área com a sociedade, regulamentando conceitos há muito desejado. Nesse sentido, pode-se dizer que a mesma ampliará a visão da assistência social como política pública de Estado, alicerçada de direitos.

RAICHELIS, Raquel; **PAZ**, Rosângela. Fórum Nacional de assistência social: novo marco de interlocução entre sociedade civil e governo federal. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 20, n. 61, nov. 1999.

Resumo: O texto aborda sobre o momento difícil que a assistência social enfrentou e/ou enfrenta no país, em uma conjuntura de desconstrução das políticas sociais. Tendo em vista o ajuste fiscal, os acordos com o FMI e a adoção de reformas neoliberais. Para discutir assuntos referentes a assistência social foi proposto a criação de um Fórum da sociedade civil no âmbito da política de assistência social a fim de formarem um espaço de articulação da sociedade civil que busque resistir ao assistencialismo e a refilantropização da política da assistência social, impulsionadas pelo ideário neoliberal, e formular proposições alternativas de políticas, programas e regulamentações nessa área. Diante disso no dia 19 de agosto de 1999 foi criado o Fórum Nacional de Assistência Social-FNAS. Esse fórum foi resultado da iniciativa de um conjunto significativo de organizações da sociedade civil que atuam no campo da assistência em diferentes níveis, especialmente nos conselhos de gestão, acompanhando e monitorando a execução da política e a aplicação dos recursos políticos da área.

REIS, Carlos Nelson dos; **HERPICH**, Marta Carrer. Exclusão social e descentralização político-administrativa: a especificidade da política de assistência social. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 2, n.1, 2003.

Resumo: Ao longo dos anos 80, em paralelo ao processo de reestruturação industrial das economias desenvolvidas, o termo exclusão social ganha destaque e passa a fazer parte da agenda dos principais congressos internacionais. A exclusão social é um fenômeno que abrange diferentes formas e níveis. Sua definição se objetiva a partir da situação e do momento político, econômico e social de cada local ou região onde o fenômeno esteja ocorrendo. Neste mesmo período, vem sendo aprofundado um conjunto de reformas institucionais que redefinem a ação estatal

nas atividades produtivas e de serviços. No Brasil essa redefinição, no que respeita à esfera da produção, vem sendo efetivada, em partes, pela privatização das empresas estatais e, no referente a serviços tais como, saúde, educação e assistência social, a redefinição está sendo implementada por meio de um processo de descentralização que tem evidenciado alguma inconsistência. O presente texto busca confrontar a questão da exclusão social com a descentralização administrativa da assistência social. Para tanto, inicia tratando da complexidade que envolve o fenômeno exclusão social e, posteriormente, mostra alguns pontos da inconsistente descentralização da assistência social, tendo como referência a cidade de Caxias do Sul.

REIS, Carlos Nelson dos; **PESTANO**, Cíntia Ribes. A especificidade da assistência social: algumas notas reflexivas. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 5, n.1, 2006.

Resumo: O presente artigo tem por objetivo oferecer uma contribuição ao debate sobre as especificidades da política de Assistência Social. Para tanto, procede a análise dos fundamentos legais e da produção teórica acerca desta política, que possui uma trajetória de avanços. Entretanto verificou-se, do conjunto de atividades, que a concretizam, provavelmente em razão do seu caráter universalizante, uma atribuição específica em ações na área da acolhida, convívio e rendimentos, com ênfase nas duas primeiras. Como considerações finais, indica-se a necessidade de dar seguimento ao estudo das especificidades da política de Assistência Social, aprofundando o debate na construção do significado desta política social.

RIZOTTI, Maria Luiza Amaral. A política de assistência social: uma análise à luz da democratização da gestão. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 4, n. 1, jan./jun. 2001.

Resumo: O presente artigo é resultado de pesquisa realizada por ocasião da elaboração da tese de doutorado, cujo objetivo foi analisar o desempenho da política de assistência social em nível local (região da AMEPAR), mais especificamente, a influência dos conselhos municipais de assistência social na democratização desta política. O estudo teve como marcos, a promulgação da Constituição Federal de 88 e a Lei Orgânica da Assistência Social de dezembro de 1993.

RODRIGUES, Mavi. Assistencialização da seguridade e do Serviço Social no Rio de Janeiro: notas críticas de um retrocesso. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 91, 2007. Especial.

Resumo: Este artigo sustenta uma hipótese polêmica: a de que, desde 2001, com a criação do Sistema Municipal de Assistência (Simas), no âmbito da prefeitura do Rio de Janeiro, está em curso um processo de assistencialização da Seguridade Social e do Serviço Social. Tal processo, bastante paradoxal, porque se pauta por um investimento maciço na assistência social, aparenta, por um lado, responder as demandas legítimas dos setores mais críticos e progressistas do Serviço Social e da sociedade brasileira, mas, por outro, colide com o Projeto Ético-Político e com as conquistas alcançadas nas legislações sociais advindas da Constituição Federal de 1988.

SALLES, Vanuza Vieira Marini; **PAULILLO**, Maria Ângela Silveira. O Plano Municipal de Assistência Social 2007: como instrumento de mensuração de vulnerabilidades sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 9, n. 2, jan./jun. 2007.

Resumo: O presente artigo pretende demonstrar que o Plano Municipal de Assistência Social/2007, como instrumento democrático de mensuração dos indicadores de vulnerabilidade dos usuários da Política de Assistência Social, não serve para a proposição de ações nas três esferas de governo. Conseqüentemente, não serve para atender o objetivo proposto para VII Conferência Estadual de Assistência Social, ou seja, a discussão de propostas que contribuam para a reversão dos indicadores de vulnerabilidade social. Nosso estudo tem por base pesquisa realizada junto a dez Assistentes Sociais de dez municípios de pequeno porte I[i]. As conclusões apontam para a ineficácia do plano com relação aos objetivos aos quais se propõe.

SANTOS, Lucinete Silva. Assistência social na atual conjuntura brasileira. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 49, p. 20, nov. 1995.

Resumo: Este trabalho tem como objetivo oferecer subsídios que posam contribuir para o debate que hoje atravessa a questão da assistência social em face da atual conjuntura brasileira.

SANTOS, Marlene de Jesus Silva. Benefício da prestação continuada: direito assistencial como meio de efetivação da cidadania. **Ser Social**, Brasília, n. 16, p. 61, jan./jul. 2005.

SARTIM, Maria Madalena do Nascimento. A assistência e a identidade profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 19, dez. 1985.

Resumo: Dentre outras questões que preocupam o assistente social de hoje, a da identidade profissional, dado o seu caráter vago e impreciso, é que talvez esteja em maior evidência, merecendo, por isso, uma análise particular. Neste artigo, pretende-se discutí-la em seu vínculo com a assistência, sob uma perspectiva que não é comumente abordada: a assistência como expressão dos grupos dominados. Isto implica reconhecer que a especificidade do Serviço Social, bem como das diferentes práticas assistenciais, adquire um novo significado.

SCHONS, Selma Maria. Assistência social na perspectiva do neoliberalismo. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 49, p. 5, nov. 1995.

Resumo: A assistência social se torna uma política pública na constituição de 1988. sua lei orgânica é aprovada apenas em 1993. Mesmo estando ainda por ser implantada os Estados e os municípios, já se cria um programa de uma “comunidade solidária”. Essas são as informações- entre outros aspectos marcantes da vida econômica e política- que nos bombardeiam diariamente. Algo “novo”, não só no campo de seguridade social, está sendo gestado e exige reformulações.

SECON, Mileni Alves. Assistência social: o preço mínimo da força de trabalho. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 3, n. 2, jun./jul. 2001.

Resumo: O presente texto analisa a Assistência Social como uma política estatal de definição do preço mínimo da força de trabalho, através de seus objetivos de atendimento as necessidades básicas da população garantia dos mínimos sociais. Este novo olhar sobre a Lei Orgânica da Assistência Social e sua operatividade traz para a academia e meio profissional novas propostas de debate que contribui para desideologização desta enquanto precursora para a cidadania dos trabalhadores.

SEIXAS, Nelson. Lei Orgânica da Assistência Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 2, p. 157-167, ago. de 1990.

Resumo: Apresentamos aqui, para o conhecimento e reflexão dos leitores, desta revista, o projeto de Lei nº 3.099, de 1989, do Deputado Nelson Seixas que se encontra em tramitação no Congresso Nacional e que dispõe sobre a lei orgânica da Assistência Social.

SENNA, C. M. de et al. Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do programa Bolsa família. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, nov./dez. 2007.

Resumo: Este artigo analisa a concepção e desafios em torno da exigência de contrapartidas do Programa Bolsa Família (PBF). A obrigatoriedade de inserção de crianças e adolescentes na escola e de crianças, gestantes e nutrizas nos serviços de saúde é central no desenho do PBF e, à semelhança do que ocorre em outros países, tem sido alvo de intensa polêmica. Aqui estão tanto concepções que entendem que é preciso dar algo em troca do recebimento do benefício quanto aquelas que vêem tais exigências como estratégia para favorecer o acesso aos serviços sociais e romper o ciclo da pobreza. Esta última visão está presente nos documentos oficiais do programa. Porém, na legislação complementar, a operacionalização das condicionalidades é definida de forma coercitiva, distanciando-se da concepção de inserção social.

SENNA, C. M. de et al. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n.1, p.86-94, jun. 2007.

Resumo: O Programa Bolsa Família foi implantado pelo Governo Federal brasileiro em outubro de 2003 com a perspectiva de combater a pobreza e a fome no país e promover inovações no padrão histórico de intervenção pública na área social. Esse artigo analisa o desenho do Programa, buscando identificar possíveis inflexões nele contidas, a partir dos seguintes eixos: foco e condições de acesso, condicionalidades, descentralização, intersectorialidade e controle social. O estudo tomou por referência a legislação e documentos oficiais, apontando limites e potencialidades à sua operacionalização. Dentre as mudanças pretendidas, destaca-se o complexo esforço de ampliação da arena decisória, de forma a incorporar diferentes níveis e esferas governamentais e a sociedade civil. Por outro lado, observam-se limites dados pela restrição dos mecanismos de focalização da clientela e pela indefinição de aspectos relativos ao controle social e à gestão compartilhada. A questão das condicionalidades configura uma polêmica central, merecendo estudos mais aprofundados.

SILVA, Ademir Alves da. Política de assistência social: o locus institucional e a questão do financiamento. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 16, n. 48, ago.1995.

Resumo: Apresenta o movimento de afirmação-negação da assistência social,

enquanto esfera de ação do poder público, refere-se a locus institucional ou instância político-administrativa de gestão dos programas públicos de assistência social.

SILVA, Claudia Neves da. O poder público municipal na prática da assistência social em Londrina: 1964-1991. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 2, n. 2, 1999.

Resumo: O artigo tem por objetivo apresentar as ações do poder público municipal de Londrina para atender à demanda que se coloca na área da assistência social, no período que se estende de 1964 a 1993.

SILVA, Maria Ozanira da S. et al. A descentralização da política de assistência social: da concepção à realidade. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 22 n. 65, mar. 2001.

Resumo: O presente artigo reúne os resultados de um estudo avaliativo desenvolvido acerca do processo de descentralização da Política de Assistência Social no Estado do Maranhão, num período compreendido entre os anos de 1998 e 1999. Trata-se de um estudo de um caso ilustrativo, mas que apresenta aspectos comuns também presentes na experiência brasileira de implantação e desenvolvimento do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Sócia (SIDEPAS), conforme preconizado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). O texto é constituído de dois itens principais: no primeiro abordam-se a descentralização e seus fundamentos teórico-normativos e no segundo item são apresentadas considerações sobre a dinâmica da implementação e desenvolvimento do SIDEPAS no Maranhão e os resultados de um estudo empírico sobre a operacionalização desse Sistema, a partir de 51 entrevistas realizadas com os principais sujeitos do processo, em quarenta municípios.

SILVA, Vini Rabassa da. A assistência social na conjuntura presente. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 1, n.1, nov. 1995.

SILVA, Vini Rabassa da. Conjuntura brasileira e seguridade social: a necessidade de participação para a ruptura com o conservadorismo. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 3, n.1, 2004.

Resumo: Este artigo apresenta alguns dados sobre o contexto da sociedade brasileira atual, particularmente sobre a situação das políticas públicas, visando subsidiar uma reflexão mais específica sobre a Seguridade Social no Brasil, entendendo-a como um Sistema de Proteção Social, estratégico para a construção de um Estado efetivamente democrático. Em decorrência desta análise, é destacada a necessidade da participação da sociedade civil, na implementação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, usando estratégias que consigam, também, mobilizar os excluídos, para que o avanço da institucionalização possa favorecer, de fato, a ruptura com o velho paradigma, que continua sendo alimentado politicamente no cenário brasileiro atual.

SOUZA, Édina E. C. Meireles de; **MOURÃO**, Ana Maria Arreguy ; **LIMA**, Ana Maria Amorosa. A gestão pública da política de assistência em municípios de pequeno porte: um desafio para enfrentamento da desigualdade social. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 11, n. 2, p. 83, 2007.

Resumo: Análise da precarização das relações de trabalho em duas perspectivas: associada à migração de trabalhadores e com base na noção de informação como trabalho. Migração e precarização são a tônica do trabalho dos migrantes, com desrespeito aos direitos trabalhistas, O trabalho informacional comunicacional, por sua vez, permite verificar a sua vinculação com os processos de valorização e acumulação do capital.

SOUZA, Marcelle Diório de. A consolidação da política de assistência social em Londrina, Paraná. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 8, n. 2, jan./jun. 2006.

Resumo: Este trabalho apresenta uma análise dos avanços da Política de Assistência Social no órgão gestor do Município de Londrina – PR, no período 2001 a 2004, assim como das estratégias adotadas no processo de gestão que permitiram além desses avanços, a consolidação da Assistência Social enquanto uma política pública. A pesquisa de caráter qualitativo foi realizada através de análise documental e entrevista semi-estruturada junto aos gestores da política no município. As considerações finais apontam para a ênfase na descentralização participativa, no processo de democratização e na estruturação e consolidação da Assistência Social enquanto política pública.

SPOSATI, Aldaíza. A inclusão social e o programa de renda mínima. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 22 n. 66, jul. 2001.

Resumo: O presente artigo faz uma discussão acerca da questão da renda mínima e a inclusão. Um dos tópicos faz referência a polêmica no âmbito da gestão da renda mínima em relação ao preconceito com a assistência social como política social de direitos. O texto traz que historicamente a assistência social foi associada a práticas individuais, de ajuda e ao paternalismo e que há uma grande dificuldade em entender e adotar uma nova forma de compreensão e gestão da assistência social como política pública e como direito. Como Política pública, a Assistência deve ser alicerçada de mínimos sociais, o que se confronta com as concepções de estado patrimonial, estado clientelista.

SPOSATI, Aldaíza. A assistência social no governo de Fernando Henrique Cardoso. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 46, p. 136, abr.1995.

Resumo: Em 1990, quando da luta pela regulamentação da política nacional de Assistência Social, entendeu-se que as dificuldades da sua implantação residiam numa ação orquestrada dos chamados lobbies das APAES com o corporativismo dos servidores da LBA.

SPOSATI, Aldaíza. Cidadania e comunidade solidária. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 16, n. 48, ago.1995.

Resumo: Analisa o programa comunidade solidária e a lacuna institucional da política de assistência como política pública de Estado.

SPOSATI, Aldaíza. Contribuição para a construção do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 78, p.171-187, jul. 2004.

Resumo: Resulta de muitas contribuições, pesquisas, estudos, debates e vivências, grande parte dos estudos do Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC-SP e outras experiências e interlocuções, para construção do SUAS.

SPOSATI, Aldaíza. Desafios para fazer avançar a política de assistência social no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 22 n. 68, nov. 2001.

Resumo: O presente artigo levanta uma análise sobre a defesa da especificidade da assistência social como política setorial, como condição de seu avanço

como política pública de direitos e da necessidade em estabelecer o âmbito de assistência como política de seguridade social para seu avanço. Aponta também para a distinção entre assistência social e filantropia e de se afirmar o conceito de parcerias entre Estado e sociedade sob a égide da responsabilidade pública e das políticas públicas, bem como sobre o avanço da política de assistência social que supõe a requalificação do seu orçamento e o controle social de seus gastos.

SPOSATI, Aldaíza. Especificidade e intersectorialidade da política de assistência social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 77, p. 30-53, mar. 2004.

Resumo: O texto trata da especificidade/ particularidade da política de assistência social no Brasil, buscando situar construção do regime de assistência social no país enquanto processo histórico geograficamente situado. São elucidadas as trajetórias do debate da assistência social no âmbito constitucional e todo acúmulo de estudo pesquisas da trajetória da assistência social na perspectiva das políticas sociais brasileiras. Em contra ponto, são tratadas as concepções inespecíficas da política de assistência social, considerando que estabelece a particularidade/especificidade dessa política é condição nodal para soldar o paradigma do direito na assistência social.

SPOSATI, Aldaíza. Gestão pública intersectorial: sim ou não? Comentários de experiência. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 85, mar. 2006.

Resumo: O paper sistematiza observações sobre a aplicação do modelo de gestão intersectorial na ação pública com destaque, para experiências realizadas pela autora na cidade de São Paulo. O tema da intersectorialidade é trabalhado em suas relações com a descentralização, democratização e territorialização. A autora em seus comentários põe em questão compreensões dogmáticas sobre o modo de gestão intersectorial, o que retira da sua condição de estratégia institucional cuja efetividade, eficácia e eficiência de aplicação, depende da realidade institucional em que será aplicado e dos objetivos a atingir.

SPOSATI, Aldaíza. Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução das consciências da cidadania. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 55, nov. 1997.

Resumo: Constata-se no Brasil a condição de uma sociedade virtual quanto a aplicação dos direitos constitucionais. Fala-se, escreve-se, mas não se cumpre. A

distância histórica entre o proposto e o posto, somada à omissão da cobrança da responsabilidade pública, leva à cultura de descrédito no disposto legal. O formal se distancia do senso comum, como mundo desconexos.

SPOSATI, Aldaíza. O primeiro ano do sistema único de assistência social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 87, 2006. Especial.

Resumo: O artigo trata dos impactos que caracterizaram o primeiro ano de implantação de um sistema único de gestão da política de assistência social a reger os três entes federativos brasileiros: Municípios, Estados e União. Destaca algumas polêmicas que já se materializam sobre o SUAS e indica novos e possíveis desafios a serem enfrentados.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira; **FALCÃO**, Maria do Carmo B. de Carvalho. A prática da assistência social: elementos para uma caracterização. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 19, dez. 1985.

Resumo: Quando da realização de pesquisa conceitual sobre a questão da assistência pública no Brasil, foi possível a coleta de dados sobre a prática da assistência social desenvolvida em organismos públicos na cidade e no Estado de São Paulo. Este artigo, ao trazer a público alguns dos dados coletados por essa pesquisa, mas que terminaram não sendo, naquele momento, organizados, dado o caráter conceitual daquela investigação, permite que se processe também sua devolução àqueles profissionais que participaram dos seminários realizados de maio a novembro de 1984. Tais seminários constituíram a estratégia metodológica da pesquisa realizada pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com a colaboração da Secretaria de Promoção Social do Estado, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, e ainda a participação da Secretaria da Família e do Bem-estar Social da Prefeitura de São Paulo.

STEIN, Rosa Helena. A descentralização político-administrativa na assistência social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 20, p. 34-54, n. 59, 1999.

Resumo: O artigo é dividido em dois itens, o primeiro salienta a discussão sobre os equívocos na compreensão do termo assistência social. E o segundo focaliza o sistema descentralizado e participativo na assistência social, identificando a sua implantação, suas possibilidades e limites.

TAPAJÓS, Luziele. Gestão da informação do SUAS. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 87, 2006. Especial.

Resumo: A gestão da informação no campo da política pública de assistência social é apresentada por meio das concepções centrais desse inédito incremento para a prática de gestão e de controle social da política. A tecnologia da informação atua como suporte para o desenvolvimento do sistema de informação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, alcançando todos os setores que operacionalizam esse direito social e dele são usuários. A Rede SUAS é o sistema de informação do SUAS, e as idéias-base, debatidas com representantes dos municípios e estados, foram consolidadas visando a sua constituição. Desenvolvida em consonância com os princípios da Política Nacional de Assistência Social/2004 e Norma Operacional Básica do SUAS é hoje considerada como um dos instrumentos de gestão do SUAS.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. A assistência social na Amazônia. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 56, mar. 1998.

Resumo: Tem por objetivo falar da assistência social na Amazônia, que segundo o texto, impõe sair da fronteira regional e falar necessariamente da relação da região com o Estado nacional, que desde a década de 1970 vem produzindo, agravando e redefinindo a questão social na Amazônia. Para que a assistência social se torne realmente constitutiva de um corpo de direitos sociais, individuais ou não, coletivos ou não, difusos ou não, é necessário que o Estado assuma outro papel contrário ao que tem desempenhado enquanto agente eficiente dos grandes bancos e das grandes firmas multinacionais e, o que é pior, o papel de “muleta” de um capitalismo sem capital, de um capital inexistente.

TEIXEIRA, Sandra Oliveira. Resenha do texto: Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo. Ivanete Boschetti, Brasília, 2003, p.298. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 81, mar. 2005.

TORRES, Júlio Cesar. O SUAS e a universalização da renda social mínima no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 92, nov. 2007.

Resumo: A questão central é apresentar o fenômeno contemporâneo da denominada nova questão social discutida em Castels (1995) e Rosanvallon (1995) e as políticas do governo federal brasileiro de enfrentamento da exclusão

social via programas de transferência de renda compreendidos no período de institucionalização da política pública de assistência social (1988-2005).

TORRES, Júlio Cesar. Sociedade Civil como recurso gerencial: indagações acerca da política de assistência social no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 73, p. 142-156, mar. 2003.

Resumo: Este artigo pretende discutir, partindo da concepção gramsciana de sociedade civil, a questão da participação popular na política pública de assistência social no Brasil recente. Ao focar a discussão no conceito de “esfera pública” como um locus privilegiado de discussão política e formação de cidadãos, o trabalho busca indagar sobre vários aspectos que ainda estariam dificultando uma efetiva implementação da participação da sociedade na formulação e implementação das políticas de assistência social no país, sugerindo a necessidade premente de se discutir a real competência atribuída atualmente aos diversos conselhos de assistência social nos três níveis de governo.

YAZBEK, Maria Carmelita. As ambiguidades da assistência social brasileira após dez anos de LOAS. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 77, p. 11, mar. 2004.

Resumo: Este artigo discute a assistência social brasileira após dez anos de aprovação da LOAS— Lei orgânica da assistência social (07/12/1993). Considerar que, a partir da constituição e da LOAS emerge para esta política social uma nova matriz conceitual que a inclui na seguridade social e transforma em direito dos que dela necessitam. Dessa forma o texto apresenta as principais características da assistência social após LOAS como um novo desenho institucional descentralizado, a primazia do Estado nas previsões assistenciais e o controle da sociedade na gestão e execução dessa política. Tendo por base essa matriz, o artigo busca desenvolver uma avaliação dos avanços e dificuldades na implantação da assistência social como política de seguridade. Constata-se de uma difícil construção a transformação de assistência social em políticas de direitos.

YAZBEK, Maria Carmelita. A assistência social na prática profissional: história e perspectivas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 85, p. 123-132, mar. 2006.

Resumo: Este texto trata da histórica relação entre Serviço Social e assistência

social. Situa a emergência da profissão no contexto de avanço da profissionalidade no tratamento da questão social e no crescimento da responsabilidade do Estado na tarefa de assegurar políticas no campo social. Mostra como as velhas formas de atender às seqüelas da questão social modificam-se até os anos mais recentes, quando, com a Constituição Federal de 1988 e a implantação da Seguridade Social brasileira, a assistência social alcança o patamar de política pública. Finalmente, coloca em evidência o protagonismo dos assistentes sociais na construção de uma nova matriz analítica para a assistência social no país e para a implementação do atual Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

YAZBEK, Maria Carmelita. Fome Zero: uma política social em questão. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 1, jan./jun. 2003.

Resumo: Este texto apresenta algumas reflexões sobre o Programa do Governo Federal brasileiro: Fome Zero – Uma Proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil, buscando apresentá-lo ao leitor, assim como problematizá-lo do ponto de vista político face a questão social no país, no contexto do ideário neoliberal com suas políticas sociais focalizadas e seletivas.

VIANA, Maria José de Faria. Assistência social no contexto do pluralismo de bem-estar: desinstitucionalização e conservadorismo. **Ser Social**, Brasília, n. 12, p. 59, jan./jun. 2003.

VIANA, M. J. F. A assistência social no contexto do pluralismo de bem-estar: desinstitucionalização e conservadorismo. **Ser Social**, Brasília, v. 12, p. 59-86, 2003.

VIEIRA, Evaldo. O Estado e a sociedade civil perante o ECA e a LOAS. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 56, mar. 1998.

Resumo: O texto em geral aborda aspectos referentes ao Estado e a sociedade civil explicitando o surgimento do Estatuto da criança e do adolescente (1990) enquanto avanço nas garantias dos direitos dos jovens, bem como o surgimento da LOAS (1993) universalizando os direitos sociais. Assim é posto que a LOAS quer enfrentar a pobreza, garantir mínimos sociais, atender às contingências sociais e a universalização dos direitos sociais. Para isso, ela se guia pelos seguintes princípios:

a) supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; b) universalização dos direitos sociais; c) respeito ao cidadão; d) igualdade de direitos no acesso ao atendimento; e) divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas, projetos assistenciais e recursos.

Ramo 2

SAÚDE

2.1 EIXO CONTROLE SOCIAL

2.1.1 Anais de eventos

BISPO JÚNIOR; GESTEIRA, I. A. L. A Ciência da informação e o controle social na área de saúde. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., Salvador, 2004. **Anais...** Disponível: http://www.cinform.ufba.br/v_anais/artigos/josebispojunior.html.

Resumo: A partir da Constituição de 1988 o Controle Social tornou-se um instrumento para a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), Foram instituídos Conselhos Municipais de Saúde que tem o papel de elaborar a política de saúde municipal, bem como acompanhar a sua execução. Estes conselhos têm formação paritária, cabendo a sociedade a representação de 50% dos seus membros na categoria de usuários. Diante desse contexto, o presente ensaio tem por objetivo analisar as políticas de disseminação da informação para os conselheiros de saúde, discutindo sua utilização na prática do Controle Social. Identificou-se que os Sistemas de Informação (SI) do SUS são majoritariamente utilizados por gestores e técnicos, estando os usuários em situação de inacessibilidade desses SI. Por fim discutiu-se a importância da Ciência da Informação diante a essa realidade e o desafio desta para a disseminação e socialização da informação em saúde, com vistas a construção de um SUS mais equânime e resolutivo.

CONFERENCIA NACIONAL DE SAÚDE 8., 1986, Brasília (DF). Relatório final. Brasília: Ministério da Saúde, 1986. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/8_CNS_Relatorio%20Final.pdf>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: Foi o grande marco nas histórias das conferências de saúde no Brasil. Foi a primeira vez que a população participou das discussões da conferência. Suas propostas foram contempladas tanto no texto da Constituição Federal/1988 como nas leis orgânicas da saúde, nº. 8.080/90 e nº. 8.142/90. Participaram dessa conferência mais de 4.000 delegados, impulsionados pelo movimento da Reforma Sanitária, e propuseram a criação de uma ação institucional correspondente ao conceito ampliado de saúde, que envolve promoção, proteção e recuperação.

CONFERENCIA NACIONAL DE SAÚDE 9., 1992, Brasília (DF). **Relatório final.** Brasília: Ministério da Saúde, 1992. v.1. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/9_CNS_Relatorio%20Final%20Caderno%2001.pdf>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: Em 1992, a 9ª CNS indicou o caminho da descentralização, municipalização e participação social, descentralizando e democratizando o conhecimento. A partir dessa conferência as administrações que se seguiram no Ministério da Saúde atuaram na mesma direção, formulando soluções e adotando providências sobre gestão municipal, criação de comissões intergestores bipartite, em nível estadual, e tripartite, em nível federal.

CONFERENCIA NACIONAL DE SAÚDE 9., 1992, Brasília (DF). **Relatório final.** Brasília: Ministério da Saúde, 1992. v.2. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/9_CNS_Relatorio%20Final%20Caderno%2002.pdf>. Acesso em: set. 2009.

CONFERENCIA NACIONAL DE SAÚDE 9., 1992, Brasília (DF). **Relatório final.** Brasília: Ministério da Saúde, 1992. v.3. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/9_CNS_Relatorio%20Final%20Caderno%2003.pdf>. Acesso em: set. 2009.

CONFERENCIA NACIONAL DE SAÚDE 10., 1996, Brasília (DF). **Relatório final.** Brasília: Ministério da Saúde, 1998. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/10_CNS.pdf>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: Os participantes da 10ª Conferência Nacional de Saúde deliberaram pelo aprofundamento e pelo fortalecimento do Controle Social, reafirmando

a obrigação dos Gestores de cumprirem a legislação do SUS também no que se refere ao caráter permanente e deliberativo dos Conselhos de Saúde na formulação e no controle da execução da política de saúde. Determinaram ainda as responsabilidades dos Gestores do SUS no estabelecimento de medidas que garantam o pleno funcionamento dos Conselhos de Saúde. Destacaram proposições de alteração da composição atual dos Conselhos de Saúde e de reforço da articulação autônoma entre Conselhos e Conselheiros de Saúde.

CONFERENCIA NACIONAL DE SAÚDE, 11., 2000, Brasília. **O Brasil falando como quer ser tratado: efetivando o SUS: acesso, qualidade e humanização na atenção à Saúde com controle social: relatório final.** Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_11.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

CONFERENCIA NACIONAL DE SAÚDE, 12., 2003, Brasília. **Relatório Final da 12ª Conferência Nacional de Saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_12.pdf>. Acesso em: set. 2009.

CONFERENCIA NACIONAL DE SAÚDE, 13., 2007, Brasília. **Relatório Final da 13ª Conferência Nacional de Saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível: <http://conselho.saude.gov.br/web_13confere/index.html>. Acesso em: set. 2009.

ENCONTRO INTERNACIONAL DE LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS, 1996, Brasília. **A construção de parcerias permanentes para a cidadania e o controle social em saúde.** Brasília: Universidade de Brasília, 1996. 92 p.

Resumo: Contem o resultado dos trabalhos e discussões desenvolvidas durante o evento. O conteúdo apresenta a seguinte classificação temática: a construção da cidadania e o contexto da América Latina; conceito de parceria sob a ótica da universidade, serviços de saúde e comunidade; participação comunitária e controle social; autocuidado: individual coletivo e do meio ambiente; comunidade e trabalho em rede; vigilância em saúde, qualidade de vida e municípios saudáveis; lideranças comunitárias: representatividade, manejo de poder e cidadania; comunicação e mobilização para mudança. Finaliza com o relatório de visita de campo e avaliação do Encontro.

OFICINA DE TRABALHO, 1993, Brasília. **Incentivo à participação popular e controle social em saúde**: relatório final. Rio de Janeiro: ABRASCO, 1994. 68 p. (Saúde Movimento, 1).

Resumo: A existência de um efetivo controle social sobre a ação governamental, em todos os níveis, é requisito essencial à adequada implementação da proposta de construção do Sistema Único de Saúde, entendido o controle como exercício da cidadania, o cumprimento desse requisito transcende a ação estatal e exige a presença de organizações legítimas de representação de interesses dos diversos segmentos sociais. Implica na existência, no âmbito das agências públicas, de mecanismos que assegurem as condições de acesso a informações e de democratização dos processos decisórios.

MACEDO, L. C.; **PALHA**, P. F. Participação e controle social na área de saúde: uma revisão bibliográfica. In: SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL, 2., 2005, Cascavel (PR). **Anais...** Disponível: <http://cacphp.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/saude/msau32.pdf>. Acesso em: set. 2009.

OLIVEIRA, Carlos Felipe Almeida D. Participação popular: o controle social no SUS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, 7., 2003. **Anais...** [Rio de Janeiro: ABRASCO, 2003].

PATRÍCIO, Karina Pavão; **RIBEIRO**, Helena; **BOCCHI**, Silvia Cristina Mangini. Da vida ao aniquilamento: o controle social e do estado em defesa da vida. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, 8; CONGRESSO MUNDIAL DE SAÚDE PÚBLICA, 11, Rio de Janeiro, 21-25 ago. 2006. [**Resumo**]. Rio de Janeiro: ABRASCO/FMASP, 2006.

RODRIGUES, Carla Roberta Ferraz; **ZIONI**, Fabíola. Controle social em saúde e a participação dos usuários: revisão bibliográfica dos últimos 10 anos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, 8; CONGRESSO MUNDIAL DE SAÚDE PÚBLICA, 11, Rio de Janeiro, 21-25 ago. 2006. [**Resumo**]. Rio de Janeiro: ABRASCO/FMASP, 2006.

2.1.2 Dissertações e Teses

BARBOSA, Emília Resque de Barros. **Participação dos usuários nos serviços de saúde**: segmentos e instâncias governamentais influenciam as percepções como conselheiros? 2004. Dissertação (Mestrado em Nutrição) - Universidade Federal de Pernambuco.

Resumo: Busca com esta pesquisa, de abordagem qualitativa, identificar o conhecimento e o entendimento dos conselheiros de saúde em seus diferentes segmentos, de dois conselhos municipais de saúde – os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Camaragibe, no Estado de Pernambuco – e do Conselho Nacional de Saúde, a respeito da participação social e participação social em saúde e suas implicações, quais sejam, definições, legislação, obstáculos e facilidades, mecanismos institucionais ou não-institucionais, e por fim a visão dos trabalhadores da saúde quanto essa participação. Enfatiza que o estudo sobre o tema da participação social do usuário tem sido amplamente realizado, bem como os conselhos de saúde, no entanto poucos têm buscado a pessoa do conselheiro, o que ele realmente detém sobre essa participação. Desta maneira, acredita que este estudo possibilita a construção do saber dos sujeitos em foco: a figura do conselheiro de saúde.

BATISTA, Adriana Aparecida. **Avaliação de processo**: o conselho municipal de saúde de Ponte Nova – MG. 2006. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa.

Resumo: Introduz a avaliação de processo como estratégia de investigação para avaliar o Conselho Municipal de Saúde de Ponte Nova (MG). Essa estratégia está vinculada aos pressupostos teóricos da pesquisa de avaliação. Para isso, contextualiza as políticas aplicadas ao campo da saúde pública a partir da década de 1970, por meio de dois eixos complementares: a Constituição Federal de 1988 e as Leis Orgânicas da Saúde 8.080 e 8.142 de 1990, que criaram e regulamentam o Sistema Único de Saúde (SUS). Para obter as informações necessárias à análise, tornou-se importante a identificação de indicadores que explicitassem as várias formas de participação dos membros de todas as categorias no Conselho, sendo elas governo, trabalhadores da saúde, prestadores de serviços e usuários. Com esse objetivo, analisa as atas das reuniões do Conselho, no período que compreende julho de 2003 a junho de 2005. Dentre os resultados obtidos nesta pesquisa, destaca as formas de participação dos membros do Conselho, identificadas a partir de indicadores como: esclarecimentos, propostas, sugestões, medidas,

indagações, apresentação de resultados, avisos, reclamações, deliberações, denúncias e comentários. Cada um desses indicadores foi analisado com relação às categorias representadas no Conselho: governo, trabalhadores na saúde, prestadores de serviços e usuários. Essa análise revela as formas de participação dos conselheiros nas reuniões, ou seja, a maneira com que cada categoria atua nesse espaço democrático.

BATISTA, Elizabeth da Costa. **Saúde é democracia? Experiência da participação popular no município de Ipatinga**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

Resumo: Com a implementação do SUS, a partir dos anos 90, observa-se, a passagem de um sistema político, administrativo e financeiramente centralizado, para um cenário em que milhares de agentes passam a se constituir sujeitos fundamentais no campo da saúde. Entender como esses diferentes atores conseguiram absorver e garantir à comunidade, o direito de participar na tomada de decisão em política pública de saúde foi o objetivo deste trabalho. Esta pesquisa investiga o discurso democrático e a prática participativa implementada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), no período de 1989 a 2004, no município de Ipatinga. Utiliza como referencial teórico a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas e a partir dela um modelo de democracia entendido como a *institucionalização dos processos discursivos de formação da opinião e da vontade*, de modo que as decisões políticas sejam definidas de forma participativa, a partir da associação entre os mecanismos representativos e o debate público, propiciando, pois, um processo de reflexão, discussão e negociação entre os atores sociais envolvidos, próprio do entendimento lingüístico, que garante o respeito e a consideração das aspirações comuns e dos interesses coletivos dos cidadãos. A partir desse referencial teórico, integrado aos principais pressupostos da Reforma Sanitária Brasileira, realiza estudo das políticas municipais de saúde de Ipatinga, no que diz respeito às suas bases e relações democráticas. Os resultados obtidos indicam que há uma importante história democrática no Município, com indícios, no entanto, de retrocessos na prática participativa do setor saúde, pois, atualmente, verifica-se uma reprodução de práticas tradicionais de governar.

Beltrame, Nilson Santos. **O Conselho de Saúde do município de São José dos Campos, SP, como instrumento de proteção do direito à saúde**. 2003. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

Resumo: Analisa a eficácia do Conselho Municipal de Saúde de São José dos Campos (SP), enquanto instrumento de proteção do direito à saúde. Analisa também o Conselho Municipal de São José dos Campos (SP), no exercício de suas competências deliberativa, controladora e fiscalizadora das políticas públicas de saúde e as percepções dos conselheiros quanto ao papel e a atuação do Conselho Municipal de Saúde de São José dos Campos (SP). Utiliza as atas das reuniões do Conselho Municipal de Saúde daquele município e os documentos finais da V e VI conferências municipais de saúde, observando-se os assuntos discutidos e as decisões tomadas. Aplica o modelo de classificação de demandas políticas e decisões tomadas preconizado pelo Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social/Centro Latino-Americano de Políticas de Saúde (ILPES/CLAPS, 1975). Realiza entrevistas semi-estruturadas com os conselheiros de saúde, com intuito de conhecer suas percepções a respeito do seu papel e da sua atuação. Na análise dos resultados observa que o Conselho Municipal de Saúde de São José dos Campos (SP), vem cumprindo com sua função deliberativa. No entanto, por apresentar deficiências nas funções controladora e fiscalizadora das políticas públicas de saúde, ainda não consegue proteger o direito à saúde da população na sua totalidade.

BEZERRA, Cynthia Kelly Fernandes. **Conselho Municipal de Saúde de Pedras de Fogo - PB: um estudo sobre participação**. 2008. 84f. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível: http://btdt.bczm.ufrn.br/tesdesimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2032. Acesso em: set. 2009.

Resumo: Analisa o processo de participação do Conselho Municipal de Saúde (CMS) na formulação, implementação e controle do Plano Municipal de Saúde de Pedras de Fogo, através dos quatro critérios de qualidade política da participação propostos por Demo (1993): representatividade, legitimidade, participação de base e auto-responsabilização. O critério da representatividade relaciona-se à qualidade política do representante em relação aos representados; a legitimidade se relaciona à qualidade política do processo de participação fundamentada em normas e regras que condicionam a participação; a participação de base representa o apoio político necessário para que a delegação de poder ao representante seja efetiva; e a auto-responsabilização refere-se à capacidade de responsabilizar-se quanto ao bem ou serviço público. Através de um estudo descritivo-exploratório, adota uma abordagem qualitativa para avaliar as condições de participação dos doze conselheiros do Conselho Municipal de Saúde de Pedras de Fogo, através de instrumento formulado com base nos critérios de Demo (1993). Conclui que a qualidade da participação dos conselheiros do CMS de Pedras de Fogo compreende aspectos essenciais dos critérios de qualidade propostos por Demo

(1993), mas apresenta fragilidades como desconhecimento das normas que legitimam a atuação do conselho; desconhecimento de sua condição de delegado e da importância da participação de base para o fortalecimento de sua participação; inércia dos representados quanto à consulta e prestação de contas sobre a atuação dos conselheiros, evidenciando que é fundamental aprimorar a participação dos conselheiros nos quatro critérios da qualidade política considerados no estudo.

BRAGA, Maria Helena. **O controle social do SUS através dos conselhos municipais de saúde: um olhar sobre a experiência de Juiz de Fora e seu entorno.** 2003. Dissertação (Mestrado em Medicina Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2003.

Resumo: Investigação de forma exploratória a reorganização das políticas públicas de saúde no Brasil, a partir do processo de descentralização do Sistema Unificado de Saúde (SUS), cuja gênese se encontra no texto da Constituição Federal de 1988. Focaliza o controle social exercido pelos Conselhos Municipais de Saúde, órgãos de caráter permanente e deliberativo, e a sua atuação como centro de decisão nas políticas de saúde. Define como objeto o desempenho do Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora (MG) e dos conselhos municipais de saúde de mais nove municípios de sua micro-região. Salienta durante a investigação o processo de institucionalização desses órgãos de controle social e o fortalecimento da capacidade da gestão municipal no que tange à organização da atenção básica de saúde nos municípios analisados, e a contribuição da comunidade no planejamento e no controle das ações de saúde.

Palavras-chave: Descentralização de saúde. Controle social. Conselhos municipais de saúde. Participação comunitária.

CARVALHO, Antônio Ivo. **Conselhos de Saúde no Brasil.** 1994. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1994.

Resumo: Os Conselhos de Saúde emergiram recentemente na cena político-sanitária brasileira, com a missão de operacionalizar o princípio constitucional da participação comunitária e assegurar o controle social sobre as ações e serviços de saúde. Foram institucionalizados como órgãos permanentes e obrigatórios do Sistema Único de saúde, recebendo amplas atribuições legais e caráter deliberativo. Busca avaliar o grau em que esses órgãos têm cumprido esse papel, bem como indaga de suas condições atuais e potenciais de impactar positivamente o processo de transformação democrática do sistema de saúde brasileiro. São estabelecidos os marcos teóricos e históricos onde se inscrevem os conceitos de participação

e controle social em saúde, discrimina e tipifica as diversas modalidades de práticas sociais a eles associadas. Apresenta o percurso histórico de evolução das políticas e práticas que antecederam e deram origem à proposta dos Conselhos de Saúde no caso do Brasil. Através de levantamento quantitativo e qualitativo dos Conselhos nas três esferas governamentais - federal, estadual e municipal - traça um panorama da atual situação dos Conselhos no conjunto do país, caracteriza a sua implantação na totalidade dos Estados e em cerca da metade dos municípios. Os Conselhos Nacional e Estaduais foram estudados através da legislação específica, de documentos de registros (atas e resoluções) e de entrevistas com informantes privilegiados. Os Conselhos Municipais das Capitais foram enfocados apenas através do exame da legislação específica e os Conselhos dos demais municípios foram examinados através de dados cadastrais obtidos por consulta telefônica ou postal. Analisa os Conselhos quanto ao seu processo de formação, sua composição social, suas competências legais, seu funcionamento orgânico e sua pauta de atuação, e estabelece comparações entre as esferas governamentais. A discussão aponta a incipiência das práticas dos Conselhos, em geral aquém de suas possibilidades e responsabilidades legais, mas com uma direcionalidade claramente comprometida ou sintonizada com os princípios do SUS. Seja na dimensão de Conselhos singulares, seja na dimensão geral de uma rede crescentemente articulada e solidária, os Conselhos constituem-se hoje, certamente em espaços de ampliação da participação social, onde, de forma lenta, mas significativa, se elaboram e começam a se exercer mudanças nas práticas institucionais do setor saúde.

CARVALHO, Homero Teixeira de. **Conselhos de saúde e práticas de comunicação/ação pelo controle público e invisibilidade social.** 1996. 145f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1996.

Resumo: Este estudo foi desenvolvido junto ao Conselho Distrital de Saúde (CDS) da AP3.1, área do município do Rio de Janeiro que abrange a zona da Leopoldina e a Ilha do Governador. Foi realizado durante os dois primeiros anos de funcionamento do Conselho (1994/1995), usando como metodologia a observação participante e entrevistas com conselheiros usuários e profissionais de saúde. O trabalho realça a perspectiva dos conselheiros usuários na tematização dos problemas de saúde levantados no Conselho. Como premissa, considera que o ponto de vista dos usuários deve ser privilegiado na adoção de estratégias de comunicação dos conselhos de saúde, buscando o agendamento dos meios de comunicação de massa para a ampliação da esfera pública e da visibilidade social dos problemas de saúde. Destacando o olhar dos conselheiros usuários, este trabalho tematiza alguns problemas de saúde abordados pelo Conselho Distrital

da AP3.I, considerando também a sua significação epidemiológica. São eles: a institucionalização do conselho, a demanda reprimida por assistência ao parto, a situação de violência, e a crise dos serviços hospitalares de emergência. No caso do CDS-AP3.I, a eleição de um usuário para presidente da sua primeira gestão (94/95), favoreceu esta reflexão. No período estudado, o Conselho pôde tentar instituir-se como espaço privilegiado de controle público em saúde, na perspectiva da sociedade civil de caráter popular, abrindo a discussão com o poder público sobre a efetiva abrangência do seu caráter deliberativo. Práticas de comunicação que ampliassem a visibilidade social do Conselho estariam, assim, articuladas com o aprofundamento deste caráter, enquadrando o propósito de ousar cumprir a lei na fronteira da real distribuição do poder na gestão da saúde.

CARVALHO, Rosely Cabral de. **A participação popular no Conselho Municipal de Saúde de Feira de Santana**. 1998. 109f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal da Bahia, 1998, Salvador.

Resumo: Estudo de caso sobre a participação popular no Conselho Municipal de Feira de Santana no período 1990-1996. Objetiva a análise da dinâmica dos movimentos sociais no município e dos discursos, saberes e práticas sociais dos conselheiros de saúde. Os elementos teóricos apresentados destacam a participação popular nos movimentos sociais em saúde. A estratégia metodológica utilizada no processo de coleta de dados privilegia a análise documental e entrevistas semi-estruturadas. Observa a relação entre participação popular nas lutas pela saúde e a cultura política no município de Feira de Santana. Dentre os aspectos estudados, inclui o perfil dos conselheiros de saúde, a sua concepção sobre saúde e direito a saúde e a sua visão sobre a prática social do conselho.

CORREIA, M. V. C. **O Conselho Nacional de Saúde e os rumos da política de saúde brasileira**: mecanismo de controle social frente às condicionalidades dos organismos financeiros internacionais. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

Resumo: Define como objeto de estudo a atuação do Conselho Nacional de Saúde enquanto mecanismo político formal de controle social, frente às orientações dos organismos financeiros internacionais, observando a relação entre as lutas políticas do CNS em defesa do SUS e a contra-reforma imposta por esses organismos na determinação da política de saúde brasileira. Inicialmente, realiza um estudo da relação entre Estado e sociedade civil para qualificar a expressão controle social, nos clássicos da política, Hobbes, Locke e Rousseau. Toma como referência de

análise o aporte teórico de Gramsci. Descreve a influência das condicionalidades do FMI e do BM nas políticas estatais brasileiras, apontando o desmonte das políticas sociais como consequência das contra-reformas implantadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso sob os auspícios desses organismos. Destaca o protagonismo do BM na orientação das políticas de saúde dos países dependentes, gerando no Brasil contradições entre os avanços da Reforma Sanitária no campo legal e os retrocessos de uma agenda de reformas regressivas do ponto de vista das classes subalternas. Defende a tese de que o CNS tem se constituído, predominantemente, em um espaço de lutas políticas em defesa do SUS e de seus princípios e de resistência às contra-reformas neoliberais para a política de saúde sob a orientação dos organismos financeiros internacionais. Observa a importância do controle social exercido através das suas intervenções contra: a quebra da universalidade, o pagamento “por fora”, as reformas do Estado no campo da saúde que tendem à privatização, entre outras. No entanto, esta resistência não tem sido suficiente para impedir a efetivação de muitas dessas orientações, principalmente, no que diz respeito à definição dos recursos e ao modelo assistencial preconizado pelo SUS, revelando os limites do controle social sobre a política de saúde no espaço do CN.

CUNHA, Sheila Santos. **O perfil da participação nos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) e de Saúde (CMS) em Camaçari (BA)**: uma análise sobre quem e como participa. Tese (Doutorado) - Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, 2008.

Resumo: A participação configura-se em um campo de análise abrangente e em plena efervescência, fazendo parte notadamente de pesquisas acadêmicas que tentam compreender os limites e as possibilidades da participação cidadã em contextos democráticos. No Brasil as discussões foram estimuladas a partir da Constituição Cidadã de 1988, que instituiu instrumentos de controle social, a exemplo dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas, em essência o lócus da negociação e do conflito. Como sujeitos principais desses espaços encontram-se os conselheiros, representantes das diversas categorias sociais e detentores de uma cultura política nem sempre homogênea, mas que influencia fortemente o seu comportamento nessas instâncias. A realização da pesquisa empírica desta dissertação teve por objetivo investigar, através do método estudo de caso, o perfil da participação dos conselheiros nos conselhos municipais de Camaçari (BA), mas especificamente no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e no Conselho Municipal de Saúde (CMS). Primando por ter um caráter qualitativo, este trabalho teve por instrumentos de coleta de dados prioritários a entrevista, um estudo de levantamento (survey) por meio de questionário e a análise das atas. Dentre os resultados obtidos, conclui-se que o perfil da

participação no CMAS e no CMS compõe-se de conselheiros, em geral, com: elevado ativismo político; menor presença nas reuniões para os representantes do governo e maior participação para as entidades e usuários (CMAS) e governo (CMS); acesso mais democrático dos membros não-governamentais do CMS; elevado grau de competência política subjetiva; e cuja falta de conhecimento técnico e/ou falta de capacitação interna e/ou falta de comissões se constituem nos maiores limites ao desempenho da sua função.

DAVID, Clarete Terezinha Nespolo de. **Representantes e representados: relação entre conselheiros usuários, suas entidades e espaços participativos descentralizados do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre.** 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

Resumo: Apresenta as relações estabelecidas entre representantes e representados em fóruns participatórios. A ênfase recaiu, em especial, sobre a trajetória dos Movimentos Sociais Urbanos (MSU), entre os anos oitenta e noventa. Estes movimentos tinham a maior parte dos representantes de usuários do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre e de seus espaços participativos descentralizados. Analisa o grau de estruturação das entidades do MSU e dos espaços descentralizados do CMS principalmente em relação aos seguintes aspectos: nível de autonomia e capacidade propositiva dos representantes. Para isso realiza um estudo qualitativo baseado em entrevistas, documentos e observação. Constata que os entrevistados subdividem em três grupos: (a) representantes de entidades do MSU mais estruturado - possuem várias inserções políticas, agem na área da saúde e mantêm uma ação articulada com as suas entidades de origem; (b) representantes do MSU menos estruturado - têm menor inserção política, agem nos espaços da saúde e detêm certa independência em relação às entidades de origem; e (c) representantes de espaços participativos descentralizados - possuem inserção exclusivamente na área da saúde. Segundo análise documental e das entrevistas conclui que o primeiro e o último grupo têm atuação mais intensa e propositiva, enquanto que o segundo grupo é menos propositivo.

GALLO, Zeli M. Castro. **A ética discursiva dos atores da política de saúde de Santa Rosa.** 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

Resumo: Estuda a construção do sentido ético a partir da análise da alteridade dos

sujeitos - outros na esfera pública. Utiliza o Estudo de Caso como metodologia com a análise de conteúdo dos documentos e discursos dos sujeitos. Na participação dos sujeitos nos mecanismos constituídos do controle social fundamenta os avanços da política de saúde municipal e a garantia dos direitos humanos. A ética dos sujeitos atores da política de saúde é constituída no encontro humano, se realiza na busca da efetivação da justiça e da cidadania. A análise qualitativa dos discursos dos participantes e líderes da VII Conferência Municipal evidencia enunciados para transformar a realidade conforme as pautas propostas. O sentido da alteridade do outro suscita a responsabilidade da existência e da subsistência decorrendo, assim, a luta pelos direitos sociais. O estudo da prática cotidiana no campo da saúde municipal envolve o sujeito com seu trabalho e a inquietação produzida para modificar a própria realidade, é um compromisso necessário aos sujeitos trabalhadores para garantir a promoção da saúde. A opção metodológica do estudo de caso permitiu lançar luzes sobre as particularidades da formação sócio-histórica da política de saúde no contexto nacional. Destaca assim, a contextualização ideológica dos SUS, os caminhos percorridos para instaurar a igualdade democrática, a descentralização e a municipalização. Nas políticas sociais brasileiras o Serviço Social e, o Assistente Social, como trabalhador de saúde, define seu perfil profissional numa ética alinhada aos direitos humanos na consolidação do projeto ético-profissional. A saúde e a cidadania se entrelaçam nos enunciados dos sujeitos, figurando como temáticas das políticas públicas. Conclui que a presença do sentido da alteridade na constituição da política de saúde contribuiu para solidificação da participação da população, controle social e continuidade do Sistema Único de Saúde.

GOMES, Eduardo Granha Magalhães. **Conselhos gestores de políticas públicas: democracia, controle social e instituições.** 2003. 110f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

Resumo: Afirma que a proliferação dos conselhos gestores de políticas públicas enseja a avaliação potencial desta nova institucionalidade, para aprofundar o conteúdo democrático na gestão de políticas públicas e para aumentar a eficiência destas por meio do controle social. Trata do assunto, focalizando as dimensões representativa e deliberativa de democracia que permeiam os conselhos, bem como as possibilidades de controle sobre os governantes, sobre a política em si e sobre os resultados. Faz o cotejamento potencial com uma abordagem institucional concreta, do Conselho Municipal de Saúde de Santo André.

HEIDRICH, Andréa Valente. **O Conselho Municipal de Saúde e o processo de decisão sobre a política de saúde municipal**. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Resumo: A possibilidade dos mecanismos de participação na gestão pública, criados a partir da década de 1970 estarem exercendo influência nos processos de decisão sobre as políticas públicas configura o debate central desenvolvido neste trabalho. O envolvimento do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre no processo de decisão sobre a política de saúde municipal é analisado sob dois aspectos: (1) o envolvimento do Conselho no processo de decisão sobre a política municipal de saúde e (2) os atores que tem controlado o processo decisório no interior do próprio Conselho. Para analisar o primeiro aspecto, considera apenas se o Conselho participa ou não participa no processo, e verifica se ele exerce controle social sobre a definição da política de saúde e, se exerce, como está se processando. Para isso, analisa as pautas das reuniões plenárias do Conselho, buscando classificar os tipos de temas discutidos e os encaminhamentos dados pelo gestor. A análise do segundo aspecto focalizou a possibilidade dos representantes de usuários influírem sobre a formação da pauta de discussões do Conselho e a capacidade destes atores de controlarem a implementação das decisões deste mecanismo de participação. Os indicadores utilizados foram: (a) a presença dos conselheiros às reuniões do Conselho e (b) a identificação da origem dos assuntos discutidos nas plenárias. O estudo concluiu que há uma participação efetiva do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre no processo de decisão sobre a política, evidenciado no bom relacionamento entre este fórum e o gestor e no fato de que as principais questões relacionadas à saúde em Porto Alegre têm sido analisadas e decididas nas reuniões plenárias do Conselho. Entretanto, o estudo concluiu também que, no que tange à influência na formação da pauta de discussões, o gestor municipal predomina na proposição das ações debatidas no Conselho. Além disso, não tem havido por parte do Conselho Municipal de Saúde um acompanhamento na implementação das decisões. Assim, embora possamos atribuir ao tipo de envolvimento do Conselho Municipal de Saúde o status de participação (ARNSTEIN, 1969), o que tem havido é uma delegação de poder. O status de “controle cidadão” só se efetivará quando o Conselho Municipal de Saúde, além de ter poder de decisão sobre a política, conseguir efetivamente, exercer um controle sobre o gestor.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. **Conselhos de saúde: informação, poder e política social**. 1993. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 1993.

Resumo: Descreve acontecimentos molares das políticas de saúde no espaço da

VIII e a IX Conferências Nacionais de Saúde, especialmente no que se refere a participação comunitária e a controle social no Sistema Único de Saúde (SUS), assim como os acontecimentos moleculares na legislação e na organização do Conselho Municipal de Saúde de Joinville. Reflete sobre os conceitos de informação, poder, política social e conselhos de saúde.

LIPORONI, Andréia Aparecida Reis de Carvalho. **O Conselho Municipal de Saúde de Franca: estudo sobre a participação e o controle social**. 2006. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

Resumo: O Conselho Municipal de Saúde (CMS) é um importante instrumento de interlocução regulada e institucionalizada na formulação de diretrizes e na fiscalização e avaliação da política de saúde no Brasil. Analisa a atuação do Conselho Municipal de Saúde de Franca (SP). Objetiva conhecer a dinâmica do CMS no processo de gestão, financiamento e controle da política de saúde do município e como a administração municipal reconhece o Conselho como seu interlocutor na gestão do setor saúde. A pesquisa foi realizada entre fevereiro de 2004 a julho de 2005 e utiliza a abordagem qualitativa de pesquisa em saúde. A partir da análise documental das Atas do CMS, de matérias de jornais veiculadas na cidade no mesmo período e das entrevistas com os conselheiros municipais identifica assuntos temáticos que nortearam a discussão do estudo. Assim, constata um grande esforço dos conselheiros em assumir seu papel no desempenho de suas funções, porém encontra alguns limites que dificultam a efetividade do controle social. Cita assim, a questão político-partidária dos membros do conselho e a manipulação por parte da administração municipal. Encontra também potencialidades para efetivação do direito à participação nas decisões que vão desde a capacitação dos conselheiros até a criação de mecanismos para dar maior visibilidade ao Conselho e assim propiciar que este possa dar voz as demandas da população.

MACEDO, L. C. **Controle social em saúde e a participação dos usuários: revisão bibliográfica dos últimos 10 anos**. 2005. Dissertação (Mestrado em Enfremagem) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.

Resumo: Analisa a produção científica a respeito da participação e do controle social no setor saúde, no Brasil, no período advindo da carta constitucional de 1988, através de artigos indexados na base de dados LILACS nos últimos 10 anos. Para a análise, classifica os artigos de acordo com o tema correlacionado com a

participação e o controle social. Conclui que apesar do direito de participação e controle social estar garantido pela legislação vigente, o processo para a construção desses direitos caracteriza-se por vários desafios na consolidação do direito à saúde, conquistado através da constituição cidadã. O aumento do número de espaços formais para essas atividades não garante a qualidade dessa participação. Ou seja, é preciso avaliar se os espaços institucionais têm sido usados para a tomada de decisões a favor dos interesses coletivos, de forma democrática, ou se apenas surgiram novos espaços para a representação de velhos interesses corporativistas e individuais.

MARTINS, Poliana Cardoso. **Controle social no Sistema Único de Saúde:** análise da participação social e empoderamento da população usuária do sistema sanitário. 2007. Dissertação (Mestrado em Nutrição) - Universidade Federal de Viçosa.

Resumo: Analisa a experiência do controle social via Conselho Municipal de Saúde (CMS) e afim de compreender a representação social dos usuários do PSF, sobre a realidade do SUS, no município de Teixeiras (MG). Situa o estudo no campo da pesquisa social e utiliza primordialmente, o referencial teórico metodológico instrumental da pesquisa qualitativa, onde foram entrevistados 32 conselheiros (84,2% do total de conselheiros) e 136 usuários das unidades de saúde da família (USF) (11% dos cadastrados no HIPERDIA e que realizavam acompanhamento nas 4 USF), estes últimos foram selecionados de forma aleatória durante os atendimentos e atividades realizadas na USFs. Ao analisar a experiência do controle social em saúde, via CMS, observa que a possibilidade de uma gestão participativa no SUS, não se consolidou como uma prática efetiva de gestão pública. Verifica um grande desconhecimento sobre as bases legais e ideológicas da participação social em saúde, gerando assim uma forte influência dos gestores locais na dinâmica e funcionamento do CMS, principalmente na determinação de seus membros, impedindo, desta forma, que este seja um espaço concreto para que os usuários se apropriem da forma institucional e política do conselho e, principalmente da possibilidade de interferir, discutir e deliberar sobre as questões de saúde do município. Ao se analisar as representações sociais dos usuários sobre o SUS, observa uma visão marcada pela focalização da assistência, apontando para a concentração de recursos públicos em segmentos mais pobres da sociedade e, também uma visão centrada no modelo de atenção biomédico. Ressalta, ainda que o PSF, todavia, não conseguiu alcançar seus objetivos de proporcionar mudanças na práxis em saúde, visando além da assistência em saúde estimular o empoderamento/libertação coletivo da população atendida. Os dados apresentados em ambas as avaliações, apontam para um grande desconhecimento da população estudada sobre o sistema sanitário, bem como, sobre seus direitos

sociais conquistados pela Constituição de 1988. Diante da realidade vivenciada, ressalta a necessidade de maior empoderamento/libertação da população, visando construir possibilidades efetivas para que a população seja participante ativa do processo de construção de um projeto assistencial comum, realmente fundamentado nos ideais democráticos do SUS, sendo o PSF estrategicamente importante na transformação desta realidade. Uma das possibilidades para a mudança dessa realidade seria a realização de práticas educativas, transformando estes atores sociais em protagonista da construção da sua própria história.

OLIVEIRA, Milca Lopes de. **Controle social e gestão participativa em saúde pública:** a experiência de conselhos gestores de unidades de saúde do município de Campo Grande/MS - 1994/2002. 2003. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

Resumo: A trajetória da participação social no Brasil evoluiu, desde os anos 60, de movimento operário e sindicatos culminando num processo de institucionalização através dos Conselhos Sociais. Na Saúde Pública, esta participação foi legalizada pela Lei 8.142/90 na perspectiva do Controle Social. Neste contexto, este estudo tem como objetivo conhecer a prática do Controle Social e Gestão Participativa exercida em Conselhos de Unidades de Saúde. Metodologia. Foram feitos Estudos de Casos de 5 Conselhos, tendo como fontes principais os registros das Atas, a legislação e documentos do município e como referencial para análise do processo decisório um documento do ILPES/CLAPS (1975). Resultado. Os Conselhos se organizam em plenário com o coordenador, secretário, composição, hoje, paritária, representatividade reduzida, periodicidade mensal e substituições freqüentes de conselheiros. O funcionamento das reuniões se orienta por uma agenda ficando explícitas as demandas voltadas, predominantemente, para situação epidemiológica e serviços de saúde. O processo decisório contempla, com percentagem significativa, os elementos técnico-administrativos e técnico-operacionais. A partir de 1998, o Controle Social vem se fortalecendo através de decisões e encaminhamentos mais concretos. Conclusões. Dentre outros aspectos, constata-se que a capacidade de deliberação precisa ser fortalecida através de capacitação com elementos técnico-político-administrativos, representatividade e fortalecimento da cidadania, divulgação das atividades dos Conselhos e maior articulação entre os vários Conselhos e Fóruns do município.

PASCALI, Jaqueline de. **Formas de organização da participação social em um Sistema Local de Saúde:** um estudo de caso. 2005. 130f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2005.

Resumo: Discute a organização da participação social, bem como sua forma de atuação no Conselho Municipal de Saúde no município de Itapeverica da Serra, à luz da legislação do Sistema Único de Saúde, por intermédio de uma abordagem qualitativa, adotando-se o desenho de um Estudo de Caso, empregando, para a coleta de dados, a análise documental e a entrevista. Através da técnica da Análise temática identifica, entre os achados nas atas de reuniões do Conselho no período de 1993 a 2004 e as entrevistas realizadas com conselheiros e gestores, a prática da participação social. Afirma que o Movimento Popular de Saúde, iniciado nos anos de 1980 naquele município, teve forte influência na prática da participação no Conselho Municipal de Saúde. A implantação e o funcionamento dos Conselhos de Unidades de Saúde, os quais formam o colegiado que elege os conselheiros municipais representantes dos usuários e dos trabalhadores, parecem colocar em prática a interlocução dos conselheiros com a população local. Vários autores identificam a importância do Conselho Municipal de Saúde para a consolidação do Sistema Único de Saúde, porém, salientam também que a organização e atuação da participação social ainda são incipientes. Mesmo que essa participação se traduza, em grande parte, na demanda por serviços, ou seja, entendida, principalmente, como forma de “ajudar o próximo”, vale lembrar que existe efetivamente uma discussão coletiva em espaço público. Se a prática dos conselheiros pode parecer limitada considerando-se o que se define como “controle social” sua disposição e disponibilidade em relação a vida social e coletiva merecem destaque e respeito.

PEREIRA, Elisabete de Oliveira. **Conselho estadual de saúde do Rio Grande do Sul:** atores, conflitos e articulações - 1999 a 2002. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Resumo: Trata da relação entre os atores que participaram no Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul (CES/RS), no período 1999 a 2002. A partir da leitura de Atas das Reuniões Plenárias do CES/RS seleciona alguns conflitos e articulações em torno dos quais os conselheiros manifestaram posicionamentos acerca do funcionamento e do desempenho do Conselho. Através da formação da pauta e da atuação dos Conselhos Regionais, usuários e trabalhadores, em aliança com o gestor estadual, influenciaram a decisão no CES/RS e criaram meios para aumentar o controle sobre a distribuição dos recursos financeiros repassados a municípios e hospitais. Identifica que eles atuaram na intensificação do controle

sobre o repasse de verbas, ao mesmo tempo que, confrontavam interesses dos gestores municipais e dos prestadores privados de serviços.

PINHEIRO, R. **Os Conselhos Municipais de Saúde:** o direito e o avesso. Rio de Janeiro, 1995. Dissertação (Mestrado) - IMS, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1995.

Resumo: Analisa os Conselhos Municipais de Saúde, fazendo abordagens político-institucionais e discutindo as bases do processo de descentralização nas políticas de saúde.

RAMMINGER, Ignez Maria Serpa. **Orçamento participativo de Porto Alegre:** uma experiência local de participação popular e controle social. 1997. 111f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1997.

Resumo: Reconhece o direito à participação popular na gestão pública e acredita que a população pode e deve adquirir a capacidade de se apropriar da “coisa pública para tomar decisões, intervir e fiscalizar os rumos do Estado, o governo municipal passou a criar canais de participação, procurando constituir-se em um pólo incentivador, educativo e tensionador da organização e da participação popular na gestão do poder Executivo Municipal. Para tanto, foram reformulados e criados novos Conselhos Municipais setoriais, dentre os quais o Conselho Municipal do Orçamento Participativo. O Orçamento Participativo, organizando-se a partir de Plenárias Regionais e Temáticas e constituindo-se numa estrutura de representação social direta e semi-direta, segundo seus formuladores, implica uma inversão radical tradicional Estado/sociedade civil no Brasil.

RIBEIRO, Daniela Mesquita de Franco. **Conselhos de saúde:** participação, autonomia e cooptação. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade de Brasília.

Resumo: Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas de Saúde (CGPPS) foram criados para permitir a participação conjunta da sociedade e do Estado na elaboração de políticas públicas na área da saúde. Contudo, a sua ampla disseminação não conduz automaticamente ao diagnóstico de ampliação da participação política e fortalecimento da democracia. A fim de encontrar indícios sobre a real contribuição dos CGPPS, desvela a autonomia organizacional de tais instâncias, por meio da

análise histórico-contextual e institucional-legal. Argumenta que a criação dos CGPPS em um contexto de democratização perpassado por diferentes práticas políticas se deve, para além da influência da efervescente mobilização social, à permeabilidade do Estado. A disseminação de tais instâncias é interpretada, assim, como fruto da interação entre Estado e sociedade. Nessa perspectiva, apesar de haverem sido criados pelo Estado e integrarem o aparato estatal, os CGPPS não são automaticamente cooptáveis sendo passíveis de autonomia organizacional. Esta é avaliada em duas perspectivas, a interna mecanismos institucionais criariam igualdade de condições, e a externa caráter deliberativo permitiria inserção autônoma na burocracia de Estado. Chega-se a um duplo diagnóstico: apesar dos problemas quanto aos instrumentos para o exercício da autonomia organizacional, a estrutura participativa na formulação de políticas de saúde gera possibilidades de interação entre atores outrora impensáveis.

RODRIGUES, Marco Antonio Siqueira. **Sistema único de saúde (SUS) e “controle social”**: a experiência de um conselho gestor em Belém-PA. 2007. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão.

SAMPAIO, Sergio Blasbalg de Arruda. **O olhar governamental sobre os conselhos de políticas públicas**: o caso do conselho municipal de saúde de São Paulo no período de 2001 a 2004. 2006. Dissertação (Mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2006.

Resumo: A proliferação institucional dos Conselhos de políticas públicas no Brasil é uma realidade inegável. São mais de 28 mil Conselhos Municipais implantados no país, reunindo um número de conselheiros da sociedade civil que supera em mais de três vezes a quantidade de vereadores democraticamente eleitos. Muito embora os dados numéricos reforcem as expectativas depositadas nesse mecanismo de participação institucionalizada, os estudos sobre o tema têm revelado um reduzido poder de influência destes órgãos sobre o processo de definição de políticas públicas. Objetiva dar luz a um enfoque pouco utilizado nas pesquisas acadêmicas para analisar os problemas vivenciados pelos Conselhos. Investiga como os atores governamentais com assento no Conselho observam as experiências conselhistas e como explicam o desempenho destes espaços públicos. Com base no estudo de caso do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo (CMS/SP) no período de 2001 a 2004 pretende construir um diagnóstico alternativo sobre o desempenho do Conselho, alertando para os constrangimentos vividos pelo governo para a negociação das políticas; para as dificuldades da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (SMS/SP) em realizar processos

participativos; para a avaliação negativa dos atores governamentais em relação à legitimidade, representatividade e qualificação dos conselheiros societais; e para a baixa capacidade propositiva do CMS/SP.

SANTOS, Romualdo Anselmo dos. **Controle social da Política de Saúde no Brasil**. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília.

Resumo: Trata da análise dos mecanismos disponibilizados pelo governo para o controle, pela sociedade, da política pública de saúde e da verificação da prática de controle social — cidadania e participação — dessa política em três municípios, quais sejam: Valença (BA), Unaí (MG) e Luziânia (GO). Emprega a técnica de análise documental para o estudo dos mecanismos de controle estabelecidos na legislação vigente; e, para a verificação da prática de controle social, faz sondagens nos municípios citados com usuários do serviço público de saúde e com conselheiros dos respectivos Conselhos Municipais de Saúde. Nas sondagens utiliza questionários distintos para usuários e conselheiros, para estes utiliza questões abertas e fechadas, enquanto que para os primeiros apenas questões fechadas. Na análise dos dados utiliza o método comparativo para as repostas dos usuários, estabelecendo um mínimo para consideração de desempenho satisfatório a partir dos indicadores de cidadania (direitos, deveres e participação). Na análise e crítica dos dados extraídos das sondagens com conselheiros, utiliza o questionamento e a comparação. Não se verificou diferença significativa entre os resultados obtidos nos diferentes municípios. Em geral os usuários apresentam despreparo para o controle social efetivo, desconhecendo os mecanismos à sua disposição para aquele exercício. Os conselhos municipais de saúde funcionam mais como um referendo para as decisões dos Executivos municipais, sendo que os conselheiros não são, necessariamente, os representantes reais dos usuários do serviço de saúde. A situação pode ser devida à falta de acompanhamento do Poder Público, por meio de instrumentos de controle governamentais existentes, ou o distanciamento desse Poder, o principal formulador da política, daquele responsável pela implantação e execução, o agente.

SILVA, Geovani Gurgel Acioli da. **O controle Social no Sistema único de saúde**: um estudo de caso de Jundiá. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas) - Universidade Estadual de Campinas.

SILVA, Maira T. Controle Social e participação popular na política de saúde: ação/intervenção de enfermagem junto a um conselho local de saúde, Chapecó-SC. 2004. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

Resumo: Define por objeto a ação de um Conselho Local de Saúde no município de Chapecó-SC. Objetiva compreender a percepção de Controle Social e o processo de construção da participação popular na Política de Saúde no município de Chapecó. A perspectiva foi contribuir para a construção de alternativas de qualificação deste conselho, podendo possibilitar uma intervenção na Política de Saúde do Município, o que pode garantir a efetiva participação do mesmo no controle social. Reflete sobre os direitos dos usuários do SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE e sua participação nas discussões sobre as ações prioritárias a serem implantadas no seu espaço de inserção. Para compreender a realidade estudada, utiliza como instrumento de pesquisa a análise documental, a entrevista e a realização de encontros com o Conselho Local de Saúde da Policlínica Cristo Rei e com o Conselho Municipal de Saúde. Os sujeitos entrevistados foram os conselheiros locais da Policlínica Cristo Rei. Percebe que houve muitos avanços no trabalho realizado com este Conselho Local de Saúde, em especial a garantia de participação em alguns espaços de discussão da Política de Saúde no Município de Chapecó. No entanto, alguns limites ainda são identificados, como a necessidade de qualificação na relação entre os diversos espaços de inserção popular, bem como a dificuldade de acesso a informações que fortaleçam sua intervenção nas políticas públicas.

Palavras Chave: Controle Social. Participação popular. Política de saúde. Poder.

SOARES, Jinadiena da Silva. Os conselhos de Saúde em Alagoas: uma análise teórica e conceitual. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Alagoas.

Resumo: Versa sobre a atuação e a efetividade da participação social nos conselhos de saúde, instrumentos legais de controle social da sociedade sobre as ações do Estado. Analisa até que ponto o Estado permite que a sociedade participe das decisões a fim de determinar os rumos da política de saúde. Para alcançar o objetivo estabelecido utiliza as pesquisas bibliográfica e documental. A análise parte do pressuposto de que as transformações imprimidas às políticas sociais brasileiras, mormente após a adoção do projeto neoliberal a partir de 1989, favorecem a discussão da atuação dos conselhos de saúde. A dissertação está estruturada em três capítulos. O primeiro trata da participação social e do controle social, a partir do estudo da relação Estado e sociedade civil em Gramsci, analisa o Estado brasileiro e as conseqüências da adoção do neoliberalismo. O

segundo contextualiza a política de saúde no país, o surgimento do Movimento de Reforma Sanitária e as conquistas da Constituição de 1988. Discute a mercantilização da saúde, o processo de universalização excludente e historiciza o início da participação social institucionalizada na política de saúde brasileira. O terceiro capítulo mostra como vem se dando o funcionamento dos conselhos de saúde, descreve a atual conjuntura alagoana, pesquisas sobre os conselhos, apresentando limites e desafios para essa atuação e as analisa refletindo, mais profundamente, sobre as raízes desses problemas. Conclui que os conselhos, na realidade alagoana, não estão aptos para modificar a relação Estado e sociedade civil, apesar de, potencialmente, se constituírem em formas de resistência nos limites da sociedade capitalista.

SOUSA, Renata Mota Rodrigues Bitu. A participação popular em saúde: um recorte sobre o conselho gestor da unidade de saúde da família no bairro do Bom Retiro em São Paulo. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, 2005.

Resumo: Investiga a consolidação da participação popular em saúde no âmbito do Conselho Gestor da Unidade de Saúde da Família no bairro do Bom Retiro em São Paulo. A necessidade de formação do conselho nesta unidade de saúde esteve em estreita relação com a implantação do Programa Saúde da Família e também como cumprimento a uma das metas do plano de governo municipal. Parte do pressuposto de que a participação popular tem seus desdobramentos na vida cotidiana dos conselheiros e que o exercício do controle social depende intrinsecamente do modo como acontecem as relações de poder dentro e fora dos conselhos. Acompanha a história do referido conselho desde a sua gênese, e segue durante dezoito meses consecutivos, realizando observação de campo e entrevistas não diretivas com seis conselheiros. Dos resultados e análises preliminares revela que a necessidade de criação do conselho em tela partiu de uma meta estabelecida pela prefeitura. A constituição deste espaço de controle social ocorreu, portanto, por força de uma norma institucional. Outra questão que permeou o conselho foi a diversidade de concepções do território naquela realidade. Dentre elas, a dos documentos oficiais, esferas de governo municipal e estadual, a outra seria a área de abrangência definida pelos técnicos da unidade de saúde e por fim, o território vivido pelas pessoas que moram e trabalham no bairro. Identifica que a participação da comunidade considerada pelos conselheiros usuários não contemplava a diversidade étnica, cultural e política de todos os grupos populacionais existentes no bairro. Considera que a consolidação dos conselhos locais é importante por estarem mais próximos da realidade de vida das pessoas e menos impregnados da burocracia administrativa o que tornam as discussões menos tecnicamente densas e mais socializadoras.

VASCONCELOS, Cipriano Maia de. **Paradoxos da mudança no SUS**. 2005. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas.

Resumo: Discute os paradoxos e contradições associados à implementação do Sistema Único de Saúde num contexto sócio-político marcado pelas expectativas de mudança na condução da política de saúde no Brasil. Define como objeto de investigação a produção discursiva e deliberativa sobre o processo de gestão compartilhada do SUS produzida nas instâncias de pactuação e de controle social, em âmbito nacional. Avalia o significado das decisões produzidas nesse processo, inquirendo se estavam coerentes com as expectativas de mudança na gestão do SUS e se estavam orientadas para a racionalização do sistema. Para tanto, analisa a agenda, as decisões e os debates produzidos no Conselho Nacional de Saúde, na Comissão Tripartite e na 12ª Conferência Nacional de Saúde. A análise toma por referência a produção discursiva sobre a reforma sanitária orientada pelo pressuposto de que as mudanças implementadas nesses dois anos não corresponderam às expectativas dos que reclamavam essas transformações. Os resultados do estudo permitiram afirmar esse descompasso entre experiência e expectativa e que, no período estudado, as mudanças na organização e na gestão do SUS não superaram os déficits de racionalidade encontrados e mantiveram um caráter incremental. Avalia que não se conformaram projetos de mudança nos arranjos e nos mecanismos de gestão do SUS e que o conflito federativo e a disputa de interesses no âmbito setorial dificultaram a construção de consensos políticos sobre os rumos da mudança. Aponta para a necessidade de questionar os discursos e as práticas de gestão vigentes no SUS como caminho para a construção de alternativas que superem os gargalos e os limites na implementação da política de saúde.

WERNER, Sonia Acioli. **Participação social em saúde: a experiência do conselho municipal de saúde de Niterói**. 1994. 137f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1994.

Resumo: Analisa a participação social institucionalizada no Conselho Municipal de Saúde de Niterói no período de julho de 1992 a dezembro de 1993. Aponta as formas de interrelação que se estabelecem entre os segmentos representados nesse fórum - usuários, profissionais de saúde e poder público - identificando os interesses e demandas colocadas, percebendo o poder de influência desses atores sociais na formulação das políticas de saúde no município de Niterói. Desenvolve uma discussão conceitual sobre concepções de participação social, em particular a de participação popular, controle social e representatividade. Discute os limites do sistema representativo (tradicionalmente indicado como a forma ideal de

participação social), apontando a pertinência de formas complementares de representação com a participação direta. Apresenta e discute aspectos voltados à formação, estrutura e funcionamento do Conselho Municipal de Saúde de Niterói, identificando as pautas e conteúdos privilegiados no período 92/93. E, finalmente discute a maneira como vem se efetivando as formas institucionalizadas de participação popular e controle social

2.1.3 Legislação

a) Constituição

BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal de 1988. **Constituição [da] República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988. Art. 194 e 198.

b) Decreto

BRASIL. Decreto nº 99.438, de 7 de agosto de 1990. Revogado pelo Decreto nº 5.839 de 2006. Dispõe sobre a organização e atribuições do Conselho Nacional de Saúde e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, 7 ago. 1990. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=134139>> . Acesso em: set. 2009.

c) Leis

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondente. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, 19 set. 1990. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=134238>>. Acesso em: set. 2009.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, 31 dez. 1990. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=134561>>. Acesso em: set. 2009.

d) Portarias

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 545, de 20 de maio de 1993. Estabelece normas e procedimentos reguladores do processo de descentralização da gestão das ações e serviços de saúde, através da Norma Operacional Básica – NOB/

SUS-93. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, 20 maio 1993. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1993/prto545_20_05_1993.html>. Acesso em: set. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.203, de 6 de novembro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, 6 nov. 1996. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1996/prt2203_05_11_1996.htm>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde (NOB/SUS de 06/11/1996). Tem por finalidade primordial promover e consolidar o pleno exercício, por parte do poder público municipal e do Distrito Federal, da função de gestor da atenção à saúde dos seus municípios (Artigo 30, incisos V e VII, e Artigo 32, Parágrafo 1º, da Constituição Federal), com a conseqüente redefinição das responsabilidades dos Estados, do Distrito Federal e da União, avançando na consolidação dos princípios do SUS.

e) Resoluções

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). Resolução nº 333, de 4 de novembro de 2003. Aprova as diretrizes para criação, reformulação, estruturação e funcionamento dos conselhos de saúde. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, 4 nov. 2003. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2003/reso333_04_11_2003.html> . Acesso em: set. 2009.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). Resolução nº 354, de 14 de setembro de 2005. Aprova o documento “diretrizes nacionais para o processo de educação permanente no controle social do sistema único de saúde-sus”. [Ementa elaborada pela biblioteca do Ministério da Saúde]. **diário oficial [da] república federativa do Brasil,** Brasília, 14 set. 2005. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2005/reso354_14_09_2005.html>. Acesso em: set. 2009.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). Resolução nº 361, de 12 de julho de 2006. Aprova o Regimento Eleitoral para o triênio 2006/2009. **Diário Oficial**

[da] República Federativa do Brasil, Brasília, 12 jul. 2006. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2006/reso361_12_07_2006.html>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: Tem por objetivo regulamentar a eleição das entidades e dos movimentos sociais dos usuários do Sistema Único da Saúde - SUS, das entidades de profissionais de saúde e da comunidade científica da área de saúde, das entidades de prestadores de serviços de saúde e das entidades empresariais com atividades na área de saúde, de acordo com o estabelecido no Decreto nº 5.839 de 11 de julho de 2006, e na Resolução CNS nº 333, de 04 de novembro de 2003, para o mandato 2006/2009.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). Resolução nº 363, de 6 de setembro de 2006. Aprova a Política Nacional de Educação permanente para o controle social no SUS, para a implementação nas três esferas de governo – federal, estadual e municipal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 6 set. 2006. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2006/reso363_11_08_2006.html>. Acesso em: set. 2009.

2.1.4 Livros e Coletâneas

ALBUQUERQUE, Maria do Socorro Veloso et al. Consolidando a gestão participativa e o controle social na cidade do Recife, 2001-2005. In: BRASIL. Ministério da Saúde; CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE (Brasil). **Prêmio Sérgio Arouca de Gestão Participativa:** trabalhos premiados e menções honrosas: resumos. Brasília, Ministério da Saúde, 2007. p.48-51. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).

ALVES, Solange Ferreira. Fortalecimento do controle social através da participação, aproximação e cooperação do CES junto ao CMS. In: BRASIL. Ministério da Saúde; CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE (Brasil). **Prêmio Sérgio Arouca de Gestão Participativa:** trabalhos premiados e menções honrosas: resumos. Brasília, Ministério da Saúde, 2007. p.18-20. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).

AVRITZER, Leonardo et al. **Relatório de pesquisa apresentado à FAPEMIG cõo resultado do projeto Reinventando os mecanismos de inclusão e controle social nos conselhos de saúde.** Belo Horizonte, 2005. Disponível: <<http://www.democraciaparticipativa.org/files/reinventandomecanismos.pdf>>. Acesso em set. 2009.

BATISTA JÚNIOR, Francisco. **Os desafios para o exercício do controle social no Brasil.** [200-]. Entrevista concedida a Assessoria de Comunicação do CNS. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2006/jornal6/entrevistajunior.htm>. Acesso em: 21 jun. 2009.

BRAGA, José. Campinas, o SUS e o OP, controle social e investimentos públicos: avanços, limites e possibilidades. In: BRASIL. Ministério da Saúde; CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE (Brasil). **Prêmio Sérgio Arouca de Gestão Participativa:** trabalhos premiados e menções honrosas: resumos. Brasília, Ministério da Saúde, 2007. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. **A prática do controle social:** conselhos de saúde e financiamento do SUS. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 2000. (Série Histórica do CNS, n. 1). Disponível: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/A_Pratica_Control_Social.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coletânea de comunicação e informação em saúde para o exercício do controle social.** Brasília, 2006. 156 p. Disponível: <http://www.projektoradix.com.br/arq_artigo/livros/coletanea01.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coletânea de comunicação e informação em saúde para o exercício do controle social.** Brasília, 2007. 156 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coletânea de Normas para o controle social no Sistema Único de Saúde.** 2006. Disponível: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/coletanea_miolo.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Direitos dos Usuários dos Serviços e das Ações de Saúde no Brasil - Legislação Federal Compilada – 1973 a 2006.** Brasília, 2007. 494 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de endereços do controle social.** Brasília, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de referências para o controle social:** manual do conselheiro. Brasília, 1994.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Incentivo à participação popular e controle social no SUS:** textos técnicos para conselheiros de saúde. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O CNS e a construção do SUS:** referências estratégicas para melhora do modelo de atenção à saúde. Brasília, 2003. 82p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. **O SUS e o controle social:** guia de referência para conselheiros municipais. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plenárias nacionais de conselhos de saúde:** resgate histórico do conselho social no SUS. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de educação permanente para o controle social no Sistema Único de Saúde.** Brasília, 2007.

BRASIL. Secretaria de Gestão de Investimentos em Saúde. Departamento de Gerenciamento de Investimentos. **Caderno de Atividades:** curso de capacitação de conselheiros estaduais e municipais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 80 p. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderno_atividades_curso.pdf>. acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Secretaria de Gestão de Investimentos em Saúde. Departamento de Gerenciamento de Investimentos. **Guia do conselheiro:** curso de capacitação de conselheiros estaduais e municipais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 165 p. Disponível em: <<http://sna.saude.gov.br/download/Guia%20do%20conselheiro%20de%20saude.pdf>>. Acesso em: ago. 2009.

CARVALHO, A. I. Conselhos de Saúde, Responsabilidade Pública e Cidadania: a Reforma Sanitária como Reforma do Estado. In: FLEURY, S. **Saúde e democracia: a luta do CEBES**. São Paulo: Lemos Editorial, 1997. p. 93-112.

Resumo: Antônio Ivo aponta para a necessidade de se pensar os conselhos de saúde não estritamente vinculados ao âmbito da reforma sanitária, mas como expressão de um novo processo de reforma democrática do Estado, o autor articula sob uma nova ótica os temas da reforma do Estado, da participação de atores públicos e da política de saúde.

CARVALHO, Antônio Ivo de. **Conselhos de saúde no Brasil: participação cidadã e controle social**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1995. 135 p.

Resumo: Analisa a experiência concreta da implantação dos Conselhos de Saúde no Brasil, sua evolução histórica, seus marcos políticos e jurídicos e suas possibilidades e limites no panorama atual.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Diretrizes nacionais para capacitação de conselheiros de saúde**. Reimpressão. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 20 p. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/diretrizes_capacitacao.PDF>. Acesso em: ago. 2009.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **A prática do controle social: conselhos de saúde e financiamento do SUS**. Reimpressão. Brasília: Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde, 2002. 60 p. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/A_Pratica_Control_Social.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Plenárias Nacionais de Conselhos de Saúde - Resgate Histórico do Controle Social no SUS**. Brasília, 2006. 256p. (Série I. Histórica do CNS).

CORREIA, Maria Valéria Costa. Controle social. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. **Dicionário da Educação profissional em saúde**. 2.ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. 478 p.

CORREIA, Maria Valeria Costa. Controle Social na Saúde. In: MOTA, Ana Elizabete et al (Org.). Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2006. v.1, p. 111-138.

CORREIA, Maria Valéria Costa. **Desafios para o controle social: subsídios para capacitação de conselheiros de saúde**. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2005. 278 p.

CORREIA, Maria Valéria Costa. **Que controle social? Os conselhos de saúde como instrumento**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000. 162 p.

COSTA, Ana Maria; **GUIMARÃES**, Maria do Carmo Lessa **Controle social uma questão de cidadania: saúde é assunto para mulheres**. São Paulo: Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; 2002. 64 p. Disponível em: <http://extranet.saude.prefeitura.sp.gov.br/areas/crs-leste/recursos-humanos/desenvolvimento-arquivos/capacitacao-para-implementar-a-consulta-de-enfermagem-no-pre-natal-e-no-pos-parto-usp/material-seminario-estadual-saude-da-mulher/control-social/control_social_questao_cidadania_2002.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2009.

Resumo: Este trabalho busca informar e atualizar as mulheres sobre os mecanismos legais de que dispõem, para que possam cobrar os seus direitos

nos seus locais de trabalho, moradia, de participação política e como usuárias dos serviços; destacando a importância da participação social como forma de assegurar direitos já conquistados e de reivindicar novos direitos na área da saúde e demais âmbitos da cidadania.

DAL POZ, Mário Roberto; **PINHEIRO**, Roseni. **A qualidade dos serviços de saúde e os espaços de controle social**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ/ABRASCO, 1996. 52 p. (Saúde e Movimento, 3).

Resumo: Discute propostas de melhoria do funcionamento dos serviços de saúde e suas inter-relações com os espaços de controle social, bem como o seu impacto nas condições de vida da população do Estado do Rio de Janeiro.

JACOBI, Pedro. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. 152p.

Resumo: Apresenta resultados de pesquisas desenvolvidas na última década sobre temas como participação e controle social, construção do espaço público nas relações entre poder público e sociedade civil, alcances e limites de engenharias institucionais inovadoras na gestão da coisa pública, e cidadania. Tem como tema articulador a participação popular na gestão pública e as transformações qualitativas na relação Estado/sociedade civil. Aborda os temas de participação e da descentralização. Discute a participação e suas múltiplas dimensões, o seu impacto na redefinição das relações entre Estado e sociedade civil no Brasil. Aborda a descentralização nos seus aspectos teórico-conceituais, refletindo sobre algumas experiências internacionais. Caracteriza as políticas de descentralização da saúde e da educação no Brasil após a promulgação da Constituição de 1988. Analisa experiências de descentralização da gestão municipal nas áreas da educação e da saúde entre 1989 e 1994. Argumenta que a participação está vinculada ao processo de descentralização, podendo contribuir para a democratização do poder público e para o fortalecimento de uma cidadania ativa. Acredita que os resultados servem para aprofundar a reflexão sobre as dimensões da participação e as possibilidades de ampliação da cidadania, tendo como base analítica estudos de caso.

KAYANO, J.; **TEIXEIRA**, A. C. C.; **TATAGIBA**, L. **Saúde: controle social e política pública**. São Paulo: Instituto Pólis, 2007. 120p. (Série Observatório dos direitos do cidadão. Acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São

Paulo, 29). Disponível em: <http://www.polis.org.br/obras/arquivo_261.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2009.

Resumo: Saúde, controle social e política pública tem como foco as políticas sociais nos dois primeiros anos da Gestão José Serra/Gilberto Kassab e a atuação dos conselhos municipais. O presente caderno, que faz considerações sobre a política de saúde, discute a co-relação entre a produção da política e ação do conselho de direitos, aportando elementos para a reflexão crítica sobre a participação cidadã nos espaços de deliberação das políticas públicas.

LACERDA, Eugênia. **O SUS e o controle social: guia de referência para conselheiros municipais**. Brasília: Ministério da Saúde, Coordenação de Informação, Educação e Comunicação, 1998. 83 p.

Resumo: Coloca a disposição dos conselheiros de saúde, informações básicas de que necessitam para levar a bom termo sua missão, principalmente, como subsídio para as oficinas de capacitação ou para grupos de estudo dos mais diversos segmentos da sociedade que desejem se preparar para a participação efetiva nos conselhos.

LACERDA, Eugênia. **O SUS e o controle social: guia de referência para conselheiros municipais**. Brasília: Ministério da Saúde, Coordenação de Projeto de Promoção de Saúde; 2001. 83 p.

PASSOS, M. M. B.; **TRAMONTANO**, C. M. L.; **SOUZA**, R. M. **Controle social e assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde: a percepção dos conselheiros usuários das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro**. [199-]. Disponível em: <<http://i-bras.net/Arquivoscientificos/Assistencia%20Farmaceutica/Controle%20social%20e%20assistencia%20farmaceutica%20no%20SUS.pdf>>. Acesso em: jun. 2009.

PEREIRA, Edsaura Maria. Gestão democrática e controle social no SUS. In: BRASIL. Ministério da Saúde; CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE (Brasil). **Prêmio Sérgio Arouca de Gestão Participativa: trabalhos premiados e menções honrosas: resumos**. Brasília, Ministério da Saúde, 2007. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).

PRIMO, Priscila. Os conselhos locais de saúde do município de Ponta Grossa - PR e sua contribuição para o controle social do SUS e para o processo de emancipação política do cidadão. In: BRASIL. Ministério da Saúde; CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE (Brasil). **Prêmio Sérgio Arouca de Gestão Participativa**: trabalhos premiados e menções honrosas: resumos. Brasília, Ministério da Saúde, 2007. p.109-113. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).

RAMOS, C. L. Conselhos de saúde e controle social. In: EINBENSCHUTZ, C. (Org.). **Política de Saúde: o Público e o Privado**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1996. p. 329-344.

REBIDIA. Controle Social e a Participação nos Conselhos Municipais. 1998. Disponível em: <<http://www.rebidia.org.br/noticia1.html>>. Acesso em: jun. 2009.

Resumo: Os desafios para o exercício do controle social no Brasil.

REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE, DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS (Brasil). **A presença da mulher no controle social das políticas de saúde**: anais da Capacitação de multiplicadoras em controle social das políticas de saúde. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003. 210 p.

SATO, A. K. et al. **Os Conselhos de política social** – algumas conclusões e resultados. Brasília: IPEA, fev. 2003. p. 121- 126. (Série políticas sociais - acompanhamento e análise, n. 6). Disponível: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_06/ensaio1_Ademar.pdf

Resumo: O estudo dos conselhos, realizado pela Diretoria de Estudos Sociais (Disoc) do Ipea, mobilizou um grupo de técnicos e auxiliares de pesquisa, o qual levantou informações e analisou, durante mais de um ano, o Conselho Nacional de Saúde (CNS), o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e o Conselho de Gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). A pesquisa fez parte da trilogia de estudos que estruturou a agenda de trabalho da Disoc em 2001-2002, composta ainda pelo estudo do Financiamento das Políticas Sociais e do Acompanhamento da sua Execução, sobretudo com base no Plano Plurianual (PPA). O objetivo mais geral do projeto era proporcionar um arcabouço de informações. quantitativas

e qualitativas sobre a participação da sociedade no desenho, na concepção e na gestão das políticas sociais.

2º ENCONTRO Nacional de Conselheiros de Saúde: efetivando o controle social: relatório final. Brasília, Ministério da Saúde, 1999.

SILVA, Frederico Augusto Barbosa da; **ABREU**, Luiz Eduardo de Lacerda. **Saúde: capacidade de luta, a experiência do Conselho Nacional de Saúde**. Brasília: IPEA, dez. 2002. 55 p. ilus, tab. (IPEA. Texto para Discussão, 933). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0933.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2009.

Resumo: Relata que a Constituição de 1988 criou conselhos em quase todas as áreas da administração federal, com a idéia de promover a participação popular na elaboração de políticas públicas. Relata que, após 24 anos de regime militar autoritário e restrições da liberdade, a idéia de participação ressurgiu na agenda política. Conta que, durante os últimos 14 anos, os conselhos vêm mudando a idéia de que é simples a promoção de uma cultura democrática dentro da realidade política da luta diária por recursos governamentais. Trata do papel desempenhado pelo Conselho Nacional de Saúde Pública, considerado o mais influentes e o mais bem-sucedido conselho jamais criado. Afirma que, do ponto de vista antropológico e “microsociológico”, pode-se fazer a seguinte pergunta: como foi possível ao conselho influenciar a elaboração de políticas públicas apesar da resistência burocrática e política?

SOARES, Jinadiene da Silva. O Controle Social na Política de Saúde. In: AMARAL, Maria Virgínia Borges; TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. (Org.). **Serviço Social, Trabalho e Direitos Sociais**. Maceió: EDUFAL, 2001. p. 153-164.

TATAGIBA, L. A institucionalização da participação: os conselhos municipais de políticas públicas na cidade de São Paulo. In: AVRITZER, L. (Org.). **A participação em São Paulo**. São Paulo: Unesp, 2005. p. 323-370.

VALLA, V. V. (Org.) **Participação Popular e os Serviços de Saúde: o controle social como exercício da cidadania**. Rio de Janeiro: Pares, 1993.

2.1.5 Periódicos

ACIOLE, Giovanni Gurgel. Algumas questões para o debate do controle social no Sistema Único de Saúde. **Saúde em debate**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 63, p. 63-73, 2003. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=\Acervoo1\drive_n\Trbs\FIOCRUZ_SaudeEmDebate\SaudeDebate.DOC&pasta=V.27,%20N.63%20-%20jan./abr.%202003&pesq=>>. Acesso em: 23 jun. 2009.

ACIOLE, Giovanni Gurgel. Das dimensões pedagógicas para a construção da cidadania no exercício do controle social. **Interface: Comun., Saúde, Educ.**, Botucatu (SP), v. 11, n. 23, p.409-426, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v11n23/a02v1123.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2009.

Resumo: Aborda a prática do controle social no Sistema Único de Saúde (SUS) em sua dimensão pedagógica. A prática do controle social tem sido saudada como alternativa de democracia direta, e como espaço de defesa do interesse público na política de saúde. A reflexão sobre a ação dos conselhos de saúde reconhece as dificuldades trazidas pelos conflitos e tensões entre interesses individuais e grupais, entre cultura de individualidade e prática de cidadania. Inclui, além disso, a questão do poder, considerado em suas várias vertentes. Contudo, para que se construa o controle social no SUS, são necessários a apropriação e o acúmulo de poder, e a superação das tensões e conflitos entre o indivíduo e o cidadão. Em conclusão, sugere que estes aspectos constituam elementos pedagógicos a serem explorados para a construção de cidadania e da democracia, e para o aprimoramento do exercício do controle social e público, no SUS.

ALVAREZ, Marcos César. Controle social: notas em torno de uma noção polêmica. **São Paulo perspect**, São Paulo, v.18, n.1, p.168-176, jan.-mar. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22239.pdf>>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: O artigo recupera aspectos da trajetória da noção de controle social, desde suas raízes nas discussões clássicas de Émile Durkheim sobre a integração social, passando pela criação e utilização do termo na Sociologia norte-americana até chegar à contraposição com as reflexões de Michel Foucault acerca do poder e na indicação da situação atual desse debate no interior do pensamento social contemporâneo.

ARANTES, Cássia Irene Spinelli et al. O controle social no Sistema Único de Saúde: concepções e ações de enfermeiras da atenção básica. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 16, n. 3, Sept. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010407072007000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 jun. 2009.

Resumo: Partimos do pressuposto de que a enfermeira da atenção básica pode desempenhar um papel importante na construção do controle social no Sistema Único de Saúde. Tivemos como objetivos analisar as concepções e identificar as ações de controle social de enfermeiras de unidades de atenção básica à saúde de um município do interior paulista. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas e analisados qualitativa e quantitativamente. As concepções foram analisadas em quatro categorias temáticas: usuários avaliando e construindo um serviço de saúde melhor; o conselho gestor é importante, mas precisa funcionar; é preciso aprender a participar; e trabalho de formiguinha: orientando a população na construção do controle social. As enfermeiras relataram realizar várias ações visando à participação social, porém, outras ações ainda precisam ser implementadas na atenção básica para o fortalecimento do controle social na saúde.

BAHIA, L. A institucionalização da participação social no conselho nacional de saúde: entre a representação de Interesses particulares e a universalização do direito à saúde. **Divulg. saúde deb.**, Londrina, n.43, p. 37-47, jun. 2008.

BISPO JÚNIOR, J. P.; **MESSIAS**, K. L. M.; **SAMPAIO**, J. J. C. Exercício do controle social em municípios de pequeno porte: o caso de Lafayette Coutinho (BA). **Rev. Baiana de Saúde Pública**, Salvador, v.30 n.2, p.248-260, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.saude.ba.gov.br/rbsp/pdf/Revista%20Baiana%20Vol%2030%20n%202%202006.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2009.

Resumo: Analisa o exercício do Controle Social em Lafayette Coutinho (BA). Trata de um estudo exploratório de natureza qualitativa. Os dados e informações foram obtidos por meio de análise documental e entrevistas semi-estruturadas. O conselho apresenta irregularidades em sua composição e irregularidades na frequência das reuniões. Delibera por políticas que apontam em direção à reversão da situação sanitária do município, porém com dificuldade em fazer cumprir tais deliberações. Demonstra preocupação com o funcionamento dos serviços de saúde municipais, todavia pouco delibera sobre tal problemática. E apresenta desempenho inadequado no acompanhamento da gestão financeira.

Desta forma, identifica que o conselho apresenta limitações no exercício do Controle Social, atuando mais como homologador das decisões proferidas pelo gestor, do que como foro de construção e acompanhamento das políticas de saúde municipais. As principais questões apontadas pelos conselheiros como limitantes para o exercício do Controle Social foram a rivalidade política local, a capacitação inadequada de conselheiros e a existência de policonselheiros.

BÓGUS, Cláudia Maria. Os Conselhos de Saúde e o fortalecimento da democracia brasileira **Mundo saúde**, São Paulo, v. 29, n.1, p.41-48, jan.-mar. 2005. Disponível em: <<http://pesquisa.bvsalud.org/regional/resources/lil-400323>>. Acesso em: jun. 2009.

Resumo: O trabalho apresenta uma síntese histórica da participação social em saúde no Brasil e destaca os fatores que foram mais influentes no processo de criação, implementação e fortalecimento das instâncias de participação no sistema de saúde brasileiro e discute o papel dos movimentos sociais em saúde nesse contexto. Enfatiza a necessidade de que o tema da participação seja continuamente discutido porque envolve aspectos muito dinâmicos e questões ainda não totalmente equacionadas, tais como: dimensões da participação, composição e representação dos Conselhos, formação dos que participam e a transparência das ações. Também destaca os novos dilemas, decorrentes de processos administrativos e políticos de descentralização e atuação intersetorial.

BRAVO, M. I. S. Desafios atuais do controle social no Sistema Único de Saúde. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 26, n. 88, p. 75-100, nov. 2006.

Resumo: Analisa os desafios atuais do controle social no Sistema Único de Saúde (SUS) e aborda as condições históricas em que os mecanismos de controle social foram implementados, de regressão de direitos sociais, de desresponsabilização da função pública do Estado e de refluxo dos movimentos sociais organizados. Procura refletir sobre os impactos dessas condições na Política Pública de Saúde e na despolitização dos sujeitos coletivos, minando as organizações políticas e fragilizando os conselhos de saúde. Apresenta uma agenda propositiva, fruto de debates, investimentos e acessórias aos conselhos de saúde forma a orientar a intervenção política da sociedade civil nesses espaços, situada na contracorrente das orientações hegemônicas.

BRAVO, M. I. S. & SOUZA, R. de O. Conselhos de saúde e serviço social: luta política e trabalho profissional. **SER Social**, Brasília, n. 10, p.15-27, 2002.

CARNEIRO JUNIOR, Nivaldo; **ELIAS**, Paulo Eduardo Mangeon. Controle público e equidade no acesso a hospitais sob gestão pública não estatal. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 40, n.5, p. 914-920, out. 2006.

Resumo: Analisa as organizações sociais de saúde à luz do controle público e da garantia da equidade no acesso aos serviços de saúde. Utiliza a técnica de estudo de caso e foram selecionadas duas organizações sociais de saúde na região metropolitana de São Paulo. As categorias analíticas foram equidade no acesso e controle público, baseando-se em entrevistas com informantes-chave e relatórios técnico-administrativos. Observa que financiamento global e o controle administrativo das organizações sociais de saúde são atribuições do gestor estadual. A presença do gestor local é importante para a garantia da equidade no acesso, sendo que o controle público se expressa por ações fiscalizadoras mediante procedimentos contábil-financeiros. Conclui que a equidade no acesso e o controle público não são contemplados na gestão dessas organizações. A questão central encontra-se na capacidade do poder público se fazer presente na implementação dessa modalidade no âmbito local, garantido a equidade no acesso e contemplando o controle público.

CARVALHO, A. I. Conselhos de saúde: desafios atuais. **Conjuntura e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, 1994.

CARVALHO, A. I. Conselhos de saúde no Brasil. **Cadernos do DAPS**, Rio de Janeiro, v. 2, 1995.

CARVALHO, A. I. Conselhos de saúde, participação social e reforma do Estado. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 23-26, 1998.

CARVALHO, A. I. Controle social em saúde: aparato regulatório e práticas emancipatórias. **Saúde Cidade e Cidadania**, Belo Horizonte, 1996.

CECCIM, Ricardo Burg; **ARMANI**, Teresa Borgert; **ROCHA**, Cristianne Famer. O que dizem a legislação e o controle social em saúde sobre a formação de recursos humanos e o papel dos gestores públicos, no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232002000200016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 jun. 2009.

CECCIM, Ricardo Burg; **FEUERWERKER**, Laura C. M. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So10373312004000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 jun. 2009.

Resumo: Apresenta o conceito de quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. Os autores buscam, a partir de uma prática em experimentação como política de educação para o Sistema Único de Saúde, formular uma teoria-caixa de ferramentas que permita a análise crítica da educação que temos feito no setor da saúde e a construção de caminhos desafiadores.

CORREIA, M. V. C. A Relação Estado/Sociedade e o Controle Social: fundamentos para o debate. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 77, p. 148-176, 2004.

CORREIA, M. V. C. O controle social na política de saúde brasileira frente às orientações dos organismos financeiros internacionais. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 13, n.2, p. 121-136, 2007. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/listaarticulos?tipo_busqueda=VOLUMEN&revista_busqueda=12364&clave_busqueda=13>. Acesso em: ago. 2009.

CORREIA, M. V. C. Reflexos da Capacitação na Atuação dos Conselheiros de Saúde. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 64, p. 138-147, 2003. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=\\Acervoo1\drive_n\Trbs\FIOCRUZ_SaudeEmDebate\SaudeDebate.DOCPRO&pasta=V.27,%20N.64%20-%20maio/ago.%202003%20-%2012%20Conferência%20Nacional%20de%20Saúde&pesq=>>. Acesso em: 23 jun. 2009.

CÔRTEZ, S. M. V. As origens da idéia de participação na área da saúde. **Saúde em debate**, Rio de Janeiro, n. 51, p. 30-37, 1996. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=\\Acervoo1\drive_n\Trbs\FIOCRUZ_SaudeEmDebate\SaudeDebate.DOCPRO&pasta=&pesq=Título%20do%20Artigo:%20AS%20ORIGENS%20DA%20IDeIA%20DE%20PARTICIPAcO%20NA%20aREA>. Acesso em: jun. 2009.

CÔRTEZ, S. M. V. Conselhos Municipais de Saúde: a possibilidade dos usuários participarem e os determinantes da participação. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 5-17, 1998.

Resumo: Revisa criticamente a literatura internacional que levanta a dificuldade de criar canais de participação nos países da América Latina e analisar a participação nos Conselhos Municipais de Saúde no Brasil, como exemplo que contradiz a literatura revisada. **Métodos:** Revisão bibliográfica. Analítica e interpretativa. **Resultados:** A bibliografia internacional revisada pela autora mostra que é muito difícil criar canais de participação nos países em desenvolvimento, de forma geral, e mais ainda nos da América Latina. Esta dificuldade deve-se a debilidade das instituições políticas e da sociedade civil. Na área de saúde as iniciativas desenvolvidas para promover a participação resultaram em fracasso. Argumenta que, ao contrário, a experiência brasileira com os Conselhos Municipais de Saúde não confirma integralmente tais afirmações. Analisa o contexto histórico em que estes processos participativos surgiram e se desenvolveram, no Brasil, junto com o surgimento do novo movimento sindical e dos movimentos sociais. Analisa também os determinantes do êxito deste processo participativo. Estuda os seguintes determinantes: 1) as mudanças na estrutura institucional do sistema de saúde brasileiro; 2) a organização do movimento sindical e social nas cidades; 3) a vinculação entre os trabalhadores da saúde das unidades locais com os líderes populares e sindicais; 4) o apoio ao surgimento dado pelas autoridades federais, estaduais e municipais da saúde; e 5) a modalidade do funcionamento do Conselho. Estes determinantes estão profundamente relacionados e afetam se mutuamente, ainda que os primeiros sejam considerados mais decisivos. A participação se torna difícil quando enfrenta a permanência de atividades políticas paternalistas e clientelísticas. **Conclusões:** conclui que a reforma do sistema de saúde brasileiro criou, no nível municipal, um fórum participativo que tem contribuído com a democratização do processo de decisão, no setor da saúde. Através destes fóruns participativos os representantes dos movimentos sociais e sindicais podem influir na decisão do destino dos recursos no setor público, obter informações, fiscalizar a qualidade dos serviços prestados e influenciar na formulação de políticas que fortaleçam os setores sociais que representam.

CÔRTEZ, S. M. V. Construindo a possibilidade da participação dos usuários: conselhos e conferências no Sistema Único de Saúde. **Sociologias**, ano 4, n. 7, p. 18-49, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/ao2n7.pdf>>. Acesso em: set. 2009.

CORTES, S. M. V. As origens da idéia de participação na área de saúde. **Saúde em Debate**, Londrina, n. 51, p. 30-37, jun. 1996. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=\\Acervoo1\drive_n\Trbs\FIOCRUZ_SaudeEmDebate\SaudeDebate.DOCPRO&pasta=N.51%20-%20jun.%201996%20-%20Saúde%20Saúde%201997?&pesq=>>. Acesso em: 21 jun. 2009.

CORTES, S. M. V. Conselhos municipais de saúde: avaliações otimistas e pessimistas - tréplica. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 33-35, 1998.

CORTES, S. M. V. Fóruns participatórios na área da saúde: teorias do Estado, participantes e modalidades de participação. **Saúde em debate**, Rio de Janeiro, n. 49/50, p. 73-79, 1996. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/asp/saudeemdebate/default.asp?select=autor&search=cortes&mode=allwords&x=68&y=11>>. Acesso em: jun. 2009.

CORTES, S. M. V. Fóruns participatórios na área de saúde: teorias do Estado, participantes e modalidades de participação. **Saúde em Debate**, Londrina, v. 49/50, p. 73-79, dez.1995/mar.1996. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=\\Acervoo1\drive_n\Trbs\FIOCRUZ_SaudeEmDebate\SaudeDebate.DOCPRO&pasta=N.49/50%20-%20mar.%201996%20-%20Saúde%20Saúde%20Saúde&pesq=>>. Acesso em> 21 jun. 2009.

CORTES, S. M. V. Participação na área de saúde: o conceito, suas origens e seu papel em diferentes projetos de reforma do Estado. **Saúde: Revista do Nipesc**, Porto Alegre, v. 1, p. 51-69, 1996.

CORTES, S. M. V. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 11-47, 1998.

DALLARI, S. G. et al. O direito à saúde na visão de um conselho municipal de saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.12, n.4, p. 531-540, out./dez. 1996. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v12n4/0245.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2009.

DELGADO, M.; **ESCOREL**, S. Ensaio sobre a resolução 333/03 do CNS: Entre as dimensões política e técnica, e entre as dinâmicas participativa e fiscalizatória. **Divulg. saúde deb.**, Londrina, n.43, p. 79-95, jun.2008,.

ENGEL, Magali Gouveia. As fronteiras da 'anormalidade': psiquiatria e controle social. **Hist. Cienc. Saúde Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.5, n.3, p. 547-63, nov. 1998/fev.1999.

ESCOREL, S. Conselhos de saúde: entre a inovação e a reprodução da cultura política. **Divulg. saúde deb.**, Londrina, n.43, p. 23-28, jun.2008,.

ESCOREL, S; **DELGADO**, M. Perfil dos conselhos estaduais de saúde: as singularidades esimilaridades no controle social. **Divulg. saúde deb.**, Londrina, n.43, p. 62-78, jun.2008.

FORTES, Paulo Antonio de Carvalho. A Ética do Controle Social na Saúde e os Conselhos de Saúde. **Revista Bioética**, Brasília, v.5, n.1, 1996. Disponível: http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/368/468>. Acesso em: 23 jun. 2009.

Resumo: O autor analisa eticamente a participação popular e o controle social na saúde. Com base na análise do princípio bioético da justiça tece comentários sobre as instâncias colegiadas institucionalizadas de controle social em nosso país, os Conselhos de Saúde, advindos da regulamentação do princípio constitucional de participação comunitária no Sistema Único de Saúde. Aponta alguns avanços e limitações do processo, observados a partir do referencial ético.

FRANCESCHI JUNIOR, Adi; **FARIAS**, Laura Cavalcanti de; **VERDI**, Marta. Comunidades saudáveis: a efetivação do controle social no sistema único de saúde através dos conselhos locais de saúde. **Revista Extensio**, Florianópolis, v.3, n.4, maio 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/viewFile/5639/5155>>. Acesso em: jun. 2009.

Resumo: O presente artigo busca descrever o processo de estruturação do Curso de Capacitação para Conselheiros Locais de Saúde em Florianópolis, bem como sua execução, que se mostrou como um espaço para discussão e articulação de seus ideais e dificuldades, favorecendo a aproximação dos conselheiros locais com o conselho Municipal de Saúde.

GERSCHMAN, Silvia. Conselhos Municipais de Saúde: atuação e representação das comunidades populares. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2004000600026&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 out. 2009.

Resumo: Este artigo foi desenvolvido com base em resultados de pesquisa sobre descentralização e inovações na política de saúde, em municípios que alcançaram maior desenvolvimento neste setor no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Foi aplicado um questionário aos representantes dos usuários nos Conselhos Municipais de Saúde. As questões centrais indagadas foram: o papel político dos Conselhos; o controle social exercido pelos mesmos, entendido enquanto vigilância da sociedade organizada sobre as ações de governo; a natureza da representação social exercida pelos conselheiros; assim como, o tipo de mandato. Observou-se que os representantes das comunidades nos Conselhos reforçam os aspectos relativos ao exercício da representação em sociedades desiguais. Há o predomínio de uma elite diferenciada formada por homens mais velhos, melhor educados e com salários maiores que a média da comunidade. A idéia de “controle social” como fundamento dos Conselhos é dificilmente compreendida pelos conselheiros. O exercício da representação é difuso, às vezes acontece por meio da designação do conselheiro pelas associações comunitárias e, em outras ocasiões, por eleições em assembleias ou pela designação de instâncias institucionais da política de saúde.

Palavras-Chave: Política de Saúde. Conselhos de Saúde. Política de Controle Social.

GONÇALVES, Maria de Lourdes; **ALMEIDA**, Maria Cecília Puntel de. Construindo o controle social e a cidadania em uma experiência concreta: o Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Ribeirão Preto (SP). **Saúde em debate**,

Rio de Janeiro, v. 26, n. 61, p. 167-175, maio/ago. 2002. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_n\Trbs\FIOCRUZ_SaudeEmDebate\SaudeDebate.DOCPRO&pasta=V.26,%20N.61%20-%20maio/ago.%202002&pesq=>>. Acesso em: 23 jun. 2009.

GONÇALVES, A. O.; **SILVA**, J. F. S.; **PEDROSA**, J. I. S. Contribuições da gestão participativa no espaço público chamado conselho o contexto dos conselhos de saúde no Brasil. **Divulg. saúde deb.**, Londrina, n.43, p. 96-105, jun. 2008.

GUIZARDI, Francini Lube et al. Participação da comunidade em espaços públicos de saúde: uma análise das conferências nacionais de saúde. **Physis**, Rio de Janeiro, v.14, n.1, p.15-39, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v14n1/v14n1a03.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2009.

Resumo: Pautadas pelo princípio de participação da comunidade no Sistema Único de Saúde (SUS), as Conferências Nacionais de Saúde constituem espaços públicos de deliberação coletiva sobre as diretrizes que devem guiar a estruturação e condução do SUS. Tendo em vista que o referido princípio é significado e construído na prática cotidiana e institucional dos atores implicados, saber como a participação tem-se afirmado nessa instância e quais sentidos têm emergido desse processo social é fundamental para que se compreenda tanto sua presença já concreta, como sua capacidade de intervir no SUS. O objetivo deste artigo é analisar, através de relatórios recentes, as Conferências Nacionais de Saúde e a trajetória dos argumentos relativos ao princípio constitucional de participação da comunidade no sistema. Optamos pela análise retórica dos relatórios da VIII, IX, X e XI Conferências, procurando identificar as questões que se colocaram acerca da participação social, desde a instituição do SUS, suas grandes continuidades e os principais deslocamentos argumentativos existentes.

Palavras-chave: Participação social. Conferências Nacionais de Saúde. Controle social.

GUIZARDI, Francini Lube; **PINHEIRO**, Roseni. Dilemas culturais, sociais e políticos da participação dos movimentos sociais nos Conselhos de Saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.11, n.3, p.797-805, set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1413-812320060003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jun. 2009.

Resumo: Analisa a experiência de participação de um movimento popular em Conselhos de Saúde e sua relação com o poder executivo. Discute como se concretiza essa participação, já que a presença quantitativa assegurada com o requisito jurídico da paridade não significa uma correspondência direta com a capacidade de intervenção, principalmente se considerados os representantes dos usuários. Objetivo que se busca explorar, por meio da experiência da Pastoral da Saúde da Arquidiocese de Vitória, em Vitória e Vila Velha (ES). O principal recurso metodológico foi a observação participante. Como técnicas de pesquisa utilizaram-se entrevistas semi-estruturadas com informantes-chave e grupos focais com agentes de pastoral. Entre os resultados destacam-se os usos e efeitos da argumentação técnico-científica no diálogo com as experiências populares e o condicionamento desse espaço institucional à decisão dos setores administrativos. Por fim, embora tenha sido percebida a necessidade de discutir criticamente a representação institucional, os resultados da pesquisa identificam também a potencialidade desses espaços e revelam a premência em construí-los como artefato radicalmente democrático.

GUIZARDI, Francini Lube; **PINHEIRO**, Roseni. Dilemas culturais, sociais e políticos da participação dos movimentos sociais nos Conselhos de Saúde. **Saúde e Soc.**, São Paulo, v.11, n.3, p.797-805, set 2006,.

LABRA, M. E. É possível aferir a qualidade da representação dos usuários nos conselhos de saúde? Conselhos, controle social e racionalidade do Estado. **Divulg. saúde deb.**, Londrina, n.43, p.106-117, jun. 2008.

LATTMAN-WELTTMAN, F. Democracia, representação, participação: a aposta do pluralismo institucional. **Divulg. saúde deb.**, Londrina, n.43, p. 29-36, jun.2008.

LIMA, Juliano de Carvalho. Representatividade e participação das bases na categoria dos usuários de um Conselho Municipal de Saúde. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v.25, n. 59, p. 29-39, set./dez. 2001. Disponível em: < http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=\\Acervoo1\drive_n\Trbs\FIOCRUZ_SaudeEmDebate\SaudeDebate.DOCPRO&pasta=V.25,%20N.59%20-%20set./dez.%202001&pesq=>. Acesso em: 23 jun. 2009.

LIMA, R. T. et al. Contribuição ao controle social do sistema único de saúde na Paraíba. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, São Caetano do Sul, v.15, n.1, p. 24-29, jan./dez.1996.

LOPES, Maria Lucia da Silva; **ALMEIDA**, Márcio José de. Conselhos Locais de Saúde em Londrina (PR): realidade e desafios. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v.25, n. 59, p.16-28, set./dez. 2001. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=\\Acervoo1\drive_n\Trbs\FIOCRUZ_SaudeEmDebate\SaudeDebate.DOCPRO&pasta=V.25,%20N.59%20-%20set./dez.%202001&pesq=>>. Acesso em: 23 jun. 2009.

LOPES, Maria Lucia da Silva; **ALMEIDA**, Marcio Jose de. Participação popular e controle social: a experiência de Londrina. **Espaço para Saúde: versão online**, v. 2, n.2, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.ccs.br/espacoparasaude/v2n2>>. Acesso em: jun. 2009.

Resumo: Este artigo relata a trajetória da participação da população na área de saúde em Londrina desde seus primeiros anos até os dias atuais. Inicia-se pela área hospitalar porque a exemplo do restante do país, até a década de 70, este era o modelo assistencial vigente. Em seguida faz-se uma descrição da evolução da saúde pública enfocando a formação do conselho municipal de saúde e dos conselhos regionais e locais de saúde.

MAFIOLETTI, T.M. Controle social – a experiência do município de Curitiba. **Cogitare Enfermagem**, v. 2, n.1, p. 9-14, 1997.

MOREIRA, Marcelo Rasga. Democracia participativa, democracia Representativa e conselhos de saúde no contexto da reforma política. **Divulg. saúde deb.**, Londrina, n.43, p. 15-22, jun.2008.

MARTINS, Poliana Cardoso et al. Conselhos de saúde e a participação social no Brasil: matizes da utopia. **Physis**, Rio de Janeiro, v.18, n.1, p. 105-121, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v18n1/v18n01a07.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2009.

Resumo: Discute a construção social da participação da sociedade civil no Sistema Único de Saúde, tendo como reflexão inicial os avanços alcançados no plano legal, em contrapartida aos obstáculos observados no cotidiano da construção dos espaços de exercício da democracia; ou seja, a distância entre “o espírito e a letra da lei”. Analisa o processo de criação dos conselhos de saúde no Brasil, descrevendo sua importância para uma efetiva participação da sociedade civil na tomada de decisão na área da saúde, refletindo sobre os matizes desta utopia; destaca os desafios encontrados e as possibilidades apresentadas para concretização desta ação; ressalta a possibilidade da presença ativa dos sujeitos na construção do processo democrático no SUS e abre a discussão sobre a necessidade de empoderamento e libertação da população. Por fim, discorre sobre a exclusão e marginalização de um substantivo contingente da população, colocando em questão não apenas a construção da cidadania no país, mas o próprio conceito de cidadania.

Palavras-chave: Participação social. Conselho de saúde. Cidadania.

MENDES, Heloisa Wey Berti; **ALMEIDA**, Eurivaldo Sampaio de. Percepção de gestores municipais de saúde sobre qualidade da assistência e controle social. *Nursing*, Barueri (SP), v. 88, n. 8, set. 2005.

Resumo: Descreve e analisa a percepção de gestores municipais de saúde de uma região do estado de São Paulo sobre a qualidade da assistência à saúde prestada aos munícipes e a participação dos Conselhos Municipais nas ações desenvolvidas. Estudo transversal, descritivo, qualitativo, baseado no discurso do sujeito coletivo (DSC) realizado por meio de entrevistas gravadas com gestores municipais. Identifica concepções meramente técnicas sobre qualidade da assistência à saúde e foi verificada certa fragilidade do controle social via Conselhos Municipais de Saúde. No início de novos governos municipais, é importante que se atente para a capacitação dos gestores recém nomeados e para a composição adequada dos conselhos municipais, mediante escolha de legítimos representantes, visando à busca da qualidade da assistência à saúde.

MORITA, Ione; **GUIMARÃES**, Juliano Fernandes Campos; **DI MUZIO**, Bruno Paulino. A participação de conselheiros municipais de saúde: solução que se transformou em problema? *Saúde Soc*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 49-57, jan./abr. 2006.

Resumo: A proposta de controle social instituída pela constituição abriu perspectivas para uma prática democrática ímpar no setor saúde. O Sistema

Único de Saúde utiliza o Conselho Municipal de Saúde (CMS) como meio de cumprimento do princípio constitucional da participação da comunidade para assegurar o controle social sobre as ações e serviços de saúde do município. O CMS tem competência para examinar e aprovar as diretrizes da política de saúde, para que sejam alcançados seus objetivos. Ao atuar na formulação de estratégias, o Conselho pode aperfeiçoá-las, propor meios aptos para sua execução ou mesmo indicar correções de rumos. Em Botucatu (SP), o CMS existe desde 1992 e nossa proposta foi analisar a participação dos conselheiros e sua representatividade. Para esse propósito, utilizamos uma abordagem qualitativa que permitisse uma aproximação e o conhecimento daquela realidade. Os resultados mostraram, entre vários aspectos, que, em média, metade dos conselheiros titulares e um terço dos suplentes comparecem às reuniões. Além de interessados, esses conselheiros trazem reivindicações ou sugestões do grupo que representam, considerando boa a repercussão dessas reivindicações, porém nem sempre obtêm respostas satisfatórias, pois algumas decisões são tomadas fora do âmbito do conselho; percebem dificuldade de integração entre os serviços de saúde; a própria organização das reuniões dificulta a participação e, muitas vezes, a reunião apenas aprova pacotes ministeriais que devem ser implementados. Ouvir os conselheiros permitiu levantar problemas que precisam ser enfrentados e, com isso, fazer avançar o processo democrático, ou seja, um desafio para a vida.

MOREIRA, M. R. et al. 'Participação' nos conselhos municipais de saúde de municípios brasileiros com mais de cem mil habitantes. *Divulg. saúde deb.*, Londrina, n.43, p. 48-61, jun.2008.

NASCIMENTO, Álvaro. Avaliação do Controle Social: não há como separar participação das mudanças no modelo econômico. *Tema*, n. 20, fev. 2001.

OLIVEIRA, Valdir de Castro. Comunicação, informação e participação popular nos Conselhos de Saúde. *Saude Soc.*, São Paulo, v. 13, n. 2, ago. 2004 . disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 jun. 2009.

PEDROSA, José Ivo dos Santos. A construção do significado de controle social com conselheiros de saúde no estado do Piauí, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.13, n. 4, p.741-748, out./dez. 1997. Disponível em: < <http://www>.

scielo.br/pdf/csp/v13n4/0157.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2009.

Resumo: Descreve uma experiência de intervenção pedagógica junto aos conselheiros de saúde de duas Diretorias Regionais de Saúde do Piauí. Valendo-se do projeto de Incentivo ao Controle Social e à Participação Popular na Construção do SUS, do Ministério da Saúde, analisa as formas e conteúdos da questão do controle social em saúde, numa situação em que o controle político e econômico da sociedade é exercido por pequenos grupos donos do poder e da riqueza, que configuram o padrão oligárquico de dominação. Neste sentido, a experiência demonstrou a importância da construção coletiva do significado de controle social com bases nas relações cotidianas entre a comunidade e os serviços de saúde e o papel estratégico do profissional ao desenvolver estas ações.

PEDROSA, José Ivo dos Santos; **PEREIRA**, Esdras Daniel dos Santos. Atenção básica e o controle social em saúde: um diálogo possível e necessário. **Rev. bras. saúde fam.**, Brasília, ano 8, p. 7-22, nov. 2007. Edição especial. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/periodicos/saudefamilia/revista_ed_especial2007.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2009.

PESTANA, Carlos Luiz da Silva; **VARGAS**, Liliana Angel e **CUNHA**, Fátima Teresinha Scarparo. Contradições surgidas no Conselho Gestor da Unidade Básica de Saúde da Família de Vargem Grande, Município de Teresópolis- RJ. *Physis*, Rio de Janeiro, v.17, n.3, p. 485-499, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n3/v17n3a05.pdf> >. Acesso em: 23 jun. 2009.

Resumo: Apresenta estudo das contradições surgidas no Conselho Gestor da Unidade Básica de Saúde da Família de Vargem Grande, Município de Teresópolis-RJ, na resolução das demandas da comunidade. O estudo justifica-se pela necessidade de se entender a micropolítica do controle público de um conselho gestor de uma unidade de Saúde da Família, cuja estratégia é a mudança do modelo de assistência a partir da Rede Básica de Saúde. Analisa a atuação desse Conselho na resolução dos impasses e problemas daquela comunidade e discutir as contradições surgidas no processo de tomada de decisões. Opta por um estudo de caso com abordagem qualitativa. Os sujeitos da pesquisa foram os conselheiros do CG. A coleta de dados foi realizada através da análise das atas do CG e das entrevistas realizadas com conselheiros. Utiliza a análise temática para identificar os impasses, problemas e contradições do CG. As análises dos dados apontam que os impasses e problemas são de ordem política, econômica, social e cultural que transcendem a resolução pelo CG. Percebe-se que as atribuições previstas para o

CG revelam uma prática de controle restrita à racionalização do serviço através do gerenciamento administrativo da unidade. O CG não conseguiu interferir na política de saúde e na destinação da verba pública. Portanto, os conselheiros exercem atribuições que estão desprovidas de sentido político em garantir o pleno exercício de cidadania e a conquista dos direitos sociais. Conclui que o Conselho Gestor de Vargem Grande não representa ainda uma possibilidade efetiva de participação popular no controle público de um Estado ampliado no sentido gramsciano.

RODRIGUES, Nelson dos Santos et al. A prática do controle social através dos Conselhos de Saúde. **Divulg. saúde deb.**, Londrina, n.22, p.71-89, dez. 2000.

Resumo: Uma ampla avaliação da construção da reforma sanitária brasileira, implementada a partir dos anos 90, pela ação aguerrida dos novos atores -representantes de Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, do Ministério Público, técnicos, assessores e dirigentes de 1ª escala-, evidencia a persistência e o acerto na construção do SUS, como novo modelo assistencial. Embora o SUS ainda não tenha cumprido integralmente sua vocação de articulador da formação profissional, vem enfrentando e vencendo desafios que enriquecem esse novo percurso de democratização, participação e aprofundamento da reforma sanitária brasileira. Importantes e significativos movimentos como a Rede UNIDA e o controle social através dos Conselhos de Saúde são frutos dessa reforma. Os Conselhos de Saúde vem se configurando como novos coletivos, responsáveis pela construção de uma nova cultura política, que busca informações, analisa, avalia formula estratégias e controla a execução das políticas de saúde. As relações entre os Conselhos Estaduais de Saúde os Conselhos Municipais e o Conselho Nacional de Saúde vem se constituindo numa prática bastante construtiva.

ROGENA, Weaver Noronha; **CARVALHO**, Márcio Barreto Mano; **GONÇALVES**, Maria do Socorro. A Educação como suporte para o controle social. **Sustentação**, Fortaleza, v. 4, n.7, p. 29-34, jan.-abr. 2002.

SANTOS FILHO, Ezio Távora dos; **GOMES**, Zaira Machado dos Santos. Estratégias de controle da tuberculose no Brasil: articulação e participação da sociedade civil. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 41 (supl.1), p.111-116, set. 2007. Disponível em: < http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0034-891020070008&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 21 jun. 2009.

Resumo: Apesar dos últimos anos não registrarem mudanças significativas nos indicadores da tuberculose no Brasil, há clara modificação no cenário político do enfrentamento dessa doença, no qual se destaca o aparecimento da sociedade civil. São feitas considerações sobre as condições que contribuíram para o seu aparecimento, tais como a origem, a composição, as ações, os parceiros e as perspectivas da mobilização social. Em função de iniciativas para o controle da tuberculose no âmbito internacional e de empreendimentos para incentivar a mobilização social nos níveis estaduais e municipais, o governo federal passou a imprimir uma política mais consistente e coerente, passando também a incluir a sociedade civil em suas ações. Mesmo sendo um ator reconhecido pelo poder público e considerado estratégico para o êxito das ações de controle da tuberculose, a participação comunitária requer incentivos e apoio constante de outros setores.

SILVA, Alessandra Ximenes da; **CRUZ**, Eliane Aparecida; **MELO**, Verbena. A importância estratégica da informação em saúde para o exercício do controle social. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, n.3, p.683-688, jun 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1413-812320070003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jun. 2009.

Resumo: Trata da nova forma de relacionamento entre Estado e sociedade a partir da década de 80, na realidade brasileira. Destaca os conselhos de saúde que atuam na formulação de estratégias e no controle da execução da Política de Saúde. Analisa as Políticas de Informação em saúde para o exercício do controle social e contribui para ampliar o acesso dos conselhos de saúde a essas políticas em seus diferentes níveis de complexidade, à luz do princípio da integralidade e da atenção à saúde. O Conselho Nacional de Saúde tem contribuído nesse processo através de sua Comissão Intersetorial de Comunicação e Informação em Saúde, que foi reativada em 2005. Para tanto, foram realizados Seminários Regionais Descentralizados e um Seminário Nacional para discutir a construção do Pacto pela Democratização e Qualidade da Comunicação e Informação em Saúde. Foram analisadas as propostas apresentadas pelos conselhos de saúde, entre as quais destacam-se: estabelecer indicadores para avaliar/acompanhar a qualidade da informação e publicizar os direitos dos usuários no SUS.

SILVA, Gurgel Aciole da Silva; **EGYDIO**, M. V. R. M.; **SOUZA**, M. C. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 53, p. 37-42, set./dez. 1999. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=\\Acervoo1\drive_n\Trbs\FIOCRUZ_SaudeEmDebate\SaudeDebate.DOCPRO&pasta=V.23,%20N.53%20-%20set./dez.%201999&pesq=>. Acesso em: jun. 2009.

SPOSATI, Aldaíza; **LOBO**, Elza. Controle social e políticas de saúde” Controle Social e Políticas de Saúde”. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, dez. 1992 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So102-311X1992000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jun. 2009.

Resumo: A intenção do artigo é de criar condições para a leitura crítica do controle social, contrapondo a sua versão burocrática a um novo protagonismo de sujeitos democráticos populares.

SIMIONATTO, I; **NOGUEIRA**, V. Políticas de saúde – do projeto formal à prática concreta. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.44, p. 53-60, abr. 1994.

Resumo: Analisa a saúde como componente da seguridade social e sua relação com os Conselhos Municipais de Saúde (CMS) previstos pela Constituição Federal de 1988, considerados um dos mecanismos estratégicos para a gestão democrática e controle social sobre o sistema de saúde.

SOARES, Jinadiene da Silva; **DIAS**, Maria Lucymar da Silva . A Efetividade do Controle Social no Conselho Estadual de Saúde de Alagoas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 65, p. 146-165, 2001.

STOTZ, Eduardo. Controle social e gestão participativa na atenção básica à saúde das populações. **Rev. bras. saúde fam.**, Brasília, ano. 8, p. 67-71, nov. 2007. Edição especial. Disponível em: < http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/periodicos/saudefamilia/revista_ed_especial2007.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2009.

TEIXEIRA, Carmen Fontes. Conferências municipais de saúde: construindo o SUS na Bahia. **Saúde em debate**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 52, p. 50-57, set. 1996. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=\\Acervoo1\drive_n\Trbs\FIOCRUZ_SaudeEmDebate\SaudeDebate.DOCPRO&pasta=N.52%20-%20set.%201996&pesq=>. Acesso em: 23 jun. 2009.

VAN STRALEN, Cornelis Johannes et al. Conselhos de Saúde: efetividade do controle social em municípios de Goiás e Mato Grosso do Sul. **Ciência &**

Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.11, n.3, p.621-632, set. 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1413-812320060003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jun. 2009.

VIANA, A. L. d' Á. . Desenho, Modo de Operação e Representação de Interesses do Sistema Municipal de Saúde e o Papel dos Conselhos de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 20-23, 1998.

WESTPHAL, Marcia Faria; **BÓGUS**, Cláudia Maria. Formação de conselheiros de saúde e a prática cidadã de participação no planejamento, gestão e controle dos serviços de saúde. **Inform. CEPAM: Conselhos Municipais das Áreas Sociais**, v. 1, n.3, mar. 2002.

Resumo: No Brasil, as tentativas de institucionalização da participação social na área de saúde não são recente, elas vêm representando um processo histórico, iniciado após o final da Segunda Guerra Mundial, mas que só foi conquistado legalmente pela Constituição Federal de 1988, que assegurou vários mecanismo de participação popular, antes nunca presenciados na sociedade brasileira, enunciando uma democracia baseada na cidadania participativa. Em relação à saúde, o texto refletiu a necessidade da institucionalização das relações entre Estado e sociedade civil, no momento em que foi indicada a participação da comunidade com um dos princípios do Sistema Único de Saúde. Posteriormente, a regulamentação da participação do cidadão no planejamento, gestão e controle dos serviços de saúde, foi normatizada através da Lei 8.614/91 que obrigou os municípios a constituírem Conselhos de Saúde.

VALLA, V. V. A Construção desigual do conhecimento e o controle social dos serviços públicos de educação e saúde no Rio de Janeiro. **Logos**, v. 4, p. 39-43, 1993.

WENDHAUSEN, A.; **SANTOS**, P. F. & **PICCOLO**, F. As possibilidades e limitações da participação em um conselho de saúde. **Alcance**, Biguaçu (SC), n. 8, p. 45-53, 2001.

WOLMER, Luiz Geraldo Santos; **FALK**, James Anthony. Utilização de informações para controle social: o caso do Conselho do Distrito Sanitário III do Recife. **Cad.**

saúde colet., Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.665-682, out./dez. 2006.

Resumo: Pesquisas prévias sobre conselhos de saúde revelaram obstáculos ao desempenho desses colegiados no exercício do controle social, tais como: não disponibilização de informações adequadas pelos gestores, dificuldades de acesso a informações de saúde e falta de capacidade de compreensão dessas informações por parte dos conselheiros usuários e trabalhadores em saúde. Um estudo de caso do Distrito Sanitário III do Recife, contemplando o período de outubro 2003 a julho 2005, revelou que havia grande disponibilidade de informações no Distrito, assim como na Secretaria Municipal de Saúde e nos sistemas do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). Mesmo assim, não eram utilizadas pelos conselheiros por falta de conhecimento, capacidade e ou interesse, ou ainda, dificuldades de acesso à internet. A maioria dos representantes de usuários, por exercerem lideranças comunitárias, viam a si próprios como fiscais da rede de saúde, havendo grande dependência do distrito e preferência por se discutir temas pontuais e imediatos. O uso de linguagem técnica pelo Distrito dificultava a compreensão das informações, impedindo questionamentos e debates. Através da comparação com resultados de pesquisas anteriores levantam-se algumas questões quanto ao modelo de participação popular do SUS.

2.2 EIXO FINANCIAMENTO

2.2.1 Anais de eventos

ALVES, Sandro Leal. Estimando seleção adversa em planos de saúde. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., 2004, Paraiba. **Anais...** Niterói: ANPEC, 2004. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A098.pdf>>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Este trabalho procura verificar a existência do fenômeno da seleção adversa no mercado de saúde suplementar brasileiro. Através da utilização de metodologia recentemente desenvolvida não foi possível confirmar sua existência para o período préregulamentação. Estes resultados lançam novos desafios para a regulação atual especialmente porque alertam para o possível trade-off entre garantia de acesso e eficiência econômica quando ocorre o estabelecimento de coberturas mínimas.

Palavras-chave: Seleção Adversa. Regulação. Planos de Saúde.

ANDRADE, Mônica Viegas. A regulamentação dos contratos de seguro - saúde no Brasil: gerando seleção adversa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 28., 2000, Campinas (SP). **Anais...** Niterói: ANPEC, 2000.

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar os impactos de bem estar decorrentes da recente regulamentação do setor privado de planos e seguros de saúde implementada pelo governo brasileiro. Dois pontos específicos da regulamentação são analisados: a regra de apuração dos planos e seguros

de saúde e a padronização do tipo de cobertura. No caso das seguradoras não poderem diferenciar a cobertura de benefícios através da qualidade, a regra de precificação proposta pode determinar a saída dos indivíduos de baixo risco do mercado privado. Dependendo da qualidade dos serviços ofertados pelo setor público, da distribuição de probabilidade destes indivíduos ficarem doentes e do custo esperado do tratamento, as perdas de bem-estar incorridas pelos indivíduos de baixo risco não são compensadas em ganhos para os indivíduos de risco elevado. No caso de diferenciação dos planos através da qualidade dos serviços, a regulamentação dos contratos proposta pelo governo resulta em perdas de bem-estar ainda maiores. A impossibilidade de discriminar perfeitamente os agentes faz com que as operadoras de seguro o façam através da qualidade dos benefícios ofertados resultando em perdas de bem-estar para os agentes de baixo risco porém sem a contra partida de ganhos de bem-estar para os agentes de risco alto.

ANDRADE, Mônica Viegas; **MAIA**, Ana Carolina. Demanda por planos de saúde no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006, Salvador (BA). *Anais...* Niterói: ANPEC, 2006. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A106.pdf>>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: O objetivo desse trabalho é analisar os determinantes da demanda e da escolha do grau de cobertura por planos de saúde privado no Brasil. A base de dados utilizada é a PNDAD de 1998 e 2003. O sistema suplementar de saúde brasileiros cobre, atualmente, cerca de um quarto da população e essa cobertura tem se mantido estável nos últimos oito anos. Para analisar a demanda por plano de saúde, estimamos dois modelos logísticos, o primeiro para a decisão de ter plano de saúde e o segundo para a decisão de ter plano de saúde individual. Na análise da escolha de cobertura do plano, o método adotado é o multinomial e nossa amostra são os indivíduos que decidiram adquirir plano de saúde individual. Supomos que existem três categorias de cobertura: ambulatorial, hospitalar e completo. Os principais resultados da análise de demanda mostraram que a renda é a principal variável explicativa e que ela ganha importância quando analisamos a demanda por plano individual. Na escolha de cobertura do plano de saúde, o plano ambulatorial tem maior probabilidade de ser escolhido vis-à-vis a cobertura completa, quanto mais jovem, quanto menos o poder de compra e quanto menor é a escolaridade.

Palavras-chave: Demanda. Seguro Saúde. Cobertura Saúde.

GASPARINI, Carlos Eduardo; **RAMOS**, Francisco S. Desigualdade relativa de serviços de saúde entre regiões e estados brasileiros. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 30., 2002, Nova Friburgo (RJ). *Anais...* Niterói: ANPEC, 2002.

Resumo: O artigo avalia a distribuição de serviços de saúde entre Regiões e Estados brasileiros. Para isso, constrói um indicador do déficit relativo desses serviços, que usa como critério a equidade de acesso, ou seja, mesma disponibilidade de serviços para necessidades iguais. A análise é feita a partir da abordagem de envelopamento de dados (DEA), por meio da qual se constrói uma fronteira de melhor disponibilidade de serviços para idênticas necessidades. Os resultados mostram que as diferenças na disponibilidade relativa de serviços são elevadas entre as Regiões e os Estados. Do ponto de vista regional, constatou-se que o Sul apresenta a melhor situação, enquanto o Norte dispõe do quadro mais desfavorável. Essas disparidades ressaltam a importância da avaliação dos déficits como instrumento orientador da atuação do poder público, especialmente no contexto brasileiro, onde a universalização da cobertura e do atendimento dos serviços públicos de saúde é preceito previsto na Constituição Federal.

Palavras-chave: Saúde. Equidade de Acesso. Déficit Relativo de Serviços. DEA (Data Envelopment Analysis). Saúde.

GODOY, Márcia Regina; **SILVA**, Everton Nunes da; **BALBINOTTO NETO**, Giacomo. Planos de saúde e a teoria da informação assimétrica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 9., 2004, Uberlândia (MG). *Anais...* São Paulo: SEP, 2004. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigo/ixcongresso84.pdf>>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: O mercado de seguro-saúde constitui um exemplo típico de mercado no qual a assimetria de informação (seleção adversa, risco moral e relação de agência) pode gerar desvios de eficiência ou até mesmo a extinção do mercado. Neste trabalho, foi discutido o mercado de planos e seguro-saúde utilizando a teoria da informação e além disto é discutido a criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Com uma nova regulamentação para o setor de saúde houve elevação do prêmio e redução da demanda por seguro-saúde pelo menos 3 milhões de pessoas.

Palavras-chave: Teoria da informação. Mercado de planos – Seguros-Saúde. Saúde.

MAIA, Ana Carolina; **ANDRADE**, Mônica Viegas; **OLIVEIRA**, Ana Maria Hermeto Camilo de. O risco moral no sistema de saúde suplementar brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., 2004, João Pessoa (PB). **Anais...** Niterói: ANPEC, 2004. Disponível: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/Ao4A099.pdf>>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: O objetivo desse trabalho é mensurar a presença do risco moral no sistema de saúde suplementar brasileiro. A base de dados utilizada é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1998. O sistema brasileiro é caracterizado pelo mix público privado, onde setor público assegura acesso integral, universal e gratuito a todos cidadãos, enquanto o setor de cobertura privada suplementar, atuando basicamente através dos planos de saúde, responde por cerca de 25% do mercado de assistência médica. Neste trabalho, utilizamos apenas dados referentes aos chefes de família, essa opção se justifica por serem estes os diretamente envolvidos na decisão de adquirir plano. Duas variáveis de utilização do cuidado médico foram selecionadas: o número de consultas médicas e o número de dias internado, essas variáveis representam tanto diferentes tipos de cuidado médico, quanto diferentes processos de decisão. A metodologia adotada consiste em uma análise contra-factual, onde a utilização dos cuidados é estimada por um modelo binomial negativo. Os principais resultados indicam a presença de risco moral tanto para hospitalização quanto para consultas médicas. Para o modelo de consultas, o resultado encontrado indica que cada indivíduo utiliza, na média, 36% mais serviços que se não tivesse plano. Para o modelo de dias de internação, o resultado encontrado indica que cada indivíduo utiliza, na média, 56% mais serviços que se não tivesse plano privado.

Palavras-chave: Risco Moral. Sistema de Saúde. Demanda por Serviços de Saúde. Saúde.

MARQUES, Rosa Maria; **MENDES**, Áquila. O papel e as consequências dos incentivos federais como estratégia de financiamento das ações de saúde. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 8., 2003, Florianópolis (SC). **Anais...** São Paulo: SEP, 2003. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/28_MENDES.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

Palavras-chave: Financiamento - Transferências federais. Gasto municipal com saúde. Gestão e planejamento da política de saúde local.

MÉDICI, André C.; **OLIVEIRA**, Francisco E. B. de; **BELTRÃO**, Kaizú I. Universalização com qualidade: uma proposta de reorganização do sistema de

saúde no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 21., 1993, Belo Horizonte (MG). **Anais...** Niterói: ANPEC, 1993.

NÉRI, Marcelo et al. Saúde ocupacional no setor de transporte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 4., 2001, Porto Alegre (RS). **Anais..** [Porto Alegre?: s.n, 2001?].

Resumo: Analisa o custo-benefício do uso de agrotóxicos em Minas Gerais. Avalia o custo pela soma do gasto com a compra do produto e das despesas com tratamento da intoxicação por agrotóxicos, representada pelo gasto médico e por um custo de oportunidade, que seria o tempo de repouso necessário para recuperação completa. A avaliação do benefício se dá através da estimação das perdas na colheita que seriam evitadas pela aplicação do produto, segundo as principais culturas de cada município estudado. Impactos na saúde física e mental, procurando ressaltar estudos de natureza interdisciplinar (epidemiologia, psicologia, ergonomia, engenharia etc.) que investigam relações e condições de trabalho que levam risco à saúde do profissional. Adicionalmente, informações como essas, serão extraídas do Suplemento Saúde da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio realizada no ano de 1998. Seu uso, no presente texto, tem como objetivo traçar um perfil das condições de saúde dos trabalhadores e usuários do setor transporte brasileiro, particularmente aqueles que exercem suas atividades nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro.

NISHIJIMA, Marislei; **BIASSOTO JUNIOR**, Geraldo. Os preços dos medicamentos de referência após a entrada dos medicamentos genéricos no mercado brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 31., 2003, Porto Seguro (BA). **Anais...** Niterói: ANPEC, 2003. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro_2003.htm> . Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Este artigo analisa o comportamento dos preços dos medicamentos de marca, que se tornaram referência de genéricos, após a entrada destes últimos no mercado brasileiro. A análise é baseada em microdados provenientes de três fontes diferentes de dados, que foram cruzado se geraram um banco inédito, em que é possível identificar os medicamentos de marca que passaram a enfrentar concorrência de genéricos dos demais. Ao contrário do proposto pela literatura internacional, os resultados mostram que os medicamentos referência responderam negativamente à entrada dos genéricos em seus respectivos mercados específicos. Além disso, os resultados sugerem que os preços dos medicamentos de referência são sensíveis ao número de genéricos existentes em seu mercado.

NISHIJIMA, Marislei; **BIASSOTO JUNIOR**, Geraldo; **CAVALLINI**, Denise. Análise econômica da interação entre saúde pública e privada no Brasil: tratamento de alta complexidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006, Salvador (BA). **Anais...** Niterói: ANPEC, 2006. Disponível em: < http://www.anpec.org.br/encontro_2006.htm>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Este artigo analisa como a Constituição de 1988 – que garante direitos universais aos bens de saúde – pode ter causado, paradoxalmente, um impacto negativo sobre o acesso dos brasileiros de baixa renda aos bens públicos de saúde de alta complexidade em decorrência da estrutura produtiva dos bens de assistência médica estabelecida no país. Para dar suporte aos argumentos apresentados, são calculadas estatísticas utilizando os microdados do Suplemento Saúde da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) de 1998, avaliados por modelos com variáveis dependentes qualitativas na forma de respostas binárias. Os resultados, embora obtidos de maneira indireta, sugerem evidências favoráveis aos argumentos apresentados.

Palavras-chave: Assistência médica. Saúde pública e privada. Bem-estar. Seguro de saúde. Saúde.

NORONHA, Kenya Valeria Micaela de Souza; **ANDRADE**, Mônica Viegas. A importância da saúde como um dos determinantes da distribuição de rendimentos e pobreza no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., 2004, João Pessoa (PB). **Anais...** Niterói: ANPEC, 2004. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro_2004.htm>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Um dos principais problemas socioeconômicos observados em grande parte dos países, especialmente nas economias menos desenvolvidas, é a presença da elevada desigualdade de renda e nível de pobreza. No Brasil, essas questões são particularmente importantes uma vez que o país apresenta uma das piores distribuições de renda do mundo, com um coeficiente de gini em torno de 0,607. O objetivo desse artigo é estudar a relação existente entre o estado de saúde e a distribuição de rendimentos e nível de pobreza no Brasil, mais especificamente, avaliar em que medida o estado de saúde impacta na distribuição de rendimentos e nível de pobreza no país. A metodologia utilizada é uma adaptação do método de micro-simulações proposto por Bourguignon, Ferreira e Lusting (2001). Para analisar o efeito sobre a distribuição de renda e pobreza, calculamos dois índices de desigualdade – coeficiente de gini e o índice de t-theil, e três indicadores de pobreza – proporção de pobres, hiato de renda e hiato quadrático. Essas medidas foram obtidas para a renda familiar per capita hipotética e comparadas com as calculadas a partir da renda familiar per capita observada. A base de dados utilizada é a PNAD

98, que apresenta um suplemento especial contendo informações sobre o estado de saúde, utilização desses serviços, entre outras. Os principais resultados apontam que o estado de saúde afeta a distribuição de renda e o nível de pobreza, apoiando a hipótese de que as perdas de rendimentos decorrentes de um estado de saúde precário, associadas à presença de desigualdades sociais em saúde, contribuem para aumentar a desigualdade de renda e nível de pobreza observada no Brasil.

Palavras-chave: Desigualdade de renda. Pobreza. Estado de saúde. Saúde.

NORONHA, Kenya Valeria Micaela de Souza; **ANDRADE**, Mônica Viegas. Desigualdade social no acesso aos serviços de saúde na região sudeste do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 30., 2002, Nova Friburgo (RJ). **Anais...** Niterói: ANPEC, 2002.

Resumo: O artigo testa a hipótese de equidade horizontal no acesso aos serviços de saúde para a região sudeste do país, ou seja, pretende verificar se indivíduos com a mesma necessidade estão recebendo o mesmo nível de cuidado, independente de sua condição socioeconômica. A análise da desigualdade no acesso a esses serviços no sudeste é importante tendo em vista a maior concentração dos gastos públicos em saúde nessa região e pelo fato de alguns estados apresentarem elevadas desigualdades sociais em saúde favoráveis às camadas mais ricas da população, em especial o estado de Minas Gerais.

Palavras-chave: Saúde - Equidade de acesso - Região sudeste.

OLIVEIRA, Maria Helena Barros de; **TAMBELLINI**, Anamaria Testa. A saúde do trabalhador na Constituição Federal de 1988. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 5., 1997, Rio de Janeiro. **Anais...** [Rio de Janeiro: s.n, 1997?].

PARAÍSO, Daniela Goes et al. Função demanda por serviços de saúde: SABESPREV. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., 2004, João Pessoa (PB). **Anais...** Niterói: ANPEC, 2004. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro_2004.htm>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: O objetivo geral deste trabalho é estimar a demanda por serviços de saúde considerando como unidade de análise os gastos individuais e os gastos por episódios realizados pelos beneficiários do Plano de Saúde da Sabesp¹. Trata-

se de um banco de dados inédito que contém informações sobre os atributos individuais, utilização e gastos com serviços de saúde no período de 2001 a 2003. O trabalho tem pelo menos duas contribuições relevantes: primeiro por se tratar de um banco de dados longitudinal permite acompanhar a história de saúde dos indivíduos, análise ainda não realizada no Brasil; e segundo pela fonte ser a operadora do plano de saúde, as informações sobre gastos e utilização são bastante confiáveis e podem ser agregadas da maneira mais conveniente. A agregação dos gastos por episódio é bastante rica uma vez que permite considerar o evento de saúde e não a utilização isolada de determinados serviços como é mais usual se encontrar nos bancos de dados disponíveis. O modelo utilizado para a estimativa dos gastos é o modelo de quatro equações. As duas primeiras equações são equações proibit para as probabilidades de se ter qualquer gasto médico durante o ano e qualquer gasto de internação, respectivamente. A terceira equação é a regressão logarítmica linear para os gastos médicos totais somente para usuários de consultas. A quarta equação é a regressão logarítmica linear dos gastos médicos totais para os usuários de serviços de internação. Para a estimação da demanda por episódios será utilizado o modelo binomial negativo, onde a distribuição permite mais flexibilidade na modelagem da variância. Este é o modelo onde a distribuição permite mais flexibilidade na modelagem da variância. Este é o modelo paramétrico padrão para o caso de sobredispersão dos dados, ou seja, o caso onde a variância condicional excede a média.

PROITE, André; **SOUSA**, Maria da Conceição Sampaio de. Eficiência técnica, economias de escala estrutura da propriedade e tipo de gestão no sistema hospitalar brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., 2004, João Pessoa (PB). **Anais...** Niterói: ANPEC, 2004. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro_2004.htm>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Nesse trabalho, computamos fronteiras não paramétricas de eficiência técnica para 1170 hospitais brasileiros da rede SUS, utilizando o método DEA (Data Envelopment Analysis), para retornos variáveis de escala, juntamente com o método recentemente proposto que combina as técnicas de reamostragem Bootstrap e Jackknife para eliminar os efeitos de outliers e outras discrepâncias estatísticas. Após o cálculo dos índices de eficiência utilizamos técnicas econométricas, em especial, regressão quantílica para investigar os determinantes desses escores. Nossos resultados confirmaram a importância do efeito escala (medido através do total de atendimentos realizados) sobre a eficiência técnica este setor, controlada pelo tempo médio de permanência no hospital, pelo custo médio e pelo capital humano. No que diz respeito à gestão dos hospitais, destacam-se os efeitos negativos das instituições não lucrativas (benéficas e cooperativas) sobre o desempenho, para os quantis maiores de eficiência, resultado que se diferencia da literatura empírica

pelo uso de regressão quantílica. A especialização excessiva das instituições também tem efeitos negativos da sobre a eficiência, sugerindo que existe uma combinação ótima entre especialização e generalização dos hospitais. Quanto à propriedade, os hospitais privados tiveram sua performance negativamente afetada para as unidades acima do 30º quantil de eficiência, sugerindo que os efeitos associados às falhas de mercado são importantes para esse setor.

Palavras-chave: Análise Envoltória de Dados. Fronteiras Não Paramétricas. Eficiência Técnica. Quantis de Eficiência.

ROCHA, Romero Cavalcanti Barreto da; **SOARES**, Rodrigo Reis. O impacto de programas de saúde a nível familiar e comunitário: evidências do Programa Saúde da Família. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36., 2008, Salvador (BA). **Anais...** Niterói: ANPEC, 2008. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro_2008.htm>. Acesso em: ago. 2009.

SALOMÃO, Júlio César. Saúde e qualidade de vida no trabalho para pessoas em fase de envelhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 7., 2001, Salvador. **Anais...**[Salvador: s.n., 2001?].

Resumo: O objetivo deste trabalho é fazer uma revisão teórica inicial a respeito de trabalhos e pesquisas cujo tema seja referente à análise da saúde e da qualidade de vida das pessoas em fase de envelhecimento inclusive dos trabalhadores. Como objetivos específicos foram adotados os seguintes: 1 - Efetuar um estudo a respeito do impacto causado pelo recente e crescente aumento da expectativa de vida, de um modo geral, e do trabalhador que está envelhecendo e ainda continua trabalhando, de um modo específico. 2 - Descrever as principais experiências de atenção e cuidados para a Terceira Idade adotadas por alguns países com o objetivo de melhorar a qualidade de vida para esta faixa etária. As justificativas para se empreender um estudo dessa natureza está no fato de que: 1 - a qualidade de vida tem sido um tema muito discutido ultimamente, e ganhou especial atenção para questões relacionadas ao trabalho das pessoas. Mais recentemente, tendo em vista o crescente aumento da idade mínima para aposentadoria, o tema qualidade de vida no trabalho está merecendo maior atenção, inclusive para os trabalhadores que estão em fase de envelhecimento. 2 - a questão do envelhecimento e da capacidade de trabalho está adquirindo uma importância cada vez maior, tendo em vista as tendências demográficas atuais que afirmam, segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS (1993), que o número de idosos aumenta constantemente. 3 - o relatório da OMS (1993) alega que a idade média do trabalhador continuará

umentando rapidamente. Para consecução dos objetivos propostos, alguns procedimentos metodológicos foram utilizados.

SILVA, Edil Ferreira da; **BRITO**, Jussara; **ATHAYDE**, Milton. Saúde? O drama cotidiano das “merendeiras das escolas públicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO. **Anais...** [Paraíba: ABET, s.d].

Resumo: Enfoca a realidade do trabalho e o processo saúde/doença de uma parte do conjunto de trabalhadoras de educação de escolas da rede pública do ensino fundamental no Rio de Janeiro, mais especificamente as chamadas merendeiras. Como este segmento profissional é composto, em sua maioria, por mulheres, a situação se agrava pelo comprometimento que a doença traz não só para a vida no trabalho, mas para o cotidiano doméstico (outra jornada de trabalho), estabelecendo um círculo vicioso e perverso de cronificação.

SOARES, Wagner L.; **MORO**, Sueli; **ALMEIDA**, Renan M. V. Produtividade e saúde do trabalhador rural: uma análise custo-benefício do uso de agrotóxicos em MG. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, S.d., S.I.. **Anais...**

Resumo: O objetivo desse estudo é realizar uma análise custo-benefício do uso de agrotóxicos em Minas Gerais. O custo seria avaliado pela soma do gasto com a compra do produto e das despesas com tratamento da intoxicação por agrotóxicos, representada pelo gasto médico e por um custo de oportunidade, que seria o tempo de repouso necessário para recuperação completa. A avaliação do benefício se dá através da estimação das perdas na colheita que seriam evitadas pela aplicação do produto, segundo as principais culturas de cada município estudado. Impactos na saúde física e mental, procurando ressaltar estudos de natureza interdisciplinar (epidemiologia, psicologia, ergonomia, engenharia etc.) que investigam relações e condições de trabalho que levam risco à saúde do profissional. Adicionalmente, informações como essas, serão extraídas do Suplemento Saúde da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio realizada no ano de 1998. Seu uso, no presente texto, tem como objetivo traçar um perfil das condições de saúde dos trabalhadores e usuários do setor transporte brasileiro, particularmente aqueles que exercem suas atividades nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro.

UGÁ, Maria Alice; **MARQUES**, Rosa Maria. Financiamento do SUS: trajetória. In: COLOQUIO LATINOAMERICANO DE ECONOMISTAS, 5., 2005, México (MX).

2.2.2 Dissertações e teses

BARBOSA, Maria Inês da Silva. **Racismo e saúde.** Tese (Doutorado) - Universidade de São paulo, São Paulo, 1998.

BARRETO JUNIOR, Irineu Francisco. **Poder local e política:** a saúde como locus de embate na cidade de Santos - SP. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BERNARDES, Sergio Pio. **O dilema entre estatização e privatizaçã dos serviços de saude no Brasil.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

CAJUEIRO, Juliana Pinto de Moura. **Saúde pública no Brasil nos anos noventa:** um estudo das políticas e dos seus limites e condicionantes macroeconômicos. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

Resumo: A partir dos anos 90, ocorre uma profunda inflexão na política econômica do país, refletindoas mudanças no cenário internacional,o que nos deixou sem quase autonomia depolíticapública. Esse contexto, no qual o Brasil inseriu-se de forma passiva e tardia a partirde 1990, têm condicionado, de forma expressiva, os rumos da política social, de um modogeral, e, especificamente, da política de saúde. Deste modo, a pesquisa realizada visoucompreender como a política de saúde se insere neste contexto, sendo que o foco dotrabalhose volta para relação entre macroeconomiae política de saúde. No Capítulo 1, foi realizado um levantamento da evolução Institucional do setor saúde,afim de observar os principais avanços alcançados, os elementos constitutivos e norteadoresdo SUS e os pontos de estrangulamento e as principais dificuldades enfrentadas.No Capítulo 2, é apresentado um estudo a respeito do financiamento e do gastodo setor saúde nos anos 90, com uma introduçãoque descreve o financiamento e o gastosocial, destacando o caso da SeguridadeSocial. No Capítulo 3, é feita a análise específica dos constrangimentos da polftica de saúdedecorrentes da política macroeconômica. Primeiramente, são descritos os pontos referentes ao financiamento, gasto e Orçamento da Seguridade Scoail (OSS), apresentandonono final dois exercícios: um de construção do OSS e outro de comparação entreo gasto efetivo e o gasto potencial no setor da saúde, ambos para o período

1995-2002. Um segundo aspecto abordado neste capítulo trata do processo de descentralização. Diante disto, foi possível chegar a algumas conclusões com relação aos limites e aos condicionantes da política de saúde frente à política macroeconômica. Entretanto, apesar destes focos de tensão, dos próprios problemas ainda não resolvidos no sistema de saúde e da tendência ao aumento dos gastos com saúde, decorrente de fatores universais e específicos do país, foram observados alguns avanços institucionais no sistema nacional de saúde

COELHO, Vera Schattan Pereira. **Interesses e instituições na política de saúde: o transplante e a dialise no Brasil.** Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

Resumo: Esta tese discute os problemas envolvidos na implementação de uma distribuição de recursos mais adequada entre os procedimentos que compõem o atendimento à saúde a partir de um caso bastante específico, o tratamento da insuficiência renal terminal crônica (IRTC). Apesar de existir um consenso entre os médicos, doentes e especialistas do setor público ligados à doença sobre qual seria o tipo adequado de integração entre os tratamentos disponíveis e qual a distribuição de recursos desejável entre esses vários tratamentos, não se tem conseguido avançar na direção desejada. Para entender as dificuldades que têm surgido para implementar um sistema integrado de tratamento da IRTC, estudou-se o processo de organização e as características do sistema brasileiro de atendimento público aos doentes renais crônicos, analisando-se as decisões tomadas pelos diferentes atores, a estrutura institucional que processa essas decisões e a disponibilidade de recursos para implementá-las. Com isso, foi possível analisar como os interesses são constrangidos tanto pela estrutura institucional como pela disponibilidade de recursos e identificar alguns pontos nos quais podem ser introduzidas mudanças que permitem contornar, ao menos parcialmente, a fragilidade administrativa do Estado e reformular certas regras de financiamento do setor que têm impedido um tratamento mais integrado da questão renal.

COSTA, Olavo Viana. **Saúde e assistência médica no Brasil:** entre a prevenção de doenças e o tratamento de doentes. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

EUGÊNIO, Alisson. **Reforma dos costumes:** elite médica, progresso e o combate às más condições de saúde no Brasil do século XIX. 2008. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

Resumo: Até a Ilustração, em decorrência da grande influência da religião no imaginário popular, das enormes limitações do saber médico e da ausência de serviço público de saúde, o êxito do processo de cura dos enfermos era predominantemente concebido antes de tudo como uma graça de Deus, concedida aos que fossem dignos de merecê-la. Por essa razão, a maior parte da população ficava entregue à sua própria sorte quando se via ameaçada pelas doenças. A partir de então, com o impulso dado à ciência, que já vinha sendo estimulada desde a Renascença, a elite médica começou a reformular as bases da medicina. Em meio a isso, foi mostrando a possibilidade de os problemas de saúde serem combatidos, inclusive preventivamente, por meio da combinação entre as técnicas de tal campo de conhecimento e ações governamentais. Assim, ela mobilizou-se para, por um lado, aprimorar os seus recursos contra as enfermidades com novas descobertas, por outro, elaborar propostas destinadas à melhora das condições da saúde pública, uma vez que essa melhora estava sendo cada vez mais compreendida como um pré-requisito do avanço da civilização e como uma necessidade humanitária. No Brasil, a elite médica que aqui atuou no século XIX, em sintonia com a reformulação do seu saber que estava ocorrendo na Europa e com alguns ideais da Ilustração, sobretudo o de progresso, empenhou-se para apresentar meios que pudessem superar a péssima situação sanitária do país. Dessa forma, seguindo a tendência de seus pares europeus, ela buscou promover a institucionalização da medicina, criando instituições de pesquisa e divulgação de conhecimento, para defender seus interesses corporativos e combater as causas que muito comprometiam a saúde dos indivíduos em geral, inclusive dos escravos. Entre elas, dedicou especial atenção àquelas que poderiam ser superadas com a mudança de costumes, tanto em relação ao corpo das cidades, quanto aos corpos dos seus habitantes. Com esse objetivo, os médicos que integravam a elite do seu campo de conhecimento no Brasil defenderam a intervenção governamental na vida social para impor novos hábitos condizentes com os preceitos da higiene à população, bem como a necessidade de a saúde ser transformada em objeto de interesse público, de acordo com o que estava ocorrendo na Europa desde a Ilustração, o que, com efeito, aos poucos foi aproximando o seu saber ao poder do Estado. Desse modo, eles acabaram, por meio dessa aproximação e do seu esforço destinado a promover uma reforma dos costumes prejudiciais à saúde, sendo convertidos na sociedade brasileira em um dos seus principais agentes reformadores a partir do século XIX.

FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. **Impactos da experiência conselheira sobre as atividades políticas e organizativas dos movimentos sociais na saúde: o caso do movimento popular de saúde de Campinas/São Paulo.** Tese (Doutorado) - UNICAMP, Campinas, 2005.

Resumo: O presente trabalho busca compreender as mudanças sofridas pelos movimentos sociais organizados desde o final dos anos 70 do século passado em torno dos problemas de saúde da população e da reforma do sistema público de saúde do país, a partir da consolidação de mecanismos participativos (os conselhos) destinados a incluir estes atores políticos no processo decisório em torno desta política pública nos três níveis de governo (municipal, estadual e federal). A constituição destes canais de participação representou o reconhecimento da legitimidade política destes movimentos como interlocutores no espaço público, introduzindo mudanças no modelo decisório, tornando-o descentralizado e possibilitando que estes atores tivessem um espaço não apenas para vocalização de suas demandas, mas para a disputa política em torno de projetos políticos, justiça distributiva, valores e identidades. Ao mesmo tempo em que a consolidação deste novo arranjo político, destinado a incluir estes atores no processo decisório, representou algumas mudanças no modo como tradicionalmente as decisões em torno da política e dos recursos públicos eram tomadas, tornando este processo mais permeável aos interesses e demandas da sociedade, introduziu também modificações no modo como estes movimentos sociais se organizavam, em suas bandeiras e estratégias de luta. A hipótese levantada neste trabalho é a de que estas mudanças são produto de uma disputa política ampla em torno de modelos e de sentidos para a democracia, afetando e modificando tanto os mecanismos decisórios tradicionais e os novos arranjos políticos, quanto os movimentos sociais. Este trabalho investiga um único movimento social, o Movimento Popular de Saúde de Campinas em São Paulo, caracterizado por um papel destacado no Movimento Popular de Saúde em todo o país, ter em seus quadros profissionais de saúde e intelectuais ligados ao Movimento pela Reforma Sanitária e por sua permanência ao longo do tempo, possibilitando, em decorrência destes traços, uma avaliação do quanto algumas das modificações sofridas ao longo de seus quase trinta anos de existência foram influenciadas por sua inserção como interlocutor no espaço político do Conselho Municipal de Saúde da cidade e nas disputas políticas travadas neste espaço.

FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago. **Desenvolvimento, globalização e políticas sociais:** um exame das determinações contextuais dos projetos de reforma da educação e da saúde brasileiras da última década. Tese (Doutorado) - UNICAMP, Campinas, 2006.

Resumo: As políticas de educação e saúde são produtos de relações complexas entre as dimensões econômico-social e político-ideológica de um determinado contexto histórico de desenvolvimento do capitalismo. Tendo essa relação como pressuposto e as características peculiares do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro como referência, analisamos, neste trabalho, as políticas de

educação e de saúde como determinadas, em última instância, pelas condições econômico-sociais e político-ideológicas vigentes. Nesse movimento, buscamos compreender as categorias do desenvolvimentismo e da globalização e as relações estabelecidas com a educação e a saúde, ultrapassando a análise interna das instituições públicas, visto que o estudo crítico das políticas de educação e saúde, através da apreensão da sua relação com a base econômica e a superestrutura ideológica, só é possível pela análise do modo de produção capitalista e seus modos de desenvolvimento. Nesta perspectiva, partimos da compreensão de que as políticas de educação e saúde básicas integram o conjunto das reformas econômicas e, portanto, estão circunscritas ao processo de reforma e modernização do Estado e seus objetivos políticos e econômicos. Sustentamos que, no contexto da ideologia da globalização, a educação e a saúde básicas são consideradas variáveis fundamentais para administrar a pobreza, contribuindo para a estabilidade política e social e, ao mesmo tempo, criando as condições favoráveis mínimas para o implemento das políticas de ajuste econômico, pois no processo de implementação dessas políticas existe um consenso entre o BID e o BIRD de que o Estado deve oferecer os serviços essenciais básicos, de educação e de saúde, para dar resposta às demandas imediatas, visando à proteção dos grupos vulneráveis. Verificamos que as reformas de educação e saúde estão inscritas no contexto mais amplo do processo de reestruturação econômica do país e, desse modo, os objetivos definidos pelo BIRD e pelo BID, nos empréstimos de ajuste estrutural e setorial e as estratégias definidas por essas instituições, sustentam o processo de reforma e modernização do Estado, a partir da definição e de implementação de políticas nacionais submetidas às condicionalidades expressas nos seus contratos de empréstimos. A articulação e a convergência das orientações e das propostas nos projetos financiados pelo BIRD e pelo BID para as reformas da Educação Básica (Ensino Fundamental) e da saúde modificaram as formas de financiamento e administração dessas áreas, mediante as estratégias de descentralização (através da privatização, da participação das ONGs na prestação desses serviços, da realização de parcerias com a comunidade e da municipalização do ensino e da saúde), baseadas na construção de critérios gerenciais para promover a concorrência, a qualidade, a produtividade (eficiência interna e externa, eficácia) e a racionalidade econômica (relação custo-benefício) no processo de distribuição e utilização dos recursos públicos. Procuramos demonstrar, dessa forma, o como as políticas de educação e de saúde básicas incorporaram e consolidaram esses conceitos, viabilizando os objetivos econômicos das políticas de ajuste estrutural e setorial e, ao mesmo tempo, contribuindo para o processo de reforma e modernização do Estado brasileiro e de suas instituições públicas de educação e saúde.

GAMA, Denise Travassos. **Por uma releitura principiológica do direito à saúde:** da relação entre o direito individual a medicamentos nas decisões judiciais e as políticas públicas de saúde. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007

Resumo: Na presente Dissertação, pretende-se investigar a eficácia do direito à saúde, erigido à categoria de direito fundamental no art. 196 da Constituição de 1988. A hipótese central do trabalho está relacionada à possibilidade de, a partir de uma leitura principiológica da Constituição, o Judiciário desempenhar um papel relevante na realização desse direito, aplicando-o individualmente, sem, no entanto, eliminar um princípio basilar do Estado Democrático de Direito: o da separação dos poderes. Decidiu-se delimitar a análise a partir do direito individual à concessão de medicamentos gratuitos pelo Estado. Através da análise de julgados e posições doutrinárias acerca do tema, buscou-se levantar o modo como tem sido compreendido no Brasil. Verifica-se que a discussão sobre o papel do Judiciário na efetivação de direitos sociais é permeada por três posições básicas: (i) uma convencionalista, que toma os direitos individuais como titularidades egoísticas anteriores à vida social e contra ela operantes, que ou nega a possibilidade de um direito à saúde como tal, ou que, paradoxalmente, ao alegar um pretenso princípio da separação dos poderes, condiciona a garantia desse direito à detalhada e específica regulamentação legislativa; (ii) uma postura axiológica, que se preocupa em garantir o direito à saúde, porém desrespeita a separação de poderes e a própria noção de direitos fundamentais; e (iii) uma terceira posição que, de há algum tempo, vem obrigando o estado a prestações positivas em casos individuais garantindo, com base no direito fundamental à saúde, medicamentos ao cidadão, reconhecendo o direito individual e fortalecendo o direito coletivo à saúde, na medida em que remete para o executivo e o legislativo a formulação de uma política pública adequada. Para essa posição, ao judiciário compete assegurar individualmente o direito à vida e à saúde sobretudo na ausência de uma política pública consistente, o que termina por forçá-la. As teses sustentadas nas três posições são testadas a partir da teoria da integridade, de Ronald Dworkin, que possibilita uma leitura principiológica dos direitos fundamentais. Negam-se as duas primeiras premissas e acata-se a terceira. Esta última comprova a hipótese central do trabalho, na medida em que, a partir do caso da AIDS, constatou-se que decisões judiciais que garantiram individualmente o fornecimento gratuito de medicamentos a portadores de HIV, ainda que por via indireta, pressionaram os órgãos democraticamente legitimados à instituição de política pública consistente, resultando no advento da Lei n. 9313/96 e no conseqüente fortalecimento do direito coletivo à saúde.

IVANAUSKAS, Terry Macedo. **Uma síntese sobre o mercado de saúde.** Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Resumo: Este estudo constrói um modelo microeconômico estático baseado nas teorias do consumidor e da firma para sintetizar o funcionamento do mercado de saúde. O modelo envolve os três principais agentes no setor privado: o consumidor, o provedor e o segurador. O seu objetivo é representar simultaneamente os três problemas tradicionais do mercado de saúde: a seleção adversa, o perigo moral e a demanda induzida. Desses três problemas, o perigo moral é o que recebe a atenção mais completa. Não obstante, ao invés da usual distorção do preço da assistência médica observado pelo consumidor segurado, a explicação do modelo para o problema do perigo moral está no custo da cooperação entre os consumidores segurados de um fundo de seguro-saúde. Por sua vez, a seleção adversa aparece no modelo como um viés entre a porcentagem observada de doentes na população e a porcentagem esperada de doentes no fundo, na medida em que a porcentagem no fundo permanece acima da porcentagem na população antes de igualá-la. Por último, a demanda induzida surge como uma discriminação do preço da assistência médica entre os pacientes segurados e não segurados de um provedor. A aplicação do modelo é demonstrada por meio da simulação de um mercado de saúde com dados relativamente parcimoniosos sobre uma população, uma doença e a cura para essa doença. Dentre os resultados, destaca-se o efeito de uma melhor distribuição de renda em reduzir o preço do seguro-saúde e diminuir a distância entre pacientes segurados e não segurados.

IVANAUSKAS, Terry Macedo. **Seguradores versus provedores no campo da saúde privada.** 2003. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

Resumo: Três modelos teóricos de negociação entre seguradores e provedores privados são desenvolvidos e seus resultados simulados e analisados. Os modelos procuram captar o que seria o encontro entre um segurador e um provedor vinculados entre si por um contrato de parceria e sentados à mesa para negociarem os preços do seguro-saúde e do bem/serviço médico. Na estrutura dos modelos está presente o problema de agente-principal característico da relação entre os dois atores, dadas as assimetrias informacionais inerentes ao campo da saúde. Tanto o segurador quanto o provedor estão restritos por considerações junto a seus consumidores. O processo de negociação em si baseia-se no modelo de Stackelberg para oligopólios, o que produz dois cenários: num primeiro cenário o líder da negociação é o provedor e num segundo cenário o líder da negociação é o segurador.

LUCENA, Maria de Fatima Gomes de. **Mulheres da terra** : um estudo sobre saúde e gênero na área rural de Pernambuco. 2002. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar as contradições existentes entre o discurso oficial e a prática nas ações de saúde voltadas para a mulher rural. A pesquisa de campo foi realizada no Município de Macaparana, Pernambuco. As entrevistas semiestruturadas e a observação abrangeram as mulheres usuárias do Sistema Único de Saúde - SUS, profissionais e os gestores dos serviços locais de saúde. Os resultados evidenciam que as ações de saúde voltadas para a mulher rural nos serviços públicos de saúde do Município, caracterizam-se por distanciar a intenção (o discurso oficial) do gesto (prática efetiva), na medida em que as suas necessidades específicas não são incorporadas dentro da lógica dos serviços locais. Por sua vez, a idéia de direito em saúde deveria estar articulada à qualidade/quantidade dos serviços, em suas dimensões materiais/subjetivas, o que não se verificou na realidade estudada. Por isso mesmo, não se constatou a ênfase que deveria existir, de acordo com os pressupostos do SUS, na informação, prevenção, educação, integralidade e participação com controle social, na política de saúde. A investigação considera fundamental a politização da questão de gênero na formulação/consolidação da política de saúde, possibilitando assim, a tessitura dos VÍnculos entre a ação médica e o pensar e o fazer das (dos) usuárias (os) do SUS, no quadro geral de ampliação das desigualdades sociais brasileiras. Nessa direção, será possível a implementação, para além do discurso, do gesto que reconheça as necessidades de articulação entre a saúde e o gênero. Assim sendo, deve ser defendida a saúde como um bem público, um dever do Estado e direito de todas e de todos. A objetivação do SUS, portanto, deve enfatizar a igualdade entre homens e mulheres, levando-se em conta suas diferenças quanto ao adoecer/morrer.

MAFFEZOLI, Lineu Carlos. **Descentralização das políticas sociais:** limites e possibilidades: uma análise da municipalização dos serviços de saúde no município de Piracicaba. Tese (Doutorado) - UNICAMP, Campinas, 1997.

MALFITANO, Ana Paula Serrata. **Políticas públicas e movimentos sociais:** atenção a infância e o Programa de Saúde da Família. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

Resumo: O presente trabalho dedica-se à investigação da implementação de dois programas sociais em uma região empobrecida da cidade de São Paulo (região do

Brás e Belém), caracterizada pela presença de cortiços, ex-cortiços, e pela atuação do movimento social de luta por moradia urbana. Pretende-se conhecer e apreender a política de saúde firmada pela Prefeitura de São Paulo, através do Programa de Saúde da Família (PSF), para o qual são previstas ações de Agentes Comunitários de Saúde ACS), pessoas da própria comunidade que integram a equipe do PSF. Tem-se, na região, a atuação de cinco ACS, sendo três deles membros do movimento de moradia. Investiga-se o processo de educação popular envolvido no trabalho dos Agentes Comunitários, a sua compreensão sobre o programa pelo qual são responsáveis pela execução nas comunidades, e como lidam com problemáticas para além do campo da saúde. Articuladamente, estuda-se o Projeto Casarão ? Centro de Cultura e Convivência Celso Garcia, que se caracterizou como uma parceria entre a comunidade e a Universidade, para a atenção a infância e juventude. O projeto foi desenvolvido entre os de 1999 e 2002. Como procedimentos metodológicos realizou-se entrevistas com atores envolvidos nos dois programas e utilizou-se da observação participante. No Projeto Casarão trabalhou-se, também, com a pesquisa participante. Objetivou-se apreender se a implantação de políticas públicas e projetos sociais em comunidades organizadas possibilita a produção de formas de consolidação e/ou ampliação das redes sociais de suporte para a população em situação de vulnerabilidade social e/ou desfiliação (dupla fragilização social). Dentre as análises realizadas, a partir do acompanhamento do movimento de luta por moradia urbana do Casarão, observou-se o processo de educação popular vinculada-se à participação no movimento social, porém, ao se buscar a continuidade das lutas após a conquista da casa, não há uma assunção da comunidade local por outras demandas. O PSF, por sua vez, embute potencialidades na intervenção dos ACS, porém precisa expandir seu escopo de atuação para além das demandas já reconhecidas na saúde. Quando as lideranças locais lidam com tais demandas, isto se dá mais por um investimento pessoal do que por uma diretriz governamental. Contudo, pode-se dizer que, a criação e/ou ampliação das redes sociais de suporte pelas políticas e projetos atuais, dá-se de maneira individualizada, particular, sem estruturação para a construção de macro ações nas redes sociais de suporte de comunidades em situação de vulnerabilidade social. As políticas sociais atuarão nas redes sociais de suporte dos indivíduos se ampliarem seus horizontes de intervenção e buscarem o campo intersetorial. As políticas públicas devem atuar de forma integrada com o movimento popular.

MEDEIROS, Maria Angelica Tavares de. **O centro de referencia em saúde do trabalhador de Campinas:** trajetória de uma experiência. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

Resumo: Esta pesquisa se propõe a analisar a trajetória do Programa de Saúde do Trabalhador (PST) de Campinas, no período de 1986 até 1998, enfocando o

alcance das diretrizes propostas e a articulação dos atores envolvidos na formulação da política de saúde do trabalhador no município em questão. O PST, que começa a funcionar em 1987, resulta de um processo de mobilização sindical e tem como característica peculiar a presença de lideranças dos trabalhadores no seu gerenciamento. A partir de 1993, passa a se constituir em Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CRST), organismo municipalizado e de abrangência regional que, ao contrário de parte das experiências do gênero ocorridas no país durante a década de 80, continua existindo. Em que condições isto ocorre é o que tentamos identificar. A investigação foi estruturada a partir de duas frentes: acervos documentais e entrevistas. O exame dos documentos se valeu do arquivo Memória do Programa de Saúde do Trabalhador, que reúne toda a produção do Programa, desde a sua criação. Foram entrevistados alguns dos principais sujeitos envolvidos com a história, buscando o resgate de uma experiência. Foi realizada uma análise imanente das fontes, obedecendo a sua lógica interna e procurando apreender, assim, a totalidade na qual se estabelece essa proposta. Os resultados do esforço investigativo revelam grandes obstáculos para a efetivação de uma atenção integral à saúde dos trabalhadores, congregando assistência, Vigilância e Educação/Pesquisa. O CRST/Campinas sobrevive diante da omissão da administração municipal, o que significa ausência de apoio político e de condições materiais para o trabalho. À falta de respaldo do poder local, os sujeitos buscam responder com um forte empenho pessoal para realizar as ações. A participação dos trabalhadores, embora permaneça, sofre as conseqüências do refluxo do movimento sindical frente à reestruturação produtiva e às mudanças no mundo do trabalho. O serviço tem existência, portanto, no seio de intensas contradições que se põem no universo da relação capital/trabalho, mediada pelo estado.

MEDICI, Andre Cezar. **Crise economica e politicas sociais** : a questão da saúde no Brasil: anexo estatístico. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

MELO, Maria Fernanda Godoy Cardoso de. **O processo recente de descentralização da política de saúde**: o caso de Santos. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

MENDES, Aquilas Nogueira. **Financiamento, gasto e gestão do Sistema Unico de Saude (SUS)**: a gestão descentralizada semiplena e plena do sistema municipal no Estado de São Paulo (1995-2001). Dissertação (Mestrado) - UNICAMP, Campinas, 2005.

Resumo: A análise empreendida nesta tese aborda o processo de descentralização da Saúde em que os municípios foram levados à condição de gestores do Sistema Único de Saúde (SUS), executando todas as ações e os serviços de saúde em seu território. Esse tipo de modalidade de gestão foi definido pelo SUS como gestão municipal semiplena e plena do sistema municipal. Esta tese avalia esse tipo de gestão do SUS no Estado de São Paulo, entre 1995 e 2001, com o objetivo de verificar se ocorreu melhoria da capacidade de gasto e maior eficiência, eficácia e gestão dos recursos financeiros para o adensamento do sistema municipal de saúde. Para tanto, analisa os 11 primeiros municípios paulistas que se enquadraram na gestão semiplena em 1995 ? de acordo com a NOB 93 ? e que continuaram habilitados na gestão plena do sistema municipal do SUS a partir de 1998, na vigência da NOB 96 até 2001. Com a finalidade de aprofundar o estudo da avaliação da eficiência, eficácia e gestão dos recursos locais, analisa-se, de forma geral, a problemática trajetória do financiamento do SUS, a partir da Constituição de 1988 até os primeiros anos de 2000, e o quadro de referência da gestão municipal descentralizada no Estado de São Paulo. De maneira específica, trata do comportamento da gestão orçamentário-financeira na prática da gestão de um dos 11 municípios selecionados: o Município de Assis. Parte-se da premissa de que, para medir a eficiência e a eficácia dos recursos locais, é fundamental acompanhar de perto desde o planejamento da política local, seu orçamento e execução, até seu controle e sua avaliação. Para a avaliação desses 11 municípios, foram utilizados indicadores associados à eficiência técnica e social e dois índices, criados especificamente para este trabalho: o Índice de Eficiência Técnica em Saúde (IETS) e o Índice de Eficiência Social. Por fim, esta tese se concentra na análise do Município de Assis, abrangendo o estudo sobre a gestão orçamentário-financeira, de materiais e de recursos humanos do SUS local.

MENDOSA, Douglas. **Tensões em torno da efetivação do direito à saúde no Sistema Único de Saúde**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Resumo: O Sistema Único de Saúde é fruto das lutas sociais ocorridas no Brasil, nas décadas de setenta e oitenta do século XX. Seus principais objetivos eram a ampliação da noção do direito à saúde e a superação do acesso diferencial da população brasileira aos cuidados médicos. A criação de um espaço institucional em que esses objetivos pudessem se tornar realidade foi a maior conquista daquelas lutas. Passado o período de sua institucionalização, esse espaço estruturante e estruturador da ação dos cidadãos brasileiros na busca por saúde mostrou-se incapaz de concretizar aqueles objetivos. Nesse cenário, a experiência dos indivíduos e as normas que procuram materializar aqueles velhos ideais indicam-nos alguns focos recorrentes de tensão em relação à possibilidade de efetivação do

direito à atenção e à recuperação da saúde. Ao nos fixarmos na questão de como os cidadãos-usuários estão ou não conquistando o atendimento, não pudemos escapar da inevitável reafirmação da precariedade do sistema público de saúde. Essa característica, por seu turno, indica-nos a manutenção do padrão de acesso diferencial aos bens e serviços destinados à recuperação da saúde individual, já que o espaço do SUS continua sendo o espaço ocupado pelos pobres ou por aqueles em situação de vulnerabilidade social.

MESQUITA, Ana Cleusa Serra. **Crise do Estado nacional desenvolvimentista e ajuste liberal**: a difícil trajetória de consolidação do Sistema Unico de Saude - SUS (1988/2007). Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

Resumo: A conquista do direito à saúde no Brasil representou um avanço expressivo no campo da proteção social do país. Contudo, apesar da importante vitória associada à construção jurídico-legal do SUS, a implementação do novo sistema encontra uma série de obstáculos, revelando a dificuldade para consolidar um sistema de saúde universal de fato, e não apenas de direito. Esse descompasso está relacionado ao momento histórico da construção do SUS: os avanços na universalidade da cobertura na saúde coincidem com a crise do Estado Nacional Desenvolvimentista no Brasil. Segue-se então uma etapa de crise econômica, baixo crescimento e ênfase na reforma do Estado visando o ajuste fiscal. Este contexto é agravado ainda pela rearticulação das forças conservadoras a partir de 1990 e pelo ressurgimento vigoroso do ideário liberal. Coloca-se assim, um cenário hostil (pós 1988) para a consolidação de um sistema de saúde universal e redistributivo. Heranças do passado redobram seu fôlego. O estreitamento das bases de financiamento e as dificuldades de superar interesses privatistas poderosos, arraigados na política de saúde desde o final dos anos 1960, colocam sérios obstáculos para a consolidação plena do SUS.

OLIVEIRA, Ana Maria Franklin de. **Os dilemas da municipalização da saúde no contexto de uma região metropolitana**: o caso de Campinas. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

OLIVEIRA, Vanessa Elias de. **O municipalismo brasileiro e a provisão local de políticas sociais**: o caso dos serviços de saúde nos municípios paulistas. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Resumo: A tese examina o municipalismo brasileiro após a Constituição de 1988, verificando como os municípios se saem no provimento dos serviços locais de saúde face à descentralização desta política com a criação do SUS. Argumenta-se que o processo de descentralização da saúde desenvolveu-se, ao longo dos anos 90, em duas fases distintas: a fase da descentralização autonomista, entre 1990 e 1998, quando os municípios tinham total liberdade nas escolhas da política local de saúde, e a fase da descentralização dirigida, após a introdução do Piso de Assistência Básica - PAB, quando os municípios começaram a receber recursos “carimbados”, destinados exclusivamente a determinados programas de saúde, determinados pelo Ministério da Saúde. Todavia, conforme demonstramos, ambas as fases não foram capazes de minorar as desigualdades regionais existentes, em termos de oferta, acesso e financiamento aos serviços municipais de saúde. Enfim, demonstramos que as desigualdades em saúde produzidas pelo nosso federalismo não foram equacionadas pelo desenho adotado pela política de municipalização da saúde. Somado a isso, demonstramos que os argumentos normalmente utilizados pela literatura sobre federalismo e municipalismo no Brasil, críticos à “onda municipalista” e à existência de milhares de municípios pequenos e altamente dependentes dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios, não são suficientes para explicar a produção local de políticas sociais, dado que não são estes os municípios que apresentam os piores resultados na política de saúde no que tange à oferta, acesso e financiamento da saúde pelos gestores municipais. Por fim, demonstramos que o consorciamento pode ser um mecanismo eficiente na superação de um dos principais problemas enfrentados pelos pequenos e carentes municípios na provisão de serviços de saúde: o acesso a serviços de maior complexidade, inexistente em diversas pequenas municipalidades, sem que isso acarrete um “efeito carona negativo”, ou seja, ao encaminhamento de pacientes para outras municipalidades sem a correspondente contrapartida financeira.

OSIS, Maria Jose Martins Duarte. **Atenção integral a saúde da mulher, o conceito e o programa**: história de uma intervenção. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

PEIXOTO, Sandro Garcia Duarte. **Eficácia e gestão da política de atenção básica de saúde nos municípios brasileiros**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Resumo: Este trabalho tem como objetivo investigar dois aspectos complementares da política de atenção básica em saúde: auferir sua eficácia, em termos de impacto sobre indicadores de saúde populacionais, e avaliar a qualidade de sua gestão.

A referida política se consolidou nos últimos anos como base estruturante do Sistema Único de Saúde. Com execução de responsabilidade dos municípios, sua relevância deriva basicamente de três aspectos, a saber: a política de atenção básica articula um conjunto de atividades voltadas ao cuidado preventivo, o que, em tese, reduz a demanda por serviços terapêuticos; capilariza o sistema de assistência à saúde pelo país; e instrumentaliza a organização dos modelos municipais de saúde. No que se refere à análise de eficácia, a abordagem empregada foi a econometria de painel de dados, com base na amostra dos municípios da Região Sudeste entre 1999 e 2003. Com base na evolução da cobertura populacional do Programa Saúde da Família e do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, constatou-se que a política de atenção básica reduz de forma significativa a mortalidade infantil e a subnotificação de óbitos. Porém, não gera redução das internações hospitalares. Os aspectos concernentes à gestão do programa, por sua vez, foram avaliados com base nos relatórios do programa de fiscalização a partir de sorteios públicos da Controladoria Geral da União. Como principal conclusão derivada de sua análise é que há limitado incentivo para a fiscalização das ações no escopo da atenção básica por parte dos munícipes, uma vez que a política é majoritariamente custeada pela União, ou seja, as populações beneficiárias não internalizam a análise de seu custo-benefício. Além disso, a limitada transparência na condução do programa, fiscalização incipiente e a probabilidade reduzida de punição aos indivíduos envolvidos em irregularidades representam inibidores da disseminação de boas práticas de gestão.

PEREIRA, Maria Luiza Garnelo. **Poder, hierarquia e reciprocidade**: os caminhos da política e da saúde no Alto Rio Negro. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Campinas, 2002.

Resumo: Esta tese pode ser enquadrada no campo da antropologia política, com forte afinidade com o que Ortner (1994) denominou de Nova Teoria das Práticas, explorando as relações de poder, saber e hegemonia travadas numa dada sociedade, os Baniwa do Alto Rio Negro, Noroeste da Amazônia brasileira. O trabalho tomou como ponto de partida e eixo principal, o estudo das representações de doença, práticas de cura, movimentos reivindicatórios por melhoria das condições de vida e a interação com políticas públicas de saúde, discutindo o exercício do poder político num contexto de relações interétnicas. Analisa ainda como essas práticas sociais se constituíram historicamente e de que modo se articulam com as concepções indígenas de poder e com as formas possíveis da expressão da autoridade nas culturas locais. Buscou também compreender como agentes etnopolíticos - tomados como manifestações individuais de experiências coletivas - atuam na definição, reprodução e transformação das relações de força e assimetrias que perpassam suas vidas. Conclui que a reprodução da estrutura

social Baniwa vem gestando sua própria transformação através de reordenamentos históricos que estabelecem um “modo Baniwa” de interagir com o mundo não indígena, pautado pela lógica das produções míticas e cosmológicas do grupo.

PEREIRA NETO, Manoel Galdino. **Controle de agenda nas negociações do TRIPS e Saúde Pública em Doha, 2001**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Resumo: A presente dissertação teve como objetivo explicar as razões para a “vitória” da coalizão liderada pelo Brasil nas negociações do TRIPs e saúde Pública da OMC, que culminaram na Declaração de Doha em 2001. Partindo da literatura de teoria dos jogos aplicada aos estudos legislativos, procurei mostrar que era possível adaptar para a OMC os resultados dessa literatura, em particular a ênfase na idéia de controle de agenda. Basicamente, a tese central do trabalho é que para o caso ora em tela são as regras institucionais que determinam os resultados das negociações, pois determinam a distribuição de poder em barganhas. Assim, acreditamos ter mostrado que é possível explicar o resultado final das negociações em TRIPs e Saúde Pública a partir da regra do consenso, juntamente com a neutralidade no controle de agenda e a distribuição da impaciência dos atores. A análise sugere uma fecunda agenda de pesquisa tanto no estudo de se estudar quaisquer jogos não cooperativos em instituições internacionais bem como para uma formulação do poder em relações internacionais de cunho institucionalista.

PERILLO, Eduardo Bueno da Fonseca. **Importação e implantação do modelo médico-hospitalar no Brasil**: um esboço de história econômica do sistema de saúde 1942-1966. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Resumo: O atual modelo de atenção à saúde do Brasil tem suas origens no modelo biomédico flexneriano, idealizado e implantado nos Estados Unidos por meio da ação combinada do corporativismo médico local e do grande capital. Sua importação e implantação se insere nas relações gerais de dependência econômica e subordinação política do nosso País aos interesses norte-americanos, desde as últimas décadas do século XIX até as primeiras décadas do século XX. O objetivo desta tese é identificar e analisar como as grandes fundações norte-americanas, financiadoras do modelo de atenção médica originado a partir da publicação do Relatório Flexner em 1910, mais os interesses capitalistas, tanto do grande capital internacional quanto nacionais, e o corporativismo médico brasileiro, construíram o modelo de atenção médico-hospitalar no Brasil e o moldaram à

sua conveniência, de sorte a torná-lo hegemônico, preparando o terreno para a implantação da fase seguinte, a do complexo médico-industrial. Para tanto, apropriando-se do discurso dominante da ciência, deverão introduzir-se no Estado ou com ele manter estreito relacionamento, de forma a controlá-lo ou dirigi-lo ainda que parcialmente, privilegiando seus interesses, enquanto vestidos de um discurso que se pretende assistencialista, promovendo a expansão da base de assistência médica individual para cristalizar um padrão hospitalocêntrico e crescentemente tecnificado.

PESSOTO, Umberto Catarino. **As políticas de saúde para América Latina e Caribe da Organização Pan-Americana de Saúde e do Banco Mundial**: uma análise dos documentos e seus discursos. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

Resumo: Este estudo faz uma análise dos discursos da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) sobre políticas de saúde para a América Latina e Caribe, no período compreendido entre os anos de 1986 a 1994. A análise é realizada tendo como contraposição os discursos do Banco Mundial, no mesmo período. Procura-se demonstrar que os dois discursos se construíram, se realizaram e se atualizaram em relação de heterogeneidade constitutiva. Para a realização desta tarefa apoia-se na corrente denominada de 'escola francesa de análise do discurso' (AD). Após a manutenção de uma longa polêmica discursiva, foi possível chegar à conclusão que a OPAS atualizou seu discurso a partir dos temas apresentados pelo Banco Mundial: financiamento, eficácia e eficiência. Houve um desequilíbrio associativo semântico entre universalidade, integralidade e gratuidade da atenção à saúde defendida pela OPAS. A defesa do princípio da não-exclusividade, pelo Banco, foi decisiva para aquele desequilíbrio.

PIRES, Denise. **Processo de trabalho em saúde, no Brasil, no contexto das transformações atuais na esfera do trabalho**: estudo em instituições escolhidas. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon. **O banco mundial e as políticas de saúde nos anos 90**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

ROMÃO NETTO, José Verissimo. **Participação popular em saúde: o caso dos conselhos gestores de saúde das subprefeituras de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Resumo: Este trabalho estuda os Conselhos Gestores de Saúde das Subprefeituras de São Paulo e os conselheiros que deles fazem parte. Estes Conselhos são desdobramentos do Movimento Popular de Saúde, que consiste em fóruns públicos para reivindicação de melhorias no sistema de atendimento à saúde, e tem seu início na década de 1970 em meio a forte repressão política, exercendo importante papel no processo de redemocratização do Brasil. Tal movimento conseguiu exercer intensa influência no capítulo da Constituição Federal que trata do Sistema Único de Saúde, e inscreveu a obrigatoriedade da existência dos Conselhos Gestores nos Municípios da Federação. Estes Conselhos têm por função institucional fazer o controle popular das políticas públicas empreendidas pelo Sistema Único de Saúde. Como se tratam de fóruns participativos, é plausível que sejam pensados e analisados através da teoria da democracia deliberativa. Partindo desta concepção de democracia, discutiu-se a possibilidade de processos deliberativos gerarem capital social e cultura cívica nas pessoas que participam destes fóruns. A parte empírica deste trabalho foi feita por estudos de casos que levaram em conta quatro Conselhos e dezesseis conselheiros. Nesta etapa, avaliou-se a relação entre os desenhos institucionais dos Conselhos Gestores de Saúde e o perfil cívico dos conselheiros que participam destes fóruns.

SANTOS, Éverton Gomes Ferreira de Abreu dos. **Uma avaliação comparativa da eficiência dos gastos públicos com saúde nos municípios brasileiros**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Resumo: Este trabalho tem como objetivo comparar a eficiência dos gastos públicos com saúde dos municípios brasileiros, ou seja, analisar quais deles melhor aproveitam seus recursos investidos nessa área. Em outras palavras, foi comparado o orçamento público total para este setor em cada município, com a qualidade da saúde da sua população - com o cuidado de levar em consideração uma série de outras variáveis que tem impacto sobre a saúde da população, tais como a educação, as condições de saneamento, a renda média, etc. Para tanto, primeiro foi feita uma caracterização geral da qualidade de saúde da população dos municípios, e depois foi construída uma fronteira de possibilidades de produção, utilizando-se da técnica de análise de Fronteiras Estocásticas, sendo a ineficiência dos municípios comparada através da distância de cada um deles em relação a essa fronteira. Foram analisados também fatores que pudessem explicar a magnitude relativa das ineficiências, na tentativa de encontrar variáveis que expliquem desempenhos melhores e piores, como por exemplo: a intensidade de utilização

do capital, que se mostrou negativamente correlacionada com a ineficiência; a cobertura dos programas Saúde da Família e Agentes Comunitários da Saúde, que aparentemente não aumentam a eficiência; a parceira com o setor privado, entre outros. Os gastos avaliados são referentes ao período entre 1997 e 2000 anos que antecedem o Censo de onde foram tiradas as principais informações de saúde da população. A fonte utilizada para a obtenção dos dados de gastos com saúde foi o Sistema de Informações Financeiras (SIAFI) do Tesouro Nacional, por isso a amostra de municípios se constitui de todos os municípios brasileiros cujo montante de gastos com saúde no período em questão está discriminado nesse banco de dados¹. A amostra final contempla 3370 municípios, número que corresponde a 60% do total nacional.

SANTOS, Rogerio Carvalho. **Saúde todo dia** : uma construção coletiva. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

Resumo: Esta tese é uma narrativa do processo de implantação e implementação do SUS em Aracaju no período compreendido entre 2001 e 2004, no qual, a partir da perspectiva do autor - a de um sujeito implicado - faz-se a caracterização dos cenários local, estadual e nacional onde se conformam as arenas nas quais os atores sociais disputam projetos de sistemas de saúde. A tese está dividida em cinco capítulos. O primeiro é a introdução; no segundo capítulo o autor faz uma descrição da situação social econômica e política da cidade de Aracaju, são apresentados os atores, seus respectivos projetos para a saúde e suas concepções de modelos assistenciais, o modo como o autor se conforma em sujeito político da implantação do sistema único de saúde (SUS), o modo como se vai conformando a equipe dirigente da Secretaria Municipal de Saúde de Aracaju - lugar de onde fala o sujeito implicado no processo de implantação do SUS - e suas apostas. No terceiro capítulo o autor apresenta os conceitos, e os modelos explicativos utilizados como mediadores da construção epistêmica dos atores sociais que do lugar da Secretaria Municipal de Saúde lançaram-se à tarefa de implantar em Aracaju um sistema de saúde assentado sobre os princípios da integralidade, universalidade e equidade. No quarto capítulo são apresentados alguns resultados. A tese traz para o debate concepções de modelos técnico-assistenciais, a pedagogia como instrumento de pactuação de política, propõe um novo modelo de gestão e apresenta o deslocamento da situação inicial do estágio de implantação do SUS em Aracaju. Nas considerações, o autor identifica, a partir do deslocamento no estágio de implantação do SUS, as dificuldades, os avanços e os desafios para a consolidação dos princípios SUS.

SCHEVISBISKI, Renata Schlumberger. **Regras institucionais e processo decisório de políticas públicas:** uma análise sobre o conselho nacional de saúde (1990-2006). Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Resumo: Esta dissertação tem por objetivo analisar os determinantes institucionais que afetam a capacidade de atuação de organismos colegiados como os Conselhos Gestores de Políticas Sociais na produção de políticas públicas. Para tanto, realiza um estudo de caso sobre o Conselho Nacional de Saúde (CNS), no período compreendido entre 1990 e 2006. Verificamos que as regras institucionais definem recursos importantes nas mãos do Poder Executivo, os quais servem como mecanismo de controle sobre o processo decisório da instituição. Trata-se do que denominamos “instrumentos reguladores”, recursos definidos institucionalmente, utilizados pelo Ministro de Estado da Saúde para controlar a tomada de decisão por parte do Conselho, afetando o perfil de suas políticas.

SILVA, Hudson Pacifico da. **Regulação econômica do mercado de saúde suplementar no Brasil.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

SILVA, James Roberto. **Fotogenia de caos:** fotografia e instituições de saúde - São Paulo, 1880-1920. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

Resumo: Neste estudo, tratamos de examinar a forma como, por meio da fotografia, as incipientes instituições de saúde da cidade de São Paulo formularam representações: de si mesmas, do meio (rural ou urbano) em que atuaram, das atividades que faziam parte de suas atribuições, dos elementos materiais que davam suporte ao funcionamento e à permanência de suas atividades. Um extenso conjunto de imagem fotográfica foi produzido por médicos e inspetores - quando não por fotógrafos profissionais -, no exercício de suas funções: em diligências pela cidade, no interior das instituições, no tratamento de doentes, etc. O repertório das fotografias encontradas e estudadas cobre cirurgias, cenas urbanas, os edifícios que abrigavam as instituições, cortiços e seus moradores, cenas de enchentes, instalações médicas e sanitárias, pacientes. Esse material visual encontrava duas formas principais de veiculação: os álbuns produzidos no interior das instituições, cuja circulação se restringia a gabinetes oficiais, prefeituras, autarquias, e os periódicos médicos, tais como Revista Médica de São Paulo (1898-1913), Gazeta Clínica (1903-1949), Imprensa Médica (1904-1914) e Annaes Paulistas de Medicina e Cirurgia (1913 até hoje).

SILVA, Luiz Marcos de Oliveira. **Organização e relações de trabalho no setor de serviços de saúde brasileiro**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

Resumo: O objetivo do presente trabalho é dimensionar e analisar a evolução do mercado de trabalho no âmbito do setor de saúde brasileiro, principalmente a partir da década de 1990, desenvolvendo um estudo específico sobre as formas de organização e as relações de trabalho dos profissionais diretamente ligados à prestação de serviços de saúde. No primeiro capítulo são discutidas as características e especificidades do setor de serviços de saúde, enfatizando as formas de regulação do trabalho, a dinâmica de incorporação tecnológica e a questão do risco associado à prestação desses serviços, esboçando uma crítica aos pressupostos microeconômicos da economia da saúde. Além disso, considerando o imperativo histórico de revisão da ação pública no interior do setor de saúde? imposta por um conjunto de questões políticas e econômicas? enfatizam-se os novos arranjos entre os setores público e privado nos países avançados. Em seguida, faz-se uma breve síntese acerca da forma de desenvolvimento capitalista no setor de saúde brasileiro. O segundo capítulo apresenta, em sua seção inicial, os movimentos de estruturação e de regulamentação do mercado de trabalho em saúde, que ocorre principalmente até o final da década de 1980 (e ainda no início da década de 1990), discutindo as formas de regulação, o processo de regulamentação das profissões ao longo do período e a evolução de indicadores básicos do mercado de trabalho em saúde. São apresentadas, ainda, a dimensão do macrocomplexo da saúde no Brasil e sua importância no que se refere à capacidade de geração de emprego e renda para a economia brasileira. Faz-se, logo depois, uma análise do perfil dos ocupados em saúde e dos trabalhadores que compõem o núcleo de atenção à saúde no Brasil a partir dos micro-dados dos Censos Demográficos e das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (IBGE), discutindo a dinâmica do mercado de trabalho em saúde. No terceiro capítulo, apresenta-se o quadro macroeconômico de ajuste estrutural e as modificações no desenho institucional do sistema de saúde brasileiro, em que se assentam transformações importantes no que se refere à gestão da força de trabalho na década de 1990, e que favoreceram a proliferação de modalidades alternativas de vinculação e remuneração no setor de saúde. Por fim, faz-se a sistematização dos principais resultados encontrados, sintetizando as informações contidas ao longo do trabalho, enunciando as principais conclusões obtidas durante a pesquisa e propondo algumas diretrizes de políticas e formas de encaminhamento da discussão.

SILVA, Rodrigo Alberto Correia da. **A iniciativa privada em saúde e a Constituição de 1988**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2006.

Resumo: O acesso aos produtos e serviços de saúde é garantido pela Constituição Federal de 1988, que dispõe que estes serão fornecidos tanto pelo Estado quanto pela iniciativa privada. Todavia, a despeito da determinação constitucional, temos uma crise social, pois nem todas as pessoas têm acesso aos medicamentos e planos de saúde que viabilizem tratamentos de saúde, cujo fornecimento pelo Estado é muito menos abrangente do que o necessário às hordas de miseráveis que vivem no Brasil. O trabalho analisa o controle de preços de medicamentos e de planos de saúde realizados no Brasil, respectivamente pela Câmara de Medicamentos e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, em face da sistemática da ordem econômica brasileira, colocada pela Constituição Federal de 1988, bem como, pelos objetivos de ampliação de acesso a produtos e serviços de saúde também impostos pela Constituição Federal de 1988. A análise de constitucionalidade dos mencionados controles de preços é realizada por meio do estudo do sistema jurídico nacional, da avaliação econômica dos mercados em questão e da inter-relação entre esses dois aspectos do objeto estudado. Ao longo do trabalho se discorre sobre os serviços públicos e os poderes do Estado em relação aos prestadores privados destes serviços sejam concessionários ou permissionários dos serviços públicos e os diferencia dos agentes privados que prestam serviços não privatizados do estado. Por fim são analisados aspectos microeconômicos dos mercados de medicamentos e planos de saúde para entender o impacto e os limites da regulação estatal destes e dos mecanismos de controle de preços ali empregados. A conclusão considera o controle de preços inconstitucional, por ferir os princípios da livre concorrência e da livre-iniciativa, entre outros, e por sua ineficácia comprovada para atingir a finalidade constitucional da regulamentação estatal que é a ampliação de acesso da população a esses produtos e serviços

SILVA, Simone Mendes da. **Espaços para combater a pobreza a partir das práticas de saúde no SUS**. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Resumo: O presente estudo teve o objetivo de contribuir para a retomada mais ativa de interesse e preocupação com a pobreza nas práticas de saúde. Tivemos também o objetivo de contribuir para a articulação de melhores respostas aos problemas das pessoas atendidas nos serviços de saúde, principalmente em municípios como Eldorado e região do Vale do Ribeira. A pobreza, queira-se ou não, é parte intrínseca da contemporaneidade brasileira, e a sua redução exigirá não somente políticas econômicas e sociais de âmbito nacional, mas também ações específicas nos espaços locais e no terreno da convivência diária. O exercício efetivo da cidadania passa, entre outras questões, pelo adequado acesso aos serviços públicos. A falta de capacidade profissional em ajustar o serviço à situação, buscando repensar teoria e prática para construir outras saídas, é muito mais do

que uma falta de capacidade. Trata-se de uma contribuição à reprodução das condições de desigualdade, da pobreza e, em última análise, da exclusão social. Utilizamos o método do campo-tema para realização da pesquisa, elaborado por Peter Spink a partir da perspectiva pós-construcionista em Psicologia Social; o campo-tema é resultado de uma ampla revisão de “campo” e “pesquisa de campo”. Para análise, dialogamos com os referenciais teóricos da área da Psicologia Social, Saúde Pública e Saúde Coletiva, assim como referenciais sobre pobreza, exclusão social e formas de enfrentar a pobreza. A pesquisa nos mostrou que muitas práticas de saúde desconectam da ajuda necessária às pessoas que procuram os serviços, uma vez que a condição de pobreza em que vivem essas pessoas impõe uma série de revisões quando se fala em Saúde, ou seja, nas próprias práticas de saúde, na formação profissional, na organização dos serviços, na política de saúde e na gestão da saúde no município. As conversas sobre a pobreza nos levaram a compreensão em relação às condições e situações de saúde com as quais os profissionais se deparam no dia-a-dia. Quanto a lidar ou combater a pobreza tivemos respostas tradicionais ou que dependem de características pessoais e de vida do profissional – posicionamento que não nos parece justo para os profissionais da saúde, tampouco suficiente para a situação vivida em Eldorado. Sugerimos que a temática da pobreza precisa de maior reconhecimento enquanto questão que envolve saúde, principalmente no que se refere às práticas diárias Saúde.

SOUZA, Sandra de. Políticas de educação e saúde no estado do Ceará : mudanças no “Governo de Mudanças”?. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Campinas, 2003.

Resumo: Este trabalho apresenta um breve histórico sobre o processo de transformação política-administrativa ocorrido na administração pública do estado do Ceará no período de 1963 à 2002, período este marcado por duas fases distintas. A primeira (1963 a 1987), representada pelos três coronéis? Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra e a segunda, pelo chamado ?Governo das Mudanças? (1987-2002) liderado por Tasso Jereissati (três administrações) e Ciro Gomes. Apresenta também as principais ações implementadas pelo executivo estadual, enfocando mais detalhadamente as políticas de educação e saúde, com destaque para os resultados alcançados, limites existentes e os desafios que ainda devem ser enfrentados.

STANCIOLI, Anderson Eduardo. Incentivos e risco moral nos planos de saúde no Brasil. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

Resumo: A presente dissertação analisa como a ausência de incentivos adequados no seguro saúde ocasiona o surgimento do fenômeno conhecido como risco moral e suas conseqüências na determinação da demanda de serviços médicos. O trabalho envolve a revisão da literatura e a estimação de um modelo econométrico que avalia a efetividade dos mecanismos de regulação no controle do risco moral por parte do paciente. A principal conclusão é que o risco moral por parte do paciente é importante para os serviços ambulatoriais, mas não ocorre nos serviços hospitalares.

TELLES, Luciana Oliveira. Clusters e a indústria ligada à área da saúde em Ribeirão Preto. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

Resumo: O trabalho analisa a indústria de equipamentos médicos, hospitalares e odontológicos em Ribeirão Preto usando a literatura dos clusters como referencial teórico. O levantamento do perfil das empresas locais do setor e do arranjo produtivo local foi realizado através de pesquisa de campo com as empresas locais e com os laboratórios das faculdades pertencentes à Universidade de São Paulo. Com isto, espera-se conhecer melhor o que são as empresas deste setor no município e espera-se poder delinear as possibilidades do desenvolvimento de um cluster na área de equipamentos médicos, hospitalares e odontológicos entre as empresas do município como um meio de alavancar o crescimento das empresas e dinamizar a economia local, aproveitando-se da produção local e do aparato institucional existentes.

TOMACHESKI, João Alberto. Condições sociais de surgimento e implementação de uma política pública : burocratas e médicos na formação das políticas de saúde no Brasil (1963-2004). Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

Resumo: As políticas públicas do setor saúde no Brasil entre 1963 e 2004, se consideradas somente no seu aspecto legal, seguiram o caminho da incorporação crescente de parcelas cada vez maiores da população, até a universalização do direito à saúde, na segunda metade da década de 80, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Entretanto, apesar de todas essas transformações legais, as políticas de saúde, se consideradas na sua dinâmica social, mantêm um padrão no qual as divisões sociais determinam o acesso à assistência a saúde. As modificações constitucionais ao longo do período não foram suficientes para modificar o caráter fragmentário e residual da ação estatal no setor saúde. Nesse período,

dois grupos de interesse permanecem como os principais mediadores da política no setor: a burocracia de Estado e os médicos. A burocracia devido a sua posição estratégica dentro do Estado. Os médicos, devido a sua posição estratégica dentro da organização do setor saúde. Serão a burocracia previdenciária e a burocracia da saúde as duas forças por trás das duas principais reformas do setor: a unificação da Previdência, em 1967, e a chamada “reforma sanitária”, que resultou no capítulo da saúde na Constituição Federal de 1988 e com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Entretanto, essa capacidade de produzir inovações legislativas ficou restrita à arena propriamente estatal, sem afetar a dinâmica social. No caso dos médicos, a profissão conseguiu preservar sua autonomia financeira e técnica frente à expansão do Estado no setor saúde. Como o estudo de caso canadense parece mostrar, não existe um antagonismo entre a “prática liberal” e a expansão do Estado no setor saúde, desde que essa expansão seja mantida por um teto financeiro e permita a atuação do profissional tanto no setor público quanto no privado. Isso foi preservado no caso do Brasil. Mas, ao preservar essa inserção liberal do médico, se preserva as condições de expansão do setor, sem resolver o problema de acesso. Conclui-se que a distância entre o modelo universalista e a dinâmica social residual das políticas de saúde no período são resultado das disputas entre os grupos sociais para manter o sua posição dentro do setor e/ou sua na participação na distribuição dos bens de saúde.

TORRES-FERNANDES, Marília de Castro. **Ministério Público em São Paulo**: eficácia da função institucional de zelar pelo direito à saúde. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

Resumo: O objetivo do trabalho consiste em verificar e analisar, no âmbito do Município de São Paulo, a eficácia do artigo 129, II, da Constituição Federal, que, combinado ao art.197, atribui ao Ministério Público a função institucional de zelar pelo efetivo respeito ao direito à saúde por parte dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública. Analisaram-se a estrutura e o funcionamento institucionais no período compreendido entre 1988 e 1996, por meio de levantamento documental, acompanhamento de demandas e entrevistas. O primeiro capítulo procura justificar a escolha e importância do tema e enuncia os conceitos adotados de eficácia, função institucional e relevância pública, alicerces da pesquisa. O segundo capítulo descreve a execução da coleta de dados, independentemente da análise de seu conteúdo, apresentada no terceiro capítulo. Conclui-se pelo avanço institucional em direção ao cumprimento da norma enfocada, cuja eficácia, entretanto, ainda não se alcançou integralmente.

TRALDI, Maria Cristina. **Políticas públicas e organizações sociais** : o controle social na terceirização dos serviços de saúde. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

Resumo: A política de contratação de organizações do terceiro setor para executar serviços de saúde é parte da reforma do Estado, instituída no Brasil no final dos anos 90 e é analisada neste estudo a partir das novas formulações do conceito de sociedade civil. O modelo de gestão terceirizada de serviços não é uma medida isolada e segue uma tendência neoliberal adotada nos países centrais desde a década de 70, como estratégia de redução de gastos e focalização de recursos nas áreas sociais. O enfoque adotado na análise deste estudo foi o da reflexão sobre o risco de retrocesso que esse modelo de gestão pode acarretar à implementação do SUS caso não seja garantida a transparência nos processos de contratação das OS(s) e a regulação por parte da sociedade civil. Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar as perspectivas de controle social sobre a ação do Estado e seus parceiros, quando este coloca em prática a política de contratação de Organizações Sociais para executar serviços de saúde, atividade que até então era considerada de sua competência exclusiva. Optou-se pela realização de uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa sobre as parcerias realizadas no estado de São Paulo, entre os anos de 1998 e 2002, buscando identificar os mecanismos de participação dos Conselhos de Saúde no processo de qualificação e contratação das OS(s). A pesquisa de campo ocorreu de Julho de 2002 a Agosto de 2003, e os instrumentos utilizados foram entrevistas e um questionário enviado aos catorze hospitais públicos terceirizados no período. A principal conclusão da investigação é a que as parcerias com entidades do terceiro setor para a produção de serviços de saúde ampliam a esfera pública, mas essa ampliação não se dá na perspectiva da nova concepção de sociedade civil porque a incorporação dessas entidades, via de regra, não passa pela disputa democrática nos espaços públicos de debate. Devido à tendência de privatização do patrimônio público, há necessidade de intensificar o controle social, particularmente aquele realizado pelos Conselhos de Saúde. O controle social nas parcerias mostrou-se incipiente e direcionado à fiscalização dos serviços prestados, pois o processo de qualificação das OS(s) e a definição das entidades parceiras do Estado são centralizados no Poder Executivo. A constatação da participação do CES na definição de políticas de saúde nesta investigação é considerada como elemento positivo e um registro de avanço no desempenho das funções desse órgão.

VARELA, Patricia Siqueira. **Indicadores sociais no processo orçamentário do setor público municipal de saúde**: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo compreender e descrever o atual estágio de evolução do uso das informações e indicadores sociais no processo de planejamento e orçamento do setor público municipal de saúde, utilizando-se, como referencial teórico de análise, as concepções de reforma do aparelho do Estado das duas últimas décadas. Para consecução deste propósito, foi escolhida uma abordagem metodológica empírico-analítica com a condução de um Estudo de Caso da gestão da política de saúde do município de Brumadinho/MG. O processo de descentralização tem sido uma estratégia comum dos movimentos de redemocratização do país e de adoção das idéias neoliberais para combater a crise dos últimos anos, porém com objetivos e impactos diferentes sobre a gestão das políticas públicas. Na implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), observam-se ações voltadas para garantia do acesso integral e universal a todos os cidadãos e promoção da participação social e, contraditoriamente, políticas de financiamento restritivas inerentes ao ajuste fiscal. Os critérios de distribuição da principal fonte de financiamento da área, recursos da União, restringem a autonomia dos municípios, haja vista o acesso a recursos adicionais ter como condição a aceitação de ações e programas predeterminados pelo Ministério da Saúde. Além disso, o governo federal interfere na administração da política de saúde municipal ao tornar obrigatório o uso dos instrumentos de gestão (plano, agenda, quadro de metas e relatório de gestão), a alimentação das bases de dados em saúde e a pactuação dos indicadores da atenção básica e da epidemiologia. A condução da política de saúde pela União favorece as iniciativas de uma gestão pública voltada para resultados, com a integração, por meio dos programas, entre planejamento e orçamento, inclusive com o uso de indicadores sociais para avaliação da eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas pelo governo municipal. Todavia, o município não estava preparado para o recebimento das novas funções e, às vezes, há uma sobrecarga de atribuições, como a alimentação de diversas bases de dados. Os instrumentos de gestão têm sido adotados como favoráveis ao planejamento e controle das ações de saúde do município, mas a falta de capacidade técnica, a desmotivação dos recursos humanos, a presença da cultura burocrática e a ausência de experiência com os novos instrumentos dificultam o processo. As bases de dados apresentam problemas de consistência, sobretudo pela inadequação do preenchimento dos formulários de coleta de dados pelos profissionais da saúde, morosidade no repasse de alguns dados pelo Estado, limitações de alimentação dos sistemas estabelecidas pelo próprio governo federal e utilização de fontes diferentes quanto ao número de habitantes. O pacto da atenção básica apresenta dificuldades quanto: à diferença entre os indicadores calculados pelo município e pelo estado, à ausência de alguns parâmetros para fazer a pactuação, à falta de autonomia do município para estabelecer indicadores conforme a sua realidade, à não possibilidade de pactuar uma situação pior que a do exercício anterior e ao pacto ser realizado durante o exercício de sua vigência com a possibilidade de pactuar algo já realizado. A ênfase da abordagem

tradicional do orçamento público, voltado para o controle dos gastos públicos em termos de elemento de despesa, não favorece a integração entre a gestão da política de saúde e a gestão financeira. Agrega-se às restrições da administração pública municipal a dificuldade de operacionalização dos indicadores, mormente, quanto à limitação de indicar conceitos complexos, à identificação da relação dos programas com as mudanças nos indicadores de efetividade, à determinação das medidas das ações governamentais e à não ligação direta entre indicadores de desempenho e indicadores de efetividade. Apesar de todas as restrições, acredita-se na possibilidade de utilização de indicadores sociais no processo orçamentário. Para isso, recomenda-se o aprofundamento do estudo do tema em outros municípios, estados e União, com o intuito de trazer reflexões sobre a superação dos obstáculos e contribuir para o desenvolvimento do referencial conceitual sobre indicadores sociais.

VARELA, Patricia Siqueira. Financiamento e controladoria dos municípios paulistas no setor saúde: uma avaliação de eficiência. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Resumo: O Sistema Único de Saúde (SUS) é caracterizado por complexas relações intergovernamentais que têm garantido avanços paulatinos na resolução de problemas quanto à prestação de serviços públicos de saúde à população. Enquanto política setorial de governo, o SUS é influenciado pelos esforços recentes de disseminação e prática dos princípios da administração pública gerencial, cujo foco é uma gestão voltada para resultados e o eficiente uso dos recursos. Nesse contexto, a avaliação de desempenho ganha destaque, todavia, a determinação de parâmetros de avaliação pela Controladoria na Gestão Pública não tem sido uma tarefa simples, pois o tipo de controle aplicável às atividades do setor público depende de quatro complexos critérios: ambigüidade dos objetivos, mensuração dos outputs, conhecimento do efeito das intervenções e repetição das atividades. Uma alternativa para contornar as dificuldades da avaliação de desempenho é a sua realização por benchmark. Neste sentido, este estudo teve por objetivo levantar, medir e explicar as variações de desempenho dos Municípios Paulistas quanto à eficiência econômica na aplicação de recursos públicos nas ações de atenção básica à saúde em função do perfil de financiamento dos gastos gerais e específicos de tal área. A eficiência econômica reflete a capacidade de uma entidade obter máximos outputs ao menor custo e foi medida com o uso da metodologia Data Envelopment Analysis (DEA): técnica de otimização baseada em programação linear e projetada para estabelecer medida de eficiência relativa entre diferentes unidades tomadoras de decisão. Por sua vez, a eficiência econômica, parâmetro de avaliação de desempenho do setor público, é influenciada pela forma como os políticos e burocratas lidam com as restrições orçamentárias. A literatura sobre

o federalismo prevê que as transferências nãocondicionais e sem contrapartida provocam gasto público com desperdício, ocasionado pelo processo de ilusão fiscal, de redução do poder de barganha e/ou de flexibilização orçamentária. No primeiro estágio do modelo DEA, foram calculados os escores de eficiência com base na despesa liquidada em atenção básica e a quantidade de outputs diretos produzidos em tal subfunção. Os resultados indicaram que somente 17 dos 599 Municípios Paulistas sob análise foram considerados eficientes e que era possível aumentar, consideravelmente, a quantidade de serviços prestados à população sem a necessidade de novas dotações orçamentárias. No segundo estágio do modelo DEA, verificou-se que a maior proporção de idosos em uma jurisdição torna a prestação de serviços mais cara, por sua vez, maiores densidade populacional, grau de urbanização e escala dos estabelecimentos de saúde favorecem o gasto público com eficiência. Estas quatro variáveis não estão sob o controle do gestor público, portanto, os escores de eficiência foram ajustados para refletir o desempenho resultante do seu poder discricionário. A partir dos escores de eficiência ajustados e por meio da análise de regressão, constatou-se que as transferências não-condicionais e sem contrapartida aumentam a ineficiência do gasto público em atenção básica, conforme previsto pela literatura. Por outro lado, os repasses de recursos do SUS, tanto os não-vinculados quanto os vinculados, reduzem a ineficiência, indicativo dos avanços alcançados pela gestão do SUS. Outro fator que possui interdependência positiva com a eficiência é o indicador de escolaridade, sinalizando que uma população mais bem educada pode favorecer a avaliação de desempenho e accountability. Este trabalho pode ser estendido a outras subfunções da área de saúde e mesmo de governo e aprofundado quanto ao aspecto da qualidade. Além disso, estudos longitudinais poderiam ajudar a separar o efeito do processo de ilusão fiscal e redução de poder de barganha daquele relativo à flexibilização orçamentária provocada pela perspectiva de recebimento de socorro financeiro de outras esferas de governo. Acredita-se que este trabalho tenha contribuído para indicar possibilidades e restrições de avaliações comparativas de desempenho no setor público.

VIANA, Ana Luiza d'Avila. **Sistema de descentralização**: a política de saúde no Estado de São Paulo nos anos 80: formação e tensões. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

VIDOTTI, Carlos Cezar Flores. **Medicamentos novos e as necessidades do Sistema Único de Saúde**: políticas públicas para pesquisa e desenvolvimento de fármacos no Brasil. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Brasília, Brasília, 2007.

Resumo: No Brasil, não é conhecida a tendência dos medicamentos novos lançados no mercado e sua influência sobre o tratamento de doenças, apesar da carga de doença existente. A pesquisa e desenvolvimento de fármacos e medicamentos feitos por grupos de pesquisa e indústrias ainda não conseguiram lançar novos fármacos para o tratamento de doenças da pobreza. O objetivo desta pesquisa é descrever os fármacos novos lançados no período de 1994 a 2004, cotejando-os com as doenças prioritárias para o Sistema Único de Saúde, e conhecer iniciativas de pesquisa e desenvolvimento de fármacos e medicamentos no país. O método utilizado foi o de estudo de caso, sendo realizada análise documental, questionários e entrevistas. Nos resultados, foram identificados 440 fármacos novos, com média de 40 por ano, que, majoritariamente, não apresentavam avanço terapêutico e foram introduzidos, principalmente, para tratar doenças não infecciosas. As doenças prioritárias para o SUS - hanseníase, tuberculose, hipertensão e diabetes - foram caracterizadas epidemiologicamente e, para as três últimas, foram obtidas estimativas de custos de tratamento. Os fármacos novos foram cotejados com os tratamentos recomendados, sendo que um (0,2%) fármaco descrito foi selecionado para a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, o metoprolol, um anti-hipertensivo. Os custos da tuberculose equivalem aos custos para a pesquisa e desenvolvimento de medicamento. A talidomida continua a ser utilizada em programa do Ministério da Saúde, causando novos casos de focomelia. Foram obtidas respostas de 23 pessoas, identificando-se o crescimento recente em pesquisa e desenvolvimento de fármacos e medicamentos, no Brasil, dominando-se todo o processo até a comercialização. Foi lançado o primeiro medicamento contendo fármaco desenvolvido integralmente no país, alfaumuleno, antiinflamatório. Foram propostos conteúdos para política pública de pesquisa e desenvolvimento de fármacos e medicamentos. Conclui-se que o registro de fármacos novos segue orientação majoritariamente comercial, com grande quantidade de fármacos que não apresentam avanço terapêutico. Há doenças de controle estratégico para o SUS que não são contempladas pelos medicamentos novos. Esta é uma lacuna para pesquisa de novos fármacos. O Brasil entrou em novo momento histórico de pesquisa e desenvolvimento integral de medicamentos. Para utilizar esse potencial em favor do SUS, propõe-se a criação de agência de medicamentos e um modelo de pesquisa e desenvolvimento que considere as necessidades de saúde, articule competências e tenha a participação de usuários na sua gestão.

VIEIRA, Marcelo Pustilnik de Almeida. **Educação, saúde e ambiente** : concepções do meio físico na ação educacional do agente comunitário de saúde junto a moradores em área de risco ambiental. Dissertação (Mestrado) - UNICAMP, Campinas, 2005.

Resumo: Uma das áreas de risco ambiental de maior amplitude e morbidade no município de Campinas (SP) é o bairro Jardim Satélite Íris I, situado sobre e ao redor de antigo depósito de lixo, conhecido por Lixão da Pirelli, onde foram despejados detritos industriais, hospitalares, domésticos e de varrição urbana. No bairro, o atendimento e orientação no âmbito da saúde é oferecido por profissionais radicados em centros ou postos de saúde e por Agentes Comunitários de Saúde itinerantes, que percorrem as residências dos moradores. Em áreas de risco ambiental, a orientação adequada por parte desses profissionais depende de conhecimentos relacionados a processos em curso nos seres humanos, mas também no solo, na água, no ar, bem como nos animais e plantas, todos componentes do Ambiente local. O presente trabalho dedica-se à identificação das concepções de meio físico dos Agentes Comunitários de Saúde e das influências dessas concepções em seu trabalho junto aos moradores do bairro Jardim Satélite Íris I. O instrumento de pesquisa utilizado foi a entrevista, aplicada a quase todo o universo, formado por oito Agentes. A conclusão principal da pesquisa é a importância do conhecimento geológico na formação dos Agentes e dos demais profissionais da saúde, conhecimento esse que deveria ser estendido para a educação formal, quer básica ou superior, de forma a ajudar o homem a compreender o planeta sobre o qual vive.

ZOGHBI, Ana Carolina Pereira. **Desigualdades sócio-econômicas na saúde:** uma análise do Estado de São Paulo e do município de Ribeirão Preto. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Resumo: O objetivo deste trabalho foi avaliar possíveis desigualdades sócio-econômicas na saúde no Estado de São Paulo e no Município de Ribeirão Preto. Os dados utilizados para São Paulo são provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2003, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e que apresenta características dos indivíduos e do domicílio. A base para Ribeirão Preto consiste em uma coorte desenvolvida pelo departamento de Puericultura e Pediatria de Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP no período de junho de 1978 a maio de 1979. Analisou-se a distribuição das variáveis relativas à saúde (doenças crônicas e auto-avaliação) entre quintis de renda. Adicionalmente, foram calculados Índices de Concentração de Saúde, cuja construção é semelhante a do Índice de Gini. Esse índice considera a proporção acumulada de determinada doença e a proporção acumulada da população, ordenada de forma crescente de acordo com a renda. Foram estimados também os impactos de algumas variáveis explicativas sobre a probabilidade de apresentar determinada doença ou de se auto-avaliar de determinada forma. Para o Estado de São Paulo consideraram-se como variáveis explicativas: escolaridade, sexo, cor e idade (todas variáveis dummy). Para Ribeirão Preto foram consideradas como

variáveis explicativas: escolaridade, o fato de um dos pais apresentar a doença em questão, o fato de um dos pais apresentar alguma outra doença crônica, sexo e cor (todas variáveis dummy). O método de estimação utilizado para analisar o impacto sobre a probabilidade de apresentar dada doença foi o Probit. Já para auto-avaliação foi utilizado o Probit Ordenado. Os resultados para o Estado de São Paulo demonstraram, em sua maioria, desigualdade na saúde em favor dos ricos. Além disso, em geral, quanto maior a escolaridade menor a probabilidade de apresentar determinada doença. Em relação a Ribeirão Preto, os resultados não foram totalmente conclusivos, uma vez a quarta etapa da coorte apresentou indivíduos de 22 a 26 anos, cuja faixa etária apresenta pequena incidência de doenças crônicas. Todavia, notou-se que a saúde dos pais influencia na saúde dos filhos, tanto por meio de características transmitidas, quanto devido ao fato de que pais com saúde ruim não devem poder ter muitos gastos com a saúde dos filhos.

2.2.3 Livros e coletâneas

ALMEIDA, C. Crise econômica, crise do Welfare State e reforma sanitária. In: GERSCHAMAN, S. e WERNECK, M. L. (Org.). **A miragem da pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. p. 177-200.

ANDREAZZI, Maria de Fátima Siliansky de. **Formas de remuneração de serviços de saúde**. Brasília: IPEA, 2003. 32 p. (Texto para Discussão, 1006).

BAHIA (Estado). Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **A descentralização das políticas sociais de educação e saúde em municípios baianos: uma análise do processo na década de 90**. Salvador: SEI, 2001. 99 p. (Estudos e Pesquisas, 55).

BARROS, Maria Elizabeth Diniz. **Política de saúde no Brasil: diagnóstico e perspectivas**. Brasília: IPEA, 1996. (Texto para Discussão, 401). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1996/td_0401.pdf>

Resumo: O texto faz uma apreciação sobre a política de saúde no Brasil. Com relação às condições de saúde da população brasileira, são analisadas as modificações, desigualdades e fatores determinantes do quadro epidemiológico e as implicações daí decorrentes para as políticas de saúde. Discute o papel do Estado na área de saúde, principalmente no tocante à sua participação na regulação e no financiamento das ações setoriais. Na análise do Sistema Único de Saúde — SUS, discorre sobre seus antecedentes, sobre o processo de descentralização e sobre os principais problemas de gestão e de financiamento. Em relação à gestão do sistema são analisadas, entre outras, as questões do controle e avaliação, e alternativas que possam contribuir para a superação dos crônicos problemas gerenciais do setor público. Analisa as principais dificuldades do financiamento setorial e elenca sugestões de medidas para o enfrentamento dos problemas identificados nos diversos temas abordados.

BATISTA, Luís Eduardo; **KALCKMANN**, Suzana. **Seminário Saúde da População Negra Estado de São Paulo 2004**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2004. 232 p.

BECKER, Roberto Augusto; **LECHTIG**, Aaron. **Brasil: evolução da mortalidade infantil no período 1977-1984**. Brasília: Ministério da Saúde, 1986. 49 p.

BERQUO, Elza. **Sexo e vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2003. 389 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Aids e sustentabilidade: sobre as ações das organizações da sociedade civil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 130 p.

BUSSACOS, Marco Antonio. **Estatística aplicada à saúde ocupacional**. São Paulo: Fundacentro, 1997. 97 p.

CANESQUI, Ana Maria. **Assistência médica e a saúde e reprodução humana**. Campinas: UNICAMP/NEPO, 1987. 293 p. (Textos NEPO, 13).

CARVALHO, Antonio; **SALIM**, Celso Amorim. **Novos desafios em saúde e segurança no trabalho**. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2001. 260 p.

CAVENAGHI, Suzana. **Indicadores municipais de saúde sexual e reprodutiva**. Rio de Janeiro: ABEP, 2006. 282 p.

COHN, Amélia. **A saúde paulista: a uniformidade na desigualdade**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 29-32, out./dez. 1988.

COHN, Amélia. Notas sobre Estado, políticas públicas e saúde. In: GERSCHAMAN, S. e WERNECK, M. L. (Orgs.). **A miragem da pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. p. 101-114.

COHN, Amélia (Coord.) . **Descentralização, saúde e democracia**: o caso da cidade de Santo André (1989-1992). São Paulo: CEDEC, 1995. 82 p. (Cadernos CEDEC, 42). Disponível em: <http://www.cedec.org.br/files_pdf/CAD42.pdf >. Acesso em: ago. 2009.

COHN, Amélia. **Descentralização, saúde e democracia**: o caso do município de São Paulo (1989-1992). São Paulo: CEDEC, 1995. 108 p. (Cadernos CEDEC, 44). Disponível em: <http://www.cedec.org.br/files_pdf/CAD44.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

COHN, Amélia; **ELIAS** Paulo E. **O público e o privado na saúde**: o PAS em São Paulo. São Paulo: Cortez, 1999. 248 p.

COSTA, Christiane; **TAKAHASHI**, Ruth; **MOREIRA**, Tereza. **Segurança alimentar e inclusão social**: a escola na promoção da saúde infantil. São Paulo: Instituto Pólis, 2002. 69 p. (Pólis, 42).

DUCHIADE, Milena Piraccini. **Mortalidade infantil por pneumonias na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1976-1986**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 1991. 145 p.

FLEURY, S. **Políticas públicas em busca da qualidade dos serviços de saúde**. In: 20 anos da Constituição cidadã: avaliação e desafios da Seguridade Social. Brasília,: ANFIP, 2008. 269 p.

FORÇA SINDICAL. Saúde. In: Um projeto para o Brasil: a proposta da Força Sindical. São Paulo: Geração, 1993.

FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO. **Pontos de verificação ergonômica**: soluções práticas e de fácil aplicação para melhorar a segurança, a saúde e as condições de trabalho. São Paulo: Fundacentro, 2001. 327 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Economia e saúde**: uma perspectiva macroeconômica, 2000-2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 137 p. (Estudos & Pesquisas: Informação e Economia, 9).

INSTITUTO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (Brasil). **Pesquisa nacional sobre saúde e nutrição**: perfil de crescimento da população brasileira de 0 a 25 anos. Brasília: Ministério da Saúde, 1990. 59 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (Brasil). Diretoria de Estudos Sociais. **Assistência médica e à saúde e reprodução humana**. Brasília: IPEA, 2005. 134 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (Brasil). **Indicador Municipal de Saúde**: uma análise dos Sistemas municipais de saúde brasileiros. Brasília: IPEA, 2006. 24 p. (Texto para discussão, 1216).

JUNQUEIRA, Virginia. **Saúde na cidade de São Paulo 1989 a 2000**. São Paulo: POLIS, 2001. 56 p.

LAURENTI, Ruy; **JORGE**, Maria H.P.de M; **LEBRAO**, Maria Lúcia. **Estatísticas de saúde**. São Paulo: EPU, 1987. 186 p.

LEBRAO, Maria Lúcia, **DUARTE**, Yeda A. de Oliveira. **SABE - Saúde, Bem-Estar e Envelhecimento**: o projeto SABE no município de São Paulo: uma abordagem inicial. Brasília: OPAS, 2003. 255 p.

MARINHO, Alexandre; **CARDOSO**, Simone de Souza; **ALMEIDA**, Vivian Vicente. **Brasil e OCDE**: avaliação da eficiência em Sistemas de Saúde. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. (Texto para Discussão, 1370). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1370.pdf>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: Avalia a eficiência na provisão de serviços de saúde no Brasil, em comparação com os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Estima em que medida variáveis como esperança de vida ao nascer para homens; esperança de vida ao nascer para mulheres; índice de sobrevivência infantil; anos de vida recuperados para doenças transmissíveis; anos de vida recuperados para doenças não-transmissíveis; anos de vida recuperados para causas externas; tamanho da população; e área geográfica podem servir de representação para um serviço de saúde eficiente, dado o gasto per capita com saúde. As principais metodologias de avaliação utilizadas são as fronteiras de eficiência, calculadas em modelos de Análise Envoltória de Dados – Data Envelopment Analysis (DEA) – e de fronteiras estocásticas (stochastic frontiers), e os resultados não são totalmente desfavoráveis ao Brasil.

MARINHO, Alexandre. **Evidências e modelos sobre a coexistência de hospitais com fins lucrativos e hospitais sem fins lucrativos no Sistema Único de Saúde brasileiro.** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. (Texto para Discussão, 1041). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2004/td_1041.pdf>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: Apresenta alguns aspectos da presença e da atuação conjunta dos hospitais com fins lucrativos e dos hospitais sem fins lucrativos, contratados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. A usual dicotomia, que confronta o setor público com o privado, e que já foi bastante explorada na literatura, não será privilegiada no texto. O trabalho também explica um modelo teórico aplicável ao SUS e a outros sistemas hospitalares. O modelo é capaz de analisar as conseqüências de coexistência de hospitais com e sem finalidades lucrativas sobre o nível de atividade e a qualidade de serviços de internação hospitalar, dadas os incentivos presentes no SUS.

MARINHO, Alexandre; **MORENO**, Arlinda Barbosa; **CAVALINI**, Luciana Tricai. **Avaliação descritiva da rede hospitalar do Sistema Único de Saúde (SUS).** Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para Discussão, 848). Disponível em: <<http://www2.eptic.com.br/sgw/data/bib/artigos/2931cc2825940a84ff82111653164000.pdf>>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: O Sistema Único de Saúde (SUS) é responsável pela maior parte das internações no Brasil. Com base nos dados e informações disponíveis na pesquisa denominada Assistência Médico-Sanitária (AMS) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 1999, e no Sistema Único de Saúde

(SUS) [DATASUS (1997, 1998 e 1999)], o presente estudo realiza uma análise descritiva da rede hospitalar do SUS. Basicamente, quatro aspectos são enfatizados: a) a distribuição dos atendimentos, ou seja, a frequência das Autorizações de Internações Hospitalares (AIH); b) a distribuição dos repasses financeiros, isto é, os valores totais das AIH pagas; c) a distribuição geográfica das unidades hospitalares no território nacional; e d) a intensidade de utilização do sistema, representada pela taxa de ocupação, a taxa de rotatividade e o prazo médio de permanência. Entre as conclusões do estudo, pode-se arrolar uma forte dicotomia na estrutura e nos padrões de utilização da rede, entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (excluindo-se o Distrito Federal, com padrões correlatos aos do Sudeste/Sul do país) por um lado, e as regiões Sudeste e Sul do Brasil por outro.

MARQUES, R. M.; **MENDES**, A. **O Sistema Único de Saúde e o processo de democratização da sociedade brasileira.** In: 20 Anos da Constituição cidadã: avaliação e desafios da Seguridade Social. Brasília: ANFIP, 2008. 269 p.

MEDEIROS, Marcelo. **Princípios de justiça na alocação de recursos em saúde.** Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para Discussão, 687). Disponível: <<http://www.ipea.gov.br/pub/td/tdo687.pdf>>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: O artigo discute dois dos principais princípios dos paradigmas de justiça vigentes no debate sobre a alocação de recursos públicos em saúde: o princípio da igualdade e o da equidade. Considerando que nas democracias representativas as decisões alocativas não são tomadas diretamente pelos interessados, argumenta-se que é essencial a clareza em relação às diretrizes das políticas públicas e que essa clareza depende da explicitação dos paradigmas de justiça subjacentes à formulação de tais políticas. Mostra-se que igualdade e equidade fundamentam, respectivamente, estratégias de universalização e focalização nas políticas sociais, ressaltando algumas implicações da adoção dessas estratégias, tanto no caso geral quanto no caso dos bens públicos, para concluir que, sob a perspectiva da epidemiologia, a produção do benefício generalizado à saúde da população pode ser conseguida com base ora na focalização, ora na universalização.

MEDICI, André César. **Aspectos da crise dos sistemas estaduais de saúde nos anos 80: uma análise do Rio de Janeiro e São Paulo.** São Paulo: FUNDAP/IESP, 1995. 9 p. (Notas Técnicas, 12).

MEDICI, André César. **Economia e financiamento do setor saúde no Brasil: balanços e perspectivas do processo de descentralização.** São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, 1994. 216 p.

MEDICI, André César. **Perfil da saúde no Brasil.** Brasília: IPEA, 1997. (Texto para Discussão, 472). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1997/td_0472.pdf>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: O trabalho apresenta informações sobre epidemiologia, oferta e demanda por serviços de saúde, mercado de trabalho, gastos e financiamento de saúde no Brasil.

MÉDICE, A. C.; **OLIVEIRA**, F. E. B. de; **BELTRÃO**, K. I. **Universalização com qualidade: uma proposta de reorganização do Sistema de Saúde no Brasil.** Brasília: IPEA, 1993. (Texto para Discussão, 316). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1993/td_0316.pdf>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: Trata sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido no Brasil a partir da Constituição de 1988, o qual revela, desde sua origem, mérito e fragilidade. Os méritos estão refletidos no plano das intenções de montar um sistema universal, equânime e integral. As fragilidades remetem à ineficácia da estratégia montada para atingir tais objetivos.

MÉDICI, André César; **OLIVEIRA**, Francisco E. B. de. **A política de saúde no Brasil.** Brasília: IPEA, 1991. (Documento de Política, 6).

MEDICI, André César. **Considerações sobre o sucateamento da rede pública e privada de saúde.** Brasília: IPEA, 1992. (Texto para Discussão, 252)

Resumo: Discute a questão da perda de eficiência do setor público prestador de serviços de saúde no Brasil. O autor levanta aspectos de ordem econômica, gerencial e ética para explicar os principais motivos responsáveis pelo mau funcionamento da rede pública de saúde.

MIYASHITA, Hadjimu (Coord.). **Perspectivas institucionais da descentralização na saúde.** São Paulo: FUNDAP, 1988. 42 p. (Texto para Discussão, 24).

MONTEIRO, Carlos Augusto (Org.). **Velhos e novos males da saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças.** São Paulo: Hucitec, 1995. 356 p.

MONTEIRO, Carlos Augusto. **Velhos e novos males da saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças.** São Paulo: Hucitec, 2000. 435 p.

NEGRI, Barjas; **DI GIONVANNI**, Geraldo. **Brasil: radiografia da saúde.** Campinas: UNICAMP, 2001. 588 p.

NUNES, André et al. **Medindo as desigualdades em saúde no Brasil: uma proposta de monitoramento.** Brasília: IPEA/OPAS, 2001. 221 p.

NUNES, Edson; **BRAKARZ**, José. **Política social e reforma fiscal: as áreas de educação e saúde.** Brasília: IPEA, 1993. (Documento de Política, 13).

OCKÉ-REIS, Carlos Octávio. **A Constituição de um Modelo de Atenção à Saúde Universal: uma Promessa não Cumprida pelo SUS?.** Rio de Janeiro: IPEA, 2009. (Texto para Discussão, 1376). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1376.pdf. Acesso em: set. 2009.

Resumo: Em 1988, o Brasil foi um dos primeiros países latino-americanos a definir o acesso à saúde como um direito constitucional, mas, de fato, isto não foi suficiente para garantir a cobertura de seus cidadãos. O Sistema Único de Saúde (SUS) não pode ser descrito completamente como um sistema público de saúde que fornece acesso universal e atenção integral. Este trabalho revela que parece haver uma forte contradição entre o modelo redistributivo desenhado na Constituição de 1988 e o inadequado nível de gasto público em saúde. Por um lado, a lei estipula que a assistência à saúde é um direito social básico que deve ser regido pela necessidade e não de acordo com a capacidade de pagamento das famílias. Por outro lado, em 2003, o Brasil destinou para a saúde apenas US\$ 597

por habitante, ou 7,6% do PIB, enquanto a média dos países da OCDE é de US\$ 3.145 ou 10,8%, respectivamente, e a média dos países latino-americanos, US\$ 622 e 6,7% do PIB.

OCKÉ-REIS, Carlos Octávio; **RIBEIRO**, José Aparecido Carlos; **PIOLA**, Sérgio Francisco. **Financiamento das políticas sociais nos anos 1990: o caso do Ministério da Saúde**. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para Discussão, 802). Disponível em: <http://getinternet.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0802.pdf>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: Garantir um volume adequado e regular de recursos ao financiamento das políticas sociais é uma das questões sobre as quais governos, técnicos e congressistas têm se debruçado. Na área das políticas públicas de saúde, não é diferente. Este trabalho discute o comportamento do financiamento das políticas públicas de saúde, a partir de um contexto específico: a trajetória dos gastos e das fontes de recursos do Ministério da Saúde. São apresentadas e analisadas a composição do financiamento do Ministério da Saúde por fontes e a evolução dos gastos por categoria econômica da despesa, bem como também por subprogramas. Especial atenção é dada à questão da CPMF, e sobre qual teria sido o impacto final deste novo tributo no financiamento do Ministério da Saúde. Por fim, apresenta-se uma discussão perspectiva, sobre a Emenda Constitucional no 29, que define novas regras e patamares para o financiamento das políticas de saúde no país.

OLIVEIRA, Fátima. **Saúde da população negra: Brasil, ano 2001**. Brasília: OPAS, 2003. 342 p.

OLIVEIRA, Francisco E. B. de; **BELTRÃO**, Kaizô I.; **DAVID**, Antonio Carlos A. **A dívida da União com a previdência social: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para Discussão, 638). Disponível: <<http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0638.pdf>>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: O problema da dívida da União tem assumido papel de destaque na discussão política das questões previdenciárias, em franco contraste com a sua relevância econômica. Na falta de dados objetivos, esta discussão assume um caráter ideológico. A previdência social desde a década de 30 foi alvo de constante manipulação política essencialmente no que se refere à utilização dos institutos

como instrumentos de captação de poupança forçada para a realização de investimentos em setores da economia considerados estratégicos pelo governo, que visava promover o processo de industrialização do país e maximizar seu apoio político (por exemplo, a construção de Brasília, o financiamento da Companhia Vale do Rio Doce, da Companhia Siderúrgica Nacional etc.). A atual crise pela qual atravessa o sistema brasileiro não dá margem a dúvidas de que o problema é muito grave. Desde 1994, gasta-se mais do que se arrecada com benefícios e o Tesouro acaba por transferir os recursos necessários para o equilíbrio do sistema. Assim, este artigo procura apresentar não só a evolução do débito da União ao longo do tempo, mas igualmente uma tentativa de mensurar o tamanho real dessa dívida e sua contribuição efetiva para o desequilíbrio do sistema.

OLIVEIRA, Maria Coleta Albino de; **ROCHA**, Maria Isabel Baltar da. **Saúde reprodutiva na esfera pública e política na América Latina**. Campinas: UNICAMP, 2002. 333 p.

OLIVEIRA, Maria Coleta. **Cultura, adolescência e saúde: Argentina, Brasil e México**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1999. 160 p.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Indicadores básicos de saúde no Brasil: conceitos e aplicações**. Brasília: OPAS, 2002. 299 p.

PAIM, Jairnilson Silva. **Recursos humanos em saúde no Brasil: problemas crônicos e desafios agudos**. São Paulo: USP, 1994. 80 p. (Série Temática, 1).

PEREIRA, Júlio Cesar R. **Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais**. São Paulo: EDUSP, 1999. 156 p.

PIOLA, Sérgio Francisco. **Tendências do sistema de saúde brasileiro: estudo Delphi**. Brasília: IPEA, 2001. 147 p.

PIOLA, Sérgio Francisco (Coord.). **Tendências do sistema de saúde brasileiro:** estudo Delphi. Brasília: IPEA, 2001. 147 p.

Resumo: A publicação apresenta os resultados do Estudo Delphi, realizado no ano 2000, com o objetivo de identificar as principais tendências da saúde no Brasil para a primeira década do século 21.

PIOLA, Sérgio Francisco et al. **Estado de Uma Nação:** Textos de Apoio - Saúde no Brasil: Algumas Questões sobre o Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: IPEA, 2008. (Texto para Discussão, 1391). Disponível: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1391.pdf

Resumo: Este trabalho é uma compilação de textos preparados pela equipe de saúde da Disoc/Ipea para apoiar a elaboração do livro “Brasil: o estado de uma nação de 2007”. São analisados a situação de saúde da população brasileira nas últimas décadas, as inovações trazidas pela Constituição de 1988 para o campo da saúde e o papel do estado na área. Em relação a este último tópico, são discutidos problemas relacionados ao financiamento, à regulação do setor e à provisão de serviços pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O estudo mostra que, apesar dos avanços obtidos, existem vários problemas, muitos relacionados à gestão, a serem equacionados para se obter maior efetividade e eficiência no desempenho do sistema.

PIOLA, Sergio Francisco; **JORGE**, Elias Antonio (Org.). **Economia da Saude:** primeiro prêmio nacional 2004. Sao Paulo: IPEA, 2005. 365 p.

PIOLA, Sérgio Francisco; **VIANNA**, Solon Magalhães (Org.). **Economia da saúde:** conceito e contribuição para a gestão da saúde. Brasília: IPEA, 1995. 293 p. (Série IPEA, 149).

PIOLA, Sérgio Francisco; **VIANNA**, Solon Magalhães. Rompendo com as amarras no financiamento das políticas públicas de saúde. In: **20 Anos da Constituição cidadã:** avaliação e desafios da Seguridade Social. Brasília: ANFIP, 2008. 269 p.

RASSI NETO, Elias; **BOGUS**, Cláudia Maria. **Saúde nos grandes aglomerados urbanos:** uma visão integrada. Brasília: OPAS, 2003. 1 CD. 208 p. (Série Técnica Projeto de Desenvolvimento de Sistemas e Serviços de Saúde, 3).

SA, Marcos Felipe Silva de. **A Inserção de um Hospital Universitário Público no Sistema Unico de Saúde.** Ribeirão Preto: FAEPA, 2002. 194 p.

SALIM, Celso Amorim; **CARVALHO**, Luiz Fernando de. **Saúde e segurança no ambiente de trabalho:** contextos e vertentes. Belo Horizonte: FUNDACENTRO, 2002. 292 p.

SALIM, Celso Amorim. **Saúde e segurança no trabalho:** novos olhares e saberes. Belo Horizonte: Segrac, 2005. 335 p.

SÃO PAULO (Estado). Assembléia Legislativa. **Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS:** municípios segundo indicadores de responsabilidade social, 2001. São Paulo: SEADE, 2001. Paginação irregular.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Saúde. **Registro hospitalar de câncer no Estado de São Paulo, 2000.** São Paulo: FOSP, 2001. 47 p. tab., graf., illus. (Cadernos FOSP, 3).

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Saúde. **Saúde no Estado de São Paulo: 8 anos de compromisso com o cidadão.** São Paulo: Secretaria da Saúde, [19--] 249 p.

SILVA, Frederico Augusto Barbosa da; **ABREU**, Luiz Eduardo de Lacerda. **Saúde:** capacidade de luta, a experiência do Conselho Nacional de Saúde. Brasília: IPEA, 2002. (Texto para Discussão, 933). Disponível em : <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0933.pdf>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: A Constituição Brasileira de 1988 criou conselhos em quase todas as

áreas da administração federal. A idéia do legislador era promover a participação popular na elaboração de políticas públicas. Após 24 anos de regime militar autoritário e de restrições da liberdade, a idéia de participação ressurgiu na agenda política. Durante os últimos 14 anos, os conselhos vêm mudando a idéia de que é simples a promoção de uma cultura democrática dentro da realidade política da luta diária por recursos governamentais. Esse trabalho trata do papel desempenhado pelo Conselho Nacional de Saúde Pública, considerado o mais influente e o mais bem-sucedido conselho jamais criado. Do ponto de vista antropológico e *microssociológico*, pode-se fazer a seguinte pergunta: como foi possível ao conselho influenciar a elaboração de políticas públicas apesar da resistência burocrática e política?

SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. **Perfis de saúde e de mortalidade no Brasil: uma análise de seus condicionantes em grupos populacionais específicos**. Brasília: OPAS, 2002. 141 p.

SOCIEDADE CIVIL BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL. Programa de pesquisas de demografia e saúde (DHS). **Pesquisa nacional sobre demografia e saúde, 1996**: relatório preliminar. Rio de Janeiro: BEMFAM; DHS, set. 1996. 47 p.

SOLON, Magalhães Vianna (Coord.). **O financiamento da descentralização dos serviços de saúde**. Brasília: IPEA, 1991. (Documento de Política, 3).

UNIVERSIDADE DE CAMPINAS. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas. **Educação, saúde e atenção ao menor no Estado de São Paulo**: uma avaliação dos serviços públicos estaduais. Campinas: UNICAMP, 1991. 242 p.

VIANA, A. L. As políticas sociais e as políticas de saúde. In: GERSCHAMAN, S. e WERNECK, M. L. (Orgs.). **A miragem da pós-modernidade**: democracia e políticas sociais no contexto da globalização. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. p. 201-210.

VIANNA, Solon Magalhães. **Evolução e perspectivas da pesquisa em economia da saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. 107 p. (Texto para Discussão).

VILLELA, Wilza; **MONTEIRO**, Simone. **Gênero e saúde**: programa saúde da família em questão. São Paulo: UNFPA, 2005. 166 p.

2.2.4 Periódicos

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; **CABRAL**, Maria do Socorro Reis. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 3-10, jan./mar. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n1/v17n1a01.pdf>>.

Resumo: Analisar a saúde do trabalhador exige, na contemporaneidade, a compreensão do impacto do regime de acumulação flexível como resposta do capital e do capitalismo, seus rebatimentos nas relações de trabalho, bem como a compreensão das respostas articuladas pelo Estado, valendo-se de reformas neoliberais. Elas têm transferido as ações de saúde para a circunscrição do mercado, o que significa, em última instância, inserir o Estado no campo de ação da concorrência, do capital. Com base nesse enfoque é que se estruturou a abordagem do tema.

Palavras-chave: saúde do trabalhador; flexibilidade; processo de trabalho.

ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e; **CASSIOLATO**, José Eduardo. As especificidades do sistema de inovação do setor saúde. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 22, n. 4, 2002.

Resumo: This paper discusses the biomedical innovation system. This sectoral system is an intersection between the innovation system and the welfare institutions. The innovative dynamics in the health sector has various distinctive characteristics, specially the importance of the universities and academic research for the biomedical innovations. The specificity of health care as an economic activity explains the role of institutions in this sector. Institutions and regulation shape the direction of technological progress, influencing the economic, industrial and social performance of the whole health sector.

ANDRADE, Mônica Viegas; **NORONHA**, Kenya Micaela de Souza. O efeito da distribuição de renda sobre o estado de saúde individual no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Brasília, v. 37, n. 3, dez. 2007. Disponível: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/103/1020>>.

Resumo: O objetivo deste trabalho é estudar a relação entre o estado de saúde individual e a distribuição de renda no Brasil. Mais especificamente, estamos

interessados em avaliar como a distribuição de renda impacta o estado de saúde auto-reportado dos indivíduos. A metodologia utilizada é o modelo logitmultinível. A base de dados empregada é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 1993 e as Pnads de 1998 e 2003, que apresentam um suplemento especial contendo informações sobre o estado de saúde. Os principais resultados encontrados revelam que a distribuição de renda afeta o estado de saúde auto-avaliado, apesar de a magnitude desse efeito ser pequena: quanto maior a desigualdade na distribuição de renda, menor é a chance de o indivíduo reportar um melhor estado de saúde.

AROUCA, S. Quanto vale a saúde dos brasileiros? **Conjuntura Social**, Brasília, v. 6, n. 8, p. 11-12, ago. 1995.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva; **COSTA**, Olavo Viana. A saúde no Brasil: paradoxos e dilemas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 59-63, out./dez. 1987.

Resumo: No Brasil, a preocupação com o tema saúde teve seus contornos ampliados nos últimos dez ou vinte anos. A base dessa preocupação é o reconhecimento de que a dimensão saúde faz parte dos direitos sociais e portanto afeta o bem estar social coletivo. Assim, tematizar a atenção à saúde no Brasil envolve considerar a forma e o processo através dos quais ela passou a ser considerada uma questão pública e, desta forma, está intimamente ligada ao desenvolvimento global da sociedade e as condições de saúde da população como um todo. Faz distinção entre o público e o privado, correlacionando-os à estatização da sociedade e à privatização do Estado, discutindo o individual e o coletivo da questão.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva; **COSTA**, Olavo Viana. Entre o público e o privado: a saúde hoje no Brasil. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 11, n. 2, 1999.

Resumo: O artigo analisa a política governamental de saúde no período 1995-1998, focalizando as principais decisões relativas à organização e financiamento do SUS. Discussão da regulação dos critérios de transferência de recursos federais para estados e municípios. PACS, PSF, CPMF.

BARATA, R. B. Iniquidade e saúde: a determinação social do processo saúde-doença. **Revista USP**, São Paulo, n. 51, set./nov. 2001.

BARRETO JUNIOR, Irineu Francisco; **SILVA**, Zilda Pereira da. Reforma do sistema de saúde e as novas atribuições do gestor estadual. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 3, jul./set. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n3/24778.pdf>>

Resumo: As políticas sociais brasileiras têm sido submetidas, ao longo das últimas décadas, a profundas transformações e reformas. Nesse cenário, destaca-se a criação, o processo de estruturação e de reestruturação do Sistema Único de Saúde, enfatizando as mudanças.

BOUSQUAT, Aylene; **NASCIMENTO**, Vânia Barbosa do. A Metrópole paulista e a saúde. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n. 1, p. 112-120, jan./mar. 2001.

BRAGA, A. et al. Poluição atmosférica e saúde humana. **Revista USP**, São Paulo, n. 51, set./nov. 2001.

COHN, Amélia. O sistema unificado e descentralizado de saúde: descentralização ou desconcentração? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 55-58, out./dez. 1987. Disponível em: <http://www.cedec.org.br/files_pdf/Osistemaunificadoedescentralizadodesaude.pdf>

COSTA, Olavo Viana. Direito à saúde no Brasil: entre a prevenção de doenças e o tratamento de doentes. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.13, n. 3, p. 137-143, jul./set. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n3/v13n3a16.pdf>>

DRAIBE, Sônia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 2, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n2/ao4v15n2.pdf>>

Resumo: Este artigo examina os efeitos das reformas da política social no período Cardoso sobre as instituições do sistema de proteção social. Para isso, concentra-se em três grupos de programas: os universais, de saúde e educação; os de proteção ao trabalho e amparo no desemprego; e os programas de combate à pobreza. Estado ou mercado? Emprego e renda ou política social? Universalismo ou focalização? Consideram-se tais disjuntivas inadequadas para descrever o projeto e as medidas implementadas. O reforço dos programas públicos, universais e gratuitos, de saúde e educação conviveu com a introdução do sinal do mercado no campo do trabalho e com a orientação de focalizar no universal, para melhorar o impacto distributivo das políticas. Isso não alterou a orientação básica do sistema de proteção social. Entretanto, a ênfase nos programas de transferência monetária às famílias pobres, ocorrida ao final do segundo mandato, foi um desvio do projeto original do governo e uma mudança no sistema tradicional de proteção.

ELIAS, Paulo Eduardo. Estado e saúde: os desafios do Brasil contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 41-46, jul./set. 2004. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/veiculos_de_comunicacao/SPP/VOL18N3/24777.PDF>

Resumo: O artigo trata da relação entre Estado e saúde apresentando as dificuldades para a sua conceituação e a retomada da sua trajetória na Europa e no Brasil. Mostra aspectos para a reflexão desta relação com a consagração da saúde como direito social e dever do Estado pela Constituição Federal e indica os desafios postos ao Sistema Único de Saúde.

Palavras-chave: política de saúde; política social; Sistema Único de Saúde.

ELIAS, P. E.; **MARQUES**, R. M.; **MENDES**, A. O financiamento e a política de saúde. **Revista USP**, São Paulo, n. 51, set./nov. 2001.

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA. Centro de Estudos e Pesquisas da Administração Municipal. Conselhos municipais das áreas sociais. **Informativo Cepam**, São Paulo, ano 1, n. 1, p.115, mar. 1999. Disponível em: <http://www.cepam.sp.gov.br/arquivos/conhecimento/Informativo_Cepam-Conselhos_Municipais_das_Areas_Sociais.pdf>

GONÇALVES, Ricardo Bruno Mendes. A saúde no Brasil: algumas características do processo histórico nos anos 80. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 99-106, jan./mar. 1991.

Resumo: Discussão sobre os conceitos de saúde e doença, fazendo uma crítica e avaliação sobre o estágio da assistência médica no Brasil na década de 80.

JACOBI, Pedro. Habitat e saúde na periferia. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 4, n. 3/4, p. 121-130, jul./dez. 1990. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/vo4no3-04/vo4no3-04_18.pdf>.

JORGE, E. Saúde em São Paulo: dificuldades e esperança. **Revista USP**, São Paulo, n. 51, set./nov. 2001.

JORGE, M. H. P. M.; **YUNES**, J. Violência e saúde no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 51, set./nov. 2001.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Gestão de recursos humanos: uma utopia no setor público de saúde. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 9-14, out./dez. 1992. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/vo6no4/vo6no4_02.pdf>.

Resumo: Ao discutir a gestão dos recursos humanos na saúde, pretende levantar algumas questões sobre a cultura da organização pública de saúde, que condiciona as relações entre os atores organizacionais, para em seguida, discutir o papel do gerente na gestão dos recursos humanos e, finalmente, a relação entre gestão de recursos humanos e cidadania.

LAURENTI, R.; **JORGE**, M. H. P. de MELLO; **GOTLIEB**, S. L. D. As condições de saúde no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 51, set./nov. 2001.

LEAL, M. do C.; **GAMA**, G. N. da. Infância doente: perfil de mortalidade e internações em crianças de 0 a 5 anos de idade, segundo áreas geográficas de

diferentes composições populacionais do Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 51, set./nov. 2001.

MALIK, A. M. Oferta em serviços de saúde. **Revista USP**, São Paulo, n. 51, set./nov. 2001.

MONTI, José Fernando C. Sistema Único de Saúde: uma reforma no meio do caminho. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 38-44, out./dez. 1992. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/vo6no4/vo6no4_06.pdf>.

NOVAES, H. M. D.; **GOLDBAUM**, M.; **CARVALHEIRO**, J. da R. Políticas científicas e tecnológicas e saúde. **Revista USP**, São Paulo, n. 51, set./nov. 2001.

OLIVEIRA, João Cândido de. Segurança e saúde no trabalho: uma questão mal compreendida. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 3-12, abr./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n2/a02v17n2.pdf>>.

Resumo: O presente artigo analisa alguns traços da cultura ainda predominante na maioria das empresas brasileiras em relação à segurança e saúde no trabalho, que funciona ora promovendo, ora inibindo ou mesmo impedindo a implementação de ações destinadas à melhoria dos ambientes e das condições de trabalho voltadas para a promoção da segurança e saúde dos trabalhadores.

Palavras-chave: Trabalho. Segurança. Saúde. Acidentes. Gestão. Prevenção.

RIBEIRO, José Mendes; **COSTA**, Nilson do Rosário. Regionalização da assistência à saúde no Brasil: os consórcios municipais no sistema único de saúde (SUS). **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 22, dez. 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/84/166>>.

Resumo: Os consórcios intermunicipais de saúde têm sido amplamente difundidos no Brasil e representam parcerias entre governos municipais voltadas ao provimento de especialistas médicos ou serviços de maior complexidade, envolvendo principalmente municípios de pequeno e médio portes. Em geral, são criadas or-

ganizações de caráter privado que administram os fundos públicos alocados por sistemas de cotas fixas e por utilização. Os consórcios constituem sistemas abrangentes nas microrregiões onde são instalados e, nas experiências exitosas, ordenam o conjunto da assistência à saúde. Este estudo demonstra os ganhos em ampliação da capacidade de governo, maior eficiência na oferta de serviços e sustentabilidade, por meio da descrição de variações organizacionais e estudo de caso.

SAVELSBERG, Joachim J. Políticas públicas, políticas sociais e políticas de saúde: algumas questões para reflexão e debate. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 1, n. 2, 1989.

Resumo: Proximidades e diferenças existentes entre as noções de planejamento estatal e de política pública no Brasil. Com base nos planos governamentais pós-64, busca-se avaliar as políticas sociais no Brasil. Políticas nacionais de saúde.

SCHRAIBER, L. B. Violência contra as mulheres e políticas de saúde no Brasil: o que podem fazer os serviços de saúde? **Revista USP**, São Paulo, n. 51, p. 104-113, set./nov. 2001.

SICSÚ, Bernardo; **ANDREAZZI**, Maria de Fátima Siliansky de; **HOLGUIN**, Tássia Gazé. O comportamento da renúncia fiscal oriunda dos gastos privados com atenção à saúde entre os anos 1996 e 2003. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. 4, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v28n4/v28n4a06.pdf>>.

Resumo: Tax expenditures with healthcare in Brazil: the behavior between the years 1996 and 2003. This article presents an economic approach trying to get the interrelations between the private expenditures on health care and the tax expenditures. It shows an overview of the family's expenses on health care confronted to the total of the same item declared to Secretaria da Receita Federal (Income Tax) that was converted into tax expenditures.

SILVA, Luiz Marcos; **MATTOS**, Fernando Mansor de. Welfare state e emprego em saúde nos países avançados desde o pós-segunda guerra mundial. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 29, n. 3, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n3/a08v29n3.pdf>>.

SILVA, Pedro Luiz Barros. Serviços de saúde: o dilema do SUS na nova década. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 69-85, jan./mar. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n1/v17n1a07.pdf>>.

Resumo: A ausência de mecanismos eficazes de regulação e ordenamento da oferta, buscando viabilizar o acesso e a melhor utilização dos serviços do SUS por parte dos usuários, nos níveis macro e microorganizacionais, contribui de forma decisiva para a persistência de problemas relacionados à baixa eficácia do sistema de saúde brasileiro. Este artigo, nos âmbitos, avalia se as reformas introduzidas no setor saúde, no que se refere a cobertura, financiamento, regionalização e gestão, têm contribuído para melhorar o acesso e ampliar a utilização dos serviços de saúde essenciais.

Palavras-chave: reforma do Estado; políticas públicas; política social em saúde.

STOTZ, Eduardo Navarro. Trabalhadores, direito à saúde e ordem social no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 25-33, jan./mar. 2003.

VERAS, R. Modelos contemporâneos no cuidado à saúde: novos desafios em decorrência da mudança do perfil epidemiológico da população brasileira. **Revista USP**, São Paulo, n. 51, set./nov. 2001.

VIANA, Ana Luiza d'Ávila et al. Novas perspectivas para a regionalização da saúde. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 92-106, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v22n01/v22n01_07.pdf>.

Resumo: A regionalização constitui um dos pressupostos da atual fase de descentralização do Sistema Único de Saúde – SUS e um importante processo para diminuir as grandes desigualdades no território brasileiro. Apesar de avanços relevantes, o artigo identifica como uma nova perspectiva para a regionalização da saúde se mostra necessária para que um projeto nacional mais efetivo e coerente com as diversidades dos lugares se conforme no Brasil.

Palavras-chave: Regionalização. Política de saúde. Descentralização.

VIANA, Ana Luiza d'Ávila; **FAUSTO**, Márcia Cristina Rodrigues; **LIMA**, Luciana Dias de. Política de saúde e equidade. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 58-68, jan./mar. 2003. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/observatorio/Arquivos/Destaques58.pdf>>.

Resumo: O artigo analisa a inclusão da questão da equidade na área da saúde, sobretudo nas políticas de saúde. Apresenta informações recentes quanto à alocação de recursos financeiros, oferta e utilização de serviços em saúde no Brasil, em um universo particular de municípios, e conclui que ocorreram alguns avanços positivos do ponto de vista da equidade, desde a implantação do SUS, notadamente quando do processo de descentralização da política de saúde.

Palavras-chave: Política de Saúde. Equidade e Oferta. Utilização de Serviços de Saúde.

WAKDNAB, E. A. Doenças infecciosas emergentes e reemergentes. **Revista USP**, São Paulo, n. 51, set./nov. 2001.

2.3 EIXO GESTÃO DA POLÍTICA

2.3.1 Periódicos

BARRETO, Mauricio Lima; **CARMO**, Eduardo Hage. Padrões de adoecimento e de morte da população brasileira: os renovados desafios para o Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, supl., p. 1779-1790, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v12so/03.pdf>>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: No século XX, o Brasil passou por intensas transformações na sua estrutura populacional e no padrão de morbi-mortalidade. Este estudo tem o objetivo de apresentar uma reflexão sobre os grandes problemas de saúde enfrentados pela população brasileira neste momento contemporâneo. Dentre as principais causas de óbito e internações estão as doenças crônico-degenerativas, os acidentes e as diversas formas de violência. Entretanto, as doenças infecciosas ainda se apresentam como problemas importantes de morbidade. A falta de solução para problemas estruturais e básicos, a manutenção de condições e modo de vida inadequados, a insuficiência dos mecanismos que regulam os danos ao meio ambiente ocasionam riscos à saúde que se superpõem, em vez de se sucederem. Essa superposição implica na manutenção de uma alta carga de morbidade e mortalidade na população que se mantém ao longo dos anos. A redução desta carga representa um desafio para a definição de políticas de saúde. Portanto, é importante enfatizar a necessidade de ações multissetoriais para a prevenção e controle das doenças e do sofrimento humano e para dar a cada indivíduo a garantia de atingir a sua plenitude física e mental. Estas ações devem integrar não só o setor saúde, como também políticas econômicas e sociais.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. O SUS entre a tradição dos Sistemas Nacionais e o modo liberal-privado para organizar o cuidado à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, supl., p. 1865-1874, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v12so/09.pdf>>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Este ensaio analisa elementos da história do SUS, buscando compreender os efeitos de duas fortes tradições sobre o modo para organizar o cuidado em saúde: a liberal-privatista e a dos sistemas nacionais e públicos de saúde. Procura caracterizar também a atuação de alguns atores sociais, com destaque para o movimento sanitário.

CECCIM, Ricardo Burg; **FEUERWERKER**, Laura C. Macruz. Mudança na graduação das profissões de saúde sob o eixo da integralidade. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.20, n.5, set./out. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So102-311X2004000500036>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: O artigo argumenta a legitimidade legal, técnica e política para a formulação de uma política de Estado com o objetivo de ordenar a formação de profissionais em consonância com as necessidades de saúde da população e destaca as competências do setor da educação e do setor da saúde nessa construção. A integralidade é tomada como eixo para propor e apoiar as necessárias mudanças na formação de profissionais, já que implica uma compreensão ampliada da saúde, a articulação de saberes e práticas multiprofissionais e interdisciplinares e a alteridade com os usuários para a inovação das práticas em todos os cenários de atenção à saúde e de gestão setorial.

DAIN, Sulamis. Os vários mundos do financiamento da Saúde no Brasil: uma tentativa de integração. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, supl., p. 1851-1864, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v12so/08.pdf>>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: O artigo aborda o dilema subjacente ao financiamento da Saúde, entre a visão de longo prazo proposta pela Seguridade Social em 1988, e a visão de curto prazo, centrada nos sucessivos ajustes fiscais, que vem frustrando a expansão de recursos da Saúde no Brasil. No contexto da regulamentação da Emenda Constitucional 29, da renovação da CPMF e da DRU, e de uma próxima reforma tributária, são tratados aspectos do sistema tributário, das contribuições sociais, dos subsídios, incentivos e renúncia de arrecadação. Considera também aspectos político-institucionais das relações intergovernamentais e das relações

entre o setor público e o setor privado, presentes ao financiamento da Saúde. O trabalho torna evidente a existência de espaço para ampliar o patamar de financiamento do SUS, de modo a superar os vazios sanitários, bem como as desigualdades de oferta de serviços no território. Sugere também a revisão das relações financeiras intergovernamentais e entre o setor público e o setor privado. Finalmente, apresenta aspectos virtuosos do gasto público e dos instrumentos de financiamento do setor para o desenvolvimento econômico e tecnológico do Brasil.

GIOVANELLA, Ligia. As origens e as correntes atuais do enfoque estratégico em planejamento de saúde na América Latina. **Cadernos de Saúde Pública**, v.7, n.1, p.26-44, jan./mar.1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v7n1/v7n1a04.pdf>>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: A partir de um breve histórico do planejamento econômico e do planejamento em saúde na América Latina, a autora aponta três vertentes do enfoque estratégico do planejamento em saúde e suas origens: na discussão do planejamento para o desenvolvimento da América Latina, na administração estratégica empresarial e na discussão e crítica do método Cendes/Opas.

GIOVANELLA, Ligia; **MENDONÇA**, Maria Helena. Formação em política pública de saúde e domínio da informação para o desenvolvimento profissional. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.12, n.3, maio/jun., p.601-610, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n3/10.pdf>>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: O trabalho aborda a formação pós-graduada de políticas públicas e saúde do programa de pós graduação e saúde pública / Escola Nacional de Saúde Pública (FIOCRUZ). Objetiva rever o processo de constituição histórica dessa área enquanto política prática e área de conhecimento voltada a profissionalizar sujeitos envolvidos com a formulação, implementação e avaliação de políticas. Parte de uma concepção de políticas públicas comprometida com o aperfeiçoamento da democracia no contexto de emergência e desenvolvimento da função estatal de saúde no Brasil e indica a exigência de renovação permanente na formação de especialistas neste campo interdisciplinar.

IBANEZ, Nelson; **VECINA NETO**, Gonzalo. Modelos de gestão e o SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, supl., p. 1831-1840, nov. 2007.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v12so/06.pdf>>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: O recente documento do Ministério do Planejamento sobre Fundações Públicas (2005) e a crise da área hospitalar colocaram novamente na agenda do SUS a questão dos modelos de gestão pública. O objetivo deste artigo é situar no contexto das reformas de estado pensadas na década de 90 para o Brasil, as propostas de mudança dos modelos de gestão da administração pública, com foco no processo de implementação do SUS. Essa abordagem trata em primeiro lugar da personalidade jurídica das organizações de saúde na esfera estatal, conceituando o público a partir de seus objetivos; em segundo, discute o contexto as reformas de estado e as mudanças propostas para a administração pública. Os autores entendem que critérios e parâmetros para avaliação institucional devem contemplar quatro aspectos: subordinação à política de saúde; legalidade; eficiência gerencial e capacidade de controle. A partir do quadro de referencia geral elaborou-se uma análise comparativa em relação à proposta das fundações públicas de direito privado. Na análise comparativa das características desse tipo de entidade proposta para gestão hospitalar, observam-se semelhanças com a proposta de Organizações Sociais. Fundação Estatal e Contrato de Gestão podem ser vistos como modelos que possibilitam modernizar o Estado, além de re-introduzirem o tema da reforma hospitalar na agenda governamental brasileira.

LIMA, Juliano de Carvalho. História das Lutas Sociais por Saúde no Brasil. **Revista Trabalho**, ano 4, n.4, 2006.

Resumo: Este artigo tem como objetivo contribuir para análise e compreensão da complexa realidade da saúde no Brasil por meio do desenvolvimento dos determinantes históricos envolvidos na construção desse setor, uma vez que sofreu as influências e também influenciou todo o contexto político-social pelo qual o Brasil passou ao longo do tempo. Assim, realiza-se uma leitura das políticas governamentais de saúde enquanto resultantes das disputas de distintos projetos e forças sociais, que se dão no interior do estado, mas também fora dele, procurando estabelecer os vínculos com as questões políticas mais amplas. Mais que contar história busca-se identificar como se produziram os ideários ou matrizes de pensamento a respeito da questão saúde ao longo dos vários momentos por que se passou esse campo de saberes e práticas. Por isso, no artigo, a atenção especial é dada aos discursos expressos de maneira organizada nos momentos-chave pelos quais passou a saúde enquanto objeto de disputa social.

NOGUEIRA, V. M. R.; **PIRES**, D. E. P. Direito à Saúde: um convite à reflexão. **Cadernos de Saúde Pública**, v.20, n.3, p.753-760, maio/jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n3/12.pdf>>. Acesso em: ago. 2009.

PAIM, Jairnilson Silva; **TEIXEIRA**, Carmen Fontes. Configuração institucional e gestão do Sistema Único de Saúde: problemas e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, supl., p. 1819-1829, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v12so/05.pdf>>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: O trabalho analisa a problemática da “institucionalidade” do SUS, destacando alguns nós críticos a serem enfrentados para a retomada do projeto da Reforma Sanitária Brasileira. A reflexão diz respeito à configuração institucional do SUS, abarcando também aspectos relativos ao processo de condução político-gerencial do sistema, parte da cultura organizacional do Estado brasileiro, patrimonialista, autoritário, burocrático e colonizado por interesses privados. Descreve um conjunto de problemas, como o “engessamento” da gestão, por conta das limitações legais estabelecidas em função da política econômica, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal, a inadequação das “alternativas” subsidiárias das reformas gerencialistas, que geram a fragmentação do processo de gestão, e o marcado amadorismo conseqüente à insuficiência de quadros profissionalizados, reprodução de práticas clientelistas e corporativas na indicação de ocupantes dos cargos de direção em todos os níveis. São apresentados argumentos favoráveis à introdução e consolidação de inovações institucionais, a exemplo das fundações estatais de direito privado e discute-se estratégias de fortalecimento da capacidade de governo das instituições gestoras do SUS, em particular a profissionalização da gestão e a formação profissional nesta área.

PAIM, Jairnilson Silva; **TEIXEIRA**, Carmen Fontes. Política, planejamento e gestão em saúde: balanço do estado da arte. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v.40, special issue Aug. 2006.

Resumo: O objetivo do estudo foi realizar um balanço do estado da arte da área temática Política, Planejamento e Gestão em Saúde entre 1974 e 2005. Foram recuperadas informações apresentadas em trabalhos anteriores, atualizando-as para os últimos cinco anos, considerando a produção registrada na base de dados bibliográficos LILACS. Descreveu-se a emergência de estudos e investigações em subtemas nessa área temática, procurando relacioná-los aos desdobramentos das conjunturas políticas, particularmente o processo de Reforma Sanitária, a construção do Sistema Único de Saúde e a reorientação

das práticas de saúde. Discutiu-se a especificidade da produção no campo e conclui-se reiterando a necessidade de um trabalho histórico e epistemológico sobre a área no Brasil. Os desafios da prática impõem aos sujeitos, individuais e coletivos, não só perícia técnico-científica, mas sobretudo militância sociopolítica. **Palavras-chave:** Política de saúde - história. Política de saúde - tendências. Planejamento em saúde - Organização e administração. Gestão em saúde.

PELLEGRINI FILHO, Alberto. Pesquisa em saúde, política de saúde e equidade na América Latina. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.9, n. 2, p.339-350, abr./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n2/20389.pdf>>. Acesso em: ago. 2009.

Palavras-chave: Equidade – Pesquisa. Conhecimento. Participação social. Política de saúde. América Latina.

RIVERA, Francisco Javier Uribe; **ARTMANN**, Elizabeth. Planejamento e gestão em saúde: flexibilidade metodológica e agir comunicativo. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.4, n.2, p. 355-364, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v4n2/7118.pdf>>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Este artigo pretende ser uma reflexão acerca das possibilidades e das lacunas do planejamento situacional no que tange ao desenvolvimento da imagem-objetivo de organizações dialógicas ou comunicantes. Estabelece, ainda, um início de diálogo com as correntes de planejamento de saúde mapeadas no Brasil e define algumas temáticas de investigação que podem oferecer o necessário complemento para que o planejamento cumpra sua função como agir comunicativo. **Palavras-chave:** Gestão em Saúde. Planejamento Estratégico-Comunicativo. Saúde Pública.

TEIXEIRA, Carmem Fontes. Formulação e implementação de políticas públicas saudáveis: desafios para o planejamento e gestão das ações de promoção da saúde nas cidades. **Revista Ciência e Sociedade**, v. 13, n.1, jan./abr. 2004.

Palavras-chave: Promoção da saúde. Políticas públicas saudáveis. Enfoque situacional. Planejamento e gestão. Cidades.

Ramo 3

PREVIDÊNCIA SOCIAL

3.1 ANAIS DE EVENTOS

AFONSO, Luis Eduardo; **FERNANDES**, Reynaldo. Uma estimativa dos aspectos distributivos da previdência social no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 31., 2003, Porto Seguro (BA). **Anais...** Niterói: ANPEC, 2003. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro_2003.htm>. Acesso em: ago. 2009.

AFONSO, Luis Eduardo; **ZYLBERSTAJN**, Hélio; **SOUZA**, André Portela. Mudanças na previdência social: uma avaliação dos efeitos de reforma paramétricas no RGPS. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006, Salvador. **Anais...** Niterói: ANPEC, 2006. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro_2006.htm>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Quantifica os impactos de algumas reformas paramétricas no DGPS. Nas reformas estudadas modifica o tempo de contribuição necessário, a idade de aposentadoria e a duração da transição para o novo regime. Também estima efeitos de mudanças no valor do salário mínimo. Realiza diversas combinações das alterações nessas variáveis, de forma que é possível analisar seu efeito separado e conjunto. Os resultados mostram que elevações no salário mínimo têm forte impacto sobre as despesas da previdência. Os dados também mostram que prolongar o período de transição não reduz de maneira significativa os impactos da reforma. Esta pode ser uma estratégia do governo para vencer resistências e aprovar medidas de mudanças.

Palavras-chave: Previdência social. Reforma previdenciária. Reforma paramétrica - Brasil.

ARBACHE, Jorge Saba; **FERREIRA**, Daniela Martins. Salários indiretos e previdência social no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 5., Rio de Janeiro, 1997. **Anais...** São Paulo: ABET, [1997?].

Resumo: Investiga a relação e efeitos da expansão dos salários indiretos para a previdência social. Dois aspectos são examinados: os efeitos do uso desigual dos salários indiretos entre trabalhadores e empresas, e a perda de receita devida pela não contabilização destes salários na base de cálculo de contribuição da previdência. Conclui que a perda de receita é significativa tanto em termos relativos como absoluto, e que a estrutura institucional é um dos principais fatores para o estímulo à disseminação destes salários no Brasil.

Palavras-chave: Salários indiretos. Contribuições sociais. Previdência social - Brasil.

BARROS, Ricardo Paes de et al. Aposentadoria e pobreza no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 28., 2000, Campinas (SP). **Anais...** Niterói: ANPEC, 2000.

Resumo: Estima o valor da contribuição da renda e do número de idosos para a renda familiar per capita e para o grau de pobreza dos diversos grupos etários para as últimas duas décadas. Identifica se a presença de idosos nas famílias ajuda a explicar a redução no grau de pobreza agregada verificada na década de noventa. O trabalho encontra-se organizado em três seções, além desta introdução. Na segunda seção descreve a metodologia utilizada, destaca as bases de dados, os conceitos básicos que serão utilizados ao longo do trabalho e a estratégia empírica. Na terceira seção apresenta primeiro um painel descritivo da renda e da pobreza dos idosos. Em seguida, ainda nessa seção analisa os resultados obtidos a partir dos exercícios realizados, com base em simulações contra factuais, do impacto dos idosos sobre a pobreza. Finalmente, a última seção resume os principais resultados obtidos e expõe as conclusões do estudo.

BORENSZTEIN, Alexandre; **COSTA**, Carlos A. J. da; **GIAMBIAGI**, Fábio. Análise da viabilidade de um sistema previdenciário sob o regime de capitalização para o Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 21., 1993, Belo Horizonte. **Anais...** Niterói: ANPEC, 1993.

CARRERA-FERNANDEZ, José; **MENEZES**, Wilson F. Impactos da Previdência Social sobre as decisões de investimento em capital humano e a entrada e saída precoce da força de trabalho: uma abordagem a partir da RMS. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 28., 2000, Campinas (SP). **Anais...** Niterói: ANPEC, 2000.

Resumo: Estende o modelo básico de capital humano com previdência social para levar em consideração a possibilidade do trabalhador se beneficiar do processo de learning by doing e mostra que, independentemente do sistema de aposentadoria vigente, a relação direta entre a entrada e saída da força de trabalho implicada nesse modelo básico não mais se verifica, abrindo inclusive a possibilidade de existência de uma relação negativa. Para testar empiricamente a hipótese de uma relação direta entre os tempos de entrada e de saída do mercado de trabalho, estuda o contingente de pessoas com sessenta anos ou mais na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e estabelece os princípios e determinantes da probabilidade dessas pessoas participarem na força de trabalho. Fazendo uso da base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMS (PED-RMS), modela a participação das pessoas de terceira idade na força de trabalho, através de um modelo logit, quando destaca a contribuição da educação (tempo de estudo), entre outros elementos, que muito influencia na decisão de retornar ou continuar a exercer alguma atividade produtiva remunerada, quando o merecido descanso seria a opção mais óbvia. Reforçando o resultado teórico obtido neste estudo, a análise empírica rejeita a hipótese da existência de uma relação direta entre os tempos de entrada e saída do mercado de trabalho, apontando inclusive para uma possível relação inversa, porém fraca. Além do mais, a análise econométrica rejeita a hipótese de que a pessoa de terceira idade participa da força de trabalho apenas como forma de terapia ocupacional. Este trabalho mostra que a decisão do idoso continuar participando na força de trabalho deve-se principalmente ao salário que ele pode auferir nesse mercado. Revela ainda que, a renda não vinculada ao esforço do trabalho atual pode tanto reforçar quanto restringir essa decisão, diferentemente da renda proveniente dos benefícios da previdência social, que aumenta a probabilidade dos idosos participarem no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Capital Humano. Learning by Doing. Previdência Social. Aposentadoria. Força de Trabalho. Mercado de Trabalho.

CASTRO, Jorge Abrahão de; **RIBEIRO**, José Aparecido; **DUARTE**, Bruno de Carvalho. Gasto social e política macroeconômica: trajetórias e tensões no período 1995-2005. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 12., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SEP, 2007. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/633_b41176c4e5bedf7a77d2c90675_ef750b.pdf>. Acesso em: 2008.

Resumo: Analisa o gasto social em confronto com o desenrolar das políticas macroeconômicas, revelando tensões no período compreendido entre os anos de 1995 e 2005, sobretudo na destinação de recursos do governo federal para o atendimento das políticas sociais e, com isso, busca aferir a adequação do suporte financeiro à consecução de um conjunto de diretrizes e ações destinadas a proporcionar bens e serviços sociais à população.

Palavras-chave: Gasto social. Política macroeconômica - Destinação de recursos - 1995-2005.

CORRÊA, Vanessa Petrelli; **VIEIRA**, Edson Roberto. Aplicações dos fundos de pensão e os ambientes institucionais: a influência da regulação e das estruturas de “corporate governance” e algumas indicações para o caso do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 5., 2000, Fortaleza (CE). **Anais...** São Paulo: SEP, 2000. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigo/vcongresso103.pdf>>. Acesso em: jul. 2008.

Resumo: Demonstra que a atuação dos fundos de pensão, para além da regulação à qual estão sujeitos, depende das estruturas predominantes de financiamento, propriedade e controle das firmas. Seguimos a hipótese teórica de que as diferenças verificadas entre a atuação dos fundos de pensão em diversos países não se centram unicamente na questão das distintas legislações. A atuação dos mesmos nos mercados de capitais está condicionada pelas estruturas de “corporate governance” de seus mercados de origem e dos mercados em que atuam. Estas estruturas indicam a conformação e a amplitude do mercado de capitais do país em estudo. A legislação básica destes mercados, aliás, tem a ver com estes fatores estruturais. Levanta estas questões dando algumas indicações a respeito deste tema para o caso do Brasil.

CORRÊA, Vanessa Petrelli; **VIEIRA**, Edson Roberto. As principais aplicações dos Fundos de Pensão brasileiros na década de 90: uma performance diferenciada? In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 7., 2002, Curitiba (PR). **Anais...** São Paulo: SEP, 2002. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/CORREA_VANESSA_VIEIRA_EDSON.pdf>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: Analisa o possível papel dos fundos de pensão nacionais na alavancagem de recursos de longo prazo no país, a partir de uma nova institucionalidade que envolve o mercado de capitais. Verifica as aplicações dos fundos de pensão brasileiros nos anos 90, período de várias crises. A perspectiva é a de que, em linhas gerais, a forma de atuação dos fundos de pensão nacionais não tem se distanciado

significativamente da dos demais participantes do mercado. Eles não se dirigem, por suas características intrínsecas, a aplicações que ajudem na alavancagem de recursos mais estáveis. A análise do Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI), tem um perfil um pouco diferenciado dos demais, mas isto é em grande parte explicado pela composição de seu grupo gestor, que induziu as aplicações deste fundo na direção de uma grande participação nos processos de privatização.

COSTA, Gustavo Fabiano da. **A previdência social no Brasil numa perspectiva histórico-comparativa mundial.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 10., 2005, Campinas (SP). **Anais...** São Paulo: SEP, 2005. Disponível em: <http://www.sep.org.br/pt/artigo_old_.php?id=10&page=1&ar_nome=previdencia+social+brasil>. Acesso em: 2009.

Resumo: Enquadra a previdência social no Brasil no movimento de transformação da economia-mundo capitalista, buscando avançar sobre o reducionismo/universalismo das análises correntes que a compreendem dentro do reduto nacional. São comparados três períodos do desenvolvimento capitalista ao longo dos quais está compreendida a trajetória da instituição a nível mundial, no sentido de entender os condicionantes de seu surgimento, expansão e crise atual. Entende que a saída para o impasse entre ampliação ou redução da previdência como instituição de bem-estar social se dará no contexto do sistema mundial, considerando a distribuição da riqueza entre centro, semi-periferia e periferia na economia-mundo capitalista.

Palavras-chave: Previdência social - Brasil - Perspectiva histórico-comparativa.

DART, Samantha Taam; **MENEZES**, Flávio; **NERI**, Marcelo Cortes. Em busca de incentivos para atrair o trabalhador autônomo à previdência social. In: ENCONTRO ABET, 2001. **Anais...** [São Paulo: ABET, 2001?].

Resumo: Objetiva modelar utilizando um arcabouço de desenho de mecanismo, que tipos de incentivos devem ser dados aos trabalhadores para que aumentem sua participação no sistema previdenciário. Ainda que não seja possível fazer que os trabalhadores de renda mais alta contribuam mais, fazê-los participar do sistema previdenciário público seria capaz de quebrar o círculo vicioso de baixa arrecadação do governo e possibilitar futura diminuição de alíquotas. Será construído o caso mais simples, que envolve somente o conta-própria e o governo. Utilizando o método de regressão logística, e possível identificar as variáveis relacionadas com a não-contribuição previdenciária. Ele chega a uma relação

linear entre o logaritmo da chance de uma pessoa não estar contribuindo com os possíveis fatores determinantes. Uma vez definido o modelo teórico, a restrição de participação deve representar tudo o que inclui a decisão de participação do trabalhador no sistema, comparando a utilidade de contribuir para o INSS e a utilidade de reserva desse trabalhador. Analisando as mudanças na legislação (principalmente de benefícios) desde a Constituição Federal de 1988 junto aos resultados das regressões, chegar-se-á à determinação do que tem alterado a decisão desses trabalhadores de contribuir ou não para a previdência.

DELGADO, Guilherme C.; **CARDOSO JR**, José Celso. Universalização de Direitos Sociais Mínimos no Brasil: o caso da previdência rural nos anos 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 28., 2000, Campinas (SP). **Anais...** Niterói: ANPEC, 2000.

Resumo: Apresenta parte dos resultados da pesquisa de campo realizada no 2º semestre de 1998, junto a 6 mil domicílios das regiões Sul e Nordeste do Brasil, destinada a avaliar os impactos socioeconômicos da Previdência Rural. Este sistema prima por promover uma redistribuição de renda muito importante junto a um segmento da população originária do campo e historicamente excluída das conquistas sociais do país. Os resultados mostram que a renda domiciliar das famílias contempladas com o seguro previdenciário está, em média, 16% acima da renda domiciliar de famílias sem acesso aos benefícios pagos pelo INSS. Isto permite manter cerca de 85% das famílias pesquisadas na região Sul e 62% das no Nordeste acima da condição de pobreza, tendo por base ½ salário mínimo domiciliar per capita. Nos domicílios sem acesso aos benefícios este índice cai para 81% na região Sul e para apenas 48,5% no Nordeste. Esta situação sustenta uma avaliação positiva do programa previdenciário rural, que tem no idoso (homens de 60 anos ou mais e mulheres de 55 ou mais) o centro de um processo de revitalização da economia familiar rural.

ELLERY JUNIOR, Roberto de Goes; **BUGARIN**, Mirta N. S. Previdência Social e Bem-Estar no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29., 2001, Salvador. **Anais...** Niterói: ANPEC, 2001. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro_2001.htm>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Avalia os impactos do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) sobre o bem estar da sociedade e sobre algumas variáveis macroeconômicas. A análise é feita por meio da simulação numérica de um modelo de gerações superpostas, calibrado para reproduzir os principais fatos da economia brasileira, contemplando

o fato de que o período de vida dos agentes é incerto e incorporando tanto a hipótese de restrição ao crédito quanto a existência de incerteza sobre a renda dos indivíduos. Esta incerteza é representada pela possibilidade dos indivíduos ativos ficarem desempregados num determinado período. Dentre as conclusões destaca a de que um sistema de previdência do tipo repartição, que garanta uma percentagem da renda dos indivíduos, apresenta ganhos de bem-estar em relação a um sistema onde toda a previdência seja financiada pela poupança dos indivíduos.

Palavras-chave: Previdência - Bem-estar e gerações superpostas.

FERNANDES, Reynaldo; **GREMAUD**, Amaury Patrick. Previdência Social e desigualdade: a participação das aposentadorias e pensões na distribuição da renda no Brasil - 1981 a 2001. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., 2004, João Pessoa. **Anais...** Niterói: ANPEC, 2004. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro_2004.htm>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Dentre os problemas da previdência social brasileira, observa-se que existem distorções nos critérios e requisitos do regime de repartição simples. Este estudo avalia a participação das aposentadorias requisitos do regime de repartição simples. Avalia também a participação das aposentadorias e pensões para a desigualdade da distribuição do rendimento domiciliar per capita no Brasil, no período de 1981 a 2001, através da técnica de decomposição do índice de Gini. Conclui que o rendimento das aposentadorias e pensões contribuem, significativamente, para aumentar a desigualdade da distribuição da renda no Brasil.

Palavras-chave: Previdência social. Aposentadorias e pensões - Desigualdade.

FERREIRA, Carlos Roberto. Participação das aposentadorias e pensões na desigualdade da distribuição de renda no Brasil no período 1991 - 2001. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 8., 2003, Florianópolis (SC). **Anais...** São Paulo: SEP, 2003. Disponível em: <http://www.sep.org.br/pt/artigo_old_list.php?id=8>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: Avalia a contribuição das aposentadorias e pensões para a desigualdade da distribuição do rendimento domiciliar per capita no período 1991 -2001.

GIAMBIAGI, Fábio; **AFONSO**, Luís Eduardo. Cálculo da alíquota de contribuição previdenciária atuarialmente equilibrada: uma aplicação ao caso brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36., 2008, Salvador. **Anais...** Niterói: ANPEC, 2008. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro_2008.htm>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Calcula a alíquota de contribuição que iguala os valores presentes esperados das contribuições e aposentadorias em um sistema previdenciário. Desenvolve um exercício teórico que possibilita o cálculo de tal alíquota, complementado por uma parte empírica, com dados brasileiros. A alíquota é calculada em diversas situações, abarcando diferenças de gênero, nível educacional e tipo de aposentadoria. Adicionalmente realiza três exercícios adicionais, com foco nas aposentadorias por idade. Conclui que alíquotas da ordem de 31%, como as existentes no Brasil, são excessivas para benefícios tipicamente previdenciários, como a aposentadoria por tempo de contribuição, mas insuficientes para a aposentadoria por idade, especialmente para as mulheres.

Palavras-chave: Previdência social - Alíquota de contribuição. Equilíbrio atuarial - Aposentadoria.

KATO, Rosa; **TARGINO**, Ivan; **HAMASAKI**, Cláudia Satie. Impactos sócio-econômicos da previdência social na zona rural do nordeste brasileiro: análise dos efeitos sobre a pobreza e a distribuição de renda em 1991 e 2000. In: ENCONTRO REGIONAL DA ABET, 6., 2007, João Pessoa. **Anais...** São Paulo: ABET, 2007.

KOHL, Daniel. Os diferenciais previdenciários intra-ocupacionais no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35., 2007, Recife. **Anais...** Niterói: ANPEC, 2007. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro_2007.htm>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Analisa os diferenciais existentes na estrutura das aposentadorias entre diversas ocupações. Espera mostrar em que grau ocupações relativamente semelhantes possuem tratamentos diferenciados no que se refere à estrutura de benefícios de aposentadoria, por estarem sob o regime do funcionalismo público ou dos trabalhadores da iniciativa privada. Analisa os diferentes tratamentos aos quais estão sujeitas estas ocupações, levando-se em conta parâmetros como a Dívida Previdenciária Implícita e a Alíquota Necessária.

Palavras-chave: Previdência social. Diferenciais previdenciários ocupacionais.

KOPPE, Nair; **MASSUQUETTI**, Angélica. O sistema previdenciário e o caso chileno: uma análise comparativa. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE LA SEPLA, 4., Buenos Aires, 2008. **Anais...** Buenos Aires, 2008. v. 1. p. 1-25.

Resumo: Apresenta a Previdência privada, descrevendo sua origem, evolução e principais características. Realiza a partir da exposição dos sistemas previdenciários implementados por alguns países latino-americanos, principalmente o modelo chileno, cuja reforma dotou em 1981 a Previdência Privada como alternativa única de formação de reserva para a aposentadoria.

Palavras chave: Previdência social. Previdência privada. Seguridade social.

LOBO, Breno; **FILGUEIRAS**, Luiz. Fundos de pensão e financiamento da economia brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 10., 2005, Campinas (SP). **Anais...** São Paulo: SEP, 2005. Disponível em: <http://www.sep.org.br/pt/artigo_old_list.php?id=8>. Acesso em: 2009.

Resumo: Analisa a forma de atuação dos fundos de pensão brasileiros na economia nacional, colocando em questão a sua suposta capacidade de transformar poupança financeira em investimentos produtivos. O exame dos condicionantes do funcionamento desses fundos, com a explicitação das reais características dessas entidades, aponta para uma conclusão inequívoca: essas instituições, por sua própria natureza – dominadas que são pela lógica de acumulação financeira – e pela forma de inserção do Brasil na atual ordem internacional capitalista não são capazes de transformar a poupança que mobilizam em investimentos produtivos, sendo, portanto, neficazes em contribuir para o financiamento da economia nacional.

Palavras-chave: Fundos de pensão - Financiamento. Investimentos produtivos.

MAGALHÃES, Paula Bicudo de Castro; **BUGARIN**, Mirta Noemi Sataka. Simulações da previdência social brasileira: estudo de caso do Regime Jurídico Único - RJU. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 30., 2002. **Anais...** Niterói: ANPEC, 2002.

Resumo: Analisa as possíveis trajetórias do fluxo do saldo de caixa do Regime Jurídico Único dos servidores do Poder Executivo, sob as reformas institucionais/legais efetuadas e propostas, mediante a utilização de métodos atuariais. Depreende dos resultados das diversas simulações realizadas que, ainda na melhor das hipóteses, considerando uma taxa de crescimento de 3% do PIB real

da economia, o déficit do caixa do RJU aumentaria de forma crescente até o ano 2016, a partir do qual diminuiria, atingindo em 2090 a anulação desse déficit, quando a massa de servidores nesse sistema também seria extinta, conforme as normas instituídas pela Lei Geral de Previdência Pública no. 9.717, e previstas no Projeto de Lei Complementar 57/99.

Palavras-chave: Regime Jurídico Único. Déficit previdenciário - Projeções do déficit.

MARQUES, Rosa Maria. Previdência social: reforma, proteção e mercado de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 5., Rio de Janeiro, 1997. **Anais...** São Paulo: ABET, [1997?].

MARQUES, Rosa Maria; **BATICH**, Mariana; **MENDES**, Áquilas. Previdência social brasileira: um balanço da reforma FHC. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 7., 2002, Campinas (SP). **Anais...** São Paulo: SEP, 2002. Disponível em: < <http://www.sep.org.br/artigo/MARQUES.pdf>>. Acesso em: 2009.

Resumo: Realiza análise exploratória do impacto da reforma na situação financeira da previdência social brasileira. Embora tenha decorrido pouco tempo desde a edição das novas normas, era esperado uma retração na demanda de novos benefícios, especialmente os de aposentadoria. Contudo, a evolução dos benefícios, aponta para resultados não conclusivos, pois os dados estão bastante influenciados pelas incertezas do período imediatamente anterior à reforma. Situa a reforma na trajetória recente da construção da proteção social brasileira, mais especificamente, resgatando o significado do surgimento da seguridade social na Constituição de 1988, bem como discute a reforma no contexto internacional e da América Latina.

Palavras-chave: Reforma previdenciária. Financiamento - Previdência social. Seguridade social.

MARQUES, Rosa Maria; **EUZEBY**, Alain. Um regime único de aposentadoria no Brasil: pontos para reflexão. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 8., 2003, Florianópolis (SC). **Anais...** São Paulo: SEP, 2003. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigo/MARQUES.pdf>>. Acesso em: 2009.

Resumo: Discute, numa primeira parte, o conceito de aposentadoria de base, sua diferença em relação à renda mínima garantida e à proposta do Banco Mundial, e aposentadoria complementar que está associada à aposentadoria de base. Na segunda parte, à luz da discussão anterior, relaciona o conceito de aposentadoria de base à realidade brasileira, mostrando as dificuldades de sua implantação, bem como o rebaixamento do teto e a adoção de um sistema único. Também associa o baixo nível de cobertura ao padrão latino-americano do mercado de trabalho brasileiro e à ausência do Estado na regulamentação e controle das relações sociais. Sugere formas para sua ampliação.

Palavras-chave: Aposentadoria de base. Regime único. Piso e teto para aposentadoria. Nível de cobertura.

MARQUES, Rosa Maria; **MENDES**, Áquilas. A proteção social no primeiro quartel do século XXI: brincando com cenários. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 5., 2000, Fortaleza (CE). **Anais...** São Paulo: SEP, 2000. Disponível em: < http://www.sep.org.br/pt/artigo_old_list.php?id=5&page=1&ar_nome=prote%E7%E3o+social>. Acesso em: 2009.

MARQUES, Rosa Maria; **MENDES**, Áquilas. O gasto e financiamento da atenção à saúde no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 6., 2001, São Paulo (SP). **Anais...** São Paulo: SEP, 2001. Disponível em: < <http://www.sep.org.br/artigo/vicongresso82.pdf>>. Acesso em: 2009.

Resumo: Estima - a partir do desenvolvimento de metodologia própria - o gasto total em saúde no Brasil. Para isso, na primeira parte, dedicada ao gasto público, analisa a participação das diferentes esferas de governo no financiamento da assistência médica praticada pelo Sistema Único de Saúde (SUS); e as prioridades, a estratégia de financiamento, o grau de equidade e a origem dos recursos do gasto realizado pelo Ministério da Saúde. Na segunda parte, voltada para o gasto privado, analisa o perfil do gasto das empresas do sistema de assistência médica suplementar, a cobertura, o faturamento, a distribuição regional dos serviços privados, seu relacionamento com o SUS, o perfil das famílias usuárias e as formas indiretas de financiamento do gasto privado através de recursos públicos. Finalmente, na terceira parte, estima o gasto nacional (SUS e assistência médica suplementar). Os resultados apontam para a predominância do gasto público no gasto total e a crescente participação dos municípios no financiamento da saúde.

Palavras-chave: Assistência à saúde. Financiamento da saúde pública. Gasto público e privado com saúde. Políticas públicas.

MARQUES, Rosa Maria; **MENDES**, Áquilas; **LEITE**, Marcel Guedes. Previdência Social: uma proposta de cobertura do risco velhice. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE LA SEPLA, 4., Buenos Aires, 2008. **Anais...** [Buenos Aires?: s.n, 2008?].

Resumo: Apresenta à discussão uma proposta de organização da proteção do risco velhice.

Palavras-chave: Previdência social. Benefício mínimo. Mercado de trabalho e aposentadoria. Fundos de pensão.

MOURA, Rodrigo Leandro de; **TAFNER**, Paulo; **JESUS FILHO**, Jaime de. Impactos da Previdência na distribuição de renda: uma análise contrafactual para o Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35., 2007, Recife. **Anais...** Niterói: ANPEC, 2007. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro_2007.htm>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: As regras previdenciárias brasileiras de benefícios e contribuições têm mudado ao longo das décadas. Portanto, averigua se esta mudança tem gerado um aumento da progressividade do sistema em termos de menor desigualdade, dado o grande aumento da proporção de beneficiários de 1976 para 2003 e a queda da taxa de contribuintes. Como metodologia, estende o métodos de construção de densidades contrafactuais (Dinardo, Fortin e Lemieux, 1996), e estima qual seria a distribuição de renda do Brasil em 2003/1996 se a proporção de beneficiários e contribuintes fosse aquela observada em 1976/1986. Uma primeira evidência encontrada aponta para uma crescente progressividade. Mas ao controlarmos para diversos atributos (educação, idade, horas de trabalho, etc) o efeito da previdência é na direção de crescente regressividade.

Palavras-chave: Previdência social. Distribuição de renda. Distribuição contrafactual.

NÉRI, Marcelo et al. Regime de Previdência dos servidores públicos: equilíbrio financeiro e justiça atuarial. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., 2004, João Pessoa. **Anais...** Niterói: ANPEC, 2004. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro_2004.htm>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Investiga até que ponto o Regime de Próprio de Previdência dos Servidores Públicos no Brasil (RPPS) encontra-se em equilíbrio, do ponto de vista financeiro. A estratégia de investigação, depois de definir um modelo

conceitual, consiste em estimar, para cada servidor público amostrado na PNAD-IBGE, a alíquota necessária para fazer frente aos benefícios esperados do RPPS, caso as regras presentes (Emenda Constitucional n.º 20) tivessem vigorado desde o ingresso do servidor no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Previdência social – Imposto sobre folha salarial. Distribuição de renda.

OLIVEIRA, Luiz Guilherme Schymura de. A visão teórica sobre modelos previdenciários: o caso brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 20., 1992, Campos do Jordão (SP). **Anais...** Niterói: ANPEC, 1992.

SANTOS, Suzana Bierrenbach de Souza. Seguridade social rural na Argentina e no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 6., 2001, São Paulo (SP). **Anais...** São Paulo: SEP, 2001. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigo/vicongresso18.pdf>>. Acesso em: set. 2009.

Resumo: Descreve parte do processo de diferenciação em regimes múltiplos ocorrido na Argentina e no Brasil, enfatizando a evolução da seguridade social rural, os avanços e retrocessos legais, os esforços para uniformização dos regimes, a opção relativamente recente pela universalização e os resultados alcançados até o momento. Este trabalho está dividido em três partes. A primeira e a segunda partes descrevem a evolução da legislação da seguridade social rural, respectivamente, na Argentina e no Brasil; e por fim, na terceira parte, são apresentadas as considerações finais, tentando avaliar as duas experiências latino americanas.

SCHYMURA, Luís Guilherme; **CARDOSO**, Renato Fragelli. Uma análise do sistema previdenciário do servidor público no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 25., 1997, Salvador. **Anais...** Niterói: ANPEC, 1997.

SIQUEIRA, Rozsane Bezerra de. IVA uniforme com renda básica: uma proposta de reforma da política tributária e social no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29., 2001, Salvador. **Anais...** Niterói: ANPEC, 2001. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro_2001.htm>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: No Brasil, enquanto os impostos - direta ou indiretamente - atingem todos, ricos e pobres, os gastos públicos têm, em grande medida, fracassado em alcançar esses últimos. Argumenta que, tendo em vista que a estrutura fiscal vigente reflete a presença de importantes restrições administrativas e institucionais, estas devem ser cuidadosamente levadas em consideração na discussão de reformas. Em particular, ressalta o papel crucial dos impostos indiretos e a necessidade de se pensar os dois lados do orçamento simultaneamente. À luz deste argumento, propõe para o Brasil um esquema de IVA com alíquota uniforme sobre todos os bens e serviços combinado com transferências universais e incondicionais para as famílias ou indivíduos. Tal esquema permite uma drástica simplificação do sistema tributário e um argumento de eficiência, ao mesmo tempo que é altamente progressivo, contribuindo para reduzir de forma significativa a intensidade da miséria no país.

Palavras-chave: Reforma tributária - IVS. Renda Básica.

SOARES, Wagner L.; **MORO**, Sueli; **ALMEIDA**, Renan M. V. Reforma previdenciária e formação de poupança: implicações para a especificidade do capital humano no setor público. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., 2004, João Pessoa. **Anais...** Niterói: ANPEC, 2004. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro_2004.htm>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: A mudança na regra de aposentadoria dos servidores públicos, através da Emenda Constitucional n. 20 de 1998, permite testar a especificidade do capital humano no setor público. O teste pode ser implementado por a Reforma alterar apenas critérios de idade e de tempo de contribuição para a aposentadoria, sem alterar os benefícios percebidos no futuro, não implicando necessariamente variações futuras na riqueza. No caso do capital humano ser específico ao setor público, a variação da riqueza é nula: os servidores não esperam se empregar no setor privado após a aposentadoria, e portanto a reforma implica apenas no aumento do período de trabalho. Na hipótese alternativa de capital humano não específico, a reforma implica variação da riqueza, pois os funcionários públicos passam compulsoriamente a trabalhar mais tempo no setor público em detrimento do tempo de trabalho dedicado à iniciativa privada. O primeiro passo da dissertação é a elaboração de um modelo teórico simples que explicita as hipóteses adotadas nesta análise, referentes à substituição intertemporal entre lazer e consumo e à oferta de trabalho. Através do modelo serão derivadas implicações empíricas para o teste. A base de dados utilizada na implementação do teste é a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios (PNAD) nos anos de 1998, 1999 e 2001. Nesta pesquisa são investigadas diversas características sócio-econômicas dos candidatos, entre os quais os funcionários públicos. As

variáveis dependentes utilizadas nas regressões são proxies para a formação de poupança e encontram-se no questionário da pesquisa. O estimador de diferença em diferenças com correção para características observáveis (conditional DID estimator) será utilizado nesta análise.

SOUZA, André Portela et al. Fiscal impacts of social security reform in Brazil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., 2004, João Pessoa. **Anais...** Niterói: ANPEC, 2004. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A138.pdf>>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Focaliza a reforma previdenciária efetuada no ano de 2003 no Brasil. Estima os impactos fiscais da proposta original do governo, da versão aprovada na Câmara e da versão final, aprovada no Senado. Também calcula as alíquotas de contribuição necessária e efetiva, tanto na situação anterior às mudanças, quanto nas três fases da reforma. Os resultados indicam que embora o impacto da reforma tenha se reduzido bastante em relação ao projeto original, foi feito um avanço razoável no sentido de reduzir o déficit da previdência e torná-la mais justa.

Palavras-chave: Previdência social. Reforma previdenciária.

VACCARO, Stefania Becattini. A "im"previdência dos fundos de pensão. [S.l.]: SEPLA, 2008.

Resumo: Discute criticamente a expansão da previdência privada fechada no Brasil. A premissa principal é que se trata de um campo preferencial de influência da esfera financeira que caracteriza a fase atual do capitalismo. Discute a expansão do sistema de fundos de pensão em substituição à previdência pública não como um fator de aumento da proteção social, mas como condição da conversão do dinheiro em capital que pode resultar em catástrofe social. Para tanto utiliza o aporte teórico desenvolvido por Hilferding dentro da dinâmica relação social do capital.

Palavras-chave: Capital produtivo. Previdência social. Previdência pública. Fundos de pensão. Proteção social.

VIGNA, Bruno Zanotto. A Previdência Social brasileira após a transição demográfica: simulações de propostas de reforma. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006, Salvador. **Anais...** Niterói: ANPEC, 2006. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro_2006.htm>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: É consenso que a demografia está por trás da deterioração das contas previdenciárias em todos o globo. O problema se agrava no Brasil, pois a informalidade do mercado de trabalho exclui milhões de potenciais contribuintes do regime de repartição. O trabalho mensura, através de simulações de um modelo de longo prazo, qual o impacto fiscal das mudanças introduzidas pela transição demográfica. E, admitindo a persistência dessa nova estrutura etária, simula quais propostas de reforma da previdência têm maior efeito na redução dos déficits do INSS. Dentre as principais conclusões estão: (i) a transição demográfica sozinha é responsável por (quase) dobrar a alíquota previdenciária necessária para equilibrar o sistema, e; (ii) apesar de ser extremamente importante aprovar as propostas de reforma tradicionais, aumentar a cobertura do regime de repartição através da inclusão de parte dos aproximadamente 45 milhões de trabalhadores informais não-contribuintes reduz déficits em magnitude semelhante.

Palavras-chave: Reforma da previdência. Transição demográfica. Informalidade do mercado de trabalho. Equilíbrio gerla computável.

3.2 DISSERTAÇÕES E TESES

AFONSO, Luis Eduardo. **Um estudo dos aspectos distributivos da previdência social no Brasil**. 2004. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Resumo: Estuda os aspectos distributivos da previdência social no Brasil. Com base na legislação previdenciária e utilizando-se como fonte de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) computa as contribuições efetuadas e os benefícios recebidos por cada pessoa da amostra, no período 1976-1999. A partir destes cálculos estima os fluxos esperados de contribuições e benefícios por toda a vida de grupos de indivíduos representativos. Estes grupos são formados de acordo com as características comuns dos indivíduos. A partir destes fluxos calcula, para cada um dos grupos, as taxas internas de retorno intrínsecas ao sistema previdenciário. Os resultados mostram que os grupos com menor nível de educação têm taxas de retorno superiores àquelas obtidas pelos demais grupos. As taxas também são diferenciadas conforme as regiões do país. Nota-se que as taxas de retorno de todos os grupos têm crescido ao longo dos anos. Estes resultados evidenciam a existência de características distributivas na previdência social brasileira.

ALVES, Amalia Cardoso. **Reforma previdenciária brasileira e representações sociais de jovens aposentados**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília.

Resumo: A pesquisa tem como tema a Reforma Previdenciária Brasileira e as Representações Sociais de Jovens Aposentados e como objetivo identificar esses aposentados no contexto social da cidade de Araxá, analisando as inseguranças que os levaram a uma aposentadoria precoce. Aborda, ainda, alguns conceitos e categorias que nortearam esta pesquisa, tais como: velhice, terceira idade,

trabalho, tempo, espaço e identidade. O ponto de partida foi a relação existente entre trabalho e aposentadoria, apresentando-se alguns modelos previdenciários latino-americanos, comparando-os ao modelo implantando no Brasil. Dentro desse enfoque, foi traçado o caminho percorrido pelos jovens aposentados, desde a expectativa da aposentadoria até a sua efetivação, mostrando-se que o trabalho possui uma importância fundamental na vida social dos aposentados, os quais possuíam capacidade produtiva no ato da aposentadoria e, conseqüentemente, continuaram trabalhando, assumindo uma identidade inerente ao contexto histórico e político vigente. Nesse sentido, as representações sociais de jovens aposentados foram analisadas visando a uma compreensão do momento vivenciado por aposentados de empresas extrativistas, em Araxá. Tais representações são tomadas como instrumento empírico, fundamentais ao conhecimento dos efeitos provocados pela Reforma Previdenciária. A dissertação ressalta que, com o aumento da expectativa de vida dos brasileiros, tornou-se necessária uma reforma do sistema previdenciário. Como as mudanças poderiam interferir nos interesses dos trabalhadores que já se aproximavam do momento da aposentadoria, mas ainda com grande capacidade produtiva, estes resolveram aposentar-se mesmo antes de completarem o prazo determinado pelas normas previdenciárias para uma aposentadoria integral. Na realidade, os jovens aposentados passaram por dois períodos distintos. No primeiro, a incerteza causada pela reforma em andamento tomou conta de seu cotidiano, modificando seus planos. No segundo momento, eles passaram por um período de calma, pois haviam se aposentado e continuaram trabalhando, e muitos até nem chegaram a deixar o trabalho que executavam antes da aposentadoria.

ALTOÉ, Leonardo Bosco Mattar. **Entre o modelo coletivista e o modelo individualista**: mudanças nos planos previdenciários privados brasileiros constituídos no ambiente dos fundos de pensão. 2007. Dissertação (Mestrado em Gestão social e trabalho) - Universidade de Brasília, Brasília.

Resumo: Analisa as mudanças que ocorreram nos planos previdenciários privados, especificamente os brasileiros, administrados e executados pelos fundos de pensão. Passa por uma análise do histórico do surgimento e evolução da seguridade social, até o surgimento dos fundos de pensão e planos previdenciários. Além disso, apresenta como eram estruturados, inicialmente, os planos previdenciários privados e a evolução destes, no mundo e, mais especificamente no Brasil. Por fim, comprova que há um processo de mudança dos planos previdenciários privados administrados por entidades fechadas de previdência complementar, a partir de uma análise dos maiores fundos de pensão brasileiros.

ALVES, Hélio Gustavo. **Auxílio-reclusão no regime geral de previdência solcial**. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Resumo: Demonstra a importância da existência da prestação previdenciária auxílio-reclusão para a manutenção e proteção da família e dependentes. Aborda a questão histórica do benefício para uma maior compreensão de sua função social, passando pela evolução legislativa até a sua atual regulamentação normativa. Faz-se necessário o estudo devido à atualização legislativa pertinente ao auxílio-reclusão que, aos poucos, foi diminuindo e limitando a proteção da família e dependentes. Demonstra que um dos retrocessos ocorre no auxílio reclusão, diante de inconstitucionalidades que serão apresentadas. Sustenta que é cabível o benefício auxílio-reclusão para o preso que é aposentado e que exerça uma atividade profissional. Foram levantadas as espécies de prisões e de regimes desmistificando quando é cabível o auxílio-reclusão, como e porque suspende e ou cessa o benefício. Desde o início do trabalho até a conclusão, foi demonstrado que o auxílio-reclusão é um benefício que garante a proteção da família e dependentes, além da fundamental importância para o equilíbrio à economia do País, ou seja, proporciona aos recebedores uma qualidade de vida digna, servindo a renda mensal para sustentação à base alimentar, educacional e saúde. Enfim, o auxílio-reclusão é necessário para que os dependentes não fiquem desamparados em situação de miserabilidade, fato que fere todos os princípios ligados à dignidade da pessoa humana, por esses motivos é que cabe a pesquisa deste tema, a fim de demonstrar que este benefício não pode ser reduzido ou retirado do rol de prestações previdenciárias.

ARAÚJO, Odília Sousa de. **A instituição previdenciária e o serviço social**: uma discussão da sua trajetória (setembro de 1944 a julho de 1986). 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Resumo: Apresenta os resultados do estudo exploratório sobre o Serviço Social na Previdência, enfocando a sua contribuição para a concretização da proposta de Seguridade Social. Fez-se necessário uma incursão na história da Previdência e do Serviço Social, numa reflexão sobre as suas articulações com o contexto socio-político e as diretrizes do governo voltadas para o Bem-Estar Social. Para efeito de análise situamos o Serviço Social em três fases diferenciadas: fase anterior a unificação da Previdência, fase da unificação e fase do SINPAS. Os estudos da legislação previdenciária e dos atos normativos do Serviço Social foram os principais instrumentos da análise, que tentou desvendar o caráter burocrático que vem absorvendo a especificidade do Serviço Social. Os fundamentos teóricos da análise institucional e da sociologia das organizações possibilitaram a apreensão das relações que se processam na dinâmica organizacional e de suas articulações com a estrutura social.

ASSIS, Silvana Soares de. **O sindicalismo dos trabalhadores do setor público e as reformas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. 2006. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas (SP).

Resumo: Apresenta, inicialmente, um debate teórico sobre os trabalhadores do setor público, com ênfase nos trabalhadores vinculados ao Poder Executivo, nas duas gestões presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Utiliza o referencial teórico marxista para as análises, sobretudo as contribuições a respeito da burocracia estatal de Nicos Poulantzas. Para esse autor os servidores públicos pertencem a uma categoria social que não possui poder próprio, conforme afirmavam Max Weber e outros autores vinculados à Escola das Elites, detendo, todavia, autonomia relativa diante das frações hegemônicas que detém o poder de Estado. Não representam uma categoria profissional, ao contrário, compõem uma plêiade de diversos agrupamentos profissionais. A heterogeneidade, que redundará em diferentes situações de trabalho, e as várias disposições ideológicas presentes nesta categoria social, serão fatores que dificultarão a unidade desses trabalhadores. O governo federal procurou reconfigurar o aparato estatal de acordo com deliberações do novo modelo de acumulação capitalista, o neoliberalismo. Para tanto, apresentamos as principais políticas de Fernando Henrique Cardoso que atingiram os servidores públicos, como a Emenda Constitucional nº 19, que ficou conhecida como Reforma Administrativa, a Emenda Constitucional nº 20, que alterou o regime de previdência no país, a Lei de Responsabilidade Fiscal, dentre outras medidas. Apresentamos e analisamos a forma de atuação desses trabalhadores diante de tais políticas e concluímos que estes tiveram uma atuação marcadamente politicista. Os servidores, crédulos no "Estado de Direito" e na neutralidade do Estado, entendiam que as suas reivindicações só seriam atendidas diante da troca do representante do Poder Executivo, que, segundo os mesmos, não representava o "bem comum", que acreditavam ser função do Estado. Como parte deste Estado, os servidores sentem-se partícipes dessa função. Portanto, a atuação dos servidores caracterizou-se por uma luta constante pela construção de alianças político-eleitorais que representassem uma correlação de forças favoráveis às suas reivindicações. Ademais, os ataques impetrados contra os seus direitos contribuíram para que a sua plataforma de reivindicações buscasse a manutenção das condições de trabalho existentes antes do advento da onda neoliberal. Concluímos que, embora parcela significativa dos trabalhadores do setor público, efetivamente, apresentasse, no período analisado, uma atuação de caráter politicista, buscando alterar o quadro político-eleitoral no país, tal atuação não rompeu com o corporativismo, visto que a mudança teve como objetivo a defesa de suas condições de trabalho. Tais trabalhadores, contudo, não lograram sucesso, pois ficaram isolados na defesa de seus direitos: governo, população usuária, trabalhadores do setor privado e parcela do setor público foram ganhos pelo discurso ideológico que afirmava serem tais trabalhadores privilegiados.

BARBIERI, Carolina Verissimo. **O mercado de trabalho privado não-agrícola no Brasil de 1995 a 2005 e as implicações para o financiamento do Regime Geral da Previdência Social**. 2007. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas (SP).

Resumo: Explicita a correlação entre o mercado de trabalho privado não-agrícola e as condições de financiamento do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). É possível provar que a evolução do desequilíbrio entre a arrecadação sobre folha salarial e o gasto com benefícios pagos aos trabalhadores do setor privado foi fortemente determinada pelas modificações ocorridas no mundo do trabalho ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000. Observa-se que a base mais importante de contribuição para o Orçamento da Seguridade Social, o mercado de trabalho, vem sendo corroída ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000. Essa corrosão teve como principais causas, não a diminuição relativa do número de ocupados contribuintes para a previdência entre 1995 e 2005, mas sim a queda real dos rendimentos do trabalho e a inserção de pessoas economicamente ativas em postos de trabalho pior remunerados do que antigamente.

BARRA, Juliano Sarmento. **Fundos de pensão instituídos na previdência privada brasileira**. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Resumo: Analisa juridicamente os Fundos de Pensão e Planos de Benefícios denominados Instituídos. Tais entidades são recentes em nosso sistema previdenciário privado, advindas a partir da promulgação da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. Estuda a Teoria da Constituição, a Constituição como Fonte do Direito Social, o valor social do trabalho. Em sua segunda parte, introduz o Sistema de Seguridade Social e seus princípios. A partir de então, analisa a Previdência Privada como forma supletiva de cobertura da Previdência Social, seu histórico e características, o regime constitucional da Previdência Complementar e sua previsão programática de regulamentação, a norma constitucional e sua classificação, a crítica de J.J. Gomes Canotilho sobre as normas programáticas. Ao se adentrar ao ponto central do trabalho, define o que são os Fundos de Pensão e Planos de Benefícios Instituídos, suas características gerais, os aspectos relevantes para se criarem tais entidades, a estrutura administrativa no âmbito dos Fundos de Pensão Instituídos, o critério pessoal e o material da norma. Além disso, aprecia os seguintes aspectos: os sindicatos e os Fundos de Pensão Instituídos, a possibilidade de previsão de aportes pelo empregador previstos em Convenção ou Acordo Coletivo; a Súmula nº 290 do STJ e sua interpretação pela óptica dos Fundos de Pensão Instituídos; a competência judicial da Justiça Comum para dirimir os conflitos advindos; a não-aplicação do Código de Defesa

do Consumidor e a não-observância da Súmula nº 321 do STJ; exemplos de Entidades e Planos de Benefícios da modalidade Instituidor; proposta legislativa, a fim de demonstrar que os Fundos de Pensão Instituídos podem servir como instrumentos hábeis aos Estados e Municípios, com a finalidade de se adequarem às Emendas Constitucionais nºs 20/1998 e 41/2003. Por fim, conclui que os Fundos de Pensão e Planos de Benefícios Instituídos são instrumentos de universalização da Previdência Privada brasileira, uma realidade vivenciada nos dias atuais e que deve ser privilegiada e incentivada, com o propósito de auxiliar na concretização do Estado de Bem-Estar e na diminuição das desigualdades sociais.

BARROS, Murilo Sérgio Diniz Xavier de. **Avaliando o regime geral de previdência social brasileiro**. 2002. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Resumo: Objetiva a proposição de um método de classificação de Regimes Próprios de Previdência Social de Servidores Públicos no Brasil. O método consiste na apuração de indicadores consistentes da realidade destes sistemas previdenciários. Além disso, desenvolve uma análise crítica dos atuais instrumentos de gestão e controle social, baseado, principalmente, na técnica atuarial. Aproveita processo de reforma previdenciária para discutir os elementos de gestão e concepção de sistemas e demonstrar a tese de que, historicamente, os maiores problemas dos sistemas previdenciários públicos brasileiros não se originam de sua concepção e sim de sua gestão. Como produto final, é estabelecido um ranking destes regimes previdenciários.

BARROS, Vera Regina Cotrim de. **Pensão por morte no Regime Geral da Previdência Social**. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

CALLAGE NETO, Roque. **Tradição e modernidade na cidadania social das Américas: o caso de Canadá e Brasil: a representação de cidadania e construção de bem estar social canadense brasileira**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília.

Resumo: Estuda, de modo comparativo, as relações desenvolvidas pela ação social cognitiva da Modernidade, cidadania e construção de Estados Sociais e de Bem Estar no Canadá e Brasil desde sua inauguração em 1930 até o ano de 2000. O foco predominante foi o momento de sua consolidação na década de

1950. Utiliza o caso de dois países que emergiram tardiamente de sua condição ex-colonial nas Américas, e verifica como se especificava o desenvolvimento de suas cidadanias civis, políticas e sociais, detalha a construção de investimento em recursos humanos conjugado com ampliação de capitais, formando áreas sociais de Emprego e Renda, Previdência, Educação, Saúde, Habitação e Assistência Social - esta, meio compensatório ou promocional a grupos vulneráveis no seu esforço de equalização. Parte do período fundante dos Estados Nações e da constituição de sociedades civis no século XIX, indagando sobre a natureza dos regimes constitucionais que se afirmaram. Estes regimes se apoiaram em coalizões políticas e construções sociais federativas que favoreceriam ou não a emergência de cidadanias sociais inclusivas. Suas orientações ao Exterior e suas composições internas visando as integrações nacionais seriam determinantes neste sentido. Após, examina o ciclo longo de 1930 a 1980, que compreendeu construção, consolidação e início de alteração dos Estados Sociais nos dois países. Encaminharia reformas constitucionais de 1982 no Canadá e 1988 no Brasil. Verifica os discursos interligados de agentes políticos e empresariais, ações de grupos de interesse, representações em Parlamentos e natureza e composição dos programas sociais. Por fim, adentra o período contemporâneo dos últimos 20 anos do século XX, onde o Brasil inaugurou conceito de Seguridade Social que procura universalizar direitos sociais de cidadania homogênea afirmados ao longo do século passado, enquanto o Canadá amplia este conceito pelo Estado de Investimento Social em cidadania congregativa, com foco em uma sociedade de educação intensiva, liberalismo social multicultural e reconhecimento de produtividades diferenciadas. Conclui e constatan que assimetrias entre os dois países evidenciam entretanto, experiências similares em momentos semelhantes do século XX, retratando diferenças nas opções tomadas, que resultaram de benefícios gerados pelo próprio sistema de inclusão social proporcionado pelo modelo canadense.

CALSAVARA, Rogerio Pereira. **Ampliação da base de contribuintes da previdência social em uma sociedade heterogênea: um desafio brasileiro**. 2004. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas (SP).

Resumo: Atualmente a cobertura da Previdência Social no Brasil encontra-se muito abaixo da completa universalização em relação à população ocupada. Esta dissertação faz um levantamento do perfil dos contribuintes e dos não contribuintes da Previdência Social em dois momentos distintos, em 1990 e 2001, com o intuito de determinar as motivações para a não contribuição de indivíduos que possuem uma ocupação no mercado de trabalho bem como a evolução da situação nos anos 1990. Os resultados do trabalho mostram que

houve uma elevada perda de participação dos trabalhadores da iniciativa privada que possuem carteira de trabalho assinada no total da população ocupada. Em contraposição, houve um ganho de participação de categorias em que há uma elevada proporção de não contribuintes, como empregados domésticos e trabalhadores por conta própria. Tais resultados mostram que medidas urgentes para a ampliação da base de contribuintes devem ser adotadas pelo governo caso contrário a próxima geração de idosos estará em grande medida desamparada, aumentando a demanda por programas sociais compensatórios e a pobreza na velhice.

CAMOZZI, Érika. A responsabilidade dos sócios e demais pessoas físicas na sociedade limitada perante os débitos relativos ao custeio da previdência social. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Resumo: Examina a limitação da responsabilidade dos sócios, gerentes e administradores pelas obrigações sociais das sociedades limitadas perante a Previdência Social. analisa o sujeito passivo da obrigação tributária, seu conceito e forma de eleição, diferenciando-se contribuintes e responsáveis pelo crédito previdenciário, dentro dos aspectos delineados pelo Código Tributário Nacional. Analisa a personalidade da pessoa jurídica a fim de se destacar sua principal atribuição: a autonomia patrimonial, atribuição fundamental para a correta responsabilização das pessoas físicas pelas dívidas fiscais contraídas. A autonomia da pessoa jurídica é de suma importância para o desenvolvimento econômico, uma vez que limita a responsabilidade do investidor. Assim, o tema da responsabilidade dos sócios também é analisado sob um prisma econômico, através da análise da relação da limitação da responsabilidade dos sócios e da eficiência econômica, considerando-se o fato de que a norma que prescreve a responsabilidade limitada dos sócios pelas obrigações sociais destina-se a acentuar e fomentar as atividades econômicas, constituindo instrumento resultante da estrutura capitalista. A controvérsia do tema mostra-se evidente quando vislumbramos o panorama em que se encontram as empresas no país, pressionadas por um crescente aumento da carga tributária e pelos sucessivos planos econômicos que não favorecem, seja direta ou indiretamente, o desenvolvimento da economia. Não é sem razão que há inadimplência de tributos, mostrando-se presente na maciça maioria dos casos a impossibilidade das pessoas jurídicas arcarem com seus bens os débitos existentes, ensejando a provocação pela Fazenda Pública dos sócios e demais pessoas físicas nas execuções fiscais, com intuito muitas vezes mais intimidador do que eficaz. Aborda a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, com o objetivo de traçar critérios para a sua correta aplicação, considerando-se que o artigo 50 do Código Civil de 2002 representou um avanço para nortear a correta

aplicação da teoria, pois trouxe aos operadores do Direito a efetividade necessária. A preocupação constantemente destacada pela doutrina é como a teoria da desconsideração da personalidade jurídica tem sido utilizada pelos nossos Tribunais, a fim de que não seja aplicada indiscriminadamente, mantendo-se o princípio da autonomia da pessoa jurídica para, somente em casos excepcionais, desconsiderá-la. A questão da responsabilidade dos sócios e demais pessoas físicas gira em torno do artigo 135, III do CTN. De acordo com tal dispositivo, os administradores de sociedades por quotas passam a ser pessoalmente responsáveis pelos débitos fiscais da empresa, a partir do momento em que agem com excesso de poderes ou com infração à lei. Será examinada a hipótese em que o sócio responde por obrigações que, em tese, deveriam caber à sociedade, qual seja, a hipótese prevista no artigo 13 da Lei 8.212/93. Assim, necessária a análise conjunta dos artigos 124, 128 e 135, do CTN, com o artigo 13 da Lei 8.212/91. Aborda, ainda, a questão da inconstitucionalidade deste mesmo artigo 13, que, pelo fato de dispor a respeito de normas gerais sobre Direito Tributário, viola o quanto determinado pela nossa Carga Magna, no artigo 146, III, "b", exigindo lei complementar para o trato da matéria. E, por fim, numa esfera prática, trata a questão da necessária inclusão do nome dos sócios, gerentes e administradores no título executivo da Fazenda Pública, sob pena de nulidade da inscrição e conseqüente ação de cobrança.

CARTAXO, Ana Maria Baima Cartaxo. A reforma da política previdenciária brasileira na década de 90: um estudo de suas determinações sócio-históricas. 2003. Tese (Doutorado em Serviço social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Resumo: Busca apreender alguns componentes exógenos e endógenos fundamentais à compreensão do processo de reforma. As determinações exógenas, universais, têm como ponto central a crise do capitalismo internacional, desencadeada nos meados da década de 70. De modo geral, podemos destacar entre as estratégias dirigidas à sua recomposição dois aspectos: o primeiro refere-se à formulação de um novo processo de organização do trabalho, favorecido pelo avanço tecnológico e científico; e, o segundo destinado à reestruturação do Estado de Bem-Estar Social, ainda que emoldurado no pragmatismo do ideário neoliberal. Considerados como eixos eles mediam a análise sobre o processo de Reforma da Previdência. O primeiro, pelo aumento do trabalho precário, informal e do desemprego favorecido pelo avanço tecnológico e científico, que atinge principalmente os países do terceiro mundo e em vias de desenvolvimento, como o nosso. Tal fato repercute diretamente no financiamento da Previdência, em razão da sua regressividade, ao incidir, principalmente, na folha de salários. O propalado déficit da Previdência apresenta-se como uma das justificativas cabais

para a sua reforma. O segundo eixo tem sua importância calcada na afirmação da necessidade de reforma do sistema, sendo evocada pedagogicamente como modelo a reestruturação daquele Estado de Bem-Estar - Social, não obstante a inexistência do mesmo em nosso país. Essa universalidade é mediada para a singularidade do caso brasileiro entre outras instâncias, pelo Consenso de Washington, a partir de 1989, e, posteriormente, pelas recomendações das entidades globais, com destaque para o FMI, que condiciona o financiamento aos países latino-americanos, entre os quais ressaltamos o Brasil, à realização de ajustes estruturais - econômico e institucionais, sendo prioritária a reforma Previdenciária no âmbito da reforma do Estado. Esse novo reordenamento das relações entre os países capitalistas avançados e os periféricos, como o nosso, constitui-se no que Mandei (1979) denomina como "inserção combinada e desigual". O esforço de análise para apreendermos essas determinações universais, nos possibilitou, de certa forma, visualizar o próprio processo da reforma na sua endogenia, o que se deu ao repaginarmos sócio-historicamente, no cenário nacional da década de 90, a imbricação dos aspectos políticos, econômicos e sociais e, dos protagonistas, expressos pela sociedade civil e política, numa teia de relações, que se configura num jogo de interesses antagônicos, em última instância, de classes. A síntese do novo modelo de Previdência é dada por sua particularidade, inscrita na reforma do Estado brasileiro e cujos traços marcantes de sua formação social poderão explicar, em parte, a aquiescência dessa reforma. O novo sistema de Previdência é marcado pela eleição de duas categorias: a do Seguro Social contraposta a da Seguridade Social, anteriormente afirmada na Constituição de 1988; e, de seu financiamento híbrido, consubstanciado nos sistemas de repartição simples e de capitalização. Consideramos, enfim, que a reforma ao acarretar a redução ou extinção de direitos previdenciários ajusta-se bem à sintética expressão de Meio (1996:69): "desconstrução da agenda Constitucional de 88". Essa desconstrução possibilita, em nosso entendimento, a abertura de um novo e promissor mercado no campo dos seguros privados de pensões. A reforma estrutural necessária deveria incidir prioritariamente na progressividade do seu financiamento, em políticas de formalização do trabalho e de emprego, na restrição das despesas previdenciárias para o seu específico objetivo e no controle social de sua gestão. Nesse sentido, a reforma fortaleceria o sistema para garantir uma real redistribuição de renda e de proteção social ao trabalho.

CORDERO, Beatriz Cardoso. **Universalização da previdência social no Brasil:** uma questão ainda em aberto. 2005. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas (SP).

Resumo: Examina o grau e o perfil da cobertura previdenciária entre a população idosa no Brasil. Além dos idosos que recebem aposentadoria e/ou pensão da

previdência social, a pesquisa considera também a cobertura daqueles que contribuem para a previdência, assim como dos idosos dependentes, e que conquanto não sejam beneficiários ou contribuintes, não podem ser considerados descobertos, pois têm direito a pensão em caso de morte do aposentado ou segurado do qual dependem. Os resultados do trabalho revelam que a previdência social brasileira possui um grau de cobertura entre a população idosa bastante elevada. Os dados mostram também que a proteção social oferecida pela previdência cobre principalmente os segmentos da população idosa de mais baixa renda.

CRUZ, José Humberto do Nascimento. **Responsabilidade previdenciária:** um estudo sobre irregularidades previdenciárias nos regimes próprios de previdência social dos municípios pernambucanos. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade de Brasília, Brasília.

Resumo: A boa gestão e o controle dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) deve proporcionar a continuidade dessas entidades, garantindo o cumprimento do seu objetivo precípua: pagar os benefícios devidos aos contribuintes. Desde 2005, o Ministério da Previdência Social (MPS) - através da portaria 172, de 11 de fevereiro - exige dos entes que utilizem o RPPS um Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), como forma de preservar a saúde financeira dos regimes. Um ponto relevante é o acompanhamento da evolução da aplicação das referidas normas, como forma de perceber a atuação da gestão pública dos RPPS através de seus esforços para enquadramento de seus atos de acordo com as exigências previstas. Este estudo objetivou analisar o grau de adequação dos RPPS dos municípios Pernambucanos no que concerne ao Certificado de Regularidade Previdenciária no período de 2006 a 2007. Utilizou-se o método dedutivo por meio de pesquisa exploratória visando ao cumprimento do objetivo proposto. Quanto aos procedimentos, utilizou-se a pesquisa documental e bibliográfica, abrangendo os atos normativos considerados como normas ou práticas contábeis na área de RPPS emitidos pelos organismos responsáveis no período de 1998 a 2007. Tomou-se como delimitação geográfica os municípios que têm o RPPS implantado no estado de Pernambuco, e os anos de análise da situação de irregularidade dos critérios de emissão do CRP foram 2006 e 2007. A coleta dos dados se deu em duas etapas, pois os dados referentes ao ano de 2006 foram disponibilizados pelo Tribunal de Contas de Pernambuco. Já os dados referentes ao ano de 2007 não foram disponibilizados, o que levou ao levantamento da situação da gestão previdenciária de cada município à luz dos critérios estabelecidos pelas normas que vigoram sobre o tema. Com base na análise dos anos de 2006 e 2007 percebeu-se um relevante avanço do índice de irregularidade previdenciária dos municípios pernambucanos, visto que em 2006

86,40% estavam qualificados como irregulares e este percentual foi reduzido no ano de 2007 para 37,59%. Constatou-se ainda um crescimento no percentual de municípios classificados como regulares, passando em 2006 de 13,60% para 62,41% em 2007. Concluiu-se que houve uma melhora no processo de gestão por parte dos RPPS, mostrando um salto qualitativo na administração dessas entidades, buscando o atendimento à responsabilidade atuarial. Como resultado da análise qualitativa dos componentes que geram o CRP, concluiu-se também que se podem utilizar os princípios de governança corporativa para que contribua positivamente e diretamente na responsabilidade atuarial.

DIAS, Rosy Adriane da Silva. **Transição de regimes previdenciários e bem-estar social**. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade de Brasília.

Resumo: Verifica os impactos da mudança de regimes previdenciários nas variáveis macroeconômicas e o comportamento do nível de bem-estar social a alterações na taxa de reposição da previdência social. Para isso, utilizou-se um modelo de gerações superpostas criado por Imrohroglu et alii (1998), com a presença de riscos idiossincráticos e restrição ao crédito, além da introdução de um fator fixo (terra) à função de produção, com o objetivo de excluir a ineficiência dinâmica e melhor analisar o verdadeiro papel da previdência social. Chegou-se à conclusão de que um sistema econômico que funciona sem previdência por repartição (pay-as-you-go) é o que proporciona o maior nível de bem-estar social, fato observado pelo maior nível de utilidade encontrado a uma taxa de reposição da aposentadoria igual a zero, ou seja, onde não existe previdência social, esse resultado ocorreu tanto em uma economia sem o fator fixo quanto em uma economia com fator fixo. Portanto, um sistema previdenciário que funcione sob as características do regime capitalizado (fullyfunded) proporciona maiores ganhos de bem-estar quando comparado a sistemas que funcionem com taxas de reposição maiores que zero.

DUTRA, Vania de Cassis de Araújo. **Os caras enrugada contra os caras-de-pau: a construção da luta dos aposentados e pensionistas no Brasil**. 1999. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Resumo: Descreve a trajetória política do Movimento dos Aposentados e Pensionistas no período de 1978 a 1996, tendo como base a memória dos principais líderes do referido movimento. O uso da história oral possibilitou apreender melhor a trajetória política e social do movimento e conhecer as origens,

as motivações e os valores políticos e sociais liderança. Uma das peculiaridades do Movimento dos Aposentados e Pensionistas é trazer para a cena pública uma nova forma de encarar a velhice, pois ao mesmo tempo que se utiliza da imagem da velhice desvalida constrói a identidade do idoso lutador, que destoa do modelo de representação do idoso vítima das perdas sociais. Uma das contribuições deste estudo foi perceber que através das perdas sociais, pois mesmo sendo considerados inativos conseguiram tornar-se cidadãos ativos.

FERREIRA, C. A. **A participação das aposentadorias e das pensões na desigualdade da distribuição da renda no Brasil no período 1981 a 2001**. 2003. Tese (Doutorado) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba (SP). Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-17092003-135019/>>. Acesso em: ago. 2009.

FERREIRA, Gilmar Gonçalves. **Condições atuariais para a construção do fundo previdenciário federal - FUNPRESP**. 2008. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

Resumo: Analisa as condições atuariais para criação do Fundo previdenciário federal (FUNPRESP) e como será o novo sistema previdenciário após o funcionamento desse Fundo que finalmente concluirá, em âmbito federal, as reformas iniciadas em 1998. A partir desse estudo conclui que o novo sistema previdenciário, sistema misto, pagará benefícios menores para os servidores que ingressarem depois da criação do fundo quando comparados com os atuais servidores. Em razão disso os atuais servidores, analisando apenas os ganhos financeiros, não migrarão para o Fundo federal conforme é esperado pelo Governo. As mulheres receberão nesse novo sistema previdenciário benefícios menores em função do menor tempo de contribuição, expectativa de vida maior e menor taxa de crescimento salarial. Mas os grandes avanços com a criação do fundo serão o equilíbrio atuarial do sistema federal de previdência e o fim das grandes desigualdades entre esse sistema e o regime geral de previdência. A criação do Fundo fará com que os benefícios fiquem atrelados diretamente à contribuição de cada servidor, diferentemente do que ocorria antes quando os benefícios eram proporcionais à remuneração do servidor - até 2003 era equivalente a última remuneração e depois de 2003 é equivalente à média das 80% maiores remunerações.

FREITAS, Adriano Brito Rebouças Freitas. **Fatores condicionantes da evasão tributária**: uma análise da contribuição para o financiamento da previdência social. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília.

Resumo: Investiga o problema da evasão da contribuição social sob a perspectiva dos modelos de escolhas racionais. Na primeira parte da pesquisa, foram identificadas na literatura especializada as variáveis consideradas determinantes sobre as decisões relativas ao pagamento de tributos. Posteriormente, contextualiza as variáveis encontradas na legislação fiscal e nos procedimentos das autoridades tributárias no tocante à contribuição social destinada ao financiamento da Previdência Social. Constroi um banco de dados contendo as variáveis explicativas da evasão da contribuição social - opção pelo SIMPLES, adesão ao REFIS, número de certidões negativas de débito emitidas, auditoria, tamanho da empresa e atividade econômica. A variável dependente do estudo é chamada de índice de conformidade, considerada uma proxy da evasão tributária. O resultado da regressão confirma a relação prevista entre conformidade tributária e suas variáveis explicativas, conforme apontada na literatura sobre evasão. As empresas optantes pelo SIMPLES, na média, possuem níveis de conformidade significativamente mais elevados que aquelas não optantes. O número de certidões negativas de débito emitidas para uma empresa também está positivamente correlacionado ao seu nível de conformidade com a contribuição social. O total de salários pagos pelas empresas, utilizado como representativo do seu tamanho, indica que maiores empresas possuem maiores índices de evasão. A adesão ao REFIS não produziu alterações no índice de conformidade das empresas. Não foi encontrada uma relação significativa entre as auditorias realizadas pelo fisco e o nível de conformidade, provavelmente em virtude do modo como esta variável foi operacionalizada. Diante dos resultados encontrados, recomenda outros estudos a partir das conclusões desta pesquisa, a fim de ratificar ou não seus resultados e ampliar seu escopo. Ao final, sugere a participação ativa dos órgãos responsáveis pela administração tributária no processo de construção do conhecimento sobre o fenômeno da evasão tributária no Brasil.

GRABELLOS, Nercy. **A autonomia do serviço social na previdência**. 1989. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Resumo: Estuda o papel do Assistente Social no município do Rio de Janeiro tomando como referência o INAMPS. O objeto do estudo é a dependência do Serviço Social dos programas da Instituição. A pesquisa foi realizada com cem assistentes sociais do INAMPS que atuam em hospitais e postos de Assistência

Médica. As questões que foram traçadas são referentes ao grau de liberdade que os assistentes sociais têm para elaborar os programas da Instituição.

GROS, Denise Barbosa. **Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República**. 2002. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas (SP).

Resumo: Trata da ação dos Institutos Liberais na difusão do neoliberalismo no Brasil da Nova República. Investiga o contexto nacional e internacional em que eles surgiram; os fundamentos teóricos da ideologia que divulgam; como funciona o movimento ideológico neoliberal internacional; que estratégias os Institutos Liberais adotam para difundir esse ideário entre segmentos selecionados das elites brasileiras; e ainda, que propostas concretas de políticas públicas formulam. No Capítulo 1 analisa o contexto histórico em que se deu a conversão das direitas à ideologia neoliberal e seu triunfo no umbral dos anos 80 na Grã Bretanha e nos Estados Unidos. No Capítulo 2 faz uma incursão pelos conceitos centrais da teoria neoliberal conforme explicitados pela Escola Austríaca de Economia e seus principais expoentes, Ludwig von Mises e Friederich Hayek. No Capítulo 3 reconstitui como essa doutrina neoliberal foi divulgada através de um movimento ideológico internacional que se iniciou nos anos 30 na Europa, e se expandiu pelo mundo nos anos 80. No Capítulo 4 apresenta a ação e o ideário da rede de Institutos Liberais no Brasil: sua Declaração de Princípios; suas estratégias de ação e difusão doutrinária, em especial os tipos de atividades que desenvolvem e os públicos selecionados a que são dirigidas; bem como as forças sociais e econômicas que sustentam os Institutos. A parte empírica do estudo teve como fonte de informações as publicações dos Institutos Liberais, que compreendem livros, jornais, revistas, vários tipos de periódicos e folhetos. No Capítulo 5 analisa algumas propostas de políticas públicas formuladas pelos Institutos Liberais, em especial aquelas que se referem à ordem político - institucional vigente, notadamente a Constituição de 1988; a legislação trabalhista; e as funções sociais do Estado: previdência, saúde e educação.

HORVATH JÚNIOR, Miguel. **A previdência social e o fenômeno da internacionalização em face da globalização**. 1999. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Resumo: Partindo da evolução histórica, analisa o papel da seguridade social, notadamente da previdência social, no Estado neo-liberal fortemente impactado pelo fenômeno da globalização. A globalização acarretou a aglutinação dos

países em blocos de economia regionais, unidos por proximidades geográficas e interesses comuns. A internacionalização se fez necessária. O Brasil situa-se neste contexto como um dos integrantes do Mercosul - Mercado Comum do Cone Sul - instituído através do Tratado de Assunção. O Mercosul é personalidade jurídica de direito internacional, tendo natureza intergovernamental. Um dos pilares de sustentação do Tratado constitutivo do Mercosul é a livre circulação de pessoas, e portanto, de trabalhadores. A forma encontrada para propiciar a livre circulação de trabalhadores foi a harmonização da legislação previdenciária e trabalhista através do Acordo Multilateral de Seguridade Social. Este só foi possível em virtude das reformas efetivadas nos sistemas previdenciários dos Países membros do Mercosul Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai que possibilitaram o acerto de algumas assimetrias. Este acordo constitui-se em fonte jurídica do Mercosul, mas, para ter aplicabilidade precisa ser internalizada, ou seja, ser aprovado internamente pelos Países membros (observando o ritual de aprovação dos tratados).

KOHL, Daniel. Diferenciais previdenciários intra-ocupacionais no Brasil. 2008. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

Resumo: Analisa os diferenciais existentes na estrutura das aposentadorias entre diversas ocupações. Espera mostrar em que grau ocupações relativamente semelhantes possuem tratamentos diferenciados no que se refere à estrutura dos benefícios de aposentadoria, por estarem em regimes diferentes. Analisa os diferentes tratamentos aos quais estão sujeitas estas ocupações, levando-se em conta parâmetros como a Dívida Previdenciária Implícita, a Alíquota Necessária e a Taxa de Reposição dos Benefícios.

LADENTHIN, Adriane Bramante de Castro. A aposentadoria por idade no regime geral de previdência social. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Resumo: É ainda bastante incipiente a doutrina acerca do Direito Previdenciário no Brasil. Diante disso, torna-se necessário um estudo mais aprofundado dessa matéria, para proporcionar aos operadores do direito a possibilidade de encontrar definições e conceitos inexistentes em nosso ordenamento jurídico. No presente trabalho, foi resgatada parte da história da proteção social desde o seu início, ainda como assistência privada, nos idos do século XV, até os dias de hoje. Foi possível constatar grande evolução no ramo da proteção social, que

teve seu primeiro alcance considerável com Bismarck, em 1883, época em que se limitava a assegurar sobretudo os trabalhadores. Aos poucos essa cobertura foi se tornando insuficiente diante da necessidade de proteger aqueles que se encontravam às margens da mendicância. Já no século XX, Beveridge cria o que hoje se chama seguridade social, ampliando a proteção não apenas com benefícios, mas também com serviços. Neste trabalho também é feito um resgate histórico da velhice, no Brasil e no mundo, com o objetivo de demonstrar o quanto importante tem sido a proteção aos idosos, principalmente em razão das mudanças demográficas que têm ocorrido em âmbito mundial. O envelhecimento tem sido tema de amplos debates e discussões, para que os planos de cobertura social possam estar preparados para proteger o grande número de idosos que prometem alcançar taxas de sobrevivência cada vez mais altas. No Brasil há três modalidades de aposentadoria por idade, diferenciadas em razão da natureza da filiação, se urbana, rural ou compulsória, sendo que esta última vem se revelando em desconhecimento com os ditames constitucionais. Cada uma dessas modalidades possui características próprias, que serão abordadas em detalhes neste trabalho. É possível depreender que a aposentadoria por idade está na iminência de sofrer modificações, diante da possibilidade de se fixar idade mínima para a aposentadoria por tempo de contribuição. Ademais, com o crescente aumento da longevidade, principalmente no que tange às mulheres, não é possível permitir que elas continuem se aposentando cinco anos mais cedo do que os homens e que a idade para a aposentadoria ainda se mantenha imutável, diante do aumento da expectativa de sobrevivência.

LONZAR, William. A dimensão privada da previdência social: evolução recente e perspectiva. 1996. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas (SP).

Resumo: Focaliza a dimensão privada da previdência social, representada por entidades abertas, que atendem ao público em geral, e as fechadas, que atendem aos funcionários de empresas. Partindo do conceito de mercado previdenciário, dada a necessidade universal das pessoas assegurarem uma renda na velhice, busca determinar a demanda existente por serviços previdenciários públicos e privados e mostrar a ampliação recente da participação do setor privado. Tendo em vista as transformações econômicas que reduzem as bases de sustentação da previdência pública, discute as possibilidades de alteração da predominância histórica do setor público no Brasil, assim como as condições - limites e potencialidades - do atendimento privado às demandas e carências de serviços previdenciários.

LOPES JÚNIOR, Nilson Martins. **A proteção social do trabalhador rural**. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Resumo: Considerando a proteção social como a atuação do Estado no sentido de prestar aos membros do grupo social segurança contra eventos que lhes cause a diminuição da capacidade de trabalho e, conseqüentemente, de prover o próprio sustento, assim como àqueles que por algum dos eventos devidamente enumerados, venham a se demonstrar incapacitados para os atos da vida comum, necessário se faz estabelecer quem integra tal grupo e por tal encontra-se protegido. A situação de exclusão do trabalhador rural que se configurou nas constituições federais e legislações reguladoras durante grande parte de nossa história foi debelada pelo ordenamento jurídico constitucional instalado a partir de 1988, quando se previu expressamente a necessária uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais. A inclusão dessa nova espécie de segurado, com a possibilidade de cômputo de tempo de serviço sem qualquer contribuição para os cofres da previdência gera diversas indagações, especialmente no que se refere à observância do princípio da isonomia e existência de benefícios transitórios que possam adequar, durante certo período de transição, a necessária seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços. Ao final, porém, concluiremos no sentido da necessidade não só do estabelecimento de um regime de transição temporário, mas sim da indispensável manutenção de benefícios exclusivos destinados ao trabalhador rural, principalmente o segurado especial, a fim de que a verdadeira inclusão e unificação do regime geral de previdência social para trabalhadores urbanos e rurais, também não se tenha configurado como mera situação temporária.

MADUREIRA, Jane Marchi. **Previdencia social e mulher no contexto brasileiro**. 2004. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas (SP).

Resumo: Busca entender melhor algumas das dimensões envolvidas no tema *condição feminina no âmbito da reforma previdenciária dos anos 90*, tendo como cenário as perspectivas do mercado de trabalho como definidor da possibilidade de acesso do trabalhador à previdência social. Além de fornecer elementos estatísticos para enfrentar a escassez de dados, que tão freqüentemente fragiliza os argumentos, a dissertação pode contribuir com o debate sobre a situação da mulher no âmbito das políticas setoriais brasileiras e verificar, ainda, se as reformas e propostas de reforma podem manter a função da previdência como uma política de proteção social -contra uma diversidade de riscos que dificultam a permanência do trabalhador no mundo laboral.

MAIA, Rosane de Almeida. **Fundos previdenciários e o financiamento do desenvolvimento: o papel dos fundos patrimoniais dos trabalhadores e dos fundos de pensão**. 2003. Tese (Doutorado) - Universidade de Campinas, Campinas (SP).

MATIJASIC, Milko. **Crise e reformas do complexo previdenciário no Brasil**. 2002. Tese (Doutorado) - Universidade de Campinas, Campinas (SP).

Resumo: O complexo previdenciário brasileiro apresenta importantes diferenças entre o regime geral e os regimes de aposentadorias destinados aos servidores públicos. No entanto, ambos foram considerados as principais causas do elevado déficit público. Mas as reformas realizadas nos anos 1990 não conseguiram implementar as regras da Constituição de 1988 e estabilizar a situação financeira, elevando as receitas disponíveis para a seguridade. Os diagnósticos referentes à crise colocam em campos opostos aqueles que defendem uma educação nos gastos com benefícios e os que afirmam ser necessário aumentar as receitas. O conflito entre as abordagens de reforma paramétricas e estruturais são similares às observadas em outros países. Mas a abordagem paramétrica apresenta resultados mais efetivos que a estrutural. Além disso, a opção pela reforma estrutural se mostrou muito arriscada em termos financeiros e sociais para a previdência social e para os fundos de pensão. A agenda da reforma da previdência e a natureza da crise ainda são questões em aberto no Brasil.

MUNARI, Marcia Maria Correa. **A pensão previdenciária pública, as emendas constitucionais e a segurança jurídica**. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

MUNHÓS, José Luíz. **Previdência social: um estudo comparado do modelo brasileiro de previdência social pública e do modelo chileno de previdência**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Resumo: Avalia e compara as estruturas previdenciárias no Brasil e Chile, em um momento em que se evidenciam as mudanças na estrutura sócio-econômica brasileira e chilena, pelo crescimento da empregabilidade informal, decorrente do processo de globalização e da agressiva concorrência, bem como em função do custo Brasil. Com a mudança nas relações de trabalho, os indivíduos passaram a participar da atividade econômica informalmente ou como prestadores de

serviços não-registrados, fato este que contribuiu para a redução da arrecadação da Previdência Social. Juntamente com estes fatores macroeconômicos, os problemas da má gestão administrativa e do desvio de recursos têm provocado um desequilíbrio financeiro da previdência. Por outro lado, o envelhecimento da população economicamente ativa, sem o respectivo crescimento vegetativo para suprir e equilibrar a necessidade das receitas da previdência tem estimulado os cidadãos a descreditarem no sistema e a procurarem outros instrumentos de proteção e manutenção dos recursos, para o período de aposentadoria, tal como a previdência privada complementar. No entanto, se avaliado o sistema previdenciário chileno, constata-se que o modelo de previdência privada compulsória também apresenta riscos sensíveis, principalmente pela volatilidade dos mercados financeiros e da necessidade da manutenção de fluxos de caixa para manutenção das previdências. No Brasil, alguns fatores específicos, como a inclusão no Regime Geral de Previdência, de categorias que nunca contribuíram adequada ou suficientemente para a previdência, como a dos trabalhadores rurais e a dos funcionários públicos, interferiram também no desequilíbrio financeiro. Por fim, apresenta os principais motivos do desequilíbrio das duas previdências, as conclusões obtidas e as propostas para amenização dos problemas identificados.

PASSOS, Benedito Claudio. **Os Sistemas previdenciários de servidores públicos no Brasil: gestão e controle social.** 2004. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Resumo: Objetiva a proposição de um método de classificação de Regimes Próprios de Previdência Social de Servidores Públicos no Brasil. O método consiste na apuração de indicadores consistentes da realidade destes sistemas previdenciários. Além disso, desenvolve uma análise crítica dos atuais instrumentos de gestão e controle social, baseado, principalmente, na técnica atuarial. Aproveita processo de reforma previdenciária para discutir os elementos de gestão e concepção de sistemas e demonstrar a tese de que, historicamente, os maiores problemas dos sistemas previdenciários públicos brasileiros não se originam de sua concepção e sim de sua gestão. Como produto final, é estabelecido um ranking destes regimes previdenciários.

PEIXOTO, Leonardo José Schettino. **Implementação de modelo de gestão por processos utilizando equipes autogeridas em uma agência da previdência social: estudo de caso.** 2006. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Resumo: Descreve o processo de implementação de um modelo gerencial com foco em processos utilizando equipes autogeridas em uma unidade de atendimento da Previdência Social na cidade de São Paulo, buscando explicar a contribuição do novo modelo na superação de disfunções identificadas anteriormente na gestão dessa unidade e, através da análise cronológica das séries temporais dos indicadores de desempenho institucionais relativos, caracterizar a relação causal entre a implementação do novo modelo e a evolução do desempenho nessa unidade.

QUEIROZ, Valdegisa Pereira de. **A política de previdência social e o serviço social no INPS.** 1984. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Resumo: Levanta questões relativas à prática do Serviço Social no contexto do INPS. Faz uma incursão no desenvolvimento da política social de previdência acionada pelo Estado, desde as suas origens até os dias atuais, com vistas a apreender o seu significado histórico atual. Coloca em destaque os aportes teóricos que norteiam a prática do Serviço Social no INPS a partir da implantação do SINPAS, fazendo considerações críticas sobre o encaminhamento dessa prática e do papel reservado ao assistente social na operacionalização da política de previdência social. A dialética marxista elaborada por Antonio Gramsci é usada como fundamento, com vistas a apreender as articulações que se processam no interior do contexto previdenciário e os efeitos decorrentes das práticas sociais institucionalizadas.

ROJAS, Andres Francisco Medeyros. **Estimativa do viés de substituição na inflação ao consumidor e seu impacto na previdência.** 2008. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

Resumo: Estima o viés de substituição de produtos no cálculo da inflação ao consumidor, ou seja, estima a inflação levando em conta a possibilidade da troca de bens dentro de uma cesta de produtos em resposta à mudança de preços relativos. Isso ocorre porque a fórmula utilizada atualmente pelo IBGE, tanto para o INPC quanto para o IPCA, para medir a inflação ao consumidor é a de Laspeyres modificado base móvel (índice do Bureau), que considera a mesma cesta de bens e serviços ao longo do tempo. Este índice tende a superestimar o aumento do custo de vida justamente por não considerar as trocas. Seguindo trabalhos anteriores, a estimação do viés se deu comparando um índice Laspeyres para um subconjunto

do IPCA com a inflação mensurada pelo índice de Theil-Tornqvist para o mesmo subconjunto de produtos. Este índice se aproxima de um índice de custo de vida, logo, que considera a substituição de bens. No entanto, ele necessita atualizações freqüentes das cestas de bens e serviços ou das estruturas de ponderação. Como não existem no Brasil pesquisas de consumo das famílias que forneça estruturas de ponderações periódicas, estas tiveram que ser estimadas. Para tanto, foram utilizadas previsões de um modelo de sistema de demanda AIDS baseado nos microdados da POF 95-96. O viés de substituição estimado foi de 3,33 p.p. de agosto de 1999 a junho de 2006, o que equivale a dizer que a inflação ao consumidor foi superestimada em 0,31 p.p. ao ano. Pela impossibilidade de trabalhar com o nível mais desagregado do IPCA (o subitem), certamente, o viés calculado é subestimado. Caso o viés estimado fosse descontado dos reajustes dados às aposentadorias, pensões e demais auxílios concedidos pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, o governo poderia ter poupado de 2000 a junho de 2006, aproximadamente, R\$ 8 bilhões.

SALIBA, Karen Jorge. **Estabelecidos em ação:** um caso de conquista e de manutenção de postos de poder. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília.

Resumo: Os conflitos existentes e as relações de força que se instituíram entre os servidores participantes do Projeto NOVO, uma medida de modernização da Previdência Social, é o objeto desta dissertação no sentido de desvendar os mecanismos que contribuíram para o acesso e a manutenção de um grupo de pessoas em postos de poder. O estudo, orientado com as noções de burocracia ideal de Weber e das relações de poder examinadas por Elias, mostra como o Projeto, ao longo das atividades de modelagem de processos, de construção de produtos e outros trabalhos, se tornou um terreno fértil de lutas. Isso se processou fundamentalmente, entre duas classes ali representadas – estabelecidos e outsiders – com adesão ou não de outras. Os conflitos se esgotaram com o monopólio de estabelecidos que passaram a atuar com autoridade legitimada pelo poder. Esse grupo, no período de 2002 a 2008, movimentou um conjunto de vinte cargos de direção e assessoramento superior e de quinze funções entre nove pessoas. Formada essa elite, os participantes migraram do PNOVO para outros dois novos projetos – o PGESTÃO e o PIM. A circularidade da interdependência e a análise empírica das múltiplas variáveis indicaram que os projetos foram mecanismos de sustentação de seus interesses para solidificar posições e reafirmar novas missões, com direções estratégicas distintas do contrato internacional celebrado entre o governo brasileiro e o Banco Mundial. A ação e movimento racional desse grupo confirmam a hipótese de que a conquista e a manutenção de postos de poder e de prestígio no serviço público estão fundadas no fortalecimento de um

grupo, por meio do controle dos meios e dos postos de comando. Essa é uma conclusão do exame dos movimentos realizados pelos integrantes do grupo – os estabelecidos – minuciosamente analisados à luz das entrevistas, pelas observações da pesquisadora e pelo exame de farta documentação.

SALVADOR, Evilásio da Silva. **Fundo público no Brasil:** financiamento e destino dos recursos da seguridade social (2000 a 2007). 2008. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília.

Resumo: Estuda o padrão de Estado Social determinado pela inter-relação entre orçamento fiscal e orçamento da seguridade social na conformação do fundo público no Brasil. Para tanto, investiga as características do financiamento da seguridade social brasileira do ponto de vista da avaliação dos recursos, da magnitude dos gastos e da natureza das fontes de financiamento, problematizando a relação do orçamento da seguridade social com as opções de políticas econômica e social adotadas. Descreve como os recursos destinados às políticas de previdência social, assistência social e saúde são apropriados pelo orçamento fiscal. Em particular, analisa o financiamento e o destino dos recursos aplicados pelos fundos sociais que integram a seguridade social brasileira: o Fundo do Regime Geral da Previdência Social (FRGPS), o Fundo Nacional de Saúde (FNS) e o Fundo Nacional da Assistência Social (FNAS), no período de 2000 a 2007. A pesquisa também identifica as bases econômicas de incidência tributária (renda, consumo e patrimônio) no financiamento do fundo público no Brasil. O resultado da pesquisa demonstra que a estruturação do fundo público no Brasil configura um Estado Social que não reduz a desigualdade social porque se assenta no financiamento regressivo de suas receitas, com o predomínio de tributos indiretos, onerando os mais pobres e os trabalhadores e privilegiando a acumulação capitalista, especialmente o capital financeiro. As políticas sociais que integram a seguridade social têm padrão restritivo e básico, não universalizando direitos, pois metade da população economicamente ativa não tem proteção previdenciária. Na saúde, a estreita relação dos recursos do FNS com o setor privado é ameaça constante a universalização. O montante dos gastos públicos em saúde no Brasil é claramente insuficiente para estabelecer um sistema de saúde público, universal, integral e gratuito. Na assistência social há uma relevância, acentuada nos últimos anos, de focalização dos gastos em detrimento da universalidade do direito. Os recursos que compõem as fontes de financiamento da seguridade social desempenham um papel relevante na política econômica e social, pois são retidos pelo orçamento fiscal, alocados no superávit primário e canalizados para a esfera financeira da economia na forma de pagamento de juros da dívida pública. As despesas da seguridade social estão infladas com gastos da área fiscal, mas sem o devido aporte de recursos. Com isso, vem ocorrendo o enfraquecimento do

sistema de seguridade social na sua totalidade e restringindo-se sua possibilidade de reduzir as desigualdades sociais.

SANT'ANNA JÚNIOR, Alfredo. **Avaliação econômico-financeira das alternativas de previdência social para servidores municipais.** 2000. Dissertação (Mestrado em Economia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Resumo: Os governos municipais, no que se refere à vinculação previdenciária de seus servidores estatutários efetivos, podem optar entre o sistema nacional - Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou criação de um sistema próprio. O principal objetivo desta dissertação é identificar qual das opções é economicamente mais vantajosa à municipalidade. Classificando os funcionários conforme as exigências legais vigentes, de tempos mínimos de contribuição e idade para aposentadoria, foram identificados três tipos que podem sintetizar toda a diversidade possível: as professoras e os demais homens e mulheres, definindo-se um quadro hipotético de pessoal, em função das proporções de cada tipo. Adotando a taxa geral de contribuição aos sistemas (empregado mais empregador e mais complementação, no caso do INSS) como meio de comparação, e definindo cenários conforme as modalidades possíveis de aposentadoria (normal, antecipada e por idade), sobre modelos teóricos construídos, foram realizados cálculos atuariais para cada uma das inúmeras situações identificadas. A maior taxa de contribuição obtida para os sistemas próprios mostrou-se inferior à menor das taxas da opção pelo INSS, comprovando a hipótese central de que aqueles, em regime financeiro de capitalização, são menos onerosos aos cofres públicos municipais.

SANTOS, Rita de Cassia Bessa dos. **O discurso da racionalidade econômica e a racionalização na reforma da Previdência Social.** 2008. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Resumo: Aborda as disputas em torno do processo de reforma da Previdência Social e identifica que foram orientadas pela formação de um discurso embasado na racionalidade econômica, segundo o qual a situação de escassez e de crise fiscal foi determinante no projeto de reforma. O discurso do déficit na Previdência Social confrontou o modelo de seguridade social instituído pela Constituição Federal de 1988. O principal ponto da disputa foi o Orçamento da Seguridade Social, que, ao integrar a Previdência Social, tornou-a sujeita ao controle público, tanto

na fase elaboração do orçamento, quanto na sua execução. Essa foi a dimensão que alimentou o debate e orientou um amplo processo de racionalização da Previdência Social, indo além da reforma nos critérios de acesso aos benefícios, como um resultado não esperado.

SILVA, Beatriz Azeredo da. **Um estudo sobre as contribuições sociais.** 1987. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Resumo: Apresenta uma análise das contribuições sociais, que desempenham hoje um papel fundamental do financiamento do gasto público, principalmente o de natureza social.

SILVA, Marluce Aparecida Souza e. **Nem déficit, nem superávit na seguridade social: contra-reforma com retenções, renúncias e suplementações orçamentárias.** 2008. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília.

Resumo: Apresenta uma avaliação contextualizada dos fluxos financeiros da Seguridade Social do período de 2002 a 2007. Temporalidade assim delimitada em razão de permitir a análise de orçamentos pós Emenda Constitucional no. 20/1998, assim como dos fluxos financeiros anteriores e posteriores à Emenda Constitucional 41/2003, que são peças fundamentais para analisar a contra-reforma e demonstrar que não há nem déficit e nem superávit na base de financiamento da Seguridade Social. Mas, a investida capitalista na extração de seus recursos é real, o que impede a universalização das políticas de seguridade social e, sobretudo, o atendimento às demandas da população brasileira, em especial da Previdência Social. A racionalidade e a deturpação interpretativa das peças orçamentárias se constitui, na conveniência do Estado, em bandeira política para justificar a contra-reforma, dando margens para que forças políticas, contrárias à sua universalização e materialização, aleguem a existência de déficit na previdência social, e defendam reformas no sentido de restrição de direitos, como forma de superação do suposto desequilíbrio financeiro. As EC- 20/1998 e a 41/2003 produziram na Previdência Social uma contra-reforma, pois legislaram contra a lógica de cidadania com a qual o poder constituinte deu vida à Seguridade Social. Assim a gestão dos recursos arrecadados e distribuídos no período em foco, revela uma conduta estatal de desrespeito ao conceito de Seguridade Social, o que invoca uma análise/denúncia sobre a responsabilidade civil do Estado pela corrosão financeira que vai reduzindo a sua qualidade e a materialidade. Para além do esforço de compreender a complexidade financeira orçamentária, há também o de construir uma análise política, refletindo a seguridade social como direito

do trabalhador, mas também como antimercadoria. Diante disso, lança mão da perspectiva marxista como método de análise, visto que o materialismo histórico oportuniza uma abordagem onde os seres humanos são sujeitos e produtores da história. O que chamamos de concepção materialista da história. A contribuição do marxismo na elaboração desta análise, permite considerar que as políticas sociais foram instrumentos valiosos do capitalismo, mas na contemporaneidade, o capitalismo mundial, retira delas o seu último fôlego. Não negamos a eficiência da Previdência Social, enquanto distribuidora de recursos mínimos. Pela primazia da perspectiva econômica é que os argumentos governamentais buscaram legitimidade, e realizaram a contra reforma. Mas, sua gestão não produziu nem déficit e tampouco superávit, visto ser uma política social e não uma organização capitalista.

SILVA, Rafael Silveira e. **O desenho institucional do estado sob uma perspectiva temporal**: o caso da política regulatória dos fundos de pensão. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência política) - Universidade de Brasília, Brasília.

Resumo: Em forma de estudo de caso, analisa a dinâmica institucional da política regulatória aplicada aos fundos de pensão, focalizando especialmente o modelo de organização estatal do sistema, representado pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC), e pelo órgão fiscalizador dessas entidades, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), ambos ligados ao Ministério da Previdência Social. Identifica as arenas e os padrões em vigor, as linhas de convergência e de conflito entre os grupos de interesse, a articulação interna e externa das unidades componentes da matriz institucional vigente, elemento que estrutura os movimentos estratégicos dos agentes envolvidos. Indica que as resistências impostas pela atuação de grupos de interesse (públicos e privados), o desenho da matriz institucional, centralização do poder do Presidente da República e o uso político dos fundos de pensão têm imposto grande resistência do modelo de organização estatal, refletindo a ação de mecanismo auto-reforçantes que permitem verificar elementos de trajetória de dependência (pat dependence). Tais aspectos, que são centrais nos comportamentos mantenedores do status quo, permitem compreender a difícil implementação de mudanças que permitissem um gestão mais moderna e transparente das questões relativas aos fundos de pensão.

SILVEIRA, Fernando Gaiger. **Tributação, previdência e assistência sociais**: impactos distributivos. 2008. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas (SP).

Resumo: Avalia os impactos distributivos da tributação direta e indireta e da previdência e assistência sociais. Para tanto, utiliza os dados da Pesquisa de Orçamentos Famílias (POF) de 2002-2003, buscando-se, com base nos registros administrativos, avaliar o grau de aderência dos dados da pesquisa e, principalmente, discriminar os benefícios previdenciários segundo o regime, isto é, se provenientes do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) - ou como comumente se diz do INSS - ou dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPSs) relacionados ao funcionalismo público. Emprega na avaliação dos impactos distributivos dos diferentes tipos de transferências monetárias (ou benefícios) e dos impostos sobre a renda e o consumo das famílias dos indicadores usuais de concentração da renda, verificando-se as mudanças nesses indicadores ao se passar da renda anterior à concessão dos benefícios ou à incidência dos tributos para a renda resultante de tais intervenções públicas. A mudança nos índices de concentração resulta de dois componentes: o primeiro, relativo ao grau de progressividade ou regressividade do benefício ou tributo, e o segundo, concernente aos rearranjos que tais intervenções provocam no ordenamento das famílias pela renda. Discutiu-se qual a renda que se deve ter por parâmetro de avaliação: se a anterior ou se a posterior a intervenção, defendendo-se a metodologia com base na renda ex post, pois o que interessa é o efeito de se conceder ou se tributar R\$ 1 adicional e não o efeito do primeiro real transferido ou recolhido. Isso porque as propostas de alteração das políticas só fazem sentido sob a realidade existente. As principais conclusões das estimativas dos impactos distributivos da tributação, previdência e assistência sociais foram: a) não houve alteração significativa na concentração da renda pessoal resultado do conjunto de políticas consideradas - aposentadorias e pensões, programas de transferência de renda, auxílios, seguro-desemprego, bolsa de estudo, impostos sobre a renda, contribuições previdenciárias, impostos sobre imóveis e veículos e impostos ou contribuições sobre o consumo -; b) baixo impacto distributivo dos benefícios previdenciários e assistenciais, do seguro-desemprego e das outras transferências monetárias, comparativamente ao que se observa nos países desenvolvidos; c) essa baixa eficácia distributiva se deve, primordialmente, a elevada regressividade das aposentadorias e pensões dos RPPSs, que anulam os impactos distributivos das aposentadorias do RGPS, dos programas de transferência de renda e dos auxílios aos trabalhadores; d) os tributos diretos e o IR, em particular, apresentam índices de progressividade satisfatórios em comparação com os países centrais, tendo, todavia, pouca efetividade distributiva dada sua pequena participação na renda pessoal; e) a regressividade do IPTU e a neutralidade do IPVA, o que demonstra a rigidez, no Brasil, em se tributar de modo mais efetivo o patrimônio - e porque não, riqueza; e f) a tributação indireta é claramente regressiva, fato amplamente reconhecido, não discrepando, ademais, da experiência internacional, mas tendo seu efeito amplificado pela importância que os impostos sobre o consumo apresentam no conjunto da carga tributária nacional. Assim, deve-se centrar os esforços distributivos em ampliar

a participação dos benefícios de caráter progressivo (bolsas, aposentadorias do RGPS e auxílios) no conjunto das transferências governamentais, aumentar o peso da tributação direta na arrecadação e corrigir o perfil de incidência dos tributos sobre o patrimônio.

SOUZA, Marcos Sergio de. **Financiamento indireto da Seguridade Social**. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Resumo: Estuda a evolução histórica da seguridade social, seu financiamento indireto e sua natureza, sob a perspectiva da relação jurídica que se estabelece entre o gestor e os beneficiários do sistema. Através de um estudo analítico, aprofunda a temática da seguridade social e sua estrutura constitucional. Inicialmente, enfoca a visão constitucional essencial dos princípios da seguridade social e, a seguir, aborda as colisões a direitos fundamentais e os mecanismos para a neutralização jurídica do financiamento indireto da seguridade social, que passam pelo desinteresse do Estado em cumprir sua obrigação constitucional. Para melhor entender o financiamento da seguridade social, discute a efetividade constitucional e conclui pela necessidade de uma eficaz ação do Poder Executivo que coadune os princípios da seguridade social com o financiamento indireto. Verifica se a expectativa de um melhor financiamento ocorreu no pós-Carta Magna de 1988, com as novas diretrizes traçadas pelo legislador pátrio no campo da seguridade social. Nesse sentido, analisa o Poder Público em relação às regras jurídicas do regime previdenciário e como o ambiente digital que está difundido nas organizações exige dos seus gestores eficácia nas decisões, que permita o cumprimento de sua parte no financiamento da seguridade social.

TEIXEIRA, Marcio França. **A previdência em carne e osso**. 2008. Dissertação (Mestrado em Gerontologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Resumo: Busca, por intermédio de uma leitura da evolução histórica da Legislação Previdenciária em que são evidenciadas todas alterações constitucionais, analisar comparativamente os benefícios previdenciários dos aposentados pelo Regime Geral e pelo Regime Próprio. Mostra, por meio de sujeitos de carne e osso, o quanto significa o benefício previdenciário e o que seu constante declínio representa em termos econômicos. Por fim, a pesquisa demonstra quais outras conseqüências a diminuição do benefício previdenciário traz ao sujeito de carne e osso.

TELLES, Stella Maria Barbera da Silva. **Idoso: família, trabalho e previdência**. 2003. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas (SP).

Resumo: Com o aumento da longevidade e com o envelhecimento populacional intensificouse o debate sobre o bem estar dos idosos, sobretudo em países de grandes desigualdades sociais como é o caso do Brasil. Esta tese investiga as principais associações entre variáveis sócio-demográficas e econômicas e a condição do idoso na família. Foram utilizados os dados das Pnads (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) referente aos anos de 1990, 1995 e 1999. O envelhecimento é uma experiência bastante distinta para homens e mulheres. Nesse sentido, as análises contemplaram a dimensão de gênero. Foram tratadas de que maneira, variáveis como a idade, o nível de instrução e o nível de renda podem afetar as probabilidades do idoso fazer parte de um determinado tipo de família. Da mesma forma, foram analisados os efeitos do papel da previdência social na vida dos idosos e consequentemente na renda familiar. A pesquisa também analisou as taxas de atividades das pessoas idosas considerando-se os contextos urbano e rural. A tese mostrou que os idosos negros, assim como acontece com a população total, encontram-se em situação sócio-econômica de desvantagem em relação aos idosos não negros. A tese aponta para a idéia de que os arranjos familiares mais autônomos, nem sempre estão associados a melhores condições de vida. De fato, melhores condições de renda e do nível de instrução parecem indicar maior probabilidade de se viver apenas com o cônjuge. Entretanto, o mesmo não ocorre com o viver sozinho, que muitas vezes está associado a condições de vida mais desvantajosas, sugerindo que possa estar ocorrendo na realidade uma intensificação da pobreza.

UEDA, Edric Martins. **Sistema previdenciário brasileiro: aspectos macroeconômicos e distributivos**. 2005. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas (SP).

ZOCKUN, Carolina Zancaner. **Da intervenção do Estado no domínio social**. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Resumo: Aborda a intervenção do Estado no domínio social, partindo da premissa de que esta visa concretizar os direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federal. Assim, analisa os confins normativos da ordem social, a magnitude jurídica dos direitos sociais, sua implementação diante da denominada teoria da

reserva do possível e os mecanismos de intervenção do Estado nesse campo. Por essa razão, identifica o sentido, conteúdo e alcance dos direitos à educação, à saúde, à previdência social, à assistência social, à proteção à maternidade e à infância, ao lazer, à moradia, ao trabalho e à segurança. Quanto aos instrumentos de intervenção do Estado na ordem social, trata da (i) a prestação de serviços públicos e (ii) da atividade de fomento, indicando seus regimes jurídicos e sua imposição (ou não) como dever estatal. Ao final desse exame, aquilata as hipóteses de responsabilização extracontratual do Estado e das entidades do terceiro setor quando atuantes nesse campo.

3.3 Livros e Coletâneas

AFFONSO, S. B. Temas constitucionais: estudos jurídicos sobre servidores públicos, representação judicial das associações de classe, controle da administração financeira, previdência social pública e fundações públicas. Brasília: ANFIP, [199-]. 132 p.

ALVES, M. Os financiamentos e benefícios previdenciários. In: A PREVIDÊNCIA social e a revisão constitucional: debates, volume II. Brasília: MPAS; Cepal, 1994. p.201-218.

ANFIP; FUNDAÇÃO ANFIP DE ESTUDOS DA SEGURIDADE SOCIAL. Cartilha de benefícios da Previdência Social. Brasília: ANFIP e Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social, 2005. 28 p.

ANFIP; FUNDAÇÃO ANFIP DE ESTUDOS DA SEGURIDADE SOCIAL. Legislação previdenciária. Brasília: ANFIP e Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social, 1997. 149 p.

ANFIP; FUNDAÇÃO ANFIP DE ESTUDOS DA SEGURIDADE SOCIAL. Legislação previdenciária. Brasília: ANFIP e Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social, 1998. 193 p.

ANFIP. Alternativa de financiamento (uma contribuição para o debate). In: BASE de financiamento da Previdência Social: alternativas e perspectivas: contribuição de vários autores para o debate. Brasília: MPAS, 2003. p.29-88. (Coleção Previdência Social. Série estudos, v.19). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111400-183.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

ANFIP. Análise da Seguridade Social em 2001. Brasília: ANFIP, 2002. 37 p. Seguridade Social

ANFIP. **Análise da Seguridade Social em 2002.** Brasília: ANFIP, 2003. 46 p.

ANFIP. **Boletim analítico.** [Brasília: ANFIP, 1998]. Mimeo.

ANFIP. **Clubes de futebol.** Brasília: ANFIP, 1993. (Assuntos fiscais, 6). 47 p.

ANFIP. Demografia e mercado de trabalho: atualidade e perspectivas. In: CICLO de estudos sobre Seguridade Social, volume I. Brasília: ANFIP, 1994. 84 p.

ANFIP. Desemprego no Brasil. In: CICLO de estudos emprego, desemprego, subemprego e informalidade, volume III. Brasília: ANFIP, 1996. 60 p.

ANFIP. Financiamento da Seguridade Social. In: CICLO de estudos sobre Seguridade Social, volume V. Brasília: ANFIP, 1994. 54 p.

ANFIP. Gestão pública. In: CICLO de estudos sobre Seguridade Social, volume II. Brasília: ANFIP, 1994. 31 p.

ANFIP. Globalização da economia mundial, blocos regionais e empregos. In: CICLO de estudos emprego, desemprego, subemprego e informalidade, v. 1. Brasília: ANFIP, 1996. 54 p.

ANFIP. O novo mundo do trabalho e a proteção social e previdência. In: CICLO de estudos emprego, desemprego, subemprego e informalidade. Brasília: ANFIP, 1996. 76 p.

ANFIP. **Plano de benefícios da Previdência Social - lei, regulamento e legislação complementar.** Brasília: ANFIP, 1992. 275 p.

ANFIP. **Por uma Seguridade Social sustentável.** [Brasília: ANFIP, 1998]. Mimeo.

ANFIP. **A Previdência ao redor do mundo.** Brasília: ANFIP, 1997. 317 p.

Previdência

ANFIP. **Previdência do serviço público brasileiro: fundamentos e limites das propostas de reforma.** Brasília, ANFIP, 2003. 84 p.

ANFIP. Previdência social. In: CICLO de estudos sobre Seguridade Social, volume III. Brasília: ANFIP, 1994. 43 p.

ANFIP. **Previdência social: legislação completa e atualizada.** Brasília: ANFIP, 2002. 406 p.

ANFIP. **Previdência, sociedade e desenvolvimento econômico.** Brasília: ANFIP, 2001. 111 p.

ANFIP. **Reforma da previdência: desestruturação do serviço público.** Brasília: ANFIP, 2003. 16 p.

ANFIP. **Reforma tributária e Seguridade Social: inverter a lógica financista para promover a justiça tributária e o crescimento econômico** Brasília: ANFIP, 2003. 50 p.

ANFIP. **Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.** Brasília: ANFIP, 1997. 91 p.

ANFIP. Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, Lei 8.112, de 11 dezembro de 1990. Brasília: ANFIP, 1997. 46 p.

ANFIP. Revisão Constitucional: proposta do conselho executivo da ANFIP. Brasília: ANFIP, 1993. 22 p.

ANFIP. Seguridade e desenvolvimento: um projeto para o Brasil. Brasília: ANFIP, 2003. 54 p.

ANFIP. Seguridade Social: conceito e abrangência. In: CICLO de estudos sobre Seguridade Social, volume IV. Brasília: ANFIP, 1994. 34p.

ANFIP. Seguridade Social e Estado mínimo: romper com o suto econômico do Estado mínimo para financiar a expansão da proteção social. Brasília: ANFIP, 2002. 93 p.

ANFIP. O seguro de acidente de trabalho no Brasil. Brasília: ANFIP, 2003. 84 p.

ANFIP. Seminário Internacional de Previdência Social. Brasília: ANFIP, 2000. 104 p.

ANFIP. Substituição da folha de pagamento. [Brasília: ANFIP, 1998]. Mimeo.

ANFIP. Um fórum para a Seguridade Social: Saúde, Assistência e Previdência Social. Brasília: ANFIP, 1995. 142 p.

ANTUNES, E. A previdência complementar pública e as entidades fechadas. In: A PREVIDÊNCIA social e a revisão constitucional: debates, volume II. Brasília: MPAS; Cepal, 1994. p.298-302.

ARAÚJO, A. P. Guia dos direitos do cidadão. Brasília: ANFIP e Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social, 2006. 161 p.

ARBACHE, Jorge Saba. Informalidade, encargos trabalhistas e Previdência Social. In: BASE de financiamento da Previdência Social: alternativas e perspectivas: contribuição de vários autores para o debate. Brasília: MPAS, 2003. p.89-106. (Coleção Previdência Social. Série estudos, v.19). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111400-183.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

ARRIHI, Wlatter O. Portabilidade dos fundos nos sistemas previdenciários. In: MIGRAÇÕES internacionais e a Previdência Social. Brasília: MPAS, SPS, CGEP, 2006. p. 165-186. (Coleção Previdência Social. Série debates, v. 25). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111404-830.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

AZEREDO, B. A experiência chilena e argentina de reforma da previdência social. In: A PREVIDÊNCIA social e a revisão constitucional: debates, volume II. Brasília: MPAS; Cepal, 1994. p.181-200.

AZEREDO, B. Seguridade Social nos países membros. In: A SEGURIDADE Social e os processos de integração regional: Seminário Internacional. Brasília: MPAS; Cepal, 1996. p.97-104.

AZEREDO, M. E. A Previdência social e a Seguridade Social. In: A PREVIDÊNCIA social e a revisão constitucional: debates, volume II. Brasília: MPAS; Cepal, 1994. p. 11-32.

BALERA, W. O financiamento da Seguridade e os vinte anos da Constituição de 1988. In: 20 ANOS da Constituição cidadã: avaliação e desafios da Seguridade Social. Brasília: ANFIP, 2008. 269 p.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. **Divulgação nº 15**. Brasília: ANFIP, 1965. 28 p.

BARR, Nicholas. Reforma das previdências: mitos, verdades e escolhas políticas. In: A ECONOMIA Política da Reforma da Previdência: traduções de textos selecionados. Brasília: PARSEP/MPAS/SPS 2001. p. 93-159. (Coleção Previdência Social. Série traduções, v.9). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111356-651.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

BARROS, Ricardo Paes de et al. In: WORKSHOP Previdência, Assistência Social e Combate à Pobreza: transcrição das palestras e debates. Brasília: MPAS, 2000. Cap.5. (Coleção Previdência Social. Série Debates, v.3). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111355-374.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

BATISTA, Analía Soria et al. **Envelhecimento e dependência**: desafios para a organização da proteção social. Brasília: MPS/SPPS, 2008. 160 p. (Coleção Previdência Social. Série estudos, v.28). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081208-173354-810.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami et al. **Análise da estrutura da previdência privada brasileira: evolução do aparato legal**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. (Textos para Discussão,1043). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=2109>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Descreve a evolução do regime privado de previdência, vis-à-vis as mudanças na legislação pertinente ao segmento, assim como oferece uma visão geral, em grandes números, do setor para, em um estudo posterior, analisar o perfil dos consumidores de produtos de previdência privada para o mesmo

período. Em um contexto de constantes mudanças no sistema previdenciário, motivadas sobretudo pelas profundas transformações no mercado de trabalho, nas estruturas familiar e demográfica, assim como na própria economia do país, a previdência privada passa a assumir papel de crescente relevância. A oferta privada de planos de aposentadorias e pensões não é novidade em nosso país. Contudo, foi principalmente a partir da regulamentação que esse setor ganhou maior representatividade na economia nacional. Na última década, o sistema previdenciário brasileiro foi reformado (Emenda Constitucional 20) e, como consequência dessa reforma, a previdência privada ganhou novo aparato legal.

BELTRÃO, K. I. et al. Fontes de financiamento da seguridade social brasileira. In: A PREVIDÊNCIA Social e a revisão constitucional: pesquisas, volume II. Brasília: MPAS; Cepal, 1993. p.131-198.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; **OLIVEIRA**, Francisco Eduardo Barreto de; **PINHEIRO**, Sonoê Sugahara. **A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Textos para Discussão, 759). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=1453>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Compara a situação da população rural brasileira em dois instantes do tempo: 1988 e 1996, no que concerne à situação vis-à-vis a previdência e a assistência social, utilizando informações das PNADs. Ainda que a Constituição de 1988 tenha modificado as regras de elegibilidade e o valor dos benefícios para a população rural, foi somente com a Lei 8.213, de julho de 1991, que essas mudanças foram implementadas. Compara por sexo e idade individual, as taxas de atividade e de recebimento de benefício antes e depois da mudança de legislação, e também, as estruturas familiares, a participação da renda dos idosos na renda da família e a sua relevância.

BERWANGER, J. L. W. A previdência rural: um dos grandes avanços da Constituição federal de 1988. In: 20 ANOS da Constituição cidadã: avaliação e desafios da Seguridade Social. Brasília: ANFIP, 2008. 269 p.

BRASIL. Secretaria de Previdência Social. **Acordos Internacionais de Previdência Social.** Brasília: MPAS, 2001. 180p. (Coleção Previdência Social, v.14). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111357-716.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Secretaria de Previdência Social. **Aposentadoria e distribuição de renda no Brasil.** Brasília: MPAS; Cepal, 1996. 122 p.

BRASIL. Secretaria de Previdência Social. **A Previdência Social é viável.** Brasília: MPAS, 1986. 186 p.

BRASIL. Secretaria de Previdência Social. **Diálogo social e gestão participativa.** Brasília: MPAS, 2003. 289 p. (Coleção Previdência Social. Série debates, v.20). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111402-242.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Secretaria de Previdência Social. **Mudança populacional:** aspectos relevantes para a Previdência. Brasília: MPS, SPPS, 2008. 112 p. (Coleção Previdência Social; v. 27). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081208-173355-270.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Este livro traz uma coletânea de cinco artigos que tratam do impacto das políticas do Ministério da Previdência Social sobre a sociedade brasileira e dos efeitos das mudanças populacionais sobre a seguridade.

BRASIL. Secretaria de Previdência Social. **Opiniões e propostas construtivas sobre a reforma da Previdência.** Brasília: MPAS, 1995. 129 p.

BRASIL. Secretaria de Previdência Social. **Pesquisa sobre Previdência Social do funcionalismo dos governos de Estados e das prefeituras.** Brasília: MPAS, 1997. 210 p.

BRASIL. Secretaria de Previdência Social. **Plano de custeio da Previdência Social.** Brasília, MPAS, 1994. 154p.

BRASIL. Secretaria de Previdência Social. **Previdência no serviço público:** consolidação da legislação. 2. ed. Brasília: A Secretaria, 2002. 240 p. (Coleção Previdência Social. Série legislação, v.1). Disponível em: <http://portal.cnm.org.br/sites/5800/5837/livros/vol.1_legislacaoconsolidadarpps_2ed.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Este é o mais completo e atualizado compêndio relativo ao Regime de Previdência no Serviço Público. Esta nova edição, que contém a legislação atualizada até fevereiro de 2002, traz como novidades as leis de crimes contra as finanças e a previdência, bem como a legislação que implantou o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP. Esse Certificado atesta a regularidade do regime de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, sendo que a partir de abril deste ano esse documento será exigido em diversas situações em que houver transferências de recursos da União para os outros entes da Federação.

BRASIL. Secretaria de Previdência Social. **Previdência no Serviço Público:** consolidação das leis federais. Brasília: MPAS, 2000. 243 p.

BRASIL. Secretaria de Previdência Social. A Previdência Social na Itália. In: A PREVIDÊNCIA social e a revisão constitucional: pesquisas, volume IV. Brasília: MPAS; Cepal, 1994. p.173-187.

BRASIL. Secretaria de Previdência Social. A Previdência Social no Chile. In: A PREVIDÊNCIA social e a revisão constitucional: pesquisas, volume IV. Brasília: MPAS; Cepal, 1994. p.123-154.

BRASIL. Secretaria de Previdência Social. A Previdência Social nos Estados Unidos. In: A PREVIDÊNCIA social e a revisão constitucional: pesquisas, volume IV. Brasília: MPAS; Cepal, 1994. p.155-170.

BRASIL. Secretaria de Previdência Social. **Reforma da Previdência.** Brasília: MPAS, 1995. 76 p.

BRASIL. Secretaria de Previdência Social. Reforma da Previdência. In: A PREVIDÊNCIA Social e a revisão constitucional: pesquisas, volume III. Brasília: MPAS, 1995. 63 p.

BRASIL. Secretaria de Previdência Social. **Regime Geral da Previdência Social:** consolidação da legislação. Brasília: MPAS/SPS, 2002. 573 p. (Coleção Previdência Social. Série Legislação, v.15). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111358-244.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

BRASIL. Secretaria de Previdência Social. **Regulamento da Previdência Social.** Brasília: MPAS, 1999. 334 p.

BRASIL. Secretaria de Previdência Social. **Tire suas dúvidas sobre a reforma da Previdência Social** - o falso e o verdadeiro na reforma. Brasília: MPAS, 1995. 40 p.

BRITTO, A. Previdência Social no Brasil: gestão ou reforma: a experiência internacional. In: A PREVIDÊNCIA Social e a revisão constitucional: pesquisas, volume II. Brasília: MPAS; Cepal, 1993. p.353-369.

BRIZUELA, E. A situação do Paraguai. In: A SEGURIDADE Social e os processos de integração regional: Seminário Internacional. Brasília: MPAS; Cepal, 1996. p.129-137.

CAETANO, Marcelo Abi-Ramia. **Determinantes da sustentabilidade e do custo previdenciário: aspectos conceituais e comparações internacionais.** Brasília: IPEA, 2006. (Textos para Discussão,1226). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=2702>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Apresenta um modelo matemático simplificado do equilíbrio financeiro de curto prazo da previdência. Os indicadores apresentados colocam o Brasil no grupo de países com maior dificuldade de manter sua sustentabilidade previdenciária. Defende o fato de os indicadores quantitativos (fiscais, atuariais ou financeiros) refletirem o frágil desenho dos indicadores qualitativos, que são: condições de acesso aos benefícios, suas fórmulas de cálculo e regras de indexação.

CAETANO, Marcelo Abi-Ramia. **Fundamentos acerca dos riscos associados à Previdência Social.** Brasília: IPEA, 2006. (Textos para Discussão,1214). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=2675>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Parte dos elementos fundamentais de uma relação de seguro para tratar de questões relacionadas ao desenho de um plano previdenciário. Procura definir o risco previdenciário, apresenta suas formas de compartilhamento e financiamento, assim como aponta os determinantes da sustentabilidade e do custo previdenciário.

CAETANO, Marcelo Abi-Ramia. **Reformas administrativas para minorar o peso fiscal da previdência social.** Brasília: IPEA, 2006. (Textos para Discussão,1219). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=2681>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: identifica medidas de cunho administrativo que atenuariam as necessidades de financiamento da Previdência. Como forma de tornar a exposição de mais fácil assimilação ao público, este Texto para Discussão (TD) se divide, além da introdução, em mais quatro seções. A segunda aborda o potencial de alterações administrativas na área de benefício, enquanto a terceira e quarta referem-se à arrecadação e à recuperação de créditos, respectivamente. Por fim, a seção final conclui o TD.

CAETANO, Marcelo Abi-Ramia. **Subsídios cruzados na previdência social brasileira.** Brasília: IPEA, 2006. (Textos para Discussão,1211). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=2672>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: A previdência social adota princípios de equidade vertical, segundo os quais grupos específicos recebem tratamento previdenciário diferenciado em função, por exemplo, de gênero ou clientela, seja urbana ou rural. Estabelece uma

metodologia para cálculo desses subsídios cruzados e aponta na previdência social quais são os grupos recebedores e fornecedores de subsídios.

CAETANO, Marcelo Abi-Ramia; **MIRANDA**, Rogério Boueri. **Comparativo Internacional para a Previdência Social**. Brasília: IPEA, 2008. (Textos para discussão, 1302). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=2841>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Compara os gastos previdenciários entre diversos países, considerando as condições sociais, demográficas e econômicas de cada um deles. Dessa forma o trabalho estabelece uma avaliação de tais gastos em relação às suas respectivas possibilidades estruturais. Utiliza a metodologia de análise envoltória de dados, constrói um indicador comparativo que contrasta os benefícios previdenciários concedidos com a capacidade econômico-financeira de concessão de cada país. Os resultados mostram que o Brasil encontra-se no topo do ranking entre os países nos quais o sistema previdenciário é superdimensionado.

CAMPOS, André. **Aspectos da proposta de mudança na regularização da previdência rural no Brasil**. Brasília: IPEA, 2006. (Textos para Discussão, 1195). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=2654>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Atualmente, discutem-se alterações na regulamentação da previdência rural brasileira. Em especial, novas definições para os trabalhadores rurais que desenvolvem suas atividades em regime de economia familiar. Tais alterações são claramente meritórias, pois esses trabalhadores passam a contar com mais certeza, confiança e segurança em suas relações previdenciárias. Contudo, mesmo sem retirar esse caráter meritório, as informações reunidas neste estudo mostram que, de forma concreta, é relativamente reduzido o número de trabalhadores rurais que podem se beneficiar dessa nova regulamentação.

CARVALHO FILHO, C. **Propostas de reforma da Seguridade Social: uma visão crítica**. Brasília, ANFIP, ano?. 61 p.

CARVALHO, José Alberto Magno. Migrações internacionais no Brasil nas duas últimas décadas do século XX: algumas facetas de um processo complexo

amplamente desconhecido. In: **MIGRAÇÕES internacionais e a Previdência Social**. Brasília: MPAS, SPS, CGEP, 2006. p. 9-32. (Coleção Previdência Social. Série debates, v. 25). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111404-830.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

CARVALHO JUNIOR, Pedro Humberto Bruno de. **Análise do gasto da união em ações assistenciais ou focalizado na população pobre e em benefícios previdenciários de fortes impactos sociais: 1995-2004**. Brasília: IPEA, 2006. (Textos para Discussão, 1236). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=2718>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Analisa o gasto federal em ações orçamentárias assistenciais ou focalizadas na população pobre, além dos benefícios previdenciários de forte impacto social (até um salário mínimo), no período de 1995 a 2004. Na análise da evolução real do gasto, esse aumentou de 13,3% da Receita Líquida da União, em 1999, para 15,4%, em 2004. Em relação ao grupo populacional beneficiado, houve aumento nas ações voltadas para a família pobre em geral de - 9% do gasto, em 2000, para 38% em 2004 - com os grupos de idosos, de deficientes e de menores de idade perdendo participação. Na análise quanto à forma de atuação do Estado, tem-se reforço na elevada participação dos programas de transferência de renda, aumentando a participação do gasto de 60%, em 2000, para 83%, em 2004, e, ao mesmo tempo, apresenta-se diminuição em serviços de atendimento assistencial. Do ponto de vista das finanças públicas, deve-se refletir sobre a trajetória de crescimento desse gasto, em virtude da atual carga tributária sobre o Produto Interno Bruto (PIB), e sobre a dificuldade de contingenciamento em outras áreas do gasto público (sobretudo investimentos). Do ponto de vista social, um elevado crescimento dos programas de transferência de renda e uma diminuição dos serviços assistenciais podem excluir uma parcela da população na política assistencial brasileira. Além disso, a elevada participação dos programas de transferência de renda também pode acentuar os problemas indicados pela literatura econômica.

CINTRA, Marcos. **Movimentação financeira: a base de uma nova contribuição social**. In: **BASE de financiamento da Previdência Social: alternativas e perspectivas: contribuição de vários autores para o debate**. Brasília: MPAS, 2003. p.177-228. (Coleção Previdência Social. Série estudos, v.19). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111400-183.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (Brasil). Alternativas de financiamento da Previdência Social. In: BASE de financiamento da Previdência Social: alternativas e perspectivas: contribuição de vários autores para o debate. Brasília: MPAS, 2003. p.127-146. (Coleção Previdência Social. Série estudos, v.19). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111400-183.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

COSTA FILHO, A. H. **Modelos de gestão do sistema previdenciário**. Brasília: MPAS; Cepal, 1994. p.183-363.

DAIN, Sulamis. A diversificação da base de financiamento do RFPs no contexto da reforma tributária e do ajuste fiscal: velhas idéias e novos caminhos. In: BASE de financiamento da Previdência Social: alternativas e perspectivas: contribuição de vários autores para o debate. Brasília: MPAS, 2003. p.147-176. (Coleção Previdência Social. Série estudos, v.19). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111400-183.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

COSTA FILHO, A. H. Financiamento da Seguridade Social. In: A PREVIDÊNCIA social e a revisão constitucional: debates, volume II. Brasília: MPAS; Cepal, 1994. p.101-128.

DAIN, S.; **TAVARES**, L.; **CASTILHOS**, M. R. O financiamento da Previdência Social no contexto de uma nova reforma tributária. In: A PREVIDÊNCIA social e a revisão constitucional: debates, volume II. Brasília: MPAS; Cepal, 1994. p.19-130.

DELGADO, Guilherme. **Cenários do Mercado de Trabalho para políticas de previdência social a longo prazo**. Brasília: IPEA, maio 2007. (Nota Técnica, 4). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201010.jsp?ttCD_CHAVE=2801>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: O Fórum Nacional de Previdência Social tem discutido amplamente algumas possíveis mudanças no Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Esta Nota Técnica, em seqüência e complementaridade ao Diagnóstico do Mercado de Trabalho para a Previdência Social - 1980/2005, apresentado ao Fórum pelo pesquisador Guilherme Delgado no dia 21 de março de 2007, analisa um

conjunto de condições essenciais para viabilizar a ampliação e a sustentabilidade do sistema previdenciário.

DELGADO, Guilherme. Desafios à previdência social no início do século XXI. In: 20 ANOS da Constituição cidadã: avaliação e desafios da Seguridade Social. Brasília: ANFIP, 2008. 269 p.

DELGADO, Guilherme. **Diagnóstico do mercado de trabalho para a previdência Social - 1980-2006**. Brasília: IPEA, março 2007. (Nota Técnica, 3). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201010.jsp?ttCD_CHAVE=2770>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Analisa a evolução do mercado de trabalho em sua relação com a Previdência Social, enfocando diversos ciclos econômicos e de filiação previdenciária desde os anos 50 do século vinte até o presente. Confere particular destaque ao miniciclo de formalização previdenciária, iniciado no final dos anos 90, cuja continuidade levaria em menos de uma década a uma cobertura previdenciária da população economicamente ativa (PEA) de mais de dois terços, imprimindo sentido a uma Reforma da Previdência de longo prazo de caráter universalizante.

DELGADO, Guillermo; **CASTRO**, Jorge Abrahão de. Financiamento da Previdência Rural: situação atual e mudanças. In: BASE de financiamento da Previdência Social: alternativas e perspectivas: contribuição de vários autores para o debate. Brasília: MPAS, 2003. p.107-126. (Coleção Previdência Social. Série estudos, v.19). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111400-183.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

DELGADO, Guillermo; **CASTRO**, Jorge Abrahão de. **Financiamento da previdência rural: situação atual e mudanças**. Brasília: IPEA, 2003. (Textos para Discussão, 992). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=1989>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Verifica a relação entre as Necessidades de Financiamento da Previdência Rural e o financiamento da Previdência Social brasileira, procurando reconstituir os antecedentes e a evolução do sistema previdenciário rural brasileiro, com ênfase na evolução jurídico-institucional e nos resultados de sua estrutura de financiamento ao longo da década de 1990. Os resultados obtidos demonstram que na forma atual de financiamento da Previdência Rural ocorre um equívoco distributivo:

o de trabalhadores pobres do setor urbano financiarem trabalhadores mais pobres do setor rural; como também um problema de conflito potencial entre as representações dos trabalhadores urbanos e dos trabalhadores rurais no sistema da Previdência Social. Portanto, corrigir essa forma de financiamento é crucial para a melhoria dos padrões de formulação e gestão da política social. A noção de Previdência Rural brasileira está fortemente determinada pela condição de direito social à qual foi elevada na Constituição de 1988. Sua inclusão no Sistema de Seguridade Social como subsistema da política de Previdência Social (que até então era concebida como garantidora de direitos baseados na lógica de seguros contributivos) provocou, desde então, transformações legais e institucionais que trouxeram forte impacto para o financiamento da Previdência Social brasileira.

DELGADO, Guilherme; **CASTRO**, Jorge Abrahão de. **Financiamento da previdência rural: situação atual e mudanças**. Brasília: IPEA, 2003. (Textos para Discussão, 992). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=1989>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Verifica a relação entre as Necessidades de Financiamento da Previdência Rural e o financiamento da Previdência Social brasileira, procurando reconstituir os antecedentes e a evolução do sistema previdenciário rural brasileiro, com ênfase na evolução jurídico-institucional e nos resultados de sua estrutura de financiamento ao longo da década de 1990. Os resultados obtidos demonstram que na forma atual de financiamento da Previdência Rural ocorre um equívoco distributivo: o de trabalhadores pobres do setor urbano financiarem trabalhadores mais pobres do setor rural; como também um problema de conflito potencial entre as representações dos trabalhadores urbanos e dos trabalhadores rurais no sistema da Previdência Social. Portanto, corrigir essa forma de financiamento é crucial para a melhoria dos padrões de formulação e gestão da política social. A noção de Previdência Rural brasileira está fortemente determinada pela condição de direito social à qual foi elevada na Constituição de 1988. Sua inclusão no Sistema de Seguridade Social como subsistema da política de Previdência Social (que até então era concebida como garantidora de direitos baseados na lógica de seguros contributivos) provocou, desde então, transformações legais e institucionais que trouxeram forte impacto para o financiamento da Previdência Social brasileira.

DELGADO, Guilherme; **CARDOSO JUNIOR**, José Celso (Org.). **A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90**. 2. ed. Brasília: IPEA, 2003.

Resumo: Previdência Social Rural. Seguridade Social. Pesquisa Social. Ambiente Rural. Empresas Agrícolas. Familiares - Combate à Pobreza - Brasil.

DELGADO, Guilherme; **CARDOSO JUNIOR**, José Celso (Org.). Universalização de Direitos Sociais Mínimos no Brasil: o caso da previdência rural nos anos 90. In: WORKSHOP Previdência, Assistência Social e Combate à Pobreza: transcrição das palestras e debates. Brasília: MPAS, 2000. Cap.6. (Coleção Previdência Social. Série Debates, v.3). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111355-374.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

DELGADO, Guilherme; **CARDOSO JUNIOR**, José Celso (Org.). **O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Textos para Discussão, 688). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0688.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Apresenta parte dos resultados da pesquisa de campo realizada no segundo semestre de 1998, junto a 6 mil domicílios das regiões Sul e Nordeste do Brasil, destinada a avaliar os impactos socioeconômicos e regionais da Previdência Social Rural. Esse sistema previdenciário prima por promover uma redistribuição de renda muito importante junto a um segmento da população brasileira originária do campo e historicamente excluída das conquistas sociais do país, geralmente voltadas ao público urbano. Os resultados mostram que a renda domiciliar das famílias contempladas com o seguro previdenciário rural no Sul do país está, em média, 16% acima da renda domiciliar de famílias sem acesso aos benefícios pagos pelo INSS, sendo cerca de 35% superior no caso da região Nordeste. O acesso ao benefício previdenciário permite manter aproximadamente 85% das famílias pesquisadas na região Sul acima da condição de pobreza, tendo por base meio salário mínimo domiciliar per capita. Nos domicílios sem acesso aos benefícios previdenciários esse índice cai para apenas 60%, também na região Sul. Tal situação sustenta uma avaliação positiva do programa de aposentadorias e pensões aos trabalhadores oriundos de atividades rurais, que tem no idoso (homens com idade superior a 60 anos e mulheres maiores de 55 anos) o centro de um processo de revitalização da economia familiar rural.

DELGADO, Guilherme Costa et al. **A participação social na gestão pública: avaliação da experiência do Conselho Nacional de Previdência Social (1991/2000)**. Brasília: IPEA, 2002. (Textos para Discussão, 909). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=1811>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Faz um balanço de quase uma década de atuação do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), criado em 1992 para permitir o compartilhamento da gestão previdenciária entre governo, trabalhadores, empregadores e aposentados. Para fazer este balanço, o estudo faz um levantamento da construção

do Conselho, compara as resoluções emitidas pelo CNPS entre 1992 e 2000 com os atos administrativos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), bem como entrevista um conjunto relevante de componentes e de ex-componentes do CNPS. A conclusão é a existência de um consenso quanto à insuficiência da práxis do CNPS em atingir o objetivo de efetivamente permitir a co-gestão na área previdenciária no período e a necessidade de sua reforma.

DELGADO, Guilherme et al. **Avaliação de resultados da lei do fator previdenciário (1999-2004)**. Brasília: IPEA, 2006. (Textos para Discussão, 1161). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=2494>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Faz a avaliação dos resultados da Lei do Fator Previdenciário. O fator previdenciário foi instituído pela Lei no 9.876, em novembro de 1998. Realiza a avaliação a partir de duas vertentes: aferição dos resultados da aplicação do fator previdenciário no período de transição (1999-2004), mediante teste de hipóteses; e investigação da compatibilidade da Lei do Fator com o interesse geral da política previdenciária. Da avaliação, verifica que houve elevação na idade, no tempo de contribuição e redução no valor dos benefícios dos que se aposentaram por tempo de contribuição a partir da vigência da lei avaliada. Como um corolário dos resultados mencionados verifica também, economia para as contas da Previdência em relação ao fluxo de concessão de Aposentadorias por Tempo de Contribuição (APCs).

DELGADO, Guilherme Costa. **Previdência rural: relatório de avaliação socioeconômica: projeto IPEA-IMPAS (avaliação socioeconômica da previdência rural - 1991/1995)**. Brasília: IPEA, maio 1997. (Textos para Discussão, 477). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1997/td_0477.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: As mudanças ocorridas nas regras da previdência social rural desde a promulgação da Constituição de 1988 irão produzir resultados a partir da regulamentação desses dispositivos no final de 1992. Essas mudanças terão tido um efeito social muito significativo no sentido da elevação do grau da cobertura demográfica da população assistida; da elevação do nível de renda e da melhoria de sua distribuição; e, ainda, estariam exercendo papel de contenção das migrações socialmente indesejáveis. Essas hipóteses são objeto de avaliação nesse trabalho, que também discute o subsistema da previdência social rural, com suas regras

objetivas e financiamento apoiados por um mecanismo de transferência de renda que o distingue dos esquemas convencionais da previdência social.

DRAIBE, S. et al. **Previdência e Assistência Social**. In: A PREVIDÊNCIA Social e a revisão constitucional: pesquisas, volume III. Brasília: MPAS; Cepal, 1993.p.73-179.

ELLERY JUNIOR, Roberto de Goes; **BUGARIN**, Mirta N. S. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. **Previdência Social e Bem-Estar no Brasil (Textos para Discussão, 831)**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=1464>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Avalia os impactos do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) sobre o bem-estar da sociedade e sobre algumas variáveis macroeconômicas. Análise por meio da simulação numérica de um modelo de gerações superpostas, calibrado para reproduzir os principais fatos da economia brasileira, contemplando o fato de que o período de vida dos agentes é incerto e incorporando tanto a hipótese de restrição ao crédito quanto a existência de incerteza sobre a renda dos indivíduos. Esta incerteza é representada pela possibilidade de os indivíduos ativos ficarem desempregados num determinado período. Dentre as conclusões destaca-se a de que um sistema de previdência do tipo repartição, que garanta uma percentagem da renda dos indivíduos, pode apresentar ganhos de bem-estar em relação a um sistema em que toda a previdência seja financiada pela poupança dos indivíduos. Porém, este resultado depende do valor atribuído para o fator de desconto intertemporal.

FRANÇA, Álvaro Sólón. **Previdência social é cidadania**. Brasília: ANFIP, 1997. 93 p.

FÓRUM de Dirigentes de Fundos Estaduais de Previdência: transcrição das palestras e debates. Brasília: MPAS / SPS, 2001. 76p. (Coleção Previdência Social. Série Debates, v.6). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111356-074.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

GIAMBIAGI, Fábio et al. **Diagnóstico da previdência social no Brasil: o que foi feito e o que falta reformar?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004. (Textos para

Discussão,1050). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=2120>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Em que pese o fato de que nos últimos anos o maior componente de déficit previdenciário nas contas do Governo Central esteve localizado no âmbito das contas do funcionalismo, e observando a tendência de evolução dos dados, nota-se que é no INSS que se concentrou a maior fonte de aumento das despesas com aposentados e pensionistas. De fato, a despesa previdenciária do INSS aumentou de 2,5% do PIB em 1988 ? ano de aprovação da então ?Nova Constituição? ? para quase 5% do PIB em 1994 ? quando foi lançado o Plano Real ? e 7,3% do PIB estimados para 2004. As razões desse fenômeno estão ligadas à benevolência das regras de aposentadoria, ao impacto do aumento real do salário mínimo e ao baixo crescimento da economia. Modificar essa tendência requer mudar a Constituição, com destaque para a necessidade de: a) estabelecer uma idade mínima para aposentadoria; b) rever a regra diferenciada que favorece as mulheres; e c) eliminar a vinculação entre o salário mínimo e o piso previdenciário. O trabalho apresenta um diagnóstico do desequilíbrio previdenciário no Brasil; sugere um conjunto de propostas para atacar o problema; e estima a evolução da despesa do INSS em diferentes situações.

GUIMARÃES, Mônica Cabanas. **Políticas para expansão da cobertura dos trabalhadores e trabalhadores domésticos:** a experiência do Brasil. Brasília: MPAS, 2008. 88 p. (Coleção Previdência Social. Série estudos, v. 26). Disponível em: <<http://www.previdenciasocial.gov.br/conteudoDinamico.php?id=440>>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Investiga quais são os problemas para a expansão de cobertura previdenciária das trabalhadoras domésticas e quais foram as políticas de inclusão previdenciária implementadas para esta categoria profissional.

GUSHIKEN, Luis et al. **Regime próprio de previdência dos servidores:** como implementar? Uma visão teórica e prática. Brasília: MPAS, 2002. 357p. (Coleção Previdência Social. Série estudos, v.17). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111359-413.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

HOZMANN, Robert; **PACKARD**, Truman; **CUESTA**, Jose. Ampliação da cobertura em sistemas previdenciários multi-pilar: limitantes e hipóteses,

evidências preliminares e agenda de pesquisa futura. In: A ECONOMIA Política da Reforma da Previdência: traduções de textos selecionados. Brasília: PARSEP/ MPAS / SPS 2001. p. 197-236. (Coleção Previdência Social. Série traduções, v.9). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111356-651.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

IYER, Subramanian. **Matemática Atuarial de Sistemas de Previdência Social.** Trad. Paulo Estevão Tavares Cavalcante. Brasília: MPAS, 2002. 182p. (Coleção Previdência Social. Série traduções, v.16). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111358-623.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo.** Brasília: IPEA, 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/questaosocial/rosto_introducao.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Na primeira parte do livro o leitor é remetido a um exame atento da formação histórica do mercado de trabalho brasileiro, tanto no campo como nas cidades com a consolidação dos setores de subsistência e informal. A segunda parte apresenta o quadro geral das políticas sociais no âmbito federal implementadas no período 1990-2002. É destacado o papel que a sociedade vem assumindo na formação, implementação e no controle das políticas públicas. O conjunto dos estudos convida o leitor para uma reflexão sobre as interações entre desenvolvimento e política social.

JAMES, Estelle; **BROOKS**, Sarah. A economia política da reforma estrutural do sistema previdenciário. In: A ECONOMIA Política da Reforma da Previdência: traduções de textos selecionados. Brasília: PARSEP/ MPAS / SPS 2001. p. 49-91. (Coleção Previdência Social. Série traduções, v.9). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111356-651.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

JAMES, Estelle. Novos sistemas previdenciários: experiências, evidências e questões pendentes. In: A ECONOMIA Política da Reforma da Previdência: traduções de textos selecionados. Brasília: PARSEP/ MPAS / SPS 2001. p. 9-47. (Coleção Previdência Social. Série traduções, v.9). Disponível em: <<http://www.>

previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111356-651.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

KANDIR, A. et al. Previdência Social: a experiência internacional. In: A PREVIDÊNCIA social e a revisão constitucional: pesquisas, volume IV. Brasília: MPAS; Cepal, 1994. p.109-122.

LINO, Luiz A.; **CÂMARA**, Marcus J. R. **Reforma da previdência social: uma análise comparativa das propostas**. Rio de Janeiro: IPEA, fev.1994. (Textos para Discussão, 330). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1994/td_0330.pdf>. Acesso em: ago.2009.

Resumo: Demonstra, de forma resumida, algumas propostas de reforma do atual sistema previdenciário para, em seguida, faz uma análise comparativa das mesmas, contribuindo, dessa forma, para o debate. Entre as proposições apresentadas na revisão constitucional escolhe, para esta análise, as mais importantes, por refletirem as diversas tendências nessa área. Analisa também a reforma da previdência chilena comparativamente a algumas das propostas discutidas.

LÚCIO, C. G. Os desafios da previdência social na agenda recente do movimento sindical brasileiro. In: 20 ANOS da Constituição cidadã: avaliação e desafios da Seguridade Social. Brasília: ANFIP, 2008. 269 p.

MARQUES, Rosa Maria; **EUZÉBY**, Alain. Discutindo alternativas de financiamento para o RGPS. In: BASE de financiamento da Previdência Social: alternativas e perspectivas: contribuição de vários autores para o debate. Brasília: MPAS, 2003. p.247-270. (Coleção Previdência Social. Série estudos, v.19). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111400-183.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

MARTES, Ana Cristina Braga. Longe dos olhos, perto da Previdência: criação de vínculos como foco de política social previdenciária para emigrantes. In: MIGRAÇÕES internacionais e a Previdência Social. Brasília: MPAS, SPS, CGEP, 2006. p. 49-66. (Coleção Previdência Social. Série debates, v. 25). Disponível em:

<http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111404-830.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

MARTINEZ, W. N. Direitos previdenciários, previdência e eficácia. In: 20 ANOS da Constituição cidadã: avaliação e desafios da Seguridade Social. Brasília: ANFIP, 2008. 269 p.

MARTINEZ, W. N. **Um modelo de Previdência Social**. Brasília: ANFIP, [s.d.]. 83 p.

MASCARENHAS, Roberta de Aguiar Costa; **OLIVEIRA**, Antônio Mário Rattes de; **CAETANO**, Marcelo Abi-Ramia. **Análise atuarial da reforma da previdência do funcionalismo público da União**. Brasília: MPS, 2004. 83 p. (Coleção Previdência Social. Série Estudos, v. 21). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111402-720.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

MATIJASCIC, M. Previdência é mais do que seguro: é seguridade e desenvolvimento. In: 20 ANOS da Constituição cidadã: avaliação e desafios da Seguridade Social. Brasília: ANFIP, 2008. 269 p.

MÉDICI, A. C. A Seguridade Social e a Saúde. In: A PREVIDÊNCIA social e a revisão constitucional: debates, volume II. Brasília: MPAS; Cepal, 1994. p.219-242.

MÉDICI, A. C.; **BELTRÃO**, K. I.; **MARQUES**, R. M. Previdência do funcionalismo público: para a reforma constitucional. In: A PREVIDÊNCIA Social e a revisão constitucional: pesquisas, volume III. Brasília: MPAS; Cepal, 1993. p.15-70 p.

MENDES, René. **Máquinas e Acidentes de Trabalho**. Brasília: MTE/SIT; MPAS, 2001. 86 p. (Coleção Previdência Social; v.13). Disponível em: <<http://www>>

previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111357-495.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

MESA-LAGO, Carmelo. **As reformas de previdência na América Latina e seus impactos nos princípios de seguridade social**. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2006. 189p. (Coleção Previdência Social. Série traduções; v. 23). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111405-101.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Os princípios de seguridade social foram desenvolvidos por mais de um século, principalmente por meio do esforço da Organização Internacional do Trabalho, e vigoraram no mundo e na América Latina sem nenhum desafio importante até a década de 1980. As reformas estruturais de previdência na região, iniciadas no Chile e estendidas a doze países até o final de 2003, modificaram os princípios convencionais e desenvolveram outros próprios com base no novo paradigma. No final de 2002, 56 milhões de trabalhadores (um terço da força de trabalho da região) estavam filiados aos novos sistemas de previdência. A primeira parte deste estudo reúne, classifica e descreve a evolução dos princípios convencionais de seguridade social com ênfase na previdência: (1) universalidade da cobertura, (2) igualdade, equidade ou uniformidade de tratamento, (3) solidariedade e redistribuição de renda, (4) abrangência e suficiência das prestações na América Latina, (5) unidade, responsabilidade do Estado, eficiência e participação social na administração e (6) sustentabilidade financeira. Também determina a vigência de cada um dos tais princípios nas vésperas do processo da reforma. A segunda parte apresenta uma taxonomia dos sistemas de previdência de todos os países da região. Em seguida, escreve os modelos e as características das reformas estruturais de previdência implementadas ou aprovadas em doze países e como elas modificaram os princípios convencionais de seguridade social e criaram dois novos: a promoção da poupança nacional, do mercado de capitais e rendimento, assim como a imunidade do novo sistema à ingerência estatal e política. Resume, também, as características dos sistemas de previdência no resto dos países latino-americanos, além de identificar as reformas não-estruturais ou paramétricas em dois países e os projetos de reforma em andamento. A terceira parte do estudo inicia-se com a análise do impacto das reformas estruturais nos princípios convencionais de seguridade social. Com esse objetivo, o autor compilou, normalizou e apresentou, de maneira comparativa, a legislação e as estatísticas relevantes dos doze países, além dos estudos técnicos de organismos internacionais e regionais, de entidades nacionais da seguridade social, trabalhos acadêmicos e outras informações. Por exemplo, para determinar o impacto das reformas no princípio da universalidade, apresenta-se uma comparação padronizada da cobertura previdenciária antes da reforma em cada país e no ano

de 2002. Avalia-se, também, se os dois novos princípios da reforma estrutural foram cumpridos na prática. Depois disso, é feito um exercício similar, seguindo a mesma estrutura e metodologia, com os sete países que implementaram uma reforma paramétrica ou que ainda não realizaram uma reforma. Com base nas lições aprendidas, a parte final do estudo resume as conclusões para cada um dos princípios (convencionais e novos) e recomenda políticas para melhorar a situação atual, tanto nos países com reformas estruturais, como paramétricas ou sem reformas; identifica ainda os temas que necessitam de mais pesquisa. Por último, faz-se uma comparação da vigência de cada princípio entre os sistemas com e sem reforma estrutural. Algumas das perguntas que este estudo tenta responder são: “As reformas estruturais conseguiram aumentar a cobertura e o pagamento pontual das contribuições?”, “As reformas estruturais conseguiram aumentar a cobertura e o pagamento pontual das contribuições, assim como resolver o problema do envelhecimento populacional?”, “O Estado cumpriu suas funções de regulação e supervisão, de financiamento do custo de transição previdenciário e de proteção assistencial da população não-segurada e desprotegida?”, “A liberdade de escolha e a concorrência funcionam? Elas melhoraram a eficiência e reduziram os custos de gestão?”, “O segurado tem as informações e a qualificação necessárias para uma escolha das melhores administradoras?”, “Existe evidência sólida que respalde as hipóteses de que as reformas incrementam a poupança nacional e desenvolvem o mercado de valores?” e “Foi constatado que os novos sistemas são imunes à ingerência estatal?”. O autor possui a esperança de que este estudo contribua com a construção de posições mais flexíveis acerca deste tema, assim como com a análise empírica dos resultados das reformas e com o desenho de políticas para enfrentar os problemas de ambos os sistemas de previdência, buscando os objetivos fundamentais de um sistema de seguridade social: o bem-estar social dos segurados e dos beneficiários.

MIRANDA, Rogério Boueri. **Três modelos teóricos para a previdência social**. Brasília: IPEA, set.1997. (Textos para Discussão, 516). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1997/td_0516.pdf>. Acesso em: ago.2009.

Resumo: Examina as implicações econômicas da previdência social no contexto do modelo de gerações superpostas (OLG), construído por Paul Samuelson (1958) e complementado por Peter Diamond (1965), exemplificando-o mediante simulações. Para tanto, utiliza três versões do modelo, as quais se diferenciam pela maneira como cada uma delas incorpora a demanda por capital dos agentes. Os resultados obtidos evidenciam a grande influência que as diversas especificações da demanda por capital dos agentes exerce sobre a acumulação de capital e sobre a existência da equivalência ricardiana.

MITCHELL, Olivia. Construindo um ambiente para a reforma da previdência nos países em desenvolvimento. In: A ECONOMIA Política da Reforma da Previdência: traduções de textos selecionados. Brasília: PARSEP/ MPAS / SPS 2001. p. 161-195. (Coleção Previdência Social. Série traduções, v.9). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111356-651.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

MORAES, Marcelo Viana Estevão de. **A Lei de Responsabilidade Fiscal e a Previdência dos Servidores Públicos Municipais**. Brasília, MPAS / SPS, 2001. 60p. (Coleção Previdência Social. Série Estudos, v.2). Disponível em: http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111355-059.pdf >. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: 1. A Lei Complementar nº 101, de 04 de Maio de 2000, estabelece um conjunto de disposições no campo das finanças públicas que deve merecer especial atenção dos prefeitos. Por um lado, a Lei de Responsabilidade Fiscal é um estímulo para que o Prefeito busque aprimorar a gestão dos recursos públicos mediante o aperfeiçoamento dos processos de planejamento, execução e controle dos gastos governamentais. Por outro, o seu descumprimento pode ensejar a aplicação de diversas penalidades não apenas para os municípios, como também para as autoridades locais.

2. Uma das áreas que deve merecer especial atenção do Prefeito é a organização e a gestão da previdência do servidor público municipal, pois seus desequilíbrios podem ameaçar a própria viabilidade de sua gestão, com o comprometimento crescente de receitas para o seu financiamento e redução das disponibilidades para fins de investimentos no atendimento das demandas da população.

3. Uma das primeiras medidas que o Prefeito deve adotar é constituir um grupo técnico de alto nível, coordenado por pessoas de sua inteira confiança, com o objetivo de fazer um diagnóstico da realidade previdenciária municipal.

4. Esse diagnóstico deve, necessariamente, abranger uma avaliação atuarial do regime previdenciário local, acompanhada, se for o caso, de uma auditoria contábil.

5. Feito o diagnóstico, a municipalidade poderá optar pelas seguintes alternativas, conforme as peculiaridades locais:

- extinguir o regime próprio de previdência, filiando seus servidores ao INSS, ou mantê-los filiados aos INSS, caso não exista regime próprio. Nessa hipótese, poder á também considerar a criação de um esquema de previdência complementar

para os servidores cujos salários sejam superiores ao teto de benefício do Regime Geral de Previdência Social;

- instituir regime próprio de previdência ou reformá-lo, de modo a compatibilizar o plano de benefícios com o plano de custeio, com vistas ao equilíbrio financeiro e atuarial. Nessa hipótese, deve ser considerada a possibilidade de criação de um fundo integrado de bens, direitos e ativos, com finalidade previdenciária.

6. Qualquer que seja a estratégia adotada, o encaminhamento dado à questão previdenciária será de vital importância para o adequado cumprimento das metas, condições e prazos de adequação referentes à despesa com pessoal, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

7. A equipe técnica designada pelo Prefeito, na definição da estratégia mais adequada a ser adotada, deverá observar com rigor os critérios e parâmetros assinalados na presente publicação, de modo a evitar a aplicação de penalidades que prejudiquem as chances de êxito da gestão municipal.

8. Prefeito deverá conferir especial atenção ao desempenho da equipe por ele designada para que não venha a incorrer nos crimes de que trata o Código Penal e a Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, que define os crimes contra as finanças públicas.

MORAES, Marcelo Viana Estevão de. A situação no Brasil. In: A SEGURIDADE Social e os processos de integração regional: Seminário Internacional. Brasília: MPAS; Cepal, 1996. p.148-157.

MUNHOZ, D. e **WERLANG**, S. A previdência social e a reforma fiscal. In: A PREVIDÊNCIA social e a revisão constitucional: debates, volume II. Brasília: MPAS; Cepal, 1994. p. 63-100.

NERI, Marcelo. Aspectos fiscais e sociais de modalidades alternativas de reajuste de aposentadorias e pensões públicas. In: WORKSHOP Previdência, Assistência Social e Combate à Pobreza: transcrição das palestras e debates. Brasília: MPAS, 2000. Cap.2. (Coleção Previdência Social. Série Debates, v.3). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111355-374.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

MORAES, Marcelo Viana Estevão de. **Cobertura previdenciária:** diagnóstico e propostas. Brasília: MPAS, 2003. 324 p. (Coleção Previdência Social. Série estudos, v.18). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111359-780.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

MORAES, Marcelo Viana Estevão de. Direitos informais. In: WORKSHOP Previdência, Assistência Social e Combate à Pobreza: transcrição das palestras e debates. Brasília: MPAS, 2000. Cap.3. (Coleção Previdência Social. Série Debates, v.3). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111355-374.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

NOGUEIRA, R.A Previdência Social e os desafios da revisão constitucional. In: A PREVIDÊNCIA social e a revisão constitucional: debates, volume II. Brasília: MPAS; Cepal, 1994. p.303-316.

OLIVEIRA, F. E. B.; **BELTRÃO**, K. I.; **MANIERO**, L. V. F. Aposentadoria por tempo de serviço: diagnóstico e alternativas. In: A PREVIDÊNCIA Social e a revisão constitucional: pesquisas, volume II. Brasília: MPAS; Cepal, 1993. p.199-266.

OLIVEIRA, Francisco E. B. de; **BELTRÃO**, Kaizô Iwakami; **RIBEIRO**, Marco Aurélio de Sá. **Algumas considerações sobre os efeitos da reforma monetária no campo social:** seguro-desemprego e previdência social. Rio de Janeiro: IPEA, maio 1986. (Textos para Discussão, 091). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1986/td_0091.pdf>. Acesso em: ago.2009.

Resumo: Tece algumas considerações sobre a chamada reforma monetária, consubstanciada nos Decretos Leis nºs 2283 e 2284, no que tange à criação do seguro-desemprego e aos efeitos sobre o sistema de previdência e assistência social.

OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto de; **BELTRÃO**, Kaizô Iwakami; **PASINATO**, Maria Tereza de Marsillac. **Reforma estrutural da previdência: uma proposta para assegurar proteção social e equidade.** Rio de Janeiro: IPEA, dez.1999. (Textos para Discussão, 690). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0688.pdf>. Acesso em: ago.2009.

Resumo: A Emenda Constitucional nº 20, recém-aprovada pelo Congresso, não equilibra as contas do sistema previdenciário nem promove a justiça social, objetivo primeiro de uma política previdenciária. O grande problema enfrentado pelo atual regime de repartição experimentado no país é a grande precocidade na concessão dos benefícios vis-à-vis o forte envelhecimento da população e as condições adversas da conjuntura econômica e do mercado de trabalho. Assim, a proposta aqui apresentada para uma reforma estrutural dos regimes previdenciários prevê um sistema misto ? público/privado ?, tanto para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) quanto para o funcionalismo público da esfera federal. Em resumo, o que se propõe é que cada indivíduo possa optar por fazer parte do seguro social em um “segurador privado”, desde que faça junto ao “segurador público” uma cobertura de pelo menos até o valor equivalente a três salários mínimos. O segurador público operaria em regime de capitalização escritural, com benefício definido. Assim, o trabalhador poderia optar pela data e demais condições de sua aposentadoria, pagando uma alíquota atuarialmente calculada para igualar o valor presente esperado dos benefícios ao valor presente esperado das contribuições. O segurador privado operaria em regime de contribuição definida, com uma alíquota fixa de 15,5%. Caso o trabalhador já em atividade na data da reforma opte por fazer uma parcela do seguro junto a um segurador privado, receberá um bônus de reconhecimento correspondente às contribuições passadas ? do trabalhador, integral e do empregador, até 10 salários mínimos ? que excedam o valor que este seguiu junto ao segurador público, capitalizadas ao valor presente a uma taxa fixa de 3% a.a.

OLIVEIRA, Francisco E. B. de; **BELTRÃO**, K. I.; **DAVID**, A. C. de A. **Previdência, poupança e crescimento econômico:** interações e perspectivas. Rio de Janeiro: IPEA, dez.1998. (Textos para Discussão, 607). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1998/td_0607.pdf>. Acesso em: ago.2009.

Resumo: Analisa as relações entre a previdência social, o nível de poupança agregada e o crescimento econômico, abrindo deste modo espaço para a reflexão sobre a reforma do sistema brasileiro de seguridade social. Procura demonstrar, ao longo do texto, que os mecanismos responsáveis pela formação da poupança privada são extremamente complexos e que a formulação de políticas com o objetivo de aumentar a poupança interna deveria atentar essencialmente para a redução do déficit público (aumento da poupança do governo) no qual a previdência social representa um papel considerável. Apesar de acreditarmos que uma reforma no sistema de seguridade possa vir a ter efeitos positivos sobre a poupança, especialmente no que se refere à criação de um ambiente favorável à sua expansão, ressalta que ela não é suficiente por si só para um aumento substancial da acumulação de capital, devendo ser acompanhada de um leque de mudanças no restante da economia.

OLIVEIRA, Francisco Eduardo B. de; **BELTRÃO**, K. I.; **FERREIRA**, Mônica Guerra. **Reforma da previdência**. Rio de Janeiro: IPEA, ago.1997. (Textos para Discussão, 508). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1997/td_0508.pdf>. Acesso em: ago.2009.

Resumo: The text presents a conceptual framework for a logical the discussion of the various issues. A diagnostic of the Brazilian social insurance (general and special systems) emphasizes the “symptoms” as well as the conjunctural, managerial and structural causes of the problems detected. General Social Insurance system future economic results for the period 1997/2030 are then derived from demographic projections and macro-economic scenarios. Social insurance reforms in other countries are briefly analyzed as input for the design of solutions for the problems presented. Finally, the government recent proposals for adjustment are discussed in their technical and political aspects.

OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto de; **BELTRÃO**, Kaizô Iwakami; **MARSILLAC**, Maria Tereza de. **Reforma da previdência: modelo de opções**. Rio de Janeiro: IPEA, set.1996. (Textos para Discussão, 436). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1996/td_0436.pdf>. Acesso em: ago.2009.

Resumo: Garantido um mínimo compulsório em termos de valor do seguro social público, o modelo de opções? prevê liberdade para que o segurado opte entre vários planos alternativos. Desde que cada um pague o custo integral de seu plano, estes podem ser bastante diversificados em termos de valores máximos de benefícios e condições de elegibilidade. A transição obedeceria aos princípios da opcionalidade e às expectativas de dever?, dentro de um critério de pro-rata. Assim, abandonar-se-ia a estratégia de desconstitucionalização, mantendo-se, com poucas alterações, o atual texto constitucional .

OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto de; **BELTRÃO**, Kaizô Iwakami. **Efeitos da nova Constituição e das propostas de nova legislação na Seguridade Social**. Rio de Janeiro: IPEA, ago.1989. (Textos para Discussão, 171). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1989/td_0171.pdf>. Acesso em: ago.2009.

Resumo: Objetiva aquilatar os efeitos econômicos da Nova Constituição e das propostas de legislação complementar elaboradas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social sobre a seguridade social, no período de 1989/2010, dado um conjunto de cenários quanto à política de salário mínimo e quanto ao crescimento do PIB.

PALMA, A. K. A Seguridade Social na Nafta. In: A SEGURIDADE Social e os processos de integração regional: Seminário Internacional. Brasília: MPAS; Cepal, 1996. p.23 a 34.

PINHEIRO, Vinícius C. Aspectos Sociais da Previdência no Brasil: o desafio de aumentar a cobertura. In: WORKSHOP Previdência, Assistência Social e Combate à Pobreza: transcrição das palestras e debates. Brasília: MPAS, 2000. Cap.4. (Coleção Previdência Social. Série Debates, v.3). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111355-374.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

PIZARRO, Jorge Matínez; **VILLA**, Miguel. Panorama sobre a migração internacional na América Latina e no Caribe. In: MIGRAÇÕES internacionais e a Previdência Social. Brasília: MPAS, SPS, CGEP, 2006. p. 109-136. (Coleção Previdência Social. Série debates, v. 25). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111404-830.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

PORTOCARRERO, H. A Previdência Social e o servidor público. In: A PREVIDÊNCIA social e a revisão constitucional: debates, volume II. Brasília: MPAS; Cepal, 1994. p.271-288.

PORTACARRERO, H. et al. Regimes complementares da Previdência. In: A PREVIDÊNCIA Social e a revisão constitucional: pesquisas, volume II. Brasília: MPAS; Cepal, 1993. p.267-352.

PREVIDÊNCIA no Serviço Público: Consolidação das Legislações Estaduais: 1ª parte: Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e Tocantins. Brasília: MPAS / SPS, 2001. 424p. (Coleção Previdência Social. Série Legislação, v.8). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111356-370.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Este volume da Coleção Previdência Social traz um produto inédito da cooperação técnica entre a União e os Estados sobre previdência dos servidores públicos – a Consolidação das Legislações Previdenciárias Estaduais. Nesta primeira parte foram contempladas as leis que regulamentam os regimes próprios de previdência dos Estados da Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Paraná,

Pernambuco, Rio de Janeiro e Tocantins. A publicação está sendo realizada como atividade do Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Estaduais de Previdência – PARSEP, executado em conjunto pelo Ministério da Previdência e Assistência Social e Ministério da Fazenda.

QUINTEROS, Mercedes Hoces. Portabilidade dos fundos previdenciários: uma nova alternativa para os trabalhadores emigrantes. In: MIGRAÇÕES internacionais e a Previdência Social. Brasília: MPAS, SPS, CGEP, 2006. p. 89-108. (Coleção Previdência Social. Série debates, v. 25). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111404-830.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

RABELO, Flávio Marcílio. **Regimes próprios de previdência:** modelo organizacional, legal e de gestão de investimentos. Brasília: MPAS/ SPS, 2001. 168p. (Coleção Previdência Social, v. 11). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111357-079.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Analisa, em profundidade e de forma crítica, a implementação e o funcionamento dos RPPs em alguns Estados da federação que recentemente empreenderam reformas em seus sistemas previdenciários funcionais. O estudo levanta questões bastante atuais em relação à constituição de novos RPPs tais como: regime de capitalização versus regime de repartição simples; personalidade jurídica da entidade gestora do regime próprio; o melhor modelo de governança; instituição de fundos financeiros e de fundos previdenciários; contribuição definida versus benefício definido, entre outras. Procura demonstrar que, no processo de implementação dos novos RPPs, diversas foram as soluções encontradas pelos Estados para adequarem o seu projeto de política previdenciária a um modelo institucional (no sentido amplo do termo) de regime próprio. Demonstra, ainda, que não há um modelo único de regime próprio a ser seguido, mas uma variedade de opções, exploradas aqui em todos os seus aspectos.

RAMOS, Daniela Peixoto. **A justiça distributiva liberal e a previdência social no Brasil.** Brasília: IPEA, 2003. (Textos para Discussão, 937). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=1896>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Analisa a Previdência Social brasileira como política destinada a

promover a justiça na distribuição dos recursos sociais. Aborda uma discussão teórica acerca da justiça social no pensamento filosófico liberal e uma investigação do impacto do subsistema da previdência social rural. Analisa a previdência rural por meio de uma comparação entre beneficiários e não beneficiários na Região Nordeste.

REFORMAS dos sistemas de pensão na América Latina: [Seminário Regional sobre reformas dos sistema de pensão na América Latina]. Brasília: MPAS, 2001. 136p. (Coleção Previdência Social, v.12). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111357-268.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

REUNIÃO especializada: técnicas atuariais e gestão financeira. Brasília: MPAS / SPS, 2001. 172p. (Coleção Previdência Social. Série Debates, v.10). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111356-872.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

REZENDE, F.; **COSTA**, L. O financiamento e os benefícios da Previdência Social. In: A PREVIDÊNCIA social e a revisão constitucional: debates, volume II. Brasília: MPAS; Cepal, 1994. p.243-270.

RIBEIRO, Ricardo Pena. **A demografia dos fundos de pensão.** Brasília: Ministério da Previdência, Secretaria de Políticas de Previdência Social, 2007. 292 p (Coleção Previdência Social. Série estudos, v.24). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111404-315.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Avalia os riscos demográficos e atuariais envolvidos na constituição da reserva matemática dos benefícios programados de aposentadoria dentro dos planos de benefício definido e de contribuição definida administrados por um fundo de pensão brasileiro. Trata-se, portanto, de uma aplicação micro-demográfica da análise dos efeitos da mudança nas variáveis demográficas, como mortalidade, entrada em invalidez, rotatividade e entrada de participantes nos planos previdenciários, sobre as reservas matemáticas de benefícios a conceder e já concedidos, necessárias para suportar o pagamento dos benefícios programados de aposentadoria de uma entidade fechada de previdência complementar. Uma

outra dimensão investigada no trabalho diz respeito às implicações demográficas e econômicas do processo de mudança de preferência dos planos de benefício definido para os planos de contribuição definida no âmbito dos fundos de pensão, focalizando os riscos envolvidos e as escolhas dos participantes e patrocinadores. A partir das metodologias da tábua de decremento simples e de múltiplos decrementos, o trabalho examinou os impactos das modificações das suposições das variáveis demográficas sobre a reserva matemática dos benefícios de aposentadoria e pensão. No exame dos resultados, a probabilidade de permanência anual do participante no plano de benefícios do fundo de pensão refletida, pela tábua de múltiplos decrementos, a exposição aos riscos de saída por vários decrementos que operam conjuntamente e competem entre si, representando custos dos benefícios programados de aposentadorias dos planos previdenciários para os fundos de pensão, em bases inferiores à tábua de decremento simples na qual os decrementos atuam de forma isolada. Por fim, o trabalho apresenta o fluxo atuarial para os planos de benefício definido e de contribuição definida administrados pelo fundo de pensão em análise nesta tese a partir das projeções populacionais e financeiras num horizonte de trinta anos, de modo a orientar as decisões de aplicação dos recursos, com vistas à redução dos riscos, para os participantes e a empresa patrocinadora, de eventuais déficits atuariais relativos aos descasamentos nos estoques e fluxos de recursos dos planos previdenciários.

RIOS, E. A Previdência Social e as implicações demográficas. In: A PREVIDÊNCIA social e a revisão constitucional: debates, volume II. Brasília: MPAS; Cepal, 1994. p.165-180.

ROBAYO, J. C. A Seguridade Social no pacto andino. In: A SEGURIDADE Social e os processos de integração regional: Seminário Internacional. Brasília: MPAS; Cepal, 1996. p.35-52.

ROCHA, Roberto de Rezende; **CAETANO**, Marcelo Abi-Ramia. **O sistema previdenciário brasileiro: uma avaliação de desempenho comparada**. Brasília: IPEA, 2008. (Textos para discussão, 1331). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=2900>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Estabelece várias comparações entre o sistema previdenciário brasileiro e os de outros países, tendo por base informações detalhadas sobre despesas previdenciárias e outros indicadores de desempenho, bem como sobre seus determinantes. Este exercício permite uma avaliação precisa do desempenho do sistema brasileiro e do desenho dos planos previdenciários.

ROMEO, H. C. Os processos de integração regional e o código ibero-americano de seguridade social. In: A SEGURIDADE Social e os processos de integração regional: Seminário Internacional. Brasília: MPAS; Cepal, 1996. p.63-96.

ROMERO, R. A situação do Uruguai. In: A SEGURIDADE Social e os processos de integração regional: Seminário Internacional. Brasília: MPAS; Cepal, 1996. p.138-147.

SALDAIN, Rodolfo. Migrações internacionais e proteção social: o caso uruguaio. In: MIGRAÇÕES internacionais e a Previdência Social. Brasília: MPAS, SPS, CGEP, 2006. p. 137-164. (Coleção Previdência Social. Série debates, v. 25). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111404-830.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

SCHWARZER, Helmut. **Paradigmas de previdência social rural: um panorama da experiência internacional**. Brasília: IPEA, 2000. (Textos para Discussão, 767). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=1407>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Relata a experiência internacional na expansão da cobertura da previdência social à força de trabalho rural. Constrói uma tipologia de sistemas previdenciários sociais rurais, que procura retratar os quatro paradigmas internacionalmente existentes. Um primeiro grupo é composto por países que utilizam o modelo universal básico, do tipo Beveridgeano. Nesse modelo, a população rural é incluída na proteção previdenciária por meio do direito a uma aposentadoria universal básica, resultante de um direito de cidadania abrangente. Um segundo grupo de países é formado por sistemas que, embora baseados nos princípios contributivos bismarckianos, discriminam positivamente a clientela rural no desenho das regras de contribuição e elegibilidade (modelo contributivo diferenciado). Nesse caso, portanto, ou o setor urbano subsidiará o setor rural, ou o Tesouro nacional do país cobre a vantagem atuarial oferecida ao segurado rural. No terceiro grupo, o modelo contributivo estrito, as regras de acesso, de contribuição e o leque de benefícios urbanos são transpostas aos grupos ocupacionais rurais de forma indistinta. Finalmente, o quarto grupo de países oferece alguma forma de cobertura ao setor rural por meio de benefícios assistenciais (modelo assistencial), baseados em critérios de focalização (como o teste de necessidade) e não em direitos universais básicos ou contributivos. Cada um desses grupos é ilustrado por diversos estudos de caso. Finalmente,

introduz o caso brasileiro na tipologia e conclui com algumas lições da experiência internacional que podem ser relevantes quando da discussão de uma reforma da previdência rural brasileira.

SEMINÁRIO Internacional Sistemas de Seguro Contra Acidentes do Trabalho nas Américas: transcrição das palestras e debates. Brasília: MPAS /SPS, 2000. 192p. (Coleção Previdência Social. Série Debates, v.5). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111355-881.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

SEMINÁRIO REFORMA DA PREVIDÊNCIA: O BRASIL E A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL, 2003, Brasília, DF. **Reforma da Previdência: o Brasil e a experiência internacional.** Brasília: MPS, 2005. 394 p. (Coleção Previdência Social. Série Debates, v. 22). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111403-693.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

SILVA, Fernando A. Rezende da; **SILVA**, Beatriz Azeredo da. **Fundos Sociais.** Rio de Janeiro: IPEA, jan.1986. (Textos para Discussão, 085). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1986/td_0085.pdf>. Acesso em: ago.2009.

Resumo: Analisa as transformações no padrão de financiamento do gasto público e de suas conseqüências. Examina alternativas de reforma dos mecanismos de financiamento dos programas sociais.

SIQUEIRA, Rozane Bezerra de. Efeitos do financiamento da Previdência Social e esquemas alternativos para reduzir a tributação da folha salarial dos trabalhadores de baixa renda. In: BASE de financiamento da Previdência Social: alternativas e perspectivas: contribuição de vários autores para o debate. Brasília: MPAS, 2003. p.229-246. (Coleção Previdência Social. Série estudos, v.19). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111400-183.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

SOARES, L. T. **Sistemas comparados de Seguridade Social na América Latina.** Rio de Janeiro: UERJ, Instituto de Medicina Social, 1994. 104p. (Série Estudos em

Saúde Coletiva, n. 79). Disponível em: <<http://www.ims.uerj.br/sesc/numeros/printed/pdf/SESC079.pdf>>. Acesso em: ago. 2009.

SOARES, Weber. A emigração internacional de brasileiros: componentes da questão migratória. In: MIGRAÇÕES internacionais e a Previdência Social. Brasília: MPAS, SPS, CGEP, 2006. p. 33-48. (Coleção Previdência Social. Série debates, v. 25). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111404-830.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

STEINMEYER, Heinz-Dietrich. Experiências européias com acordos internacionais de seguridade social. In: MIGRAÇÕES internacionais e a Previdência Social. Brasília: MPAS, SPS, CGEP, 2006. p. 67-88. (Coleção Previdência Social. Série debates, v. 25). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111404-830.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

TAFNER, Paulo; **GIAMBIAGI**, Fabio (Org.). **Previdência no Brasil: debates, dilemas e escolhas.** Rio de Janeiro: IPEA, 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/previdencianobrasil/Livro_Completo.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Quinze especialistas analisam as inadequações do sistema previdenciário brasileiro, propondo soluções viáveis para cada problema apontado. O livro traz reflexões teóricas, o histórico da previdência no Brasil, além de comparações com os modelos vigentes em outros países, sua evolução e os resultados obtidos a partir de diversas transformações experimentadas mundo afora. Propõe-se uma reforma gradual, com carência antes das primeiras mudanças de parâmetros, evitando uma corrida rumo à aposentadoria e preservando direitos adquiridos.

TAFNER, Paulo. **Simulando o desempenho do sistema previdenciário e seus efeitos sobre pobreza sob mudanças na regras de pensão e aposentadoria.** Rio de Janeiro: IPEA, 2007. (Textos para Discussão,1264). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=2775>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Realiza minucioso levantamento das regras de acesso e de fixação de valor de benefícios de 20 países da Europa, da América e da Ásia, comparando-as com as do sistema brasileiro. No caso das pensões por morte, verifica que no Brasil não há praticamente nenhuma condição de qualificação para o recebimento do

benefício, o que coloca seu sistema entre os mais generosos do mundo. Constatamos também que, dos países analisados, o Brasil é o que possui regras menos restritivas para a concessão de aposentadorias programadas. Entre os países analisados, todos definiram limite mínimo de idade e a maioria não diferencia a condição de acesso por sexo nem por categoria econômica. Após a comparação, realizou-se um exercício empírico de simulação da aplicação das regras específicas de cada país ao contingente populacional brasileiro, mostrando que em todos os casos haveria redução do número de beneficiados ou redução do valor do benefício ou ambos. Finalmente, foram utilizados os resultados da aplicação de um caso paradigmático em que não houvesse nenhuma exclusão do sistema e todo o ajuste fosse feito no valor do benefício. Com o volume de recursos poupados, simulou-se o impacto dessa mudança de regras em pobreza e desigualdade. Os resultados indicam redução dos níveis de pobreza entre crianças e jovens e estabilidade do nível de pobreza entre os segmentos beneficiários da previdência social.

TEIXEIRA, A. O conceito de seguridade social na Constituição de 1988. In: A PREVIDÊNCIA social e a revisão constitucional: debates, volume II. Brasília: MPAS; Cepal, 1994. p.33-62.

THOMPSON, Laurence. **Mais velha e mais sábia:** a economia dos sistemas previdenciários. Trad. Celso Barroso Leite. Brasília: MPAS/SPS, 2000. 160p. (Coleção Previdência Social. Série traduções, v.4). Disponível em: <<http://www.previdenciasocial.gov.br/conteudoDinamico.php?id=440>>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Aborda as questões críticas relativas ao debate sobre as reformas dos sistemas previdenciários e foi publicada inicialmente, em inglês, em 1998, pelo Instituto Urbano, sediado em Washington DC (EUA). Em razão da sua importância, a Secretaria de Previdência Social está publicando a sua tradução para o português, feita pelo Prof. Celso Barroso Leite, como parte da série Estudos da Coleção Previdência Social.

Palavras chave: Seguridade Social. Seguridade Social - Finanças. Países da OCDE - Seguridade Social. Sistemas Previdenciários. Previdência Social.

VARSANO, Ricardo. Financiamento do Regime Geral de Previdência Social no contexto do processo de reforma tributária em curso. In: BASE de financiamento da Previdência Social: alternativas e perspectivas: contribuição de vários autores para o debate. Brasília: MPAS, 2003. p.7-27. (Coleção Previdência Social. Série

estudos, v.19). Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_081014-111400-183.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

VARSANO, Ricardo. **Financiamento do regime geral de previdência social no contexto do processo de reforma tributária em curso.** Rio de Janeiro: IPEA, 2003. (Textos para Discussão, 959). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201008.jsp?ttCD_CHAVE=1935>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: A reforma dos sistemas previdenciários é um item importante da agenda internacional. No Brasil, uma reforma recente ajustou as regras de aposentadoria e os benefícios sem, contudo, atingir o equilíbrio entre despesa e financiamento. No caso do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), cujas fontes de financiamento são, essencialmente, contribuições sobre a folha de salários e sobre o faturamento, o déficit atual é da ordem de 1,3% do PIB. Neste trabalho, considera-se o financiamento do RGPS no contexto da reforma tributária e do ambiente econômico deste início de século. Discutem-se o processo de reforma tributária já em curso e as propostas referentes às contribuições sociais, que já começam a ser implementadas. Avalia-se a capacidade de arrecadação das contribuições sociais ante as necessidades do RGPS, concluindo que é praticamente impossível a substituição integral das contribuições sobre a folha de salários por qualquer outra forma de tributação desejável e coerente, com a direção até aqui imprimida à reforma tributária. Na seção final, sintetiza-se a proposta de financiamento do RGPS que emana das considerações contidas no trabalho.

VIANNA, M. L. T. W. Perspectivas da seguridade social nas economias centrais: subsídios para discutir a reforma brasileira. In: A PREVIDÊNCIA Social e a revisão constitucional: pesquisas, volume IV. Brasília: MPAS; Cepal, 1994. p.13-106.

3.4 PERIÓDICOS

ALÉM, Ana Cláudia de; **GIAMBIAGI**, Fabio. A despesa previdenciária no Brasil: evolução, diagnóstico e perspectivas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 19, n. 1, jan./mar. 1999. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pesquisar_all.asp?ano=1999&num=1&paper=1>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: This paper presents the evolution of the components related to the Social Security expenditures in Brazil. It is shown that between 1980 and 1990 the number of benefits maintained had a yearly growth rate of 4,8%. This rate was maintained between 1990 and 1996. This fact was explained by the combination of exceptionally negative impacts with some other specially favourable. In the first case, it is included the duplication, from 1,9 to 3,8 million of retired people in the rural areas, between 1991 and 1994, while in the second case the fall of more than 8% in the benefits excepted retirements and pensions during the current decade is the most outstanding phenomenon. Based on some hypotheses, some projections for the Social Security expenditures for the current and the next Government are made. It is concluded, based on some realistic parameters, that these expenditures should grow between 4,5 - more probably - and 5,5% by year, as an average, during the next years.

ALMEIDA, M. R. Compensação de contribuição. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 6, n. 8, p.17-18, ago. 1995.

ANFIP. Seguridade e desenvolvimento: um projeto para o Brasil. **Resumo**, Brasília, n.11, p. 105-160, jul./dez. 2002.

AROUCA, S. Seguridade Social sustenta gastos. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 6, n. 10, p.9, out. 1995.

BALERA, W.; **PULINO**, D. Da irredutibilidade do valor do benefício. **Previdência em Dados**, Brasília, v. 11, n. 1, p.5-16, jan. / jun. 1996.

BRANDÃO, Thiago B. As configurações da Seguridade Social do servidor público federal a partir da constituição de 1988: uma primeira aproximação. **SER social**, Brasília, n.20, p. 119-144, 2007.

Resumo: Analisa as categorias e indicadores sobre os direitos sociais do servidor público federal, grupo social que aqui é entendido como uma classe econômica, na acepção weberiana.

Palavras-chave: Seguridade social. Servidor público federal. Constituição (1988) - Brasil.

BRANDT, R. Desenvolvimento social, previdência e pobreza no Brasil. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 12, n.2, p.7-64, abr./jun. 2001. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_14_03.asp>. Acesso em: ago. 2009.

BRANDT, R. Reforma da Previdência em um ambiente democrático. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 12, n.2, p.65-118, abr./ jun. 2001. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_14_03.asp>. Acesso em: ago. 2009.

CAMPOS, R. O custo da demagogia. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 6, n. 10, p.7-8, out. 1995.

CARVALHO, J.A. M.; **MOREIRA**, M. M. Envelhecimento da população e aposentadoria por idade. **Previdência em Dados**, Brasília, v. 7, n. 4, p.27-39, out./dez 1992.

CASTRO, P. R. Tributação de fluxos previdenciários. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 6, n. 10, p.19-21, out. 1995.

CEDHIN, J. A Previdência Social revalidada II. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 13, n.1, p.7-54, jan./ mar. 2002. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_14_03.asp>. Acesso em: ago. 2009.

CEDHIN, J. O gerenciamento da dívida previdenciária. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 12, n.2, p.119-138, abr./ jun. 2001. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_14_03.asp>. Acesso em: ago. 2009.

CHIOCCHI, L. A. Fundo de pensão, a dignidade como excelente negócio. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 6, n. 8, p.15-16, ago. 1995.

COHN, A. O Sistema Único de Saúde: a síndrome da dualidade. **Revista USP**, São Paulo, n. 51, set./nov. 2001.

COUTINHO, Mauricio C. A previdência social em xeque: uma análise a partir da adequação dos mecanismos de financiamento. **Revista de Economia Política (REP)**, São Paulo, v. 6, n. 4, out./dez. 1986. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pesquisar_all.asp?ano=1986&num=4&paper=1>. Acesso em: ago. 2009.

COUTINHO, Mauricio C. Fundo previdenciário e impacto orçamentário no serviço público. **Revista do Serviço Público**, ano 50, n.1, p. 64-93, 1999. Disponível: <http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2709>. Acesso em set. 2009.

Resumo: Discute as características do regime previdenciário no serviço público e efetua uma simulação do custo orçamentário da transição, para o caso da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Já que a UNICAMP, em particular, e o serviço público, de modo geral, encontram-se na expectativa da transição de regime previdenciário, a simulação estima os custos de inclusão

dos servidores ativos em novas regras, mantidos como parâmetros a vinculação entre os vencimentos na atividade e na inatividade e a garantia orçamentária dos benefícios.

DALBOSCO, Eduardo. A imprevidência do informal. **SER social**, Brasília, n.11, p. 193-218, jul./dez. 2002.

FALEIROS, Vicente de Paula. Previdência Social: conflitos e consensos. **SER social**, Brasília, n.11, p. 29-74, jul./dez. 2002.

FALEIROS, Vicente de Paula. A questão da reforma da Previdência no Brasil. **SER social**, Brasília, n. 7, p. 97-116, jul./dez. 2000.

Resumo: Apresenta os resultados parciais das reformas da previdência social no Brasil a partir de 1995, demarcando esta reforma no contexto mais geral da reforma do Estado e no contexto do processo de globalização e de seu impacto nos Estados nacionais e nas políticas sociais.

FERNANDES, A. A verdade sobre a Previdência: INSS o lento genocídio. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 6, n. 8, p.43-44, ago. 1995.

FLORES, J. O. Para viabilizar a Previdência Social. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 6, n. 8, p.19-21, ago. 1995.

GARCIA, A. B.; **CONTE-GRAND**, A. As reformas e os sistemas de pensões na América Latina: crônica e reflexões. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 8, n. 4, p.115-142, out./dez. 1997. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_14_03.asp>. Acesso em: ago. 2009.

GIAMBIAGI, Fabio et al. Diagnóstico da Previdência Social no Brasil: o que foi feito e o que falta reformar. **Pesquisa e planejamento econômico: PPE**, Rio de

Janeiro, v.34, n.3, p.365-418, dez. 2004. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/issue/view/10>>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Em que pese o fato de que nos últimos anos o maior componente de déficit previdenciário nas contas do Governo Central esteve localizado no âmbito das contas do funcionalismo e observando a tendência de evolução dos dados, nota-se que é no INSS que se concentrou a maior fonte de aumento das despesas com aposentados e pensionistas. De fato, a despesa previdenciária do INSS aumentou de 2,5% do PIB em 1988 - ano de aprovação da então "Nova Constituição - para quase 5% do PIB em 1994 - quando foi lançado o Plano Real - e 7,3% do PIB estimados para 2004. As razões desse fenômeno estão ligadas à benevolência das regras de aposentadoria, ao impacto do aumento real do salário mínimo e ao baixo crescimento da economia. Modificar essa tendência requer mudar a Constituição, com destaque para a necessidade de: a) estabelecer uma idade mínima para aposentadoria; b) rever a regra diferenciada que favorece as mulheres; e c) eliminar a vinculação entre o salário mínimo e o piso previdenciário. O trabalho apresenta um diagnóstico do desequilíbrio previdenciário no Brasil, sugere um conjunto de propostas para atacar o problema e estima a evolução da despesa do INSS em diferentes situações.

GIAMBIAGI, Fabio et al. Impacto de reformas paramétricas na previdência social brasileira: simulações alternativas. **Pesquisa e planejamento econômico: PPE**, Rio de Janeiro, v.37, n.2, p.175-219, ago. 2007. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/issue/view/113>>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Simula os efeitos de reformas previdenciárias paramétricas na Previdência Social e os resultados mais importantes são: a) o valor presente da dívida atuarial é equivalente a 2 PIBs de 2005, no cenário básico; (b) a interrupção do crescimento real do piso previdenciário, a partir de 2011 reduziria a dívida atuarial; (c) mudanças paramétricas poderiam reduzir a dívida atuarial para cerca de 40% a 60% dos níveis atuais; (d) as medidas de maior impacto seriam a adoção da idade mínima de 67 anos para a aposentadoria dos novos trabalhadores, bem como o aumento gradual para 64 anos, para os atuais trabalhadores, (e) o aumento da idade mínima para a concessão do LOAS para 70 anos e a redução de 25% no valor deste benefício.

GRUAT, Jean-Victor. Modus operandi das reformas dos sistemas previdenciários. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 8, n. 4, p.143-152, out./dez. 1997. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_14_03.asp>. Acesso em: ago. 2009.

HEMMING, R. As pensões públicas devem ser capitalizadas? **Conjuntura Social**, Brasília, v. 10, n. 4, p.68-98, out./dez. 1999. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_14_03.asp>. Acesso em: ago. 2009.

HIRANO, Sedi; **REDKO**, Cristina Pozzi; **FERRAZ**, Vera Regina Toledo. A cidadania do trabalhador acidentado: (re)conhecimento do direito aos direitos sociais. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 2, n. 1, 1. sem.1990. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/index.php/edicoes-antiores/28-volume-2-numero-1->>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Descoberta da cidadania, reconhecimento ao direito, dificuldade de acesso aos direitos sociais, sindicatos como meio de garantir tais direitos, como espaço de articulação, organização e regulação da luta pelos direitos sociais.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Políticas sociais: focalização ou universalização?. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 4, out./dez. 2006. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pesquisar_all.asp?ano=2006&num=4&paper=1>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Social policy: Targeting or Universalism? Public debate on social policies in Brazil has focused on the choice between targeted and universal programs. The article argues that the choice is unclear and misleading unless a previous decision is taken concerning principles of social justice. After distinguishing three different connotations of targeting (as residualism, conditionality or retification) and noting that universal programs may be compatible with minimalist social policy, the article goes on to make explicit a number of neglected options.

LOPES, O. B. Reforma da Previdência Social - projeto de Lei nº 1.527 -c, de 1000 -1--27 - A constitucionalidade do fator previdenciário. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 10, n. 4, p.171-178, out./dez. 1999. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_14_03.asp>. Acesso em: ago. 2009.

MARQUES, Rosa Maria. A previdência social no governo Lula - os desafios de um governo democrático e popular. **SER social**, Brasília, n.11, p. 9-28, jul./dez. 2002.

MARQUES, Rosa Maria. As tarefas e os desafios de um governo democrático e popular em matéria de Previdência Social. **Revista SEBRAE**, Brasília, n.10, p.127-131, ago./set. 2003.

MARQUES, Rosa Maria. Verdades e mentiras. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 6, n. 10, p.39-40, out. 1995.

MARQUES, Rosa Maria; **BATICH**, M. Os impactos da evolução recente do mercado de trabalho no financiamento da Previdência Social. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 10, n. 4, p.122-136, out./dez. 1999. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_14_03.asp>. Acesso em: ago. 2009.

MARQUES, Rosa Maria; **BATICH**, Mariana; **MENDES**, Áquilas. Previdência social brasileira: um balanço da reforma. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.17, n. 1, p.111-121, jan./mar. 2003. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v17n01/v17n01_10.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Faz uma análise exploratória do impacto da reforma na previdência social brasileira. Apesar de recente, esperava-se retração na demanda de benefícios, especialmente a de aposentadoria. Contudo, a evolução dos benefícios aponta para resultados não conclusivos, pois ainda se faz sentir a incerteza do período anterior. Resgata, ainda, o significado da seguridade social na Constituição de 1988 e explora o contexto internacional e da América Latina.

MARQUES, Rosa Maria; **EUZEBY**, A. Um regime único de aposentadoria no Brasil: pontos para reflexão. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p.11-29, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/neco/v15n3/v15n3a01.pdf>>. Acesso em: ago. 2009.

MARQUES, Rosa Maria; **MEDICI**, A. C. Previdência: receitas para engolir o sapo. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 6, n. 8, p.9-10, ago. 1995.

MARQUES, Rosa Maria; **MENDES**, Áquilas. O Governo Lula e a Contra-

Reforma Previdenciária. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.18, n. 3, p.3-15, jul./set. 2004. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v18n03/v18n03_01.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: A reforma previdenciária, proposta pelo governo Lula e aprovada pelo Congresso Nacional, constitui mais um passo decisivo na destruição do Estado iniciada no governo Collor. Destacar o impacto e os verdadeiros interesses do governo Lula no tocante à reforma, ou melhor, à contrarreforma previdenciária.

MATIJASCIC, Miko. Financiamento, crise e reforma da Previdência nos anos 1990 e 2000: do consenso ao dissenso. **SER social**, Brasília, n.11, p. 161-192, jul./dez. 2002.

MESA, A. A. de; **BERTRANOU**, F. Aprendendo com as reformas previdenciárias: os exemplos do Chile e da Argentina. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 8, n. 4, p.89-114, out./dez. 1997. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_14_03.asp>. Acesso em: ago. 2009.

MESA-LAGO, C. Análise comparativa da reforma estrutural do sistema previdenciário realizados em oito países latino-americanos: descrição, avaliação e lições. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 8, n. 4, p. 7-64, out./ dez. 1997. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_14_03.asp>. Acesso em: ago. 2009.

MILITÃO, Maria Nadir de Sales do Amaral. Aposentadorias do setor público e aposentadorias do setor privado no Brasil: uma análise das mudanças. **SER social**, Brasília, n.20, p. 85-118, 2007.

Resumo: Analisa a aproximação dos regimes de aposentadorias públicas com o regime das aposentadorias do setor privado e das consequências do projeto de lei do governo para a aposentadoria complementar dos servidores públicos federais.

MIRANDA, Rogério Boueri. Três modelos teóricos para a previdência social **Pesquisa e planejamento econômico: PPE**, Rio de Janeiro, v.27, n.3, p.611-

640, dez. 1997. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/issue/view/73>>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Examina as implicações econômicas da previdência social no contexto do modelo de gerações superpostas (OLG) e as exemplifica mediante simulações. Para tanto, utiliza três versões desses modelos, as quais se diferenciam pela maneira como cada uma incorpora a demanda por capital dos agentes. Os resultados obtidos evidenciam a grande influência que as diversas especificações da demanda por capital dos agentes exercem sobre a acumulação de capital e sobre a existência da equivalência ricardiana.

MITCHELL, O. S. Questões sobre administração e planejamento da previdência do setor público com ênfase especial no Brasil. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 13, n.1, p.76-150, jan./ mar. 2002. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_14_03.asp>. Acesso em: ago. 2009.

MONTORO, A. F. Descentralização da Previdência. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 6, n. 8, p.7-8, ago. 1995.

MORAES, M. V. E. de. Reforma da Previdência. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 6, n. 8, p.29 e 40, ago. 1995.

MORAES, M. V. E. de. A Seguridade Social na América ao término do século XX: a qualidade da gestão na administração da Previdência. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 8, n. 4, p.65-70, out./dez. 1997. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_14_03.asp>. Acesso em: ago. 2009.

NASSUNO, Marianne. Reforma da previdência e graus de solidariedade. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 23, n. 2, abr./jun. 2003. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pesquisar_all.asp?ano=2003&num=2&paper=1>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: The paper briefly presents Pierre Rosanvallon's analysis of the Welfare

State Crisis in order to shed some light to the present debate about the Brazilian Social Security Reform. In special the concept of justice and the social cohesion embedded in some measures proposed to bring long term financial equilibrium to the system are discussed.

OLIVEIRA, F. E. B.; **BELTRÃO**, K. I. A reforma da Previdência: repensando o modelo de desenvolvimento nacional. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 6, n. 8, p.23-26, ago. 1995.

OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto de; **BELTRÃO**, Kaizô Iwakami; **PASINATO**, Maria Tereza de Marsillac. Proteção social e equidade: uma proposta para o seguro social. **Pesquisa e planejamento econômico: PPE**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.340-370, ago. 1998. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/issue/view/70>>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Propõe a adoção de um modelo de seguro (previdência) social atuarialmente equilibrado, socialmente justo e compatível com a necessidade de redução do déficit público. Para isso, o novo desenho obedeceria a uma única e simples regra: equilíbrio atuarial individual a priori, ou seja, a garantia para cada cidadão ao entrar no mercado de trabalho da equivalência entre o valor presente esperado das contribuições e o valor presente esperado dos benefícios. Desde que cada um pague o custo integral de seu plano, estes podem ser bastante diversificados em termos de valores máximos de benefícios e condições de elegibilidade.

ORNÉLAS, W.; **VIEIRA**, S. P. Novo rumo para a previdência brasileira. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 10, n. 4, p.7-25, out./dez. 1999. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_14_03.asp>. Acesso em: ago. 2009.

PASTORE, J. Como simplificar os encargos sociais. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 6, n. 8, p.13-14, ago. 1995.

PINEIRO, V. C.; **ARRUDA**, G. A. Aspectos constitucionais do fator previdenciário. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 10, n. 4, p.167-170, out./dez. 1999. Disponível em:

<http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_14_03.asp>. Acesso em: ago. 2009.

PINEIRO, V. C.; **VIEIRA**, S. P. Reforma da Previdência no Brasil: a nova regra de cálculo dos benefícios. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 10, n. 4, p.51-67, out./dez. 1999. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_14_03.asp>. Acesso em: ago. 2009.

RAMOS, O. Proposta decente. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 6, n. 8, p.27-28, ago. 1995.

SANTOS, Carolina Cássia Batista dos et al. Previdência Social: uma discussão sobre seu impacto no desenvolvimento dos pequenos municípios brasileiros - o caso de Macururé - Bahia. **SER social**, Brasília, n.11, p. 219-242, jul./dez. 2002.

SAVOIA, J. R. F.; **RABBAT**, M.; **LOVISOTTO**, F. Tributação das entidades fechadas da previdência complementar. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 13, n.1, p.61-72, jan./ mar. 2002. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_14_03.asp>. Acesso em: ago. 2009.

SCHWARZER, H. Perfis da remuneração média do trabalho por idade, posição na ocupação, gênero e escolaridade no Brasil, 1977, e sua relação com a regra de cálculo do salário de benefício no regime geral da Previdência Social. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 10, n. 4, p.101-121, out./dez. 1999. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_14_03.asp>. Acesso em: ago. 2009.

SILVA, Ademir Alves da. A Reforma da Previdência Social Brasileira: entre o direito social e o mercado. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.18, n. 3, p.16-32, jul./set. 2004. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v18n03/v18n03_02.pdf>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Trata da gestão do sistema previdenciário brasileiro, identificando as posições em confronto, em dois períodos: o imediatamente posterior à reforma de 1998, do governo FHC, e o do primeiro ano do governo Lula.

SIMON, P. Previdência e terceira idade. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 6, n. 10, p.5-6, out. 1995.

SÍNTESE da exposição de motivos da Lei nº 9.876/99. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 10, n. 4, p.27-50, out./dez. 1999. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_14_03.asp>. Acesso em: ago. 2009.

STEPLANES, R. Previdência complementar: o lado esquerdo da reforma. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 6, n. 8, p.5-6, ago. 1995.

TAPIA, Jorge R. B.; **GOMES**, Eduardo R. Idéias, interesses e mudanças institucionais. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 20, n. 1, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/tempo-social/site/index.php/edicoes-antiores/20-volume-20-numero-1->>. Acesso em: ago. 2009.

Resumo: Discute as relações entre instituições, interesses e idéias, tendo como referência empírica as experiências de concertação social na Europa e as reformas da previdência social na América Latina dos anos de 1990. Reconhece que o debate atual sobre essas reformas tem incorporado a importância da dimensão cognitiva dos processos políticos na tentativa de construir abordagens mais complexas e adequadas sobre os fenômenos em pauta, diferentemente das análises anteriores com essa preocupação. Argumenta que a ênfase dada ao papel das idéias até agora ainda não parece ser suficiente para explicar a natureza e a difusão dos processos de reformas econômicas e sociais, sua legitimidade ou sustentação política. É preciso que o processo de adoção das idéias produza resultados avaliados positivamente, oferecendo respostas, mesmo que não consensuais, para questões consideradas centrais na agenda pública. Além disso, há um complexo processo de aprendizado e de mimicking no âmbito das políticas sociais que permite elucidar alguns dos seus intrincados desdobramentos, fazendo com que estes elementos não possam ser desconsiderados, inclusive porque talvez permitam adicionar novas dimensões às abordagens das reformas econômicas e sociais inspiradas nas instituições ou na competição política.

UTHOFF, A. Reforma dos sistemas de benefícios na América Latina. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 8, n. 4, p.71-88, out./dez. 1997. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_14_03.asp>. Acesso em: ago. 2009.

VIANNA, Maria Lúcia W. Que reforma? O sistema brasileiro de proteção social, entre a previdência e a seguridade. **SER social**, Brasília, n.11, p. 75-104, jul./dez. 2002.

WALD, A. A imunidade dos fundos de pensão e o mercado de capitais. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 6, n. 10, p.43-48, out. 1995.

WILLIAMS, D. Fora da Seguridade Social? Os trabalhadores autônomos: previdência social para aqueles que proveem sua própria ocupação. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 10, n. 4, p.137-165, out./dez. 1999. Disponível em: <http://www1.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_14_03.asp>. Acesso em: ago. 2009.

ÍNDICE

RAMO 1 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

1.1 EIXO CONTROLE SOCIAL

1.1.1 Livros e Coletâneas

III ORÇAMENTO, financiamento e controle social; 1.1.1
 A PARTICIPAÇÃO popular nos conselhos de gestão; 1.1.1
 ALBUQUERQUE, Maria do Carmo; 1.1.1
 ARREGUI, Carola Carbajal; 1.1.1
 PAZ, Rosangela; 1.1.1
 POLÍTICA de Assistência Social; 1.1.1
 RAICHELI, Raquel; 1.1.1
 SILVA, Márcia Santos da; 1.1.1
 TATAGIBA, Luciana; 1.1.1
 TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves; 1.1.1

1.1.2 Periódicos

ABREU, Marina Maciel; 1.1.2
 BARBOSA, Carmem Ferreira; 1.1.2
 BATISTA, Alfredo; 1.1.2
 BATTINI, Odária; 1.1.2
 BIDARRA, Zelimar Soares; 1.1.2
 BITTAR Mariluce; 1.1.2
 BULLA, Leonia Capaverde ; 1.1.2
 CABRAL, Eloisa Helena de Souza; 1.1.2
 CAMPOS, Edval Bernardino; 1.1.2
 CAMPOS, Eliane Christine Santos de; 1.1.2
 CARA, Eliane da Silva; 1.1.2
 COLIN, Denise Ratmann A; 1.1.2
 CORREIA, Maria Valeria Costa; 1.1.2
 DAVI, Jordeana ; 1.1.2
 FERRAZ, Ana Targina Rodrigues; 1.1.2
 FOWLER, Marcos; 1.1.2
 GOHN, Maria da Glória; 1.1.2
 JOVCHELOVITCH, Marlova; 1.1.2
 LEAL, Maria Laci Moura ; 1.1.2
 MACHADO, Simone Cristina Vieira ; 1.1.2
 MARTINIANO, Cláudia Santos; 1.1.2
 MAZZALI, Leonel; ; 1.1.2
 MEDEIROS, Mara Rosange Acosta ; 1.1.2
 NOGUEIRA, Vandevaldo ; 1.1.2

OLIVEIRA, Heloisa Maria José de; 1.1.2
 PINHEIRO, Márcia Maria Biondi. ; 1.1.2
 RIZOTTI, Maria Luiza Amaral; 1.1.2
 SATO, A. K.; 1.1.2
 SILVA, Sheyla Suely de Souza; 1.1.2
 SILVA, Vini Rabassa da; 1.1.2
 SOUZA, Maria Inês Bravo; 1.1.2
 SOUZA, Rodriane de Oliveira; 1.1.2
 TAPAJÓS, Luziele Maria; 1.1.2
 THEODORO, M.; 1.1.2

1.2 EIXO FINANCIAMENTO

1.2.1 Anais de eventos

ABREU, Aline Cavalcanti de; 1.2.1
 ANGIONI, Marilda; 1.2.1
 ARANHA, Tatyane de Camargo; 1.2.1
 BEHRING, Elaine Rossetti; 1.2.1
 BIASI, Léa Maria Ferraro; 1.2.1
 BOSCHETTI, Ivanete; 1.2.1
 BOSCHETTI-FERREIRA, Ivanete; 1.2.1
 BRAZ, Mariana Cavalcanti Sousa; 1.2.1
 CONCEIÇÃO, Tainá Souza; 1.2.1
 CRUZ, Fabiana F. da; 1.2.1
 DANTAS, Maria Francisca Máximo; 1.2.1
 DAVI, Jordeana; 1.2.1
 DIAS, Adriane Tomazelli; 1.2.1
 ESTEVES, Gecilda; 1.2.1
 JUNGER, Elaine; 1.2.1
 LADEIRA, Sílvia Cristina Guimarães; 1.2.1
 LANZETTI, Maria José Sousa; 1.2.1
 MARTINS, Valdete de Barros; 1.2.1
 NASCIMENTO, Jucileide F. do ; 1.2.1
 NASCIMENTO, Juliana Maria do; 1.2.1
 PELUSO, Tereza Maria Pauliqui ; 1.2.1
 PEREIRA, Jordeana Davi; 1.2.1
 SANTOS, Maria Aparecida Nunes dos; 1.2.1
 TEIXEIRA, Sandra Oliveira; 1.2.1

1.2.2 Dissertações e Teses

CORDEIRO, J. Lucas; 1.2.2
 FERREIRA, Ivanete S. B ; 1.2.2
 MENDONÇA, Neusa Maria de Paula; 1.2.2

PACHECO, Joselito da Silva; 1.2.2
 PAIVA, Beatriz Augusto; 1.2.2
 PEREIRA, Jordeana Davi; 1.2.2
 SALVADOR, Evilário Salvador; 1.2.2
 SCATENA, Rosmeire; 1.2.2
 SILVA, Lucília Carvalho da; 1.2.2
 TAVARES, Gisele de Cássia; 1.2.2

1.2.3 Livros e coletâneas

BEHRING, Elaine. R; 1.2.3
 BOSCHETTI, Ivanete; 1.2.3
 CARDOSO, Priscila; 1.2.3
 CARVALHO JUNIOR, Pedro Humberto Bruno de; 1.2.3
 CASTRO, Jorge Abraão de; 1.2.3
 CUNHA, Rosani E; 1.2.3
 DIAS, Adriane T ; 1.2.3
 FAGNANI, Eduardo; 1.2.3
 FERNANDES, Maria Alice da Cunha; 1.2.3
 FERREIRA, Maria de Fátima Azevedo; 1.2.3
 INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS; 1.2.3
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; 1.2.3
 MENEZES, Francisco; 1.2.3
 OLIVEIRA, Francisco de; 1.2.3
 ROCHA, Paulo Eduardo; 1.2.3
 ROCHA, Paulo; 1.2.3
 RODRIGUEZ, Maria Lelia O. F; 1.2.3
 SALVADOR, Evilário; 1.2.3
 SANTARELLI, Mariana; 1.2.3
 SILVA, Beatriz Azeredo da; 1.2.3
 SILVA, Enid Rocha Andrade da; 1.2.3
 SILVA, Fernando A. Rezenda da; 1.2.3
 SPOSATI, Aldaiza; 1.2.3
 TEIXEIRA, Sandra O ; 1.2.3
 ZACKSESKI, Nelson; 1.2.3

1.2.4 Periódicos

BATTINI, Odária; 1.2.4
 BOSCHETTI, Ivanete; 1.2.4
 COLIN, Denise R. A; 1.2.4
 CORDEIRO, José Lucas; 1.2.4
 CUNHA, Rosani E. da; 1.2.4
 DIAS, Adriane T ; 1.2.4
 FERREIRA, Maria de Fátima A; 1.2.4
 FOWLER, Marcos; 1.2.4
 PAIVA, Beatriz A; 1.2.4
 PEREIRA, Ana Maria W. do V; 1.2.4

PINHEIRO, Lessí Inês Farias; 1.2.4
 RIZOTTI, Maria Luiza Amaral; 1.2.4
 ROCHA, Paulo Eduardo; 1.2.4
 SALVADOR, Evilário; 1.2.4
 SILVA, Ademir A. da; 1.2.4
 TEIXEIRA, Sandra O ; 1.2.4

1.3 EIXO GESTÃO DA POLÍTICA

1.3.1 Anais de eventos

ABREU, Maria Helena Elpidio; 1.3.1
 ABREU, Marina Maciel; 1.3.1
 ALBUQUERQUE, Simone Aparecida; 1.3.1
 ALVES, Adriana Amaral Ferreira; 1.3.1
 ALVES, Gláucia Leles; 1.3.1
 ARANHA, Tatyane de Camargo; 1.3.1
 ARAÚJO, Ana Quércia Pereira de; 1.3.1
 ARAÚJO, Cleonice Correia de; 1.3.1
 AZEREDO, Maria Isabela Sarment de; 1.3.1
 BARILI, Heloisa; 1.3.1
 BATTINI, Odaria; 1.3.1
 BAURER, Egli Muniz; 1.3.1
 BEZERRA, Clara Angélica de A.S; 1.3.1
 BIASE, Léa Maria Ferraro; 1.3.1
 BONIFÁCIO, Jakeline Gonçalves; 1.3.1
 BRANDÃO, Adalberto de Oliveira; 1.3.1
 BRAZ, Mariana Cavalcanti Sousa; 1.3.1
 CAMARGOS, Priscila de Assis; 1.3.1
 CAMPOS, Edval Bernardino; 1.3.1
 CAMPOS, Naara de Lima; 1.3.1
 CARDOSO, Luzia Magalhães; 1.3.1
 CARLOTO, Cássia Maria; 1.3.1
 CARVALHO, Anailza Perini de; 1.3.1
 CARVALHO, Annie Vieira; 1.3.1
 CARVALHO, Bruna Layanne Sousa; 1.3.1
 CARVALHO, Lucília; 1.3.1
 CARVALHO, Maria Angelina Baía de; 1.3.1
 CASTRO, Alba Tereza Barroso de; 1.3.1
 CIRILO, Joziane Ferreira; 1.3.1
 CONSTANTINO, José Albuquerque; 1.3.1
 CUNHA, Anna Luiza Lorenz; 1.3.1
 CUNHA, Eleonora Schettini Martins; 1.3.1
 DAVI, Jordeana; 1.3.1
 DIAS, Adriane Tomazelli; 1.3.1
 DUTRA, Daniele de Cássia Ferreira; 1.3.1
 EIRA, Alexandra Aparecida Seabra; 1.3.1
 FALEIROS, Vicente de Paula; 1.3.1
 FERREIRA, Aline Silveira;
 FERREIRA, Ivanete Boschetti; 1.3.1
 FERREIRA, Joyce Pires; 1.3.1
 FERREIRA, Maria José Ferreira; 1.3.1
 FONSECA, Tatiana Maria Araujo da; 1.3.1
 FONTENELE, Iolanda Carvalho; 1.3.1
 FREIRE, Sheyla Paiter; 1.3.1
 FREIRE, Therezinha Falcão; 1.3.1
 FREITAS, L. O; 1.3.1
 FREITAS, Raquel Lino de.
 FREITAS, Raquel Sabará de; 1.3.1
 FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; 1.3.1
 GALIZIA, Silvana; 1.3.1
 GARCIA, Joana; 1.3.1
 GÓIS, João Bosco Hora; 1.3.1
 GOMES, A. L; 1.3.1
 GOMES, Marli da Silva; 1.3.1
 GOMES, Rigléia Ribeiro; 1.3.1
 GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos; 1.3.1
 GONÇALVES, Natália Pereira; 1.3.1
 GUIMARÃES, Chistiane Passos; 1.3.1
 GUIMARÃES, Gleny T; 1.3.1
 GUSMÃO, Rute; 1.3.1
 HACKBART, Patricia dos; 1.3.1
 HEIDEMANN, Andréa; 1.3.1
 HEIN, Esther L. Lemos; 1.3.1
 JESUS, Andréa Cristina Santos de; 1.3.1
 LEITE, Izildo Corrêa; 1.3.1
 LIGABERE, Helena de Paiva; 1.3.1
 LIMA, Ângela Maria de Lourdes Dayrell de; 1.3.1
 LIMA, Cláudia Gonçalves; 1.3.1
 LIMA, Maria Helena; 1.3.1
 LOPES, Daniele Bens Lahorgue; 1.3.1
 LOPES, Josefa Batista; 1.3.1
 LOPES, Paulo de Tarso; 1.3.1
 LOVATI, Tatiana Benevides; 1.3.1
 LUZ, Luziene Aparecida da; 1.3.1
 MACHADO, Mariana de Sousa; 1.3.1
 MACIEL, Heloisa Maciel; 1.3.1
 MACIEL, Carlos Alberto Batista; 1.3.1
 MAIA, Mônica de Castro; 1.3.1
 MAIA, Mônica de Castro; 1.3.1
 MAIA, Rosemere Santos. 1.3.1
 MARTINELLI, Rosana; 1.3.1
 MATOS, Maurílio Castro de.; 1.3.1
 MATSUBARA, Marilda; 1.3.1
 MEDEIROS, Mara Rosange Acosta de; 1.3.1
 MEDEIROS, Quezia Arcoverde; 1.3.1
 MELO, Maria de Fátima do Nascimento; 1.3.1
 MESQUITA, Heloisa; 1.3.1
 MIRANDA, Fábria Jaqueline da Silva; 1.3.1
 MONNRAT, Giselle Lavinias; 1.3.1
 MORAES, Andréia; 1.3.1
 MORAIS, Viviane Lopes de; 1.3.1
 MOURA, Miriam P; 1.3.1
 MUNIZ, Egli; 1.3.1
 NASCIMENTO, Jucileide Ferreira do; 1.3.1

NASCIMENTO, Juliana Maria do; 1.3.1
 OLIVEIRA, Heloisa; 1.3.1
 OLIVEIRA, Hilda Corrêa de; 1.3.1
 OLIVEIRA, Iris Maria; 1.3.1
 OLIVEIRA, Janaine Voltoline de; 1.3.1
 OLIVEIRA, Livia Maria do; 1.3.1
 OLIVEIRA, Livia Pinto de; 1.3.1
 OLIVEIRA, Luciana Batista de; 1.3.1
 OLIVEIRA, Maria Norma de; 1.3.1
 PAIVA, Beatriz Augusto de; 1.3.1
 PAIXÃO, A. L.; 1.3.1.
 PASTORINI, Alejandra; 1.3.1
 PAURA, Simone Gigilo; 1.3.1
 PEREIRA, Jordeana Davi; 1.3.1
 PEREIRA, Josenilde Oliveira; 1.3.1
 PEREIRA, Marcelo Sitcovsky Santos; 1.3.1
 PEREIRA, Rosemary Medeiros; 1.3.1
 PEREIRA, Viviane Mesquita; 1.3.1
 PINHEIRO, Marcia Bionde; 1.3.1
 PIRES, Maria Izabel Scheidt; 1.3.1
 POMPEI, David Augusto; 1.3.1
 PORTO, Maria Célia da; 1.3.1
 QUEIROZ, Imar Domingos;
 REIS, Kélem Roberta Rosário
 RIBEIRO, Alessandra Florido da Silva; 1.3.1
 RIBEIRO, Carla Andréa; 1.3.1
 ROCHA, C. B.; 1.3.1
 ROCHA, Janne Alves; 1.3.1
 ROCHA, Mirtes Andrade G. A. da; 1.3.1
 ROCHA, Sheila Nadirra Rodrigues; 1.3.1
 RODRIGUES, Maria Aurenice Mendes Frazão; 1.3.1
 ROSSETI, M. B.; 1.3.1
 RUSSO, Gláucia Helena Araújo; 1.3.1
 SANTOS, A. C.R.; 1.3.1
 SANTOS, Deusa Maria dos; 1.3.1
 SANTOS, Georgina Q; 1.3.1
 SANTOS, Josiane Soares; 1.3.1
 SANTOS, Lucinete Silva; 1.3.1
 SANTOS, Maria Letícia Amaral B; 1.3.1
 SANTOS, Simone Maria dos; 1.3.1
 SANTOS, Simone Ritta dos; 1.3.1
 SCHEFFER, Silvanira Lisboa; 1.3.1
 SCHIMITT, Erica Lidia; 1.3.1
 SCHONS, Selma Maria; 1.3.1
 SCHOTTZ, Vanessa Rodrigues.
 SENNA, Monica de Castro Maia; 1.3.1
 SILVA, Ademir Alves da; 1.3.1
 SILVA, Carla Letícia Pinho Gomes Oliveira da; 1.3.1
 SILVA, Claudia Neves da; 1.3.1
 SILVA, Heloisa Helena Correa da; 1.3.1
 SILVA, Jacqueline Oliveira; 1.3.1
 SILVA, Jeane Andréa Ferraz; 1.3.1
 SILVA, Maria Isabel Dantas da; 1.3.1

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; 1.3.1
 SILVA, Neimy Batista da; 1.3.1
 SILVA, Nilson Euclides da; 1.3.1
 SILVA, Priscila de Pinto da; 1.3.1
 SILVA, R. R.; 1.3.1
 SILVA, Robson Roberto da; 1.3.1
 SILVA, Sheyla Suely de Souza; 1.3.1
 SILVA, Sonia Garcia; 1.3.1
 SILVA, Vini Rabassa da; 1.3.1
 SILVEIRA, Irma Martins Moroni da; 1.3.1
 SOARES, Rita de Cássia Murta Rocha; 1.3.1
 SOUBHIA, Ana Paula Cardia; 1.3.1
 SOUSA, Alcinélia Moreira de; 1.3.1
 SOUZA, Ana Claudia da Silva; 1.3.1
 SOUZA, Kátia Maria Araujo; 1.3.1
 SOUZA, Maria de Fátima; 1.3.1
 SOUZA, Perci Coelho de; 1.3.1
 SPOSATI, Adaiza; 1.3.1
 TAPAJÓS, Luziele Maria; 1.3.1
 TAVARES, Maria Augusta; 1.3.1
 TEIXEIRA, S.O.; 1.3.1
 VASCONCELOS, Ana Claudia Targino de; 1.3.1
 VASCONCELOS, Angela Magalhães; 1.3.1
 VELASCO, E. G.; 1.3.1
 VENDRUSCOLO, T.S.; 1.3.1
 VIANA, Maria Jose de Faria; 1.3.1
 VIEIRA, Maria do Socorro; 1.3.1
 YAAKOUB, Melissa Cavalcanti; 1.3.1

1.3.2 Dissertações e teses

ANGIONI, Marilda; 1.3.2
 BARROS, Júlio da Costa; 1.3.2
 BELGINI, Paula; 1.3.2
 BIDARRA, Zelimar Soares; 1.3.2
 BRITO, Maria Argenice de Sousa; 1.3.2
 CEZNE, Andrea Nárriman; 1.3.2
 CHIACHIO, Neiri Bruno; 1.3.2
 CHIECHELSKI, Paulo Cesar Santos; 1.3.2
 DEGENSZAJN, Raquel Raichelis; 1.3.2
 FERREIRA, Ana Maria; 1.3.2
 FIALHO, Paula Juliana Foltran; 1.3.2
 JUSTO, Carolina Raquel Duarte de Mello; 1.3.2
 KRAEMER, Luciane; 1.3.2
 MACHADO, Rebel Zambrano; 1.3.2
 MARQUES, Carlos Gustavo Moimaz; 1.3.2
 MONFREDINI, Maria Isabel; 1.3.2
 MOREIRA, Nadia Xavier; 1.3.2
 OLIVEIRA, Edna Alves de; 1.3.2
 OLIVEIRA, Maria Iolanda de; 1.3.2
 OLIVERIA, Iris Maria de; 1.3.2
 PAIVA, Beatriz Augusto de; 1.3.2

PEREIRA, Cristiane de Barros;
 RIBEIRO, Lilian Teixeira. 1.3.2
 ROCHA, Edilene Xavier; 1.3.2
 RODRIGUES, Cássia Cristina; 1.3.2
 SILVA, Cleide Cardoso da Silva. 1.3.2
 SILVA, Márcia Regina Turra da; 1.3.2
 SOUZA, Dileno Dustan Lucas de; 1.3.2
 SOUZA, Maria de Fátima; 1.3.2
 TOMASCHEWSKI, Cláudia; 1.3.2
 VIANA, Maria José Faria; 1.3.2

1.3.3 Legislação

a) Constituição

BRASIL. Constituição Federal (1988); 1.3.3

b) Decretos

BRASIL. Decreto nº 5.074, de 11 de maio de 2004; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 5.079, de 11 de maio de 2004; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 5.085, de 19 de maio de 2004; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 5.109, de 17 de junho de 2004; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 77.077, de 24 de janeiro de 1976; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 81.240, de 15 de janeiro de 1978; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 1.330/94; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 1.605, de 24 de agosto de 1995; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 1.744, de 8 de agosto de 1995; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 2.298, de 12 de agosto de 1997; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 2.529, de 25 de março de 1998; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 2.536, de 6 de março de 1998; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 2.609, de 2 de junho de 1998; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 3.117, de 13 de julho de 1999; 1.3.3

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 3.578, de 30 de agosto de 2000; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 3.613, de 27 de setembro de 2000; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 3.691, de 19 de dezembro de 2000; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 4.582, de 30 de janeiro de 2003; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 4.675, de 16 de abril de 2003; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 4.699, de 19 de maio de 2003; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 5.003, de 4 de março de 2004; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 5.007, de 8 de março de 2004; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 5.024, de 23 de março de 2004; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 5.550, de 22 de setembro de 2005; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 50.517, de 2 de maio de 1961; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 74.254, de 4 de julho de 1974; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 75.508, de 18 de março de 1975; 1.3.3
 BRASIL. Decreto nº 76.719, de 3 de dezembro de 1975; 1.3.3
 BRASIL. Decreto sem número, de 27 de dezembro de 2004; 1.3.3

c) Instruções normativas

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Instrução Normativa nº 1, de 20 de maio de 2005; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Instrução Normativa nº 01, de 28 de julho de 2005; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Instrução Normativa nº 02, de 10 de agosto de 2005; 1.3.3

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Instrução Normativa nº 03, de 22 de setembro de 2005; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Instrução Normativa nº 04, de 06 de outubro de 2005; 1.3.3

d) Leis

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; 1.3.3
 BRASIL. Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 10.050, de 14 de novembro de 2000; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 10.697, de 2 de julho de 2003; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 11.133, de 14 de julho de 2005; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 11.162, de 5 de agosto de 2005; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; 1.3.3

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 9.604, de 5 de fevereiro de 1998; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 9.720, de 30 de novembro de 1998; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999; 1.3.3
 BRASIL. Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; 1.3.3

e) Medida provisória

BRASIL. Medida Provisória nº 190, de 31 de maio de 2004; 1.3.3

f) Portarias

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Portaria Interministerial MS/MPAS nº 5.153, de 7 de abril de 1999; 1.3.3
 BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial MS/MPAS nº 5.153, de 7 de abril de 1999; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria MDS/GM nº 737, de 15 de dezembro de 2004; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria MDS/GM nº 736, de 15 de dezembro de 2004; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria Interministerial MS/MDS nº 2.509, de 18 de novembro de 2004; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria Interministerial MEC/MDS nº 3.789, de 17 de novembro de

2004; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria MDS/GM nº 660, de 11 de novembro de 2004; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria MDS/SENARC nº 1, de 3 de setembro de 2004; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria MDS/GM nº 99, de 23 de abril de 2004; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria MDS/GM nº 98/2004, de 22 de abril de 2004; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria MDS/GM nº 80, de 2 de abril de 2004; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria MDS/GM nº 78, 8 de abril de 2004; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria MDS/GM nº 71, de 30 de março de 2004; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 672, de 29 de dezembro de 2005; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria Nº 566, de 14 de novembro de 2005; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 555, de 11 de Novembro de 2005; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/SENARC nº 551, 09 de novembro de 2005; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 666, de 28 de dezembro de 2005; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 454, de 06 de setembro de 2005; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 246, de 20 de maio de 2005; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 330, de 23 de junho de 2005; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 360, de 12 de julho de 2005; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 385, de 20 de julho de 2005; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social

e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 440, de 23 de agosto de 2005; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 442, de 26 de agosto de 2005; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 459, de 09 de setembro de 2005; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 336/06; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 330/06; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 329/06; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 225/06; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 236/06; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 177/06; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 199/06; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 148/06; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 138/06; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 137/06; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 136/06; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 105/06; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 56/06; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 33/06; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 18/2007; 1.3.3

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/MDS nº 460/2007; 1.3.3
 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria Interministerial nº 01/2008; 1.3.3
 BRASIL. Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Portaria MESA/PR nº 228/2003, 16 de dezembro de 2003; 1.3.3
 BRASIL. Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Portaria MESA/PR nº 111/2003, de 7 de julho de 2003; 1.3.3
 BRASIL. Portaria Interministerial nº 1, 31 de janeiro de 2003; 1.3.3
 BRASIL. Secretaria de Assistência Social. Portaria MPAS/SEAS nº 1.279, de 5 de setembro de 2002; 1.3.3
 BRASIL. Secretaria de Assistência Social. Portaria MPAS/SEAS nº 2.874, de 30 de agosto de 2000; 1.3.3
 BRASIL. Secretaria de Assistência Social. Portaria MPAS/SEAS nº 2.854, de 19 de julho de 2000; 1.3.3
 BRASIL. Secretaria de Assistência Social. Portaria MPAS/SEAS nº 879, de 3 de dezembro de 2001; 1.3.3
 BRASIL. Secretaria de Assistência Social. Portaria MPAS/SEAS nº 878, de 3 de dezembro de 2001; 1.3.3
 BRASIL. Secretaria de Assistência Social. Portaria MPAS/SEAS nº 875, 3 de dezembro de 2001; 1.3.3
 BRASIL. Secretaria de Assistência Social. Portaria MPAS/SEAS nº 458, 4 de outubro de 2001; 1.3.3

g) Resoluções

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Brasil). Resolução nº 116, de 19 de maio de 1999; 1.3.3
 CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Brasil). Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005; 1.3.3
 CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Brasil). Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004; 1.3.3
 CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Brasil). Resolução nº 20, de 6 de fevereiro de 1997; 1.3.3
 CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Brasil). Resolução nº 207, de 16 de

dezembro de 1998; 1.3.3
 CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Brasil). Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006; 1.3.3
 CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Brasil). Resolução nº 31, de 24 de fevereiro de 1999; 1.3.3
 CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Brasil). Resolução nº 32, de 26 de fevereiro de 1999; 1.3.3

1.3.4 Livros e Coletâneas

ALAYÓN, Norberto; 1.3.4
 ALMEIDA, Maria Helena Tenório de; 1.3.4
 ALVES, Adriana Amaral Ferreira; 1.3.4
 BARROS, Ricardo Paes de; 1.3.4
 BEHRING, Elaine Rossetti; 1.3.4
 BELO HORIZONTE (MG). Secretaria municipal do desenvolvimento social; 1.3.4
 BOSCHETTI, Ivanete; 1.3.4
 BRAGA, Léa Lúcia Cecílio; 1.3.4
 BRAVO, Maria Inês Souza; 1.3.4
 BRESSAN, Carla Rosane; 1.3.4
 CAMARANO, Ana Amélia; 1.3.4
 CAMARGO, José Márcio; 1.3.4
 CARDOSO JÚNIOR, José Celso; 1.3.4
 CARVALHO, Mirela de; 1.3.4
 CHAGAS, Ana Maria de Resende; 1.3.4
 COLIN, Denise R. Arruda; 1.3.4
 CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. da; 1.3.4
 COSTA, Joana Simões; 1.3.4
 COUTO, Berenice Rojas; 1.3.4
 DELGADO, Guilherme C.; 1.3.4
 DINIZ, Debora; 1.3.4
 DURÃO, Jorge Eduardo Saavedra; 1.3.4
 FALCÃO, Maria do Carmo; 1.3.4
 FALEIROS, Vicente de Paula; 1.3.4
 FERREIRA, Maria de Fátima Azevedo; 1.3.4
 FLEURY, Sônia; 1.3.4
 FOWLER, Marcos B.; 1.3.4
 FRANCO, Samuel; 1.3.4
 GARCIA, Ronaldo Coutinho; 1.3.4
 GIAMBIAGI, Fabio; 1.3.4
 GIOVANNI, Geraldo di; 1.3.4
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de População e Indicadores Sociais; 1.3.4
 JACCOUD, Luciana; 1.3.4
 KASZNAR, Istvan Karoly; 1.3.4
 LAVINAS, Lena Lavinas; 1.3.4
 MACHADO, Ana Flávia; 1.3.4

MACHADO, Laura; 1.3.4
 MARTINS, Valdete de Barros; 1.3.4
 MEDEIROS, Marcelo; 1.3.4
 MENEZES, Maria Thereza C. G.; 1.3.4
 MESTRINER, Maria Luiza; 1.3.4
 MONTEIRO, Eni Maria; 1.3.4
 MOTA, Ana Elizabete; 1.3.4
 MUNIZ, Egli; 1.3.4
 OLIVEIRA, Fátima Bayma de; 1.3.4
 OLIVEIRA, Heloísa Maria José de; 1.3.4
 OLIVEIRA, Jader José de; 1.3.4
 PASINATO, Maria Tereza; 1.3.4
 PEREIRA, Potyara A. P.; 1.3.4
 PONTUAL, Pedro; 1.3.4
 PROGRAMAS focalizados de transferência de renda no Brasil; 1.3.4
 RAICHELIS, Raquel; 1.3.4
 REIS, Maurício Cortez; 1.3.4
 RESENDE, Luis Fernando de Lara; 1.3.4
 RIBAS, Rafael Perez; 1.3.4
 RICO, Elizabeth de Melo; 1.3.4
 RODRIGUES, Marlene Teixeira; 1.3.4
 SCHONS, Selma Maria; 1.3.4
 SILVA, Maria Ozanira da Silva e; 1.3.4
 SILVA, Ademir Alves da; 1.3.4
 SILVA, Enid Rocha Andrade da; 1.3.4
 SILVA, Maria Ozanira da Silva; 1.3.4
 SILVEIRA, Fernando Gaiger; 1.3.4
 SOARES, Sergei Suarez Dillon; 1.3.4
 SPOSATI, Aldaiza; 1.3.4
 STEIN, Rosa Helena; 1.3.4
 TEIXEIRA, Sônia Maria Fleury; 1.3.4
 TORRES, Iranildes Caldas; 1.3.4
 UCHÔA, Vígílio Leite; 1.3.4
 VIOTTI, Renato Baumgratz; 1.3.4
 WERNECK, Maria Lúcia Teixeira; 1.3.4
 YASBEK, Maria Carmelita; 1.3.4

1.3.5 Periódicos

ACOMPANHAMENTO de Políticas e Programas Governamentais; 1.3.5
 AGUIAR, Marcelo; 1.3.5
 ALAYÓN, Norberto; 1.3.5
 ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo de; 1.3.5
 ALMEIDA, Patrícia Cristina P. de; 1.3.5
 ALVES, Adriana Amaral Ferreira; 1.3.5
 AMARO, Sarita; 1.3.5
 ARREGUI, Carola Carbajal; 1.3.5
 BATINI, Odária; 1.3.5
 BATISTA, Stephanie R. W. Schaefer; 1.3.5

BEHRING, E.R. A.; 1.3.5
 BELFORI, Mariangela; 1.3.5
 BERETA, Regina Célia de Souza; 1.3.5
 BOSCHETTI, Ivanete; 1.3.5
 BRITTO, Tatiana; 1.3.5
 BRONZO, Carla; 1.3.5
 BUARQUE, Cristovam Buarque; 1.3.5
 CAMPOS, Marta Silva; 1.3.5
 CARVALHO, Alba Maria Pinho de; 1.3.5
 CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; 1.3.5
 CASTRO, Vanessa; 1.3.5
 COHN, Amélia; 1.3.5
 COLIN, Denise Ratmann A.; 1.3.5
 CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Brasil); 1.3.5
 CORDEIRO, José Lucas Cordeiro; 1.3.5
 COSTA, Lúcia Cortes da; 1.3.5
 COSTA, Selma Frossard; 1.3.5
 DEMO, Pedro; 1.3.5
 DIAS, Adriane Tomazelli; 1.3.5
 DINIZ, Debora; 1.3.5
 DRAIBE, Sônia; 1.3.5
 ESTEVÃO, Ana Ramos; 1.3.5
 FALCÃO, Maria do Carmo B. de Carvalho; 1.3.5
 FALEIROS, Vicente de Paula; 1.3.5
 FERNANDEZ, Cristiane Bonfim; 1.3.5
 FERREIRA, Ivanete Salete Boschetti; 1.3.5
 FONTENELE, Iolanda Carvalho; 1.3.5
 FOWLER, Marcos; 1.3.5
 FREITAS, Leana Oliveira; 1.3.5
 GOMES, Ana Lígia; 1.3.5
 GOUVEA, M^{te} das Graças de; 1.3.5
 GRUPO INTERMINISTERIAL DE PESQUISA; 1.3.5
 GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro; 1.3.5
 GUIMARÃES, Jorge Francisco Oliveira; 1.3.5
 GUIMARÃES, Simone; 1.3.5
 HERPICH, Marta Carrer; 1.3.5
 JONAS, Liz Clara de Campos; 1.3.5
 JUNCÁ, Denise Chrysóstomo de Moura; 1.3.5
 KARSCH, Úrsula; 1.3.5
 LANZETTI, Maria José Souza; 1.3.5
 LIMA, Ana Maria Amorosa; 1.3.5
 LIMA, Ângela Dayrell de; 1.3.5
 LIMA, Angela Maria de Lourdes Dayrell de; 1.3.5
 LONARDONI, Eliana; 1.3.5
 LOPES, José Rogério; 1.3.5
 LOPES, Márcia Helena Carvalho; 1.3.5
 MACIEL, Heloísa Helena Mesquita; 1.3.5
 MAIA, Rousiley Celi Moreira; 1.3.5
 MARANHÃO, César Henrique; 1.3.5
 MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; 1.3.5
 MARTINS, Valdete de Barros; 1.3.5
 MARTINS, Lília C. O.; 1.3.5
 MARTINS, Valdete de Barros; 1.3.5
 MEDEIROS, Marcelo; 1.3.5
 MENDONÇA, Maria Helena Magalhães de; 1.3.5
 MESQUITA, Marluce de Queiroz M.; 1.3.5
 MIOTO, Regina Célia Tamaso; 1.3.5
 MOTA, Ana Elizabete; 1.3.5
 MOURÃO, Ana Maria Arreguy; 1.3.5
 MUNIZ, Egli; 1.3.5
 NERY, Cláudia M.; 1.3.5
 NOGAROLI, Marisa Menezes Pinto; 1.3.5
 OKABAYASHI, Rosa Yoko; 1.3.5
 OLIVEIRA, Cláudia Hochheim; 1.3.5
 OLIVEIRA, Heloísa Maria José de; 1.3.5
 OLIVEIRA, Íris Maria de; 1.3.5
 OLIVEIRA, Valéria Rezende de; 1.3.5
 PAIVA, Beatriz Augusto de; 1.3.5
 PALMA, Luiz A. S.; 1.3.5
 PASTOR, Márcia; 1.3.5
 PAULA, Renato Francisco dos Santos; 1.3.5
 PAULILLO, Maria Ângela Silveira; 1.3.5
 PAZ, Rosângela; 1.3.5
 PEREIRA, Maria Angela Rocha; 1.3.5
 PEREIRA, Maria Eunice Ferreira Damasceno; 1.3.5
 PEREIRA, Potyara Amazoneida; 1.3.5
 PESTANO, Cíntia Ribes; 1.3.5
 PINHEIRO, Márcia Maria Biondi; 1.3.5
 PINTO, Maira Meira; 1.3.5
 RAICHELIS, Raquel; 1.3.5
 REIS, Carlos Nelson dos; 1.3.5
 RIZOTTI, Maria Luiza Amaral; 1.3.5
 ROCHA, Maria Aparecida Marques da; 1.3.5
 ROCHA, Paulo Eduardo; 1.3.5
 RODRIGUES, Mavi; 1.3.5
 SALLES, Vanuza Vieira Marini; 1.3.5
 SANTOS, Lucinete Silva; 1.3.5
 SANTOS, Marlene de Jesus Silva; 1.3.5
 SARTIM, Maria Madalena do Nascimento; 1.3.5
 SCHONS, Selma Maria; 1.3.5
 SECON, Mileni Alves; 1.3.5
 SEIXAS, Nelson; 1.3.5
 SENNA, C. M. de; 1.3.5
 SILVA, Ademir Alves da; 1.3.5
 SILVA, Claudia Neves da; 1.3.5
 SILVA, Maria Ozanira da S.; 1.3.5
 SILVA, Vini Rabassa da; 1.3.5
 SITCOVSKY, Marcelo; 1.3.5
 SOARES, Fábio; 1.3.5
 SOUZA, Édina E. C. Meireles de; 1.3.5
 SOUZA, Marcelle Diório de; 1.3.5
 SPOSATI, Aldaiza de Oliveira; 1.3.5
 SQUINCA, Flávia; 1.3.5
 STANISCI, Sílvia A.; 1.3.5
 STEIN, Rosa Helena; 1.3.5

TAPAJÓS, Luziele; 1.3.5
 TEIXEIRA, Joaquina Barata; 1.3.5
 TEIXEIRA, Sandra Oliveira; 1.3.5
 TORRES, Júlio Cesar; 1.3.5
 VEIGA, Laura da; 1.3.5
 VIANA, M. J. F.; 1.3.5
 VIANA, Maria José de Faria; 1.3.5
 VIEIRA, Evaldo; 1.3.5
 YAZBEK, Maria Carmelita; 1.3.5

RAMO 2 - SAÚDE

2.1 EIXO CONTROLE SOCIAL

2.1.1 Anais de eventos

BISPO JÚNIOR, J. P.; 2.1.1
 BOCCHI, Silvia Cristina Mangini; 2.1.1
 CONFERENCIA NACIONAL DE SAÚDE 8., 1986, Brasília (DF); 2.1.1
 CONFERENCIA NACIONAL DE SAÚDE 10., 1996, Brasília (DF); 2.1.1
 CONFERENCIA NACIONAL DE SAÚDE 9., 1992, Brasília (DF); 2.1.1
 CONFERENCIA NACIONAL DE SAÚDE, 11., 2000, Brasília; 2.1.1
 CONFERENCIA NACIONAL DE SAÚDE, 12., 2003, Brasília; 2.1.1
 CONFERENCIA NACIONAL DE SAÚDE, 13., 2007, Brasília; 2.1.1
 ENCONTRO INTERNACIONAL DE LIDERANÇAS. COMUNITÁRIAS, 1996, Brasília; 2.1.1
 GESTEIRA, I. A. L.; 2.1.1
 MACEDO, L. C.; 2.1.1
 OFICINA DE TRABALHO, 1993, Brasília; 2.1.1
 OLIVEIRA, Carlos Felipe Almeida D.; 2.1.1
 PALHA, P. F.; 2.1.1
 PATRÍCIO, Karina Pavão; 2.1.1
 RIBEIRO, Helena; 2.1.1
 RODRIGUES, Carla Roberta Ferraz; 2.1.1
 ZIONI, Fabíola; 2.1.1

2.1.2 Dissertações e Teses

BARBOSA, Emília Resque de Barros; 2.1.2
 BATISTA, Adriana Aparecida; 2.1.2
 BATISTA, Elizabeth da Costa; 2.1.2
 BELTRAME, Nilson Santos; 2.1.2
 BEZERRA, Cynthia Kelly Fernandes; 2.1.2
 BRAGA, Maria Helena; 2.1.2
 CARVALHO, Antônio Ivo; 2.1.2

CARVALHO, Homero Teixeira de; 2.1.2
 CARVALHO, Rosely Cabral de; 2.1.2
 CORREIA, M. V. C.; 2.1.2
 CUNHA, Sheila Santos; 2.1.2
 DAVID, Clarete Terezinha Nespolo de; 2.1.2
 GALLO, Zeli M. Castro; 2.1.2
 GOMES, Eduardo Granha Magalhães; 2.1.2
 HEIDRICH, Andréa Valente; 2.1.2
 LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; 2.1.2
 LIPORONI, Andréia Aparecida Reis de
 MACEDO, L. C.; 2.1.2
 MARTINS, Poliana Cardoso; 2.1.2
 OLIVEIRA, Milca Lopes de; 2.1.2
 PASCALI, Jaqueline de; 2.1.2
 PEREIRA, Elisabete de Oliveira; 2.1.2
 PINHEIRO, R; 2.1.2
 RAMMINGER, Ignez Maria Serpa; 2.1.2
 RIBEIRO, Daniela Mesquita de Franco; 2.1.2
 RODRIGUES, Marco Antonio Siqueira; 2.1.2
 SAMPAIO, Sergio Blasbalg de Arruda; 2.1.2
 SANTOS, Romualdo Anselmo dos; 2.1.2
 SILVA, Geovani Gurgel Acioli da; 2.1.2
 SILVA, Maira T; 2.1.2
 SOARES, Jinadiena da Silva; 2.1.2
 SOUSA, Renata Mota Rodrigues Bitu; 2.1.2
 VASCONCELOS, Cipriano Maia de; 2.1.2
 WERNER, Sonia Acioli; 2.1.2

2.1.3 Legislação

a) Constituição

BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal de 1988; 2.1.3

b) Decreto

BRASIL. Decreto nº 99.438, de 7 de agosto de 1990; 2.1.3

c) Leis

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; 2.1.3
 BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; 2.1.3

d) Portarias

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.203, de 6 de novembro de 1996; 2.1.3
 BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 545, de 20 de maio de 1993; 2.1.3

e) Resoluções

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). Resolução nº 354, de 14 de setembro de 2005. 2.1.3
 CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). Resolução nº 361, de 12 de julho de 2006. 2.1.3
 CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). Resolução nº 363, de 6 de setembro de 2006; 2.1.3
 CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). Resolução nº 333, de 4 de novembro de 2003; 2.1.3

2.1.4 Livros e coletâneas

2º ENCONTRO Nacional de Conselheiros de ABREU, Luiz Eduardo de Lacerda; 2.1.4
 ALBUQUERQUE, Maria do Socorro Veloso; 2.1.4
 ALVES, Solange Ferreira; 2.1.4
 AVRITZER, Leonardo; 2.1.4
 BATISTA JÚNIOR, Francisco; 2.1.4
 BRAGA, José; 2.1.4
 BRASIL. Ministério da Saúde; 2.1.4
 BRASIL. Secretaria de Gestão de Investimentos em Saúde. Departamento de Gerenciamento de Investimentos; 2.1.4
 CARVALHO, Antônio Ivo de; 2.1.4
 CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil); 2.1.4
 CORREIA, Maria Valéria Costa; 2.1.4
 COSTA, Ana Maria; 2.1.4
 DAL POZ, Mário Roberto; 2.1.4
 GUIMARÃES, Maria do Carmo Lessa; 2.1.4
 JACOBI, Pedro; 2.1.4
 LACERDA, Eugênia; 2.1.4
 PASSOS, M. M. B.; 2.1.4
 PEREIRA, Edsaura Maria; 2.1.4
 PINHEIRO, Roseni; 2.1.4
 PRIMO, Priscila; 2.1.4
 RAMOS, C. L; 2.1.4
 REBIDIA. Controle Social e a Participação nos Conselhos Municipais; 2.1.4
 REDE NACIONAL FEMINISTA DE SAÚDE, DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS (Brasil); 2.1.4
 SATO, A. K ; 2.1.4
 SILVA, Frederico Augusto Barbosa da; 2.1.4
 SOARES, Jinadiene da Silva; 2.1.4
 SOUZA, R. M; 2.1.4
 TATAGIBA, L; 2.1.4
 TRAMONTANO, C. M. L.; 2.1.4
 VALLA, V. V; 2.1.4

2.1.5 Periódicos

ACIOLE, Giovanni Gurgel; 2.1.5
 ALMEIDA, Eurivaldo Sampaio de; 2.1.5
 ALMEIDA, Márcio José de; 2.1.5
 ALMEIDA, Maria Cecília Puntel de; 2.1.5
 ALVAREZ, Marcos César; 2.1.5
 ARANTES, Cássia Irene Spinelli; 2.1.5
 ARMANI, Teresa Borgert; 2.1.5
 BAHIA, L; 2.1.5
 BISPO JÚNIOR, J. P.; 2.1.5
 BÓGUS, Cláudia Maria; 2.1.5
 BRAVO, M. I. S.; 2.1.5
 CARNEIRO JUNIOR, Nivaldo; 2.1.5
 CARVALHO, A. I. 2.1.5
 CARVALHO, Márcio Barreto Mano; 2.1.5
 CECCIM, Ricardo Burg; 2.1.5
 CORREIA, M. V. C; 2.1.5
 CÔRTEZ, S. M. V; 2.1.5
 CRUZ, Eliane Aparecida; 2.1.5
 CUNHA, Fátima Teresinha Scarparo; 2.1.5
 DALLARI, S. G.; 2.1.5
 DELGADO, M.; 2.1.5
 DI MUZIO, Bruno Paulino; 2.1.5
 DIAS, Maria Lucymar da Silva ; 2.1.5
 EGYDIO, M. V. R.M.; 2.1.5
 ELIAS, Paulo Eduardo Mangeon. 2.1.5
 ENGEL, Magali Gouveia; 2.1.5
 ESCOREL, S; 2.1.5
 FALK, James Anthony; 2.1.5
 FARIAS, Laura Cavalcanti de; 2.1.5
 FERNANDES, F.M. B.; 2.1.5
 FEUERWERKER, Laura C. M; 2.1.5
 FORTES, Paulo Antonio de Carvalho; 2.1.5
 FRANCESCHI JUNIOR, Adi; 2.1.5
 GERSCHMAN, Silvia; 2.1.5
 GOMES, Zaira Machado dos Santos; 2.1.5
 GONÇALVES, A. O; 2.1.5
 GONÇALVES, Maria de Lourdes; 2.1.5
 GONÇALVES, Maria do Socorro; 2.1.5
 GUIMARÃES, Juliano Fernandes Campos; 2.1.5
 GUIZARDI, Francini Lube; 2.1.5
 KAYANO, J; 2.1.5
 LABRA, M. E; 2.1.5
 LATTMAN-WELTTMAN, F; 2.1.5
 LIMA, Juliano de Carvalho; 2.1.5
 LIMA, R. T.; 2.1.5
 LOBO, Elza; 2.1.5
 LOPES, Maria Lucia da Silva; 2.1.5
 MAFIOLETTI, T.M; 2.1.5
 MARTINS, Poliana Cardoso et al; 2.1.5
 MELO, Verbena; 2.1.5
 MENDES, Heloisa Wey Berti; 2.1.5

MESSIAS, K. L. M.; 2.1.5
 MOREIRA, M. R.; 2.1.5
 MOREIRA, Marcelo Rasga; 2.1.5
 MORITA, Ione; 2.1.5
 NASCIMENTO, Álvaro; 2.1.5
 NOGUEIRA, V.; 2.1.5
 OLIVEIRA, A.N.; 2.1.5
 OLIVEIRA, Valdir de Castro; 2.1.5
 PEDROSA, José Ivo dos Santos; 2.1.5
 PESTANA, Carlos Luiz da Silva; 2.1.5
 PICCOLO, F.; 2.1.5
 PINHEIRO, Roseni; 2.1.5
 ROCHA, Cristianne Famer; 2.1.5
 RODRIGUES, Nelson dos Santos; 2.1.5
 ROGENA, Weaver Noronha; 2.1.5
 SAMPAIO, J. J. C.; 2.1.5
 SANTOS FILHO, Ezio Távora dos; 2.1.5
 SANTOS, P. F.; 2.1.5
 SILVA, Alessandra Ximenes da; 2.1.5
 SILVA, Gurgel Acioli da; 2.1.5
 SILVA, J. F. S.; 2.1.5
 SIMIONATTO, I.; 2.1.5
 SOARES, Jinadiene da Silva; 2.1.5
 SOUZA, M. C.; 2.1.5
 SOUZA, R. de O.; 2.1.5
 SPOSATI, Aldaíza; 2.1.5
 STOTZ, Eduardo; 2.1.5
 SUCENA, L. F. M.; 2.1.5
 TATAGIBA, L.; 2.1.5
 TEIXEIRA, A. C. C.; 2.1.5
 TEIXEIRA, Carmen Fontes; 2.1.5
 VALLA, V. V.; 2.1.5
 VAN STRALEN, Cornelis Johannes; 2.1.5
 VARGAS, Lílina Angel; 2.1.5
 VERDI, Marta; 2.1.5
 VIANA, A. L. d' Á.; 2.1.5
 WENDHAUSEN, A.; 2.1.5
 WESTPHAL, Marcia Faria; 2.1.5
 WOLMER, Luiz Geraldo Santos; 2.1.5

2.2 EIXO FINANCIAMENTO

2.2.1 Anais de eventos

ALMEIDA, Renan M. V.; 2.2.1
 ALVES, Sandro Leal; 2.2.1
 ANDRADE, Mônica Viegas; 2.2.1
 ATHAYDE, Milton; 2.2.1
 BALBINOTTO NETO, Giacomio; 2.2.1
 BELTRÃO, Kaizô I.; 2.2.1
 BIASO TO JUNIOR, Geraldo; 2.2.1
 BRITO, Jussara; 2.2.1

CAVALLINI, Denise; 2.2.1
 GASPARINI, Carlos Eduardo; 2.2.1
 GODOY, Márcia Regina; 2.2.1
 MAIA, Ana Carolina; 2.2.1
 MARQUES, Rosa Maria; 2.2.1
 MÉDICI, André C.; 2.2.1
 MENDES, Áquila; 2.2.1
 MORO, Sueli; 2.2.1
 NÉRI, Marcelo; 2.2.1
 NISHIJIMA, Marislei; 2.2.1
 NORONHA, Kenya Valéria Micaela de Souza; 2.2.1
 OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de; 2.2.1
 OLIVEIRA, Francisco E. B. de; 2.2.1
 OLIVEIRA, Maria Helena Barros de; 2.2.1
 PARAÍSO, Daniela Goes; 2.2.1
 PROITE, André; 2.2.1
 RAMOS, Francisco S.; 2.2.1
 ROCHA, Romero Cavalcanti Barreto da; 2.2.1
 SALOMÃO, Júlio César; 2.2.1
 SILVA, Edil Ferreira da; 2.2.1
 SILVA, Everton Nunes da; 2.2.1
 SOARES, Rodrigo Reis; 2.2.1
 SOARES, Wagner L.; 2.2.1
 SOUSA, Maria da Conceição Sampaio de; 2.2.1
 TAMBELLINI, Anamaria Testa; 2.2.1
 UGÁ, Maria Alice; 2.2.1

2.2.2 Dissertações e Teses

BARBOSA, Maria Inês da Silva; 2.2.2
 BARRETO JUNIOR, Irineu Francisco; 2.2.2
 BERNARDES, Sergio Pio; 2.2.2
 CAJUEIRO, Juliana Pinto de Moura; 2.2.2
 COELHO, Vera Schattan Pereira; 2.2.2
 COSTA, Olavo Viana; 2.2.2
 EUGÊNIO, Alisson; 2.2.2
 FERRAZ, Ana Targina Rodrigues; 2.2.2
 FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago; 2.2.2
 GAMA, Denise Travassos; 2.2.2
 IVANAUSKAS, Terry Macedo; 2.2.2
 LUCENA, Maria de Fatima Gomes de; 2.2.2
 MAFFEZOLI, Lineu Carlos; 2.2.2
 MALFITANO, Ana Paula Serrata; 2.2.2
 MEDEIROS, Maria Angelica Tavares de; 2.2.2
 MEDICI, Andre Cezar; 2.2.2
 MELO, Maria Fernanda Godoy Cardoso de; 2.2.2
 MENDES, Aquilas Nogueira; 2.2.2
 MENDOSA, Douglas; 2.2.2
 MESQUITA, Ana Cleusa Serra; 2.2.2
 OLIVEIRA, Ana Maria Franklin de; 2.2.2
 OLIVEIRA, Vanessa Elias de; 2.2.2
 OSIS, Maria Jose Martins Duarte; 2.2.2

PEIXOTO, Sandro Garcia Duarte; 2.2.2
 PEREIRA NETO, Manoel Galdino; 2.2.2
 PEREIRA, Maria Luiza Gamelo; 2.2.2
 PERILLO, Eduardo Bueno da Fonseca; 2.2.2
 PESSOTO, Umberto Catarino; 2.2.2
 PIRES, Denise; 2.2.2
 RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon; 2.2.2
 ROMÃO NETTO, José Verissimo; 2.2.2
 SANTOS, Éverton Gomes Ferreira de Abreu dos; 2.2.2
 SANTOS, Rogerio Carvalho; 2.2.2
 SCHEVISBISKI, Renata Schlumberger; 2.2.2
 SILVA, Hudson Pacifico da; 2.2.2
 SILVA, James Roberto; 2.2.2
 SILVA, Luiz Marcos de Oliveira; 2.2.2
 SILVA, Rodrigo Alberto Correia da; 2.2.2
 SILVA, Simone Mendes da; 2.2.2
 SOUZA, Sandra de; 2.2.2
 STANCIOLI, Anderson Eduardo; 2.2.2
 TELLES, Luciana Oliveira; 2.2.2
 TOMACHESKI, João Alberto; 2.2.2
 TORRES-FERNANDES, Marília de Castro; 2.2.2
 TRALDI, Maria Cristina; 2.2.2
 VARELA, Patricia Siqueira; 2.2.2
 VIANA, Ana Luiza d'Ávila; 2.2.2
 VIDOTTI, Carlos Cezar Flores; 2.2.2
 VIEIRA, Marcelo Pustilnik de Almeida; 2.2.2
 ZOGHBI, Ana Carolina Pereira; 2.2.2

2.2.3 Livros e coletâneas

ABREU, Luiz Eduardo de Lacerda; 2.2.3
 ALMEIDA, C.; 2.2.3
 ALMEIDA, Vivian Vicente; 2.2.3
 ANDREAZZI, Maria de Fátima Siliansky de; 2.2.3
 AROUCA, S.; 2.2.3
 BAHIA (Estado). Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia; 2.2.3
 BARROS, Maria Elizabeth Diniz; 2.2.3
 BATISTA, Luís Eduardo; 2.2.3
 BECKER, Roberto Augusto; 2.2.3
 BELTRÃO, Kaizô I.; 2.2.3
 BERQUO, Elza; 2.2.3
 BOGUS, Cláudia Maria; 2.2.3
 BRAKARZ, José; 2.2.3
 BRASIL. Ministério da Saúde; 2.2.3
 BUSSACOS, Marco Antonio; 2.2.3
 CANESQUI, Ana Maria; 2.2.3
 CARDOSO, Simone de Souza; 2.2.3
 CARVALHO, Antonio; 2.2.3
 CARVALHO, Luiz Fernando de; 2.2.3
 CAVALINI, Luciana Trica; 2.2.3
 CAVENAGHI, Suzana; 2.2.3

COHN, Amélia; 2.2..3
 COSTA, Christiane; 2.2.3
 DAVID, Antonio Carlos A.; 2.2.3
 DI GIONVANNI, Geraldo; 2.2.3
 DUARTE, Yeda A. de Oliveira; 2.2.3
 DUCHIADE, Milena Piraccini; 2.2.3
 ELIAS, Paulo E.; 2.2.3
 FLEURY, S.; 2.2.3
 FORÇA SINDICAL; 2.2.3
 FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO; 2.2.3
 INSTITUTO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (Brasil); 2.2.3
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; 2.2.3
 INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Brasil); 2.2.3
 INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (Brasil); 2.2.3
 JORGE, Elias Antonio; 2.2.3
 JORGE, Maria H.P.de M.; 2.2.3
 JUNQUEIRA, Vínígia; 2.2.3
 KALCKMANN, Suzana; 2.2.3
 LAURENTI, Ruy; 2.2.3
 LEBRAO, Maria Lúcia; 2.2.3
 LECHTIG, Aaron; 2.2.3
 MARINHO, Alexandre; 2.2.3
 MARQUES, R. M.; 2.2.3
 MEDEIROS, Marcelo; 2.2.3
 MÉDICI, André César; 2.2.3
 MENDES, Áquila; 2.2.3
 MIYASHITA, Hadjimu; 2.2.3
 MONTEIRO, Carlos Augusto; 2.2.3
 MONTEIRO, Simone; 2.2.3
 MOREIRA, Tereza; 2.2.3
 MORENO, Arlinda Barbosa; 2.2.3
 NEGRI, Barjas; 2.2.3; 2.2.3
 NUNES, André; 2.2.3
 NUNES, Edson; 2.2.3
 OCKÉ-REIS, Carlos Octávio; 2.2.3
 OLIVEIRA, Fátima; 2.2.3
 OLIVEIRA, Francisco E. B. de; 2.2.3
 OLIVEIRA, Maria Coleta Albino de; 2.2.3
 ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; 2.2.3
 PAIM, Jaimilson Silva; 2.2.3
 PEREIRA, Júlio Cesar R.; 2.2.3
 PIOLA, Sergio Francisco; 2.2.3
 RASSI NETO, Elias; 2.2.3
 RIBEIRO, José Aparecido Carlos; 2.2.3
 ROCHA, Maria Isabel Baltar da; 2.2.3
 SA, Marcos Felipe Silva de; 2.2.3
 SALIM, Celso Amorim; 2.2.3
 SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa; 2.2.3

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Saúde; 2.2.3
 SILVA, Frederico Augusto Barbosa da; 2.2.3
 SIMOES, Celso Cardoso da Silva; 2.2.3
 SOCIEDADE CIVIL BEM-ESTAR FAMILIAR NO
 BRASIL; 2.2.3
 SOLON, Magalhães Vianna. (Coord.); 2.2.3
 STOTZ, Eduardo Navarro; 2.2.3
 TAKAHASHI, Ruth; 2.2.3
 UNIVERSIDADE DE CAMPINAS; 2.2.3
 VIANA, A. L.; 2.2.3
 VIANNA, Solon Magalhães; 2.2.3
 VILLELA, Wilza; 2.2.3

2.2.4 Periódicos

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; 2.2.4
 ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e; 2.2.4
 ANDRADE, Mônica Viegas; 2.2.4
 ANDREAZZI, Maria de Fátima Siliansky de; 2.2.4
 AUGUSTO, Maria Helena Oliva; 2.2.4
 BARATA, R. B; 2.2.4
 BARRETO JUNIOR, Irineu Francisco; 2.2.4
 BOUSQUAT, Aylene; 2.2.4
 BRAGA, A.; 2.2.4
 CABRAL, Maria do Socorro Reis; 2.2.4
 CARVALHEIRO, J. da R; 2.2.4
 CASSIOLATO, José Eduardo; 2.2.4
 COHN, Amélia; 2.2.4
 COSTA, Olavo Viana; 2.2.4
 COSTA, Nilson do Rosário; 2.2.4
 COSTA, Olavo Viana; 2.2.4
 DRAIBE, Sônia; 2.2.4
 ELIAS, Paulo Eduardo; 2.2.4
 FAUSTO, Márcia Cristina Rodrigues; 2.2.4
 FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA; 2.2.4
 GAMA, G. N. da; 2.2.4
 GOLDBAUM, M.; 2.2.4
 GONÇALVES, Ricardo Bruno Mendes; 2.2.4
 GOTLIEB, S. L. D; 2.2.4
 HOLGUIN, Tássia Gazéz; 2.2.4
 JACOBI, Pedro; 2.2.4
 JORGE, E.; 2.2.4
 JORGE, M. H. P. de Mello; 2.2.4
 JUNQUEIRA, Luciano A. Prates; 2.2.4
 LAURENTI, R.; 2.2.4
 LEAL, M. do C.; 2.2.4
 LIMA, Luciana Dias de; 2.2.4
 MALIK, A. M; 2.2.4
 MARQUES, R. M.; 2.2.4
 MATTOS, Fernando Mansor de; 2.2.4
 MENDES, Áquila; 2.2.4
 MONTI, José Fernando C; 2.2.4

NASCIMENTO, Vânia Barbosa do; 2.2.4
 NORONHA, Kenya Micaela de Souza; 2.2.4
 NOVAES, H. M. D; 2.2.4
 OLIVEIRA, João Cândido de; 2.2.4
 RIBEIRO, José Mendes; 2.2.4
 SAVELSBURG, Joachim J; 2.2.4
 SCHRAIBER, L. B; 2.2.4
 SICSÚ, Bernardo; 2.2.4
 SILVA, Luiz Marcos; 2.2.4
 SILVA, Pedro Luiz Barros; 2.2.4
 SILVA, Zilda Pereira da; 2.2.4
 VERAS, R; 2.2.4
 VIANA, Ana Luiza d'Ávila; 2.2.4
 WAKDNAB, E. A; 2.2.4
 YUNES, J; 2.2.4

2.3 EIXO GESTÃO DA POLÍTICA

2.3.1 Periódicos

ARTMANN, Elizabeth; 2.3.1
 BARRETO, Mauricio Lima; 2.3.1
 CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; 2.3.1
 CARMO, Eduardo Hage; 2.3.1
 CECCIM, Ricardo Burg; 2.3.1
 DAIN, Sulamis; 2.3.1
 FEUERWERKER, Laura C. Macruz; 2.3.1
 GIOVANELLA, Ligia; 2.3.1
 IBANEZ, Nelson; 2.3.1
 LIMA, Juliano de Carvalho; 2.3.1
 MENDONÇA, Maria Helena; 2.3.1
 NOGUEIRA, V.M. R.; 2.3.1
 PAIM, Jairnilson Silva; 2.3.1
 PELLEGRINI FILHO, Alberto; 2.3.1
 PIRES, D. E. P.; 2.3.1
 RIVERA, Francisco Javier Uribe; 2.3.1
 TEIXEIRA, Carmen Fontes; 2.3.1
 VECINA NETO, Gonzalo; 2.3.1

RAMO 3 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

3.1 Anais de eventos

AFONSO, Luis Eduardo; 3.1
 ALMEIDA, Renan M. V; 3.1
 ARBACHE, Jorge Saba; 3.1
 BARROS, Ricardo Paes de; 3.1
 BATICH, Mariana; 3.1
 BORENSZTEIN, Alexandre; 3.1
 BUGARIN, Mirta Noemi Sataka; 3.1
 CARDOSO JR, José Celso; 3.1

CARDOSO, Renato Fragelli; 3.1
 CARRERA-FERNANDEZ, José; 3.1
 CASTRO, Jorge Abrahão de; 3.1
 CORRÊA, Vanessa Petrelli; 3.1
 COSTA, Carlos A. J. da; 3.1
 COSTA, Gustavo Fabiano da; 3.1
 DART, Samantha Taam; 3.1
 DELGADO, Guilherme C.; 3.1
 DUARTE, Bruno de Carvalho; 3.1
 ELLERY JUNIOR, Roberto de Goes; 3.1
 EUZEBY, Alain; 3.1
 FERNANDES, Reynaldo. 3.1
 FERREIRA, Carlos Roberto; 3.1
 FERREIRA, Daniela Martins; 3.1
 FILGUEIRAS, Luiz; 3.1
 GIAMBIAGI, Fábio; 3.1
 GREMAUD, Amaury Patrick; 3.1
 HAMASAKI, Cláudia Satie; 3.1
 JESUS FILHO, Jaime de; 3.1
 KATO, Rosa; 3.1
 KOHL, Daniel; 3.1
 KOPPE, Nair; 3.1
 LEITE, Marcel Guedes; 3.1
 LOBO, Breno; 3.1
 MAGALHÃES, Paula Bicudo de Castro; 3.1
 MARQUES, Rosa Maria; 3.1
 MASSUQUETTI, Angélica; 3.1
 MENDES, Áquilas; 3.1
 MENEZES, Flávio; 3.1
 MENEZES, Wilson F; 3.1
 MORO, Sueli; 3.1
 MOURA, Rodrigo Leandro de; 3.1
 NERI, Marcelo Cortes; 3.1
 OLIVEIRA, Luiz Guilherme Schymura de; 3.1
 RIBEIRO, José Aparecido; 3.1
 SANTOS, Suzana Bierrenbach de Souza; 3.1
 SCHYMURA, Luís Guilherme; 3.1
 SIQUEIRA, Rozsane Bezerra de; 3.1
 SOARES, Wagner L.; 3.1
 SOUZA, André Portela; 3.1
 TAFNER, Paulo; 3.1
 TARGINO, Ivan; 3.1
 VACCARO, Stefania Becattini; 3.1
 VIEIRA, Edson Roberto; 3.1
 VIGNA, Bruno Zanotto; 3.1
 ZYLBERSTAJN, Hélio; 3.1

ALVES, Hélio Gustavo; 3.2
 ARAÚJO, Odilia Sousa de; 3.2
 ASSIS, Silvana Soares de; 3.2
 BARBIERI, Carolina Verissimo; 3.2
 BARRA, Juliano Sarmento; 3.2
 BARROS, Murilo Sérgio Diniz Xavier de; 3.2
 BARROS, Vera Regina Cotrim de; 3.2
 CALLAGE NETO, Roque; 3.2
 CALSAVARA, Rogerio Pereira; 3.2
 CAMOZZI, Érika; 3.2
 CARTAXO, Ana Maria Baima; 3.2
 CORDERO, Beatriz Cardoso; 3.2
 CRUZ, José Humberto do Nascimento; 3.2
 DIAS, Rosy Adriane da Silva; 3.2
 DUTRA, Vania de Cassis de Araújo; 3.2
 FERREIRA, C. A; 3.2
 FERREIRA, Gilmar Gonçalves; 3.2
 FREITAS, Adriano Brito Rebouças; 3.2
 GRABELLOS, Nercy; 3.2
 GROS, Denise Barbosa; 3.2
 HORVATH JÚNIOR, Miguel; 3.2
 KOHL, Daniel; 3.2
 LADENTHIN, Adriane Bramante de Castro; 3.2
 LONZAR, William; 3.2
 LOPES JÚNIOR, Nilson Martins; 3.2
 MADUREIRA, Jane Marchi; 3.2
 MAIA, Rosane de Almeida; 3.2
 MATIJASIC, Milko; 3.2
 MUNARI, Marcia Maria Correa; 3.2
 MUNHÓS, José Luiz; 3.2
 PASSOS, Benedito Claudio; 3.2
 PEIXOTO, Leonardo José Schettino; 3.2
 QUEIROZ, Valdegisa Pereira de; 3.2
 ROJAS, Andres Francisco Medeyros; 3.2
 SALIBA, Karen Jorge; 3.2
 SALVADOR, Evilásio da; 3.2
 SANT'ANNA JÚNIOR, Alfredo; 3.2
 SANTOS, Rita de Cassia Bessa dos; 3.2
 SILVA, Beatriz Azeredo da; 3.2
 SILVA, Marluce Aparecida Souza e; 3.2
 SILVA, Rafael Silveira e; 3.2
 SILVEIRA, Fernando Gaiger; 3.2
 SOUZA, Marcos Sergio de; 3.2
 TEIXEIRA, Marcio França; 3.2
 TELLES, Stella Maria Barbera da Silva; 3.2
 UEDA, Edric Martins; 3.2
 ZOCKUN, Carolina Zancaner; 3.2

3.2 Dissertações e teses

AFONSO, Luis Eduardo; 3.2
 ALTOÉ, Leonardo Bosco Mattar; 3.2
 ALVES, Amália Cardoso; 3.2

3.3 Livros e coletâneas

AFFONSO, S. B; 3.3
 ALVES, M; 3.3

ANFIP; 3.3
 ANTUNES, E; 3.3
 ARAÚJO, A. P.; 3.3
 ARBACHE, Jorge Saba; 3.3
 ARRIHI, Wlater O; 3.3
 AZEREDO, B; 3.3
 AZEREDO, M. E; 3.3
 BALERA, W.; 3.3
 BARR, Nicholas; 3.3
 BARROS, Ricardo Paes de; 3.3
 BATICH, Mariana; 3.3
 BATISTA, Analía Soria; 3.3
 BELTRÃO, Kaizô Iwakami; 3.3
 BERWANGER, J. L. W; 3.3
 BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social; 3.3
 BRASIL. Secretaria de Previdência Social; 3.3
 BRITTO, A; 3.3
 BRIZUELA, E; 3.3
 BROOKS, Sarah; 3.3
 BUGARIN, Mirta N. S; 3.3
 CAETANO, Marcelo Abi-Ramia; 3.3
 CÂMARA, Marcus J. R; 3.3
 CAMPOS, André; 3.3
 CARDOSO JUNIOR, José Celso; 3.3
 CARVALHO FILHO, C.; 3.3
 CARVALHO JUNIOR, Pedro H. Bruno de; 3.3
 CARVALHO, J. A. M.; 3.3
 CARVALHO, José Alberto Magno; 3.3
 CASTILHOS, M. R; 3.3
 CASTRO, Jorge Abraão de; 3.3
 CINTRA, Marcos; 3.3
 CONFEDERAÇÃO Nacional da indústria (Brasil); 3.3
 COSTA FILHO, A. H; 3.3
 COSTA, L; 3.3
 CUESTA, Jose; 3.3
 DAIN, Sulamis; 3.3
 DAVID, A. C. de A; 3.3
 DELGADO, Guilherme Costa; 3.3
 DRAIBE, Sonia; 3.3
 ELLERY JUNIOR, Roberto de Goes; 3.3
 EUZÉBY, Alain; 3.3
 FERREIRA, Mônica Guerra; 3.3
 FÓRUM de Dirigentes de Fundos Estaduais de Previdência; 3.3
 FRANÇA, Álvaro Sólón; 3.3
 GIAMBIAGI, Fábio; 3.3
 GUIMARÃES, Mônica Cabanas; 3.3
 GUSHIKEN, Luis; 3.3
 HOZMANN, Robert; 3.3
 IYER, Subramanian; 3.3
 JACCOUD, Luciana; 3.3
 JAMES, Estelle; 3.3

KANDIR, A. et al; 3.3
 LINO, Luiz A.; 3.3
 LÚCIO, C. G; 3.3
 MANIERO, L. V. F; 3.3
 MARQUES, Rosa Maria; 3.3
 MARSILLAC, Maria Tereza de; 3.3
 MARTES, Ana Cristina Braga; 3.3
 MARTINEZ, W. N; 3.3
 MASCARENHAS, Roberta de Aguiar Costa; 3.3
 MATIJASCIC, M; 3.3
 MÉDICI, A. C.; 3.3
 MENDES, Áquilas; 3.3
 MENDES, René; 3.3
 MESA-LAGO, Carmelo; 3.3
 MIRANDA, Rogério Boueri; 3.3
 MITCHELL, Olivia; 3.3
 MORAES, Marcelo Viana Estevão de; 3.3
 MOREIRA, M. M; 3.3
 MUNHOZ, D; 3.3
 NERI, Marcelo; 3.3
 NOGUEIRA, R.; 3.3
 OLIVEIRA, Antônio Mário Rattes de; 3.3
 OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto de; 3.3
 PACKARD, Truman; 3.3
 PALMA, A. K; 3.3
 PASINATO, Maria Tereza de Marsillac; 3.3
 PINHEIRO, Sonoê Sugahara; 3.3
 PINHEIRO, Vinícius C; 3.3
 PIZARRO, Jorge Matínez; 3.3
 PORTACARRERO, H.; 3.3
 PREVIDÊNCIA no Serviço Público; 3.3
 QUINTEROS, Mercedes Hoces; 3.3
 RABELO, Flávio Marclíio; 3.3
 RAMOS, Daniela Peixoto; 3.3
 REFORMAS dos sistemas de pensão na América Latina; 3.3
 REUNIÃO especializada; 3.3
 REZENDE, F.; 3.3
 RIBEIRO, Marco Aurélio de Sá; 3.3
 RIBEIRO, Ricardo Pena; 3.3
 RIOS, E; 3.3
 ROBAYO, J. C; 3.3
 ROCHA, Roberto de Rezende; 3.3
 ROMEO, H. C; 3.3
 ROMERO, R; 3.3
 SALDAIN, Rodolfo; 3.3
 SCHWARZER, Helmut; 3.3
 SEMINÁRIO Internacional Sistemas de Seguro Contra Acidentes do Trabalho nas Américas; 3.3
 SEMINÁRIO REFORMA DA PREVIDÊNCIA: O BRASIL E A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL; 3.3
 SILVA, Beatriz Azeredo da; 3.3
 SILVA, Fernando A. Rezende da; 3.3

SIQUEIRA, Rozane Bezerra de; 3.3
 SOARES, L. T; 3.3
 SOARES, Weber; 3.3
 STEINMEYER, Heinz-Dietrich; 3.3
 TAFNER, Paulo; 3.3
 TAVARES, L.; 3.3
 TEIXEIRA, A; 3.3
 THOMPSON, Laurence; 3.3
 VARSANO, Ricardo; 3.3
 VIANNA, M. L. T. W; 3.3
 VILLA, Miguel; 3.3
 WERLANG, S; 3.3

3.4 Periódicos

ALÉM, Ana Cláudia de; 3.4
 ALMEIDA, M. R; 3.4
 ANFIP; 3.4
 AROUCA, S.; 3.4
 ARRUDA, G. A; 3.4
 BALERA, W.; 3.4
 BATICH, M; 3.4
 BELTRÃO, Kaizô Iwakami; 3.4
 BERTRANOU, F; 3.4
 BRANDÃO, Thiago B.; 3.4
 BRANDT, R; 3.4
 CAMPOS, R; 3.4
 CASTRO, P. R; 3.4
 CEDHIN, J; 3.4
 CHIOCCHI, L. A; 3.4
 COHN, A; 3.4
 CONTE-GRAND, A; 3.4
 COUTINHO, Mauricio C; 3.4
 DALBOSCO, Eduardo; 3.4
 EUZÉBY, Alain; 3.4
 FALEIROS, Vicente de Paula; 3.4
 FERNANDES, A; 3.4
 FERRAZ, Vera Regina Toledo; 3.4
 FLORES, J. O; 3.4
 GARCIA, A. B.; 3.4
 GIAMBIAGI, Fabio; 3.4
 GOMES, Eduardo R; 3.4
 GRUAT, Jean-Victor; 3.4
 HEMMING, R; 3.4
 HIRANO, Sedi; 3.4
 KERSTENETZKY, Celia Lessa; 3.4
 LOPES, O. B; 3.4
 LOVISOTTO, F; 3.4
 MARQUES, Rosa Maria; 3.4
 MATIJASCIC, Miko; 3.4
 MEDICI, A. C; 3.4
 MENDES, Áquilas; 3.4
 MESA, A. A. de; 3.4
 MESA-LAGO, C; 3.4
 MILITÃO, Maria Nadir de Sales do Amaral; 3.4
 MIRANDA, Rogério Boueri; 3.4
 MITCHELL, O. S; 3.4
 MONTORO, A. F; 3.4
 MORAES, M. V. E. de; 3.4
 NASSUNO, Marianne; 3.4
 OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto de; 3.4
 ORNÉLAS, W.; 3.4
 PASINATO, Maria Tereza de Marsillac; 3.4
 PASTORE, J; 3.4
 PINEIRO, V. C.; 3.4
 PULINO, D; 3.4
 RABBAT, M.; 3.4
 RAMOS, O; 3.4
 REDKO, Cristina Pozzi; 3.4
 SANTOS, Carolina Cássia Batista dos; 3.4
 SAVOIA, J. R. F.; 3.4
 SCHWARZER, H; 3.4
 SILVA, Ademir Alves da; 3.4
 SIMON, P; 3.4
 SÍNTESE da exposição de motivos da Lei nº 9.876/99; 3.4
 STEPLANES, R; 3.4
 TAPIA, Jorge R. B.; 3.4
 UTHOFF, A; 3.4
 VIANNA, Maria Lúcia W.; 3.4
 VIEIRA, S. P; 3.4
 WALD, A; 3.4
 WILLIAMS, D; 3.4

